DIFERENÇA, DISPERSÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL:

explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba

Tese para obtenção do título de doutor em Geografia - **Igor de França Catalão** - 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Câmpus de Presidente Prudente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de pesquisa: Produção do Espaço Urbano

ACADÉMIE D'AIX-MARSEILLE
UNIVERSITÉ D'AVIGNON ET DES PAYS DE VAUCLUSE
École doctorale « Culture et Patrimoine » (ED 537)
UMR ESPACE 7300 CNRS

DIFERENÇA, DISPERSÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL:
explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Igor de França Catalão
Maio de 2013

Banca examinadora:

1. Prof.ª Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito – orientadora
Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

2. Prof. Dr. Loïc Grasland – orientador
Département de Géographie, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse

3. Prof. Dr. Laurent Vidal
Département de Sciences Humaines et Sociales, Université de La Rochelle

4. Prof.ª Dra. Ester Limonad
Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense

5. Prof.ª Dra. Eda Maria Góes
Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

6. Dr. François MORICONI-EBRARD
Directeur de Recherche CNRS, UMR 7300, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalão, Igor de França.
C355d Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. – Presidente Prudente: [s.n], 2013
190 f. : il.

Orientadores: Maria Encarnação Beltrão Sposito, Loïc Grasland
Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia; Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Dispersão urbana. 4. Fragmentação socioespacial. I. Sposito, Maria Encarnação Beltrão. II. Grasland, Loïc. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse. V. Título.

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. **MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO**
ORIENTADORA

PROF. DR. **LOIC GRASLAND**
(ORIENTADOR)

PROFA. DRA. **EDA MARIA GOES**
(UNESP/FCT)

PROFA. DRA. **ESTER LIMONAD**
(UFF)

PROF. DR. **LAURENT VIDAL**
(Université de La Rochelle)

PROF. DR. **FRANÇOIS MORICONI-EBRARD**
(Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse)

IGOR DE FRANÇA CATALÃO

Presidente Prudente (SP), 15 de maio de 2013.

RESULTADO: **APROVADO**

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

Às eventualidades da vida.

Aos amigos.

Às descobertas.

PRÓLOGO E AGRADECIMENTOS

Peço licença para escrever este prólogo numa linguagem que destoa daquela apresentada no restante do texto. Não seria justo nem comigo, nem com outros despir-me de certa carga de emoção e camuflar a natureza de um processo que é muito mais um pedaço da minha vida que apenas a síntese de uma pesquisa. Faço aqui algumas confissões importantes para mim e para as pessoas envolvidas e desculpo-me de antemão pelo tom demasiado sentimental dos parágrafos a seguir. Todas as pessoas mencionadas têm, cada uma a seu modo, um grau de participação direta ou indireta na pesquisa e/ou no processo de elaboração da tese.

I

Uma investigação doutoral e a consequente redação de uma tese são tarefas realizadas de modo bastante solitário, ainda que se insiram em contextos acadêmicos dinâmicos e criativos compostos pelos mais variados grupos de pessoas as quais, umas mais, outras menos, ajudam a tornar o trabalho mais agradável e qualitativamente melhor. Difícil é, portanto, afirmar que a tese que lhes apresento é *minha*, já que cada parte dela está marcada pela presença de familiares, amigos e colegas, sem a qual este trabalho teria tido outra cara.

Por um lado, se esta tese sintetiza os esforços dos quatro últimos anos, ela também é, por outro, o desfecho de um longo processo de formação que coroa, não sem falhas, os enfrentamentos da vida quotidiana em trajetórias marcadas por oportunidades e dificuldades, avanços e retrocessos, vitórias e derrotas, que fazem de nós seres humanos.

Assim, esta tese é, em parte, de minha mãe, a quem agradeço imensamente todos os sacrifícios e toda a abnegação que me tornaram possível conseguir chegar a este momento. Sua força, perseverança e, de modo especial, as geografias de sua vida quotidiana foram a motivação que encontrei para superar as barreiras e me tornar quem sou hoje.

Juliana, minha irmã, segurou todas as barras durante todo o período em que estive ausente. Agradeço sua paciência, dedicação e compreensão (mesmo com discordâncias aqui e acolá).

II

Dez anos de experiência na universidade são suficientes para me permitir afirmar que sou um felizardo por ter dois orientadores humanos, pacientes e tolerantes.

Os últimos sete anos foram marcados por ousados projetos, cuja realização só foi levada a cabo graças ao acolhimento, ao apoio e à paciência da Carminha. Especialmente, a decisão de ingressar num regime de cotutela significou a aceitação de enfrentar uma burocracia, dividida num sem número de etapas (que ainda não termina aqui!), da qual não tínhamos consciência exata e que nos aborreceu reiteradamente. Os baldes de água fria foram enfrentados com palavras calorosas e reconfortantes; as desilusões, com novos projetos propostos; o cansaço e a desmotivação, com novos pontos de vista; e os exageros, com doses homeopáticas de realidade. Isso não significa que a relação de orientação estabelecida entre a Carminha e eu tenha sido marcada apenas por concordâncias. Certos 'nãos' foram difíceis de serem ouvidos e as expectativas, de ambas as partes, nem sempre foram atingidas. Ainda assim, custa-me a crer que essa relação esteja chegando ao fim e que almejar o título de doutor signifique, de certa forma, abandonar a proteção teórico-metodológica e humana que a Carminha me deu.

Costumo dizer que a vida é marcada por eventualidades. Minha relação com o Loïc é fruto de uma delas. Caí na Université d'Avignon praticamente de paraquedas com uma proposta de cotutela que o Loïc não só adotou, como fez o possível (e nalguns casos o impossível) para facilitar. Do ponto de vista teórico-metodológico, não conheci na França ninguém mais aberto, mais compreensivo e mais respeitoso do que ele. Os franceses têm um estereótipo de serem cartesianos, mas não posso dizer, tendo em vista a relação de orientação que estabelecemos, que esta qualidade se aplique ao Loïc. Mesmo reconhecendo nossas diferenças e sua dificuldade eventual em compreender a trajetória que escolhi para realizar a pesquisa e redigir a tese, jamais ele me tolheu, desmotivou ou ameaçou.

III

O percurso que me trouxe até aqui tem um componente geográfico importante: morei em três cidades diferentes e, em cada uma delas, convivi com pessoas a quem preciso prestar um reconhecimento pela ajuda e pela companhia.

Agradeço ao Cezar e à Margarete, coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente no período, todo o apoio. O Cezar teve um papel fundamental no primeiro ano, quando da assinatura da convenção de cotutela, fazendo o possível para agilizar os trâmites. A Margarete, depois da minha volta ao Brasil, foi de uma compreensão e paciência inigualáveis com relação aos meus prazos estourados e às especificidades todas da cotutela. Ela não poupou esforços para garantir que tudo ocorresse nas melhores condições.

A direção da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP e a Seção de Pós-Graduação também foram corresponsáveis pela implementação da cotutela, primeira realizada na faculdade até então. Agradeço principalmente à Marcia e à Cinthia pelo apoio prestado e pela paciência com a burocracia bem como ao André, à Ivonete e aos demais técnicos que trabalharam para que a defesa ocorresse nas melhores condições.

Presto meu reconhecimento aos colegas e amigos mestrandos e doutorandos da UNESP, em especial: Aline Sulzbacher, Cleverson Reolon, Vitor Miyasaki, Fernando Heck, Archanjo Mota, Márcio Eduardo, Natália Alves, Wagner Amorim, Kedma Garcez, Sonia Segatti e Rodrigo Criado (agradeço, sobretudo, a ajuda com as imagens de satélite no primeiro ano). Há amigos que merecem um reconhecimento ainda mais especial pelas discussões, pelas disciplinas cursadas juntos, pelas risadas, pelas comemorações: Oséias Martinuci, Antonio Bernardes, Márcio Catelan (e Letícia), Wagner Batella (e Tati), Andréa Porto Sales, Henrique Alves e Danilo Alcântara.

Aos colegas do GAsPERR, entre professores e alunos, gostaria de nomear: Eliseu, Everaldo, Nécio, Gilmar, André, Viviane, Ana Cláudia e Victor (Vixuz). Os três últimos também integraram, junto com outros, o grupo de estudos “Expressões da desigualdade socioespacial”, que funcionou por um curto período em 2011, mas que foi fundamental para o amadurecimento de muitas das ideias contidas nesta tese. A Eda merece um agradecimento distinto, tanto pelas contribuições no exame de qualificação e na defesa da tese quanto pelo carinho e gentileza nesses anos todos e pela leitura generosa do trabalho.

Agradeço à minha família prudentina, parte da qual é, na verdade, brasiliense. A existência de vocês fez minha vida mais feliz: Régis (e sua adorável família), Rachell (Raquel Arruda) e Rafa (Catão). Ir embora da cidade significou uma ruptura dolorosa em nossas vidas quotidianas, compensada apenas pela dedica-

ção de vocês à nossa amizade e pelo carinho e apoio em todos os momentos. Não tenho palavras para agradecer suficientemente tudo o que têm feito por mim. Sem a ajuda do Rafa com os mapas e com o tratamento dos dados a pesquisa teria sido um verdadeiro purgatório.

Duas pessoas em particular, que conheci em Prudente e que hoje ocupam lugares de honra na minha vida merecem ser agradecidas. Sem a Paula e a Maria (Angélica) não é exagero dizer que esta tese não existiria. Vocês estimularam meu intelecto, discutiram pontos críticos da tese e acompanharam minha trajetória de maneira muito presente, mesmo quando eu estava na França. Quotidianos partilhados em nossa casinha amarela, ligações telefônicas intermináveis, festas, alegrias, ansiedades, expectativas e decepções, um casamento (da Maria) no meio, um nascimento (do Pedro, filho da Paula) no final, e uma insistência da vida em nos manter fisicamente separados, tudo isso faz de nossa irmandade uma das coisas mais preciosas de que disponho hoje. Obrigado não é uma palavra que agradece o suficiente. Em particular, à Maria devo a coerência da minha tese (se é que há alguma), porque ela desempenhou o papel de coorientadora coadjuvante em vários momentos, alertando sobre aspectos que eu não havia considerado.

À Leni Gaspar, cuja amizade transcende o que é possível explicar, agradeço tantas coisas. O afastamento geográfico que a vida nos impõe é, sem dúvida, responsável por parte das minhas falhas.

Agradeço à Marília, pela amizade, pelo carinho, pelo companheirismo e, inclusive, pela ajuda com o tratamento dos dados no primeiro ano da pesquisa. Ao Carlos Felipe agradeço o companheirismo nessa jornada que enfrentamos juntos desde a graduação, o apoio e o incentivo. Horas ao telefone e na internet não foram suficientes para todos os nossos dramas.

Os membros da minha família têm, cada um do seu jeito, uma parcela de contribuição. Agradeço especialmente à minha tia Lela todo o apoio dado em diversos momentos, a companhia nalgumas entrevistas realizadas em Brasília e o interesse pela minha pesquisa. À minha tia Ceiça e à minha prima Sayonara agradeço a grande ajuda nos trabalhos de campo na Cidade Ocidental. Elas foram excelentes intermediárias e companheiras inestimáveis nas entrevistas.

Em Curitiba, algumas pessoas me prestaram uma ajuda sem a qual a pesquisa teria enfrentado grandes dificuldades. O primeiro e o segundo trabalho de campo não teriam tido a qualidade que tiveram sem o apoio e a participação de

Olga Firkowski. Patrícia Baliski foi uma excelente e fundamental parceira nos trabalhos de campo em Fazenda Rio Grande. O Jorge, a Marina e a Fer Ikuta me acolheram em Curitiba e me toleraram perturbando a vida quotidiana deles em duas ocasiões. Agradeço-lhes sobremodo.

Agradeço a todos os entrevistados por terem concordado em colaborar, recebendo-me em suas casas e confiando-me um pouco de suas vidas quotidianas.

Os 15 meses passados em Avignon estão entre os mais felizes que já vivi até agora. Foram tantas descobertas e belezas vistas que, com o recuo, chegam a ser inacreditáveis. Também ali pude contar com uma pequena família brasileira com quem partilhei meu quotidiano e muitas experiências: Tainá, Marília, Juli e Vini, obrigado pela presença que espantou a solidão. Também gostaria de mencionar: Paola, Alice, Anaïs, Sara, Kevin, Marsha, Sabrina, Colin, Mohamed e tantos outros, além de Olivier e Amaël.

Aos meus colegas de doutorado e amigos Julie Prud'homme e Maxime Forrier agradeço o acolhimento, o respeito e as discussões que tornaram aquele ano tão culturalmente rico.

Agradeço o apoio institucional da Université d'Avignon, especialmente dos colegas da UMR ESPACE: Nathalie Brachet, Natalhie Dugnas, Michel Guerin, Laure Casanova, Johnny Douvinet, Philippe Martin, Philippe Ellerkamp, Cyrille Genre-Grandpierre, Cécile Helle, Janine Lemaire, Mounir Redjimi, Didier Josselin, Saliou Kamara e Adrien Lammoglia.

Em Marselha, devo a Jean-Yves, um amigo inestimável, o meu progresso com a língua e a descoberta da cultura francesa. O território francês, visto através de seus olhos, ganhou novas cores e uma nova perspectiva. Com Ivonne e Guy partilhamos momentos muito agradáveis.

Os últimos 15 meses passados em Corumbá foram, sem dúvida, os mais difíceis, solitários e angustiantes. Agradeço especialmente à Fabi(ana), cuja presença foi fundamental no momento de finalização da tese. Agradeço a partilha do quotidiano em cafés da manhã e lanches da tarde cheios de riso, choramingos, queixas e sonhos, inseridos no tempo em que eu passava redigindo. Anamaria, Luciana, Ana Maria, Ronny, Edelir, Fabiano, Hellen, Maria Lúcia, Sílvia, Alexandre (e Leandro), Janan, Beth Bilange, Joanna, Lucilene, todos estes colegas do Câmpus do Pantanal cuja companhia e apoio tornaram alegre mesmo a longa e difícil greve que sustentamos. Entre estes, destaco especialmente duas amigas

que têm me ajudado a aguentar a barra, malgrado os “sonhos mortos pela vida”: Bella e Adriana. Meus amigos extra-UFMS, Luiz Capucci, Dennis Junior (que reclamou insistentemente das minhas ausências) e Isabela também foram importantes para tornar a vida na “Caverna do Dragão” mais agradável. Chloé e Werther foram companhia calorosa nos momentos de solidão.

IV

Agradeço à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por ter me liberado de minhas funções para o trabalho de redação da tese e para as viagens a Brasília e Curitiba para os trabalhos de campo e a Presidente Prudente para as reuniões com a Carminha.

Agradeço o apoio dos colegas professores do curso de Geografia do Câmpus do Pantanal, em especial: Edgar, Aguinaldo, Aline e Wadia.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES) pelas bolsas que me permitiram, no Brasil e na França, desenvolver a pesquisa nas melhores condições. Agradeço, igualmente, ao governo francês, especialmente à Caisse d’allocations familiales (CAF), pelos benefícios de que usufruí na condição de estudante. Não é demais reiterar a importância desses tipos de programas para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a justiça social de um país.

Agradeço aos membros da banca examinadora por terem concordado em participar e avaliar esta tese, fazendo leituras atenciosas e elogiosas, mas também rigorosas, assim como a Marie-France Prévôt-Schapira pelas contribuições no exame de qualificação.

Elisabeth Deliège Vasconcelos prestou grande ajuda na preparação da versão em francês e, indiretamente, contribuiu para melhorias na versão em português. Agradeço-lhe por isso e pela paciência com minha eventual falta de tato.

Finalmente, registro meus agradecimentos à Sandra Engel que, com a colaboração do *designer* Aleto, elaborou uma capa que traduz de modo artístico parte das ideias expressas na tese. Nas palavras dela: “o trabalho de criação da obra teve como parâmetro a tese e a intenção de tentar demonstrar em uma imagem a ideia de enclave fortificado. Fica, portanto, clara a demarcação e o destaque dado ao vermelho, tendo o preto a relação de contorno feito de linhas e curvas de marcação”.

RESUMO

A passagem do século XX para o XXI faz-se acompanhar de transformações socioespaciais intensas, as quais têm colocado em xeque o futuro da cidade. De um lado, registra-se a ampliação dos processos de individualização e segmentação social, que combinados produzem ou reiteram desigualdades. De outro, dialeticamente articulado, verifica-se a produção de tecidos urbanos cada vez mais dispersos, caracterizados por descontinuidade territorial e densidades alternantes do centro à periferia. No bojo desses processos, a urbanização torna-se mundialmente difusa, afetando todos os espaços e articulando diferentes escalas, de forma a produzir o urbano para além das cidades. No Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, as transformações socioespaciais supramencionadas também ocorreram, atreladas a processos nacionais de modernização. As metrópoles de Curitiba e de Brasília desenvolveram-se nesse período, cada uma a seu modo, marcadas por desigualdade e dispersão urbana, mais acentuadas na segunda que na primeira. Dois objetivos orientam, portanto, a discussão proposta nesta tese: examinar as correlações entre dispersão urbana e fragmentação socioespacial; e explicar como esses processos se realizam em Brasília e Curitiba. A investigação, de cunho comparativo, foi feita a partir de estudos e pesquisas sobre as duas capitais e também diretamente nas duas aglomerações por meio de observações, visitas a áreas residenciais fechadas e cidades do entorno metropolitano, onde foram entrevistados moradores. Assim, o quadro analítico da tese possibilita entender que há, em Curitiba e especialmente em Brasília, lógicas fragmentárias que favorecem a dissolução da unidade morfológica, seja pela dispersão dos tecidos urbanos, seja pela segmentação social e reprodução das desigualdades, o que se configura em limite à realização do direito à cidade como direito à diferença. Isso leva a uma necessária reflexão sobre a noção de justiça espacial como meio mais adequado para basear a busca pela superação das desigualdades.

Palavras-chave: dispersão urbana, fragmentação socioespacial, desigualdades socioespaciais, direito à cidade, Brasília, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial:* explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.

RÉSUMÉ

Le passage du XX^{e} au XXI^{e} siècle a été accompagné d'intenses transformations sociospatiales, qui mettent en échec l'avenir de la ville. D'un côté, des processus d'individualisation et de segmentation sociale s'accroissent et articulément produisent ou réitèrent les inégalités. D'autre côté et de façon dialectique, la production de tissus urbains de plus en plus dispersés se confirme, caractérisée par des discontinuités territoriales et des densités variables du centre vers la périphérie. Dans ce contexte, l'urbanisation se diffuse mondialement, affecte tous les espaces et articule des différentes échelles, de façon à produire l'urbain au-delà des villes. Au Brésil, spécialement à partir des années 1970, les transformations sociospatiales mentionnées ci-dessus se sont liées à des processus de modernisation nationaux. Les métropoles de Curitiba et de Brasilia se sont développées dans cette période, chacune à sa manière, mais de façon plus accentuée à Brasilia. Toutes deux ont néanmoins été marquées par des inégalités et par la dispersion urbaine. Deux objectifs ont orienté la discussion proposée dans cette thèse : examiner la corrélation entre dispersion urbaine et fragmentation sociospatiale ; et expliquer comment ces deux processus se réalisent à Brasilia et à Curitiba. La recherche comparative a été menée à partir d'études et recherches sur les deux villes ainsi que directement dans leurs agglomérations. Des observations, des visites de terrain dans les zones résidentielles fermées et dans les villes de la périphérie métropolitaine ont été faites, mais aussi des entretiens avec des résidents. De ce fait, le cadre analytique de la thèse permet de comprendre qu'il y a, à Curitiba et surtout à Brasilia, des logiques fragmentaires qui favorisent la dissolution de l'unité morphologique tant par la dispersion des tissus urbains que par la segmentation sociale et la reproduction des inégalités. Ceci contribue à la création de limites à la mise en place du droit à la ville comme droit à la différence et amène à une nécessaire réflexion sur la notion de justice spatiale comme moyen approprier de surmonter les inégalités.

Mots-clés : dispersion urbaine, fragmentation sociospatiale, inégalités sociospatiales, droit à la ville, Brasilia, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Différence, dispersion et fragmentation sociospatiale :* explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba. 2013. 190 p. Thèse (Doctorat en Sciences Humaines et Sociales, spécialité : géographie) – Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ABSTRACT

The passage from the 20th to the 21st centuries has accompanied intense socio-spatial transformations, which have questioned the future of city. On one side, processes of individualisation and social segmentation grow and combine or reiterate inequalities. On the other side and in dialectical way, the production of increasingly dispersed urban tissues is confirmed, i.e., they are characterised by territorial discontinuity and alternating densities from centre to periphery. In this context, urbanisation becomes globally diffused, affects all spaces and articulates different scales in order to produce the urban beyond the cities. In Brazil, especially from the 1970s, the mentioned socio-spatial transformations have occurred and connected to national processes of modernisation. The metropolises of Curitiba and Brasilia developed in this period by different ways. Both of them have been marked by inequalities and urban dispersion, but Brasilia experienced it overwhelmingly. Two aims guided then the discussion proposed in this Ph.D. dissertation: to examine connection between urban dispersion and socio-spatial fragmentation; and to explain how these processes take place in Brasilia and Curitiba. The comparative research has concerned studies and researches about both cities, but also has counted on a direct way, i.e., through observations, visits to gated communities and to cities in the metropolitan agglomerations' peripheries; some inhabitants were also interviewed. Therefore, the analytical framework of the dissertation helps to understand that there is, in Curitiba and especially in Brasilia, a fragmentary logics that promotes the dissolution of morphologic unit. That happens through the dispersion of urban tissues, social segmentation and reproduction of inequalities, and this is a limit to the right to city as being a right to difference. A necessary reflection about the notion of spatial justice appears then as an appropriate means to seek for overcoming inequalities.

Keywords: urban dispersion, socio-spatial fragmentation, socio-spatial inequalities, right to the city, Brasilia, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Difference, dispersion and socio-spatial fragmentation:* metropolitan explorations in Brasilia and Curitiba. 2013. 190 p. Dissertation (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

Estrutura da tese 5
Notas metodológicas 7
Notas 11

CAPÍTULO 1 – Urbanização, metropolização e dispersão urbana 13

1.1. Reproblematizando o par cidade-urbano 15
1.2. A mundialização do urbano 22
1.3. Urbanização e metropolização: sucessão ou derivação? 25
1.4. Urbanização difusa e dispersão urbana: conceitualizações 27
1.5. De capitais a metrópoles 35
1.6. Concentração populacional e papéis urbanos 46
Notas 57

CAPÍTULO 2 – Diferença, desigualdade e fragmentação socioespacial 61

2.1. Revalorizar a diferença 63
2.2. Diferença e desigualdade 66
2.3. Diferenças e desigualdades brasileiras 68
2.4. Diferenças e desigualdades metropolitanas: explorações 75
2.5. Sociedade segmentada, espaço fragmentado 87
2.6. Mundialização, fragmentação e desigualdade 92
2.7. Dispersão e fragmentação: correlações 96
Notas 107

CAPÍTULO 3 – Da fragmentação socioespacial ao direito à cidade 111

3.1. Individualização e fragmentação: articulações escalares 113
3.2. Periferias urbanas: função e dispersão 117
3.3. Os enclaves fortificados 128
3.4. De volta ao direito à cidade: ou, melhor dizendo, ao direito à diferença 141
3.5. Do necessário caminho rumo a uma justiça espacial 146
Notas 158

CONCLUSÕES 163

Notas 173

REFERÊNCIAS 175

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Brasília e Curitiba; situação geográfica 5

MAPA 2: Curitiba; aglomeração metropolitana; 2011 41

MAPA 3: Brasília; aglomeração metropolitana; 2011 42

MAPA 4: Aglomeração metropolitana de Curitiba; densidade demográfica por setor censitário; 2010 80

MAPA 5: Aglomeração metropolitana de Brasília; densidade demográfica por setor censitário; 2010 81

MAPA 6: Aglomeração metropolitana de Brasília; proporção dos setores censitários com domicílios em conjuntos condominiais; 2010 105

MAPA 7: Aglomeração metropolitana de Curitiba; proporção dos setores censitários com domicílios em conjuntos condominiais; 2010 106

MAPA 8: Aglomeração metropolitana de Brasília; domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água por setor censitário; 2010 148

MAPA 9: Aglomeração metropolitana de Curitiba; domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água por setor censitário; 2010 149

MAPA 10: Aglomeração metropolitana de Brasília; domicílios urbanos ligados à rede geral de esgoto por setor censitário; 2010 151

MAPA 11: Aglomeração metropolitana de Curitiba; domicílios urbanos ligados à rede geral de esgoto por setor censitário; 2010 152

MAPA 12: Aglomeração metropolitana de Brasília; rendimento médio mensal por setor censitário dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos; 2010 155

MAPA 13: Aglomeração metropolitana de Curitiba; rendimento médio mensal por setor censitário dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos; 2010 156

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Brasília; conexões no sistema urbano nacional; 2007 53

FIGURA 2: Curitiba; conexões no sistema urbano nacional; 2007 54

FIGURA 3: Aglomerações metropolitanas; posição no sistema urbano e indicadores classificatórios; 2000-2004 55

FIGURA 4: Aglomerações metropolitanas; níveis de concentração de atividades; 2000-2004 56

FIGURA 5: Brasília; vista parcial do conjunto urbanístico do Plano Piloto (à esq.) e Palácio do Planalto (à dir.) 76

FIGURA 6: Curitiba; Castelo do Batel no bairro homônimo (à esq.) e prédio ocupado pela Reitoria

da Universidade Federal do Paraná na Praça Santos Andrade (à dir.) 76

FIGURA 7: Curitiba; ligação dos eixos estruturantes leste (canto inf. esquerdo) e sul (em cima) 77

FIGURA 8: Brasília; plano piloto da nova capital federal elaborado por Lucio Costa; 1955 79

FIGURA 9: América Latina e Caribe; índice de Gini em cidades selecionadas; 2005 96

FIGURA 10: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; crescimento urbano segundo formas de ocupação do território; 1970-2000 98

FIGURA 11: Região Metropolitana de Curitiba; crescimento urbano segundo formas de ocupação do território; 1970-2000 99

FIGURA 12: Aglomeração metropolitana de Brasília; zona urbana de Cidade Ocidental/GO; imagem de satélite; 2012 124

FIGURA 13: Aglomeração metropolitana de Curitiba; zona urbana de Fazenda Rio Grande/PR; imagem de satélite; 2011 125

FIGURA 14: Brasil; distribuição dos empreendimentos implantados pela Alphaville Urbanismo S.A.; 2012 130

FIGURA 15: Aglomeração metropolitana de Curitiba; Alphaville Graciosa e Alphaville Pinheiros; imagem de satélite; 2012 134

FIGURA 16: Aglomeração metropolitana de Brasília; Alphaville Residencial 1; imagem de satélite; 2012 136

FIGURA 17: Aglomeração metropolitana de Brasília; loteamentos e condomínios fechados do Jardim Botânico; imagem de satélite; 2012 135

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Brasil, Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento, Aglomerações Urbanas e Aglomerados Urbanos; populações em valores absolutos e porcentagens; 2010 47

TABELA 2: Distrito Federal, Goiás e Paraná, aglomerações metropolitanas de Brasília e Curitiba e respectivos municípios componentes; populações e áreas em valores absolutos e porcentagens; 2010 48

TABELA 3: Brasil, Curitiba, aglomeração metropolitana e municípios integrantes; população por situação em valores absolutos e porcentagens; 2010 50

TABELA 4: Brasil, Brasília, aglomeração metropolitana e municípios integrantes; população por situação em valores absolutos e porcentagens; 2010 51

TABELA 5: Aglomerações metropolitanas de Brasília e Curitiba e municípios integrantes; populações absolutas e percentuais de crescimento anual; 1970-2010 52

TABELA 6: Brasil, países selecionados, América Latina e mundo; evolução do IDH; 1980-2011 73

TABELA 7: Brasil, países selecionados, América Latina e mundo; IDH e IDH-D; 2011 74

TABELA 8: Municípios da aglomeração curitibana, exclusive Curitiba; deslocamentos para trabalho ou estudo na capital; 2000 123

TABELA 9: Municípios da aglomeração brasiliense, exclusive Brasília; deslocamentos para trabalho ou estudo na capital; 2000 123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Morfologias urbanas; termos, conceitos, noções e expressões representativos do debate 29

INTRODUÇÃO

Estamos indiscutivelmente vivendo o início da primeira era urbana da história da humanidade, tanto porque mais da metade da população mundial está vivendo em assentamentos oficial ou oficiosamente reconhecidos como urbanos quanto, e mais importante ainda, porque nosso sistema civilizatório, de base capitalista moderno-colonial, pauta-se por ritmos, valores, símbolos e comportamentos oriundo das cidades. Nesse contexto, as metrópoles, sobretudo aquelas que ocupam as primeiras posições na hierarquia do sistema urbano mundial, têm proeminência.

Nossa era urbana alicerçou-se nas três revoluções industriais ocorridas a partir do século XVIII, especialmente a terceira, que impactou significativamente os meios de informação, comunicação e transporte. A partir disso, todas as escalas socioespaciais da vida humana estão passando por mudanças e/ou reestruturações, nuns países mais, noutros menos, porém, sem dúvida, trata-se de um processo de abrangência planetária.

No caso brasileiro, as décadas de 1950 a 1970, num primeiro momento, e os anos 2000, num segundo, são períodos paradigmáticos das transformações que marcam a paisagem urbana hoje. Uma das expressões espaciais dessas transformações, talvez a mais marcante, é, em particular, o que motivou a realização da pesquisa, cujos resultados lhes apresento. Trata-se da tendencial dissolução daquilo que historicamente conhecemos como cidade, processo que é mais complexo e, por ora, mais imponderável que a tradicional formação das cidades históricas. Estaria a cidade se dissolvendo num tecido urbano regional heterogêneo, dando lugar a outra forma de assentamento urbano que não poderá mais ser chamado de cidade?

Eu poderia, antes de tudo, chamar a atenção para toda uma gama de comportamentos e práticas sociais que sofreram mudanças importantes nos períodos suprarreferidos, mas prefiro, em lugar disso, atentar para um aspecto visível cujo conteúdo social coincide exatamente com esses comportamentos e práticas, que não são claramente identificáveis nem podem realizar-se de modo aespacial. Refiro-me à configuração espacial das cidades brasileiras, que certamente desperta curiosidade, interesse e/ou inquietação em grande parte dos citadinos. Por que estão elas cada vez mais dispersas? Por que sua unidade espacial está sendo posta em xeque e substituída por fragmentos urbanos? Como a morfologia espacial se articula à estrutura social, reforça-a ou a impugna?

Para tentar responder e esses e outros questionamentos, adoto uma perspectiva de valorização da dimensão espacial na compreensão dos processos societários (Pirie, 1983; Smith, 1988, 1992a, 1992b; Soja, 1980, 1993, 1996, 2003, 2008, 2009, 2010; Lefebvre, 1973, 1999, 2000, 2006; Souza, 1997; Carlos, 2001; Monte-Mór, 2004; Sposito, 2004, 2011; Gomes, 2006; Santos, 2006; Brawley, 2009; Catalão, 2010). Dentro dessa perspectiva, proponho-me a analisar Curitiba e Brasília, duas metrópoles brasileiras que ainda não haviam sido comparadas sob a ótica dos processos de dispersão e fragmentação, o que vem a ser um desafio analítico, tendo em vista que este fato tomado como ponto de partida da tese não se expressa da mesma forma nem com a mesma intensidade em ambas. Para deixar mais claro: a partir de uma "olhada pela janela" (Soja, 2008), a dispersão dos tecidos urbanos numa configuração socioespacial fragmentada é um processo muito mais evidente na capital federal que na capital paranaense. Por que, então, comparar duas aglomerações a partir de algo que, em princípio, mais as diferencia que as assemelha?

Brasília e Curitiba, capitais situadas respectivamente no Centro-Oeste e no Sul do país (Mapa 1), são cidades cujo processo de metropolização se iniciou nos anos 1970, desenvolvendo-se nas décadas seguintes. Elas conformam aglomerações territorialmente extensas, com população ultrapassando 3,3 milhões de habitantes no caso da primeira e 2,9 milhões no caso da segunda. Por essas e outras razões que detalharei ao longo da tese, são espaços complexos e de grande heterogeneidade, cuja análise individual demandaria esforço e dedicação dignos de novas pesquisas. Entretanto, suas características e peculiaridades, que são notórias nacional e internacionalmente, merecem uma análise conjunta e comparada, seja para ressaltar os aspectos que lhes são singulares, seja para apontar-lhes semelhanças. Estas podem ser oriundas tanto do processo de urbanização brasileiro do qual fazem parte quanto de ações locais pensadas e executadas com objetivos coincidentes. Isso conduz a algumas explorações possíveis em cada um dos espaços, tendo em vista o tema proposto. Não se trata, todavia, de uma abordagem superficial ou aleatória e sim da aceitação de que a complexidade de ambas as metrópoles permite apenas aproximações parciais da realidade. Portanto, tampouco se trata de uma tese com exclusividade analítica em Curitiba e Brasília, porque a ênfase recai muito mais sobre a realidade urbana contemporânea, com suas contradições e dinâmicas, cuja manifestação socioespacial é analisada nessas metrópoles.

Fonte: IBGE. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 1: Brasília e Curitiba; situação geográfica

Apresento esta tese como uma forma de enxergar dialeticamente a realidade. Isso possibilita entender que a dispersão urbana, ao ser a expressão de processos sociais também se configura como reforçadora desses processos, haja vista que o espaço não apenas é ocupado pelas populações, mas também é produzido à medida que essa ocupação ocorre. Assim, as formas espaciais criadas cumprem o papel de orientar o quotidiano urbano dos habitantes, tornando-se mediação da sociabilidade ou limitação desta.

Esta tese comporta uma preocupação, sobretudo, teórica, voltada para atingir dois objetivos: por um lado e principalmente, mostrar se existe correlação entre os processos de dispersão urbana e fragmentação socioespacial; por outro lado e de modo articulado, entender como esses processos se realizam em Brasília e Curitiba, metrópoles cuja configuração espacial difere significativamente.

Estrutura da tese

Para atingir os objetivos supraexpostos, a análise da bibliografia, dos resul-

tados de pesquisas, dos dados e das informações apresentados desdobra-se em três capítulos complementares.

O primeiro capítulo apresenta o debate a respeito das transformações da cidade contemporânea no que concerne à sua morfologia urbana. Tento retomar um pouco do que se tem discutido a respeito da dispersão urbana (espraiamento urbano, extensão urbana, *dispersión urbana*, *urban sprawl*, *étalement urbain*...) em contextos metropolitanos, posicionando-me em relação aos diversos autores que abordam a questão. O texto representa muito mais um diálogo que estabeleço com estes autores que julgo importantes no âmbito dessa temática do que apenas uma revisão de literatura. Logo, meu objetivo é mais despretensioso na medida em que não busco trazer todos os estudiosos da questão; mesmo assim, considero que os principais autores estão contemplados.

O tema da metropolização, espinhoso nos atuais dias de mundialização cultural e econômica acentuada, é igualmente desenvolvido no primeiro capítulo. Tento estabelecer uma diferenciação na compreensão acerca da metrópole, posto que as duas que analiso – Curitiba e Brasília – não são centros de decisão mundial, ainda que estejam articuladas numa rede internacional de cidades, principalmente a segunda, que é capital nacional, mas também a primeira, que é centro industrial e empresarial importante no contexto do Mercosul. Essa discussão é importante na medida em que a dispersão e a fragmentação têm sido estudadas especialmente em contextos metropolitanos, os quais estão longe de formar uma unidade planetária, apresentando quase tantas especificidades quanto o número de metrópoles existentes.

No segundo capítulo, tento resgatar a noção de diferença como meio analítico a partir do qual são comparadas Brasília e Curitiba. Nessa direção, adentro o debate sobre as desigualdades socioespaciais, por sua vez porta de entrada para a discussão da fragmentação socioespacial. Questões estruturais relacionadas à nossa formação socioespacial são igualmente discutidas pela importância que têm como processos geradores de desigualdade. As metrópoles brasiliense e curitibana são analisadas a partir de suas semelhanças, diferenças e desigualdades. O Brasil também é posto em análise a partir desses temas.

Ainda no segundo capítulo, a fragmentação socioespacial é problematizada e analisada em sua relação com a segmentação social, com as desigualdades e com a mundialização. Curitiba e Brasília têm suas morfologias investigadas em

sua história recente a partir dos tipos de ocupação que levaram ao crescimento de suas periferias metropolitanas.

O capítulo 3 desenvolve-se em articulações escalares, entre os processos gerais de individualização e as especificidades locais que, combinados, produzem loteamentos e condomínios fechados, por um lado, e periferias precarizadas, por outro. São analisadas algumas áreas nas duas metrópoles: na aglomeração de Curitiba, o complexo do Alphaville S.A. e a cidade de Fazenda Rio Grande e, na aglomeração de Brasília, o Alphaville Residencial 1 em construção, a região de condomínios e loteamentos fechados do Jardim Botânico e a Cidade Ocidental.

O capítulo também funciona como um recomeço, um desdobramento dos capítulos anteriores a partir da discussão sobre as possibilidades e os limites de recuperação do direito à cidade, então ressignificado como direito à diferença. Em paralelo, uma discussão sobre a noção de justiça espacial é incorporada.

Ao final, alguns apontamentos conclusivos são feitos, buscando mais fornecer perspectivas de ampliação da discussão que finalizar a reflexão que as questões abertas ensejam.

Notas metodológicas

Esta tese é o resultado sintético de uma pesquisa doutoral que combinou procedimentos qualitativos e quantitativos assim como diferentes escalas de análise, que abarcam desde a ordem distante dos processos gerais e societários, de abrangência mundial, à ordem próxima dos processos locais, focados no quotidiano como sistema regulador de comportamentos (Bourdin, 2005). De modo intermediário e mais importante, a escala da aglomeração metropolitana foi o foco central da análise, tanto porque foi a partir dela que a comparação entre Brasília e Curitiba foi feita quanto por ser ela a escala intermediária que interliga as ordens próxima e distante.

A pesquisa doutoral não teve por finalidade comparar cidades brasileiras e francesas, o que seria decerto muito interessante e pertinente. Todavia, comparações indiretas são feitas em vários momentos do texto a fim de tentar estabelecer correlações entre os processos e ampliar o diálogo entre as geografias francesa e brasileira.

Da escolha das cidades

Em pesquisas anteriores nas quais procurava entender como se havia desenvolvido o processo de metropolização da capital federal e como se dava a vida quotidiana dos citadinos no bojo desse processo, acabei por descobrir que a dispersão urbana era uma característica fundamental da metrópole brasiliense, que mereceria ser estudada com mais cuidado (cf. Catalão, 2010). Ademais, o conjunto de conhecimentos produzidos sobre Brasília não podia ser simplesmente posto de lado, porque colocava ainda algumas outras inquietações, parte das quais motivou a investigação doutoral que esta tese sintetiza. Continuar trabalhando com Brasília foi, então, uma oportunidade a ser agarrada.

A partir disso, a ideia de fazer uma pesquisa comparada pareceu ser um bom caminho, haja vista que só as diferenças podem esclarecer algumas questões obscuras. Como, porém, Brasília é uma metrópole muito singular, compará-la a qualquer outra seria um desafio interessante, passível de ser mais profícuo se alguns traços semelhantes pudessem ser mais facilmente identificáveis. Por essa razão, Curitiba pareceu ser mais adequada, já que, para além de um sem número de diferenças e das questões escalares inerentes, ambas as metrópoles compartilham o fato de serem capitais, apresentaram contingente populacional próximo, terem desenvolvido seus processos de metropolização em períodos coincidentes e, de modo especial, terem uma história recente marcada por políticas e ações de planejamento espacial importantes.

Dos dados e dos estudos utilizados

A maior parte dos dados utilizados na tese é oriunda dos Censos Demográficos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo o de 2010, que é o mais recente. Esses dados foram utilizados para embasar a discussão por meio de tabelas e mapas que, mais que ilustrar, se configuram numa linguagem que facilita a visualização de informações quantitativas e espacializadas. No caso específico dos mapas, foram trabalhados os microdados da amostra, distribuídos por setores censitários. Outros documentos oriundos de pesquisas do IBGE também foram consultados, assim como resultados de pesquisas de outras instituições. Todos se encontram referenciados ao final da tese.

Das pesquisas de campo e entrevistas

Três trabalhos de campo foram feitos em cada aglomeração visando, por meio da observação, a identificar as semelhanças e diferenças a serem comparadas, bem como a expressão local dos processos analisados. O primeiro deles foi uma aproximação inicial das duas metrópoles, quando foi possível perceber que a comparação era possível e interessante. O segundo contou com a participação dos orientadores e se concentrou nas áreas periféricas, com visitas principalmente nos municípios do entorno metropolitano e nas áreas ocupadas por condomínios e loteamentos fechados, inclusive o Alphaville Residencial 1 em construção em Brasília. No último e mais longo, foram visitados especialmente os espaços que estão entre os focos de análise do capítulo 3.

Para entender como ocorre a produção de quotidianos polarizados entre espaços fragmentados, o terceiro trabalho de campo contou com visitas aos moradores e conversas a partir das quais se pudessem extrair avaliações, opiniões e esclarecimentos sobre os espaços vividos. O objetivo das visitas e das entrevistas era compreender um pouco mais da vida quotidiana nesses espaços marcados por dispersão e fragmentação socioespacial. Os moradores não foram selecionados para compor uma amostra estatisticamente significativa nem seus perfis foram escolhidos segundo uma representatividade para fins de análise do discurso. Isso se deve ao fato de que esta tese não se apoia metodologicamente nem em análise de dados primários obtidos em campo nem em inferências feitas a partir dos discursos dos sujeitos, já que a extensão territorial dos espaços analisados e o quantitativo de residentes excluíam o primeiro método e o segundo requereria uma abordagem focada no imaginário, com aportes fenomenológicos e/ou hermenêuticos que não coincidem com a perspectiva teórica adotada[1].

Foram visitadas as residências de moradores de Cidade Ocidental e Fazenda Rio Grande assim como dos empreendimentos Alphaville da aglomeração curitibana e dos loteamentos e condomínios fechados do Jardim Botânico de Brasília[2]. 26 conversas, orientadas por um roteiro semiestruturado, foram registradas com moradores, corretores de imóveis e uma representante política[3]. As informações obtidas nessas entrevistas podem ser organizadas nos seguintes temas: residência e vizinhança; circulação e mobilidade; trabalho e estudo; lazer, espaço público e sociabilidade; consumo e serviços urbanos.

Fragmentos das respostas dos entrevistados são apresentados no terceiro capítulo, todavia as falas não são representativas das opiniões de todos os moradores dos lugares visitados nem do conjunto das aglomerações. Trata-se apenas de trechos cuja finalidade é ilustrar os aspectos desenvolvidos na discussão. A fim de preservar a privacidade dos respondentes, seus nomes foram substituídos para evitar identificação.

Das particularidades da tese

Realizar uma pesquisa doutoral em regime de cotutela entre países de contextos geográficos diferentes é um desafio cujo enfrentamento apresenta, como resultado, certas particularidades. Algumas delas auxiliam na compreensão da tese que apresento.

A redação do texto foi guiada por uma preocupação linguística com os públicos a que ela se destina, de modo que foram elaboradas duas versões equivalentes, uma em português, outra em francês, o que significa que a redação pode eventualmente apresentar construções que soem estranhas aos públicos francófono e lusófono. Cada parte da tese foi originalmente redigida em português e, em seguida, traduzida para o francês. A partir da tradução, a versão original foi revista e as duas versões foram comparadas de forma a garantir que elas apresentem os mesmos conteúdos. Cada conceito utilizado foi, portanto, alvo de reflexão atenta não só minha, mas também de ambos os orientadores. Contudo, responsabilizo-me pelas escolhas feitas.

A fim de facilitar o entendimento das citações de autores cujas obras foram publicadas em língua diferente daquela que a tese apresenta, traduções livres foram feitas, porém mantendo-se o trecho em língua original em notas de fim de seção. Isso foi feito para tentar minimizar eventuais problemas de compreensão que possam confundir os leitores. Ainda assim, algumas dificuldades não puderam ser vencidas. Menciono, especialmente, os casos de fragmentos citados literalmente a partir de obras consultadas em edição traduzida. Como não foi possível consultar todas as obras em suas edições originais, especialmente os livros de Henri Lefebvre, a versão em francês da tese apresenta algumas poucas traduções feitas a partir de uma edição em português já previamente traduzida. Desculpo-me de antemão por isso e espero não ter distorcido as ideias dos autores.

Os fragmentos das entrevistas apresentados no texto foram transcritos a partir das gravações feitas e, na versão em francês, apresentam uma tradução livre acompanhada da transcrição original em nota de fim de seção.

Entre as duas versões, as notas não apresentam coincidência completa, tendo a versão em francês mais notas que a versão em português. Isso se justifica porque a quantidade de fragmentos originais mantidos varia segundo a língua e porque houve a necessidade incluir explicações adicionais em trechos cuja redação no corpo do texto não pôde ser suficiente clara. Para garantir idêntica paginação, foram utilizadas notas de fim de seção ao invés de notas de rodapé.

Da formatação do texto e das referências

Foram adotadas, na formação do texto e das referências desta tese, embora não de modo restrito, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), porque seria demasiado trabalhoso formatar diferentemente a versão em português e a versão em francês segundo as normas do Brasil e da França respectivamente.

Ressalto, porém, que a formatação da tese não contraria as normas expressas no *Guide pour la rédaction et la présentation des thèses* do *Ministère de l'éducation nationale, de l'enseignement supérieur et de la recherche*. Ainda assim, peço desculpas ao público francês se o texto e a apresentação das referências lhes parecer inabitual.

Por fim, espero, com esta tese, atender às expectativas de conhecimento sobre processos urbanos e metropolitanos e, principalmente, ter sido capaz de construir um texto que exponha clara e adequadamente os objetivos propostos.

Desejo a todos uma boa leitura.

Notas

[1] Reconheço, porém, a possibilidade de interconexão entre a dialética e a hermenêutica, tal como fez Ana Cristina da Silva em sua tese de doutoramento (2010).

[2] Como o Alphaville Residencial 1 de Brasília ainda estava em construção no momento dos trabalhos de campo, não foi possível entrevistar moradores e as tentativas de localizar os compradores dos terrenos foram frustradas.

[3] Conversas com representantes políticos não haviam sido inicialmente previstas, mas coincidentemente uma das moradoras de Fazenda Rio Grande contatadas para a entrevista era vereadora do município.

CAPÍTULO 1 – Urbanização, metropolização e dispersão urbana

A vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a "cidade" (Gottdiener, 1997, p. 14).

1.1. Reproblematizando o par cidade-urbano

A urbanização é o fato marcante da contemporaneidade, não somente no sentido de sua ampliação pelo planeta, mas também, e principalmente, pela sua transformação histórica. Ou seja, desde que existiu a primeira cidade – Jericó ou a neolítica Çatal Hüyük há mais de cinco mil anos (Soja, 2008) –, existe urbanização, porém o sentido que damos a este conceito sofreu historicamente mutação e não significa exatamente, nos tempos presentes, o que significava no tempo da primeira revolução urbana, identificada por Soja (2008) como aquela que originou as cidades. A característica marcante da passagem do século XX ao XXI é que estamos, pela primeira vez na história, vivendo um período urbano, nos termos colocados por Lefebvre (1999), ou uma Era Urbana, como denomina Burdett e Rode (2007). Não se trata apenas do aumento do número e do tamanho das cidades pelo planeta, bem como de uma maior proporção de pessoas vivendo em cidades em relação àquelas que ainda vivem no campo. Essa realidade, por si só, já seria portadora de uma grande problemática. Mais de que isso, porém, refiro-me à constituição de todo um modo de vida que é fundamentalmente urbano.

Lefebvre, já nos anos 1970, chamou a atenção para esse fato quando afirmou a substituição, como devir, da sociedade industrial por uma sociedade urbana; trinta anos depois, vemos mais claramente a complexidade que ele evocou. Campo e cidade, rural e urbano, após as revoluções industriais e tecnológicas, não apresentam mais os mesmos conteúdos que antes delas. Seus papéis e conteúdos alteraram-se, ressignificando traços antigos e apresentando-nos novas características. Neste período-crise em que vivemos (Santos, 2008; Soja, 2008), a realidade, por vezes, apresenta-se ao nosso intelecto como uma esquizofrenia de espaços, tempos e relações sociais mutantes. Isso tem certa normalidade – já que convivemos, em simultâneo, com características de período e de crise –, embora sua manifestação pareça frequentemente anormal – pois os conceitos, categorias e teorias por meio dos quais enxergamos e analisamos a realidade são sempre mais lentos que o movimento desta. Já me referi a esse fato quando, analisando Brasília (Catalão, 2010), alertei para a diferença existente entre seu espaço metropolitano, a compreensão teórica sobre ele e as regionalizações feitas, que dão base para a formulação de políticas territoriais. Essa diferença que, mais do que isso, é um desencaixe resulta em ineficácia prática e política, com perspectiva de alteração difícil, senão improvável.

No que se refere à compreensão do que é cidade e do que é urbano hoje, as discordâncias parecem ser, às vezes, mais numerosas do que as concordâncias, pois quase tão variados quanto são os tipos de cidades são as abordagens e análises a seu respeito. Diante disso, parece-me fundamental, para começar e desenvolver a reflexão, entender e aceitar que cidade e urbano não são, na realidade e como conceito, perfeitamente coincidentes[1]. A primeira persiste como forma de assentamento humano com predominância de concentração e densidade elevada, tendendo à dispersão das periferias[2], para os casos de ocupação pretérita do núcleo central, ou à dispersão completa, para os casos de ocupação mais recente. O segundo diz respeito a um modo de vida, incluídos aí valores, símbolos, pensamentos e práticas, um

> 'tecido'[3] que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões, uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, uma manifestação sócio-espacial da organização urbano-industrial contemporânea que abarca, virtualmente, todo o espaço social (Monte-Mór, 2007, p. 264).

Nesse sentido, a urbanização diz respeito mais ao urbano do que à cidade, ainda que uma coisa não se desvincule da outra. Talvez essa afirmação soe demasiado categórica, mas ela é fundamental, no meu ponto de vista, para o avanço da reflexão. Vejamos que não se trata de um abandono completo dos conteúdos conceituais historicamente desenvolvidos de cidade e urbano, mas sim de uma ressignificação desses conteúdos, objetivando dar conta da realidade mutante.

Não vou tratar, neste texto, de toda a problemática envolvendo a ressignificação do par cidade-urbano, já que ela envolveria também uma discussão do par campo-rural e precisaria levar em conta a história desses pares, bem como a relação entre eles. Vou ser mais específico, atendo-me às discussões que se têm feito sobre as mudanças morfológicas das cidades, que indicam mudanças na relação cidade-urbano. Trata-se de uma das temáticas próprias à Geografia, campo disciplinar a partir do qual escolho enxergar a realidade, mesmo correndo o risco a toda redução e parcialidade que isso pode significar, mas entendendo que essa escolha tem também vantagens. A mais importante delas é que analisar a realidade a partir desse prisma implica, entre outras coisas, a compreensão da realidade socioespacial como produção dialética, isto é, que processos espaciais são originados e dinamizados por processos sociais tanto quanto o contrário. Não

pretendo negar a individualidade ontológica de determinadas dinâmicas espaciais, como as dinâmicas da natureza, mas aceitar a explicação de Soja (1980, p. 210), segundo a qual "o espaço em si pode ser essencialmente dado, mas a organização, o uso e o significado do espaço são um produto da tradução, transformação e experiência sociais" (tradução livre)[4]. Assim, ao estudar as cidades, interessa-me saber como as morfologias espaciais são tanto resultantes da estrutura social[5] quanto ratificadoras desta estrutura.

Dentro do conjunto de transformações pelas quais as cidades têm passado nos últimos cem anos, boa parte das quais intensificada após a II Grande Guerra, a dispersão dos seus tecidos é, talvez, a mais marcante e desafiadora dessas transformações, pois coloca em xeque a própria característica definidora da cidade há dez mil anos, isto é, a concentração. Até o presente, falar de cidade é, em certa medida, falar de concentração de população, de construções, de bens, de produção, num sentido tendencial à compreensão da cidade como lugar de maior densidade de ocupação em relação ao restante dos territórios que não são ocupados por cidade. Fazer referência, nesse sentido, a uma cidade dispersa (Monclús, 1998, 1999; Sposito, 2009) ou difusa (Indovina, 1997) ilustra a esquizofrenia à qual fiz menção anteriormente.

Em linhas gerais, a dispersão urbana não pode ser confundida com crescimento urbano, ainda que evidentemente não o exclua. Sua compreensão está atrelada a diversos fatores, entre os quais cito quatro: o crescimento territorial e populacional, com preponderância do primeiro em relação ao segundo (Sposito, 2004a, 2011); a relação entre densidade e compacidade das construções, o que sugere a própria relação centro-periferia (Ascher, 2010); a ruptura da continuidade territorial urbana (Sposito, 2004a), indicando a produção de vazios; e a intensificação da diferenciação socioespacial (Sposito, 2011). Para todos os países cujas cidades têm passado por processos de dispersão, esses fatores estão mais ou menos presentes, embora as condições, as causas e os resultados não sejam exatamente idênticos, inclusive segundo tipos diferentes de cidades. Nos casos brasileiro e latino-americano, por exemplo, a diferenciação baseia-se fortemente numa intensa segmentação social, o que leva a um aumento das desigualdades socioespaciais, mais evidente, entretanto, nas metrópoles e nas cidades médias do que nas pequenas. Já no caso francês, a diferenciação tem uma componente histórica importante, inserindo a dispersão dentro de processos de aglomeração[6] de cidades herdeiras de antigos burgos e paróquias, exclusive, talvez, o caso da

região parisiense em tempos mais recentes.

De todo modo, não se pode afirmar que todas as cidades existentes estejam passando por processos de dispersão, mas é possível admitir que, nos casos em que a exiguidade territorial não é uma limitação à extensão urbana, como no Japão ou na Holanda, processos dispersivos têm aparecido sob as mais diferentes formas.

A discussão recente a respeito da dispersão das cidades parece ter começado com mais ênfase nos Estados Unidos, quando o geógrafo francês Jean Gottmann (1961) cunhou o termo "megalópole" para fazer referência a uma certa continuidade existente entre as aglomerações do Nordeste daquele país, nucleadas principalmente por Boston, Nova Iorque, Baltimore e Washington. Ainda que não se tratasse exatamente de uma discussão sobre o *urban sprawl* (espraiamento urbano), que ganharia mais evidência posteriormente, já estava contemplada uma problemática envolvendo a intensa ocupação urbana do território, entremeada por áreas de função rural. Ou seja, a discussão apresentada por Gottmann não indicava um questionamento sobre as formas descontínuas dos tecidos urbanos no sentido da compreensão de que se trataria de algo novo, tendendo à generalização, como faria Fishman (1994, p. 45) mais tarde:

> O fato notório do urbanismo mundial do século XX foi a criação de um novo tipo de cidade descentralizada; [...] funções urbanas espalham-se ao longo de corredores de crescimento das rodovias em assentamentos que combinam elementos urbanos, suburbanos e rurais numa colagem aparentemente aleatória e sem fim. Essa cidade existe em sua forma mais avançada nos Estados Unidos, mas as forças econômicas, sociais e tecnológicas que a criaram podem ser vistas no mundo inteiro (tradução livre)[7].

O que Fishman, em seu texto, identifica como novo na cidade e, portanto, diferente do que era até mesmo após a primeira Revolução Industrial, é a progressiva perda de importância do centro principal em relação à periferia, o que responde por uma configuração mais "suburbana" da "nova cidade americana", possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos e pelas facilidades políticas promovidas pelo governo estadunidense, principalmente no período 1950-1975, como também aponta Gottdiener (1997). Essas novas cidades, que conformam regiões "pós-urbanas" ou "pós-suburbanas", não teriam, contudo, substituído as antigas cidades, mas se tornado os centros reais da sociedade norte-americana.

Essas afirmações de Fishman são mais ilustrativas do caso estadunidense, e mais recentemente aceitáveis também para o caso latino-americano, do que o são para as cidades europeias ou do nordeste asiático, por exemplo. Isso significa que, em função da formação socioespacial dos Estados Unidos, tal configuração espacial urbana foi possível à escala nacional, mas não se reproduz do mesmo modo em formações socioespaciais distintas. Uma coisa, porém, é inegável: nem nos Estados Unidos, nem em qualquer outro lugar do mundo, a relação cidade-urbano mantém-se a mesma de há cinquenta ou sessenta anos.

Nos tempos atuais, as ressignificações necessárias sobre os conceitos de cidade e urbano envolvem conceitos/noções correlatos, frequentemente empregados de maneira inapropriada, se levarmos em conta as transformações apontadas por Fishman. Diante disso, as novas regiões urbanas estadunidenses, bem como outras regiões no mundo marcadas por processos de dispersão urbana, como o eixo Santos-São Paulo-Campinas no Brasil, não podem ser qualificadas de suburbanas e, menos ainda, de pós-urbanas. Ainda que eu prefira, de modo abrangente, referir-me a elas simplesmente como regiões urbanas, nomear as regiões estadunidenses de pós-suburbanas não é exatamente inadequado para o contexto em que foram produzidas.

Vejamos que, segundo consta em Topalov et al (2010), o adjetivo "suburbano" começou a ser mais frequentemente utilizado, na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, para fazer referência às áreas rurais periféricas aos limites das *cities* (cidades) que começavam a apresentar transição de funções rural-urbana – num sentido próximo ao sentido medieval de extramuros, porém sem a carga pejorativa que lhe era então atrelada –, com ocupações residenciais burguesas sazonais ou mais permanentes. Foi quando começaram a estruturar-se a *conurbation* londrina e a *banlieue* parisiense, com uma primeira separação mais clara entre local de trabalho e local de residência. À época, suburbano dizia respeito a um tipo inferior de urbano, pois apenas a cidade continha um urbano pleno. Mais tarde, já no século XX, foram os entornos das cidades estadunidenses, com amplos espaços verdes e bairros de baixa densidade, que se conformaram como subúrbios, com ocupações burguesas numa lógica próxima à da Inglaterra vitoriana. Neste caso, foram os trilhos que permitiram a suburbanização enquanto, naquele, o automóvel desempenhou papel mais preponderante. Em ambos, estava presente uma coincidência completa entre cidade e urbano, sendo os subúrbios ou áreas suburbanas espaços residenciais de baixa densidade, em

descontinuidade territorial em relação aos núcleos urbanos mais densos e consolidados e marcados pela função residencial e presença de elementos e usos rurais. Embora se pudesse identificar, tanto num caso como noutro, um tipo de ampliação da vida urbana para além das cidades – o que já poderia talvez denotar o embrião de uma sociedade urbana (Lefebvre, 1999) e de uma urbanização difusa (Sposito, 2009) –, o processo não é o mesmo apontado por Fishman (1994) ou Gottdiener (1997). Neste caso, as lógicas de conformação das regiões urbanas são mais excêntricas do que concêntricas.

Para Soja (2008), a era da metrópole moderna terminou, mas não no sentido de seu desaparecimento e sim no de sua reestruturação, ou seja, de uma significativa ruptura e mudança da ordem e das tendências (Soja, 1993). Isso demonstra, ainda, que o processo de suburbanização era uma componente do processo de metropolização, cujo advento moderno se dá com a metrópole industrial europeia e se acentua com a metrópole fordista europeia e norte-americana. Soja (2008) desenvolve isso ao tratar da passagem do desenvolvimento metropolitano fordista ao pós-fordista – assinalando o advento da pós-metrópole –, num contexto de reestruturação econômica mundial em que a problemática metropolitana se torna mais complexa, ainda que não supere – embora Firkowski (2005) sustente essa ideia – a problemática urbana, pois é parte dela.

Segundo Carlos (2007), as metrópoles se constituem como mediação entre as escalas local e mundial, sendo, portanto, mais do que nós articuladores de sistemas urbanos nacionais. Dentro dessa lógica, aparecem as cidades globais de Sassen (2001), as cidades-regiões globais de Scott et al (2001) e de Soja (2006), as métapoles de Ascher (1995, 2009) ou as já evocadas pós-metrópoles de Soja (2008), entre outras denominações. Todas estas compartilham a liderança de sistemas urbanos complexos e se articulam numa rede mundial de cidades, embora a dispersão urbana não seja sempre considerada, pelos autores, como um elemento constitutivo. Isso ocorre, a meu ver, por três razões interdependentes.

Primeiramente, destaco que a dispersão não está restrita a contextos exclusivamente pós-metropolitanos, em que há uma ligação direta entre as escalas local e mundial, e nem mesmo a contextos metropolitanos, pois todas as cidades estão, de maneira mais ou menos intensa, potencialmente concernidas pela dispersão dos tecidos. Domingues (2006), por exemplo, trata da dispersão em cidades pequenas portuguesas, enquanto Sposito (2004a) analisa o tema a partir de

cidades médias paulistas.

Em segundo lugar, ressalto que a problemática metropolitana ganhou, em tempos recentes, mais complexidade, o que obriga outra compreensão sobre a constituição da metrópole e uma ressalva na afirmação de que esta funciona como mediação entre as escalas local e mundial (Carlos, 2007). Assim como afirmou Sposito (2007) para as cidades médias ao denominá-las "espaços em transição", também as metrópoles têm experienciado uma alteração nos seus papéis e requerem, portanto, uma conceituação mais precisa, já que nem todas as metrópoles são cidades mundiais, apresentam os mesmos tipos de dispersão e se relacionam da mesma maneira com as redes e os sistemas urbanos dos quais fazem parte.

Finalmente, saliento que a própria urbanização tornou-se mais complexa, ressignificando, como já apontei, o par cidade-urbano, o que nos leva a admitir que a velha hierarquia metrópole-cidade média-cidade pequena não é mais suficiente para a análise e compreensão das relações existentes entre as cidades no seio das redes urbanas, bem como entre elas e o campo. Assim, fazer referência às relações entre as cidades como relações interurbanas parece-me tão inadequado quanto o uso da expressão espaço intraurbano o é para qualificar a cidade em suas dinâmicas internas ou o emprego do termo periurbano em referência aos espaços transitórios situados nas bordas do tecido urbano consolidado. Todas estas expressões, além de não darem conta da complexidade escalar que envolve a relação cidade-urbano hoje, ratificam a coincidência completa entre estes, o que precisa ser superado.

Com o advento de uma urbanização difusa (Sposito, 2009), da qual a dispersão urbana é parte formal e processual, há um aumento da diferenciação socioespacial que indica as variações escalares como produção (Smith, 1992a). Isso rompe as escalas teoricamente estabelecidas de espaço urbano e rede urbana e as redefine, pois há situações em que a separação entre uma coisa e outra é irrealizável e/ou ineficaz, assim como o é a tentativa de reconhecimento de seus contornos, que são "mutantes e imponderáveis" (Sposito, 2011, p. 127).

Corrêa (2007) tentou resolver o problema teórico existente na dificuldade de determinar, nalguns casos, os limites entre o espaço urbano e a rede urbana, identificando, para essas situações, uma escala intermediária que diz respeito às "áreas urbanizadas denominadas genericamente de megalópole ou de eixo urba-

nizado em uma dimensão não-metropolitana" (p. 3). Essa proposição de Corrêa, a meu ver, não só não resolve o problema como o reforça na medida em que, por um lado, reitera as velhas escalas hierárquicas de espaço urbano e rede urbana – que ele inclusive imobiliza em limites cartográficos – e, por outro, aniquila a especificidade da problemática que envolve a urbanização, a dispersão urbana e a metropolização, tal como faz Firkowski (2005) quando analisa o processo de urbanização no Brasil em termos de completude e identifica a metropolização como um processo que lhe é superior.

O aparecimento de processos de conurbação[8] e aglomeração tornou mais complexa, em termos qualitativos, a relação entre as cidades na rede urbana, pois ampliou a diferenciação socioespacial ao criar novos tipos e funções de cidades. Com o advento da dispersão urbana, essa diferenciação se tornou ainda mais intensa, pois os novos tipos e funções surgentes ganham, por sua vez, novas qualidades. Vou focar-me, neste capítulo, na especificidade da relação entre urbanização, dispersão urbana e metropolização, tentando encontrar mais elementos de superação do problema supra-apontado.

1.2. A mundialização do urbano

Soja e Kanai (2007), analisando as transformações pelas quais têm passado as cidades e regiões, sobretudo nos últimos cem anos, afirmam que o mundo está se urbanizando ao mesmo tempo em que o urbano está se mundializando. Essas afirmações, que não são novas, chegando mesmo a ser banais, guardam um poder explicativo fundamental para a compreensão da estrutura socioespacial contemporânea, cujo devir é algo que desconhecemos, porque inédito.

Em 2006, segundo todas as medidas de contagem populacional nacionais – como informam os autores –, registrou-se pela primeira vez na história humana uma maior proporção de pessoas vivendo em áreas urbanas em relação àquelas que residem em áreas rurais. Eles ainda esclarecem que, estabelecendo-se critérios universais de classificação, esse patamar já teria sido alcançado em anos precedentes. No caso brasileiro, essa inversão ocorreu na década de 1960 e, em 2010, atingiu-se a marca de cerca de 85% de habitantes urbanos no país. Esse caminho discursivo, que coloca o centro explicativo no crescimento urbano, é o percorrido por Soja e Kanai para esclarecer por que o mundo está se urbanizando. Não vou desenvolver isso aqui. O que quero ressaltar é um ponto que eles, a

meu ver, desenvolveram menos, embora não tenham desconsiderado, isto é, a mundialização do urbano ou, noutras palavras, o que entendo como o fato de que sociedade e espaço estão se reestruturando sob um modo de vida que é fundamentalmente urbano, fato este para o qual Lefebvre (1999) já tinha chamado a atenção. Mais do que haver um maior contingente de pessoas vivendo em assentamentos oficial ou oficiosamente classificados como urbanos – do ponto de vista formal –, que são maiores e mais numerosos, destaco que mais gente está vivendo segundo os valores, de acordo com os costumes e regras e por meio de práticas orientados pelo ritmo de processos e dinâmicas oriundos das cidades. Como se trata de uma realidade cujo conteúdo qualitativo é muito elevado, pois é subjetivo, sua mensuração não é sempre eficaz ou eficiente. Digo isso porque entendo não ser necessário qualquer tipo de comprovação a respeito dessa ampliação do urbano pelo planeta no sentido de opô-la a uma suposta aniquilação completa do rural, pois reitero uma compreensão do urbano contemporâneo, concordando com Monte-Mór (2007), como um produto em devir da relação dialética cidade-campo/urbano-rural preexistente.

A discussão a respeito da mundialização do urbano, a meu ver, traz em si elementos explicativos importantes para a análise do processo de dispersão urbana que a discussão sobre a urbanização do mundo, tal como desenvolvida por Soja e Kanai e outros autores envolvidos no Urban Age Project (Burdett e Sudjic, 2007). Quando se estabelecem critérios de comparação e se escolhem os dados para demonstrar que esta região está mais urbanizada, em relação a si própria, que há 50 ou 100 anos ou em relação àquela outra, existe aí uma recuperação de classificações formais e definições a respeito do que pode ou não ser considerado cidade e, portanto, urbano. Quero, contudo, recuperar a afirmação de Gottdiener (1997), segundo a qual a dispersão urbana se refere à produção de uma forma qualitativamente nova de espaço que, por essa razão, requer uma análise que seja igualmente nova. Claro que isso não é fácil pois, como já mencionei, todo o arcabouço conceitual e teórico-metodológico do qual dispomos está adaptado a uma realidade que não é exatamente mais a mesma que esta que se nos apresenta. A proposição de Souza (2007), nesse sentido, de ultrapassarmos a "visão de sobrevoo" que têm ratificado as "profissões espaciais", entre elas a própria Geografia, parece-me aqui oportuna.

A ideia de uma mundialização do urbano reforça a compreensão sobre a urbanização da sociedade (Lefebvre, 1999) e a urbanização do mundo (Soja e Ka-

nai, 2007) na medida em que lhe confere, de certo modo, uma noção de passividade pouco ressaltada. Noutras palavras, as transformações que indicam a generalização do urbano no mundo têm suas origens tanto, especificamente, nas dinâmicas internas às cidades quanto, de modo mais geral, no seio da própria sociedade capitalista, configurando-se como um estágio avançado do processo de humanização do planeta. Não só o mundo está se tornando mais urbano, no sentido do crescimento urbano, mas o urbano está se tornando mundial, no sentido da constituição da própria sociedade como urbana.

Essa compreensão nos leva, obrigatoriamente, a uma ressignificação da escala urbana em desvinculação com a escala da cidade ou do espaço urbano, o que requer uma superação da afirmação feita por Smith (1992a, p. 72) de que "a extensão espacial da escala urbana é demarcada muito mais intensamente pela área na qual uma jornada diária de trabalho é exequível" (tradução livre)[9]. Essa superação não invalida a teoria da produção da escala elaborada pelo autor, mas, antes disso, reforça-a, pois a tipologia estabelecida é incompleta e aberta, já que a escala é ativamente produzida, como ele próprio reconhece.

Num contexto de crescimento e dispersão urbanos, a delimitação supraexposta é perfeitamente admissível para a identificação da escala do espaço urbano, mas é insuficiente para demarcar a escala do urbano, que se refere mais à produção dos conteúdos urbanos compartilhados, em maior ou menos medida, por todas as cidades. Esta escala se realiza tanto em processos intimamente locais quanto em processos amplamente mundiais, sem que isso aniquile as especificidades da escala da cidade. Esta se liga formidavelmente[10] a uma rede composta por todas as cidades e mesmo pelos espaços não reconhecidos como cidades, configurando-se, pois, como uma mediação que permite todas as inter-relações, sejam de quais naturezas forem.

Assim, a produção da escala do urbano surge no processo de constituição da urbanização em sua dupla natureza social e espacial (Gama, 1992), portanto socioespacial[11], que tanto constitui o urbano como modo de vida mundial quanto impregna o espaço com características urbanas.

1.3. Urbanização e metropolização: sucessão ou derivação?

Estamos vivendo um período que se caracteriza, como já mencionei, por ser ao mesmo tempo uma crise (Santos, 2008; Soja, 2008). Trata-se da passagem de uma modernidade sólida, densa e pesada, para uma modernidade líquida ou fluida, ou uma pós-modernidade (Bauman, 2001), porque há reestruturação dos elementos constitutivos da modernidade anterior, que, segundo Soja (1993) teria se iniciado no final dos anos 1960. Essa nova modernidade indica um conjunto de transformações sociais, culturais, econômicas, políticas, tecnológicas e espaciais, boa parte das quais está por ser investigada. Entre estas, destaco a virtual constituição de uma sociedade urbana (Lefebvre, 1999), ou a instalação do urbano como modo de vida generalizado, que indica o início da primeira era urbana da humanidade (Burdett e Rode, 2007), à qual também já fiz referência. Do ponto de vista espacial, revela-se uma urbanização difusa (Sposito, 2009), porque potencialmente ubíqua.

Ferrier (2001) também apontou essa mudança de modernidade, ressaltando a passagem do fordismo ao pós-fordismo e todo um conjunto de transformações espaciais, das estruturas produtivas, dos serviços e das condições de vida das populações. Mas o autor atrela essa mudança ao início de um período metropolitano ou pós-urbano porque, segundo ele, o período urbano teria sido aquele em que houve prevalência da produção industrial de tipo fordista e das estradas de ferro. A oposição cidade-campo estaria subsumida – mas sem desaparecer – numa problemática urbana e a distinção entre esses dois espaços seria aniquilada pelo advento da metropolização como processo que envolve a produção de uma mobilidade intensa e de um universo cultural de grande tamanho por todos os territórios.

Pontos de vista como esse parecem ser compartilhados, ao menos em parte, por autores como Firkowski (2007), que entende a metropolização como processo superior ao de urbanização, que pode ser tratado em termos de completude – segundo já apontei –, e Lencioni (2003), que entende ser possível falar de metropolização do espaço para referir-se ao processo pelo qual as características metropolitanas vão além da metrópole, atingido um território mais abrangente.

Malgrado as diferenças na compreensão dos processos de urbanização e metropolização, bem como da relação entre eles, os três autores parecem concor-

dar com o fato de que as transformações pelas quais têm passado as metrópoles e regiões contemporâneas derivam da ampliação e/ou complexificação do processo de metropolização, o que é inegável. Entretanto, embora complexa e ampliada, a metropolização nada mais é do que a feição que toma a urbanização em espaços metropolitanos, estando restrita a estes e, portanto, impossibilitada de transbordar para outros espaços. A urbanização, nesse sentido, precede e produz a metropolização e não pode ser suplantada por ela.

Ora, a urbanização atualmente, em virtude de ter-se tornado mais complexa do que outrora, por dizer respeito à constituição do urbano, mais do que das cidades em sentido restrito – como já mencionei –, produz novas estruturas espaciais, algumas das quais, em função de fatores sociais, econômicos e tecnológicos, eram características apenas das metrópoles, mas que agora estão presentes em outras cidades da rede urbana, sem que isso signifique que estas cidades estão se metropolizando. Loteamentos ou condomínios fechados, *shopping centers* e intensificação nos deslocamentos quotidianos, por exemplo, no caso brasileiro, agora são cada vez mais frequentes em cidades médias, mesmo que outrora existissem apenas nas metrópoles. Assim, a qualificação feita por Reolon (2007), seguindo Lencioni (2003), de metropolização da região paranaense que envolve Cascavel e Toledo, para explicar as transformações espaciais e o ganho de complexidade urbana regional, desloca o centro explicativo de um processo que é maior e mais generalizado, a urbanização, para um que é específico, a metropolização.

O que também é inegável é o fato de que as metrópoles, durante muito tempo raras, portanto excepcionais (Bassand, 2001), estão se tornando cada vez mais numerosas, chegando a ser as formas espaciais mais características da era urbana que estamos iniciando, por estarem estreitamente ligadas ao processo de mundialização do urbano – o que remete à constituição da escala urbana –, mais do que ao de urbanização do mundo – o que remete à escala da cidade ou do espaço urbano –, haja vista que nem todas as cidades são metrópoles. Isso só é possível porque as metrópoles são, de modo fundamental, cidades, isto é, não apresentam variação senão por intensificar e complexificar todas as qualidades singulares da cidade[12] e por apresentar uma morfologia espacial que ultrapassa a escala do espaço urbano ao aglomerar outras cidades, atingindo uma escala regional. Tanto as metrópoles quanto as cidades são, *grosso modo*, formas de assentamento humano com predominância de concentração, com modo de vida

pautado pelos seus próprios ritmos, e menos por aqueles da natureza, e com quase ausência de postos de trabalhos no setor primário da economia. Umas e outras apresentam tendencialmente, como diferença em relação a suas congêneres de períodos pretéritos, a ausência de limites claramente estabelecidos, já que expressam em suas morfologias o próprio processo de urbanização, difuso em sua condição atual.

As metrópoles, como cidades mais complexas que são, aparecem como polarizadoras de uma configuração socioespacial pós-industrial e pós-moderna. Algumas delas, as que possuem caráter mundial – Londres, Tóquio e Nova Iorque, cidades globais de Sassen (2001); São Paulo, cidade global de Alves (2005); Los Angeles, cidade-região global de Soja (2006) –, estão inseridas num sistema urbano mundializado, que não é designado pelo processo de metropolização, como afirma Bassand (2001). Se está claro que todas as metrópoles apresentem níveis de articulação mundial, nem todas são mundiais e, portanto, seu processo de estruturação socioespacial não pode coincidir com o de conformação de um sistema de cidades mundiais. Muitas cidades médias ou mesmo pequenas, inclusive, podem atualmente apresentar algum nível de inserção mundial, mesmo que este nível tenha, de forma geral, menor intensidade. No entanto, em setores especializados, eles podem ser mais elevados do que nas metrópoles, como é o caso do polo aeroespacial de São José dos Campos, no caso brasileiro.

Todas essas questões deixam evidente a necessidade de interrogar ainda mais a urbanização contemporânea como processo de difusão do urbano pelo planeta, detalhando as formas e dinâmicas que lhes são constitutivas. A dispersão urbana, que é um desses subprocessos, será abordada no próximo item, numa tentativa de estabelecer uma diferenciação em relação à urbanização difusa (Sposito, 2009).

1.4. Urbanização difusa e dispersão urbana: conceitualizações

A esquizofrenia de espaços, tempos e relações sociais mutantes a que fiz menção anteriormente está causando também uma esquizofrenia de termos e expressões, que se apresentam como tentativas de avançar na compreensão teórico-conceitual. Alguns desses termos e expressões têm pretensão conceitual, outros são apenas noções ou metáforas, com destaque para os neologismos e os conceitos cujo significado histórico antigo se tanta recuperar. Não obstante, a

abundância de termos e expressões na literatura especializada tende a descrever fenômenos similares ou mesmo idênticos, como aponta Indovina (1998). Entendo tratar-se, na verdade, de um fato, porque permanente, ainda que se expresse por uma transitoriedade de formas; este fato se pode denominar dispersão urbana, que coincide, mas não completamente, já que é específico e menor, com o processo de difusão urbana ou urbanização difusa (Sposito, 2009).

No quadro 1, listo alguns termos e expressões que considero reveladores da amplitude que tem o debate em torno da temática, organizados segundo autores, referências e idiomas. Essa lista tenta refletir mais o uso do que propriamente a origem dos termos, razão pela qual não estão citadas as obras em que os termos apareceram pela primeira vez, assim como também não foi respeitada, em todos os casos, a língua de origem deles. Excluí deliberadamente metrópole, suburbanização e periurbanização por serem, de certa forma, ubíquos em todas as discussões. Ademais, os termos e autores estão restritos aos contextos científico-geográficos da Europa Ocidental – com destaque para Inglaterra, Itália, Espanha, França e Portugal –, dos Estados Unidos e do Brasil.

Todos os autores listados, entre outros que não aparecem nele, têm em comum a ambição de encontrar um termo qualificativo e explicativo das novas formas de assentamento humano de caráter urbano que não podem ser denominadas cidades *tout court* ou porque estão significativamente afastadas dos centros urbanos tradicionais, inclusive em áreas de completo isolamento em relação a eles, ou porque estão inseridas em territórios marcados por flagrante transitoriedade de funções.

A abundância de termos e expressões tem por trás teorias explicativas das realidades estudadas pelos pesquisadores e os usos e significados das palavras em suas respectivas línguas ou naquelas com as quais eles trabalham. Assim, a cidade difusa e a cidade dispersa, por exemplo, podem não somente não coincidir semanticamente, dada a própria diferença existente entre os adjetivos difuso e disperso, como podem não coincidir as realidades às quais elas se referem; contudo, o oposto também é possível. Isso obriga certa cautela na escolha dos conceitos a serem utilizados, embora a escolha possa ser mais livre no caso de metáforas ou noções, que têm menos precisão teórica. Ainda assim, a realidade analisada e os elementos explicativos devem balizar as escolhas.

QUADRO 1: Morfologias urbanas; termos, conceitos, noções e expressões representativos do debate

TERMOS/EXPRESSÕES	AUTORES	IDIOMAS
Agglomération	Meuriot (1897), Beaujeu-Garnier (1980)	francês
Conurbation	Geddes (1994 [1915])	inglês
Conurbación	Soja (2008 [2000])	espanhol
Megalopolis	Gottmann (1961)	inglês
Metápolis	Ascher (1995, 2009)	francês
Cidade dispersa	Sposito (2009, 2011)	português
Ciudad dispersa	Monclús (1998, 1999)	espanhol
Cities of dispersal	Segal e Verbakel (2008)	inglês
Città diffusa	Indovina (1997)	italiano
Ciutat difusa	Indovina (1998)	catalão
Ciudad difusa, difusión reticular de la ciudad	Dematteis (1998)	espanhol
Dispersão urbana, urbanização dispersa	Reis (2006, 2007)	português
Urbanisations dispersées	Barattucci (2006 [2004])	francês
Urbanització difusa	Domingues (1998)	catalão
Urbanização difusa	Gama (1992), Domingues (2006), Sposito (2009, 2011)	português
Extended urbanization	Monté-Mór (2004)	inglês
Urbanização extensiva	Monte-Mór (2007)	português
Urban sprawl, posturban regions, postsuburban regions	Fishman (1994)	inglês
Posturbanisation	Ferrier (2001)	francês
Postmetrópolis, postsuburbia, exópolis, exurbanización	Soja (2008 [2000])	espanhol
Região metropolitana polinucleada, cidade exurbana	Gottdiener (1997 [1985])	português
Edge city	Garreau (1991)	inglês
Arranjo urbano-regional	Moura (2009)	português
Cidade-região global	Scott et al (2001)	português
Ciudad-región global	Soja (2006)	espanhol
Global city	Sassen (2001 [1991])	inglês
Polycentric urban region	Kloosterman e Musterd (2001)	inglês
Counter-urbanization	Berry (1976)	inglês
Sociedade urbana	Lefebvre (1999 [1970])	português
Urban Age, endless city	Burdett e Sudjic (2007, 2011)	inglês
Urbanization of the world, globalization of the urban	Soja e Kanai (2007)	inglês

Para o caso brasileiro, malgrado uma assemelhação mais recente com as cidades norte-americanas, algumas especificidades têm de ser levadas em conta para a análise da urbanização e da dispersão urbana. Isso remete à compreensão da formação socioespacial brasileira, estruturalmente baseada em relações oriundas da colonização e da escravidão, findadas em séculos passados, porém com herança recorrente no imaginário social. Voltarei a essa questão posteriormente para explicar a relação entre estruturação espacial e estrutura social. Por ora, vou seguir a provocação de Soja (2008) de "pôr as cidades primeiro", ou seja, começando a análise a partir da investigação da morfologia espacial urbana para, em seguida, mostrar que esta se explica por uma dada estrutura social assim como a reproduz.

Tomando então a dispersão urbana como um fato, porque evidente e perene, vou retomar a epígrafe que abre este capítulo. Trata-se de uma metáfora bastante ilustrativa que Gottdiener (1997) utilizou para descrever a conformação das regiões metropolitanas polinucleadas norte-americanas. Essas regiões são reconheci-

das, pelo autor, como "uma forma qualitativamente nova de espaço" que indica uma mudança no modo de organização social (p. 18). Isso tem um movimento inverso simultâneo, que Gottdiener, não considera – como se nota, por exemplo, na crítica feita aos estudos que atrelavam as injustiças urbanas à distribuição espacial ou às "diferenças de localização" (p. 23) – e que entendo ser fundamental, ou seja, a dupla determinação entre processos sociais e processos espaciais.

A discussão levantada por Gottdiener, ainda que remeta à conformação das metrópoles nos Estados Unidos, não trata exatamente, no meu entender, de uma discussão a respeito do processo de metropolização, mas de uma análise sobre como, já há algum tempo, é virtualmente possível construir espaços com funções urbanas – comerciais, residenciais ou empresariais – em qualquer lugar e tempo, desobedecendo às lógicas tradicionais de produção da cidade. Ainda assim, mesmo sem discutir exatamente o processo de metropolização, que, no país em questão, tem um significado mais prático e estatístico, Gottdiener analisa esse fato a partir das metrópoles, que é onde a dispersão se manifestou primeiro, com mais evidência e hoje ainda de modo mais complexo. É por essa razão também que a maioria dos estudos existentes sobre esse processo tem como foco de análise a realidade metropolitana, em muitos casos entendido como uma das dimensões próprias do processo de metropolização.

A dispersão urbana é, assim, uma faceta do processo de difusão da urbanização pelo planeta e representa, para as cidades, uma quebra nos fechamentos que historicamente as caracterizaram[13]. Isso não significa que o caractere de maior densidade da cidade em relação ao campo esteja desaparecendo, mas que seus limites estão se tornando, cada vez mais, indefiníveis, o que, segundo Sposito (2009, p. 39-40), nos apresenta:

> [...] desafio de grande envergadura, porque nele está contida uma questão de fundo, qual seja haver algum consenso sobre o fato de que as novas formas espaciais, reflexo e condição de novos processos e dinâmicas de natureza econômica, social, política e cultural, possam ser qualificadas de formas espaciais urbanas.

Certamente, não é possível dar qualquer resposta definitiva a esse questionamento de Sposito, mas é possível reproblematizá-lo, colocando-o noutros termos. Se admitirmos a dispersão urbana como fato atual e a urbanização difusa como face que toma a urbanização contemporânea, é possível vislumbrar um consenso a respeito de que as novas formas espaciais oriundas de trans-

formações sociais, culturais, econômicas e políticas sejam, de fato, formas espaciais urbanas, produtos do processo de difusão do urbano, como modo de vida, pelo planeta, assim como da urbanização, como espacialidade que impregna os lugares com caracteres urbanos. No entanto, um consenso sobre ser possível qualificar essas formas como cidade é, certamente, inalcançável, ainda que haja esforços a este respeito, como o da própria autora ao recuperar o conceito de cidade dispersa, desenvolvido principalmente por Monclús (1998, 1999).

Em lugar de discutir a respeito da validade ou não do conceito de cidade para qualificar as novas formas urbanas contemporâneas[14], quero focar-me no conceito de urbanização, que me parece mais adequado para esse debate.

Urbanização é um termo ambivalente, porque expressa coisas distintas e complementares. É simultaneamente social e espacial (Gama, 1992), o que está longe de ser uma tautologia, já que social e espacial não são exatamente a mesma coisa. Enquanto processo social, a urbanização diz respeito às relações sociais responsáveis pela generalização do urbano como modo de vida pelo planeta, o que vai no sentido da constituição de uma sociedade urbana (Lefebvre, 1999). Não estou fazendo referência ainda, nesse caso, à constituição de espacialidades urbanas, posto que o campo, hoje cada vez mais (socialmente) urbanizado, não se transformou e nem é provável que se transforme na forma espacial que reconhecemos como cidade ou espaço urbano, assim como tampouco será completamente esvaziado de sua população. O urbano, nesse sentido, não está confinado nos espaços urbanos.

Por outro lado, são justamente as espacialidades urbanas que indicam a urbanização também como processo espacial, que denomino urbanização difusa como conceito geográfico. É evidente que esses dois processos não ocorrem separadamente, porque estão inseridos numa dialética socioespacial (Soja, 1983, 1993). Em todo caso, é possível falar ora num, ora noutro, já que, como afirma Souza (2009, p. 25):

> Uma tal distinção só seria supérflua se se partisse da absurda premissa de que a categoria espaço social se confunde ou se superpõe inteiramente com a própria categoria sociedade, em vez de dela ser um "subconjunto" (ou seja, como se o espaço social, inflacionado em seu conteúdo a ponto de tornar desnecessário o conceito de sociedade, abarcasse, sem maiores sutilezas, do substrato espacial material aos próprios seres humanos, passando pelas relações sociais).

A partir disso, um novo desafio aparece, que é o de conseguir tratar, ao mesmo tempo, de questões sociais (não diretamente espaciais) e questões espaciais (relacionadas ao espaço social). Esse desafio está inserido na necessidade que Souza (2007) aponta de superação das análises (apenas) de sobrevoo que enfoquem, além de processos e dinâmicas espaciais, a ação (política) dos agentes sociais envolvidos na produção do espaço. Nesse sentido, não somente as práticas espaciais (Lefebvre, 2000; Catalão, 2010), isto é, de produção e apropriação do espaço, precisam ganhar foco, mas também as práticas socioespaciais, ou seja, de produção e apropriação do espaço, assim como as que não são diretamente espaciais.

No que concerne à urbanização difusa, mais precisamente do ponto de vista das espacialidades urbanas, que é foco principal desta tese – sem, portanto, desenvolver uma discussão a respeito do modo de vida urbano, que requer uma abordagem interdisciplinar no âmbito das Ciências Sociais, incluída aí a Geografia –, e à dispersão urbana, subprocesso espacial atinente à transformação das cidades sob este tipo de urbanização, faz-se necessário precisar um conjunto de elementos que nortearão a análise e o debate. Começo ressaltando aquilo a que já me referi no começo deste capítulo, ou seja, que qualquer discussão a respeito da cidade e do urbano é, de certa forma, incompleta quando não abarca suas relações com o campo e o rural. Tanto mais essa assertiva é verdadeira – e afirmo isso com consciência de estar sendo reiterativo – no caso das transformações profundas pelas quais a sociedade e o espaço contemporâneos têm passado, anunciando o advento, no âmbito de uma modernidade líquida (Bauman, 2001), da primeira era urbana da história (Burdett e Rode, 2007) pela (virtual) urbanização completa da sociedade (Lefebvre, 1999). Ainda assim, embora parcial do ponto de vista de uma compreensão mais abrangente, a análise das morfologias urbanas diz respeito a dinâmicas internas dos espaços em que há prevalência de espacialidades urbanas e, portanto, ao ser uma dinâmica específica, essa parcialidade não prejudica as análises e os resultados.

Entendo que a dispersão urbana e a urbanização difusa não são processos perfeitamente coincidentes. O segundo, como já falei, é mais abrangente, pois diz respeito à sociedade e ao espaço mundiais, ou à organização socioespacial à escala do planeta. O primeiro é mais restrito, já que concerne precisamente aos espaços urbanos, e seu uso faz referência direta ao fato para o qual Sposito (2009) chamou a atenção, qual seja, de que a unidade morfológica da cidade con-

temporânea está em processo de dissolução.

A fim de atribuir um conteúdo conceitual mais preciso à noção de dispersão urbana e, assim, inseri-la no debate que os termos apresentados no quadro supraexposto indicam, identifico três elementos característicos fundamentais: (i) um crescimento territorial acentuado; (ii) uma diminuição progressiva das densidades no sentido centro-periferia marcada, contudo, por alternância de áreas de alta e baixa densidades; e (iii) uma perda da continuidade territorial urbana. Isso é propiciado pelas novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, engendra diferentes práticas espaciais e é expressão de um processo mais amplo de segmentação social, que no Brasil é ampliado pela importância que têm as desigualdades sociais na estrutura da sociedade e, por conseguinte, na estruturação espacial. Isso será abordado com mais detalhe no próximo capítulo.

A dispersão urbana expressa-se, primeiramente, pela maior extensão dos tecidos urbanos[15] das cidades, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em relação às suas congêneres pregressas, o que é reflexo de uma inversão entre crescimento populacional e crescimento territorial. Ou seja, as cidades atuais estão territorialmente maiores do que jamais o foram em outros períodos históricos e expandem-se mais sobre o território do que demanda o crescimento de sua população. No caso das metrópoles, esse processo é mais evidente, pois o espaço urbano ganha uma escala regional – traduzida pela denominação espaço metropolitano –, que complexifica a relação entre as escalas da cidade e da rede urbana, como já mencionei. Em consequência, começa a haver uma progressiva diminuição das densidades do centro, que passa a se caracterizar pela compacidade da ocupação, em muitos casos verticalizada, à periferia, que se diferencia por ter uma ocupação mais rarefeita. Trata-se aqui da noção de *étalement urbain* (espraiamento urbano)[16], que a noção de dispersão urbana engloba, mas ultrapassa.

A perda da continuidade territorial urbana aparece como elemento característico da dispersão urbana de maior complexidade em relação aos dois anteriormente citados, porque é ambivalente: de um lado, ele coloca em xeque, mais que os outros, a existência da cidade como unidade territorial; por outro, ele está vinculado ao aumento da continuidade espacial num contexto urbano territorialmente fracionado.

Sposito (2004a), retomando Benevolo (1993), argumenta que a continuidade

territorial urbana, um dos três elementos constitutivos da cidade até o aparecimento da indústria, está diminuindo progressivamente, dando lugar a descontinuidades que se expressam pela presença, no espaço urbano, de áreas não construídas. Nesse sentido, o território da cidade – entendido em suas dimensões jurídico-política, infraestrutural e da apropriação subjetiva[17] – passa a não mais apresentar coincidência perfeita entre o que poderia ser visualmente identificado como cidade, ou seja, a partir da continuidade do ambiente construído, e aquilo que se realiza como tal de forma efetiva, isto é, as funções urbanas e as práticas espaciais dos habitantes. Aparece aí a noção de continuidade espacial urbana como impeditiva à dissolução da vida urbana num contexto em que a forma urbana tradicional está se dissolvendo. Ela se refere mais diretamente às relações e aos movimentos ampliados pelo avanço tecnológico e, para Sposito (2004a), sua existência real ou potencial é o que permite a compreensão da descontinuidade territorial. Essa relação faz que a morfologia da cidade se torne mais complexa.

> Com efeito, muitas vezes, a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infra-estruturas de circulação e comunicação (sistema viário, sistema de fornecimento de água ou captação de esgotos, redes de telefonia, televisão e internet etc.) e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos (veículos automotivos, antenas, microcomputadores etc.).
>
> Quando essas duas dinâmicas – descontinuidade territorial e continuidade espacial – ocorrem simultaneamente e se articulam, pode se reconhecer, no plano da forma urbana, a constituição de rupturas no tecido urbano e, no plano das dinâmicas e processos, a realização da integração espacial (Sposito, 2004a, p. 204, grifos da autora).

As noções de continuidade/descontinuidade territorial e continuidade/descontinuidade espacial foram distinguidas por Sposito (2004a) como solução teórica ao problema de conseguir qualificar os novos processos urbanos, que não estavam contemplados, pelo menos não de forma clara, em outros conceitos como conurbação ou aglomeração, mas também porque esses processos começaram a aparecer dentro da cidade – e não apenas na relação entre cidades diferentes –, o que coloca limitações aos conceitos que têm uma escala regional evidente.

Até aqui, foi possível compor o quadro teórico para uma análise morfológica da cidade inserida no processo de dispersão urbana. Certamente, não se trata de uma análise apenas das formas espaciais urbanas, isto é, de modo isolado, haja

vista que "[a] noção de *morfologia* [...] não se reduz à descrição racional dos objetos urbanos e de seu arranjo (em todos os níveis, aglomeração, bairro, rua, bloco, casa), mas se estende também à repartição, na cidade, dos grupos sociais e das funções" (Roncayolo, 1997, p. 90, grifo do autor)[18]. Refiro-me, mais amplamente, à relação existente entre forma e conteúdo, a mesma que baliza a compreensão da dispersão urbana, pois, assim como a morfologia, também a dispersão tem as formas como referência direta. Font (2007, p. 63) explica isso bem:

> Entendo que *dispersão*, esse paradigma em que todos estamos pensando, no qual estamos trabalhando, é um conceito de natureza topológica, diz respeito às relações das distâncias entre as coisas mais do que um fenômeno de densidade, mais do que um fenômeno de *difusão* (grifos do autor).

Nesse sentido, pareceu-me adequado optar pelo uso de um termo que traduzisse, ao mesmo tempo, os sentidos de espalhar e separar objetos ou pessoas no espaço[19], além de apresentar um caráter visual evidente. Ou seja, a simples referência à expressão "dispersão urbana" evoca imediatamente aquilo de que se está tratando. De igual modo, essa escolha também se pauta no aceite da provocação feita por Soja (2008) de "colocar as cidades primeiro", à qual já fiz alusão. Isso não significa, de forma alguma, a compreensão de que a cidade é forma física explicável apenas pela disposição dos objetos no substrato material. Tampouco quer dizer que a mera descrição dos objetos preceda análises que enfoquem os conteúdos sociais deles. Trata-se de um caminho metodológico segundo o qual se parte das formas para chegar aos conteúdos e processos. Assim, a compreensão da dispersão urbana envolve o entendimento da morfologia da cidade em sua relação com a estrutura social, ou seja, a dialética socioespacial (Soja, 1983, 1993).

1.5. De capitais a metrópoles

Brasília e Curitiba são metrópoles, mas esta afirmação está longe de conter um sentido completo e autoexplicativo, já que o processo de metropolização se tornou complexo e foi afetado pela mundialização do capital e das empresas, num sentido restrito, e do urbano, num sentido mais amplo, como já apresentei. Isso conferiu a algumas metrópoles o caráter de cidades mundiais (ou globais), o que gerou certo problema, pois alguns autores, como Carlos (2001), passaram a atrelar essa dimensão mundial direta de algumas metrópoles ao processo de me-

tropolização, o que é compreensível, já que todas as cidades que são entendidas como mundiais são igualmente metrópoles. Entretanto, nem todas as metrópoles são cidades mundiais, como já evoquei, o que requer certa precaução na compreensão de seu processo de estruturação socioespacial, que denomino metropolização, inspirando-me parcialmente em Bassand (2001).

Uma das saídas para resolver esse problema de identificação entre metrópole e cidade mundial é o uso de classificações que fazem um ranqueamento, indo das metrópoles, ou eventualmente das metrópoles regionais, às metrópoles globais, passando pelas nacionais. Esse tipo de classificação é adequado para o estudo da rede urbana do ponto de vista quantitativo, em que se tomam características formais e contáveis, geralmente levantáveis em recenseamentos, para estabelecer a hierarquia urbana. O estudo *Regiões de influência das cidades* (REGIC), feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1993, 2007) ou *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* (Ribeiro, 2009), por exemplo, utilizam esse tipo de classificação[20].

Entretanto, do ponto de vista teórico-conceitual, outros elementos, mais abstratos e eventualmente subjetivos, também precisam ser considerados numa tentativa de conceitualização da metropolização e da metrópole. O modo de classificação das cidades citado no parágrafo anterior serve de base para uma aproximação da temática, mas seu caráter preciso ligado ao que é quantificável deve ser ultrapassado. Assim, numa abordagem conceitual, não cabe falar de metrópole, metrópole regional, nacional ou mundial. Outra nomenclatura deve ser, pois, utilizada. Ascher (1995, 2009) e Soja (2008), por exemplo, apresentaram uma saída que me parece bastante adequada ao identificar, respectivamente, a metápole e a pós-metrópole, a primeira num esforço mais de conceitualização e a segunda pensada de forma mais metafórica ou epitética.

A partir e a despeito disso, esclareço que Brasília e Curitiba, metrópoles tratadas nesta tese, são cidades da mundialização, porque possuem níveis de integração mundial, mas não são cidades mundiais (ou globais), porque não são centros decisórios de escala internacional, ainda que possam ligar-se diretamente a uma rede de cidades em diferentes países, ajudando a conformar sistemas transnacionais. Este é o mesmo papel desempenhado por Montevidéu, por exemplo, que abriga função política importante como sede do Mercosul, ligando-se de modo direto a Brasília, Buenos Aires e Assunção, sem assumir, contudo, papel protagonista à escala mundial que lhe permitisse a denominação de cidade mun-

dial.

Assim, malgrado as similaridades existentes em relação a alguns aspectos presentes nas realidades metapolitana e pós-metropolitana, não vou adotar estas terminologias para os casos brasiliense e curitibano, entendendo que elas foram pensadas, de forma respectiva, para Paris e Los Angeles, cidades cujas especificidades socioespaciais não coincidem com aquelas de Brasília e Curitiba. Em lugar disso, vou manter os termos metrópole e metropolização, respectivamente forma[21] e processo, por entender sua adequabilidade, atualidade e potência explicativa para tratar de realidades múltiplas e plurais[22]. Apoio-me, para isso, no estudo mais abrangente coordenado por Dureau et al (2000) – ao qual recorri noutro momento (cf. Catalão, 2010) – que tem por princípio a comparação entre 19 metrópoles de diferentes continentes e naturezas. Ainda assim, embora rejeitando o qualificativo de pós-metrópoles para tratar de Brasília e Curitiba, opto por adotar a ideia de Soja (2008), de modo mais amplo, de que estamos passando, mundialmente, por uma transição pós-metropolitana, em que há uma ressignificação dos papéis das metrópoles dentro das redes, assim como uma reestruturação espacial interna. Tratar do presente como uma transição parece-me adequado em função das incertezas em relação ao futuro das cidades e da urbanização, haja vista as esquizofrenias espaciotemporais às quais já me referi e ao advento de uma modernidade líquida, nos termos colocados por Bauman (2001). Do ponto de vista científico, isso implica em maior flexibilidade no tratamento dos conceitos e das realidades às quais eles se referem.

Nesse sentido, tomando então como ponto de partida o que estabelecem Dureau et al (2000), pode-se entender a metrópole como uma forma espacial caracterizada por apresentar, além de seu grande tamanho, elevada concentração e densidade populacionais em relação ao conjunto do território nacional do qual ela faz parte e por desempenhar papéis importantes em redes de relações e sistemas urbanos nacionais e transnacionais. Essas duas características são condicionadas pela configuração espacial metropolitana, ou seja, à articulação entre o núcleo e as demais unidades espaciais componentes das metrópoles e de suas aglomerações, no caso de estas existirem. Além disso, ao contrário de serem restritivas, essas duas características se apresentam como bastante abertas por permitirem a incorporação das especificidades de diferentes formações socioespaciais, bem como as singularidades das metrópoles estudadas.

Antes de tratar com mais acuidade o que foi exposto no parágrafo anterior,

há dois elementos que precisam ser explicitados por serem de bastante relevância para a análise metropolitana no Brasil e mesmo noutras formações socioespaciais. O primeiro refere-se à dimensão política das cidades, especificamente os papéis de sede do governo federal ou estadual, e o segundo, às definições oficiais das metrópoles.

Brasília e Curitiba são capitais, o que lhes confere função política importante no território, sobretudo para a primeira, que é sede do governo do Estado-nação. A função política é componente importante para os papéis que uma cidade desempenha numa rede urbana, mas ser uma capital não é condição *sine qua non* para o processo de estruturação metropolitana. É por essa razão que, no caso brasileiro, nem todas as capitais são metrópoles – como Florianópolis (SC), Campo Grande (MS), Palmas (TO) ou Aracaju (SE) –, assim como nem todas as metrópoles são capitais – caso de Campinas, no interior paulista. Também é de se ressaltar que nem todos os principais polos articuladores de sistemas urbanos são necessariamente capitais nacionais, como ocorre com São Paulo no Brasil, Sidney na Austrália ou Nova Iorque nos Estados Unidos. Entretanto, se para Curitiba a função de capital não é elemento definidor de seu papel metropolitano, no caso de Brasília ser capital federal condiciona sobremaneira este papel, sobretudo por ter sido ela criada para esta finalidade.

O segundo elemento a que fiz menção aparece como complicador. Trata-se da confusão gerada pelas institucionalizações de regiões metropolitanas no Brasil, iniciadas na década de 1970 pelo Governo Federal e continuadas a partir de 1989 pelos governos dos estados. A falta de critérios bem definidos e as motivações mais de ordem político-eleitoreiras acabam por criar regiões metropolitanas onde não há metrópoles, caso de todas as regiões metropolitanas catarinenses, de algumas capitais nordestinas – como Aracaju e Maceió – e de aglomerações no interior do país – por exemplo, as regiões metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá, do Cariri e do Sudoeste Maranhense[23]. Outros países enfrentam essa mesma banalização da metrópole oficial, como a França, país que conta com um número muitíssimo mais elevado de aglomerações urbanas que o Brasil, porém com menos metrópoles reais entre essas aglomerações – vejam-se os exemplos de Nîmes Métropole, Amiens Métropole ou Chambéry Métropole.

Brasília e Curitiba não escaparam à institucionalização dos entes metropolitanos oficiais, nucleando aglomerações que englobam muito mais cidades do que aquelas que, de fato, pertencem às suas dinâmicas metropolitanas respectivas.

Isso é problemático por três razões principais. Primeiramente, a incorporação de cidades que não se integram do mesmo modo à dinâmica da aglomeração coloca limites à execução de projetos e obras de abrangência metropolitana[24]. Em segundo lugar, a elevada concentração e densidade populacional em relação ao restante do território, bem como os papéis de liderança nas redes urbanas nacionais e transnacionais dizem respeito não apenas ao núcleo metropolitano, mas ao conjunto da aglomeração dominada por ele. Em terceiro lugar, nos espaços metropolitanos, a dispersão urbana só pode ser compreendida como processo que pulveriza as periferias em ocupações territorialmente descontínuas, seja de uso residencial – de alto ou baixo padrão socioeconômico –, seja industrial ou comercial. Esta terceira razão é a mais importante para a discussão levantada nesta tese, posto que, no caso de metrópoles, é impossível estabelecer individualidade do núcleo em relação às demais cidades aglomeradas, pois estas são parte do próprio processo de conformação daquele. Para as metrópoles brasiliense e curitibana, essa afirmação é tanto mais verdadeira se considerado o aspecto de dependência da periferia em relação ao núcleo, o que não ocorre com o mesmo peso em aglomerações metropolitanas que apresentam compartilhamento de funções com outras cidades aglomeradas, ainda que não sejam exatamente relações de codependência, pois o núcleo continua com preponderância, como ocorre em Paris ou Los Angeles e, em menor grau, em São Paulo. Ainda assim, se tomadas no detalhe, tampouco Brasília e Curitiba se assemelhariam, já que esta também apresenta extravasamento de algumas funções para a periferia, o que não ocorre com aquela.

Assim, quando me refiro às aglomerações metropolitanas de Curitiba e Brasília, não estou tratando, respectivamente, da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), institucionalizada em 1973 pela Lei Complementar n. 14, e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), oficializada pela Lei Complementar Federal n. 94 de 1998[25], mas das aglomerações conformadas em função dos mais elevados níveis de integração das cidades à dinâmica metropolitana curitibana e brasiliense, baseando-me principalmente, para isso, no estudo *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* (Ribeiro, 2009), além de Catalão (2010), para o caso de Brasília, e Firkowski (2001), para o caso de Curitiba.

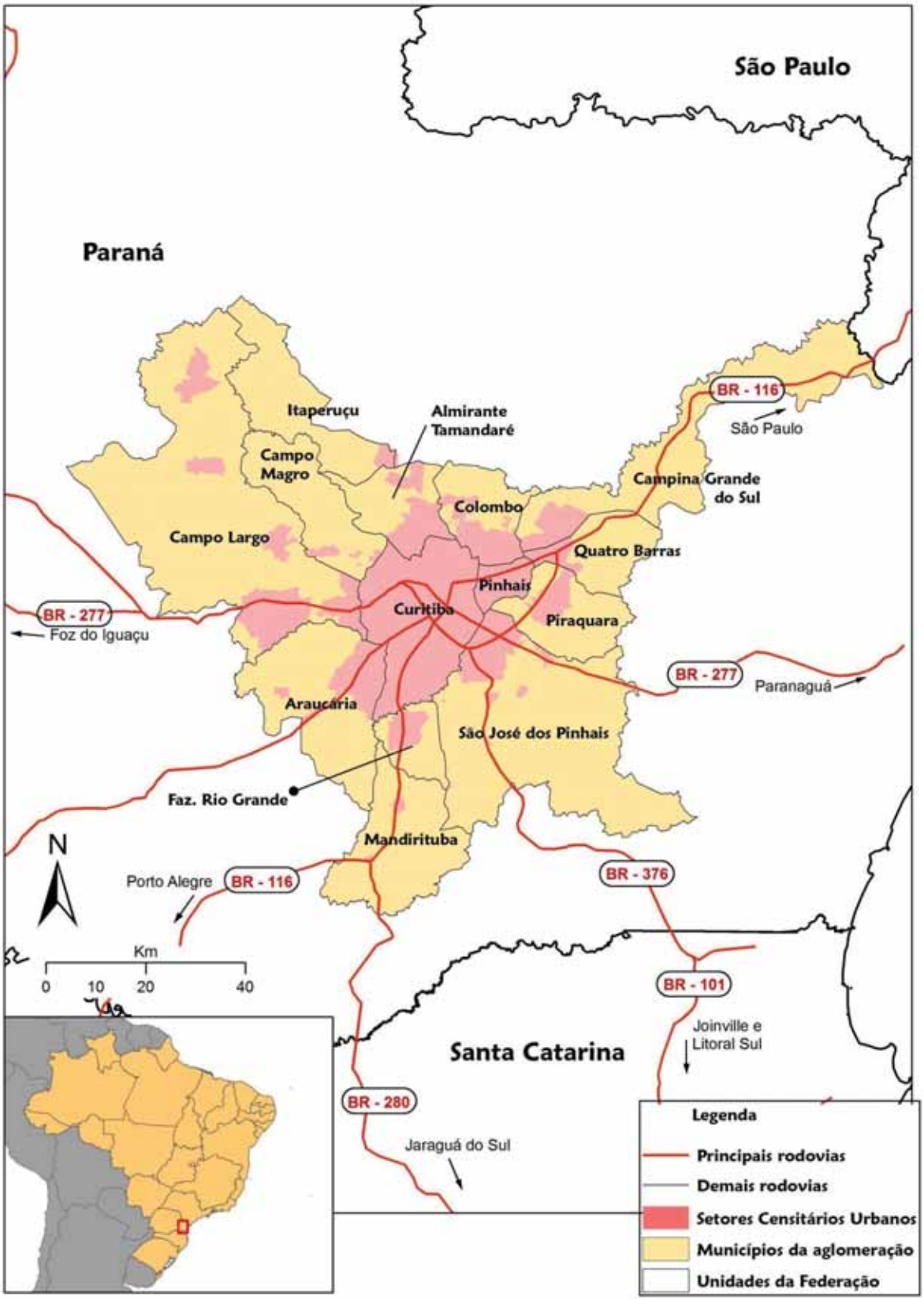
Diante disso, temos a aglomeração curitibana nucleada pela metrópole de Curitiba mais 13 cidades do estado do Paraná: Almirante Tamandaré, Araucária,

Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (Mapa 2). Por sua vez, a aglomeração brasiliense nucleia-se pela metrópole de Brasília mais 7 cidades do estado de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (Mapa 3).

Os processos de estruturação socioespacial metropolitana, ou processos de metropolização, de Brasília e Curitiba são mais ou menos coincidentes no tempo, mesmo que com características espaciais bastante diferentes. Eles têm início na década de 1970, posteriormente às metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, com o desenvolvimento das duas funções que lhe são individualmente condicionantes: no caso de Curitiba, a conformação de seu papel industrial e, no que diz respeito a Brasília, sua consolidação como capital federal. Nas duas cidades, e em cada uma à sua maneira, as políticas de planejamento marcaram de modo bastante intenso tanto a maneira como essas funções se traduziram no território quanto, e em decorrência, a própria estruturação socioespacial metropolitana.

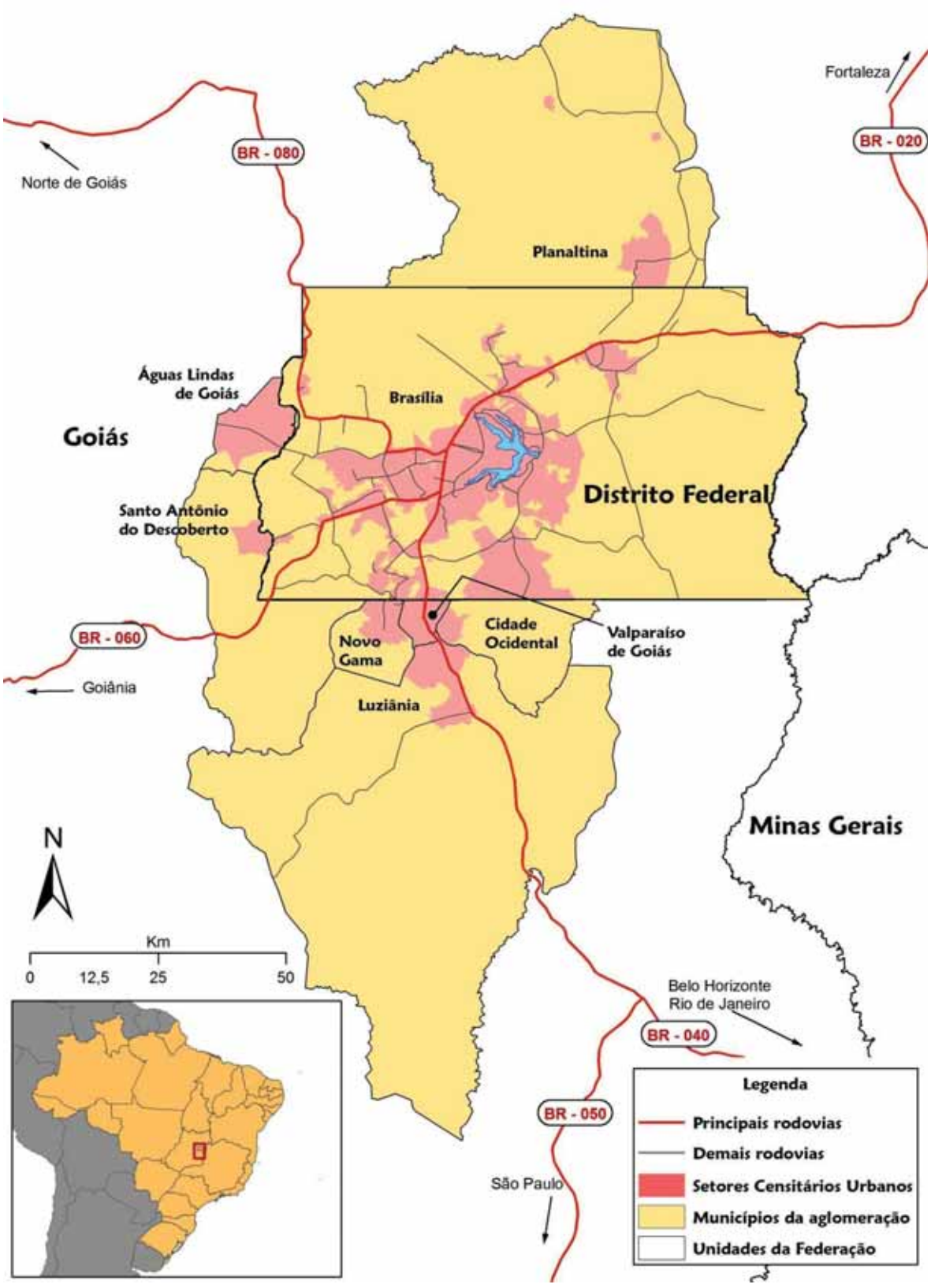
Brasília é o epíteto da cidade modernista, tendo surgido a partir de um projeto de cidade implantado numa porção do território nacional em que a ausência de rugosidades não seria impedimento à sua implantação, como afirmou Santos (1993). Essa busca por um território carente de rugosidades para a realização de um projeto tão ambicioso quanto ousado foi de tal modo intensa que mesmo as rugosidades surgentes em decorrência da própria construção da cidade foram sendo eliminadas, o que teve como corolário a produção da periferia metropolitana.

Em Curitiba, houve uma ação bastante diferente, mas não menos ousada, embora de abrangência escalar bem menor quando das implantações dos planos de ordenamento das décadas de 1960 e 1970. Os traçados da cidade antiga foram alterados para incorporar um planejamento que atrelava a circulação – privilegiando o transporte coletivo – aos tipos de uso das construções nos bairros segundo diferentes zonas. A produção da periferia metropolitana, nesse sentido, não ocorreu como corolário, mas resultou em núcleos urbanos situados em municípios vizinhos atraídos pela dinâmica industrial e urbana do núcleo.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 2: Curitiba; aglomeração metropolitana; 2011



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 3: Brasília; aglomeração metropolitana; 2011

No que tange à configuração espacial do núcleo e da periferia metropolitanos, bem como as articulações entre ambos, Brasília e Curitiba apresentam estruturas bastante diferentes, que são, em parte, condicionadas pela natureza político-administrativa de cada uma das metrópoles. No caso da primeira, o núcleo metropolitano é marcado pelos serviços – sobretudo no centro, que abriga a administração do Estado –, ele é maior e mais heterogêneo e subordina de modo mais intenso a periferia, que se caracteriza largamente por precariedade e dependência. A segunda apresenta uma periferia diversa, que abrange desde zonas industriais importantes, passando por loteamentos e condomínios fechados urbanisticamente notórios, até zonas urbanas dependentes, e contém um núcleo voltado a atividades industriais e terciárias, que subordina a periferia de maneira menos peremptória.

Diferentemente do que ocorre em Curitiba, que é uma cidade mais tradicional[26] em termos de morfologia urbana e apresenta um centro e bairros contíguos, o núcleo metropolitano da aglomeração brasiliense é morfologicamente bastante heterodoxo e apresenta características já marcadamente metropolitanas, mesmo tendo apenas pouco mais de cinquenta e um anos de existência[27]. Isso resulta, entre outras coisas, numa dificuldade, senão impossibilidade, de demarcação dos seus limites. Brasília não é, assim, nada tradicional, tanto porque apresenta um centro urbano bastante disperso[28] quanto por conter, dentro de seus limites político-administrativos, unidades urbanas, em sua maioria, territorialmente descontínuas e não contíguas, popularmente denominadas cidades-satélites[29]. Essa configuração espacial atípica é devida à impossibilidade constitucional de divisão do Distrito Federal em municípios, o que criou uma estrutura político-administrativa *sui generis*, que subordina econômica e politicamente todas as cidades-satélites e o Plano Piloto, sede do Governo Federal, a um poder centralizado, o Governo do Distrito Federal (GDF). Brasília, nesse sentido, nasce e se desenvolve de maneira dispersa sem nunca ter apresentado um centro ou núcleo metropolitano pretérito compacto. Ademais, nenhuma das cidades goianas de sua periferia metropolitana surgiu por desmembramento do território da capital, que é constitucionalmente impassível de desmembramento.

Curitiba, nesse aspecto, é o avesso de Brasília, tanto por ser mais antiga, contando 318 anos[30], quanto por ser mais tradicional em relação àquilo que historicamente se constituiu como cidade, apresentando um centro histórico denso e compacto a partir do qual foram surgindo bairros. Além disso, Curitiba sofreu,

ao longo de sua história, alguns desmembramentos municipais que originaram núcleos urbanos hoje componentes de sua aglomeração metropolitana, como Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais. É de se destacar que a aglomeração curitibana está integralmente contida no estado do Paraná, o que não ocorre, como já destaquei, com a aglomeração brasiliense.

Antes de adentrar a discussão sobre a concentração populacional e os papéis urbanos desempenhados pelas duas metrópoles, quero fazer uma reflexão a respeito da razão pela qual escolhi a noção de aglomeração para me referir a elas em lugar de região, área ou aglomerado.

Região metropolitana é, no Brasil de hoje, uma expressão constitucional que diz respeito a uma delimitação político-administrativa de um conjunto de cidades nucleadas por uma metrópole. Essa delimitação está a cargo dos estados e nem sempre segue critérios coerentes no que concerne à identificação da metrópole. Além disso, também é a delimitação territorial usada pelo IBGE para o levantamento e tratamento de dados. Seu uso, nesta tese, poderia trazer confusão entre o que é oficialmente definido como metrópole e o que é cientificamente conceituado como tal, segundo já discuti (cf. Catalão, 2010). Isso é, de certa maneira, lamentável, dada a potência semântica que o conceito de região apresenta e a adequação do seu uso para fazer referência ao processo de passagem, nas práticas quotidianas, da escala da cidade para a escala da região, que é o que ocorre em processos de aglomeração.

Área metropolitana é uma expressão bastante comum no debate urbano, como adotam Paviani (2007)[31] e Mathieu e Barbosa Ferreira (2006) para Brasília e igualmente o Institut National de la Statistique et des Études Économiques [Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos] (INSEE) para o caso francês. Entretanto, a área remete imediatamente à medição do tamanho de uma superfície e, portanto, atrela-se à dimensão apenas material do território, podendo deixar em suspenso a ideia de processo.

Firkowski (2001) adota a expressão aglomerado metropolitano para fazer referência ao conjunto de cidades que se integram, de fato, à dinâmica metropolitana de Curitiba. A expressão também aparece no volume dedicado a Brasília da série *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano* (2001), já que, na ocasião do estudo que originou a série, a RIDE ainda não havia sido institucionalizada e, portanto, não havia aglomeração oficial alguma envolvendo Brasília e as

cidades circundantes.

Noutra escala, Haesbaert (1995, p. 166) utilizou a expressão “aglomerados de exclusão” para fazer referência aos espaços precários ocupados por “amontoados humanos”, estruturalmente impossibilitados de construir, de modo autônomo, seus “circuitos de vida” pela integração em redes tecnológicas de todos os tipos. O uso dado por Haesbaert ao termo “aglomerado” não é absolutamente diferente dos dois anteriormente mencionados, que é o de unidade, de conjunto espesso[32]. No caso apresentado por Firkowski (2001), significa a compreensão de que existe, dentro da RMC, um conjunto mais restrito de cidades amalgamado pela dinâmica metropolitana de Curitiba. Ainda que concorde com Firkowski quanto à diferença entre a aglomeração oficial e a aglomeração real, considero o termo “aglomerado” demasiado estanque semanticamente – aludindo a uma reunião de coisas que não necessariamente estão conectadas – para ser usado em referência a uma realidade que é processual e composta por multi(pluri)conexões. Nesse sentido, a noção de aglomeração soa muito mais adequada, inclusive porque seus equivalentes noutras línguas são mais antigos e são utilizados[33] com maior frequência.

Assim, opto por adotar a noção de aglomeração, tendo em vista que:

> A palavra tem como vetor de evolução principal o que pode aparecer como designação de três referentes sucessivos e encaixados: a população de um território dado; em seguida, o espaço urbano; enfim, num terceiro tempo, a palavra tenderia a designar uma entidade política ou um território de apropriação – isto é, dotado de certa identidade histórica ou a ser construída (Ratouis, 2010, p. 3, tradução livre)[34].

Além disso, à noção de aglomeração associa-se outra igualmente antiga, que atualmente pode funcionar como seu sinônimo, que é a noção de conurbação, embora me pareça oportuno aventar a hipótese de que uma diferença possível entre as duas noções, neste começo de século, poderia residir no fato de ser a primeira uma formulação mais genérica enquanto a segunda poderia atrelar-se a realidades em que a aglomeração é marcada também pela dispersão urbana. Isso permitira tratar de Curitiba e de Brasília como aglomerações, mas também de Brasília como conurbação. O uso que Soja (2008) fez desta noção ao denominar a grande Los Angeles como uma conurbação parece corroborar essa hipótese, já que esta aglomeração é grandemente marcada pela dispersão dos tecidos urbanos e das práticas socioespaciais.

1.6. Concentração populacional e papéis urbanos

Retomando, agora, os dois critérios, anteriormente mencionados, nos quais se baseia a compreensão da metrópole, destaco que as aglomerações metropolitanas de Brasília e Curitiba figuram entre as principais aglomerações do país, tanto em termos populacionais, como mostra a tabela 1, quanto em termos político-econômicos, como se verá mais adiante.

Os dados da tabela 1 apresentam os contingentes populacionais das 43 aglomerações oficiais brasileiras – Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento, Aglomerações Urbanas e Aglomerados Urbanos[35] – obtidos no recenseamento de 2010, feito pelo IBGE. Destas 43 aglomerações, 22 possuem população superior a um milhão de habitantes, sendo Brasília e Curitiba, respectivamente, a 8ª (3.332.881 hab.) e a 9ª (2.985.248 hab.) maiores.

Embora os dados sejam referentes às aglomerações oficiais, note-se que não há alteração populacional significativa entre a RMC e a RIDE, de um lado, e o que estou denominando de aglomerações curitibana e brasiliense, de outro. No caso de Curitiba, não há sequer perda de posição, enquanto Brasília passa da 5º para a 8º posição, indicando a proximidade populacional de sua aglomeração em relação à de Curitiba.

A pouca significância da alteração populacional supraexposta é explicada justamente pelo fato de serem as referidas aglomerações a expressão territorial das dinâmicas metropolitanas contidas no interior das áreas oficiais. Se, entretanto, em termos de população, a adoção de uma unidade territorial diferente pode não ser significativa, em termos de processos de dispersão e de morfologia urbana esta escolha é fundamental, como será tratado em capítulos subsequentes.

No que concerne à proporção de residentes, temos que, excluindo-se o Distrito Federal, dos 21 municípios componentes da RIDE, apenas sete abrigam 66,5% da população (732.721 hab.) contra 33,5% (384.847 hab.) que residem nos demais 14 municípios. No caso da RMC, esses valores são ainda mais elevados, já que, excetuando-se Curitiba, 13 dos 25 demais municípios integrantes abarcam 86,7% da população (1.233.341 hab.) em oposição aos 13,3% de residentes dos 12 municípios restantes (188.953 hab.). Ressalto que, em ambos os casos, o núcleo metropolitano possui população superior à periferia, com larga vantagem para Brasília, que apresenta 1.307.439 habitantes a mais no núcleo, 2,5 vezes mais que Curitiba, cujo excedente em relação a sua periferia é de ape-

nas 518.566 habitantes. Não obstante, é preciso destacar que essa vantagem é relativa, já que o Distrito Federal é considerado, pelo IBGE, como um único município, ainda que assaz heterogêneo. Uma análise desagregada dos dados poderia permitir uma relativização dessa excessiva concentração populacional no núcleo, mesmo que exista certa dificuldade de delimitação do que poderia, no caso de Brasília, ser considerado núcleo metropolitano. Também no caso de Curitiba essa ressalva poderia ser feita, já que não é toda a cidade que desempenha a função de polo, mas apenas algumas zonas no seu interior.

TABELA 1: Brasil, Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento, Aglomerações Urbanas e Aglomerados Urbanos; populações em valores absolutos e porcentagens; 2010

Posição	Unidades territoriais*	População 2010	% Total	% Brasil
1	Região Metropolitana de São Paulo (SP)	19 683 975	21,38	10,32
2	Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)	11 835 708	12,85	6,20
3	Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	5 414 701	5,88	2,84
4	Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)	3 958 985	4,30	2,08
5	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (DF/GO/MG)	3 717 728	4,04	1,95
6	Região Metropolitana de Recife (PE)	3 690 547	4,01	1,93
7	Região Metropolitana de Fortaleza (CE)	3 615 767	3,93	1,90
8	Região Metropolitana de Salvador (BA)	3 573 973	3,88	1,87
8	Aglomeração metropolitana de Brasília	3 332 881	3,62	1,75
9	Região Metropolitana de Curitiba (PR)	3 174 201	3,45	1,66
9	Aglomeração metropolitana de Curitiba	2 985 248	3,24	1,56
10	Região Metropolitana de Campinas (SP)	2 797 137	3,04	1,47
11	Região Metropolitana de Goiânia (GO)	2 173 141	2,36	1,14
12	Região Metropolitana de Manaus (AM)	2 106 322	2,29	1,10
13	Região Metropolitana de Belém (PA)	2 101 883	2,28	1,10
14	Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)	1 687 704	1,83	0,88
15	Região Metropolitana da Baixada Santista (SP)	1 664 136	1,81	0,87
16	Região Metropolitana de Natal (RN)	1 351 004	1,47	0,71
17	Região Metropolitana da Grande São Luís (MA)	1 331 181	1,45	0,70
18	Região Metropolitana de João Pessoa (PB)	1 198 576	1,30	0,63
19	Região Metropolitana de Maceió (AL)	1 156 364	1,26	0,61
20	Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (MA/PI)	1 150 959	1,25	0,60
21	Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense (SC)	1 094 412	1,19	0,57
22	Região Metropolitana de Florianópolis (SC)	1 012 233	1,10	0,53
23	Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (MT)	944 163	1,03	0,49
24	Região Metropolitana de Aracaju (SE)	835 816	0,91	0,44
25	Aglomerado Urbano Cuiabá-Várzea Grande (MT)	803 694	0,87	0,42
26	Região Metropolitana de Londrina (PR)	801 817	0,87	0,42
27	Região Metropolitana de Campina Grande (PB)	736 381	0,80	0,39
28	Aglomeração Urbana do Nordeste (RS)	716 427	0,78	0,38
29	Região Metropolitana de Maringá (PR)	690 303	0,75	0,36
30	Região Metropolitana do Vale do Itajaí (SC)	689 731	0,75	0,36
31	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina-Juazeiro (PE/BA)	686 410	0,75	0,36
32	Região Metropolitana do Vale do Aço (MG)	615 297	0,67	0,32
33	Região Metropolitana do Agreste (AL)	601 049	0,65	0,32
34	Aglomeração urbana do Sul (RS)	578 034	0,63	0,30
35	Região Metropolitana do Cariri (CE)	564 478	0,61	0,30
36	Região Metropolitana Carbonífera (SC)	550 206	0,60	0,29
37	Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí (SC)	532 771	0,58	0,28
38	Região Metropolitana de Macapá (AP)	499 466	0,54	0,26
39	Região Metropolitana de Chapecó (SC)	403 494	0,44	0,21
40	Região Metropolitana de Tubarão (SC)	356 721	0,39	0,19
41	Região Metropolitana de Lages (SC)	350 532	0,38	0,18
42	Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (MA)	345 873	0,38	0,18
43	Aglomeração Urbana do Litoral Norte (RS)	283 959	0,31	0,15
-	*Total***	*92 077 259*	*100,00*	*48,27*
-	Brasil	190 755 799	-	100,00

Notas: * Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDs), Aglomerações Urbanas, Aglomerados Urbanos e Regiões Metropolitanas (RMs), exclusive colares e áreas de expansão para os casos em que estes existam. ** As aglomerações de Brasília e Curitiba não foram consideradas neste total por já terem sido contabilizadas a RIDE e a RMC.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: do autor.

A partir da tabela 1, é possível notar que, no Brasil, cerca de 50% da população reside em aglomerações, o que representa mais de 92 milhões de pessoas. Deste total, 6,86% residem nas aglomerações de Brasília e Curitiba, ou seja, 3,31% da população do país. Essa proporção é bastante significativa, considerando o tamanho da população brasileira e as proporções das demais aglomerações, inclusive São Paulo que, mesmo sendo a maior aglomeração brasileira e latino-americana[36], não chega a apresentar uma proporção populacional de 22% em relação ao conjunto das aglomerações e 11% com respeito ao país.

Considerando a relação entre o tamanho de suas populações e dos seus territórios no conjunto dos seus respectivos estados, como se verá na tabela 2, fica ainda mais evidente que as aglomerações brasiliense e curitibana se constituem em áreas de grande concentração populacional. A primeira responde por quase 39% da população adicionada, embora ocupe apenas 4,07% do conjunto dos territórios do Distrito Federal e do estado de Goiás. A segunda concentra, em 2,80% do território do Paraná, 28,58% de sua população.

TABELA 2: Distrito Federal, Goiás e Paraná, aglomerações metropolitanas de Brasília e Curitiba e respectivos municípios componentes; populações e áreas em valores absolutos e porcentagens; 2010

Unidade territorial	População 2010	% Pop/estado	Área (km^2)	% Área/estado	Densidade demográfica (hab/km^2)
Brasília	2 570 160	29,98	5 787,78	1,67	444,07
Águas Lindas de Goiás	159 378	1,86	188,38	0,05	846,03
Cidade Ocidental	55 915	0,65	389,92	0,11	143,40
Luziânia	174 531	2,04	3 961,12	1,15	44,06
Novo Gama	95 018	1,11	194,15	0,06	489,41
Planaltina	81 649	0,95	2 538,20	0,73	32,17
Santo Antônio do Descoberto	63 248	0,74	944,05	0,27	67,00
Valparaíso de Goiás	132 982	1,55	60,53	0,02	2 197,14
Entorno metropolitano	*762 721*	*8,90*	*8 276,34*	*2,39*	*92,16*
Aglomeração metropolitana de Brasília	*3 332 881*	*38,87*	*14 064,12*	*4,07*	*236,98*
Goiás e Distrito Federal	8 573 948	100,00	345 891,25	100,00	24,79
Curitiba	1 751 907	16,77	435,27	0,22	4 024,84
Almirante Tamandaré	103 204	0,99	194,75	0,10	529,94
Araucária	119 123	1,14	469,17	0,24	253,90
Campina Grande do Sul	38 769	0,37	538,97	0,27	71,93
Campo Largo	112 377	1,08	1 249,42	0,63	89,94
Campo Magro	24 843	0,24	275,57	0,14	90,15
Colombo	212 967	2,04	197,36	0,10	1 079,08
Fazenda Rio Grande	81 675	0,78	116,68	0,06	700,02
Itaperuçu	23 887	0,23	314,42	0,16	75,97
Mandirituba	22 220	0,21	379,18	0,19	58,60
Pinhais	117 008	1,12	60,75	0,03	1 926,09
Piraquara	93 207	0,89	227,03	0,11	410,54
Quatro Barras	19 851	0,19	181,13	0,09	109,59
São José dos Pinhais	264 210	2,53	946,44	0,47	279,16
Entorno metropolitano	*1 233 341*	*11,81*	*5 150,87*	*2,58*	*239,44*
Aglomeração metropolitana de Curitiba	*2 985 248*	*28,58*	*5 586,14*	*2,80*	*534,40*
Paraná	10 444 526	100,00	199 316,69	100,00	52,40

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: do autor.

Em sua aglomeração, Curitiba é o município que apresenta maior densidade demográfica (4.024,84 hab./km²), com bastante distância em relação ao segundo e terceiro colocados, respectivamente Pinhais (1.926,09 hab./km²) e Colombo (1.079,08 hab./km²). Já no que tange à aglomeração brasiliense, Brasília ocupa a quarta posição (444,07 hab./km²), ficando Valparaíso de Goiás em primeiro lugar (2.197,14 hab./km²), seguida de Águas Lindas de Goiás (846,03 hab./km²)[37]. Ademais, a densidade demográfica total da aglomeração curitibana é quase o dobro daquela existente na aglomeração de Brasília.

Essas constatações evidenciam, como já destaquei, a diferença entre a capital federal e a capital paranaense no que concerne às formas de produção e ocupação dos seus territórios e, por consequência, às morfologias urbanas resultantes, o que está fundamentalmente atrelado ao modo como a urbanização difusa se expressa numa aglomeração e noutra, com dispersão urbana mais marginal no caso de Curitiba e tanto central quanto marginal no caso de Brasília.

Como é de se esperar para um contexto metropolitano, ambas as aglomerações são marcadas por uma população predominantemente urbana[38], como pode ver visto nas tabelas 3 e 4, com índices acima da média nacional, que é bastante elevada (84,36%), e bem superior à média mundial (53%)[39]; a aglomeração de Brasília é cerca de 97% urbana e a de Curitiba, aproximadamente 95%.

No interior das aglomerações, as informações do parágrafo anterior ganham mais relatividade, na medida em que alguns detalhes aparecem, segundo as referidas tabelas indicam. O que eu gostaria de destacar, em primeiro lugar, é a existência de populações 100% urbanas, como ocorre em Curitiba e Pinhais, na aglomeração curitibana, e em Valparaíso de Goiás, na aglomeração brasiliense. Em segundo lugar, destaco Mandirituba, na aglomeração de Curitiba, como único caso, entre as duas aglomerações, em que não somente a população urbana é bem reduzida (33,37%), como é inferior à população rural (66,63%). No caso da aglomeração de Brasília, apenas Cidade Ocidental apresenta proporção menor de residentes urbanos (78,07%). Em terceiro lugar, ressalto os casos em que existe grande contingente de residentes fora da sede municipal, o que é grande indicativo de atração por parte de outra unidade urbana e, nalguns casos, de dispersão do tecido. Luziânia é o principal desses casos na aglomeração de Brasília, contando 64.547 habitantes em zonas urbanas fora da sede municipal (36,98%). Na aglomeração de Curitiba, o destaque recai em Campo Magro, onde a maior parte da população urbana (59,53%) não reside na sede municipal, seguida de Campo

Largo (17,06%) e São José dos Pinhais (15,12%).

TABELA 3: Brasil, Curitiba, aglomeração metropolitana e municípios integrantes; população por situação em valores absolutos e porcentagens; 2010

Unidade territorial	Situação*	População	%
Curitiba	Total	1 751 907	100,00
	Urbana	1 751 907	100,00
	Urbana na sede municipal	1 751 907	100,00
Almirante Tamandaré	Total	103 204	100,00
	Urbana	98 892	95,82
	Urbana na sede municipal	90 967	88,14
Araucária	Total	119 123	100,00
	Urbana	110 205	92,51
	Urbana na sede municipal	109 547	91,96
Campina Grande do Sul	Total	38 769	100,00
	Urbana	31 961	82,44
	Urbana na sede municipal	31 961	82,44
Campo Largo	Total	112 377	100,00
	Urbana	94 171	83,80
	Urbana na sede municipal	74 999	66,74
Campo Magro	Total	24 843	100,00
	Urbana	19 547	78,68
	Urbana na sede municipal	4 759	19,16
Colombo	Total	212 967	100,00
	Urbana	203 203	95,42
	Urbana na sede municipal	190 882	89,63
Fazenda Rio Grande	Total	81 675	100,00
	Urbana	75 928	92,96
	Urbana na sede municipal	75 928	92,96
Itaperuçu	Total	23 887	100,00
	Urbana	19 956	83,54
	Urbana na sede municipal	19 956	83,54
Mandirituba	Total	22 220	100,00
	Urbana	7 414	33,37
	Urbana na sede municipal	5 190	23,36
Pinhais	Total	117 008	100,00
	Urbana	117 008	100,00
	Urbana na sede municipal	117 008	100,00
Piraquara	Total	93 207	100,00
	Urbana	45 738	49,07
	Urbana na sede municipal	45 738	49,07
Quatro Barras	Total	19 851	100,00
	Urbana	17 941	90,38
	Urbana na sede municipal	12 629	63,62
São José dos Pinhais	Total	264 210	100,00
	Urbana	236 895	89,66
	Urbana na sede municipal	196 959	74,55
Aglomeração metropolitana de Curitiba	*Total*	*2 985 248*	*100,00*
	Urbana	*2 830 766*	*94,83*
	Urbana na sede municipal	*2 728 430*	*91,40*
Brasil	Total	190 755 799	100,00
	Urbana	160 925 792	84,36
	Urbana na sede municipal	143 792 645	75,38

Nota: * A categoria "urbana na sede municipal" exclui a população residente nas áres urbanas isoladas.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: do autor.

TABELA 4: Brasil, Brasília, aglomeração metropolitana e municípios integrantes; população por situação em valores absolutos e porcentagens; 2010

Unidade territorial	Situação*	População	%
Brasília	Total	2 570 160	100,00
	Urbana	2 482 210	96,58
	Urbana na sede municipal	2 467 139	95,99
Águas Lindas de Goiás	Total	159 378	100,00
	Urbana	159 138	99,85
	Urbana na sede municipal	159 138	99,85
Cidade Ocidental	Total	55 915	100,00
	Urbana	43 654	78,07
	Urbana na sede municipal	43 654	78,07
Luziânia	Total	174 531	100,00
	Urbana	162 807	93,28
	Urbana na sede municipal	98 260	56,30
Novo Gama	Total	95 018	100,00
	Urbana	93 971	98,90
	Urbana na sede municipal	93 971	98,90
Planaltina	Total	81 649	100,00
	Urbana	77 582	95,02
	Urbana na sede municipal	76 286	93,43
Santo Antônio do Descoberto	Total	63 248	100,00
	Urbana	56 808	89,82
	Urbana na sede municipal	56 808	89,82
Valparaíso de Goiás	Total	132 982	100,00
	Urbana	132 982	100,00
	Urbana na sede municipal	132 982	100,00
Aglomeração metropolitana de Brasília	*Total*	*3 332 881*	*100,00*
	Urbana	*3 209 152*	*96,29*
	Urbana na sede municipal	*3 128 238*	*93,86*
Brasil	Total	190 755 799	100,00
	Urbana	160 925 792	84,36
	Urbana na sede municipal	143 792 645	75,38

Nota: * A categoria "urbana na sede municipal" exclui a população residente nas áres urbanas isoladas.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: do autor.

Em termos de crescimento populacional, demonstrado na tabela 5, ambas as aglomerações apresentaram queda no período 1970-2010, acompanhando os ritmos de crescimento das demais aglomerações brasileiras e do país como um todo (Brito, Horta e Amaral, 2001). Entre as duas aglomerações, a de Curitiba apresentou, no período 2000-2010, taxa de crescimento inferior a 1,4%, um ponto percentual abaixo da aglomeração de Brasília. No período 1970-1980, esta apresentou taxa global de crescimento de 8,03%, tendo o entorno metropolitano crescido mais de 9,5%, ou seja, cerca de 1,7% a mais que o núcleo. A aglomeração curitibana, por sua vez, acresceu, no mesmo período, 5,82%, com taxa de 7,8% para o entorno, 2,58% superior ao núcleo.

TABELA 5: Aglomerações metropolitanas de Brasília e Curitiba e municípios integrantes; populações absolutas e percentuais de crescimento anual; 1970-2010

Unidade territorial	População					Taxa de crescimento anual (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970--1980	1980--1991	1991--2000	2000--2010	1970--2010
Curitiba	624 362	1 052 147	1 313 094	1 586 848	1 751 907	5,22	2,22	2,12	0,99	2,65
Almirante Tamandaré	15 299	34 157	66 159	88 277	103 204	8,03	6,61	3,23	1,56	4,91
Araucária	17 117	34 789	61 889	94 258	119 123	7,09	5,76	4,72	2,34	4,99
Campina Grande do Sul	7 891	9 800	19 343	34 566	38 769	2,17	6,80	6,51	1,15	4,09
Campo Largo	34 405	54 834	72 523	92 782	112 377	4,66	2,80	2,76	1,92	3,04
Campo Magro	-	-	-	20 409	24 843	-	-	-	1,97	-
Colombo	19 258	62 882	117 767	183 329	212 967	11,83	6,27	4,96	1,50	6,18
Fazenda Rio Grande	-	-	-	62 877	81 675	-	-	-	2,62	-
Itaperuçu	-	-	-	19 344	23 887	-	-	-	2,11	-
Mandirituba	11 036	15 444	38 336	17 540	22 220	3,36	9,09	-8,77	2,37	1,80
Pinhais	-	-	-	102 985	117 008	-	-	-	1,28	-
Piraquara	21 253	70 641	106 882	72 886	93 207	12,01	4,14	-4,29	2,46	3,80
Quatro Barras	4 066	5 717	10 007	16 161	19 851	3,41	5,60	5,38	2,06	4,07
São José dos Pinhais	34 124	70 643	127 455	204 316	264 210	7,28	5,90	5,29	2,57	5,26
Entorno metropolitano	*164 449*	*358 907*	*620 361*	*1 009 730*	*1 233 341*	7,80	5,47	5,46	2,00	5,18
Aglomeração metropolitana de Curitiba	*788 811*	*1 411 054*	*1 933 455*	*2 596 578*	*2 985 248*	5,82	3,15	3,31	1,39	3,42
Brasília	546 015	1 203 333	1 598 415	2 043 169	2 570 160	7,90	2,84	2,75	2,29	3,98
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	105 746	159 378	-	-	-	4,10	-
Cidade Ocidental	-	-	-	40 377	55 915	-	-	-	3,26	-
Luziânia	32 807	92 817	207 674	141 082	174 531	10,40	8,05	-4,34	2,13	4,30
Novo Gama	-	-	-	74 380	95 018	-	-	-	2,45	-
Planaltina	8 972	16 178	40 201	73 718	81 649	5,90	9,10	6,80	1,02	5,67
Santo Antônio do Descoberto	-	-	35 509	51 897	63 248	-	-	4,26	1,98	-
Valparaíso de Goiás	-	-	-	94 856	132 982	-	-	-	3,38	-
Entorno metropolitano	*41 779*	*108 995*	*283 384*	*582 056*	*762 721*	9,59	9,56	8,07	2,70	7,46
Aglomeração metropolitana de Brasília	*587 794*	*1 312 328*	*1 881 799*	*2 625 225*	*3 332 881*	8,03	3,60	3,73	2,39	4,46

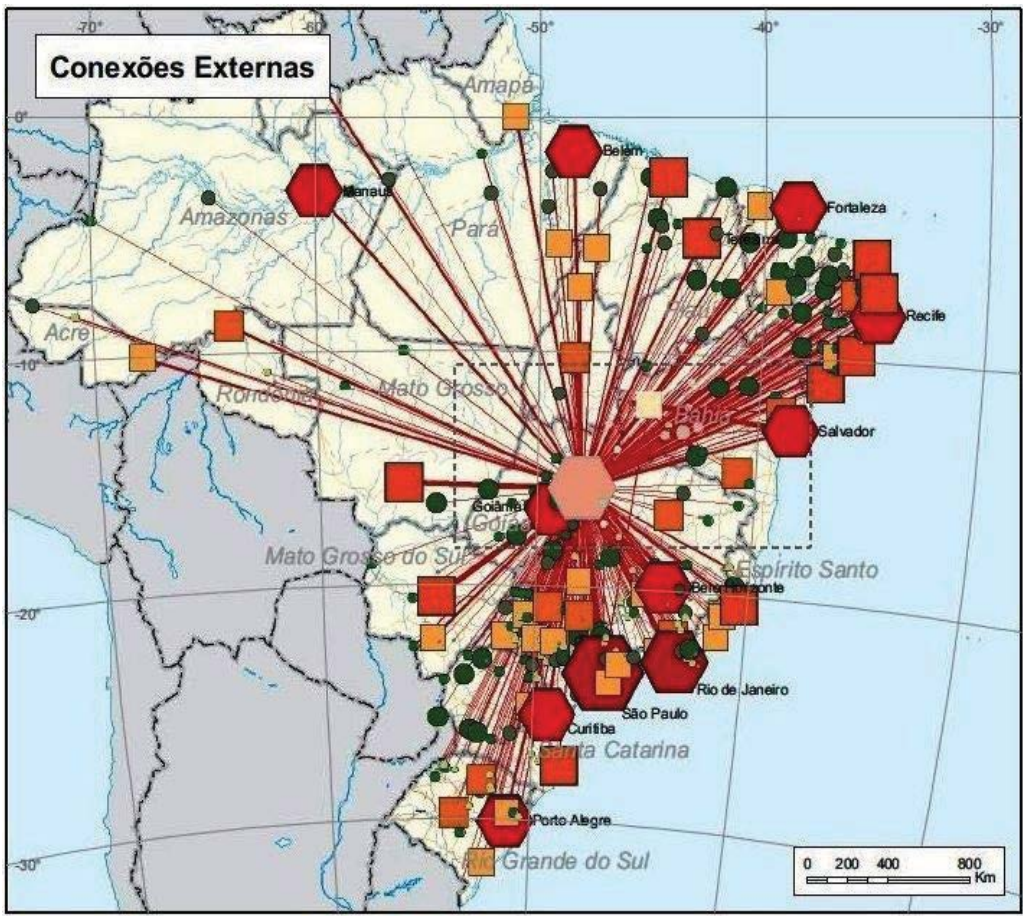
Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Cálculo das taxas de crescimento anual: Marília Miranda Forte Gomes. Organização: do autor.

No que diz respeito aos municípios integrantes das aglomerações, destaco que as taxas de crescimento negativas refletem desmembramentos municipais, como é o caso de Luziânia, na aglomeração de Brasília, que teve três desmembramentos na década de 1990[40], e de Piraquara, na aglomeração de Curitiba, que sofreu um desmembramento na mesma década[41].

No que concerne aos papéis urbanos desempenhados por Brasília e Curitiba em diferentes redes, começo por destacar a posição dessas cidades no sistema urbano brasileiro como centros de gestão do território nacional, tal como identificada pelo IBGE no estudo *Regiões de influências das cidades* (2008), considerando-se os níveis de centralidade dos poderes executivo e judiciário federal e das empresas, e também a existência de equipamentos e serviços de diferentes naturezas.

Segundo o referido estudo, Brasília e Curitiba são aglomerações metropolitanas de grande porte, com inter-relações intensas e grande área de influência direta, sendo que a primeira ocupa, juntamente com Rio de Janeiro e São Paulo, o primeiro nível da hierarquia da gestão do território, ou seja, são metrópoles nacionais. A segunda, por sua vez, encontra-se no segundo nível, o das metrópoles, ao lado de Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador.

As figuras seguintes permitem verificar a intensidade das conexões externas das duas metrópoles no sistema urbano nacional. Note-se que as interligações de Brasília (Figura 1) abrangem todo o território nacional, enquanto as de Curitiba (Figura 2) se restringem às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mais o estado de Rondônia na região Norte.

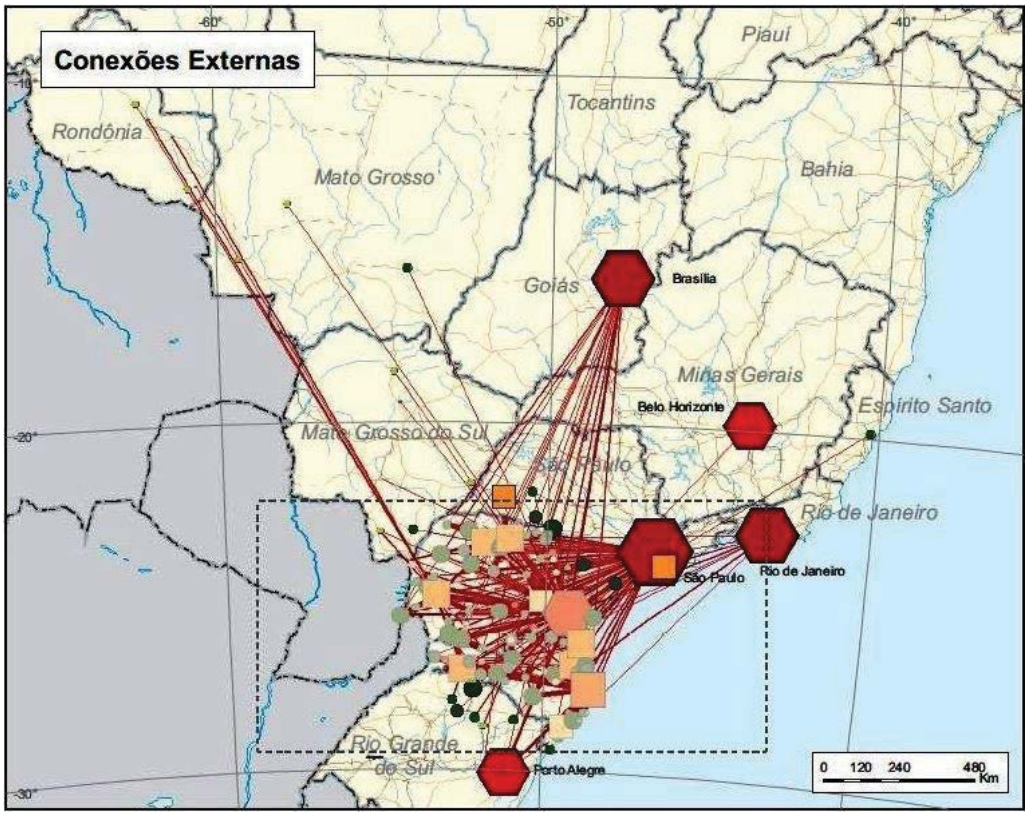


Fonte: extraído de IBGE (2008, p. 88).

FIGURA 1: Brasília; conexões no sistema urbano nacional; 2007

Brasília, no estudo *Regiões de influências das cidades* (IBGE, 2008), parece ter tido seu papel superdimensionado no todo em razão da maior valorização da função política ligada à administração do Estado, já que se trata da capital federal. Essa valorização da função política ocasionou, no caso de Curitiba, uma diminuição relativa de seu papel no sistema urbano, já que se trata de uma metrópole cuja importância se apoia mais em atividades industriais e empresariais. No estudo *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* (Ribeiro, 2009), por outro lado, as variáveis escolhidas permitem amenizar essa distorção, colocando Brasília numa posição mais inferior no sistema urbano nacional, ainda à frente de Curitiba,

mesmo que se pudesse criticar a pouca importância dada aos indicadores ligados à administração do Estado, já que a função política das cidades, como já mencionei, é condicionante dos papéis desempenhados por elas na rede urbana. No estudo, considerou-se apenas o fato de as cidades serem ou não capitais.



Fonte: extraído de IBGE (2008, p. 95).

FIGURA 2: Curitiba; conexões no sistema urbano nacional; 2007

Na figura 3, apresento uma tabela, extraída do referido estudo, que identifica as aglomerações que apresentam caráter metropolitano a partir dos indicadores utilizados. Há que se notar a semelhança global entre Brasília e Curitiba, respectivamente na quinta e sexta posições, assim como as diferenças específicas.

Curitiba apresentou, em 2003, um total de operações bancário-financeiras apenas levemente superior à metade das operações realizadas em Brasília (55,41%), embora tivesse apresentado, em 2002, maior número de pessoas empregadas em atividades de ponta (42,85% a mais) e abrigasse, em 2004, 14 sedes das 500 maiores presentes no país, seis a mais que Brasília.

Espaço Urbano	Indicadores						
	População Estimada 2004	Número de Agências Bancárias 2003	Total Operações Bancárias / Financeiras 2003 (R$)	Massa de Rendimento Mensal 2000 (R$)	Total Empregos Formais Atividades de Ponta 2002	Total Passageiros Tráfego Aéreo 2003	Total Sedes 500 Maiores Empresas 2004
São Paulo	19.127.370	2.211	290.370.351.319	9.088.632.439	575.693	15.892.622	178
Rio de Janeiro	11.298.480	1.104	70.874.367.409	4.902.060.829	182.045	7.885.088	60
Belo Horizonte	5.287.713	450	28.606.222.436	1.843.946.104	92.762	3.106.930	21
Porto Alegre	3.983.980	458	26.813.064.420	1.699.966.073	80.972	2.520.943	31
Brasília	3.370.265	215	44.982.681.326	1.432.134.395	40.276	5.908.893	8
Curitiba	3.110.455	288	24.926.256.461	1.267.829.534	70.746	2.339.696	14
Salvador	3.290.957	220	10.977.562.268	941.104.888	40.062	2.881.626	17
Recife	3.551.809	213	9.143.923.351	938.201.867	35.265	2.239.806	5
Fortaleza	3.283.710	158	11.757.461.218	755.310.994	21.885	1.473.812	6
Campinas	2.580.376	281	13.254.223.361	1.122.397.737	75.732	652.609	17
Manaus	1.592.555	68	2.659.250.823	368.891.104	38.810	1.083.488	18
Vitória	1.593.415	128	5.628.493.840	530.565.143	11.262	1.121.822	11
Belém	2.004.306	78	3.529.594.536	491.437.126	9.869	1.096.816	4
Goiânia	1.964.214	131	5.259.853.578	684.183.192	17.959	753.485	5
Florianópolis	912.326	118	3.345.536.189	400.368.110	12.890	1.112.112	2

Fonte: extraído de Ribeiro (2009, p. 06).

FIGURA 3: Aglomerações metropolitanas; posição no sistema urbano e indicadores classificatórios; 2000-2004

Em termos de concentração de atividades (Figura 4), tem-se, para a aglomeração de Brasília, um padrão muito concentrado na cidade-polo, o que difere um pouco relativamente ao que ocorre na aglomeração curitibana, cuja cidade-polo também é concentradora, porém em menor intensidade, já que algumas atividades estão mais dispersas na aglomeração, sobretudo em Araucária, que abriga uma das mais importantes refinarias de petróleo do país[42], e em São José dos Pinhais, importante centro industrial e de atividades de ponta da aglomeração[43]. No caso da aglomeração brasiliense, nenhuma atividade de grande significância está concentrada fora da cidade-polo, destacando-se, contudo, importante zona comercial surgente em Valparaíso de Goiás, única cidade da periferia metropolitana a abrigar durante muito tempo um *shopping center*[44].

Categoria	Aglomeração		
	Muito Concentrada	Concentrada	Menos Concentrada
1			São Paulo
2		Rio de Janeiro	
3	Brasília	Curitiba Fortaleza Salvador	Porto Alegre Recife Belo Horizonte
4	Belém Goiânia	Florianópolis	Vitória Campinas

Fonte: extraído de Ribeiro (2009, p. 44).

FIGURA 4: Aglomerações metropolitanas; níveis de concentração de atividades; 2000-2004

Essa discussão a respeito dos papéis urbanos desempenhados por Brasília e Curitiba no sistema urbano nacional, atrelada a uma análise sobre os níveis de integração e concentração de suas respectivas aglomerações, diz respeito à interconexão existente entre a configuração espacial da metrópole e a configuração territorial das redes urbanas que elas comandam ou das quais são nós importantes. Em outras palavras, a importância de uma cidade na rede urbana tem muito a ver com o conjunto de atividades que ela abriga, atividades estas que condicionam, às vezes de maneira peremptória, sua estruturação espacial interna. A instalação de parques automotivos na periferia metropolitana de Curitiba ou a alta concentração de atividades terciárias superiores ligadas à administração do Estado no Plano Piloto de Brasília são exemplos paradigmáticos de como a instalação e o reforço de atividades nacional e mesmo internacionalmente importantes em parcelas específicas do território da cidade direciona as formas de produção e apropriação do espaço urbano. Trata-se, pois, da interconexão entre três escalas: a escala do espaço urbano e aquelas referentes aos dois tipos de sistemas urbanos apontados por Offner (2000, p. 173):

> Outros comentam que há ainda coabitação entre dois tipos de sistemas urbanos, um sistema de lugares centrais por um lado (uma região é formada ao redor de uma cidade, o centro hierárquico de um quadro urbano) e, por outro, um sistema reticular (a cidade como *hub* de uma rede mundial). Historiadores enfatizam que 'muitas cidades, particularmente as grandes, inserem-se em ambos os sistemas' (tradução livre)[45].

Nesses dois sistemas, as metrópoles apresentam-se como nós importantes, algumas delas desempenhando, no sistema reticular, uma função de comando que lhes garante o qualificativo de cidades mundiais (ou globais), como anteriormente destacado.

Notas

[1] Mesmo no passado não havia essa coincidência perfeita, já que os símbolos e valores do campo se superpunham aos da cidade.

[2] O termo periferia é usado nesta tese no seu sentido mais genérico, sem qualquer carga semântica pejorativa. A periferia, portanto, é aquela porção da cidade que não se constitui em centro, podendo conter conteúdos variados e características socioespaciais de diferentes naturezas. Em vários momentos, o termo será utilizado como sinônimo de entorno (p. e. periferia metropolitana). Uma boa discussão a esse respeito pode ser encontrada em Sposito (2004b).

[3] Monte-Mór (2007) emprega o termo "tecido" no mesmo sentido metafórico empregado por Lefebvre (1999), referindo-se ao fato de o urbano ter-se ampliado para além da cidade; não coincide, nesse caso, com o "tecido urbano" que empregamos para fazer referência às porções do território ocupadas com funções urbanas.

[4] Space itself may be primordially given, but the organization, use, and meaning of space is a product of social translation, transformation and experience.

[5] Estou tomando aqui a acepção mais ampla de social, como entendida por Lefebvre (2000), no sentido de englobar também o político, o econômico e o cultural. Segundo explica Soja (1996), trata-se de uma das três formas a partir das quais o ser humano se constitui: o social (ou a socialidade), o temporal (ou a temporalidade) e o espacial (ou a espacialidade).

[6] Maior detalhe será dado à noção de aglomeração ao final deste capítulo.

[7] The overwhelming fact of the 20th-century world urbanism has been the creation of a new kind of decentralised city; [...] urban functions spread out along highways growth corridors in low-density settlements that combine urban, suburban and rural elements in a seemingly random and endless collage. This city exists in its most advanced form in the United States but the economic, social and technological forces which have created it can be seen worldwide.

[8] A noção de conurbação foi pensada por Geddes (1994 [1915]) em referência à Londres do final do século XIX e começo do XX. Hoje é equivocadamente utilizada como sinônimo de "continuidade territorial urbana", embora essa característica não estivesse presente na formulação do autor. Soja (2008) fez uma adequada recuperação da noção ao analisar a aglomeração de Los Angeles, que é marcadamente dispersa.

[9] The spatial extent of the urban scale is demarcated much more acutely by the field over which a daily journey to work is feasible.

[10] Formidável no sentido de algo que ultrapassa as dimensões usuais.

[11] Concordo com Souza (2007) sobre a necessidade de superar a análise da diferenciação espacial (que considera apenas o espaço social) em função de uma diferenciação socioespacial (que leva em conta as relações sociais e o espaço social), ainda que discorde da tradução ortográfica que ele emprega para explicar esse pensamento.

[12] Ao falar do par cidade/metrópole, o par dialético quantidade/qualidade não pode ser desconsiderado.

[13] Conferir, a esse respeito, o verbete "cidade" bem como seus equivalentes noutros idiomas apresentados em Topalov et al (2010).

[14] A esse respeito, ver Carreras (2005).

[15] Refiro-me à expansão urbana a partir de um ponto de vista que Sposito (2004a, p. 60) entende como análise objetiva, isto é, "aquela referente à expansão da base territorial sobre a qual se assenta a cidade e se instituem os usos e apropriações do tipo urbano". A análise que a autora denomina subjetiva e que envolve a instituição de territorialidades e as práticas espaciais será enfocada em capítulo posterior.

[16] L'étalement urbain est une extension à basse densité des villes en périphérie de plus en plus lointaine (Ascher, 2010, p. 200).

[17] Essas três dimensões do território da cidade são detalhadas e explicadas por Sposito (2004a, p. 74-76).

[18] La notion de *morphologie* […] ne se réduit pas à la description raisonnée des objets urbains et de leur arrangement (à tous les niveaux, agglomération, quartier, rue, îlot, maison) mais s'étend aussi à la répartition dans la ville des groupes sociaux et des fonctions.

[19] Sentido compartilhado pelas línguas portuguesa e francesa, segundo indicam respectivamente o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Le Petit Robert de la Langue Française*.

[20] É de se destacar que estes estudos também possuem pequena margem para considerar critérios menos objetivos e quantificáveis, mas eles são menos representativos no universo de variáveis analisadas.

[21] A referência à forma remete forçosamente à compreensão de que toda forma apresenta um conteúdo e se articula de modo a compor uma morfologia. Também a ideia de metrópole como centro de comando não é desconsiderada, mas tem pouca importância, neste momento, para a discussão.

[22] Refiro-me a realidades múltiplas por variarem em número e plurais por se diferenciarem umas das outras, seguindo o mesmo sentido dado por Sposito (1999) ao analisar as multi(poli)centralidades urbanas.

[23] Reolon (2007) faz uma discussão bastante aprofundada a esse respeito, assim como eu mesmo noutro trabalho (cf. Catalão, 2010). Uma lista atualizada das regiões metropolitanas e das regiões integradas de desenvolvimento oficiais pode ser encontrada em Observatório das Metrópoles (2010).

[24] Não vou discutir a ineficiência da gestão e da governança metropolitanas no caso brasileiro, que se atrela à impotência das unidades federadas (estados e municípios) de realizar ações de abrangência regional. Isso tornaria a questão mais complexa e fugiria aos objetivos desta tese. O que estou afirmando é apenas que a grande heterogeneidade das cidades componentes das regiões metropolitanas e das regiões integradas de desenvolvimento é uma das causas dessa ineficiência. Para mais detalhes sobre essa discussão, reportar-se a Garson (2009), além de Reolon (2007) e Catalão (2010), já citados.

[25] Devido à impossibilidade legal, estabelecida na Constituição de 1988, de os estados criarem regiões metropolitanas envolvendo municípios de outra unidade federativa, fica a cargo do poder federal a criação de regiões integradas de desenvolvimento, cujos objetivos são semelhantes aos das regiões metropolitanas, assim como sua ineficácia. Para uma crítica a respeito da RIDE, ver Catalão (2010).

[26] Refiro-me precisamente às cidades que são fruto da história, com característica mais espontânea das ações, lógicas e interesses dos que as produziram.

[27] A data oficial do aniversário de Brasília tem referência no ano de sua inauguração como capital, 21 de abril de 1960, mesmo que o início da ocupação do território tenha se dado em 1955.

[28] Para uma discussão sobre centro e centralidade em Brasília, conferir Catalão (2008).

[29] Essa denominação não é cientificamente adequada, além de ser bastante incomum, pois uma cidade-satélite precisa ter certa autonomia em relação à cidade-polo ainda que sua existência se justifique justamente pela relação com esta, o que não ocorre com os núcleos urbanos dispersos no território do Distrito Federal, já que estabelecem com o Plano Piloto uma relação de forte dependência, especialmente de ordem econômica e política. Entretanto, o termo acabou se tornando um tipo de marca característica da configuração espacial brasiliense. Referências à cidade-satélite podem se encontradas na obra organizada por Topalov et al (2010), na qual há também indicações de citações noutras fontes.

[30] O município de Curitiba foi criado em 29 de março de 1693, embora o distrito date de 1654.

[31] Cito, para referência, uma das mais recentes publicações de Paviani, mas reconheço a importância e vastidão de sua obra sobre a geografia urbana de Brasília, sobretudo os livros de que é autor ou organizador, todos editados pela Editora Universidade de Brasília. Em Catalão (2010), é possível encontrar uma análise mais cuidadosa das obras e ideias de Paviani.

[32] Também numa terceira acepção, no mesmo sentido, é possível: um núcleo urbano isolado pode ser eventualmente denominado aglomerado.

[33] Aglomeração urbana/metropolitana possui os seguintes equivalentes: *agglomération urbaine/métropolitaine* em francês, *urban/metropolitan agglomeration* em inglês, *aglomeración urbana/metropolitana* em espanhol, *agglomerazione urbana/metropolitana* em italiano e *aglomeració urbana/metropolitana* em catalão, para citar apenas as línguas das obras consultadas para a redação desta tese. As mesmas equivalências não existem para aglomerado urbano/metropolitano, que gera, em cada língua, expressões nem sempre equivalentes.

[34] Le mot a comme vecteur d'évolution principale ce qui peut apparaître comme la désignation de trois référents successifs et emboîtés : la population d'un territoire donné, puis l'espace urbain ; enfin, dans un dernier temps, le mot tendrait à désigner une entité politique ou un territoire d'appropriation – c'est-à-dire doté d'une certaine identité historique ou à construire.

[35] A expressão "aglomerado urbano" consta na Constituição ao lado de "região metropolitana" como unidade regional cuja criação está a cargo dos estados.

[36] Existe certa controvérsia a respeito de qual seria a maior aglomeração latino-americana, sendo considerada ora São Paulo, ora a Cidade do México. Segundo Burdett e Sudjic (2011) e o The Urban Age Programme (2011), entretanto, São Paulo ocupa atualmente a primeira posição.

[37] As densidades urbanas, tratadas de maneira geral neste item, serão analisadas de modo mais pormenorizado em capítulo posterior.

[38] Por população urbana entende-se aquela que reside em domicílios situados no perímetro urbano delimitado do distrito sede ou de outros distritos internos ao município. Essa classificação não leva em conta o modo de vida e as práticas socioespaciais dos habitantes, que podem ser claramente urbanas, mesmo que eles residam

em zonas rurais. Essa situação é demasiado subjetiva para ser computada quantitativamente. Entretanto, entendendo-se que a vida urbana marca profundamente os residentes em zonas urbanas, essa classificação não deixa de ser válida para a discussão proposta nesta tese.

[39] Segundo consta em Burdett e Sudjic (2011).

[40] Santo Antônio do Descoberto é um desmembramento do município de Luziânia, ocorrido na década de 1980, assim como Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, emancipados no início da década de 1990. Águas Lindas de Goiás desmembrou-se de Santo Antônio do Descoberto no final da década de 1990, o que explica crescimento modesto, ainda que não negativo, do segundo no período 2000-2010.

[41] Na década de 1990, Piraquara originou o município de Pinhais, enquanto fazendo Rio Grande desmembrou-se de Mandirituba. Itaperuçu é originário de Rio Branco do Sul, exterior à aglomeração metropolitana. Campo Magro desmembrou-se de Almirante Tamandaré, que apresentou taxa de crescimento bastante elevada de modo a permanecer positiva, malgrado o desmembramento.

[42] Segundo informações constantes no *site* da Perobras (2011), A refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), inaugurada em Araucária em 1977, produz aproximadamente 12% dos derivados do petróleo do país, sendo 85% desta produção destinada aos estados do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul e à porção sul do estado de São Paulo.

[43] No indicador "empregos em atividades de ponta", Curitiba chega a dividir sua importância com São José dos Pinhais (cf. Ribeiro, 2009). Esta cidade, além de abrigar o aeroporto internacional Afonso Pena, também abriga os parques automotivos da Renault-Nissan e da Audi-Volkswagen. Conferir, a este respeito, Firkowski (2001).

[44] Trata-se do Shopping Sul, pertencente ao grupo Terral Shopping Centers, que possui um segundo *shopping center*, o Águas Lindas Shopping, recentemente inaugurado na cidade de Águas Lindas de Goiás. Luziânia também recebeu um empreendimento desse tipo em 2012, o Luziânia Shopping.

[45] Others comment that there still exists cohabitation between two types of urban systems, a system of central places on the one hand (a region is formed around a town, the hierarchical center of an urban framework), and on the other, a reticular system (the town as the hub of a world network). Historians emphasize that 'many towns, particularly large ones, find a place in both systems'.

CAPÍTULO 2 – Diferença, desigualdade e fragmentação socioespacial

A identidade eliminou o espaço. A diferença o ressuscita (Moreira, 1999, p. 41).

2.1. Revalorizar a diferença

Em 1970, Henri Lefebvre lançou um manifesto que tinha por base repensar a sociedade a partir do "conceito"[1] de diferença. Esse manifesto, bastante negligenciado nos estudos urbanos – ao menos no Brasil e na França[2] –, evoca a obviedade de uma característica fundamental da constituição socioantropológica e socioespacial humana: a produção das diferenças.

> Por que a *diferença*? Essa questão quase já não tem sentido. Vocês estão nela, nós estamos nela, e cada um de nós no diferente. Aquele que não quer e não pode imitar de longe o grande Modelo, nem identificar-se com ele, aquele não tem outra escolha senão querer-se *outro*. Ele já o é![3] (Lefebvre, 1970, p. 51, tradução livre).

Essa compreensão abre, nesta tese, a possibilidade de comparar Brasília e Curitiba mais a partir de suas diferenças que de suas semelhanças, buscando: primeiro, revalorizar a diferença na análise geográfica, haja vista que, ainda segundo Lefebvre, estamos vivendo num espaço-tempo diferencial que é engendrado pela sociedade urbana em devir; e, segundo, superar "o primado da desigualdade sobre a diferença [...] que pode se traduzir em confusão, ou seja, incapacidade de distinguir as relações e as distinções entre desigualdades e diferenças", segundo adverte Sposito (2011, p. 128). Essa tarefa, evidentemente, não é fácil numa sociedade como a brasileira, em que a desigualdade, produzida em grande medida por formas de preconceito, estigma e discriminação, é a base da estrutura social e da configuração espacial. Entretanto, entendo que a revalorização da diferença é justamente o que pode contribuir, pela promoção da tolerância[4] e da solidariedade em relação ao diferente, para a superação das clivagens sociais e espaciais existentes e que condicionam largamente a dispersão urbana, tema central desta discussão.

Assim, no âmbito daquilo que Smith (1992b, p. 64) chama de virada geográfica, momento caracterizado pela "busca de meios para expressar temas como diferença, diversidade, fragmentação e dissociação", trata-se justamente da diferença geográfica como meio analítico da dispersão urbana em Brasília e Curitiba, na medida em que esta dispersão existe como expressão da fragmentação socioespacial, processo que emerge a partir da ampliação das desigualdades e do estabelecimento da diferença como negatividade (Carlos, 2007; Sposito, 2011).

A diferença é princípio constituinte do ser humano, isto é, para existirem,

homem e mulher produzem diferenças e manifestam-se por meio delas, tanto em seu próprio corpo quanto em seus espaços de vida. Como afirma Porto-Gonçalves (2004, p. 32),

> O que a espécie humana – *homo sapiens sapiens* – fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e as variadas trocas entre culturas que ao longo da história pôde experimentar.

A compreensão da diferença, nesse sentido, só pode ser alcançada pelo entendimento da escala geográfica como meio de sua manifestação e como conceito ao redor do qual a diferença espacial se torna coerente, segundo propõe Smith (1992a, 1992b). Isso porque tanto quanto a escala, que é sua base fundante, as diferenças geográficas são dinâmicas, elas "estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente" (Harvey, 2004, p. 111).

Contudo, é certo que nem toda diferença é produto de uma opção simples e/ou consciente, assim como nem sempre pode ser apagada/alterada. O sexo, o grupo étnico, a cor da pele e dos olhos, o lugar de nascimento, por exemplo, não puderam ser escolhidos por nós antes do nascimento. Isso é parte de um conjunto de características que faz com que cada pessoa seja singular e que interfere, por conseguinte, na configuração de seu espaço vivido. Não estou, evidentemente, admitindo a irreversibilidade dessas ou de outras características, mas apenas ressaltando o fato de que a origem delas independe de escolha e podem, e muitos casos, condicionar sobremaneira as trajetórias de vida, nelas inclusas as escolhas espaciais que fazemos e os estigmas territoriais a que estamos submetidos.

Na sociedade, as relações estabelecem-se a partir do jogo entre diferenças e semelhanças, segundo a capacidade de tolerância e aceitação que temos uns para com os outros. Nesse sentido, por um lado, é mais a diferença do que a semelhança que define um indivíduo e a negação da diferença é, em si, a negação da própria natureza humana. Por outro lado, em termos de convivência social, é o princípio da igualdade que funda as sociedades; e não há nisso contradição alguma, porque semelhança e diferença não são, respectivamente, sinônimas de igualdade e desigualdade. Noutros termos, é possível sermos, ao mesmo tempo, iguais e diferentes. O problema surge quando a diferença se torna desigualdade

e, portanto, acaba por negar-se a si mesma.

Em todo caso, é necessário admitir que, embora traço inerente à constituição socioespacial humana, a diferença é também a geradora de conflitos, criando divisões que levam à marginalização, à segregação, à fragmentação e, no extremo, à exclusão social[5] – processos que ameaçam a unicidade e organicidade, ainda que sempre prenhes de conflitos e contradições, das cidades presentes e em devir.

Nessa direção, o questionamento de Farah (2011, p. 13) soa bastante pertinente: "as divisões sociais (culturais e socioeconômicas), ao se inscreverem em geografias urbanas, levam à desintegração do sistema Cidade, que será substituído por uma anarquia violenta dirigida por lógicas identitaristas e egoísmos individualistas?" (tradução livre)[6]. Este questionamento se insere, segundo argumenta o autor, na discussão a respeito da persistência da cidade como modelo histórico de sucesso do "viver junto", que as atuais comunidades agregadas[7] – *gated communities* – parecem, equivocadamente, querer reproduzir: a motivação está mais no isolamento em relação aos diferentes – em termos sociais, econômicos, culturais, étnicos etc. e que, em função dessas diferenças, são tornados desiguais – do que na proximidade em relação aos semelhantes. Trata-se daquilo que Lefebvre (2006) denominou de consciência da cidade e da realidade urbana esfumadas.

Essa discussão evoca a necessária valorização da diferença como meio de manifestação da humanidade – já que o próprio processo de humanização é um processo de diferenciação – e da urbanidade – como condição de ser urbano em relação de alteridade mediada/condicionada pela proximidade na cidade. Assim, a diferenciação, como processo há muito tratado pela Geografia, desde a clássica diferenciação de áreas hettneriana à atual diferenciação socioespacial de que tratam Carlos (2007), Souza (2007) e Sposito (2011), entre outros, deve ser entendida como inerente ao próprio processo de produção do espaço: "não apenas a fragilidade e transitoriedade das relações sociais contemporâneas se expressam 'no' espaço, mas a produção do espaço é crescentemente o meio pelo qual a diferença social é construída e reconstruída" (Smith, 1992b, p. 64, tradução livre)[8].

No que concerne à cidade, tanto mais a diferença e a diferenciação são características inseparáveis, pois, nas palavras de Lefebvre (2006, p. 15), "[a] vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reco-

nhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na Cidade". Para o autor, destruir o convívio com a diferença por meio da busca pela separação, tendencialmente peremptória, das classes e dos grupos sociais significa, portanto, a destruição da urbanidade, num sentido que entendo como o de aniquilação da diferença pela transformação desta em desigualdade.

2.2. Diferença e desigualdade

Desigualdade e diferença são características humanas indelevelmente ligadas. Ainda que eu desejasse colocar foco maior na diferença, isso constituiria uma análise parcial, dado o peso da desigualdade na constituição socioespacial brasileira, como já apontado. Em todo caso, ser diferente e estar vivendo sob uma condição de desigualdade nem de longe são a mesma coisa, ainda que o segundo possa ter causa no primeiro. Mas como isso é possível?

Lefebvre (1970), questionando-se sobre a possibilidade de se propor um direito à diferença, aquiesce, mas explica:

> Em um sentido, o "direito à diferença" não tem necessidade de ser estipulado, pois ele funda os outros direitos concretos, sendo fonte deles. Se há um direito da criança e da mulher, é porque a criança e a mulher diferem do "homem" em geral e porque eles diferem entre si. [...] Ele pode afirmar-se apenas além do escrito e do prescrito, num costume reconhecido como fundamento das relações sociais[9] (Lefebvre, 1970, p. 45).

A partir disso, tem-se que a própria existência dos direitos (civis, políticos ou sociais) baseia-se na necessidade de reconhecimento da legitimidade de todas as diferenças. É isso que funda a ideia de igualdade de direitos, pois, numa sociedade hipotética formada de iguais absolutos, não haveria necessidade de regras, já que todos teriam as mesmas características e os mesmos comportamentos, o que impossibilitaria, primeiramente, a existência de condutas desviantes e, consequentemente, a percepção da igualdade como a necessidade de regular essas condutas. Aqui, a ideia de equidade, inclusive, parece-me mais adequada porque ela carrega uma compreensão menos peremptória que a ideia de igualdade pode denotar.

De fato, não somos iguais, então qualquer conjunto de leis existentes numa sociedade tem de se basear na legitimidade das diferenças para estabelecer uma

equidade social – e, por conseguinte, espacial –, em que os direitos e as oportunidades sejam garantidos universalmente, malgrado as singularidades dos indivíduos que compõem esse corpo social. No sentido lefebvriano, isso seria uma redundância, já que a diferença é parte integrante do direito; numa sociedade desigual como a brasileira, essa redundância aparece como oportunidade para a constituição de um verdadeiro desenvolvimento socioespacial[10].

Quando, pois, a diferença se torna o meio pelo qual indivíduos e/ou grupos são cerceados de seus direitos (sociais, civis ou políticos), é de desigualdade que se trata ou, noutras palavras, da impossibilidade de as diferenças serem aceitas e tratadas como legítimas dentro da sociedade.

Desigualdade significa impossibilidade de que exista igualdade. Esta, como proposto por Lummis (1992), deve ser entendida a partir de duas perspectivas distintas: a semelhança/homogeneidade e a justiça. Em termos de semelhança, a igualdade se apresenta como inalcançável e mesmo indesejável em nossa sociedade, pois o respeito e a tolerância à diferença do outro é critério fundamental para o convívio social e a eliminação de preconceitos e discriminações – por cor da pele, condição socioeconômica, gênero, etnia, orientação sexual, origem etc. Em termos de justiça, a igualdade remete à cidadania e, por conseguinte, caracteriza-se como desejável e necessária ao conceder a todos – independentemente de cor, condição socioeconômica, gênero, etnia, orientação sexual, origem geográfica etc. – os mesmos direitos sociais (moradia, circulação, educação, saúde...), civis (casamento, adoção, herança, nacionalidade...) e políticos (votar e ser votado, associar-se, sindicalizar-se...).

Portanto, entendendo que a diferença precisa ser valorizada e não pode ser meio de impedimento do acesso aos direitos, até por que isso geraria a própria destruição do direito, segundo o ponto de vista de Lefebvre (1970) já mencionado, a perspectiva que adoto é a da justiça, já que o problema da desigualdade – que não é de ordem econômica, mas política, porque diz respeito às decisões sobre a repartição da riqueza produzida – requer comportamentos justos no modo de tratar as pessoas e não a construção de um mundo pautado pela homogeneidade econômico-cultural de todos (Lummis,1992).

Para o caso brasileiro, em geral, e das cidades analisadas nesta tese, em particular, em que há a predominância de forte clivagem socioespacial de base socioeconômica[11], a argumentação de Lummis (1992) é muito pertinente ao i-

dentificar a causa real da desigualdade como sendo não a pobreza, mas os excessos e a superfluidade – que se liga, dalgum modo, à ampliação da indiferença *vis-à-vis* do outro[12].

A desigualdade aparece, então, de modo intrínseco ao desenvolvimento capitalista, porque ele se realiza necessariamente como desenvolvimento desigual (Smith, 1988; Soja, 1993; Harvey, 2004), ou seja, como um processo que concentra as riquezas econômicas geradas pelo trabalho de muitos sob o domínio de poucos. Isso nos leva a questionar, seguindo Lummis (1992), o tipo de desenvolvimento que se apresenta como possível a todos no capitalismo contemporâneo e aquele que, de fato, se produz e que se sustenta normalmente na indiferença entre crescimento e desenvolvimento (Lefebvre, 1970).

Portanto, ainda segundo Lummis (1992), o enfrentamento da desigualdade deve necessariamente passar pela esfera política mais do que pela esfera econômica por dizer respeito mais ao modo como o que é produzido é repartido do que à quantidade do que é produzido. Isso, num certo sentido, explica porque o Brasil obtém mais êxito no aumento do crescimento econômico do que na diminuição da desigualdade na repartição da renda.

2.3. Diferenças e desigualdades brasileiras

A formação do povo brasileiro e de seu território nacional é marcada por intenso processo de diferenciação, que se liga à própria variedade de diferenças que coexistem desde a invasão e permanência portuguesa até os dias atuais. Ainda que essa característica de grande diversidade na composição social e na estruturação territorial seja compartilhada, dalgum modo, por todos os países latino-americanos vizinhos, no Brasil ela se apresenta de modo mais intenso tanto pela continentalidade do território quanto pela variedade de povos autóctones ou imigrantes. Essas duas razões combinadas e inseridas em contextos colonial e pós-colonial criaram no passado e reiteram no presente não apenas uma intensa diferenciação socioespacial, mas também elevadas desigualdades socioespaciais. Nalguns países vizinhos – como a Colômbia ou a Venezuela –, esses processos de diferenciação e produção da desigualdade são bastante semelhantes, o que também pode ser observado para o caso dos Estados Unidos, embora a história ali tenha outra natureza e especificidade e tenha apresentado desfechos diferentes. Em países como o Uruguai, a Argentina ou o Chile, por

outro lado, a realidade é um pouco diferente, sobretudo em função da proporção dos povos componentes de sua estrutura demográfica e do jogo de poderes entre eles.

Esse exercício de busca de semelhanças e diferenças é tão interessante e desafiador quanto pode ser exaustivo e pouco profícuo. Isso me leva a adotar, nesta tese, uma perspectiva que vai do geral – a realidade latino-americana – ao particular – as realidades brasileira, brasiliense e curitibana, tentando identificar o que é universal e o que é singular aos casos estudados em termos de sociedade, espaço e urbanização.

No que diz respeito à estrutura populacional, as diferenças são resultado da combinação aleatória entre, principalmente, grupos afro de origem subsaariana, europeus, sobretudo ocidentais, ameríndios e, em menor grau, extremo-orientais, japoneses sobretudo. Essa combinação, oriunda da "miscibilidade" dos portugueses de que trata Freyre (2004), gerou uma população marcadamente mestiça tanto nos traços físicos quanto na cultura e identidade. Em função disso, a sociedade brasileira desenvolveu-se repleta de antagonismos historicamente condicionados, como os que Freyre (2004, p. 65) identifica:

> Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular.

Como espaço e sociedade são dialeticamente coconstitutivos, a estrutura territorial brasileira expressa e reitera a estrutura societária, sendo ambas resultantes dessa combinação entre latifúndio, exploração humana e miscigenação biocultural. Às variedades populacionais supraexplicitadas combinam-se também, interativamente, uma rica geodiversidade[13] e uma abundância de terras utilizáveis para inúmeras finalidades, o que compõe um conjunto socioterritorial heterogêneo e complexo, portanto marcado por diferenças.

Entre os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos mais complexos e abrangentes, que estão na raiz da acentuação dos processos de diferenciação socioespacial originadores de desigualdades, Quijano (2001/2002, p. 10) destaca quatro:

> 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de "raça" como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento[14] (tradução livre).

Esses quatro fatores se entrelaçam no estabelecimento dos padrões de poder mundial, mas têm em cada lugar manifestações diferentes, porque se conjugam com características das respectivas formações socioespaciais. Em outras palavras, eles podem ter sido mais ou menos daninhos em função do lugar de sua realização. Isso se torna evidente se compararmos a Europa Ocidental com a América Latina.

O conceito de colonialidade do poder, de Quijano, diz respeito às relações de dominação estabelecidas pelos colonizadores europeus por meio da imposição da noção de raça como modo de estabelecer distinção entre o dominante e o dominado a partir de supostas características não compartilhadas entre um e outro, por exemplo, a ausência de alma nos negros como justificativa à escravização. No caso brasileiro, o peso desse fator é acentuado em função da importância que teve a escravidão na estruturação das relações sociais e cuja herança ainda persiste no imaginário e na estrutura da sociedade, de sorte que comportamentos escravistas ainda podem ser identificados em determinadas situações, como a indiferença e/ou invisibilidade do outro que ocupa funções socialmente tidas como inferiores e menos dignas[15]; e isso atinge a todos os grupos sociais indistintamente, mesmo que uns sofram as consequências mais que outros.

O capitalismo é o modo de produção no qual a riqueza é gerada por meio do controle e da exploração do trabalho para fins de acúmulo, sendo dominante no mundo contemporâneo e capaz de criar relações mesmo em países de economia diferenciada, como a China. Ele surgiu com a formação da Europa moderna e a colonização das Américas e, segundo Lefebvre (1973), tornou-se hegemônico ao utilizar-se do espaço, produzindo-o e consumindo-o, como meio de sua reprodução. Trata-se de um modo de produção que, simultaneamente, gera e se alimenta das desigualdades, ainda que tenha como inerente a ideia de desenvolvimento econômico possível para todos (Lummis, 1992). Nesse caminho, ele nada mais produz do que um conjunto de fábulas (Santos, 2008), já que existe impossibili-

dade de que todos participem igualmente das práticas consumistas da "sociedade burocrática de consumo dirigido" da qual fala Lefebvre (1991) e que têm na Europa Ocidental e na América Anglo-Saxônica grande ressonância.

Em anos mais recentes, após a estabilidade econômica instalada no país com o Plano Real (1994), as políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o compromisso feito por ele, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e pela atual presidente Dilma Rousseff (2011-) com o crescimento econômico, especialmente focado na agroindústria e na exportação, tem havido grande debate em torno da melhoria das condições de vida da população e do rumo certo do país para o desenvolvimento. O uso da expressão 'país subdesenvolvido' foi, inclusive, abandonado por uma dita mais adequada denominação de país em desenvolvimento ou emergente. Não estou, obviamente, negando os progressos socioeconômicos ocorridos no país, principalmente com as políticas de combate à pobreza iniciadas no governo Lula, mas entendo que, no âmbito do capitalismo realizado de forma plena numa sociedade caracterizada pelos problemas estruturais aos quais fiz referência, esses avanços não podem aparecer senão como uma fábula, conforme se verá mais adiante.

O Estado-nação, como forma de organização política de uma dada sociedade e, para Quijano, estrutura de autoridade e dominação coletiva, é uma moderna construção europeia, teoricamente baseada na cidadania e na existência de igualdade jurídico-política entre todos os membros de um mesmo corpo social. Seu domínio pelas elites comprometidas com o acúmulo da riqueza – ou, noutras palavras, com o intento, quase sempre efetivado, de controlar os outros por meio da riqueza (Lummis, 1992) – é o que historicamente tem causado crises e desconfianças em relação à sua persistência como estrutura mais adequada para, senão promover, ao menos regular a plena concretização da democracia e da cidadania[16]. Essas crises e desconfianças não são infundadas quando se percebe a ação política do próprio Estado como grande capitalista monopolista e neoliberal.

O eurocentrismo aparece, por último, como perspectiva de conhecimento – e, portanto, de dominação – que supervaloriza a racionalidade europeia elaborada a partir do século XVII e baseada, principalmente, no dualismo entre razão e corpo e entre sujeito e objeto. Entre os quatro fatores apontados por Quijano, é um dos mais complexos, porque diz respeito à constituição do pensamento e à organização do conhecimento que estão por trás da estrutura social. Como afir-

ma Benjamin (2004, p. 1), "[o] transbordamento da história européia em história mundial fez com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente, que dura até hoje". Isso se dá, inclusive, porque a própria ideia de história europeia foi forjada a partir de uma ligação direta da historia grega antiga com a história moderna da Europa Ocidental, como se isso tivesse mesmo ocorrido. Segundo o autor, ignora-se, por exemplo, a maior interlocução da Filosofia grega com as correntes de pensamento árabes, responsáveis por transportar as obras dos filósofos gregos à Península Ibérica quando da invasão moura.

Assim, da conjunção entre capitalismo, Estado neoliberal, colonialidade e eurocentrismo surge o contexto adequado para o desenvolvimento de sociedades desiguais e desigualitárias[17] como, em particular, a brasileira e, de forma geral, a latino-americana.

As desigualdades no Brasil são, em parte, explicadas pela conflituosa relação entre modernização e modernidade, essa própria relação inscrita nos problemas de ordem estrutural supradescritos. Ao lado de muito crescimento econômico, especialmente na virada do século, modernização das infraestruturas e ampliação do mercado de consumo, persiste um terceiro-mundismo de ordem social. Segundo Portella (2001), o conflito residiria na contradição entre o cosmopolitismo e universalismo da modernidade e o nacionalismo tradicionalista de base religiosa e integrista do modernismo. Como resultado e reforço disso, o próprio autor explica:

> Não podemos dizer que o nosso país tem desenvolvido os lugares habituais da sociabilidade – escola, cultura, mídia, política – como instâncias emancipatórias. Em grande parte porque, além dos defeitos de fabricação, a nossa modernidade decolou mal (Portella, 2001, p. 458).

Ora, diante de grande geração de riqueza e modernização econômica sem desenvolvimento da educação, o que leva a uma despolitização quase que generalizada da população, não pode haver senão uma brecha para a persistência de desigualdades históricas. Ainda que as políticas sociais implantadas desde o governo Lula estejam sendo eficazes no combate à pobreza e na diminuição das disparidades, conforme aponta o relatório da Organização de Cooperação Desenvolvimento Econômico (OCDE)[18] sobre desigualdade em economias emergentes (2011), ainda é preciso muito avanço para corrigir problemas históricos, ligados principalmente aos desequilíbrios regionais e à má distribuição de renda. O referido relatório mostra, por exemplo, que os gastos sociais no Brasil, país

que tem notórios problemas sociais, chegam apenas aos três quartos do que se gasta em média nos países da OCDE. Atrelado a isso, aponta-se um sistema de impostos que gera baixa redistribuição, refletindo evasão de divisas e fraudes na arrecadação.

Temos visto neste começo de século, como mencionei anteriormente, grande progresso na economia nacional e certos avanços nalguns campos sociais que têm como resultado um melhor desempenho do país nas tipologias internacionais de classificação. O mesmo tem acontecido com vários países, embora a regra não valha para todos. A tabela 6 mostra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Brasil e alguns países selecionados[19]. Note-se que, nos últimos trinta anos, o índice brasileiro melhorou, superando em 2005 a média mundial. Mesmo assim, o avanço não foi suficiente para superar a média regional e está longe de acompanhar os progressos conseguidos no campo econômico, que levaram o país à posição de 6ª maior economia do mundo em 2011, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2011).

TABELA 6: Brasil, países selecionados, América Latina e mundo; evolução do IDH; 1980-2011

Ranking mundial	País/região geográfica	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
1	Noruega	0.796	0.819	0.844	0.876	0.913	0.938	0.941	0.943
4	Estados Unidos	0.837	0.853	0.870	0.883	0.897	0.902	0.908	0.910
20	França	0.722	0.742	0.777	0.819	0.846	0.869	0.883	0.884
23	Espanha	0.691	0.717	0.749	0.801	0.839	0.857	0.876	0.878
30	Emirados Árabes Unidos	0.629	0.652	0.690	0.724	0.753	0.807	0.845	0.846
41	Portugal	0.639	0.670	0.708	0.751	0.778	0.789	0.808	0.809
44	Chile	0.630	0.654	0.698	0.722	0.749	0.779	0.802	0.805
45	Argentina	0.669	0.687	0.697	0.726	0.749	0.765	0.794	0.797
48	Uruguai	0.658	0.660	0.686	0.705	0.736	0.748	0.780	0.783
57	México	0.593	0.629	0.649	0.674	0.718	0.741	0.767	0.770
66	Rússia	-	-	-	0.675	0.691	0.725	0.751	0.755
73	Venezuela	0.623	0.627	0.629	0.646	0.656	0.692	0.734	0.735
84	Brasil	*0.549*	0.575	0.600	0.634	0.665	0.692	0.715	*0.718*
96	Argélia	0.454	0.510	0.551	0.579	0.624	0.667	0.696	0.698
101	China	0.404	0.448	0.490	0.541	0.588	0.633	0.682	0.687
107	Paraguai	0.544	0.557	0.572	0.601	0.612	0.635	0.662	0.665
108	Bolívia	0.507	0.527	0.560	0.587	0.612	0.649	0.660	0.663
123	África do Sul	0.564	0.576	0.615	0.644	0.616	0.599	0.615	0.619
134	Índia	0.344	0.380	0.410	0.437	0.461	0.504	0.542	0.547
148	Angola	-	-	-	-	0.384	0.445	0.482	0.486
158	Haiti	0.332	0.374	0.397	0.404	0.421	0.429	0.449	0.454
172	Afeganistão	0.198	0.234	0.246	0.238	0.230	0.340	0.394	0.398
187	República Democrática do Congo	0.282	0.289	0.289	0.254	0.224	0.260	0.282	0.286
-	América Latina e Caribe	*0.582*	0.604	0.708	0.715	0.720	0.722	0.728	*0.731*
-	Mundo	0.558	0.576	0.664	0.670	0.674	*0.676*	0.679	0.682

Fonte: Human Development Report 2011 - UNDP.

A tabela 7 apresenta o IDH ajustado pela desigualdade (IDH-D), ou seja, demonstra a interferência que o IDH sofre em situações de desigualdade social.

No *ranking* desse índice, o Brasil perde 13 posições, passando de país com elevado desenvolvimento humano a país com médio desenvolvimento humano, pouco acima do limite com os países de índice baixo. O mesmo ocorre com os Estados Unidos, que perdem 19 posições. Note-se que países como Noruega, França e Portugal não têm sua posição alterada, o que indica uma desigualdade baixa.

TABELA 7: Brasil, países selecionados, América Latina e mundo; IDH e IDH-D; 2011

Ranking **mundial**	**País/região geográfica**	**IDH**	**IDH-D**	**Mudança no *ranking***
Muito elevado desenvolvimento humano				
1	Noruega	0,943	0,890	0
4	Estados Unidos	0,910	0,771	-19
20	França	0,884	0,804	0
23	Espanha	0,878	0,799	2
30	Emirados Árabes Unidos	0,846	-	-
41	Portugal	0,809	0,726	0
44	Chile	0,805	0,652	-11
45	Argentina	0,797	0,641	-13
Elevado desenvolvimento humano				
48	Uruguai	0,783	0,654	-7
57	México	0,770	0,589	-15
66	Rússia	0,755	0,670	7
73	Venezuela	0,735	0,540	-16
84	Brasil	0,718	0,519	-13
Médio desenvolvimento humano				
96	Argélia	0,698	-	-
101	China	0,687	0,534	-1
107	Paraguai	0,665	0,505	-4
108	Bolívia	0,663	0,437	-12
123	África do Sul	0,619	-	-
134	Índia	0,547	0,392	1
Baixo desenvolvimento humano				
148	Angola	0,486	-	-
158	Haiti	0,454	0,271	-9
172	Afeganistão	0,398	-	-
187	República Democrática do Congo	0,286	0,172	0
-	América Latina e Caribe	**0,731**	**0,540**	**-**
-	Mundo	**0,682**	**0,525**	**-**

Fonte: Human Development Report 2011 - UNDP.

Assim, é possível perceber que, para o caso brasileiro, o desenvolvimento social não aparece como corolário do crescimento econômico. Problemas ligados à excessiva concentração de renda, à corrupção e à má administração pública, atrelados às questões de ordem estrutural que já apontei, concorrem para a manutenção de um quadro desigual e desigualitário. O desequilíbrio é notório quando percebemos que a 6ª maior economia mundial é o 97º país em termos de desenvolvimento humano, considerando-se o peso da desigualdade. O mesmo não ocorre com a Noruega, que ocupa o 1º lugar em termos de desenvolvimento humano, embora seja a 25ª economia mundial, com o Produto Interno Bruto (PIB) correspondendo a apenas 19% do PIB brasileiro.

2.4. Diferenças e desigualdades metropolitanas: explorações

Se falarmos de igualdade em termos de semelhança, tomando novamente a precisão feita por Lummis (1992), a fim de encontrar traços característicos comuns no âmbito da urbanização brasileira que possam explicar processos espaciais relativos às diversas cidades do país, eu diria que as capitais brasileira e paranaense são cidades absolutamente diferentes. Digo isso porque a evocação do nome de uma ou de outra não raro coloca interrogações a respeito do que poderia haver de comum entre esses dois artefatos – para usar o termo de Reis (2006) –, situação que acontece menos marcadamente se tomarmos um par de quaisquer outras metrópoles do país. A resposta é evidente: Brasília é uma cidade única; não só no contexto da urbanização brasileira, mas também mundial. Curitiba não é, decerto, menos ímpar. Ambas são resultantes de processos diversos de produção socioespacial em contextos específicos, que vão desde os sítios urbanos em que uma surgiu e a outra foi implantada até as características socioétnico-culturais das populações que nelas se instalaram.

Em Curitiba, ocorreu o que soía ocorrer com todas as cidades desde Çatal Hüyük na Anatólia: ela é fruto do acúmulo de tempos, do conjunto de práticas espaciais das populações que chegaram e se fixaram. Mesmo as políticas de planejamento implementadas mais fortemente a partir dos anos 1970 – entre as quais a que deu origem ao sistema de transporte coletivo que se tornou referência mundial, sendo exportado para cidades como Bogotá e Los Angeles[20] – ou as novas práticas de produção do espaço urbano mais periféricas não apagaram as reminiscências da cidade historicamente formada.

Brasília forma-se de modo completamente diferente. Ela é fruto de uma política de Estado, cogitada ainda no século XIX e realizada pelo presidente Juscelino Kubitschek na segunda metade dos anos 1950. Certamente não se pode afirmar que ela não é uma cidade fruto da história, mas se trata de uma história que tem outra conotação. Diferentemente de Curitiba que, por exemplo, valoriza a origem dos povos estrangeiros que para lá afluíram nos diversos monumentos e praças dedicados a eles, como as praças da Ucrânia ou do Japão, Brasília surge para romper e negar o passado que explica sua origem. Símbolo de modernidade, progresso e futuro, ela é concebida para representar o desenvolvimento moderno-industrial brasileiro em oposição ao modelo agroexportador e subdesenvolvido vigente até então. O refinamento do projeto urbanístico de Lucio Costa e das

construções modernistas de Oscar Niemeyer (Figura 5) ilustra bem isso, enquanto em Curitiba se valoriza a sofisticação dos prédios antigos preservados, como o Castelo do Batel no bairro de mesmo nome e o prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, originalmente apenas Universidade do Paraná, no centro histórico (Figura 6).

FIGURA 5: Brasília; vista parcial do conjunto urbanístico do Plano Piloto (à esq.) e Palácio do Planalto (à dir.)

FIGURA 6: Curitiba; Castelo do Batel no bairro homônimo (à esq.) e prédio ocupado pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná na Praça Santos Andrade (à dir.)

Além disso, os processos que explicam o crescimento das duas cidades, a conformação de suas aglomerações metropolitanas e os modos de dispersão de seus tecidos urbanos estão ligados às lógicas de produção do espaço urbano num país de economia periférica/dependente e cuja sociedade se caracteriza por ter ingressado anomalamente na modernidade (Martins, 2000); contudo, há uma distinta expressão espacial dessas lógicas.

Tanto Brasília quanto Curitiba são cidades marcadas por fortes intervenções urbanas resultantes de políticas de planejamento, tendo ambas, inclusive, ganhado notoriedade mundial em função disso. Trata-se, contudo, de ações

diferentes, mesmo que não necessariamente opostas em termos ideológicos.

Em Curitiba, essas ações visavam à adaptação da cidade à nova modernidade atrelada à indústria recém-implantada e ao crescimento urbano. Elas ainda hoje se vinculam ao mesmo plano diretor aprovado em 1966: o Plano Preliminar Urbanístico. Este plano, na verdade, recupera o Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, ou Plano Agache, de 1943, de autoria do urbanista francês Alfred Agache. Um dos objetivos do plano era enquadrar o crescimento da cidade ao prolongar o centro em eixos estruturais verticalizados mistos de comércio, serviços e residências, ao longo das quais também haveria o controle da circulação pela separação das vias próprias aos ônibus articulados e biarticulados centralmente localizadas e ladeadas pelas vias de passagem dos carros e pelas calçadas para pedestres (Figura 7).

Fonte: http://confortotermicoemestrutural.wordpress.com/

FIGURA 7: Curitiba; ligação dos eixos estruturantes leste (canto inf. esquerdo) e sul (em cima)

Se, quando de sua implantação, o Plano Preliminar Urbanístico consistia num planejamento audacioso e eficaz, sua reiteração como modelo para as atuais intervenções urbanas demonstra "uma estratégia de afirmação de suas orientações originais" (Polli, 2006, p. 26) a despeito da dinâmica socioespacial ligada à reprodução da vida urbana. Ademais, desconsiderar, ou considerar muito precariamente, a dinâmica metropolitana complexificada em anos recentes indica a parcialidade e restrição do plano para resolver questões reais da aglomeração, que há muito se manifestam na escala metropolitana, como a habitação, a circulação e a mobilidade.

Essa reafirmação ideológica que adquire o plano original como base para as ações e as intervenções urbanísticas atuais igualmente se manifesta em Brasília, principalmente – como, aliás, também ocorre em Curitiba – em intensa vinculação com as estratégias de valorização fundiária e imobiliária das zonas sob intensa vigilância, alvos preferenciais, senão exclusivos, dessas ações e/ou intervenções. A inscrição do conjunto arquitetônico-urbanístico de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1987, e a consequente necessidade de proteção contra a descaracterização que esse conjunto poderia sofrer com o crescimento e o adensamento urbanos acabaram funcionando como reforço para as políticas segregacionistas que levaram à produção da periferia, tal como tão bem explicam Paviani (1987, 2007) e Gouvêa (1995), entre outros.

Ora, o plano de Lucio Costa (Figura 8) não havia sido pensado para contemplar uma população superior a 500 mil habitantes, ou 700 mil na melhor das hipóteses, o que nos leva a entender que o conjunto metropolitano da capital federal – que conta ao menos 2,6 milhões de pessoas a mais que esse limiar – não resulta senão de um planejamento enviesado gerador não só de diferenças, mas de desigualdades, que serão exploradas a seguir.

Os mapas de densidade demográfica (Mapas 4 e 5), elaborados com a mesma escala cartográfica e que demonstram, em habitantes por km² por setor censitário, a repartição da população sobre o território das duas aglomerações, possibilitam-nos analisar em detalhes os tipos de ocupação do território metropolitano.

Em capítulo anterior, já havia sido explicitado que as aglomerações não chegam a apresentar 350 mil habitantes de diferença populacional (cf. Tabelas 1 e 2), o que não é muito significativo em contextos metropolitanos de tal importância populacional. Ainda que a diferença no núcleo metropolitano seja, por sua

vez, mais significativa, chegando a mais de 800 mil habitantes (cf. Tabela 2), esse fato não é tão relevante em função da forma de ocupação do território. Para o caso de Brasília, boa parte da população não está concentrada ao redor do centro metropolitano, como ocorre em Curitiba.

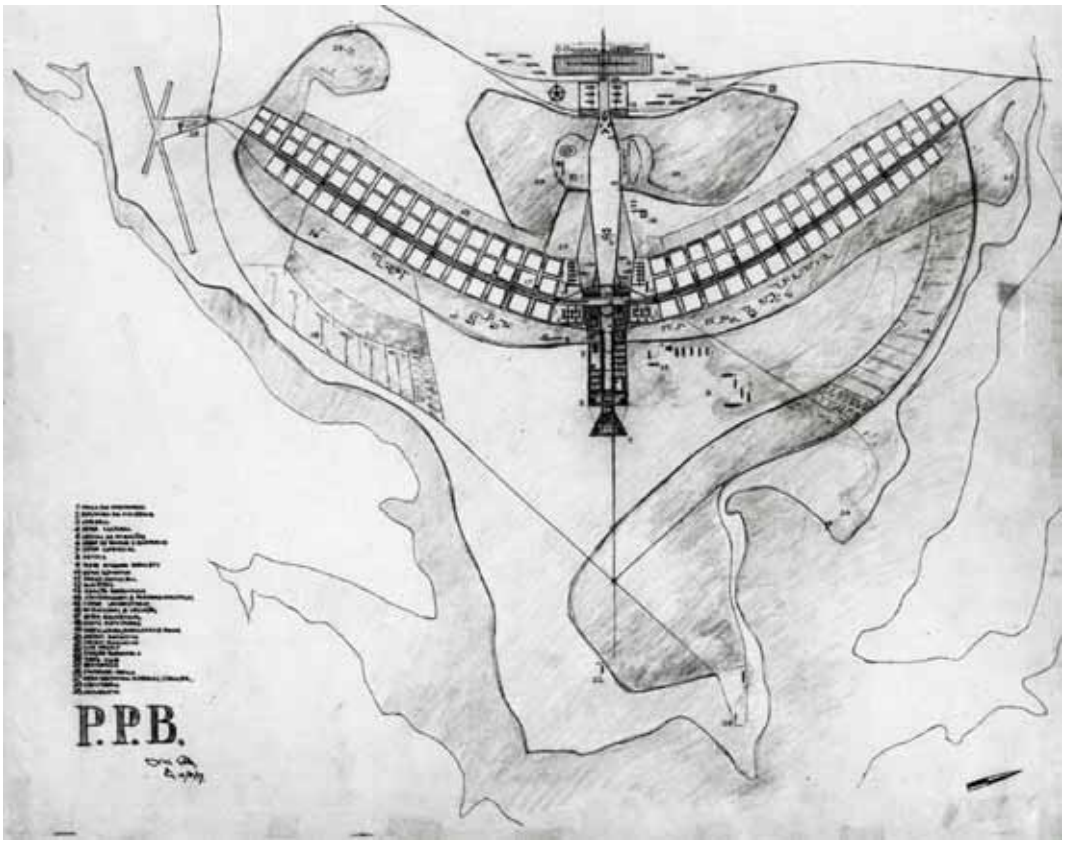
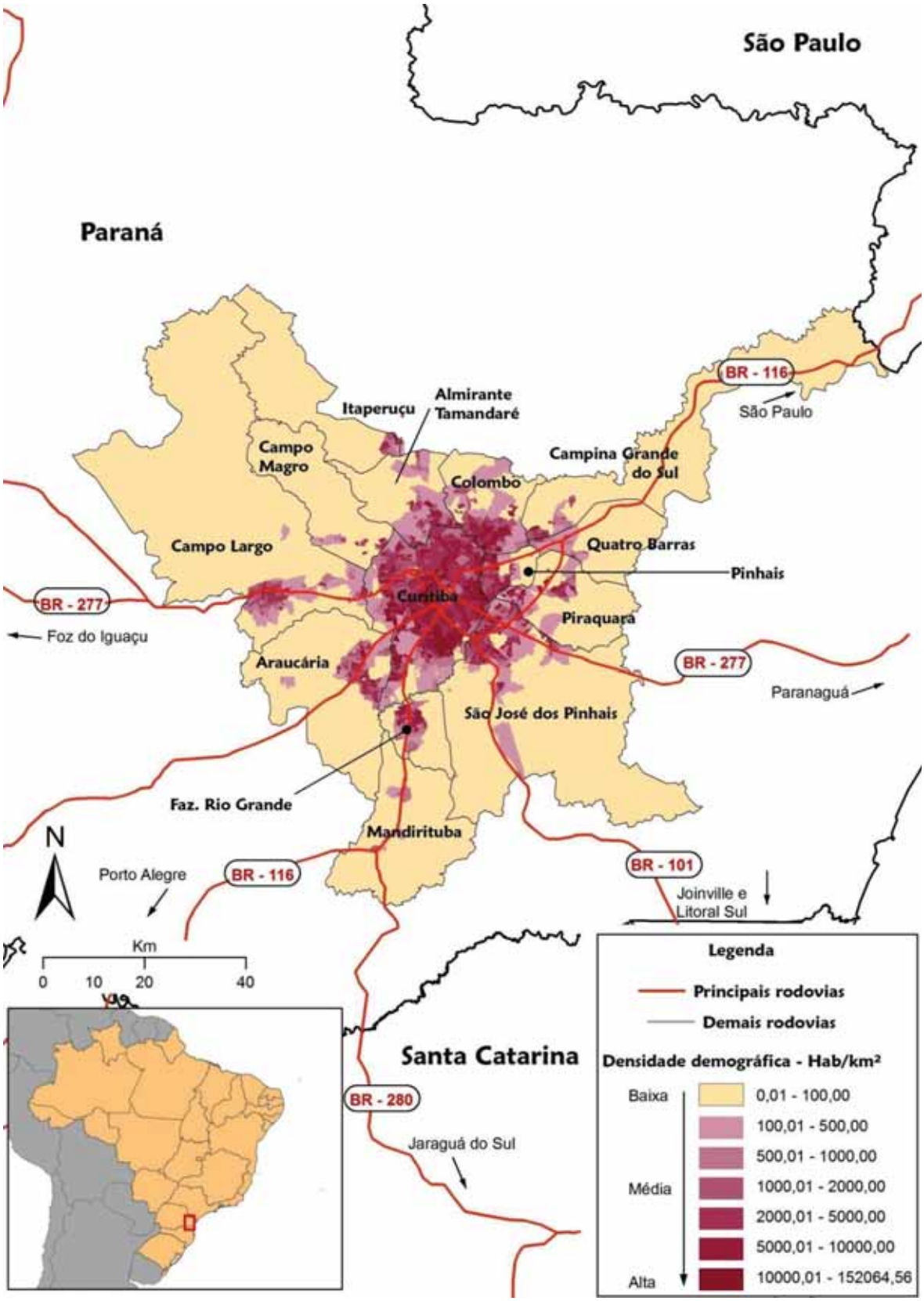


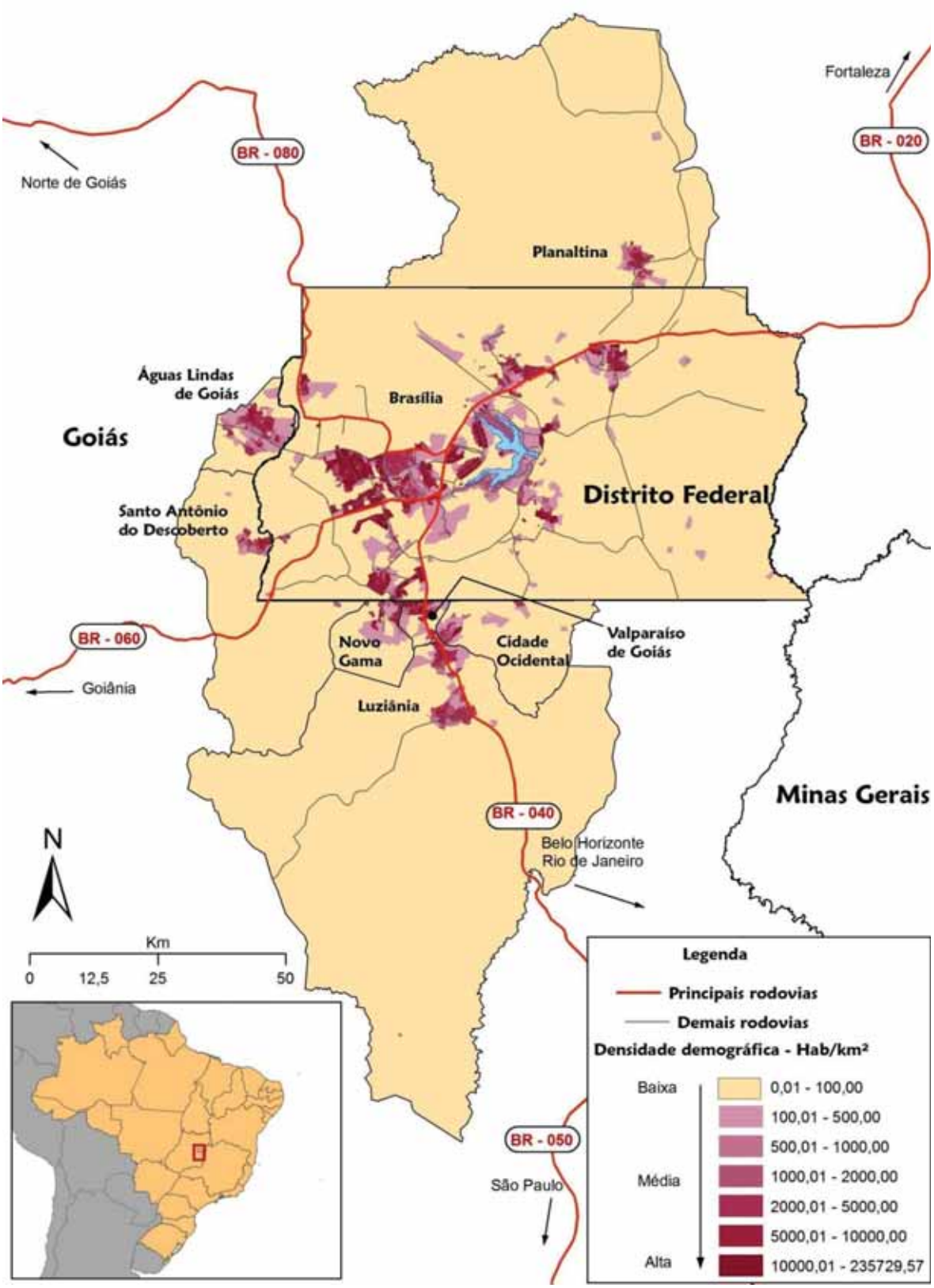
FIGURA 8: Brasília; plano piloto da nova capital federal elaborado por Lucio Costa; 1955

Como é de se notar nos mapas 4 e 5, a porção territorial ocupada pelas duas aglomerações é bastante distinta, assim como a sua morfologia. A população da aglomeração curitibana se encontra concentrada majoritariamente no município de Curitiba e ao seu redor, o que indica um tecido urbano em formato de ameba – conformado por uma célula principal a partir da qual a aglomeração de outros núcleos se orientou segundo os eixos rodoviários. Do ponto de vista da gênese e do desenvolvimento da estrutura metropolitana, pode-se afirmar que ela é mononucleada. As áreas mais dispersas, em descontinuidade territorial urbana, situam-se principalmente nos municípios vizinhos, já que Curitiba possui a quase integralidade de seu território municipal ocupada, além de população integralmente urbana segundo o IBGE (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 4: Aglomeração metropolitana de Curitiba; densidade demográfica por setor censitário; 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 5: Aglomeração metropolitana de Brasília; densidade demográfica por setor censitário; 2010

Pode-se notar, no mapa 4, que há uma queda de densidade do centro à periferia. Há uma zona de altas densidades, representadas por cores mais intensas, em Curitiba e em zonas de ocupação que conformam continuidade dos tecidos urbanos, sobretudo em Colombo e Pinhais. Ao redor dessa zona, conforma-se outra de densidades um pouco mais moderadas seguindo os eixos rodoviários, especialmente em São José dos Pinhais (BR 376) e Campo Largo (BR 227). Outros núcleos importantes da aglomeração, funcionalmente integrados à dinâmica metropolitana, encontram-se em zonas de ruptura do tecido urbano, com predominância de menores densidades, exceto nas áreas centrais municipais. Destacam-se Campo Magro, Fazenda Rio Grande e Itaperuçu. À exceção de Curitiba e, eventualmente, Pinhais e Colombo, a maior parte dos territórios municipais configura-se como de baixa densidade, sendo áreas rurais, não ocupadas ou reservas ecológicas.

De forma geral, a distribuição das densidades demonstra uma excessiva concentração de população no centro em relação à periferia, com as áreas de dispersão localizadas fora do núcleo metropolitano e de seu entorno mais próximo.

A aglomeração brasiliense apresenta uma ocupação extraordinária do território. Trata-se de uma urbanização reticular polinucleada (Sposito, 2004), bem semelhante ao que descreveu Fishman (1994) como tendência de desenvolvimento da urbanização contemporânea. A população dispersa-se ao longo das principais vias, principalmente as que coincidem com as rodovias BR 020 e BR 040, com destaque para esta última, às margens da qual se desenvolveu a principal zona de concentração populacional da periferia goiana da metrópole (cf. Catalão, 2010).

Não há, na aglomeração de Brasília, predominância de concentração populacional no centro e no núcleo metropolitanos, como já indiquei ocorrer em Curitiba. As zonas de mais alta densidade estão a sudoeste e sul do Plano Piloto, especialmente no conjunto formado por Taguatinga, Ceilândia e Samambaia[21].

A análise da gênese e do desenvolvimento da estrutura da aglomeração metropolitana nos permite compreender que algumas das chamadas cidades-satélites nasceram no período de construção do Plano Piloto, núcleo que coordena a aglomeração, onde se concentram as funções mais importantes; portanto, são anteriores a ele. Entre as cidades-satélites, há aquelas que são muito popu-

losas, como as citadas no parágrafo precedente. Esses fatos denotam um processo de estruturação do espaço de perfil polinucleado[22], ainda que a área do Plano Piloto tenha importância central no movimento dos fluxos que articulam essa estrutura.

A distribuição das densidades denota uma aglomeração que tem a dispersão urbana como característica fundamental, sendo que as mais altas estão concentradas nas periferias. Ademais, a ruptura da continuidade territorial urbana é notória no conjunto da aglomeração, do centro à periferia.Dois esclarecimentos precisam ser feitos neste ponto concernente aos mapas de densidade. Primeiramente, ressalto que os mapas expressam a concentração/dispersão populacional tendo como referência os domicílios e não o conjunto global de atividades existentes nas cidades.

Para Curitiba, que surgiu e se desenvolveu de uma maneira mais tradicional, segundo já expliquei, não chega a haver distorção da informação geográfica em função da tradicional coexistência de diferentes tipos de uso da terra urbana. Assim, as áreas mais habitadas localizam-se na imediação ou mesmo contêm as áreas comerciais e de serviços. Apenas para as áreas industriais, sobretudo a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), nos limites do município a sudoeste do centro histórico, e as áreas onde estão as montadoras Renault-Nissan e Audi-Volkswagen, em São José dos Pinhais, poderia haver divergência significativa entre a quantidade de população residente e de população trabalhadora.

No caso de Brasília, o mesmo não ocorre, pois o projeto que originou a cidade baseava-se em intenso zoneamento e monofuncionalização dos setores. Assim, malgrado o fato de que a maior parte da população reside na periferia, onde estão os mais altos níveis de densidade demográfica, mais de 70% das atividades laborais estão concentradas no Plano Piloto e em suas imediações (Brasília, 2007), que no mapa aparecem como áreas de baixa a média densidades.

O segundo esclarecimento diz respeito ao tamanho territorial dos setores censitários expressos no mapa. Como os setores são definidos em função do número de residentes e não por tamanho de área preestabelecido, pode ocorrer de haver setores que apresentem mais baixa densidade, embora a população não esteja igualmente dispersa em seu interior, por exemplo, se houver significativo número de terrenos desocupados ou uma área de preservação ecológica em seu

interior.

Os mapas de densidade permitem apenas constatar que existe uma diferença de distribuição e concentração da população nas duas aglomerações, diferenças essas que poderiam estar ligadas a distintas lógicas de produção do espaço e ocupação do território. A concentração de população em áreas centrais em Curitiba e periféricas em Brasília não significa, isoladamente, tratar-se de uma desigualdade espacialmente inscrita. Afirmo isso como tentativa de valorizar a diferença como elemento positivo na compreensão da produção do espaço. Entretanto, como afirmei anteriormente, não existe desvinculação entre diferença e desigualdade na configuração espacial das metrópoles brasileiras, o que reitera a afirmação de Sposito (2011) a respeito da confusão de compreensão entre ambas, em função do primado da segunda sobre a primeira. Nesse sentido, uma questão parece-me fundamental: como revalorizar as diferenças quando estas se tornam causa de desigualdade? A diferente distribuição das populações nas aglomerações de Brasília e Curitiba bem como a dispersão dos tecidos urbanos são explicadas por fatores históricos ligados à produção da desigualdade, severos nas duas capitais, porém com mais ênfase na capital federal.

Foi em anos mais recentes, notadamente a partir de meados da década de 1990, com intensificação nos anos 2000, que a tendência à ocupação de áreas mais próximas ao Plano Piloto se instalou. Antigos terrenos de função rural, desocupados ou em áreas de preservação ecológica transformaram-se em condomínios ou loteamentos fechados, como toda a área próxima ao Lago Sul e ao Jardim Botânico. De igual modo, áreas monofuncionais industriais e de serviços sofreram alteração de função para abrigar novos empreendimentos verticais, como é o caso do Setor de Oficinas Sul.

Em Curitiba, a distribuição da população e das densidades urbanas guarda certa semelhança com o que ocorre em Brasília no que concerne à ocupação das periferias por populações que não conseguiram estabelecer residência nas áreas centrais e pericentrais. Essas populações, quando não instaladas em áreas isoladas precarizadas no interior mesmo do município, foram “empurradas”[23] para núcleos urbanos formados nos municípios vizinhos existentes, sobretudo Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais[24]. Entretanto, boa parte desses municípios não é oriunda de desmembramentos recentes, como ocorre na aglomeração brasiliense, sendo que apenas quatro dos treze surgiram após 1990[25]: Fazenda Rio Grande e Itaperuçu em 1990, Pinhais em 1992 e

Campo Magro em 1995.

Albuquerque (2007) faz uma importante análise acerca da transferência de populações de Curitiba para seu entorno metropolitano, especialmente no que tange à proliferação de habitações irregulares, identificando um problema habitacional mascarado pelas imagens de cidade-modelo que recebe a capital paranaense. A autora identifica na década de 1970 a concomitância entre a origem da periferia metropolitana e a implantação, pelo então prefeito Jaime Lerner, das políticas de planejamento elaboradas na década anterior.

É possível afirmar que a instalação de população em loteamentos localizados nos municípios adjacentes a Curitiba fez do crescimento destes uma excrescência do planejamento urbano curitibano, sempre bastante focado no núcleo em detrimento do conjunto da aglomeração, e do consequente encarecimento das terras urbanas, segundo bem identificaram Firkowski (2001) e Polli (2006) ao analisarem a formação da periferia metropolitana. Para o caso do Distrito Federal, o mesmo não pode ser afirmado em relação às periferias internas ao quadrilátero, que são propriamente resultantes de ações ligadas a um planejamento que visava a proteger o Plano Piloto de interferências alienígenas ao projeto original. Contudo, no que diz respeito à formação da periferia goiana, a lógica é a mesma observada em Curitiba, isto é, a carência de planejamento direto resultando na produção de uma periferia indesejável tida como a fonte principal dos problemas urbanos.

Num certo sentido, as relações entre centro metropolitano e periferias precárias baseiam-se, tanto em Brasília quanto em Curitiba, numa complementaridade dialética. Os núcleos ostentam a modernização advinda das políticas de planejamento, de forte vertente estatal na capital federal e bastante apoiadas pelo empresariado local na capital paranaense, enquanto produzem como rejeitos as zonas de habitação popular que abrigam a massa trabalhadora que faz funcionar o quotidiano de ambas as metrópoles. Nessas zonas, a falta de planejamento ou as tentativas infrutíferas de estabelecer algum tipo de uso especializado da terra urbana à semelhança dos núcleos reforça na paisagem a própria vultuosidade do que não pode ser realizado ali, porque restrito aos espaços centrais da cidade-polo.

Não obstante, as constatações de Sposito (2004, 2009) e Reis (2007) sobre as transformações das periferias contemporâneas necessitam ser incorporadas,

porque têm ressonância nas aglomerações das duas capitais. Essas transformações dizem respeito à implantação de loteamentos fechados e zonas empresariais em estrutura condominial para classes abastadas que têm demonstrado o desejo de apartar-se do convívio com grupos sociais diferentes, gerando um processo de agregação. Esses novos espaços, porque recentes no contexto histórico da urbanização, são caracterizados por baixa densidade, elevado padrão de construção e proximidade de parques, grandes áreas verdes ou de preservação ecológica, em geral em descontinuidade territorial em relação ao tecido urbano consolidado. Na aglomeração de Curitiba, destacam-se os empreendimentos da Alphaville Urbanismo S.A., entre outros de mesmo gênero, instalados no município de Pinhais próximo à Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí. Na aglomeração de Brasília, despontam inúmeros loteamentos fechados e condomínios, sobretudo residenciais, nas imediações do Parque Nacional e do Jardim Botânico, além de um megaempreendimento da Alphaville Urbanismo S.A. em implantação no município de Cidade Ocidental em área de divisa com o Distrito Federal próxima à saída para Unaí, MG.

Entre as justificações possíveis da existência desses espaços, Smith e Low (2006, p. 2) identificam que "[c]ertamente, ao redor dos anos 1990, muitos cidadãos urbanos passaram a sentir que a vida quotidiana se tinha tornado um *bellum omnium contra omnes* – uma guerra de todos contra todos –, segundo Hobbes colocou como tão severa finalidade"[26] (tradução livre). Nessa lógica, alguns questionamentos sobre o futuro das metrópoles cada vez mais marcadas por esse tipo de empreendimento aparecem, entre os quais destaco o de Ribeiro (1999, p. 26):

> Quais serão as conseqüências dessas mutações sociais sobre a governabilidade democrática da metrópole, entendida esta como a capacidade das forças locais de construírem e dirigirem um modelo de desenvolvimento orientado por valores e objetivos de integração, justiça e solidariedade?

É de se notar, porém, que tanto as áreas de acúmulo de pobreza, precariedade e informalidade urbanas quanto as novas áreas abastadas e reclusas são produtos de um tipo de urbanização que Lefebvre (2006) denominou "desurbanizada e desurbanizante" porque descaracterizada de todos os elementos habituais da vida urbana: as infraestruturas, o comércio de proximidade, as feiras e os mercados, as áreas de lazer, as praças, os locais de encontro e exercício da política, enfim, o espaço público ao qual Smith e Low (2006, p. 3-4) atribuem um sentido contemporâneo ainda mais amplo e complexo:

> Por "espaço público" queremos abordar a gama de localizações sociais oferecidos pela rua, pelo parque, pela mídia, pela Internet, pelo *shopping center*[27], pelas Nações Unidas, por governos nacionais e bairros locais. O "espaço público" envolve a tensão palpável entre o lugar, experimentado em todas as escalas da vida quotidiana, e a aparente falta de espacialidade da Internet, da opinião popular e das instituições e economia mundiais. Ele não é apenas uma arena homogênea: as dimensões e o alcance de sua publicidade são altamente diferenciados caso a caso. O espaço público é tradicionalmente diferenciado do espaço privado em termos de regras de acesso, de fonte e natureza do controle sobre a entrada num espaço – com comportamentos individuais e coletivos sancionados em espaços específicos – e de regras de uso. Enquanto o espaço privado é demarcado e protegido por regras de uso da propriedade privada reguladas pelo Estado, o espaço público, mesmo longe de estar livre de regulamentação, é geralmente concebido como aberto à maior ou menor participação pública[28].

Assim, o espaço público abre-se como lugar próprio à manifestação do direito à diferença, assim como da tolerância e do respeito, *vis-à-vis* do outro, ou seja, do exercício prático da alteridade.

A oposição entre centro e periferia e o conflito existente nesta em função de sua dupla acepção supra-apresentada, seja em sua origem, seja na justificação prática e política de sua permanência, acaba por funcionar como impedimento à coexistência da diferença no mesmo espaço, refletindo uma sociedade socialmente segmentada.

2.5. Sociedade segmentada, espaço fragmentado

Como afirmei anteriormente, assim como noutros trabalhos (cf. Catalão, 2010), espaço e sociedade estão fundidos numa relação de coconstituição e codependência. Essa relação é complexa, embora a explicação de sua natureza seja relativamente simples: o ser humano, ao existir, produz uma história e uma geografia – ou, para ser preciso, várias histórias e várias geografias. Como afirma Soja (1996, 2008), a existência baseia-se na triplicidade espaço-tempo-ser e, por conseguinte, espacialidade-temporalidade-socialidade. É por essa razão que não se pode pensar o espaço geográfico, bem como o tempo histórico, separadamente da sociedade. E é por essa mesma razão que é possível enxergar no espaço os conflitos, interesses e contradições da sociedade. Mas não se trata apenas do espaço-reflexo, do espaço-resultado, do espaço fim. O espaço também é recomeço numa lógica de reflexividade.

Assim, a discussão levantada anteriormente sobre diferença e desigualdade teve como objetivo principal introduzir elementos explicativos sobre as lógicas de produção das cidades contemporâneas, especialmente as metropolitanas, que são objeto desta análise: por um lado, mostrar que a cidade é produto dos conflitos sociais; por outro lado, entender que ela funciona como condicionante desses conflitos. Nesse caminho, a discussão sobre diferença e desigualdade aparece como meio analítico para decifrar a configuração espacial da cidade e, consequentemente, o funcionamento de processos societários.

A problemática central concerne especificamente a uma provável transformação da cidade no que respeita ao fundamento de sua existência, tal como indiquei no começo deste capítulo continuando o debate levantado por Farah (2011). Para este autor, trata-se de uma crise de definição da cidade e de seus limites, dos direitos e deveres dos citadinos no universo de uma crise maior da cidadania urbana, na qual os mais afetados seriam os moradores das áreas periféricas desprovidos de bens e serviços urbanos.

Contudo, é evidente que esse processo não se manifesta da mesma forma em todas as cidades, porque ele está condicionado por fatores sociogeográficos. Se, por exemplo, ele parece estar menos desenvolvido em cidades europeias em que o Estado de bem-estar social tem, há muitos anos, embora atualmente em declínio, garantido direitos cidadãos mais universais e baixos níveis de desigualdade, em cidades latino-americanas, expressões nítidas que são dos problemas societários estruturais ligados à colonização e à escravidão, que já abordei, a transformação parece mais notória.

A cidade latino-americana tem passado por um processo de perda da organicidade, o que podemos identificar como o mesmo processo de perda da urbanidade de que trata Lefebvre (2006). Isso tem a ver com o acirramento das disparidades sociais e com a perpetuação e ampliação da intolerância em relação à diferença do outro e da indiferença *vis-à-vis* das necessidades do outro. Como produto disso surge o processo que vários autores têm denominado fragmentação[29] (cf. Santos, 1990; Vidal, 1994; Sposito, 1994, 2004, 2011; Salgueiro, 1997, 1998; Ribeiro, 1999; Prévôt-Schapira, 1999, 2000, 2001, 2002, 2008; Carlos, 2001; Janoschka, 2002; Hidalgo, 2005; García e Gutiérrez, 2007; Saraví, 2008; arah, 2011)[30].

A esse respeito, Vidal (1994, p. 162) questiona-se:

> No âmbito dessa reflexão, uma noção tem frequentemente surgido

> nos discursos sobre a cidade há alguns anos: a noção de "fragmentação". Do espaço "fragmentado" à "fragmentação do tecido urbano", passando pelos "fragmentos da cidade", a palavra proveniente do latim *fragmentum* é incessantemente declinada (particípio passado, nome comum, adjetivo: uma visão "fragmentária"; substantivo inclusive: "fragmentaridade") para qualificar a situação de crise das grandes metrópoles. Parece, pois, que o uso – às vezes abusivo – desse termo corresponde a uma vontade de compreensão dos processos de urbanização em curso. Ou então possuímos bem poucos elementos teóricos sobre essa noção de "fragmentação". Quais são seus usos? Quais suas implicações metodológicas e ideológicas? Seu emprego significa uma ruptura na forma da urbanização oriunda da revolução industrial? De qual problemática ela procede? Como ela se traduz concretamente no tecido urbano?[31] (tradução livre).

Os questionamentos de Vidal são bastante pertinentes e, 19 anos após a publicação de seu texto, de uma atualidade incontestável. Isso significa que, por um lado, as problemáticas espacial e urbana contemporâneas são, de fato, tão complexas quanto são inadequados e/ou obsoletos os mecanismos teórico-metodológicos de análise. Os escritos de Henri Lefebvre (1970, 1973, 1999, 2000, 2006) aparecem, assim, como extremamente atuais no que concerne à clareza do autor a respeito dessas problemáticas e nos caminhos de reflexão que ele aponta.

Por outro lado, significa também que certa confusão ainda persiste ao redor da noção de fragmentação, o que tem a ver, na verdade, com as realidades analisadas. Em outras palavras, trata-se de um processo cuja ressonância se dá de forma diferente, por exemplo, entre Europa Ocidental, Estados Unidos e América Latina. Desse modo, embora seja possível reconhecer a tendência à generalização da fragmentação socioespacial como característica urbana da contemporaneidade, não posso negar que nalguns lugares ela existe apenas de forma embrionária, seja pelas características das diversas formações socioespaciais, seja pela carência de estudos na temática, como é o caso das cidades orientais ou árabes ou mesmo das cidades nórdicas ou da antiga União Soviética[32]. Ademais, presentemente se trata de um processo identificável quase exclusivamente em espaços metropolitanos em função da complexidade dos processos e dos conflitos socioespaciais nesses espaços. Portanto, falar de fragmentação socioespacial em cidades pequenas, por exemplo, seria no mínimo temerário, mesmo que para as cidades médias, ao menos as brasileiras, a discussão já tenha aparecido (cf. Pereira, 2006; Dal Pozzo, 2011; Magrini, 2013).

De qualquer maneira, os debates a respeito da fragmentação socioespacial

têm por trás uma compreensão de que as transformações espaciais se ligam a transformações sócio-históricas concernentes, primeiro, ao início de uma nova modernidade[33] e, segundo, porém de modo atrelado ao primeiro, à intensificação de uma segmentação social, ou seja, as classes e os grupos sociais tornam-se tão antagônicos que passam a não mais se tolerar em convívio próximo e a instituir mecanismos de distinção social, sobretudo os de maior poder aquisitivo. Em muitos casos, criam-se comportamentos que cerceiam o direito do outro de manifestar sua diferença, o que promove a ampliação das desigualdades. Em alguns casos, a própria existência do outro e seu direito de permanência em determinados espaços são colocados em questão[34].

No Brasil, a segmentação social tem uma conotação predominantemente socioeconômica e, portanto, ligada a lógicas de valorização fundiária e imobiliária, especialmente nas metrópoles (Santos, 1990). Ribeiro (1999, p. 25-26), analisando a metrópole fluminense, destaca:

> Na observação da vida quotidiana dos habitantes do Rio de Janeiro, já quase passam despercebidas cenas de expressivas práticas separatistas. Aparatos imobiliários, regras institucionais e valores culturais separam crescentemente a população em "shopping-centers", "camelódromos", "condomínios fechados", "favelas", "bairros", "baixadas", etc. Categorias espaciais servem cada vez mais à construção de uma linguagem que, classificando e estigmatizando os grupos sociais, produz um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropriação dos territórios da metrópole. Metáforas freqüentes no discurso público sobre a cidade e seus problemas reproduzem ativamente o desenvolvimento dessa linguagem separatista, especialmente quando a imprensa discute o "risco da violência" e "risco da chuva".

É de se notar que as categorias espaciais às quais se refere Ribeiro na citação estão em estreita ligação com as práticas de consumo. A partir disso, à diversidade social oriunda da ampliação do mercado consumidor baseado em novos padrões (Salgueiro, 1998) soma-se uma morfologia urbana caracterizada, de um lado, pela junção de áreas contíguas, mas não contínuas em relações e, de outro, pelo aparecimento de áreas social e territorialmente descontínuas. Existe, assim, um jogo conflituoso entre a tendência à homogeneização no interior de grupos sociais – ou socioeconômicos para ser mais exato – e à diferenciação – talvez mais como distinção – entre grupos diferentes. Para Salgueiro (1998), trata-se de uma lógica fragmentária de formação de enclaves em que diferentes e estranhos são termos equivalentes no âmbito de relações sociais pautadas pelo consumo e pela uniformização de modelos. Temos, então, como tendência a formação de uma

cidade fragmentada, espacialmente expressa em diversas e complexas morfologias que colocam em xeque a própria natureza da cidade e seu futuro, como evoquei em vários momentos anteriores. A esse respeito, Prévôt-Schapira (1999, p. 129) afirma o seguinte:

> É possível identificar a emergência de um novo modelo, mais espalhado, menos hierárquico, que substitui aquele da cidade orgânica: a cidade fragmentada. A fragmentação resulta do desaparecimento do funcionamento global em proveito de pequenas unidades, a diluição dos elos orgânicos entre os pedaços da cidade, o empobrecimento do *continuum* espacial e a repetição das desigualdades em diferentes escalas infraurbanas, quarteirões de pobreza lindando ilhotas de riqueza no seio de arquipélagos urbanos[35] (tradução livre).

No mesmo sentido, Salgueiro (1998, p. 39) esclarece que a fragmentação seria

> uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.

No âmbito do que Salgueiro denomina fragmentação dos territórios, identifico a dispersão urbana como sua expressão espacial mais evidente, pois há uma ruptura do próprio tecido urbano, para além da ruptura das relações entre grupos que eventualmente residem em contiguidade, porque mesmo a proximidade territorial passa a ser vista como indesejável. Segundo afirma Sposito (1994, p. 27):

> A descontinuidade do tecido urbano constitui-se a nosso ver uma das determinantes do processo de fragmentação da cidade, que é na essência uma das formas contemporâneas através das quais se origina ou se acentua a segregação sócio-espacial.

A fragmentação é um processo baseado no princípio da indiferença e da distinção social, que geram e reproduzem situações de desigualdade sendo, por natureza, desigualitária. A indiferença é o fundamento de processos de segregação e marginalização de grupos sociais cujas características socioeconômicas e/ou socioculturais são incompatíveis com as práticas da sociedade burocrática de consumo dirigido e/ou com os princípios das elites conservadoras: pobres e miseráveis, *hippies* e ciganos, mas também trabalhadores braçais e/ou rurais, negros, índios, mulheres e homossexuais, latinos e orientais, entre outros tantos. Frente a essas diferenças, a distinção se reforça como meio de apartação social e ostentação, em geral ligadas à moderna sociedade capitalista pautada pelo consumo.

No que diz respeito à distinção, Lefebvre (1970, p. 67) esclarece:

> A *distinção* permite somente o distanciamento em relação àquele (àqueles) dos quais nos distinguimos. Essa distância é suficiente para dar ao distinto (ao 'distinguido') a realidade que ele gostaria de estabelecer? Não. A distinção é apenas vazio e vaidade. [...] Em sua acepção mais favorável, a palavra 'distinção' define qualidades que a classe dominante se atribui e que ela não tem espontaneamente, que ela adquire com uma dedicação que as desmente. É uma denominação *elitista* que não tem nada a ver com o diferencial e as diferenças[36] (tradução livre, grifos do autor).

Assim, estão postas as lógicas sociais que guiam o processo de produção do espaço urbano, baseadas em contradições e polarizações socioespaciais acentuadas (Prévôt-Schapira, 1999; Jaillet, 1999). Isso porque o processo de fragmentação não anula outros processos existentes, mas, ao contrário, ele os reforça, porque é mais amplo e tendencial para a cidade como um todo.

2.6. Mundialização, fragmentação e desigualdade

No começo dos anos 1970, Henri Lefebvre havia apresentado a tese muito controversa de que o espaço era o sustentáculo histórico do capitalismo, ou seja, este teria subsistido historicamente e, mais ainda, se ampliado e se tornado hegemônico por meio da produção (e do consumo) do espaço (cf. Lefebvre, 1973). Isso teria ocorrido sob uma feição fundamentalmente urbana, desencadeando o que o autor denominaria posteriormente de revolução urbana, processo por meio do qual a urbanização capitalista atingiria toda a Terra, constituindo um modo de vida urbano generalizado (cf. Lefebvre, 1999). Assim, a sociedade virtualmente se constitui como completamente urbana na medida em que se consolida como fundamentalmente capitalista.

No capítulo anterior, eu já havia chamado a atenção para a tendência contemporânea de constituição da sociedade urbana (Lefebvre, 1999) e da urbanização do mundo (Soja e Kanai, 2007). Esses processos, que são codependentes, ocorrem pela instalação do capitalismo como modo de produção e, mais do que isso, como processo civilizatório hegemônico no planeta (Ianni, 2001). Isso começou no período mercantil da história, quando das grandes navegações e da invasão das Américas, e se desenvolve até o presente, quando as economias mundiais se tornam interdependentes e mesmo subordinadas umas às outras. Desse modo, para Ianni (2001), a mundialização[37] nada mais é que um neolo-

gismo para referir-se à tendência que o capitalismo sempre teve de ampliar-se pelo planeta, tendência esta que hoje se encontra superdimensionada em função das possibilidades criadas pela revolução tecnológica. Segundo Hiernaux-Nicolas (1998, p. 85):

> As transformações atuais da economia e da tecnologia relativas à mundialização trazem consigo a produção de um novo modo de articulação entre o tempo e o espaço que se pode identificar como *simultaneidade tempo-espacial*, isto é, a possibilidade de que em diferentes partes da superfície terrestre ocorram fenômenos interligados (grifos do autor).

É essa simultaneidade espaciotemporal que funda a mundialização atual, segundo autor, permitindo-lhe ser algo mais que uma internacionalização das relações. Nesse mesmo sentido, a simultaneidade torna possível a existência de lógicas padronizadoras na produção do espaço, que levam à homogeneização de práticas e comportamentos, fragmentando o quotidiano metropolitano entre processos exógenos e endógenos. É por essa razão que parte significativa dos estudos sobre a fragmentação socioespacial nas metrópoles estabelece um paralelo entre esse processo e as lógicas econômicas subjacentes ao processo de mundialização do capital – e, por conseguinte, das economias nacionais – de cunho neoliberal e instituidor de padrões de consumo e comportamento homogêneos nos citadinos.

Se a mundialização, por um lado, é responsável pela crescente cognoscibilidade do planeta e pela ampliação das relações interculturais entre os povos, ela, por outro lado, contribui para a indistinção progressiva de características locais e para a formação de grupos socioeconômicos com padrões de consumo muito semelhantes, quer estejam em Brasília ou Curitiba, quer em Barcelona, Johanesburgo ou Toronto.

> [A] *globalização*[38] também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passem a ser medidas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem (Carlos, 1998, p. 192, grifo da autora).

O processo de fragmentação diz respeito, assim, à construção de um quotidiano baseado na transformação de todas as coisas em mercadoria e na media-

ção estabelecida pelo dinheiro (real ou virtual), o que amplia necessariamente a distância entre segmentos socioeconômicos diferentes. As políticas de planejamento e de financiamento da habitação, por exemplo, com as consequentes decisões sobre onde instalar loteamentos (abertos ou fechados) e equipamentos urbanos, deixam de ser um denominador da busca por equidade e justiça espacial e passam a resultado do processo capitalista de produção do espaço, em que a compra e venda de terrenos e imóveis visam majoritariamente à potencialização do lucro e da renda fundiária. Os grupos mais abastados encontram facilidades de escolha da moradia, facilidades estas ligadas ao poder de compra, enquanto grupos mais desprovidos têm de adaptar-se às circunstâncias. Como resultado disso, a disposição dos bairros nas cidades ou das cidades nas aglomerações torna-se uma justaposição de fragmentos desconexos.

Em paralelo a isso, algumas novas funções metropolitanas aparecem ou potencializam-se e passam a configurar-se como novos elementos no jogo das melhores localizações urbanas. Essas novas funções, segundo Firkowski (2004, p. 95),

> são destinadas ao atendimento da demanda das empresas e ao consumo da parcela da população a elas associadas, que exigem produtos e serviços diferenciados, de oferta mundial. Para se adequar a essa realidade, a cidade passa por uma reformulação nas atividades existentes. Trata-se, portanto, da possibilidade de expansão para muitas empresas de atuação internacional, atraídas pela potencialidade de novos mercados.

A autora aponta ainda que em Curitiba essas novas funções passaram a ser mais claramente identificadas a partir década de 1990, período em que houve mudança de sua posição na rede urbana pelo incremento de investimentos na indústria, sobretudo automobilística, nos serviços e no comércio, todos ligados direta ou indiretamente à inserção da metrópole numa economia urbana internacionalizada. Destaca-se, com notoriedade, a instalação da Renault e da Audi-Volkswagen na periferia metropolitana, com seus parques industriais de fornecedores e todos os serviços diretos ou indiretos criados (cf. Firkowski, 2008).

Coincidentemente, a década de 1990 também é apontada por Paviani (2006, 2007) como o período de consolidação de Brasília como metrópole terciária e quaternária em função do amplo desenvolvimento dos setores comercial e de serviços, inclusive de alto padrão, ligados, de um lado, à administração direta do Es-

tado e, de outro, às próprias empresas estatais sediadas na capital – como os Correios ou o Banco do Brasil – ou às novas empresas que se instalaram ali, seja em decorrência das privatizações de empresas estatais feitas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, seja pela atratividade exercita pela metrópole.

Todos esses processos se inserem no jogo que Santos (2008) identifica como aquele no qual, de um lado, a mundialização é vendida como um conjunto de possibilidades de acesso e integração para todos, ou seja, um conjunto de fábulas que escondem, de outro lado, a produção da perversidade e a redistribuição da miséria.

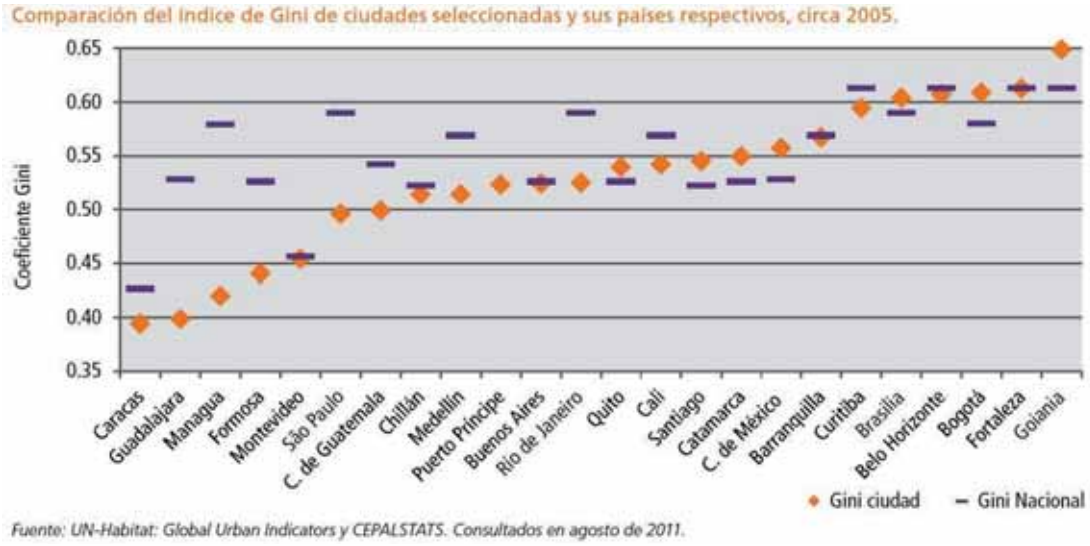
Em Brasília e Curitiba, assim como noutras metrópoles brasileiras, o ingresso na mundialização ocorreu pela maior abertura à economia internacional, iniciada no governo Fernando Collor de Melo no começo dos anos 1990, e pela onda modernizadora que isso acarretou, sobretudo no início dos anos 2000, período de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Essa onda de modernização articulada à mundialização se instalou conforme identificou Santos (2008): surgiram ou se ampliaram objetos-símbolo da economia mundial ligados ao consumo, como lojas e hipermercados de marcas internacionais (Walmart, Carrefour, Makro, Leroy Merlin, Fnac, L'Occitane, Zara, C&A...), normalmente localizados em *shopping centers*, como também se ampliou a massa incapaz de ter acesso a esse tipo de consumo ou tornada refém dele por meio da ampliação do acesso ao crédito, sobretudo em anos recentes. Como aponta o IPEA (2012), ainda que a década de 2001-2011 represente o período em que a desigualdade social brasileira atingiu seu menor nível histórico, ela ainda continua entre as doze mais altas do mundo.

O relatório sobre as cidades latino-americanas de 2012 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) confere destaque à atratividade de empresas estrangeiras, sobretudo devido à instalação em 2003 de seu Tecnoparque[39], para além de seu reconhecido sucesso no planejamento urbano ligado ao sistema de transporte e na gestão dos resíduos sólidos baseada em programas de incentivo à reciclagem.

> A cidade oferece incentivos às grandes empresas, limitando a 2% o imposto sobre serviços e estabelecendo isenções fiscais de impostos municipais e estaduais por dez anos. Graças ao programa [Tecnoparque] e a outras vantagens comparativas – como ampla infraestrutura de comunicações, políticas de desenvolvimento ur-

> bano sustentável, baixos salários e um custo de vida inferior ao das maiores cidades do Brasil –, Curitiba conseguiu atrair companhias estrangeiras, inclusive grandes multinacionais[40] (ONU-Habitat, 2012, p. 54, tradução livre).

Contudo, o mesmo relatório aponta que, em 2005, Curitiba e Brasília eram, respectivamente, a sexta e quinta cidades mais desiguais entre as estudadas, à frente de capitais como Caracas, Montevidéu, Buenos Aires, Quito, Santiago e Cidade do México e de cidades como Guadalajara, Rio de Janeiro, São Paulo e Barranquilla (Figura 9).



Fonte: extraído de ONU-Habitat (2012, p. 45).

FIGURA 9: América Latina e Caribe; índice de Gini em cidades selecionadas; 2005

Diante desse cenário, temos que o processo de fragmentação socioespacial está, no Brasil, ancorado na permanência – e, nalguns casos, intensificação – da desigualdade e que as possibilidades de redução não estão necessariamente atreladas ao desenvolvimento de uma economia urbana capitalista mundializada, como se viu até aqui. Isso ocorre porque os níveis de inserção na globalização por parte dos diversos segmentos socioeconômicos se dão no âmbito da mesma lógica tradicional de privilegiamento dos segmentos mais abastados.

2.7. Dispersão e fragmentação: correlações

A dispersão urbana e a fragmentação socioespacial não são processos necessariamente coincidentes. Embora o primeiro acabe sempre contribuindo de

alguma forma para a existência do segundo, este também pode ocorrer em espaços não marcados por dispersão do ambiente construído. Seguindo a linha de raciocínio de Sposito (1994, 2009), já apresentada, se a unidade morfológica da cidade contemporânea está se dissolvendo, isso também ocorre porque a dispersão cumpre o papel de ser um dos condicionantes da fragmentação.

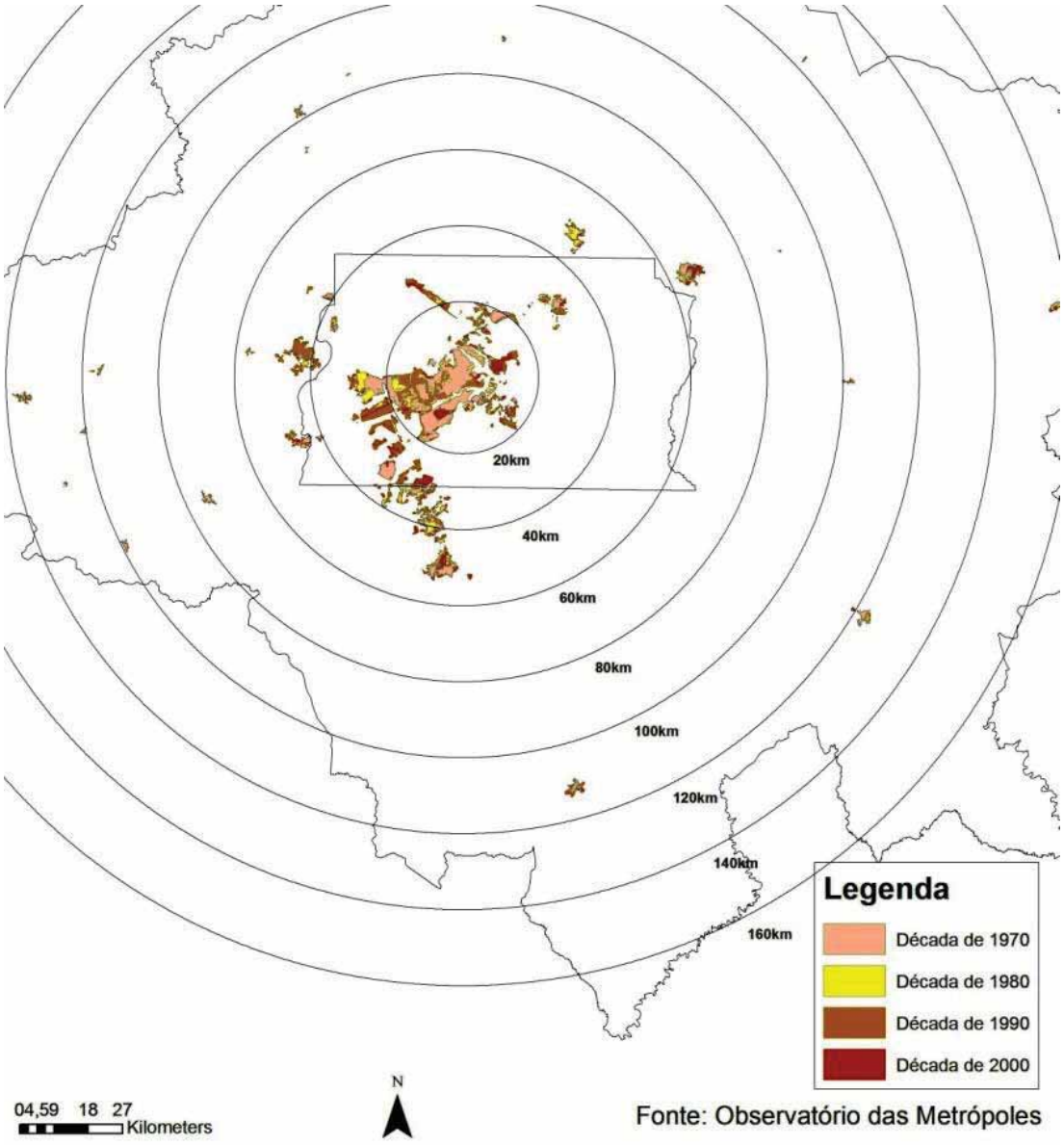
Brasília e Curitiba são metrópoles marcadas diferentemente pelas lógicas de dispersão dos tecidos urbanos. Enquanto a capital paranaense ainda apresenta certa unidade morfológica, mesmo que isso não seja extensivo do mesmo modo a toda sua aglomeração, a capital federal nunca apresentou essa unidade, caracterizando-se por processos dispersivos de diferentes naturezas desde sua implantação (cf. Catalão, 2010). Para ilustrar essas diferenças, apresentam-se a seguir as figuras 10 e 11, que mostram a evolução da ocupação urbana entre os anos 1970 e 2000 das aglomerações oficiais de Brasília e Curitiba, respectivamente Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e Região Metropolitana. Ambas as figuras são apresentadas nas escalas condizentes com a abrangência territorial das respectivas aglomerações oficiais, atingindo um raio de 160 km para Brasília 100 km para Curitiba, o que indica a necessária relativização das impressões visuais.

Conforme já destaquei no capítulo 1, se bem que dispersão e crescimento urbanos não sejam processos equivalentes, eles correlacionam-se de modo obrigatório, porque a cidade não se pode dispersar se não houver crescimento de seu tecido. Isso ocorre porque, à medida que aparecem novas lógicas locacionais no interior da cidade que requerem a produção de outras localizações para instalação de residências, empresas ou instituições, o tecido urbano precisa expandir-se. Essa expansão obedece, em geral, objetivos econômicos, com seus condicionantes políticos e sociais, e eventualmente culturais, o que resulta, no caso presente, na produção de áreas de dispersão nas bordas da cidade consolidada.

Nesse sentido, as figuras 6 e 7 possibilitam identificar a produção da dispersão no período considerado. As cores que indicam o crescimento das áreas urbanas nas respectivas décadas demonstram que o crescimento das aglomerações não obedeceu a um padrão centrípeto, mas apresentou crescimento periférico antes da ocupação de interstícios vazios no interior das áreas mais tradicionais. Esse processo é, entretanto, muito mais modesto para o caso de Curitiba do que para o caso de Brasília pois, como também já foi afirmado, a primeira representa um modelo de crescimento urbano muito mais ortodoxo do que a segunda,

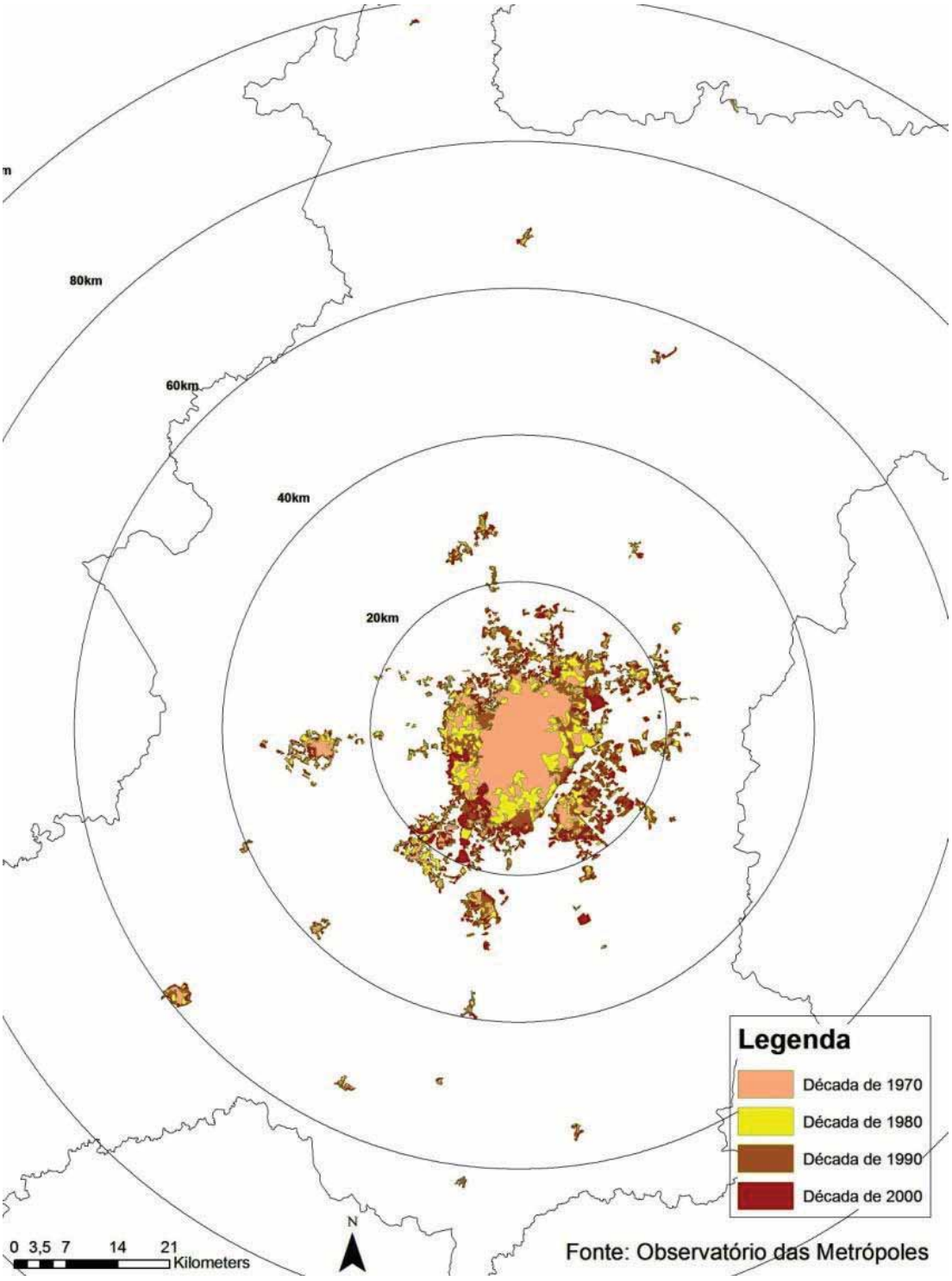
que é bastante *sui generis*.

A década de 1970, como discutido no capítulo 1, foi o período em que se iniciaram os processos de metropolização de Brasília e Curitiba. Em ambas as aglomerações, é possível notar uma grande ocupação do território nessa década, com destaque para a cidade de Curitiba e para as demais sedes municipais de sua aglomeração assim como para o Plano Piloto de Brasília, para os núcleos iniciais das primeiras cidades-satélites e para as sedes municipais da periferia goiana sul.



Extraído de: <http://www.observatoriodasmetropoles.net>.

FIGURA 10: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; crescimento urbano segundo formas de ocupação do território; 1970-2000



Extraído de: <http://www.observatoriodasmetropoles.net>.

FIGURA 11: Região Metropolitana de Curitiba; crescimento urbano segundo formas de ocupação do território; 1970-2000

As duas aglomerações distinguem bastante seus modos de ocupação na década de 1980, com crescimento significativo na periferia urbana de Curitiba e nas diversas cidades da aglomeração metropolitana enquanto Brasília experimenta crescimento localizado nalgumas cidades-satélites da periferia oeste assim

como nos municípios goianos ao sul e ao norte do quadrilátero.

A década de 1990 representa, para ambas as aglomerações, um adensamento das ocupações anteriores e o surgimento de novas ocupações periféricas, tendência seguida no começo dos anos 2000, sobretudo pela implantação de loteamentos e condomínios fechados e de novas ocupações nas diversas cidades aglomeradas, que têm se tornado mais dispersas.

Dois processos ligados à dispersão e à fragmentação precisam, contudo, ser destacados, porque um é mais antigo e se relaciona com a origem da periferia precária, localizada nos municípios limítrofes às capitais, e o outro é mais recente, referindo-se ao desenvolvimento de uma periferia com novas qualidades urbanas e novos conteúdos socioespaciais (Monclús, 1999; Sposito, 2004). Trata-se, o segundo processo, da implantação de loteamentos fechados, mesclando-se, justapondo-se e concorrendo pelas melhores localizações periféricas com as áreas residenciais destinadas anteriormente somente aos mais pobres.

O processo de metropolização de Brasília e Curitiba acompanha o avanço da urbanização pelo território brasileiro, que tem na década de 1970 alguns marcos importantes, dos quais destaco três:

- o censo demográfico de 1970 foi o primeiro a registrar, para o país como um todo, uma população predominantemente urbana;
- viu-se nos anos de 1973 e 1974 a oficialização das primeiras regiões metropolitanas brasileiras[41];
- o golpe militar de 1964, que propiciou a retomada dos investimentos estrangeiros e a consequente aceleração do crescimento econômico, o chamado "milagre brasileiro", o que se fez às custas do endividamento externo e de perseguições políticas[42].

Nesse período, em função do desenvolvimento industrial das metrópoles oficiais, Curitiba entre elas, e da consolidação de Brasília como capital, houve grande afluxo, para essas cidades, de populações migrantes interioranas, boa parte delas de origem rural, bastante empobrecidas e sem qualificação profissional alguma. Foi nesse contexto que se deu a formação das periferias metropolitanas pela criação de núcleos urbanos fora das cidades-polo para abrigar os migrantes que chegavam e se empregavam em funções subalternas, recebendo baixos salários, o que lhes obrigava, pela falta de políticas habitacionais, a resi-

dir em loteamentos precários, distantes do trabalho, e a acotovelarem-se em transportes coletivos ineficientes. Esses loteamentos eram instalados em municípios limítrofes, em descontinuidade territorial urbana, embora em Brasília esta era a tônica para toda a cidade na ocasião, causando uma sensação de residir fora da cidade, mesmo levando um modo de vida urbano. Portanto, já nessa época era possível verificar que a cidade, ao ampliar-se para uma escala regional, não mais se constituía como unidade morfológica, produzindo uma consciência esfumada da realidade urbana (Lefebvre, 2006) e instalando o embrião do processo que seria posteriormente identificado como fragmentação socioespacial.

Esse processo de produção da periferia isolada e desconexa, iniciado na década de 1970, continuou a desenvolver-se nas décadas de 1980 e 1990, ainda que o adensamento progressivo das aglomerações, tanto de Brasília quanto de Curitiba, tenha contribuído para amenizar dificuldades mais graves existentes na primeira década. Esse adensamento, contudo, acabou de alguma forma[43] por contribuir para o isolamento, desta vez voluntário, dos segmentos socioeconômicos mais elevados em loteamentos fechados de diversas naturezas. Em Brasília, destacam-se principalmente todos os condomínios horizontais periféricos ao Plano Piloto ao passo que, em Curitiba, esse tipo de conjunto residencial, instalado em municípios vizinhos, ganha destaque, mas também a formação de inúmeras vilas[44] no interior da cidade.

Anteriormente, eu já havia chamado a atenção para a tendência urbana contemporânea de os grupos socioeconômicos de elevado poder aquisitivo estabelecerem estratégias de isolamento em relação ao conjunto da cidade e da sociedade, criando o que denominei comunidades agregadas. Essas pretensas comunidades, embora não partilhem valores culturais ou políticos comuns e tampouco ideologias, no geral se aproximam pela renda e por certa semelhança na capacidade de consumo. Elas constroem para si artefatos urbanos na cidade, geralmente em áreas periféricas com as quais não mantêm quaisquer tipos de relação que não seja, quando muito, a contratação de empregados domésticos. No caso das metrópoles particularmente[45], e no Brasil em especial, essa agregação de conjuntos domiciliares tem marcado significativamente a paisagem metropolitana, sendo as formas espaciais mais indutoras do processo de fragmentação socioespacial, presentes com as mais diferentes qualidades e nas mais diversas quantidades. Segundo Caldeira (1997, p. 155-156), trata-se de

enclaves fortificados, ou seja,

> espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Consequentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.

Assim, os enclaves fragmentam a cidade, porque se tornam impeditivos à existência da eventualidade do encontro e do convívio, logo, da constituição de laços de sociabilidade menos forjados. Quando implantados em área urbana continuamente construída, são espaços de exceção que causam estranhamento pela descaracterização da história do lugar[46]. Se construídos em periferias, em áreas pouco densas ou inabitadas, ampliam as funções urbanas da cidade para fora dela, produzindo manchas de ocupação urbana em descontínuo ao tecido histórico consolidado. Isso recoloca em questão, inclusive, como indaga Sposito (2011), se podemos continuar chamando esses novos conjuntos urbanos de cidade. O próprio Lefebvre (2006) já havia alertado para esse fato ao analisar os novos conjuntos habitacionais implantados na periferia das cidades francesas no decorrer do século XX. Caldeira (1997, p. 161-162) também aborda os enclaves sob esta ótica, porém chamando a atenção para as estratégias de discriminação, baseadas num discurso sobre a insegurança urbana:

> Outra característica dos condomínios fechados é o isolamento e a distância da cidade, apresentados como se isso oferecesse a possibilidade de um melhor estilo de vida. Este aspecto expressa-se, por exemplo, na ênfase à localização dos empreendimentos junto à "natureza" (áreas verdes, parques, lagos) e no uso de frases emprestadas da retórica ecológica. Entretanto, fica claro nos anúncios que isolamento significa separação daqueles considerados socialmente inferiores e que o fator central para tal é a segurança.

Como temos visto ao longo desta tese, as expressões socioespaciais desses processos são bastante diferentes em Brasília e em Curitiba. Novamente, isso aparece de modo categórico nos mapas 6 e 7, que apresentam a distribuição dos domicílios urbanos em vilas ou condomínios[47] por setores censitários nas duas aglomerações. Nos mapas, a parte alta contém os setores censitários que apre-

sentam mais de 80% dos domicílios em conjuntos fechadas enquanto a parte baixa contempla os setores com pelo menos 15% de domicílios na mesma condição. Essa representação, contudo, é bastante aproximativa devido à complexidade que envolve as definições a respeito do que são loteamentos fechados, vilas e condomínios. Além disso, a mensuração quantitativa feita pelo IBGE na ocasião do recenseamento apresenta outra dificuldade para a análise, que é a situação geográfica dessas unidades residenciais dentro de cada setor censitário.

Para o IBGE (2011), o setor censitário é a unidade para fins estatísticos de menor dimensão territorial de agregação de dados disponível, sendo usada na coleta básica dos recenseamentos. Constitui-se numa área contínua, classificada como rural ou urbana, cujo número de domicílios se distribui no território de modo que permita ao recenseador realizar o levantamento das informações. Cada setor censitário é contado dentro do município cujo limite é definido em lei. Desse modo, a definição de um setor censitário não respeita as características qualitativas do lugar, como a tipologia dos domicílios, o que pode gerar problemas para a análise e, principalmente, para a representação dos dados. A depender da densidade demográfica do setor, ele pode tanto ser um único edifício – como ocorre no Plano Piloto de Brasília – quanto agregar conjuntos domiciliares muito diversos, eventualmente parte de um bairro, mesmo que haja estruturas condominiais fechadas em seu interior – como ocorre com inúmeras vilas em Curitiba e com alguns loteamentos fechados nas duas aglomerações.

Para entender a distribuição dos conjuntos residenciais fechados, é necessário antes compreender que eles expressam de modo claro a fragmentação contemporânea da cidade, processo que leva à quebra das relações de continuidade anteriores, do ponto de vista tanto da estrutura social quanto territorial, porque há rupturas entre os grupos, que se segmentam de modo cada vez mais intenso (Salgueiro, 1997). No que concerne ao território urbano, pulverizam-se as unidades residenciais e de consumo, criando um tipo de cidade-arquipélago, cujas ilhas mascaram a articulação do conjunto por destacarem atributos com elevada qualidade ambiental e paisagística, preferidos de segmentos socioeconômicos de alta renda e grande poder de mobilidade (Domingues, 1998).

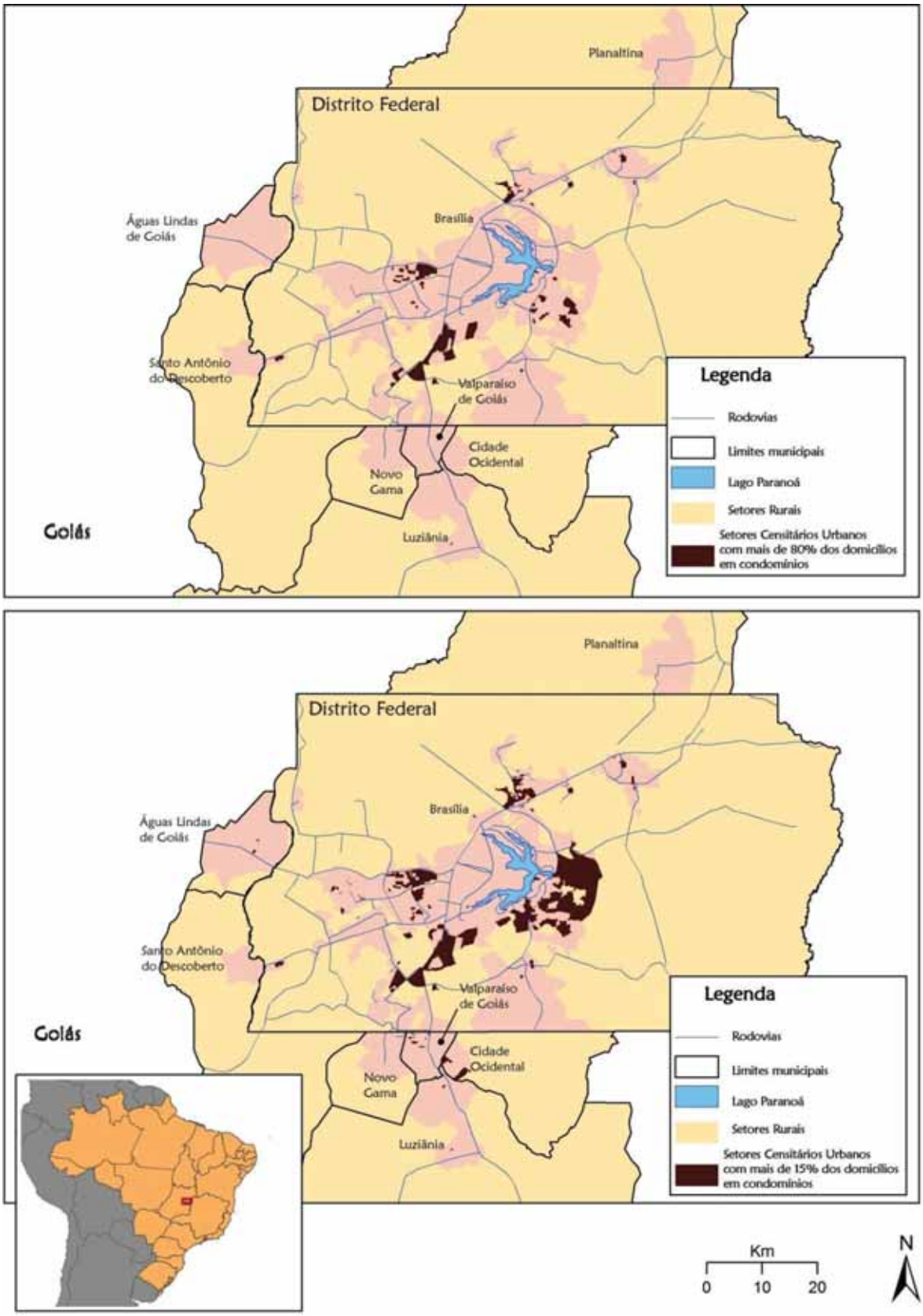
Nos mapas 6 e 7, as manchas mais escuras que representam setores censitários com elevada proporção de residências em conjuntos fechados, não apenas localizam unidades espaciais, mas significam a existência de pontos de isolamento no tecido urbano, que impõem separação dos grupos sociais ao mesmo

tempo em que descaracterizam o espaço da cidade orgânica. A grande mancha rosa, em ambas as aglomerações, não caracteriza áreas urbanas contínua e densamente ocupadas, mas apenas a porção que é oficialmente reconhecida como urbana nos municípios e no Distrito Federal. Se para a cidade de Curitiba e porções territoriais de outras cidades de sua aglomeração a coincidência entre o perímetro urbano e as zonas efetivamente ocupadas e eventualmente densas pode ocorrer, para o caso de Brasília e sua aglomeração essa coincidência praticamente inexiste. Nesse caso, a comparação com os mapas 4 e 5 assim como com as figuras 6 e 7, que representam respectivamente a densidade e a expansão urbana das aglomerações, torna-se muito oportuna.

Analisando de modo mais detalhado os mapas e figuras, chama a atenção o fato de que a proporção de setores censitários com mais de 80% de domicílio em vilas/condomínios é bastante superior em Brasília ao passo que a quantidade de conjuntos fechados que aparecem no interior de Curitiba quando se destacam os setores com pelo menos 15% de residências em condomínios/vilas é mais notória.

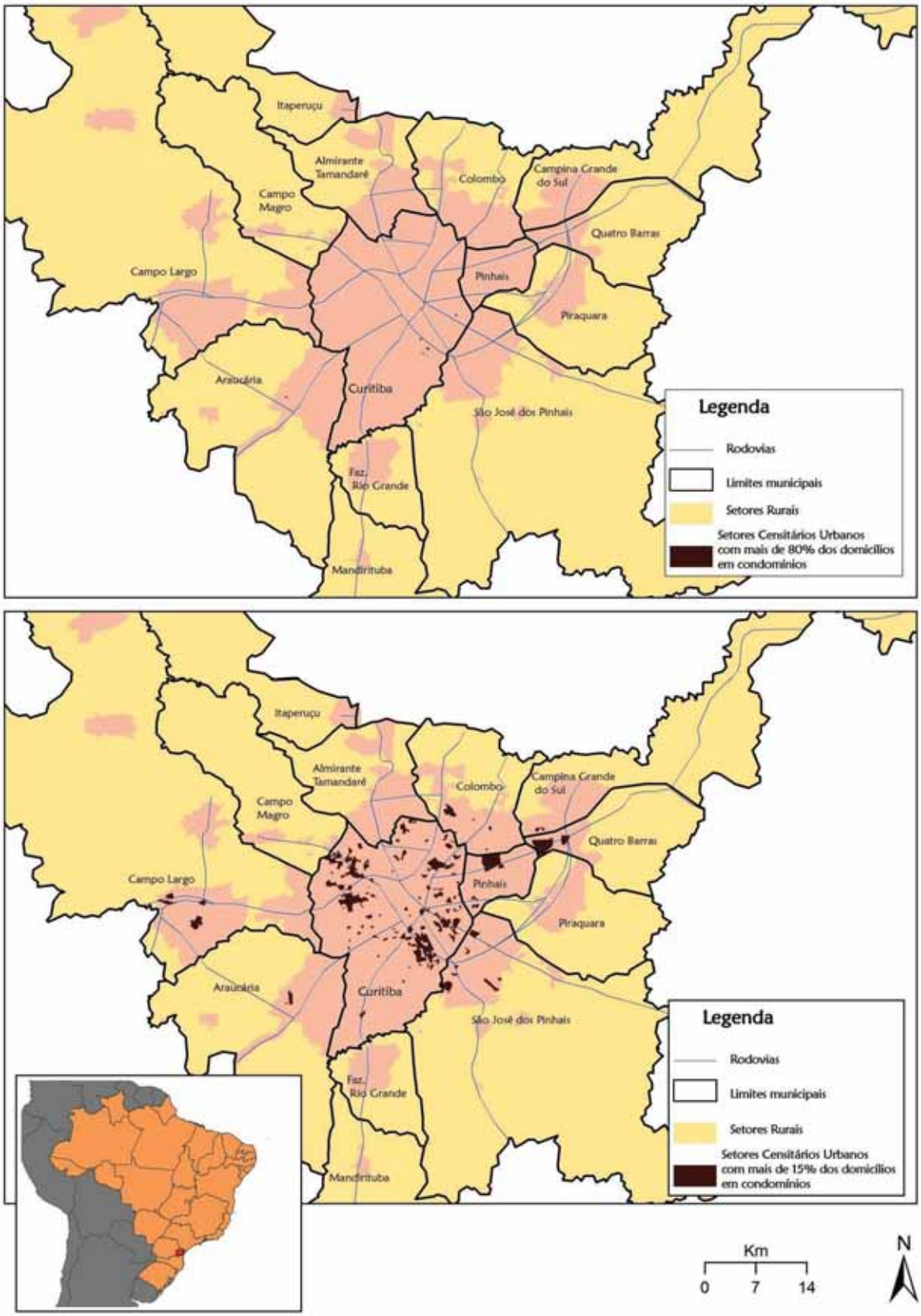
Os trabalhos de campo[48] realizados em ambas as aglomerações permitem esclarecer que, em Brasília, a ocupação periférica em forma condominial é predominante enquanto, em Curitiba, também se destacam as vilas no interior da cidade. Ressalto, porém, que as vilas não representam exatamente o mesmo conteúdo que os condomínios/loteamentos fechados – enclaves fortificados segundo Caldeira (1997). Em função de terem tamanho reduzido, de não contarem com serviços coletivos em seu interior e de não interceptarem o sistema viário – o que dificultaria a articulação entre as parcelas da cidade –, as vilas não criam significativa ruptura socioespacial, não impondo aos moradores uma separação do convívio social no bairro ou na cidade.

No que concerne à lógica de distribuição dos loteamentos fechados nas duas aglomerações, temos um padrão mais endógeno em Brasília, com quatro principais áreas de concentração de ocupações deste tipo no interior do quadrilátero: Jardim Botânico, Sobradinho II, Setor de Mansões Park Way e Vicente Pires, respectivamente a leste, norte, sudoeste e oeste do Plano Piloto. No caso de Curitiba, o padrão é mais exógeno, com os condomínios/loteamentos implantados nos municípios limítrofes, especialmente Pinhais, São José dos Pinhais e Quadro Barras.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 6: Aglomeração metropolitana de Brasília; proporção dos setores censitários com domicílios em conjuntos condominiais; 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 7: Aglomeração metropolitana de Curitiba; proporção dos setores censitários com domicílios em conjuntos condominiais; 2010

No que respeita à estruturação do espaço metropolitano, temos que tanto a produção das periferias desconexas quanto a implantação de loteamentos fechados colocam limites à unidade morfológica urbana, às possibilidades de apropriação do espaço e ao exercício da alteridade pelo contato com a diferença. Essa cidade fragmentada se torna, portanto, o lócus apropriado para ampliação das injustiças, fazendo emergir a necessidade de se discutir as possibilidades de realização de uma justiça espacial em paralelo com a discussão sobre o direito à cidade e à diferença, como se verá no próximo capítulo.

Notas

[1] Lefebvre refere-se ao conceito de diferença como base para o desenvolvimento do pensamento diferencialista que ele sustenta. Embora sejam muito contundentes e teoricamente embasados os argumentos utilizados por ele, boa parte dos quais me esforço para incorporar nesta tese, não há ainda na Geografia forte desenvolvimento teórico a respeito da diferença a fim de dotá-la de conteúdo suficiente para ser entendida como conceito. Por essa razão, optei pelo uso das aspas, indicando, primeiro, o próprio uso do autor e, segundo, seu emprego metafórico por se tratar de noção transplantada de outro campo científico, segundo esclarece Santos (2006).

[2] No Brasil, a negligência poderia ser explicada pela falta de tradução da obra. Na França, é de amplo conhecimento a falta de eco das obras lefebvrianas nos trabalhos produzidos nas ciências urbanas de uma forma geral, principalmente na Geografia Urbana que, no caso brasileiro, sempre foi um campo científico bastante afeito às teorias do autor.

[3] « Pourquoi la *différence* ? Cette question déjà n'a guère de sens. Vous y êtes, nous y sommes, et chacun de nous, dans le différent. Celui qui ne veut et ne peut ni imiter de loin quelque grand Modèle, ni s'identifier à lui, celui-là n'a d'autre issue que de se vouloir *autre*. Il l'est déjà ! ».

[4] Emprego o termo tolerância no sentido liberal atrelado ao de respeito apontado por Žižek (2009, p. 116-117): "o respeito só tem sentido como respeito por aqueles com os quais *não* concordo" (grifo do autor).

[5] Entendo a exclusão social no seu sentido mais peremptório, próximo àquele empregado por José de Souza Martins, ou seja, atinente às situações em que há completo alijamento dos indivíduos em relação à sociedade, com cerceamento de todos os direitos (sociais, políticos e civis), caso, por exemplo, dos refugiados de guerra ou dos exilados. Por essa razão, houve a precedência da expressão "no extremo". Noutros casos, o mais adequado é referir-se a uma inclusão precária.

[6] […] les divisions sociales (culturelles et socioéconomiques) en s'inscrivant dans des géographies urbaines mènent-elles à la désintégration du système Ville qui sera remplacé par une anarchie violente menée par les logiques identitaristes et les égoïsmes individualistes ?

[7] Adoto o termo "comunidade" com plena consciência de sua fragilidade, por não se tratar, nesse caso, de grupos em que haja verdadeira constituição de laços identitários e de sociabilidade, tal como desenvolve Bauman (2001). De igual modo, considero mais adequada a adjetivação "agregada" em lugar de "autossegregada", que alguns autores utilizam.

[8] Not only is the fragility and transitoriness of contemporary social relations expressed 'in' space; the production of space is increasingly the means by which social difference is constructed and reconstructed.

[9] En un sens, le 'droit à la différence' n'a pas besoin d'être stipulé car il fonde les autres droits concrets et il en est la source. S'il y a un droit de l'enfant et de la femme, c'est bien parce que l'enfant et la femme diffèrent de 'l'homme' en général et parce qu'ils diffèrent entre eux. […] Il ne peut s'affirmer pleinement qu'au-delà de l'écrit et du prescrit, dans une coutume reconnue comme fondement des rapports sociaux ».

[10] Para além das compreensões contemporâneas correntes sobre desenvolvimento, que concernem, em geral, apenas a um crescimento econômico ou a algum tipo de desenvolvimento parcial ou incompleto, refiro-me aqui a uma compreensão de desenvolvimento mais integral próxima às formulações de Wettstein (1992) e Souza (1996, 1997).

[11] A desigualdade brasileira não é apenas socioeconômica, embora seja esse, no meu entender, o principal fator de sua constituição, ainda que sua superação dependa, como afirmado, de um enfrentamento político,

que não se restringe à ampliação da renda e distribuição da riqueza. Martins (2012) faz uma breve análise sobre a superposição de preconceitos que estão por trás da produção da desigualdade.

[12] Ribeiro (1999), analisando mudanças na estrutura social do Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, aponta como tendência a dessolidarização entre os segmentos sociais superiores e inferiores no que respeita ao funcionamento da metrópole fluminense.

[13] Nos termos que aparecem em Bertrand e Bertrand (2002), isto é, combinando aspectos do quadro natural, territorial e paisagístico.

[14] 1) la colonialidad del poder, esto es la idea de "raza" como fundamento del patrón universal de clasificación social básica y de dominación social; 2) el capitalismo, como patrón universal de explotación social; 3) el estado como forma central universal de control de la autoridad colectiva y el moderno estado-nación como su variante hegemónica; 4) el eurocentrismo como forma hegemónica de control de la subjetividad/ intersubjetividad, en particular en el modo de producir conocimiento.

[15] Costa (2002 e 2008), fazendo-se passar por gari nas ruas paulistanas como parte da metodologia de sua pesquisa de mestrado e entrevistando garis e ex-garis na pesquisa de doutorado, identificou a invisibilidade e indiferença a que fiz menção em relação a esta categoria socioprofissional, dentro de uma discussão sobre antagonismo de classes, disparidade social, prepotência e subalternização do outro.

[16] Malgrado a crítica de Quijano ao modelo do Estado-nação em vigência no mundo contemporâneo, entendo ser possível, por meio do Estado, a concretização de uma sociedade mais democrática, livre e solidária, como os Estados nórdicos levam a crer.

[17] Fiz uma tradução livre do termo francês *inégalitaire*, que guarda um sentido diferente de *inégal* (desigual), porque indica não apenas uma situação de desigualdade, mas a reprodução dessa situação.

[18] A OCDE é uma organização formada por 29 países, em sua maioria europeus, quais sejam: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Holanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

[19] A seleção foi feita de forma a atingir certa representatividade nos continentes, sem saltar muitas posições entre os países e considerando posições significativas no *ranking* e/ou a proximidade geográfica e/ou de relações com o Brasil, sem excluir os tradicionais países imperialistas (como Estados Unidos ou França) ou os emergentes (como Rússia, Índia ou China).

[20] Sistema de transporte rodoviário efetuado por ônibus articulados e/ou biarticulados em sítio próprio, que se popularizou mundialmente sob a sigla BRT, *Bus Rapid Transit* (trânsito rápido de ônibus), em inglês.

[21] Não há divisões municipais no interior do Distrito Federal, como se estabeleceu na Constituição de 1988. Existem divisões meramente administrativas, cujas porções urbanas são formadas por núcleos que funcionam como grandes bairros da capital – Taguatinga, Ceilândia e Samambaia entre eles. Para mais detalhes, remeter-se às referências sobre Brasília ao final desta tese.

[22] Como consta também em Paviani (1987) e em diversos trabalhos do autor publicados pela Editora UnB no âmbito da Coleção Brasília.

[23] Tomo emprestado o termo utilizado por Paviani (1987) ao referir-se ao processo que levou a população a estabelecer residência nos municípios goianos limítrofes a Brasília.

[24] Também se deve ressaltar que essa população que se periferizou em vários municípios mesclou-se com moradores ou descendentes de moradores que já estavam nos núcleos urbanos existentes ainda antes do processo de aglomeração

[25] Trata-se, inclusive, dos únicos desmembramentos ocorridos após 1960, quando surgiu Mandirituba.

[26] Certainly by the 1990s, many urban citizens came to feel that daily life had become a *bellum omnium contra omnes* – a war of all against all, as Hobbes put it with such dour finality.

[27] Uma discordância pode ser apontada aqui em função da especificidade do funcionamento dos *shopping centers* no Brasil, cujo acesso a qualquer tipo de público é bastante cerceado, já que se trata de um espaço de relações mediadas pelo consumo, portanto, para quem tem poder aquisitivo.

[28] By "public space" we mean the range of social locations offered by the street, the park, the media, the Internet, the shopping mall, the United Nations, national governments, and local neighborhoods. "Public space" envelops the palpable tension between place, experienced at all scales in daily life, and the seeming spacelessness of the Internet, popular opinion, and global institutions and economy. It is not only a homogeneous arena: The dimensions and extent of its publicness are highly differentiated from instance to instance. Public space is traditionally differentiated from private space in terms of the rules of access, the source and nature of control over entry to a space, individual and collective behavior sanctioned in specific spaces, and rules of use. Whereas private space is demarcated and protected by state-regulated rules of private property

use, public space, while far from free of regulation, is generally conceived as open do grater of lesser public participation.

[29] São comuns as adjetivações "urbana" ou "socioespacial", entre as quais a segunda me parece mais abrangente, já que o processo de fragmentação está atrelado a uma questão de sociedade mais que de cidade, que o adjetivo "urbana" poderia eventualmente evocar, sugerindo tratar-se de um produto natural da cidade, quando ele, na verdade, é um processo que nega o princípio básico de existência da cidade.

[30] Soja (2008, 2010), mesmo não utilizando a noção de fragmentação tal como os autores citados, descreve e problematiza inúmeros processos contemporâneos que coadunam com a discussão, inclusive para propor a necessidade de pensar sobre a noção de justiça espacial, que pouquíssimos dentre os outros autores mencionam. Jaillet (1999) também aborda as mesmas problemáticas, mas faz apenas uma breve referência à fragmentação como sendo uma metáfora; ela utiliza, em lugar, o termo secessão para descrever e explicar os processos de autofechamento dos segmentos de alto padrão socioeconômico.

[31] Dans le cadre de cette réflexion, une notion revient fréquemment dans les discours sur la ville depuis quelques années : la notion de « fragmentation ». De l'espace « fragmenté » à la « fragmentation du tissu urbain », en passant par des « fragments de ville », le mot issu du latin *fragmentum* est sans cesse décliné (participe passé, nom commun, adjectif : une vision « fragmentaire », substantif même : « fragmentarité ») pour qualifier la situation de crise des grandes métropoles. Il semble ainsi que l'utilisation – parfois abusive – de ce terme corresponde à une volonté de compréhension des processus d'urbanisation en cours. Or, nous possédons assez peu d'éléments théoriques sur cette notion de « fragmentation ». Quelles sont ses utilisations ? ses implications méthodologiques et idéologiques ? son emploi signifie-t-il une rupture dans la forme d'urbanisation issue de la révolution industrielle ? de quelle problématique procède-t-elle ? Comment se traduit-elle concrètement dans le tissu urbain ?

[32] Jaillet (1999) afirma que na Europa inteira os processos atrelados ao surgimento do que se pode chamar de fragmentação socioespacial são embrionários. Há, contudo, estudos mais recentes que contradizem essa afirmação, como o de García e Gutiérrez (2007) sobre a aglomeração de Madrid.

[33] As denominações são diversas mesmo que os processos analisados guardem várias convergências: pós-modernidade para Lyotard (1979), Soja (1993) e Harvey (2003); modernidade reflexiva para Giddens, Beck e Lash (1996); modernidade líquida ou pós-modernidade para Bauman (1998, 2001); terceira modernidade para Ferrier (2001); última modernidade para Ribeiro (2008), para citar apenas alguns autores.

[34] Como exemplo, menciono a expulsão dos cerca de 7.000 moradores da favela Pinheirinho, em São José dos Campos, no interior paulista, em janeiro de 2011. A favela, cujo funcionamento já era o de um bairro da cidade, contendo inclusive casas feitas de alvenaria, estava instalada desde 2004 num terreno abandonado, alvo de especulação, à proximidade de uma área de loteamentos fechados de alto padrão. Esse caso, longe de ser algo isolado, reproduz-se em diversas partes do país. Ritter (2011) analisa processo semelhante envolvendo a implantação dos empreendimentos Alphaville na aglomeração de Curitiba.

[35] [I]l est toutefois possible d'identifier l'émergence d'un nouveau modèle, plus éclaté, moins hiérarchique, qui se substitue à celui de la ville organique : la ville fragmentée. La fragmentation résulte de la disparition du fonctionnement global au profit de petites unités, la dilution des liens organiques entre les morceaux de la ville, l'appauvrissement du continuum spatial et la répétition des inégalités aux différentes échelles infra-urbaines, des îlots de pauvreté jouxtant des isolats de richesse au sein des archipels urbains.

[36] La *distinction* permet seulement de prendre distance par rapport à ce (à ceux) dont on se distingue. Cette distance suffit-elle à donner au distinct (au 'distingué') la réalité qu'il voudrait établir ? Non. La distinction n'est donc que vide et vanité. […] Dans son acception la plus favorable, le mot 'distinction' définit les qualités que s'attribue la classe dominante et qu'elle n'a pas spontanément, qu'elle acquiert avec une application qui les dément. C'est une dénomination *élitiste* qui n'a rien à voir avec le différentiel et les différences.

[37] O autor utiliza o termo globalização.

[38] Chesnais (1998) aponta que a tradução mais adequada para o termo *globalization* (em inglês), tal como ele era usado na década de 1970 nos Estados Unidos, seria "mundialização do capital". Isso gerou, contudo, confusão, porque o termo mundialização passou a ser usado num sentido mais restrito, de cunho apenas econômico-financeiro, o que levou o termo globalização a um sentido mais amplo. Carlos, contudo, guarda para o termo globalização seu sentido econômico original, portanto, mais restrito do que mundialização que, para ela, atinge também a cultura, as práticas, os comportamentos, os valores e os símbolos. De minha parte, entendo que ambos os termos podem atualmente ser usados indiferentemente, mas prefiro respeitar o sentido original mais amplo da palavra mundo nas línguas latinas, do que se deriva mundialização, contrariamente à palavra globo, ligada à superfície terrestre.

[39] O Tecnoparque de Curitiba é um programa instituído pela Lei Complementar n. 64 de 2007, visando a "fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia, e de difundir a cultura de conhecimento e inovação de setores estratégicos de alta tecnologia".

[40] La ciudad ofrece incentivos a las grandes compañías, como un impuesto sobre servicios limitado al 2% y exenciones fiscales de impuestos municipales y estatales de diez años. Gracias al programa [Tecnoparque] y a otras ventajas comparativas, como una amplia infraestructura de comunicaciones, una política de desarrollo urbano sostenible, bajos salarios y un coste de vida inferior al de las mayores ciudades de Brasil, Curitiba ha logrado atraer a compañías extranjeras, incluidas grandes multinacionales.

[41] As regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo criadas em 1973, e do Rio de Janeiro, em 1974. Brasília, com população dentro dos critérios definidos à época ficou, por algumas razões, fora da oficialização. Cf. Reolon (2007) e Catalão (2010) para uma discussão mais completa sobre o assunto.

[42] O milagre brasileiro teve seu período mais intenso de 1969 a 1973, período também marcado pela ampliação da concentração de renda e aumento da pobreza do país, mascarados pelas estratégias ufanistas de controle da população com a criação de slogans como "Brasil, país do futuro" e "Brasil, ame-o ou deixe-o". A época também se caracteriza por intenso combate ao pensamento social, especialmente aquele identificado como politicamente de esquerda, quando inúmeros pensadores importantes foram exilados do país, entre eles Milton Santos.

[43] De fato, não é o adensamento em si que leva as pessoas a se isolarem umas das outras, mas tudo o que, no Brasil, está por trás do popularmente conhecido "inchaço das metrópoles": congestionamento do trânsito, falta de espaços verdes, terrenos supervalorizados nas áreas centrais e, principalmente, o crescente discurso sobre o aumento da "violência urbana" e da conseguinte sensação de insegurança. Conferir, a este respeito, Caldeira (1997) e Souza (2008).

[44] Uma vila é um pequeno conjunto de residências, geralmente sem divisões entre elas, que compartilham um pátio e uma entrada única. É feita geralmente num ou mais terrenos subdivididos, mas também podem ocorrer em ruas sem saída. Embora não costumem apresentar estrutura condominial mais complexa, com salas e equipamentos coletivos por exemplo, são fechadas, de acesso restrito aos moradores e a visitantes autorizados, mesmo que não apresentem sistema de vigilância ou nem mesmo porteiro ou guarita na entrada. As vilas são muito comuns em Curitiba e quase inexistentes em Brasília.

[45] Embora sua origem tenha se dado nas metrópoles, hoje eles também estão presentes em cidades médias e pequenas, apesar de não necessariamente transformarem essas cidades em cidades fragmentadas.

[46] Carlos (2001) analisa esse processo de estranhamento ao abordar os resultados no interior dos bairros das operações urbanas na cidade de São Paulo. Embora os processos sejam diferentes, a natureza deles é a mesma, porque se liga ao esvaziamento do conteúdo tradicional da cidade como unidade orgânica, resultado de múltiplas ações no decorrer de sua história, em favor da produção do espaço seguindo lógicas capitalistas, fortemente alicerçadas em estratégias de produção planejada do espaço pelos agentes econômicos.

[47] Para o Censo 2010, o IBGE separou os domicílios em cinco tipos: casa; apartamento; habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco; oca ou maloca; e casa de vila ou em condomínio. A vila é entendida como um conjunto de residências de acesso único, normalmente agrupadas e/ou geminadas. O condomínio, por sua vez, configura-se como um conjunto residencial com dependências de uso comum e casas geralmente separadas umas das outras (cf. IBGE, 2011). O dado, contudo, não especifica se a residência está numa vila ou num condomínio, o que coloca certas limitações para a análise.

[48] Trabalhos de campo realizados em Brasília e Curitiba em setembro/outubro de 2009, outubro de 2011 e fevereiro de 2012.

CAPÍTULO 3 – Da fragmentação socioespacial ao direito à cidade

O ar da cidade libertava. O da metrópole produz a civilização dos indivíduos[1] (Bourdin, 2005, p. 09, tradução livre).

[1] L'air de la ville rendait libre. Celui de la métropole produit la civili-sation des individus.

3.1. Individualização e fragmentação: articulações escalares

Como discutido no capítulo anterior, a metropolização não é um processo que supera a urbanização, porque é parte desta. Entretanto, não se trata de admitir a inexistência de especificidades nas metrópoles, que são espaços marcados por intensa diferenciação socioespacial e complexidade funcional. Essas características possibilitam a existência de processos e dinâmicas ausentes ou menos expressivos em espaços urbanos não metropolitanas que, eventualmente, podem condicionar o desenvolvimento da rede urbana ao promover mudanças e/ou transformações noutros espaços, inclusive no espaço rural circundante. Dito de outro modo, ainda que parte inseparável do processo de urbanização, a metropolização pode ser o motor de novas dinâmicas urbanas.

A epígrafe que abre este capítulo chama a atenção para uma mudança significativa na configuração socioespacial metropolitana no que diz respeito ao desenvolvimento e aprofundamento da experiência de liberdade. Santos (1988, p. 19), referindo-se ao renascimento da cidade no período mercantil, aponta que esta "aparece, então, como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo", representando "a possibilidade do homem livre, da liberdade de escolha". É por essa razão que "o ar da cidade liberta" e, por conseguinte, que "o ar da metrópole individualiza", já que a individualização nasce do exercício da liberdade levado às últimas consequências: na metrópole, o conjunto de escolhas disponível é tão diverso que se perde o sentimento de dependência e pertencimento a um grupo ou comunidade. Disso resulta uma autorresponsabilização por todos os acontecimentos, como explica Bauman (2008, p. 17),

> Em nossa "sociedade de indivíduos", todos os problemas em que podemos nos meter são assumidos como criados por nós mesmos, e toda a água quente em que podemos cair se diz que foi fervida pelos fracassos dos desafortunados que caíram nela. Só podemos agradecer ou culpar a nós mesmos pelo que acontece de bom ou de ruim em nossas vidas. E a forma pela qual "a história de toda a vida" é contada eleva esta suposição ao nível de um axioma.

Evidentemente, esse processo não emerge naturalmente e/ou de forma autocentrada a partir de indivíduos descolados da sociedade, mas do próprio desenvolvimento desigual desta em sua condição capitalista – cuja característica marcante, em oposição a outros tipos de sociedade, é a competição dos indivíduos pela preservação da propriedade privada (Lessa, 2012) – e da crise de suas

instituições sustentadoras, principalmente o Estado[1]. Em outras palavras, não é do fim da sociedade que se trata, porque os processos de diferenciação, segundo Bourdin (2005), não destroem os elos sociais, mas criam laços de dependência de todos sobre todos, mesmo que, consequente e contraditoriamente, isso produza uma sensação de independência universal, sobretudo com relação aos mais próximos. Essa interconexão pode ser percebida sem grande dificuldade pela análise da passagem da diferenciação à desigualdade, tal como feito no capítulo precedente.

Se bem que Bauman (2008) entenda que a constituição de uma sociedade individualizada é um processo que atinge o conjunto da sociedade mundializada e pós-moderna, Bourdin (2005) situa seu desenvolvimento mais intenso nas metrópoles. Essa é a razão pela qual ele próprio relaciona o enfraquecimento ou a ruptura do elo social à fragmentação, mesmo sem se reconhecer plenamente convencido da validade do conceito e das "'provas' sociais e espaciais" que ele mesmo identifica: "criação de fronteiras ou de rupturas internas às aglomerações, isolamento de uns grupos em relação a outros, manifestado pela segregação e pelas residências fechadas, fortes disparidades de acesso aos serviços urbanos, ausência de sentimento de pertencimento"[2] (p. 35, tradução livre).

Diante disso, não é possível discordar de Bourdin (2005, p. 84) quando este afirma que "o indivíduo é o personagem central desse sistema", envolvido que está por uma sociedade de consumo que leva à "individualização da experiência, à aceleração da diferenciação" e, pode-se acrescentar, à intensificação dos processos geradores de desigualdade, todos componentes que sustentam a fragmentação socioespacial.

Com efeito, trata-se esta tese de um esforço de análise que se assenta numa escala que vai do conjunto da metrópole à ordem próxima do indivíduo, num movimento de construção da vida quotidiana entendida na primeira acepção apontada por Bourdin (2008), a saber, um sistema regulador de comportamentos.

Brasília e Curitiba, como metrópoles que são, estão marcadas pelos processos de individualização social e fragmentação socioespacial, ancorados na reprodução da desigualdade, como demonstrado em capítulo anterior a partir da análise de dados cuja escala é a da aglomeração. Essa escala, decerto, acaba por subsumir o indivíduo, visto que a extensão territorial das duas aglomerações e seu quantitativo populacional, assim como a complexidade que as caracteriza,

levam a privilegiar o todo quando o objetivo é entender os processos e dinâmicas a partir da comparação entre as duas metrópoles como casos específicos no conjunto da urbanização brasileira.

A fim de avançar na análise, trazendo o foco para a escala do espaço de vida do indivíduo e do seu quotidiano, é necessário adentrar, em ambas as aglomerações, alguns espaços que sejam significativos para o entendimento dos processos em questão. Isso só pode ser feito por meio de escolhas analíticas que necessariamente excluem outros espaços, não menos adequados ou ricos.

Nos capítulos precedentes, fiz o esforço de detalhar dois processos em curso nas metrópoles, com suas características e dinâmicas próprias, quais sejam: a dispersão urbana, como parte de um processo de difusão da urbanização e transformação dos tecidos urbanos das cidades e metrópoles; e a fragmentação socioespacial, resultante e motor de uma sociedade cada vez mais individualizada, da ampliação das desigualdades socioespaciais e das lógicas capitalistas que orientam a produção do espaço urbano. Como são processos que no caso brasileiro estão relacionados, a fragmentação, ao mesmo tempo em que produz a dispersão, é resultante dela. Assim, tanto em Brasília quanto em Curitiba, a combinação desses dois processos gera espaços fragmentados e habitantes com frágil ou inexistente sentimento de pertencimento à cidade, o que coloca limites à realização do direito a esta no sentido dado por Lefebvre (2006). Entre esses espaços, destaco quatro que podem servir como ponte entre a escala da aglomeração e a escala dos indivíduos, portanto, trazendo para a análise detalhes que até aqui não foram apresentados. É certo que a escolha desses espaços deixa de fora outros não menos importantes ou menos característicos dos processos de que trata esta tese.

Quatro critérios principais foram utilizados para a escolha dos espaços que, no interior das aglomerações pesquisadas, pudessem ilustrar o que vem sendo discutido desde o primeiro capítulo desta tese.

O primeiro critério privilegiou a escala da aglomeração, tendo em vista que, nas metrópoles, os processos e dinâmicas atingem, maior ou menormente, todos os espaços componentes, ainda que sua manifestação socioespacial não seja necessariamente idêntica, chegando a ser, muitas vezes, oposta. Logo, não era possível tratar das cidades de Curitiba ou de Brasília isoladamente do conjunto de suas aglomerações.

O segundo critério foi que nenhum dos espaços poderia estar localizado nas áreas centrais das aglomerações. Mesmo sabendo que a fragmentação atinge a metrópole como um todo e que mesmo espaços situados nas áreas mais tradicionais e/ou consolidadas do tecido urbano podem se apresentar fragmentados[3], o objetivo era identificar paralelos entre a fragmentação e a produção de espaços marcados por descontinuidade territorial. Assim, foram privilegiados espaços periféricos, marcados por algum tipo de descontinuidade territorial em relação à macha urbana consolidada.

O terceiro critério concernia à diversificação socioeconômica e residencial, expressa sob dois tipos: espaços abertos ocupados por grupos mais populares e espaços fechados habitados por segmentos de maior poder aquisitivo. Essa tipologia não é exaustiva no que respeita à diversidade de grupos sociais existentes nas duas metrópoles, mas ela é significativa ao identificar dois polos cujos habitantes experienciam de modo bem diferente a fragmentação socioespacial. Outros tipos de espaço representariam uma gradação entre os dois polos e, sem dúvida, mereceriam ser estudados.

O quarto critério, o mais difícil dos três de ser atendido, tinha por princípio a identificação de espaços semelhantes nas duas aglomerações para que a comparação pudesse ser mais aproximada. A dificuldade se explica pelo modo como os processos de diferenciação socioespacial têm ocorrido em ambas as metrópoles. Mesmo sendo parte de uma mesma formação socioespacial, Brasília e Curitiba têm muitas especificidades histórico-geográficas e, portanto, apresentam resultados diferentes para processos que são gerais. Menciono, por exemplo, como a proliferação de condomínios e loteamentos fechados é muito mais acentuada na primeira que na segunda e como o desenvolvimento do setor empresarial, que requer certas adaptações espaciais, atinge mais a segunda que a primeira.

A partir desses critérios, um trabalho de campo foi realizado em outubro de 2011[4] com vistas a identificar os espaços que mereceriam uma análise mais detalhada. Foram investigados espaços das aglomerações brasiliense e curitibana marcados por elementos indicativos da dispersão urbana, onde igualmente se podem identificar características do processo de fragmentação socioespacial. A função residencial foi valorizada na escolha desses espaços, pois trabalhar simultaneamente com outras funções urbanas demandaria um esforço maior, primeiramente pela falta de equivalência mais clara dessas funções entre as duas metrópoles, já que Curitiba tem uma aglomeração marcadamente industrial en-

quanto em Brasília essa função praticamente inexiste. Além disso, o fato de os tecidos urbanos das cidades serem ocupados predominantemente por residências deixa claro ser esta uma função-chave para a análise de processos urbanos.

Assim, foram privilegiados dois tipos distintos de hábitat: enclaves fortificados, como denomina Caldeira (1997), isto é, loteamentos residenciais fechados de médio a alto padrão, normalmente com estrutura condominial e situados em áreas periféricas, que abrigam as comunidades agregadas às quais fiz referência anteriormente; e unidades urbanas da periferia externa ao núcleo das aglomerações e em descontinuidade territorial urbana onde residem populações de renda mais baixa. Em função da especificidade metropolitana de Brasília, que abrange duas unidades federativas, denominei esta realidade de periferia goiana da metrópole (Catalão, 2010), embora reconheça que há, dentro dos limites do Distrito Federal, áreas urbanas também dispersas. Em Curitiba, as unidades urbanas da periferia metropolitana situam-se todas dentro da mesma unidade federativa – o estado do Paraná – e parte significativa delas encontra-se territorialmente contínua ao núcleo da aglomeração.

3.2. Periferias urbanas: função e dispersão

O crescimento das periferias metropolitanas no Brasil remonta ao período desenvolvimentista e de crescimento da industrialização, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, com Brasília representando um marco paradigmático, tanto regional quanto nacionalmente, no processo de interiorização da ocupação do território. A ampliação das ofertas de emprego no setor industrial, no comércio e na prestação de serviços e a melhoria nas condições infraestruturais das metrópoles tornaram-se elementos atrativos para pessoas oriundas do interior rural ou urbano pauperizado.

A transformação do país de economia agroexportadora[5] em país recém-industrializado[6] se fez acompanhar de um intenso movimento migratório, principalmente no sentido Nordeste-Sudeste num primeiro momento, reforçado e ampliado, em seguida, pelas correntes do Nordeste para o Centro-Oeste. É de se ressaltar, porém, que o processo de industrialização e modernização do território nacional, notadamente no período de exceção que foi a ditadura militar (1964-1985), não trouxe consigo significativa melhoria das condições sociais da população, que trocou áreas rurais ou urbanas no interior empobrecido do país

pelas periferias precárias das metrópoles. Segundo Moraes (2008), o desenvolvimentismo brasileiro instituiu a separação entre população e território, uma ideologia baseada na valorização das riquezas naturais do país como meio indispensável ao progresso a despeito dos brasileiros, que, torpes de origem, seriam os culpados pelas falhas do nosso desenvolvimento.

A partir disso, temos instaurado um conflito entre centro e periferia – seja à escala nacional, seja à escala metropolitana –, com o primeiro representando as elites letradas e pseudomodernas[7] e a segunda caracterizada pela ignorância, pobreza e carência de sua recém-chegada população. No bojo desse conflito, instauram-se processos de segregação e marginalização, que são a base da estruturação socioespacial contemporânea das metrópoles brasileiras.

Assim, resguardadas as devidas especificidades, começam a formar-se as periferias metropolitanas de Brasília e de Curitiba. Como já discutido em capítulos anteriores, nessas metrópoles o conflito centro-periferia ficou ainda mais evidente em função das políticas de planejamento adotadas em ambas a partir da década de 1960. Essas políticas buscavam, em Brasília, a preservação do conjunto urbanístico construído a partir do projeto de Lucio Costa (1957) e, em Curitiba, a modernização da cidade e o enquadramento do crescimento urbano, tendo como base, principalmente, o Plano Preliminar Urbanístico (1966). Em ambas, isso se fez de modo bastante restrito e com graves consequências socioespaciais, pois a preservação das áreas centrais foi garantida pela precarização das periferias. Na aglomeração curitibana, o quadro é mais visível nas cidades que surgiram ou cresceram às margens dos limites municipais, quando não por emancipação de áreas ocupadas em porções periféricas do município de Curitiba, enquanto, na aglomeração brasiliense, são as chamadas cidades-satélites e as cidades goianas limítrofes que demonstram a face injusta do planejamento.

Especialmente a partir de meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, uma combinação de processos locais e globais começou a modificar, ao menos parcialmente, a lógica tradicional conflituosa centro-periferia instaurada no período de modernização. Entre esses processos, destacam-se a tendencial constituição de uma sociedade individualizada (Bourdin, 2005; Bauman, 2008), que já abordei, e a intensificação das lógicas de acumulação capitalistas na produção do espaço urbano (Botelho, 2007), responsáveis pela ampliação da participação das empresas do setor imobiliário-fundiário nas decisões sobre a expansão ou requalificação de áreas para as funções residencial ou empresari-

al. Nas capitais federal e paranaense, esse período é marcado pelo aparecimento de novos empreendimentos voltados para atender a essas funções, principalmente, mas não exclusivamente, a residencial no caso da primeira capital e a industrial-empresarial no caso da segunda.

Em outras metrópoles, a transformação do centro e da periferia, e consequentemente da relação entre ambos, deu-se de modo mais complexo que em Brasília ou Curitiba. São Paulo e Rio de Janeiro, que são espaços de industrialização mais antiga que Curitiba e destinos tradicionais das correntes migratórias que só foram modificados com a construção de Brasília, são bons exemplos.

A consolidação dos papéis regionais e nacionais das capitais federal e paranaense ocorreu em paralelo com a transformação dos papéis que São Paulo e Rio desempenhavam até então: enquanto São Paulo assumia a liderança econômica do país e, em alguma medida, da América Latina, o Rio de Janeiro perdia a função de centro político-econômico que mantinha até então por ser a capital do país, passando por reestruturações político-territoriais que visavam à aquisição de novos papéis e/ou ao fortalecimento dos papéis existentes[8]. Combinado a isso, a deterioração e popularização das áreas centrais e o surgimento de novas áreas para elite na periferia, integradas à dinâmica da aglomeração, já nos anos 1970/1980 foram processos que marcaram os espaços metropolitanos paulistano e carioca que não ocorreram em Brasília e Curitiba na mesma época nem com a mesma intensidade. É possível, inclusive, questionar se estas metrópoles chegaram a registrar algum nível de deterioração dos centros, haja vista que as políticas de planejamento adotadas em ambas tinham por objetivo protegê-los e foram eficazes até certo ponto. Em decorrência disso, tampouco seria possível falar da ocorrência de processos de gentrificação/emburguesamento para ambas as metrópoles.

Sposito (1999) qualifica muito bem o conjunto desses processos supramencionados ao apontar a existência de multi(poli)centralidades urbanas, ou seja, uma combinação quantitativa e qualitativamente variada de centralidades oriundas do centro tradicional e de subcentros periféricos. Entretanto, seja para as metrópoles seja para as cidades médias, ainda não é possível falar do fim da polarização entre centro e periferia, inclusive porque, diferentemente daquele, esta continua muito marcada por áreas segregadas e precárias.

Nessa linha de raciocínio, Sposito (2004, p. 305) aponta três características contemporâneas da relação centro-periferia, entre as quais duas se inserem no contexto apresentado nesta tese:

> a) complexificação da estrutura urbana, gerando o aparecimento de "periferias" no centro e "centralidades" na periferia; [...]
>
> c) fragmentação socioespacial das cidades ou emergência da anticidade, já que a segregação se acentua e, conseqüentemente, a possibilidade de convivência entre as diferenças se atenua.

Portanto, é possível afirmar que as transformações pelas quais a urbanização tem passado nas últimas décadas e as correlatas características que os espaços metropolitanos apresentam hoje denotam a existência de lógicas fragmentárias que não só não têm interrompido os processos geradores de desigualdade preteritamente instaurados como os têm reforçado.

No caso das periferias empobrecidas e dispersas, embora o isolamento voluntário não seja o elemento determinante de sua existência, como ocorre com os espaços fechados, os mesmos limites podem ser identificados, isto é, trata-se de espaços marcados por descontinuidade territorial urbana e fragmentação das práticas socioespaciais, mesmo que isso não se faça voluntária ou conscientemente.

Para ilustrar a análise, apresento duas cidades das periferias metropolitanas de Brasília e de Curitiba, respectivamente Cidade Ocidental e Fazenda Rio Grande, que são espaços caracterizados, ao mesmo tempo, por processos locais e regionais recentes de modernização, por relação de dependência *vis-à-vis* do centro metropolitano e por fragmentação da vida quotidiana de seus habitantes.

Fazenda Rio Grande e Cidade Ocidental assemelham-se nos contextos metropolitanos em que estão inseridas. São ambas originárias do desdobramento populacional que ocorreu nas capitais federal e paranaense no âmbito do processo de metropolização ou, como entende Tello (2005), via "colonização do território circunvizinho", isto é, alocação de residência da mão de obra na periferia enquanto no centro permanecem os postos de trabalho que sustentam as funções metropolitanas de ambas. Esse desdobramento foi possível graças às facilidades de aquisição de terrenos e/ou imóveis, assentadas no baixo preço das transações e na simplificação dos trâmites burocráticos, como isenção de comprovação de renda e/ou vínculo empregatício formal. As áreas de ocupação mais antiga das duas cidades foram criadas previamente à aprovação da lei 6.766/79, que regu-

lamentou o parcelamento do solo urbano e a dotação infraestrutural obrigatória, o que explica a precariedade que marcou durante muito tempo as cidades, principalmente Fazenda Rio Grande[9].

No contexto de modernização do país já comentado, Brasília e Curitiba se tornam regional e/ou nacionalmente atrativas, seja em função do imaginário social criado em torno da primeira como nova capital que alavancaria o país para a modernidade, seja pelo acentuado desenvolvimento industrial e pela modernização da infraestrutura da segunda, acompanhada pela adoção de estratégias de *city marketing* visando a sobrevalorizar a cidade no imaginário nacional. Contudo, a carência de políticas habitacionais efetivas, combinada com a intensidade dos processos migratórios, criou para as administrações locais um problema maior que aqueles que as políticas de planejamento poderiam resolver, posto que, como anteriormente dito, elas visavam muito mais à preservação e plena execução dos projetos do que a enfrentar os problemas existentes.

Nesse sentido, Fazenda Rio Grande e Cidade Ocidental surgem para preencher um vazio das políticas de planejamento referente à provisão de moradia, e tão somente isso, aos segmentos socioeconomicamente de mais baixa renda recém-chegados, originários, no que tange a Brasília, de vários estados brasileiros, principalmente de Minas Gerais e estados do Nordeste, e, no que concerne a Curitiba, do interior de Santa Catarina e do Paraná especialmente.

Cidade Ocidental e Fazenda Rio Grande são ambas oriundas de desdobramentos municipais ocorridos no começo dos anos 1990, tendo a primeira se emancipado de Luziânia em 16 de janeiro de 1991 e a segunda, de Mandirituba em 26 de janeiro de 1990. Essas emancipações, deve-se ressaltar, são a expressão do processo de desenvolvimento metropolitano por que têm passado Brasília e Curitiba e o corolário das ações de planejamento levadas a cabo em ambas.

Em seus respectivos contextos espaciais, as duas cidades desempenham o papel de cidade-dormitório da mão de obra, já que, por um lado, foram criadas para esta finalidade e, por outro, nunca houve ações locais eficazes de provimento de postos de trabalho que pudessem ocupar os residentes. Paralelamente, a relação de dependência em relação ao centro metropolitano, criada pela ausência de empregos locais, desdobrou-se para outras funções da vida urbana, como o lazer, a escolarização das crianças e adolescentes, o ensino superior, o atendimento médico-hospitalar e odontológico, o abastecimento doméstico e a aquisi-

ção de produtos diversos. Esse quadro, contudo, não é restrito a essas duas cidades, mas atinge o conjunto da periferia metropolitana, mesmo se há situações atenuantes para outras cidades. Menciono, por exemplo, a existência de continuidade territorial com Brasília ou Curitiba, portanto de proximidade com postos de trabalho, serviços e equipamentos urbanos, caso das cidades de Novo Gama[10] na aglomeração brasiliense e de Pinhais na aglomeração curitibana. Também são elementos que atenuam a situação de isolamento e dependência os subcentros comerciais e de serviços existentes, como em Valparaíso de Goiás no entorno da capital federal, ou industriais-empresariais, como em São José dos Pinhais ou Araucária no entorno da capital paranaense[11]. Ainda assim, como não há exclusividade de ocupação de residentes locais, esses elementos, ao se ligarem à dinâmica metropolitana das duas capitais, podem não necessariamente cumprir o papel de atenuantes supramencionado.

As tabelas 8 e 9 apresentam o número de moradores de Fazenda Rio Grande e Cidade Ocidental que, em 2000[12], se deslocavam quotidianamente para trabalhar ou estudar em Curitiba e Brasília respectivamente. São apresentados os valores absolutos da população municipal, o total de trabalhadores e estudantes e o total destes que se deslocam para as capitais. Também se apresentam os percentuais calculados de trabalhadores e estudantes que se deslocam em relação ao total de trabalhadores e estudantes do município e ao total da população municipal. Destaca-se, para Fazenda Rio Grande, que 29% da população estudante ou trabalhadora deslocavam-se para Curitiba enquanto, para Cidade Ocidental, esse contingente atingia cerca de 35%, o que indica que ambas se encontram acima da média das aglomerações das quais fazem parte.

No que concerne à morfologia urbana, tanto Cidade Ocidental quanto Fazenda Rio Grande conformam uma mancha relativamente descolada do tecido metropolitano. Ambas estão excentricamente localizadas na periferia sul das metrópoles e ligam-se a elas por meio de rodovias federais, BR 040 no caso de Cidade Ocidental e BR 116 no caso de Fazenda Rio Grande[13]. Elas enquadram-se no conjunto que denomino, a partir das discussões feitas nos capítulos precedentes, de periferias dispersas porque (i) fazem parte de um processo de crescimento territorial acentuado pelo qual passaram, a partir dos anos 1970, as aglomerações que integram, (ii) inserem-se num contexto de distribuição progressiva das densidades no sentido centro-periferia, caracterizado por alternância entre áreas de baixa e alta densidades, e (iii) expressam a perda da

continuidade territorial urbana.

TABELA 8: Municípios da aglomeração curitibana, exclusive Curitiba; deslocamentos para trabalho ou estudo na capital; 2000

Município	*PM*	*T&E*	*T&E-C*	*T&E-C/T&E*	*T&E-C/PM*
Almirante Tamandaré	88 277	55 398	21 428	38,68%	24,27%
Pinhais	102 985	67 886	21 732	32,01%	21,10%
Colombo	183 329	119 212	37 056	31,08%	20,21%
Fazenda Rio Grande	62 877	38 536	11 208	29,08%	17,83%
Piraquara	72 886	44 570	11 906	26,71%	16,34%
Campo Magro	20 409	13 588	3 254	23,95%	15,94%
Itaperuçu	19 344	9 745	1 656	16,99%	8,56%
São José dos Pinhais	204 316	135 110	21 681	16,05%	10,61%
Campina Grande do Sul	34 566	21 919	3 300	15,06%	9,55%
Araucária	94 258	61 080	8 338	13,65%	8,85%
Campo Largo	92 782	60 740	7 656	12,60%	8,25%
Quatro Barras	16 161	11 005	1 366	12,41%	8,45%
Mandirituba	17 540	10 665	688	6,45%	3,92%
Total	*1 009 730*	*649 454*	*151 269*	-	-
Média	-	-	-	23,29%	14,98%

Nota: PM - população municipal; T&E - total de residentes que trabalham ou estudam; T&E-C - total de residentes que trabalham ou estudam em Curitiba.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, microdados da amostra.

TABELA 9: Municípios da aglomeração brasiliense, exclusive Brasília; deslocamentos para trabalho ou estudo na capital; 2000

Município	*PM*	*T&E*	*T&E-B*	*T&E-B/T&E*	*T&E-B/PM*
Águas Lindas de Goiás	105 743	62 846	27 397	43,59%	25,91%
Novo Gama	74 380	46 488	18 724	40,28%	25,17%
Cidade Ocidental	40 378	27 638	9 617	34,80%	23,82%
Valparaíso de Goiás	94 857	63 724	20 664	32,43%	21,78%
Stº Antônio do Descoberto	51 896	30 509	9 409	30,84%	18,13%
Planaltina	73 720	44 514	13 092	29,41%	17,76%
Luziânia	141 081	86 661	16 975	19,59%	12,03%
Total	*582 055*	*362 380*	*115 878*	-	-
Média	-	-	-	*31,98%*	*19,91%*

Nota: PM - população municipal; T&E - total de residentes que trabalham ou estudam; T&E-B - total de residentes que trabalham ou estudam em Brasília.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, microdados da amostra.

As figuras 12 e 13, que seguem, representam as zonas urbanas de Cidade Ocidental e Fazenda Rio Grande tomadas em imagens de satélite. Nelas, é possível notar a aparente falta de projeto direcionador do crescimento urbano, diferentemente dos centros metropolitanos a que se ligam, o que gera a sensação de crescimento aleatório. Também se podem notar diversos parcelamentos para fins residenciais nas bordas do tecido mais consolidado, sobretudo em Cidade Oci-

dental, indicando a intensificação das ações de agentes fundiários e imobiliários. As pesquisas de campo, entretanto, mostraram que a ampliação do número de loteamentos de cunho residencial não se fez acompanhar do desenvolvimento de outras funções urbanas, principalmente no que concerne à criação de espaços públicos para o encontro e a sociabilidade, de escolas e centros de atendimento à saúde e de zonas comerciais para abastecimento familiar.

Fonte: Google Earth (versão 6.1.0.5001/17 out. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 GeoEye. Data da imagem: 29 ago. 2012.

FIGURA 12: Aglomeração metropolitana de Brasília; zona urbana de Cidade Ocidental/GO; imagem de satélite; 2012

Em termos de continuidade territorial urbana, Fazenda Rio Grande não apresenta união significativa com nenhuma outra cidade da aglomeração curitibana, embora haja uma pequena área de contato com Curitiba onde se situam pequenos estabelecimentos ligados a serviços de transporte e abastecimento. Cidade Ocidental, por sua vez, encontra-se territorialmente ligada a Valparaíso de Goiás por meio de zonas urbanas dispersas de ambos os municípios[14].

Tanto Fazenda Rio Grande quanto Cidade Ocidental foram visitadas nos trabalhos de campo. Nessas ocasiões, algumas entrevistas foram feitas com os moradores, sendo oito pessoas entrevistadas na primeira cidade e oito na segunda. Embora não houvesse muros e controles de acesso impedindo a aproximação das residências, como ocorreu nos condomínios e loteamentos fechados, tampouco seria possível uma conversa sem que um contato prévio tivesse sido viabilizado. À exceção de três moradores de Fazenda Rio Grande, entre eles

uma vereadora, todos os demais entrevistados concordaram que a conversa se desse em suas residências.

Fonte: Google Earth (versão 6.1.0.5001/17 out. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Data da imagem: 30 ago. 2011[15].

FIGURA 13: Aglomeração metropolitana de Curitiba; zona urbana de Fazenda Rio Grande/PR; imagem de satélite; 2011

Essas visitas possibilitaram uma reflexão sobre o quotidiano dos bairros num contexto de dispersão dos tecidos urbanos e fragmentação das práticas, inclusive levando ao questionamento da relevância ou não da existência de continuidade territorial urbana como elemento de significância para os processos de urbanização e metropolização, tendo em vista suas transformações, o estado de integração das unidades metropolitanas, as possibilidades de deslocamento e, por conseguinte, a realização da vida quotidiana e da urbanidade.

Para responder a esse questionamento, é preciso considerar que a descontinuidade territorial engendra uma nova lógica na configuração socioespacial urbana a partir do *fin-de-siècle*. Nas cidades tradicionais, isto é, naquelas formadas antes dos processos que tiveram origem no pós-guerra, o tecido urbano, que historicamente se estabeleceu por meio de formas espaciais conexas e interdependentes, caracterizava-se pela materialização das práticas dos habitantes que modelavam a cidade juntamente com sua vida, constituindo espaços vividos como representação de suas existências (Lefebvre, 2000; Catalão, 2010). O espaço público, nesse contexto urbano, desempenhava um papel fundamental na integração da vida citadina como espaço de mediação da sociabilidade às quais se integravam as

outras funções urbanas – o trabalho, o lazer, a circulação, a prestação de serviços (incluído o atendimento à saúde), o abastecimento etc. Todavia, embora se saiba que isso não ocorria em todas as cidades tradicionais nem tampouco na integralidade de seus espaços, essa era, sem dúvida, uma tendência mais universal. Tratava-se de espaços com especializações locacionais menos demarcadas.

Nos anos 1970, Lefebvre (Urbanose, 1972) apontava que a cidade concentrada, compacta e com poucas especializações já tendia a ceder paulatinamente lugar a uma cidade dispersa, em que proliferam espaços de segregação nos quais se distribuem as populações enquanto se dissociam os elementos e as funções da vida social.

A descontinuidade territorial urbana não aparece, portanto, apenas como uma mera fratura do ambiente construído, mas como a expressão espacial de processos sociais de apartação, como visto no capítulo anterior. Ela marca, de maneira clara, a fragmentação do espaço metropolitano por meio do abandono e/ou da supressão do espaço público, que corresponderia ao elo da vida quotidiana e das práticas espaciais que têm lugar entre as várias áreas da metrópole.

Nesse contexto, é possível admitir que a descontinuidade territorial que caracteriza Fazenda Rio Grande e Cidade Ocidental, tornando-as periferias dispersas, necessariamente impinge a elas limites quanto à integração na metrópole na medida em que se configuram como fragmentos da vida urbana. Se, como afirma Bourdin (2005), a metrópole contemporânea engendra uma sociedade de indivíduos, isso se faz também por meio da produção de espaços fragmentados.

Crítica recorrente nas conversas com todos os moradores foi, tanto em Cidade Ocidental como em Fazenda Rio Grande, por um lado, a carência de equipamentos e serviços urbanos assim como de empregos e, por outro lado, a situação de isolamento imposta pelas distâncias a percorrer até Brasília ou Curitiba respectivamente, onde esses equipamentos e serviços existem de modo mais abundante, além dos postos de trabalho, já que a maioria daqueles que trabalham e estudam se deslocam diariamente para o centro metropolitano, quando não o fazem todos os membros da família (Caixa 1).

CAIXA 1

Vocês estão satisfeitos em morar em Cidade Ocidental/Fazenda Rio Grande?

A Cidade Ocidental é uma cidade boa pra viver, só é distante das coisas, assim, saúde, uma emer-

gência mais séria. Outro dia eu passei mal, minha filha ficou pensando e ela disse: "mãe, é a primeira vez que deu vontade de sair da Ocidental no dia que a senhora passou mal". Eu infartei e fui infartando até no Gama. Aí ela pedindo a Deus que eu desse conta de chegar até lá [...]. Aí são essas coisas que fazem a gente pensar em sair daqui. Uma coisa mais séria você não tem o socorro [...], até que chegue no Gama ou no Plano [Piloto] demora (Ana Cláudia, moradora de Cidade Ocidental).

E aqui também não tem nada, né? Não tem um banco que presta, lazer, não tem Caixa Econômica [...]. Não tem outra opção. Satisfeito mesmo eu não estou [...]. As pistas são de má qualidade. No tempo da chuva, você vê esses bairros aí, Nápoles, Friburgo, aqui dentro da cidade mesmo, é demais (Gustavo). O carro do lixo passa todos os dias, deveria ser uma cidade limpa, no entanto não é [...]. A saúde é ruim também. Não tem nenhum projeto pra jovens com relação a emprego [...], não tem nenhuma fábrica pra oferecer emprego pra cá, todos têm que sair daqui (Eliana, ambos são moradores de Cidade Ocidental).

Eu estou satisfeita [...]. Tenho tudo que eu preciso aqui. Se eu quero algo de lazer, claro, eu me desloco pra algo diferente em Curitiba [...]. Mas aqui não é muito diversificado. Várias coisas que você precisa, você tem que ir pra Curitiba. [...] Eu cresci junto com a cidade, eu vi as transformações por que ela passou. Então Fazenda Rio Grande ainda tem muito a oferecer, tem um potencial [...], mas ainda falta muita coisa com relação a infraestrutura, segurança, a infraestrutura ainda é precária pra uma cidade que está crescendo assim (Bárbara, moradora de Fazenda Rio Grande).

Ao mesmo tempo, a monotonia em que o quotidiano acaba se convertendo em função dos longos trajetos, marcados por congestionamentos, dificulta a realização de atividades extralaborais, sobretudo aquelas ligadas ao lazer. Um esforço mais significativo é feito pelos jovens, que abrem mão com menos facilidade da diversão do fim de semana, mas não pelos mais velhos. Mesmo com relação ao comércio disponível para a satisfação das necessidades domésticas há queixa, especialmente por parte dos moradores de Cidade Ocidental, já que fazenda Rio Grande possui um comércio mais diversificado.

Os moradores de ambas as cidades também compartilham uma origem comum ligada à migração, deles ou de seus pais, haja vista que, como já apontado, as periferias metropolitanas curitibana e brasiliense surgiram para cumprir o papel de abrigo da mão de obra que trabalharia para sustentar as novas funções urbanas de cunho metropolitano. Nesse contexto, a residência na periferia foi a única alternativa possível – e, em grande medida, ainda continua sendo – para os que não podiam mais ou nunca puderam pagar os altos aluguéis cobrados nas duas capitais motivados pelo encarecimento do preço da terra urbana oriundo das estratégias capitalistas de valorização de áreas (Caixa 2).

Do ponto de vista das transformações mais recentes, nota-se, em Cidade Ocidental e em Fazenda Rio Grande, o aparecimento de pequenos loteamentos fechados de baixa renda, produzidos como um arquétipo dos condomínios de alto

padrão adaptados ao contexto socioespacial local. Esse tipo de empreendimento vem marcar a paisagem urbana, complexificando mais ainda as relações.

CAIXA 2

Por que houve um aumento populacional em Fazenda Rio Grande?

O que acontece. Em Curitiba, é bem mais caro. Um aluguel lá custa, no mínimo, uns mil reais por uma casa boa, não precisa ser grande, mas boa. Daí aqui na Fazenda você encontra casa bem mais em conta. Por isso o pessoal acaba vindo procurar a região metropolitana, não só a Fazenda como Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara (Juliano).

De onde sua família veio? Como vocês vieram morar em Fazenda Rio Grande?

São de Prudentópolis, interior do Paraná. [...] Primeiramente eles foram pra Curitiba, não vieram direto pra cá. Em Curitiba moraram no Xaxim, foram pra Santa Catarina, depois voltaram pra cá, ficaram mais um tempinho ali no Xaxim, daí meu pai vez a compra de um terreno aqui [...] por questões financeiras [...]. Ainda, comparando outras regiões, aqui é um pouco mais em conta, mas antigamente era bem mais barato (Juliano).

Eu vim da cidade de Ponte Serrada, Santa Catarina. [...] Eu vim pra Curitiba, não pra cá. Eu morei ali na Vila Hauer [...], morei ali naquelas redondezas, morei no Sítio Cercado [...] e também morei em Araucária. [...] Eu morava em Curitiba, estive aqui uma vez, como eu namorava ela [a esposa] [...] ela é daqui, eu casei e acabei ficando por aqui. Ela é nascida em Curitiba, mas já estava morando há anos aqui. [...] Olha, o que acontece é o poder aquisitivo, né? Na época, como eu pagava [...], tinha um custo com aluguel lá pra Curitiba e a maneira que eu tinha de me livrar desse aluguel era investir num terreno [...], aí um vizinho estava vendendo a metade de um terreno e como eu tinha um carro e tinha umas economias, consegui comprar isso aqui [...] lá era bem mais caro (Tiago).

Há quanto tempo mora em Cidade Ocidental? Onde morava antes?

20 anos. Eu morei no Guará 10 anos e em Taguatinga um ano [ambos na zona oeste de Brasília], depois é que eu vim pra cá. [...] Eu sou de Parnaíba no Piauí, mas eu morava mesmo era em Timon antes de vir pra Brasília [...]. Em 78, eu vim aqui fazer uma consulta médica e aconteceu o concurso, aí eu fiz o concurso e passei [...] aí eu vim. Tinha um irmão que já morava aqui [...], aí veio uma sobrinha (Ana Elisa).

Aqui na Cidade Ocidental, há 20 anos. [...] Cheguei do Nordeste e fiquei no Núcleo Bandeirante [zona sul de Brasília] sete anos. [...] Minhas filhas nasceram em Brasília, só que pra morar, né? Aqui facilitou mais, casa própria; e por mais que fosse distante – que é, daqui pra capital é bem distante, 45 minutos –, mas aqui facilitou mais a casa própria (Cristiana).

3.3. Os enclaves fortificados

Na produção da metrópole contemporânea, um tipo de espaço de habitação aparece para alterar a paisagem: os enclaves fortificados, construídos para a reclusão das comunidades agregadas às quais me referi em capítulo anterior. Caldeira (1997, p. 155-156), a partir de pesquisa feita na cidade de São Paulo,

identifica esses enclaves como:

> [...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Consequentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.

Os enclaves fortificados combinam-se com as formas espaciais doutras áreas tradicionais das aglomerações para formar uma teia urbana complexa e heterogênea, conferindo à periferia novos conteúdos. Produzem, de modo marcante, o alijamento do espaço público e a fragmentação das práticas socioespaciais, gerando, como corolário, a tendencial redução do encontro entre grupos sociais distintos. Trata-se da formação de uma cidade fragmentada (Prévôt-Schapira, 1999), espacialmente expressa em diversas e complexas morfologias que colocam em xeque a própria natureza da cidade e seu futuro, como questionado logo no primeiro capítulo.

Do ponto de vista das práticas espaciais, os loteamentos e condomínios fechados[16] impõem às cidades uma lógica que lhes retira a organicidade histórica, responsável pelo êxito do projeto de viver junto. Amplia-se, por parte dos moradores desses empreendimentos, um sentimento de indiferença com relação ao outro e de descompromisso com o que é público. A partir disso, a metrópole torna-se um conjunto mais complexo de fragmentos percorridos por pessoas em práticas individualistas e, em muitos casos, secessionistas (Jaillet, 1999), que impedem o encontro e o convívio com o diferente. Determinados segmentos agrupam-se segundo padrões de consumo permitidos por assemelhação do poder de compra e não só se alijam dos segmentos economicamente inferiores, mas também contribuem para a produção de um espaço marcado por grande injustiça.

No Brasil, a Alphaville Urbanismo S.A. é provavelmente a mais célebre e importante empresa do ramo imobiliário voltada para a construção de enclaves fortificados. Ela surgiu no município de Barueri na periferia metropolitana de São Paulo em 1973 com a instalação do Alphaville Centro Industrial. Em 1975,

ampliou o projeto para o ramo da habitação, lançando o Alphaville Residencial. A partir disso, expandiu-se para outros estados brasileiros, estando presente hoje em 21 deles com 69 empreendimentos lançados (cf. Figura 14), além de algumas unidades construídas em Portugal, segundo informa a própria empresa (Alphaville, 2012).

Fonte: captura de imagem. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/portal/empreendimentos>. Acesso em: 20 set. 2012.

FIGURA 14: Brasil; distribuição dos empreendimentos implantados pela Alphaville Urbanismo S.A.; 2012

Em Curitiba, destacam-se dois empreendimentos fechados de alto padrão administrados pela Alphaville Urbanismo S.A., situados no município de Pinhais, no noroeste da aglomeração metropolitana, denominados Alphaville Graciosa e Alphaville Pinheiros[17] (Figura 15). Em Brasília, a Alphaville também conta com dois empreendimentos para moradia ainda em construção: Alphaville Residencial 1 e Alphaville Residencial 2[18] (Figura 17), assim como um empreendimento empresarial em projeto.

Os empreendimentos Alphaville, assim como outros congêneres, caracterizam-se pelo controle do acesso e são dotados de padrão urbanístico próprio. Podem conjugar-se com unidades empresariais que, em geral, abrigam escritórios pertencentes aos próprios moradores[19]. Estão em situação de isolamento com

relação à cidade devido à situação geográfica de sua área de implantação, ao fechamento que os muros impõem, ao sistema de vigilância – que também inclui empresas privadas suplementares de monitoramento por câmera e patrulha automóvel – e ao desejo dos moradores de estabelecerem o mínimo possível de relações com os bairros ao redor, quando estes existem, ou mesmo com outros bairros da cidade e outras áreas da aglomeração. Não se trata apenas do desejo de diferenciar-se do conjunto urbano, mas também de impossibilitar as relações eventuais que podem ocorrer no espaço público por meio do encontro com o outro, o que vem a ser, num certo sentido, a quebra do contrato social histórico que funda a cidade como lócus da vida coletiva.

Nos trabalhos de campo em Curitiba, foram feitas três visitas ao Alphaville, sendo uma no Alphaville Graciosa, uma no Alphaville Pinheiros e uma no setor empresarial. As visitas aos conjuntos residenciais foram possibilitadas por contatos telefônicos prévios com três moradores que concordaram com a conversa. Um quarto morador foi entrevistado, mas preferiu que o encontro fosse numa praça pública do centro de Curitiba, o que não deixa de demonstrar a existência de práticas originais em grupos de comportamento assemelhado.

Convém destacar que, se não tivesse havido contato prévio com os moradores, o ingresso nos condomínios não teria sido possível devido ao esquema de segurança em vigor, que exige confirmação sobre o visitante quando de sua chegada, coleta de documentos de identificação, preenchimento de cadastro e eventualmente revista do automóvel. Ainda assim, o controle não se encerra na entrada, uma vez que, no interior dos empreendimentos, os visitantes são escoltados pela vigilância até seu destino.

Em termos de qualidade paisagística, o Alphaville difere bastante do que se vê fora dele, assemelhando-se à imagem dos subúrbios americanos para grupos de médio a alto poder aquisitivo. São grandes casas, em geral de mais de um pavimento, afastadas umas das outras, com garagens cobertas para mais de um automóvel, gramados e ausência de cercamento entre os lotes. O transporte é todo feito por automóvel individual e os ônibus do sistema de transporte coletivo urbano aproximam-se apenas do centro empresarial, cuja distância das residências é significativa, tendo em vista a grande área interposta ocupada por equipamentos de uso coletivo, como o campo de golfe, as quadras poliesportivas, a piscina e a academia de ginástica.

O centro empresarial é de acesso livre, embora haja câmeras e um veículo da vigilância em circulação. Ele é composto pelos escritórios imobiliários autorizados a comercializar os imóveis e terrenos do Alphaville e por escritórios particulares cujos donos alugam as salas juntamente com a segurança que o empreendimento oferece. Também se encontram ali pequenos comércios e serviços, como panificadoras, salões de beleza e escola de idiomas.

Na aglomeração de Curitiba, os empreendimentos Alphaville estão instalados numa área de proteção ambiental próxima a bairros populares das cidades de Colombo e Pinhais, mas não estabelece com estes espaços qualquer relação mais intensa que não seja receber mão de obra doméstica, como esclarece Caldeira (1997, p. 161):

> Num contexto de medo crescente do crime, em que os pobres são muitas vezes associados à criminalidade, as classes médias e altas temem contato e contaminação, mas continuam a depender de seus empregados. Anseiam por encontrar maneiras mais eficientes de controlar essas pessoas que lhes prestam serviços e com quem mantêm relações tão ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança.

O medo da violência e a sensação de insegurança urbana estão entre as grandes justificativas da procura por moradias em empreendimentos fechados no Brasil, mesmo em cidades cujo registro de ocorrências violentas (roubos, furtos, agressões, homicídios, latrocínios etc.) não as coloca nas classificações alarmistas que a mídia frequentemente divulga[20]. A própria estrutura dos empreendimentos expressa bem essa preocupação com a segurança, notadamente a presença de muros que, em muitos casos, são verdadeiras muralhas com cercas eletrificadas e sistema de videovigilância. Tudo isso se faz de modo paisagisticamente integrado para que os moradores, uma vez dentro do condomínio, não se deparem com uma estrutura demasiado opressora, ainda que o mesmo não ocorra com os trabalhadores externos[21], que são submetidos a rotinas de controle e revista, como informou uma moradora do Alphaville Graciosa, que também manifestou, junto com o marido, desconfiança com relação a moradores de outros bairros e cidades da aglomeração curitibana. A moradora do Alphaville Pinheiros, compartilhando da preocupação, relatou notícias da mídia sobre Curitiba ser hoje uma das capitais mais violentas do país, o que, por um lado, justifica sua residência no Alphaville e, por outro, contradiz o objetivo de sua mudança do interior do Rio de Janeiro para a capital paranaense, que era a busca por segurança. O mesmo ponto de vista é partilhado por ou-

tros moradores (Caixa 3).

CAIXA 3

Por que morar num condomínio fechado?

Segurança. Aqui, até estava vendo na televisão, estava vendo que Curitiba está quase tão violenta quanto Rio de Janeiro e São Paulo. E é mais na periferia, né? (Mariana, moradora do Alphaville Pinheiros).

Você acha então que Curitiba é uma cidade violenta...

Acho que é. Porque eu moro aqui já há cinquenta anos, cinquenta e poucos anos [...] e Curitiba já foi uma cidade tranquila, boa para se morar. Hoje já não é mais, hoje já não é mais. Apesar que [...] eu nunca tive nenhum problema, ser abordado, ser assaltado... mas, como eu vivo a cidade, o dia-a-dia, ela é muito violenta (Bernardo, morador do Alphaville Pinheiros).

Por que morar aqui?

Por que meu marido viaja muito e como lá [Pinhais] é um bairro e eu morava de frente pra rua, chegou uma hora em que meu marido teve de contratar um guarda noturno [...]. Nossa casa foi assaltada três vezes [...], mas eu nunca estava em casa. Quando chega, está limpo (Edna, moradora do Alphaville Graciosa).

Na paisagem urbana, a justaposição entre áreas fechadas e o resto da cidade não deixa de causar perplexidade em função das diversas polarizações criadas, como entre aberto e fechado, não controlado e controlado, precário e opulento, entre outras.

A figura 15 demonstra claramente a diferença no padrão urbanístico entre o Alphaville Graciosa e o Alphaville Pinheiros, à direita, e os bairros Jardim Cláudia de Pinhais, à esquerda, e Mauá de Colombo, acima, bem como a marcada separação entre o condomínio e os bairros, expressa não só pelas áreas desocupadas, mas principalmente pelo muro que as limita.

Na parte superior da figura 15, encontram-se também a Vila Zumbi dos Palmares e a Vila Liberdade, que são ocupações tradicionalmente desassistidas pelo poder público e oriundas de processos de favelização. Para Ritter (2011), a instalação do Alphaville:

> [c]onstituía-se, também, um elemento chave no processo de mudanças do seu entorno, principalmente no que diz respeito à valorização do solo urbano e às ressignificações das relações socioeconômicas e culturais, sendo, consequentemente, um importante influenciador das ações desperiferizantes empreendidas na Vila Zumbi dos Palmares (p. 226).

Mesmo assim, segundo relatado pelos entrevistados, ainda existe certa tensão por parte dos moradores do Alphaville em relação às áreas próximas. A moradora do Alphaville Pinheiros, cuja entrada está à margem da Estrada da Graciosa, portanto, mais próxima aos bairros de Colombo, foi, inclusive, enfática ao afirmar não ser possível chegar ao condomínio com tranquilidade, principalmente depois que anoitece (Caixa 4).

Fonte: Google Earth (vesrão 6.1.0.5001/17 out. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Data da imagem: 28 fev. 2012.

FIGURA 15: Aglomeração metropolitana de Curitiba; Alphaville Graciosa e Alphaville Pinheiros; imagem de satélite; 2012

CAIXA 4

[...] Colombo é só atravessar a rua aqui. Essa aqui é a [estrada da] Graciosa, né? Então do lado de lá da Graciosa é Colombo; do lado de cá é Pinhais. Então, a gente está bem na divisa mesmo, né? E é muito ruim. À noite aqui é muito perigoso, tanto que à noite a gente não sai (Mariana, moradora do Alphaville Pinheiros).

Como a violência aparece no quotidiano de vocês?

É mais televisão, né? Mas direto assim, nunca soubemos de nada. Também não facilitamos, né? À noite, muito tarde assim... sinal quando está fechado também, a gente, quando não está vindo ninguém, fura o sinal, porque ficar parado ali certas horas é mais perigoso. [...] Minha filha sai às seis [da universidade] e chega aqui às quinze pras oito, quer dizer, num horário mesmo em que a gente evita até sair (Mariana, moradora do Alphaville Pinheiros).

Você acha que a violência tem aumentado?

Tem bastante. No Rio [...] está uma calmaria, uma aparente calmaria. As pessoas estão até mais tranquilas lá, enquanto que aqui aumentou. Com as histórias da pacificação lá que eles estão fazendo no Rio de Janeiro, nas favelas, então lá está até mais tranquilo que aqui, eu acho. Se bem que aqui eu nunca tive nenhum susto, nada (Mariana).

No caso de Brasília, a situação geográfica dos empreendimentos Alphaville é ainda mais complexa em função do contexto socioespacial de criação de loteamentos e condomínios fechados[22], o que os coloca em situação de isolamento mais marcante do que seus congêneres da aglomeração curitibana.

Há um grande conjunto de empreendimentos cercados próximo ao Jardim Botânico que se configura como uma Região Administrativa[23] da capital e se caracteriza pela ausência quase completa de espaços públicos. Trata-se de uma justaposição de muros dos loteamentos e condomínios fechados cujos portais de entrada se ligam uns aos outros por estreitas avenidas sem calçada para pedestres. Tanto mais nesse caso, não há qualquer relação com o conjunto da cidade, inclusive pela sua situação de isolamento no tecido urbano consolidado. À proximidade está a cidade-satélite de São Sebastião, que fornece aos loteamentos mão de obra doméstica e eventuais produtos de consumo básico – alimentação e limpeza em geral. Os espaços de uso coletivo são, portanto, muito mais áreas de circulação que espaços de sociabilidade[24] (Figura 16).

Fonte: Google Earth (versão 6.1.0.5001/17 out. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 GeoEye, 2013 Digital Globe. Data da imagem: 5 mai. 2012.

FIGURA 16: Aglomeração metropolitana de Brasília; loteamentos e condomínios fechados do Jardim Botânico; imagem de satélite; 2012

Os empreendimentos Alphaville, contudo, não se localizam nessa área porque, sendo o maior empreendimento do grupo no país (Alphaville, 2012), carecem de grandes terrenos para sua implantação. Eles situam-se no norte do muni-

cio goiano de Cidade Ocidental, na divisa com a capital, numa área anteriormente classificada como rural, portanto, praticamente desocupada por habitações urbanas, à exceção de um bairro empobrecido afastado do núcleo-sede do município, denominado Jardim ABC, e de outros loteamentos fechados menores.

A figura 17 permite identificar a proximidade entre o Jardim ABC, na porção superior esquerda, e o Alphaville Residencial 1 em implantação assim como a notória diferença na qualidade da estrutura urbana de ambos. Os muros que cercam o loteamento fechado não são, decerto, menos indicadores da ruptura, tendo sido, inclusive, uma das primeiras estruturas condominiais a serem construídas. O acesso ao condomínio foi implantado dentro dos limites do Distrito Federal e também demarca a separação, já que existe uma imagem local forjada em torno de uma visão estigmatizada dos municípios goianos limítrofes como espaços de violência e pobreza incompatível com a marca Alphaville.

Fonte: Google Earth (versão 6.1.0.5001/17 out. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Data da imagem: 6 mai. 2012.

FIGURA 17: Aglomeração metropolitana de Brasília; Alphaville Residencial 1; imagem de satélite[25]; 2012

Esses espaços fechados indicam, portanto, a mudança de qualidade das periferias contemporâneas, que passam a apresentar a coexistência de espaços residenciais de segmentos socioeconômicos bastante diferentes, embora isso não signifique o estabelecimento de contato entre eles, principalmente porque, por um lado, os espaços de clausura das comunidades agregadas funcionam como limites, senão barreiras, à sociabilidade e à realização plena da vida ur-

bana e do direito à cidade e, por outro, as populações habitantes dos espaços marginais perdem a noção de integração de classe, mais presente em cidades de estrutura tradicional, como as francesas. Tanto nas entrevistas feitas no Alphaville curitibano quanto naquelas feitas nos condomínios do Jardim Botânico, os moradores confessaram ter um tipo de vida semelhante a uma rede, mesmo para aqueles que desejavam algum tipo de mudança no quotidiano. Essa vida em rede se caracteriza pelo uso intensivo do automóvel individual, normalmente com cada membro adulto da família possuindo um, pela frequência a espaços de consumo fechados, sobretudo *shopping centers*, e pela falta de frequência, às vezes completa, a lugares públicos.

Diferentemente do que foi visto no Alphaville Graciosa e no Alphaville Pinheiros, assim como em outros condomínios da aglomeração curitibana que não foram visitados, há uma característica do conjunto de loteamentos fechados próximos ao Jardim Botânico em Brasília para a qual eu gostaria de chamar a atenção, qual seja, a grande heterogeneidade não só da estrutura e do padrão construtivo dos empreendimentos, mas também os motivos que justificam sua existência. É possível identificar conjuntos residenciais fechados cujas habitações variam de bastante modestas, construídas em loteamentos de infraestrutura básica, mal cercados e pouco vigiados, a grandes enclaves fortificados, urbanisticamente notórios e altamente protegidos por sistemas de segurança administrados por empresas especializadas terceirizadas. Também existem bastantes empreendimentos padronizados, com lotes pequenos e casas idênticas cujas fachadas não podem ser alteradas. As motivações dos moradores para adquirirem residência nesses loteamentos contemplam desde a simples necessidade de possuir uma moradia (Caixa 5) – satisfeita pelas políticas de habitação destinada às classes médias baixas e àqueles que são servidores públicos, por exemplo – até a procura por uma vida mais tranquila em proximidade com a natureza, já que o apelo ecológico é um dos grandes atrativos dos enclaves fortificados, juntamente com a garantia de segurança e tranquilidade (Caixa 6). Também se notam moradores que já estavam ali antes da proliferação dos empreendimentos fechados e que ou foram englobados por estes, quando havia possibilidade e desejo, ou foram deixados de fora, tornando-se unidades isoladas entre os muros e as áreas verdes remanescentes.

Nos trabalhos de campo, foram feitas quatro visitas aos loteamentos fechados do Jardim Botânico, nas quais foram entrevistados seis moradores.

Dois ex-moradores da região também foi entrevistada em outra ocasião (Caixa 7). Nenhum desses loteamentos, contudo, correspondia ao padrão urbanístico e de segurança encontrado nos empreendimentos Alphaville da aglomeração de Curitiba. Em todos havia a verificação de identidade do visitante e autorização dos moradores para ingresso no loteamento, mas nenhum contava com sistema de videovigilância em seu interior nem com veículo para escolta. As residências não obedeciam ao padrão urbanístico tipo subúrbio americano, ainda que algumas casas isoladas reproduzissem esse modelo, e eventualmente se verificavam muros ou grades ao redor dos lotes, o que colocava os moradores em situação de duplo cercamento.

CAIXA 5

Por que foi morar num condomínio?

Ah, porque foi lá que eu consegui comprar [risos]. Foi financiamento pela Caixa [Econômica Federal]. Eu dei uma entrada e fui pagando as parcelas [...], é do pessoal do GDF [...], o condomínio foi organizado pelo GDF, né? O Roriz na época deu o terreno e o governo contratou uma firma, que é a Odebrecht[26], uma empresa, pra construir as casas e a Caixa Econômica financiou. Agora não sei como foi, o que o governo repassou pra empresa... lógico que ele deve ter repassado alguma coisa [risos] (Flávia, moradora do Jardim Botânico de Brasília).

CAIXA 6

Por que morar num condomínio fechado?

Então, eu fiquei muito interessada em conversar com você, porque esse é um assunto que me interessa muito também, né? Bom, eu vim morar em condomínio por dois motivos: porque eu precisava estar no chão [...], ter um quintal [...], isso pra mim era vital, estar em contato com a terra; e a outra era conciliar isso com a segurança, porque moramos eu e minhas duas filhas e Brasília não tem opção. Então, na verdade, não é uma escolha. Se eu pudesse escolher, eu moraria numa daquelas ruas cheias de casa, sabe? Uma cidadezinha do interior de Minas [Gerais]... ruas com calçadas! (Iná, moradora do Jardim Botânico de Brasília).

Quando você fala em segurança, isso tem a ver com o fato de que a cidade está mais violenta?

Bom... sem dúvida, né? É por aí. A gente tem medo de ser assaltado, de entrar bandido aqui, somos três mulheres. [...] Por exemplo, ra mim, o critério pra morar em cidade é a gente andar com a janela do carro aberta. No dia em que eu tiver que andar só com a janela fechada, eu saio da cidade e vou embora, porque pra mim não faz sentido, eu não consigo conviver com isso. Morar numa casa [...] é eu poder abrir a janela do meu quarto de manhã e não ter grade, não ter nada [...]. Se eu não puder viver assim, não faze sentido. E em Brasília hoje isso não é possível (Iná).

CAIXA 7

Por que decidiram morar num condomínio no Jardim Botânico?

Nesse condomínio [do Jardim Botânico], a gente achou uma casa com uma área de três mil metros quadrados (Cristiano). Era considerado um condomínio rural, porque os lotes são um pouquinho maiores (Manuela). Só pra ter acesso à área verdade, espaço, quintal, uma casa com varanda pra esticar a rede e ficar olhando a vista (Cristiano). Eu gosto dessa tranquilidade [...], a questão da segurança também era um ponto favorável. A gente viajava um mês e o condomínio tinha aquelas rondas de moto, a gente ficava mais tranquilo (Manuela) [...]. A gente costa do sossego, de uma casa, viver no meio da natureza, que é o que a gente consegue aqui, morando nessa chácara e é o que a gente conseguia morando no condomínio (Cristiano, o casal é morador de uma chácara na zona norte de Brasília).

Por que vocês se mudaram do condomínio no Jardim Botânico para este loteamento?

Por causa do Pedro, nosso filho [...]. Além de a casa lá ser de um quarto só, essa aqui tem dois, dá pra ter o quarto dele, a distância, porque o condomínio de lá é mais distante do Plano Piloto, onde a gente trabalha [...]. Daí nós temos amigos perto, aqui tem uma cachoeirinha do lado [...], pro nosso estilo de vida esse aqui atende mais (Cristiano). [...] Essa questão de segurança não é o fator de maior peso na nossa escolha, tanto é que aqui não tem uma portaria e a gente escolheu vir pra cá, por essa questão (Manuela).

A figura 17 apresenta esse conjunto urbano que dificilmente se inseriria no conceito de cidade tal como estamos historicamente habituados a entender. Na parte baixa da figura, é possível perceber uma área mais densamente habitada, que representa São Sebastião, cidade-satélite cuja população é composta por segmentos socioeconômicos de mais baixa renda. Mais à esquerda, ainda na parte baixa, encontram-se em construção pequenos conjuntos verticais e horizontais bastante densos e de tipo condominial, financiados pelos programas de habitação de servidores do Estado, principalmente do Governo do Distrito Federal, e pelo programa Minha Casa, Minha Vida[27] do Governo Federal.

As políticas de financiamento público da habitação para servidores são antigas na capital, tendo subsidiado, inclusive, a compra de apartamentos no Plano Piloto e a construção de residências em núcleos urbanos tradicionais, como Guará ou Taguatinga[28]. Todavia, agora essas políticas apresentam a novidade de as habitações serem construídas dentro de conjuntos condominiais, o que demonstra, dalgum modo, uma preferência por parte do poder público pela produção de novas áreas urbanas fundadas nas lógicas capitalistas e fragmentárias da cidade. Estas lógicas estão baseadas na individualização, na monofuncionalização das áreas, na ausência de espaço público, no incentivo à utilização de transporte automotivo individual e no uso de recursos públicos para financiar as empresas privadas do ramo imobiliário-fundiário[29]. Ademais, a opção por estruturas con-

dominiais tem servido, no Brasil, como escapatória ao que é exigido na legislação urbana no que tange, por exemplo, ao tamanho mínimo do terreno, à taxa de ocupação e ao afastamento frontal da rua, independentemente de haver ou não recursos públicos envolvidos nos financiamentos.

Na parte superior, estão os loteamentos e condomínios fechados do Jardim Botânico, entrecortados pela vegetação remanescente e pelos fundos de vale dos córregos que abundam nessa região. A edificação isolada na parte superior esquerda abriga a Escola de Administração Fazendária (ESAF)[30], que está ladeada pelo Jardim Botânico propriamente dito, cujos limites na figura são demarcados pelas vias de circulação que partem, a partir da edificação, nos sentidos sul e noroeste. Nota-se uma diferença de densidade de ocupação do território entre os condomínios e loteamentos que estão à esquerda, mais antigos, e aqueles situados à direita, de implantação mais recente.

Do ponto de vista estritamente morfológico, ou seja, se fosse desconsiderado o conteúdo social que as formas abrigam, o adensamento da área próxima ao Jardim Botânico poderia significar a atenuação da dispersão urbana que caracteriza Brasília desde sua origem, dispersão esta que engendra a separação dos segmentos sociais e aprisiona os moradores num quotidiano marcado por paisagens destituídas de conteúdos urbanos em função das distâncias a serem percorridas entre a residência e o trabalho, como discuti noutra ocasião (cf. Catalão, 2010). Isso teria também alguma validade, embora de escala muito mais restrita, no caso dos condomínios implantados na porção leste da aglomeração curitibana, indo do Alphaville em Pinhais aos demais condomínios que se sucedem até o município de São José dos Pinhais.

Não obstante, a dispersão urbana, tal como conceituada nesta tese, não se restringe à produção de áreas urbanas implantadas em descontinuidade territorial, porque ela igualmente engloba a alternância de densidades e o aparecimento de zonas urbanas periféricas inteiramente ocupadas, mas que não apresentam liames sociais significativos, porque são oriundas de lógicas fragmentárias; a cidade dispersa-se na medida em que produz áreas periféricas marcadas por estas lógicas.

Trata-se, nesse sentido, de uma contradição, pois a produção de novos espaços residenciais onde antes havia interstícios rurais ou terrenos urbanos vazios não só não promove a integração da vida quotidiana dos espaços antes isola-

dos, como contribui fortemente para a ampliação do isolamento dessas áreas, inclusive pelo incremento do tráfego de veículos, que gera mais lentidão nos deslocamentos, ampliando subjetivamente a distância em relação ao centro da aglomeração, que abriga a maior parte dos postos de trabalho e dos serviços urbanos, tanto em Brasília quando em Curitiba.

3.4. De volta ao direito à cidade: ou, melhor dizendo, ao direito à diferença

No contexto das transformações pelas quais têm passado os tecidos e a vida urbanos, é de fundamental importância requestionar os sentidos e as possibilidades de realização do "direito à cidade", sobretudo tentando superar dalgum modo a abstração descolada da realidade e o saudosismo a que essa expressão pode remeter.

O direito à cidade aparece, no pensamento lefebvriano, ao mesmo tempo como necessidade de valorização da vida urbana como associação pela partilha do espaço e como alerta sobre o advento de uma sociedade de consumo dirigido, cujas relações são mediadas pela mercadoria, incluindo-se nesta categoria o próprio espaço. Entretanto, o significado que a noção ganhou na legislação brasileira, se bem que represente um avanço em termos de conscientização por parte do poder público sobre a natureza e a finalidade da cidade, não chega a tocar nas preocupações levantadas por Lefebvre (1991, 1999, 2000, 2006) porque não reconhece no espaço a potencialidade transformadora que ele contém (Soja, 2003, 2009, 2010).

O Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), resultado de um processo de debate e de engajamento dos movimentos sociais urbanos pela democratização do uso da cidade, apresenta as diretrizes para a política urbana nacional nestes termos:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
>
> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
>
> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, pro-

gramas e projetos de desenvolvimento urbano.

Essas diretrizes em especial, assim como as demais expressas no Estatuto, apareceram, há quase 12 anos, como uma vitória de um longo período de negociação entre aqueles que almejavam uma cidade mais justa e igualitária e os governos neoliberais que se sucederam desde a redemocratização.

Segundo Baitz (2011), malgrado os esforços empreendidos, desde então, para aplicação das diretrizes expressas em lei, os resultados obtidos acabaram, contraditoriamente, por ser o inverso do que se propunha. Logo, para o autor, o equívoco só poderia estar na própria lei e não na sua aplicação, porque, entre outros fatores, condiciona a função social da propriedade ao planejamento urbano tomado sob o ponto de vista econômico e não político, mesmo equívoco apontado por Lummis (1992) quando explica que não é a pobreza que se constitui num problema para a humanidade, mas a riqueza, que é sua geradora antagonista e que só pode ser combatida em âmbitos políticos e não econômicos.

A análise desenvolvida nesta tese sobre como as aglomerações de Brasília e de Curitiba estão marcadas pelos processos correlatos de dispersão urbana e fragmentação socioespacial, o que expressa a ampliação da desigualdade socioespacial e da polarização entre os diferentes segmentos socioeconômicos, permite perceber a ineficiência da lei e/ou de sua aplicação, porque os últimos dez anos não só não representaram arrefecimento desses processos como, ao contrário, os reforçaram, mesmo que uma análise menos cuidadosa demonstre o contrário. Isso se deve ao fato de que, por um lado, a noção de direito à cidade expressa no Estatuto não se consolidou na administração pública e muito menos na consciência coletiva da população e, por outro, a superficialidade[31] que a embasa dificilmente conseguiria sustentar qualquer transformação emancipatória dos citadinos.

A inclusão do direito à cidade na legislação peca ao atrelá-lo à noção imprecisa e, muitas vezes, ideológica de sustentabilidade[32] e uma compreensão restrita do direito como simples acesso à terra e aos equipamentos e serviços urbanos. Ademais, a lei não enfrenta um problema sério da nossa legislação quando deixa aos municípios a tarefa de regulamentar os instrumentos de aplicação da lei num contexto urbano caracterizado pela existência de inúmeras aglomerações, várias delas de complexidade metropolitana, nas quais a vida dos citadinos se fragmenta entre a residência num município e as atividades noutros espaços da aglomeração. Além disso, propõe-se que haja uma participação democrática na

construção e execução de projetos de desenvolvimento urbano, o que, num contexto de crise da democracia e de fraqueza generalizada no engajamento social, soa demasiado vago para não dizer pretensioso.

Se, portanto, a inclusão do direito à cidade na lei e as tentativas de fazê-lo valer a partir dos mecanismos democráticos de que dispomos não significou avanço, como é possível ainda que a busca por este direito seja o caminho para a superação das desigualdades e, mais ainda, para a reinstituição do contrato de vida coletiva que funda a cidade desde sua origem? Não seria a intensificação dos processos de diferenciação um impedimento inexorável à plena realização do direito à cidade entendido como direito equitativo à vida urbana?

Essas questões abrem, no meu ponto de vista, uma vertente possível de pensamento sobre a cidade e o urbano, bem como sobre a articulação entre ambos, porque possibilita refletir sobre as razões da ineficiência da aplicação da noção nos termos postos no Estatuto da Cidade e sobre os rumos possíveis da urbanização que a realidade permite entrever. Baseando-me em Gomes (2006), destaco a necessidade de repensar a cidade e, mais abrangentemente, o espaço como componente fundamental da cidadania e, por conseguinte, da justiça, da ética, da solidariedade e da equidade.

A cidadania realiza-se por meio do exercício individual efetivo dos direitos sociais[33] (liberdade, educação, saúde, segurança, lazer...), civis (reconhecimento de nascimento, casamento, divórcio e óbito, nacionalidade, filiação...) e políticos (associar-se, sindicalizar-se, partidarizar-se, votar e ser votado...), embora esses direitos dependam do conjunto social para existir, e do cumprimento de deveres que garantam esse exercício a outrem. Para que a cidadania seja uma condição plena, é preciso que haja igualdade e justiça no tratamento das individualidades e/ou coletividades, de modo que as diferenças expressas nessas escalas não sejam causa de cerceamento de direitos e que não haja opressão das maiorias sobre as minorias ou sobre grupos não minoritários historicamente marginalizados.

Para Gomes (2006, p. 130), "no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial, isto é, a ideia de cidadania possui em sua base um componente espacial", o que faz dela uma condição socioespacial que, portanto, só se pode realizar nestas duas dimensões em simultâneo. Nesse sentido, o exercício dos direitos sociais, civis e políticos só pode dar-se se houver uma matriz espacial adequada que dê suporte a esse exercício. Essa ideia elucida o problema que en-

volve a noção de direito à cidade expressa no Estatuto que é a ausência de correlação entre cidade e cidadania, correlação essa espaciotemporalmente fundamentada. Isso explica porque o direito à cidade é tomado apenas como direito ao acesso à terra e a certos serviços e equipamentos urbanos e não como meio de exercício da cidadania. Afinal, como é possível que esta seja exercida se sua base espacial é desigual? Ou ainda: se saímos do âmbito do Estatuto da Cidade para o das políticas de combate à desigualdade e à pobreza mais amplas, como é possível pretender uma justiça social e uma promoção da igualdade de direitos sem promover uma justiça espacial e uma redistribuição mais equitativa dos usos do espaço? O apelo de Soja (2000, 2003) de "pôr as cidades primeiro" faz aqui todo sentido, pois leva ao reconhecimento de que:

> as cidades em si têm um impacto causal na vida social, que o desenvolvimento histórico das sociedades humanas não apenas ocorre nas cidades, mas é também, de modo significativo, gerado pelas cidades e, mais especificamente, pelo estímulo da aglomeração urbana[34] (Soja, 2003, p. 275, tradução livre, grifos do autor).

Como discutido em capítulo anterior, Lefebvre (1970) aponta que o direito à diferença é fundador de todos os outros direitos. Entre eles, é preciso situar o direito à cidade e recolocá-lo como o direito que o citadino-cidadão tem de que suas diferenças sejam socialmente aceitas como legítimas. Isso não implica dizer que essas diferenças devam necessariamente agradar a todos, mas, ao menos, elas, desde que não impossibilitem as diferenças alheias de igualmente existirem, devem ser reconhecidas e toleradas. Aceitar isso é parte do contrato social estabelecido historicamente em torno da cidade, marcado, segundo Gomes (2006), pela contradição entre a necessidade de viver junto e os conflitos que a vida conjunta gera.

Se pensarmos nas aglomerações metropolitanas, tanto mais difícil é propor o direito à cidade nos termos do Estatuto supraexpostos, porque a escala de realização da vida quotidiana passa da escala da cidade para a escala regional e as ações atingem, em geral, um contingente de pessoas bastante significativo. Logo, mais do que constatar se os moradores têm, objetivamente, acesso a escola, hospital, supermercado, farmácia, saneamento, pavimentação, transporte coletivo, trabalho etc., é preciso questionar se o acesso a tudo isso lhes garante a realização da cidadania, isto é, se as espacialidades do quotidiano representam a mediação entre a individualidade e a alteridade. Noutras palavras, é preciso recolocar a questão dos acessos em termos de justiça.

Outra distorção que o Estatuto da Cidade apresenta, assim como todas as políticas focadas nas transformações espaciais das cidades, entre elas aquelas implementadas em Brasília e Curitiba visando mais à preservação dos projetos de origem do que à resolução dos problemas reais, é a importância concedida à função social da propriedade privada[35] e a falta de esclarecimento sobre a natureza dessa função, o que leva à interpretação generalizada de que se trata de uma função econômica, como bem aponta Baitz (2011).

Nesse sentido, a polarização periférica entre enclaves fortificados e áreas dispersas empobrecidas e o contexto de fragmentação socioespacial em que se inserem e que simultaneamente deles resulta expressam-se como limites à realização do direito à diferença e à vida urbana, portanto, à cidade.

Nas entrevistas realizadas, os relatos dos moradores, tanto dos loteamentos e condomínios fechados quanto das áreas dispersas de segmentos de menor poder aquisitivo, sobre seus quotidianos urbanos demonstraram, explícita ou implicitamente, uma consciência das potencialidades da cidade como "centros de inovação e criatividade" (Soja, 2003), mas, num certo sentido, um descontentamento com a vida urbana sem remédio imaginável que não seja o incremento na renda para possibilitar um novo patamar de consumo. Logo, é o consumo que aparece como balizador da cidadania e da justiça (Caixa 8).

CAIXA 8

O que você tem a dizer sobre Fazenda Rio Grande/Cidade Ocidental?

Fazenda Rio Grande... ela tem muito a oferecer ainda, tem um potencial muito grande pra crescer assim, mas ainda falta muita coisa com relação a infraestrutura, segurança, né? Poderia estar bem mais seguro. A infraestrutura ainda é precária para uma cidade que está crescendo tanto (Bárbara, moradora de Fazenda Rio Grande).

Com todas as dificuldades que nós temos, acho assim que é uma cidade que tem grande potencial, o pessoal é batalhador [...]. O ponto nosso negativo [...] é a questão da política, uma política muito bairrista, que fica na mão de um e de outro, eles ficam brigando pelo poder para continuar não fazendo nada pela cidade e ninguém reclama porque o pessoal está mais preocupado com Curitiba que com Fazenda Rio Grande [...]. Saúde é ruim, questão da segurança é precária, complicada mesmo, falta um contingente de policiamento maior aqui (Maurício, morador de Fazenda Rio Grande).

Eu vou morar em Curitiba, porque comprei um apartamento lá, mas eu não gostaria de sair daqui. [...] Se não fosse Curitiba, eu não iria pra outra cidade: São José, Araucária... e vou continuar trabalhando aqui. [...] Não é uma cidade mais como era antes. Hoje se você precisa comprar alguma coisa aqui você encontra [...]. É um local bom de morar. Só está precisando de mais estruturação, de emprego, para o pessoal não precisa sair tanto daqui pra trabalhar em Curitiba (Bernardo, morador de Fazenda Rio Grande).

Aqui é longe de tudo, mas eu acho aqui tranquilo [...]. Aqui não tem lazer, eu acho que falta mais hospital, porque se você quebrar um braço acho que nem máquina de raio X tem [...]. Aqui é uma cidade que depende de Brasília [...], todo mundo passa o dia em Brasília, são raras as pessoas que [...] passam o dia aqui. Até escolas mesmo, eu vejo muita gente que estuda lá [...]. Tem que melhorar, mas não é assim tão ruim. Eu acho que tem lugares muito piores (Beatriz, moradora de Cidade Ocidental).

Eu gosto daqui porque eu não acho tão violento assim não. O que está faltando mais aqui é lazer pras crianças; um cinema, se quiser, aqui não tem; mais clubes, mais parques [...]. Se eu tivesse que mudar, eu iria morar num condomínio fechado [...]. Eu acho que condomínio ou apartamento é mais seguro, né? (Sabrina, moradora de Cidade Ocidental).

3.5. Do necessário caminho rumo a uma justiça espacial

Se tomarmos a justiça espacial em sua acepção primeira e mais elementar, ou seja, como um meio de avaliar a distribuição espacial de renda, bens e serviços urbanos[36] (Pirie, 1983), admitiremos que as aglomerações de Curitiba e de Brasília são espaços marcados por clara injustiça ao mesmo tempo em que são entre si bastante diferentes, haja vista ser Brasília mais desigual, registrando, segundo cálculos do coeficiente de Gini feitos pelo IBGE (2003), um índice de desigualdade de 52%, acima da média brasileira que é de 49%, contra 41% de Curitiba. Embora não haja uma medição disponível para o conjunto das aglomerações, as características dos espaços periféricos, inclusive pela combinação de ilhas de riqueza com espaços precários, permitem vislumbrar níveis de desigualdade ainda mais elevados.

Não vou deter-me numa análise aprofundada sobre a distribuição de todos os equipamentos e infraestruturas urbanos de ambas as aglomerações, o que seria decerto bastante interessante. Vou, porém, chamar a atenção para alguns elementos importantes expressos nos mapas de 8 a 11 que seguem.

Começo por abordar a água, que é um bem indispensável à vida humana e a que, portanto, todos devem ter livre acesso, sendo obrigação do Estado zelar pela sua preservação e a garantia de acesso um dos meios de cumprir com essa obrigação. Em democracias, caso do Brasil, essa tarefa cabe ao Estado por ser ele o ente responsável pela administração e proteção dos bens públicos, assim como pela repartição equilibrada da riqueza, sobretudo aquela gerada pela exploração de recursos naturais e pelo trabalho. Embora a água não seja, em princípio, um recurso utilizável para geração de riqueza objetivando acumula-

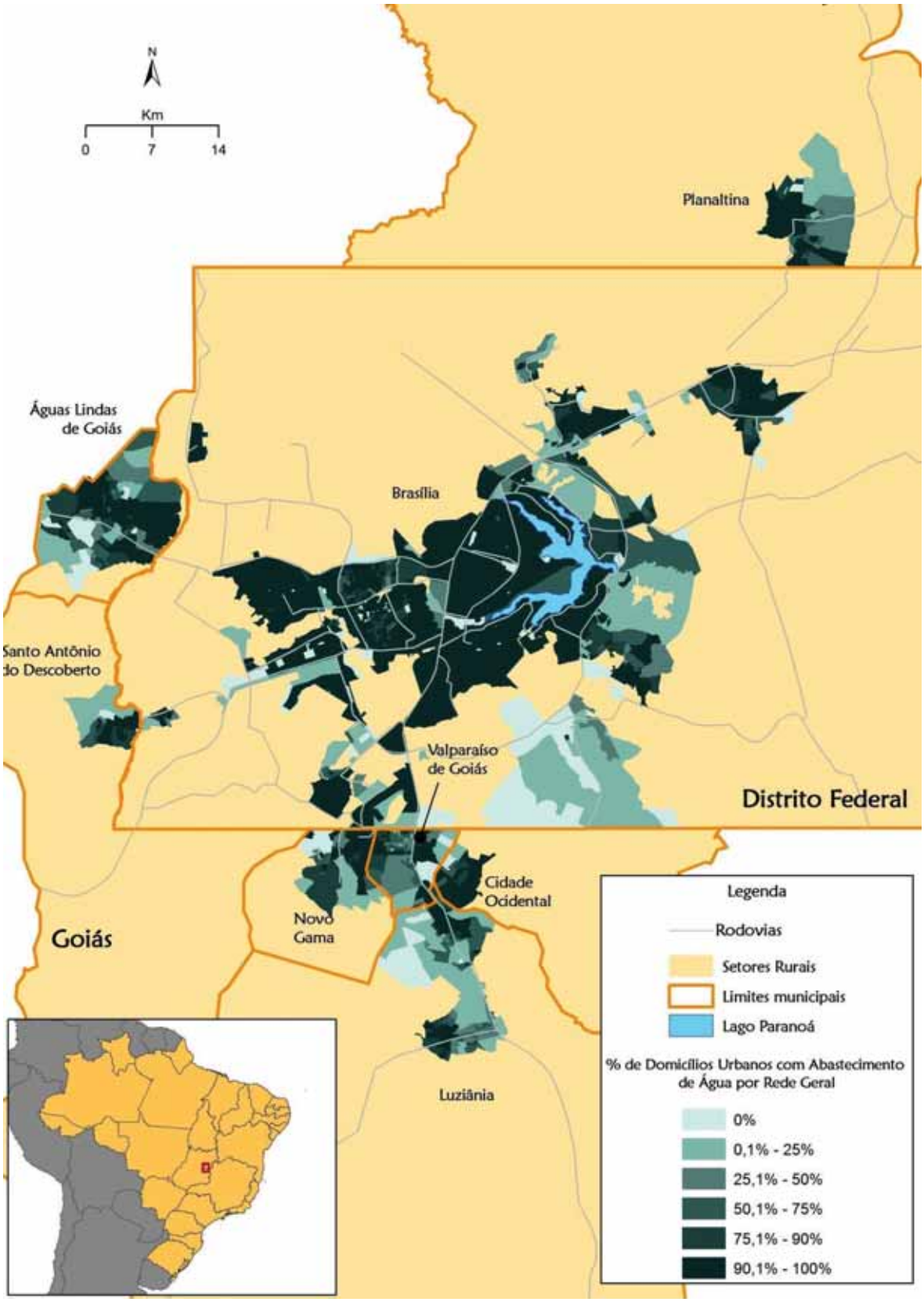
ção, sua natureza de elemento indispensável à vida deve balizar o cumprimento do papel do Estado em garantir que todos tenham acesso a ela. Em espaços urbanos, isso se faz pela gestão da rede geral de abastecimento, que deveria atender à integralidade dos domicílios.

A seguir, os mapas 8 e 9 apresentam o percentual de domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água nas aglomerações de Brasília e de Curitiba respectivamente.

Na aglomeração de Brasília, existe uma tendência das áreas mais antigas às áreas mais recentes de decréscimo nos percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, com uma proporção de residências não ligadas à rede ainda maior no entorno metropolitano (Mapa 8).

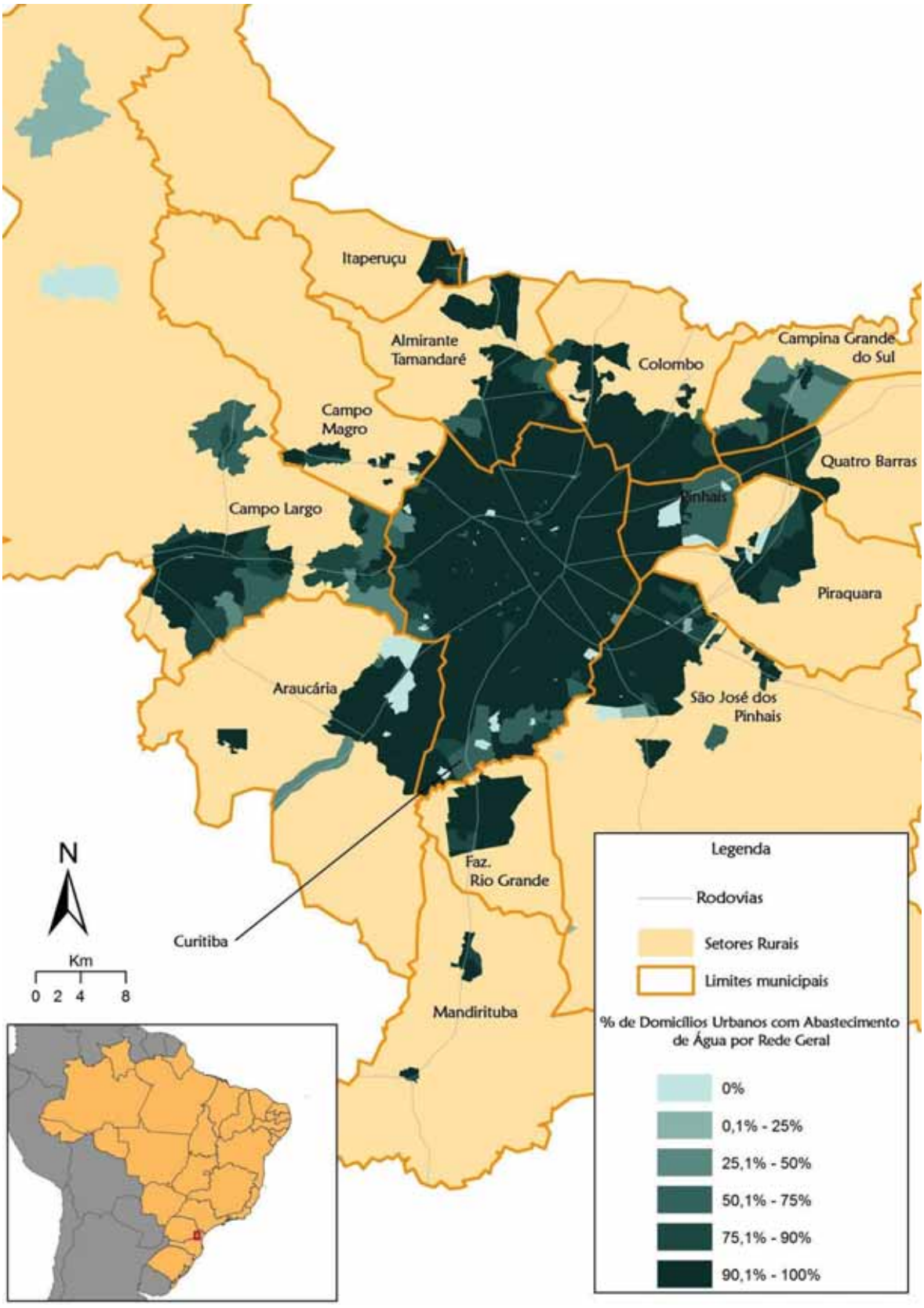
Na aglomeração curitibana, a distribuição é mais universal, tanto no centro como na periferia, em comparação a Brasília, com uma muito menor proporção de domicílios não ligados à rede concentrada mais nas áreas periféricas (Mapa 9).

Para além da diferença entre as duas aglomerações, o que é importante destacar é que a ausência de ligações domiciliares ao sistema formal de abastecimento deixa para os indivíduos ou grupos a tarefa de providenciar o acesso à água, o que é, sem dúvida, condicionado pelo nível econômico e pelo conhecimento e informação a respeito. Isso gera uma situação de injustiça no acesso a um bem fundamental para a manutenção da vida no sentido de que as populações de segmento socioeconômico inferir ficam mais vulneráveis. Ademais, deixar a decisão sobre como trazer a água ao domicílio para o indivíduo, portanto dissociando-o do contrato social citadino de que ele é signatário, pode comprometer a satisfação dessa necessidade para o conjunto da aglomeração em função de estruturas ou canalizações inadequadamente construídas. Como, em geral, a administração da rede de abastecimento de água se dá no nível municipal, o pertencimento a uma aglomeração metropolitana oficial não garante repartição das responsabilidades, o que coloca os municípios periféricos em situação mais vulnerável. Esse é o caso de Águas Lindas de Goiás na aglomeração brasiliense e, com menor intensidade, de Campo Largo na aglomeração curitibana.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 8: Aglomeração metropolitana de Brasília; domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água por setor censitário; 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 9: Aglomeração metropolitana de Curitiba; domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água por setor censitário; 2010

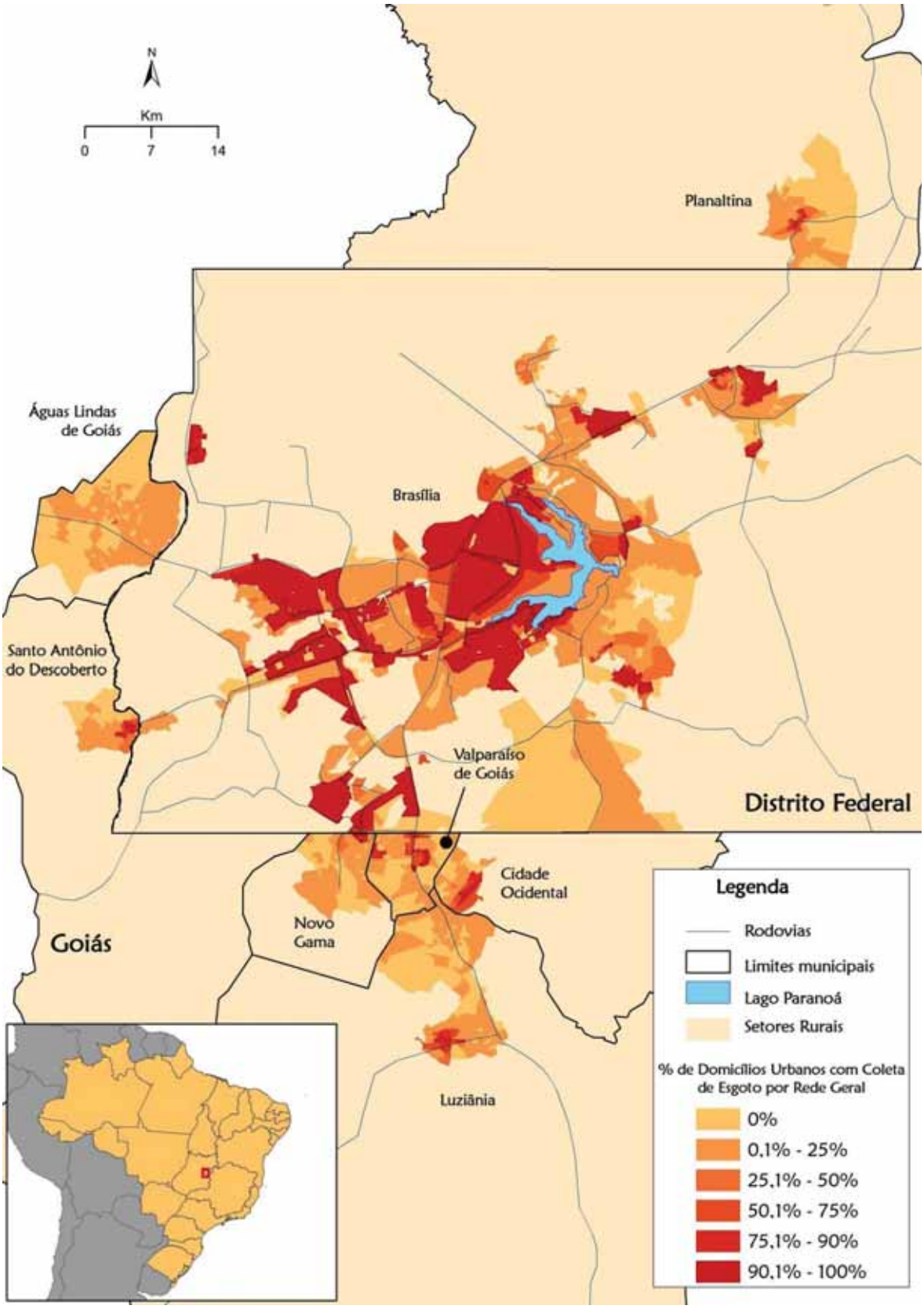
O mesmo ocorre, e ainda com mais gravidade, em relação à rede de esgotamento sanitário, cujos percentuais de ligações domiciliares são apresentados nos mapas 10 e 11. Nesse aspecto, ambas as aglomerações apresentam desigualdade, embora a da Brasília seja ainda mais problemática.

É de se ressaltar que o acesso desigual à rede de esgotamento sanitário não se configura *per se* como uma injustiça na distribuição das infraestruturas. A situação de injustiça aparece na medida em que determinadas ações individuais, tomadas com vistas a sanar a ausência deixada pelo poder público, colocam em risco o acesso a outros bens, como a água.

No caso preciso do esgoto doméstico, a ameaça pode dar-se, por exemplo, pelo uso de fossas sépticas, cuja proliferação ou falta de controlo venham a resultar em contaminação dos recursos hídricos, sobretudo do lençol freático. O problema do lixo doméstico entra no mesmo âmbito de problemas em função da existência ou não de coleta frequente.

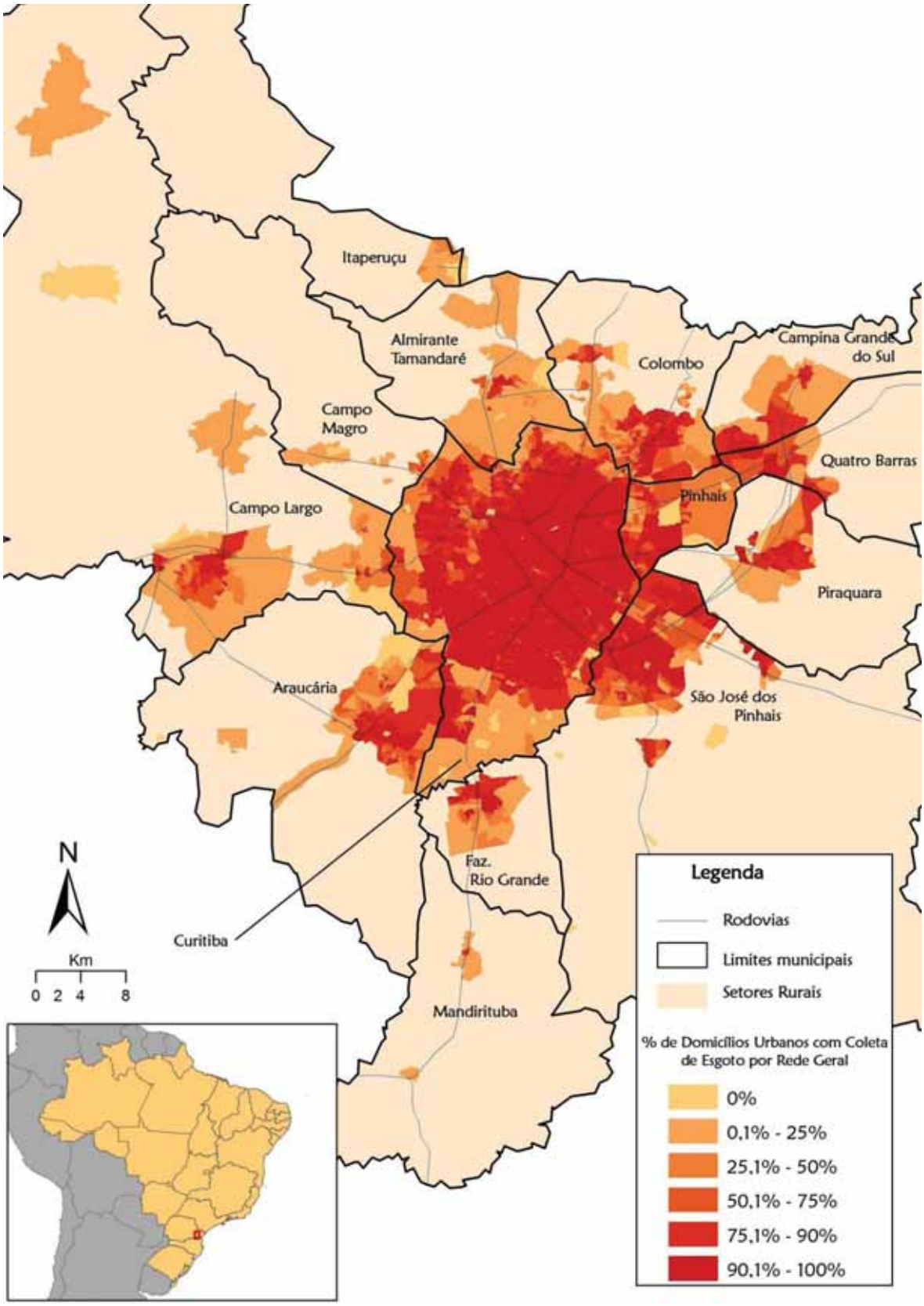
Em relação ao abastecimento de água, se admitirmos que os poços artesianos são o principal meio ao qual as populações mais vulneráveis recorrem para sanar a falta de ligação domiciliar à rede geral, a contaminação das águas subterrâneas que a fossa séptica pode acarretar não raro significa ameaça à integridade da saúde devido ao consumo de água contaminada.

Tipos diferentes de hábitat, criados em função do poder de compra de segmentos socioeconômicos diferentes, como os condomínios ou loteamentos fechados e as áreas residenciais periféricas cuja população possui baixos rendimentos, podem significar estratégias de lida individuais ou coletivas mais solidárias à escala do espaço residencial, todavia simultaneamente mais injustas à escala da aglomeração, portanto, do espaço coletivo. Problemas de inexistência de redes gerais de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário ou falta de acesso às redes existentes são mais facilmente resolvíveis quando há recursos disponíveis para os gastos sanativos e quando há uma entidade que se responsabilize pela execução das obras coletivas, como ocorre nos conjuntos condominiais. Para os moradores destes conjuntos, a saída é bastante adequada, mas isso não significa que o seja para a aglomeração nos casos em que as decisões para o grupo são tomadas em desvinculação com as preocupações com o coletivo. No caso de bairros mais empobrecidos, não é raro que os moradores dependam de ações emergenciais do poder local, como o abastecimento via caminhões-pipa.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 10: Aglomeração metropolitana de Brasília; domicílios urbanos ligados à rede geral de esgoto por setor censitário; 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 11: Aglomeração metropolitana de Curitiba; domicílios urbanos ligados à rede geral de esgoto por setor censitário; 2010

Em todos os casos, a renda dos moradores tem um papel fundamental nas estratégias adotadas para resolver problemas como abastecimento de água ou liberação de dejetos domésticos; e isso insere os problemas coletivos numa esfera de resolução demasiadamente individual, colocando em xeque as capacidades dos citadinos de resolver coletivamente os problemas que são também coletivos, o que contribui para a ampliação das desigualdades.

Os mapas 12 e 13, que seguem, apresentam a distribuição dos rendimentos médios dos responsáveis pelos domicílios para as duas aglomerações. Os rendimentos são calculados em números de salários mínimos, tendo como base o valor estabelecido em 2010, ou seja, R$ 510,00 (≈ 229,00 €)[37].

Na aglomeração de Brasília, expressa no mapa 12, a distribuição da renda[38] é bastante peculiar e demonstra a polarização entre áreas periféricas de baixa renda e condomínios e loteamentos fechados de alta renda, além da área central mais enriquecida formada pelo Plano Piloto e pelos Lagos Sul e Norte, estes últimos todos contando com rendimentos do responsável acima de 15 salários mínimos. As áreas mais escuras, que são as territorialmente mais extensas, embora não demograficamente mais densas – como demonstrado anteriormente no mapa 5 –, são formadas, em sua quase integralidade, por conjuntos condominiais, com destaque para a área a sudeste do Lago Paranoá, ocupada pelos enclaves do Jardim Botânico. A Cidade Ocidental, assim como o conjunto da periferia goiana, aparece como de renda variando entre 1 a 3 salários mínimos, registrando pequenas áreas com renda entre 0 e 1 salário e entre 3 a 5 salários.

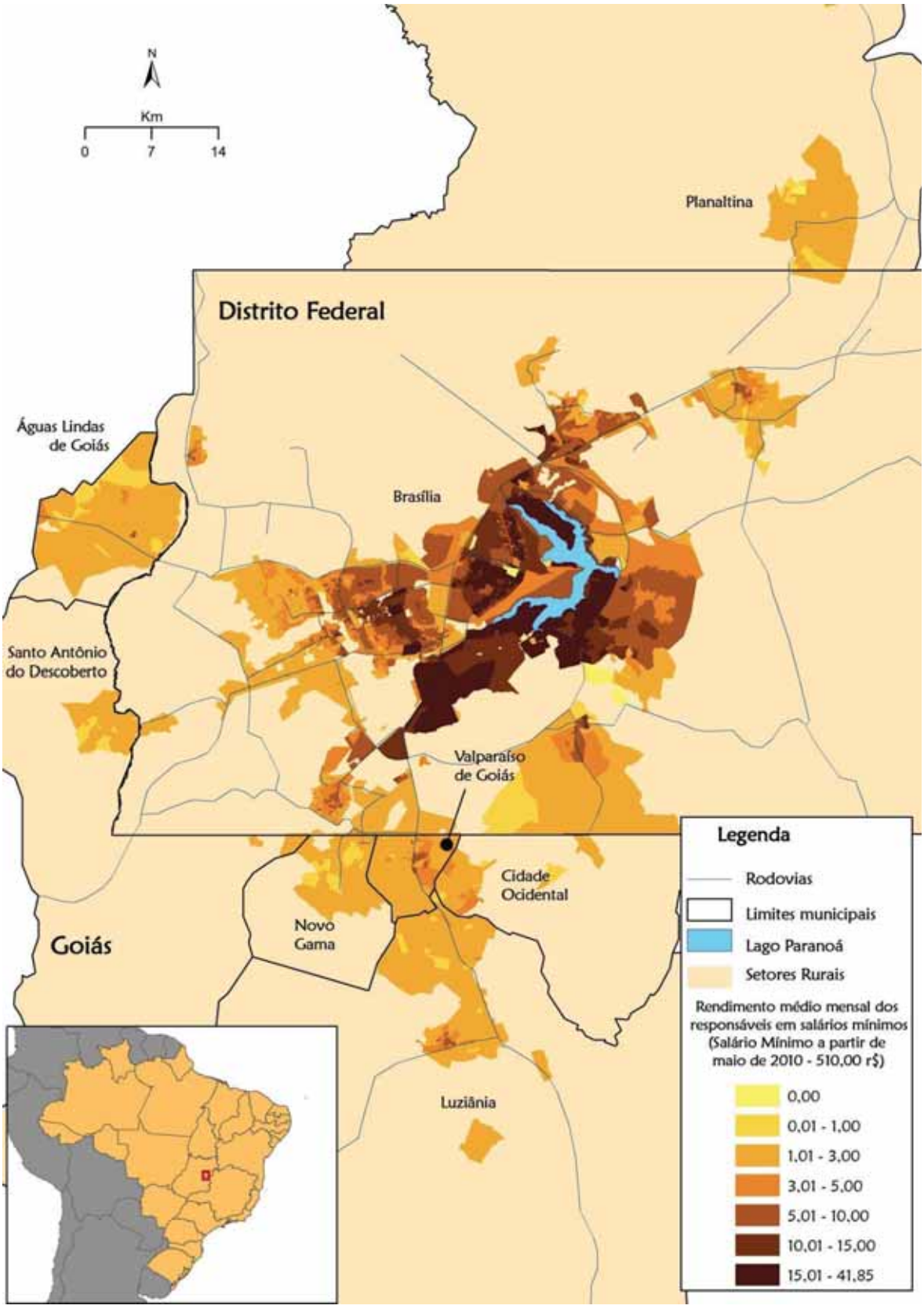
Na aglomeração curitibana que o mapa 13 representa, não deixam de ser bastante notórios os empreendimentos Alphaville, ou seja, o grande retângulo escuro que se destaca em Pinhais, indicando rendimento médio do chefe de domicílio variando entre 15 e 27 salários mínimos. Trata-se, portanto, da área de mais alta concentração de renda ao lado de alguns pontos, não menos demograficamente densos, na área central de Curitiba, que é majoritariamente ocupada com residências cujo responsável percebe entre 5 e 10 salários mínimos. Fazenda Rio Grande apresenta-se com rendimentos do responsável contidos quase integralmente entre 1 e 3 salários mínimos, mesmo patamar do restante da periferia metropolitana, incluindo áreas periféricas do município de Curitiba.

Ressalto ainda que a visualização dos dados nos mapas 12 e 13 poderia equivocadamente sugerir que há uma maior proporção de domicílios com rendimentos mais elevados em Brasília relativamente a Curitiba. Contudo, a distribuição das densidades expressa nos mapas 4 e 5 do capítulo precedente possibilita esclarecer que se trata, na verdade, de um problema mais de densidade e distribuição populacional.

Mais uma vez, é importante esclarecer que a diferença de distribuição de renda nas aglomerações não significa forçosamente que se trate de injustiça e, por conseguinte, de um problema a ser enfrentado. Essa é uma constatação ainda mais importante do que a que foi feita para a distribuição das infraestruturas. O problema surge quando os acessos aos serviços e às infraestruturas assim como às possibilidades de uso e apropriação da cidade, ou seja, o direito à cidade num sentido mais amplo, estão condicionados às estratégias espaciais cuja realização se relaciona ao nível de renda. Entre essas estratégias, destacam-se as localizações destinadas à habitação, sobretudo levando-se em conta o dever do Estado no provimento de habitações populares, e a mobilidade dos citadinos que, em grande medida, depende da existência e eficácia dos transportes públicos e/ou coletivos. Esse é, inclusive, um elemento-chave da configuração socioespacial metropolitana que serve de condicionante da vida urbana.

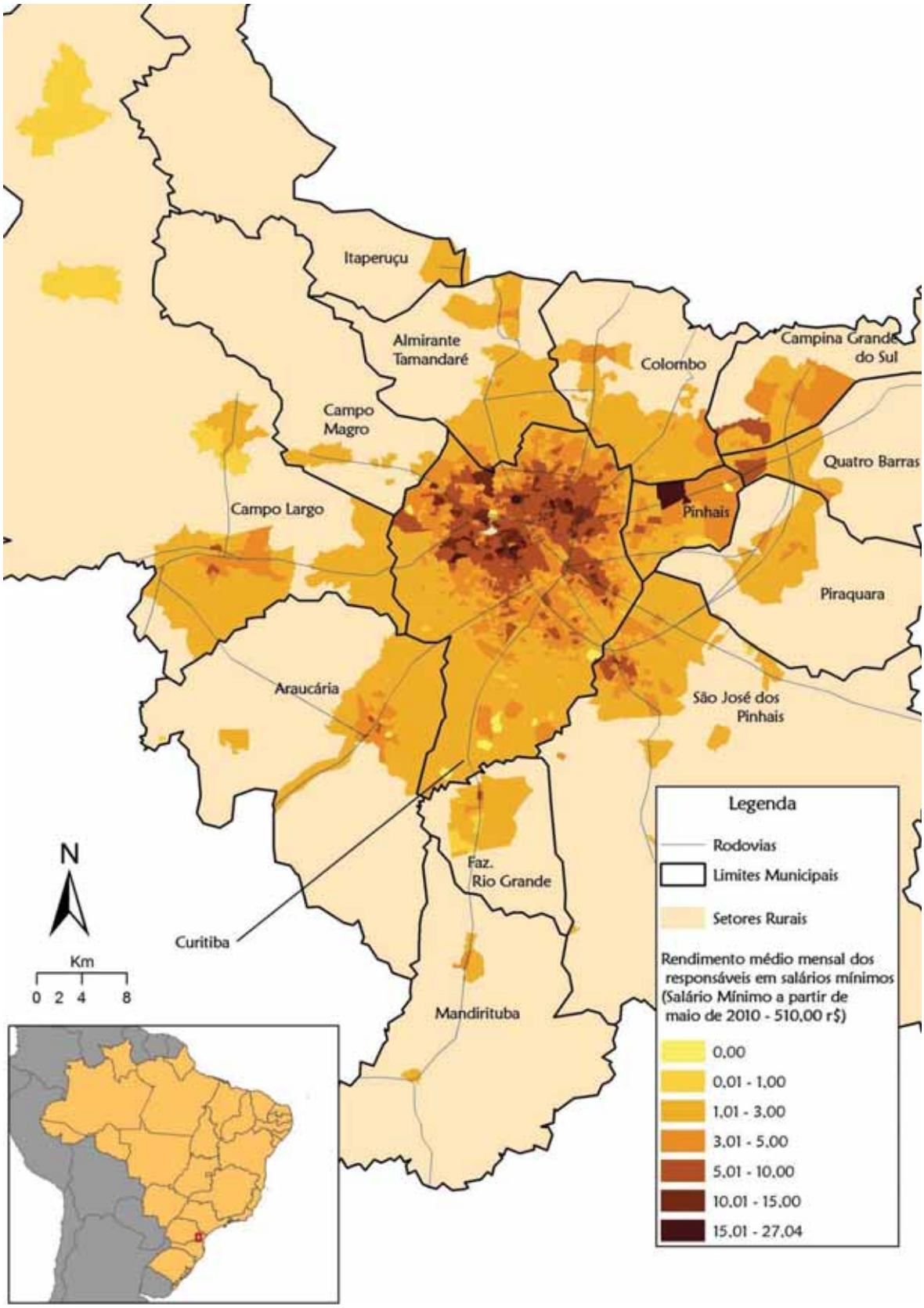
Tendo como ponto de partida da análise nesta tese as metrópoles de Brasília e de Curitiba, ou as cidades brasileiras de uma forma geral, ressalta-se que a necessária reflexão política sobre o uso da terra urbana e sobre a função da cidade enquanto lócus das relações coletivas precisa balizar as leis e as práticas espaciais a fim de promover a integração das moradias aos espaços públicos e coibir a reprodução de lógicas injustas nos processos de produção do espaço.

Consequentemente, é importante discutir os limites à realização de uma justiça espacial no contexto da produção da cidade e da metrópole nos moldes apresentados ao longo do texto. A análise das distribuições de renda e infraestrutura feita nas páginas precedentes serve como uma primeira aproximação da ideia de justiça espacial. Elas colocam em questão se as localizações absolutas ou relativas são justas, bem como se o são os processos de relocalização, tal como aponta Pirie (1983). Para o autor, essas localizações devem ser pensadas em termos de justiça a partir da noção de liberdade, que aparece como elemento balizador.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 12: Aglomeração metropolitana de Brasília; rendimento médio mensal por setor censitário dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos; 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração: Rafael Catão.

MAPA 13: Aglomeração metropolitana de Curitiba; rendimento médio mensal por setor censitário dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos; 2010

> É fácil ver que a justeza da residência de uma pessoa em x pode ser decidida em relação a se a pessoa teve ou não livre escolha em temos de renda ou em temos da dependência de, digamos, transporte público[39] (Pirie, 1983, p. 471, tradução livre).

Entretanto, a adoção irrestrita da ideia de liberdade como balizadora da noção de justiça pode levar ao equívoco do entendimento dos loteamentos e condomínios fechados como formas de hábitat justas, porque são oriundas da livre escolha dos seus habitantes e da independência deles com relação ao transporte público. Essa compreensão, além de equivocada, é perigosa, pois destitui o espaço de seu sentido de intermediador das relações sociais e de meio de realização da justiça de forma mais abrangente. Nesse sentido, a ideia de liberdade de escolha precisa ser relativizada no contexto socioespacial de forma que a justiça espacial possa ser entendida como "uma prática que consiste em forjar sujeitos que resistam à lógica empresarial, recusem o autoritarismo moral e repolitizem as desigualdades sociais"[40], como aponta Brawley (2009, p. 25, tradução livre). A autora reforça ainda que, para que isso ocorra, é necessário revalorizar as origens coletivas da cidade, focadas no bem-estar social e nas práticas de solidariedade tanto na cidade quanto na sua relação com a região.

Neste ponto, pois, caberia questionar se a configuração espacial metropolitana de Brasília e de Curitiba, destacando-se aí as áreas condominiais e residenciais de baixa renda para as quais venho chamando a atenção, expressa alguma noção de justiça. Esse questionamento obrigaria a inverter toda a lógica discursiva desta tese, sobretudo se por justiça espacial entendermos uma práxis mais que uma noção de julgamento posterior. Duas respostas são possíveis, sendo uma negativa e outra positiva, o que não significa que elas se opõem maniqueistamente, porque são complementares.

A resposta negativa implica na aceitação de que a noção de justiça espacial nunca foi fundante de uma lógica espacial – seja de produção, seja de apropriação – que resultasse numa configuração espacialmente justa das aglomerações. Processos de segregação, marginalização e de reforço das desigualdades sempre estiveram por trás das lógicas de produção do espaço metropolitano.

A resposta positiva só pode aparecer a partir da negativa, mas não é sua mera antagonista e sim uma oportunidade de transformação. Aceitar que a produção do espaço metropolitano nunca se baseou em qualquer noção de justiça coloca-nos uma obrigação moral de pensar a justiça espacial como meio de recu-

perar o contrato social de vida coletiva da cidade, ampliado neste momento para um contrato de vida urbana mais complexo, focado no consentimento da alteridade, portanto das diferenças.

> Pensar espacialmente a justiça não permite apenas enriquecermos nossas perspectivas teóricas, mas possibilita avançar na prática por vias que permitam uma melhor eficácia em nossa busca por mais justiça e democracia. No sentido inverso, se recusarmos espacializar explicitamente nossa reflexão, essas vias não estarão acessíveis[41] (Soja, 2009, p. 36, tradução livre).

O desafio é, sem dúvida, de grande envergadura, mas também aparece como alternativa possível para repensar o direito à cidade e as noções de diferença e desigualdade, problematizadas em capítulo anterior.

Não tenho a pretensão, a partir das explorações feitas nesta tese, de apresentar uma proposta a ser concretamente aplicada para transformar os espaços metropolitanos de Brasília e de Curitiba em espaços mais justos tanto porque penso não ter desenvolvido suficientemente todos os elementos necessários para que algo do tipo seja feito quanto porque tal proposta só poderia partir da ação conjunta de vários agentes, sobretudo aqueles socialmente organizados e desvinculados dos interesses capitalistas que guiam a produção do espaço metropolitano contemporâneo.

Na última seção desta tese, retomarei alguns pontos fundamentais para fechar a discussão, indicando outros necessários à sua reabertura e a uma possível alternativa, ao menos teórica, para repensar a fragmentação socioespacial e a dispersão urbana a partir da noção de justiça espacial.

Notas

[1] A questão da crise do Estado neste início de século é controversa e não vou desenvolvê-la nesta tese. Esclareço, porém, que me refiro à impossibilidade tendencial de o Estado ocupar-se com a justiça social, comprometido que está com os interesses das elites e, portanto, com o desenvolvimento capitalista *tout court*. Isso pode ser percebido pela inexistência de algo equivalente a um Estado de bem-estar social na América Latina e pelo declínio constante de direitos e benefícios sociais na Europa afetada pela crise que se afirma ter-se iniciado em 2008.

[2] Cette image est d'autant plus efficace qu'on peut lui associer des « preuves » sociales et spatiales : création de frontières ou de ruptures internas aux agglomérations, isolement des groupes les uns par rapport aux autres, manifesté par la ségrégation et les résidences fermés, fortes disparités dans l'accès aux services urbains, absence de sentiment d'appartenance.

[3] A tese de livre-docência de Ana Fani Alessandri Carlos, por exemplo, aborda o processo de fragmentação em área tradicional do interior da cidade de São Paulo (cf. Carlos, 2001).

[4] O referido trabalho de campo contou com a participação dos orientadores da pesquisa doutoral. Um primeiro trabalho de campo, para aproximação com a realidade pesquisada, havia sido feito entre setembro/outubro

de 2009, mas não contou com a participação dos orientadores.

[5] É de se notar que, mesmo industrializado, o Brasil não deixa de exportar produtos agropecuários. Ao contrário disso, esse tipo de exportação se acentua graças à modernização das instalações, que englobam agora agroindústrias e tecnologias avançadas na criação de animais.

[6] Países Recém-Industrializados ou *Newly Industrialised Countries* (NICs), como se convencionou chamar, são aqueles que passaram por importantes processos de industrialização nas últimas décadas do século XX, entre os quais se destacam a África do Sul, o Brasil, a China e a Índia.

[7] Utilizo o prefixo 'pseudo' para esclarecer que as elites brasileiras não foram, nem são hoje, modernas, porque sempre estiveram comprometidas com a manutenção do *status quo* oriundo das lógicas sociais retrógradas fundadas no período colonial e escravista da nossa história. Assim, talvez tenham sido elas, mais que a massa empobrecida e desescolarizada, as responsáveis pelo fracasso de nosso processo de modernização que, segundo Portella (2001) e Moraes (2008), se deu muito mais no âmbito das infraestruturas do que das consciências, dos valores e das práticas.

[8] Cito, por exemplo, a extinção do então estado da Guanabara, a transformação da cidade do Rio em capital do recém-criado estado do Rio de Janeiro e a fortificação do imaginário sobre a cidade como sendo a capital turística brasileira.

[9] Contrariamente a Fazenda Rio grande, o centro de Cidade Ocidental diferencia-se por ter surgido como conjunto habitacional, oriundo de projeto e dotado de infraestrutura urbana básica, embora não plenamente realizado, financiado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH).

[10] Ressalto, contudo, que Novo Gama se apresenta em certa continuidade territorial com Santa Maria, cidade-satélite interna ao Distrito Federal, porém distante do Plano Piloto, centro funcional da aglomeração. Esta cidade-satélite, por ser um espaço interno à capital, apresenta estrutura e serviços urbanos mais consolidados.

[11] Para as devidas localizações, remeter-se aos mapas 2 e 3 no capítulo 1 ou 3 e 4 no capítulo 2 desta tese.

[12] São apresentados os dados do Censo 2000, porque a data de liberação dos microdados do Censo 2010 não permitiu os cálculos a tempo da redação do texto.

[13] Também existe uma ligação pela zona rural entre a sede do município de Cidade Ocidental e o centro de Brasília que passa nas imediações dos empreendimentos Alphaville no norte do município. No caso de Fazenda Rio Grande, a referida rodovia, até há pouco tempo não duplicada, é o único acesso mais direto a Curitiba.

[14] Se, por meio das imagens, pode-se, de certo modo, visualizar a estrutura territorial urbana de ambas as cidades, elas pecam por estarem descoladas do conjunto metropolitano, o que constitui limitação metodológica. Por outro lado, as imagens facilitam a identificação de elementos que escapariam noutros tipos de representação gráfica.

[15] Não havia imagem de satélite mais recente disponível no momento da redação deste texto.

[16] Existe no Brasil certa diferença jurídica entre loteamentos e condomínios fechados, que não é significativa para a discussão feita nesta tese, pois há, na prática, muitos conjuntos legalmente identificados como loteamentos que funcionam em estrutura condominial. Como se pode notar ao longo do texto, os dois termos, geralmente aparecendo juntos para demarcar que pode haver diferença, dizem respeito à vida em conjuntos residenciais fechados onde se compartilham os equipamentos de segurança e, na maioria dos casos, áreas de lazer ou serviços coletivas.

[17] O Alphaville Pinheiros não se encontra mais sob administração da Alphaville Urbanismo S.A., mas seus moradores podem usar toda a infraestrutura do empreendimento vizinho, o Alphaville Graciosa, ainda sob administração do grupo, assim como podem manter o nome da empresa no portal de entrada do empreendimento.

[18] Todos os terrenos postos à venda no Alphaville Residencial 1 já foram vendidos, a infraestrutura está toda pronta e as primeiras casas já se encontram em construção. No caso do Residencial 2, embora os terrenos também já estejam integramente vendidos, entre os que foram anunciados, a implantação da infraestrutura ainda não foi finalizada.

[19] Em Brasília, o projeto da área empresarial é, inclusive, bastante ambicioso. No caso curitibano, a parte destinada às empresas não se desenvolveu significativamente.

[20] O tema da violência/insegurança urbana é muito complexo e controverso e não vou desenvolvê-lo nesta tese. Há, contudo, muitos trabalhos a respeito, entre os quais recomendo: Caldeira (1997), Misse (2006), Souza (2008), Magrini (2009, 2013) e Góes (2011). Especificamente sobre uma abordagem do tema em Brasília, sugiro a leitura de Paviani, Barbosa Ferreira e Barreto (2005); sobre Curitiba, uma aproximação da temática pode ser encontrada em Moraes (1999).

[21] A moradora do Alphaville Pinheiros tinha uma empregada de longa data que morava com ela e que, portan-

to, tinha tratamento diferencial dos outros trabalhadores do condomínio.

[22] Uma análise detalhada sobre esse contexto é feita por Penna (2001).

[23] Brasília está constitucionalmente impedida de subdividir-se em municípios e, por isso, tampouco pode desdobrar sua administração em subprefeituras. Por essa razão, o território da capital foi dividido em 30 Regiões Administrativas, parte das quais é oriunda de subdivisões, cada uma gerida por um administrador regional, cujo cargo é de confiança e, logo, de indicação do governador eleito do Distrito Federal.

[24] Uma pequena exceção talvez seja um percurso calçado recém-construído que alguns moradores utilizam para fazer caminhadas no começo da manhã ou no fim da tarde.

[25] A última imagem de satélite disponível registra apenas o Alphaville Residencial 1 no final da implantação da infraestrutura, logo, antes do início da construção das primeiras casas.

[26] A entrevistada refere-se à Construtora Norberto Odebrecht (CNO), que é a maior empresa de engenharia e construção da América Latina, integrante da *holding* Organização Odebrecht, um conglomerado que atua mundialmente nos ramos químico e petroquímico, além do ramo de construção, já mencionado.

[27] Programa de financiamento da habitação para famílias com renda bruta de até 5 mil reais iniciado em 2009 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e continuado no atual governo de Dilma Rousseff.

[28] Durante muitas décadas, era comum em Brasília a identificação das áreas residenciais com a instituição pública na qual os moradores trabalhavam, quando se falava na "quadra do Banco do Brasil" e nos "apartamentos do Exército", entre outros, durante as conversas.

[29] Não é de se estranhar, pois, que o cargo de vice-governador da gestão 2007-2010 tenha sido ocupado por Paulo Octávio, dono de um dos mais importantes conglomerados dos ramos imobiliário-fundiário e hoteleiro, de *shopping centers*, seguros e consórcios, e rádio e televisão de Brasília. Ele chegou a ocupar o cargo de governador interino por algumas semanas em função do afastamento do então governador José Roberto Arruda por escândalos de corrupção. O vice-governador, porém, alegando ingovernabilidade, deixou o cargo em 23 de fevereiro de 2010, 12 dias após ter assumido.

[30] Órgão de formação de servidores ligados às funções da gestão das finanças públicas vinculado ao Ministério da Fazenda.

[31] No sentido de uma falta de legitimação da realidade socioespacial.

[32] Sobre esse assunto, recomendo especialmente a leitura de Porto-Gonçalves (2004) e Prost (2009).

[33] Os direitos civis e políticos também podem ser entendidos como direitos sociais, porque a categoria social é mais ampla. Resolvi, entretanto, manter a separação, adotando apenas neste momento um sentido mais restrito de social, para deixar mais clara a ideia.

[34] [...] that cities in themselves have a causal impact on social life, that the historical development of human societies does not just take place in cities but is also, in significant ways, generated from cities, and more specifically from the stimulus of urban agglomeration.

[35] O direito à propriedade, para além do Estatuto da Cidade e das ações dos governos locais, é não apenas um direito constitucional no Brasil, e também doutros países, como um direito universal humano, segundo consta no artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (Nations Unis, 2013). Se ele garante, por um lado, que não haverá expropriação, ele justifica, por outro, a acumulação. A crítica marxista da cidadania e dos direitos humanos reside, inclusive, na amputação que representou a inclusão deste direito na referida Declaração, já que não haveria cidadania possível limitada pela propriedade privada (cf. Gomes, 2006).

[36] Pirie (1983) aborda a justiça espacial sob um enfoque urbano. Ainda que se possa admitir que a justiça espacial possa ser aplicada noutras escalas de análise que não a urbana, estou adotando a perspectiva de Pirie (1983), que outros autores desenvolvem (cf. Soja, 2009, 2010 e Brawley, 2009), tanto porque estou tratando da realidade urbana quanto porque reconheço a preeminência da urbanização na constituição socioespacial contemporânea.

[37] Ressalto a inexistência de paridade do poder de compra entre o real e o euro de forma que um salário mínimo no Brasil (R$ 678,00 [≈ 251,54 €] em 1º jan. 2013) não corresponde ao *Salaire minimum interprofessionnel de croissance* (SMIC) francês (1.120,43 € [≈ R$ 3.018,89] na mesma data), porque não é capaz de garantir as necessidades mínimas dos indivíduos. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula que o salário mínimo no Brasil, tendo em vista o poder de compra da moeda e a inflação, deveria ser de R$ 2.561,47 (≈ 950,31 €).

[38] Ressalte-se que a distribuição da renda poderia variar um pouco se o dado utilizado fosse o de rendimento médio domiciliar ao invés do rendimento médio do responsável. Entretanto, este é, normalmente, o aquele que possui maior renda entre os trabalhadores do domicílio, o que não chega a destorcer a informação apresentada nos mapas 12 e 13.

[39] It is easy to see that the justness of a person's living at x may be decided in relation to whether or not that

person had free choice, in relation to the person's income, or in relation to the person's dependence on, say, public transport.

[40] […] la justice spatiale devient alors une pratique qui consiste à forger des sujets qui résistent à la logique d'entreprise, refusent l'autoritarisme moral et re-politisent les inégalités sociales.

[41] Penser spatialement la justice ne permet pas seulement d'enrichir nos perspectives théoriques, cela permet d'avancer en pratique sur des voies permettant une meilleure efficacité dans notre recherche de plus de justice et de démocratie. A l'inverse, si nous nous refusons à spatialiser explicitement notre réflexion, ces voies ne nous seront pas accessibles.

CONCLUSÕES

... não basta tentar combater a desigualdade apenas na dimensão social quando a dimensão espacial permanece injusta.

O percurso teórico desta tese seguiu na direção do estabelecimento de correlações dialéticas entre a estrutura social e a estrutura espacial, como várias vezes reiterado, a partir da realidade brasileira, com destaque para as metrópoles de Brasília e Curitiba. Tal percurso tem por trás uma série de questionamentos e de respostas, ainda que provisórias, que não só não esgota o debate como abre algumas novas perspectivas de reflexão e pesquisa.

O primeiro questionamento acompanha a provocação de Soja (2003) de "colocar o espaço primeiro", ou seja, de tentar encontrar o nexo explicativo das contradições sociais e das mudanças contemporâneas na espacialidade urbana e na configuração espacial das metrópoles, que são os espaços mais complexos que a vida social foi capaz de produzir. Adotar essa perspectiva significa assumir um risco, que o próprio autor reconhece, de ser acusado de fetichizar o espaço, imbuindo-lhe de mais conteúdo e proeminência na compreensão dos processos sociais do que a realidade permite identificar. Mas é também, e mais que isso, ousar "ver todas as complexidades da existência humana, especialmente as cidades, através de lentes assertivamente espaciais" (p. 272), admitindo "o poder crítico da imaginação espacial ou geográfica" (p. 271).

Decerto, esse conjunto de afirmações pode soar exagerado a grande parte dos leitores brasileiros e, sobretudo, franceses, pois historicamente o espaço nunca foi posto com tanta preeminência analítica, tendo sido visto mais como um sustentáculo inerte da existência que como meio de realização dos processos sociais, como explica Soja (1993). Além disso, a tese de Lefebvre (1973) segundo a qual o capitalismo só pôde persistir e se desenvolver via produção do espaço, isto é, reconfigurando as espacialidades urbano-industriais dos séculos XVIII e XIX por meio da ampliação do desenvolvimento desigual e combinado e da polarização mundial entre centro e periferia (Soja, 1993), só foi difundida décadas depois de ter sido publicada[1], o que não significa, todavia, que já tenha sido amplamente aceita.

Portanto, a perspectiva adotada nesta tese insere-se num período de grande efervescência teórica e prática, reconhecido como virada espacial (Soja, 2003) ou geográfica (Smith, 1992b; Lévy, 1999), que tem como ponto de referência a realidade expressa em espaços, territórios, lugares e paisagens mutantes, uma esquizofrenia, como já denominei, de "espaços-tempos diferenciais" (Lefebvre, 1973). É com base nisso que surge o questionamento sobre as transformações da cidade, do urbano e da urbanização – sendo a dispersão seu epi-

fenômeno[2] – e que o primeiro capítulo se desenrola.

Tendo as configurações espaciais urbanas em primeiro nível de análise, o objetivo do capítulo 1 foi, então, o de abordar processos em curso que têm como expressão a reconfiguração da cidade em algo novo, ainda não completamente formado nem exaustivamente investigado. O foco principal foi posto na dispersão urbana e na metropolização, ambos como partes do processo de urbanização difusa em Brasília e Curitiba, que foram as metrópoles escolhidas para detalhamento na tese.

Um primeiro conjunto de conclusões pode ser assim apresentado:

- As transformações tecnológicas que se iniciaram nos anos 1960 e 1970, focadas no desenvolvimento dos meios de informação, comunicação e transporte, serviram de mediação para o advento de uma mundialização das relações socioespaciais, que ocorreu sob feições urbanas. Isso potencializou os processos de urbanização e, por conseguinte, de metropolização e transformou as características tradicionais das cidades e metrópoles: fraturou a compacidade e/ou a continuidade do ambiente construído, dispersou o tecido urbano em territórios descontínuos, ampliou a escala de realização da vida urbana para a região e redefiniu a hierarquia entre as cidades e destas com o campo no âmbito da rede urbana.

- Essas transformações têm gerado uma inquietação nos pesquisadores, principalmente porque a expressão local delas, mesmo compartilhando características comuns, quase nunca é coincidente com as demais. Eles dedicam-se, então, a tentar explicar os rumos da urbanização e da cidade, recorrendo a comparações e a conceituações as mais variadas.

- Brasília e Curitiba, tendo surgido como metrópoles nesse período, desenvolveram configurações socioespaciais bastante diferentes entre si, tanto à escala de suas aglomerações quanto à escala de suas redes urbanas e do sistema urbano nacional.

- A primeira tem suas funções assentes na gestão do território nacional a partir de sua proeminência política como capital, o que, à escala local, significa um maior desenvolvimento dos setores terciário e quaternário em vinculação com a administração do Estado. Do ponto de vista da configuração espacial, ser uma metrópole oriunda de um projeto audacioso de matriz modernista, implementado sob tutela estatal autoritária[3] num

período de desenvolvimento das tecnologias de informação, comunicação e transporte, resultou numa morfologia urbana peculiar marcada por dispersão, o que inclui descontinuidades territoriais e densidades variáveis do centro à periferia.

- A segunda apresenta papéis urbanos mais caracteristicamente capitalistas, voltados, primeiramente, para o desenvolvimento de parques industriais e, em decorrência, da ampliação das funções empresariais. Sua configuração espacial é muito marcada pelas estratégias de *city marketing*, em certa medida oriundas dos projetos de ordenamento urbano visando à modernização da cidade, adotados com base nas possibilidades tecnológicas surgentes.
- Em Curitiba e mais ainda em Brasília, assim como noutras metrópoles, é possível notar a tendência de dissolução da unidade morfológica e da ampliação tendencial da vida urbana para a escala regional, o que coloca em questão a própria validade do conceito de cidade para qualificar a nova realidade urbana.

Todos esses elementos combinados levam ao entendimento de que o que denominei de dispersão urbana é, na verdade, a expressão espacial e o reforço de outro processo, de importância escalar equivalente, ainda que mais característico das metrópoles, qual seja, a fragmentação socioespacial.

O capítulo 2 teve como motivação primeira a busca dos fundamentos do processo de fragmentação a partir do desenvolvimento de processos sociais, e de suas expressões e reforços espaciais, especialmente para o caso brasileiro, já que, segundo Vidal (1994), é no Brasil que o uso do termo fragmentação e de suas derivações aparece com mais força, dada a necessidade da comunidade científica local de encontrar uma explicação teórica para as características e contradições que a urbanização brasileira apresenta.

A discussão desenvolveu-se com o objetivo de encontrar as ligações entre fragmentação, diferença e desigualdade, mas também responder às seguintes questões: dispersão e fragmentação são processos dalgum modo ligados e interdependentes? É possível pensar num futuro da cidade ainda como modelo de convício social? Em que se baseia a tendência de produção da cidade em fragmentos urbanos?

A diferença foi usada como meio analítico explicativo dos processos de produção da desigualdade e da fragmentação socioespacial e como mediação da comparação entre Brasília e Curitiba, metrópoles que parecem diferenciar-se mais que assemelhar-se, tentando uma aproximação com o conceito lefebvriano de "diferença" (Lefebvre, 1973) para destacar e também revalorizar esta como uma característica inerente da constituição sociocultural e espacial humana.

Diferença e desigualdade são, então, apresentadas num jogo conflituoso do qual emergem a discriminação, a marginalização, a segregação e a fragmentação socioespacial, sendo esta última, entre todas, a mais complexa. Isso nos leva a um segundo conjunto de conclusões:

- O primado da desigualdade sobre a diferença nos estudos urbanos, a que se refere Sposito (2011), deve-se ao peso que a primeira tem na formação socioespacial brasileira, cujas raízes se encontram na herança colonial e escravocrata do país. Há, portanto, uma deturpação do entendimento da diferença como algo ruim quando ela é, na verdade, uma qualidade. Essa deturpação se deve ao fato de a diferença apresentar um conteúdo que questiona a padronização e homogeneização da sociedade de consumo, o que favoreceria uma maior integração entre os segmentos socioeconômicos.

- A dispersão urbana no Brasil, manifestada notadamente na ruptura da continuidade territorial urbana (Sposito, 2004), expressa e condiciona o processo de fragmentação socioespacial. Este processo articula, dialeticamente, a segmentação social à fragmentação dos tecidos urbanos e das práticas espaciais, dentro de um contexto de ampliação das desigualdades socioespaciais, manutenção da indiferença e da intolerância em relação ao outro e declínio da solidariedade urbana e da cidadania, o que gera, como produto, a perda da organicidade da cidade (Prévôt-Schapira, 1999).

- O Brasil é um país marcado por grande desigualdade regional, sobretudo ligada à má distribuição entre as unidades da federação da riqueza produzida e ao uso das diferenças socioespaciais como meio de cercear direitos, já que a busca pela igualdade no país nunca foi tomada sob o ângulo da justiça, inclusive no âmbito das ditas políticas de redistribuição de renda dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

- A confusão gerada entre diferenças socioespaciais e desigualdades regionais é produto do conflito reiterado entre modernização e modernidade dos períodos desenvolvimentista do governo militar e neodesenvolvimentista do governo PT.
- A urbanização brasileira é historicamente marcada pelo peso das desigualdades socioespaciais e as metrópoles, em virtude de seu tamanho e complexidade, são os espaços que mais claramente expressam os processos desigualitários, especialmente no tocante à polarização centro-periferia. Brasília e Curitiba, por mais diferentes e singulares que sejam, tanto entre si quanto em relação às demais metrópoles, não escaparam às heranças de nossa formação socioespacial e aos traços característicos da urbanização desigual.
- Pretendia-se que Brasília fosse autenticamente diferente à escala mundial, em função de seu projeto modernista. Sua construção e as ações adotadas para sua salvaguarda, combinadas com o objetivo ideológico de se construir uma cidade sem periferia (Penna, 2001), produziram uma morfologia urbana descontínua caracterizada por um centro com funções urbanas e infraestruturas bastante sofisticadas oposto a uma periferia distante e precária. Seu processo de metropolização acabou por ampliar essa lógica para o conjunto da aglomeração, transformando as cidades goianas limítrofes em bolsões de pobreza.
- Curitiba segue uma lógica semelhante na medida em que as desigualdades também são elevadas entre núcleo e entorno metropolitanos, embora menores se comparadas à aglomeração brasiliense. A fim de diferenciá-la das demais metrópoles brasileiras, o poder público local submeteu a cidade a um também ousado projeto de requalificação urbana, que atrelava o transporte coletivo à funcionalização dos bairros, provocando um desdobramento do centro principal e coibindo, pelo menos durante algum tempo, o aparecimento de centralidades periféricas. Isso acabou por reforçar a morfologia urbana tradicional na qual o crescimento da cidade e a distribuição das densidades se dão no sentido centro-bairros. Essa lógica só é parcialmente rompida com a anexação de municípios periféricos à dinâmica da aglomeração.

- Em ambas as metrópoles, as periferias se tornam mais heterogêneas e complexas, principalmente em função do aparecimento, de um lado, de loteamentos e condomínios fechados e, de outro, de áreas empresariais e comerciais próximas a bairros precarizados em municípios marcados por grande dependência *vis-à-vis* da metrópole. Esses novos empreendimentos, contudo, não trouxeram uma nova perspectiva de integração, justiça e solidariedade, porque seguem as mesmas lógicas fragmentárias de matriz capitalista.

- Em ambas as metrópoles, mas especialmente em Brasília, há uma crescente difusão do modo de vida em enclaves fortificados, o que abre a possibilidade de questionarmos se no futuro a cidade orgânica poderá subsistir.

Essas afirmações, ao esclarecerem alguns aspectos, levaram a outras indagações, principalmente porque, para além das especificidades brasiliense e curitibana e, de modo mais amplo, brasileira e latino-americana, oriundas do passado colonial-escravocrata comum, também há algumas questões societárias mais universais que estão por trás do processo de fragmentação socioespacial e que precisam ser identificadas, ainda que sua força não permita vislumbrar muitas possibilidades de mudança.

No capítulo 3, a análise dividiu-se entre duas escalas, uma maior, voltada para os processos mais gerais, e uma menor, focada nalgumas particularidades das aglomerações de Curitiba e Brasília. A partir dessas escalas, um último conjunto de conclusões pode ser sumarizado:

- A fragmentação socioespacial ancora-se em processos societários de individualização mais abrangentes (Bauman, 2008) e tem, nas metrópoles, sua realização mais ampla (Bourdin, 2005), mesmo se, no Brasil, as heranças colonial e escravocrata, que sustentam uma desigualdade crônica, são elementos que a potencializam.

- À escala metropolitana, várias são as formas pelas quais a fragmentação se manifesta. A dispersão descontínua do tecido é, entre elas, uma das mais evidentes, não apenas porque isso torna a fragmentação espacialmente mais visível, mas também porque o espaço é, ao mesmo tempo, condicionante de processos sociais. A dispersão coloca, portanto, limites à realização do direito à cidade e de uma justiça espacial.

- Os entornos metropolitanos de Brasília e de Curitiba configuram-se como espaços de fragmentação da vida quotidiana, porque foram produzidos, quase que exclusivamente, para suprir a função de moradia dos trabalhadores empobrecidos, desenvolvendo carências estruturais de várias naturezas e uma dependência elevada de equipamentos e serviços dos centros metropolitanos, como os exemplos de Cidade Ocidental, na periferia goiana de Brasília, e Fazenda Rio Grande, na periferia curitibana, possibilitaram observar.

- A implantação de enclaves fortificados deixa ainda mais evidente tanto a fragmentação dos tecidos, pela ruptura que os muros e o requinte dos empreendimentos impõem, quanto a segmentação social crescente. Se, por um lado, os últimos dez anos foram marcados pela ampliação do poder de compra do conjunto dos brasileiros (IPEA, 2012), isso não resultou numa diminuição das desigualdades socioespaciais, haja vista a tendência de produção de conjuntos fechados.

- Temos, portanto, um quadro da realidade metropolitana, não exclusivo de Curitiba e Brasília, marcado por grandes desafios que nos permitam continuar a falar de direito à cidade e à vida urbana, nos termos propostos por Lefebvre (2006), e com vistas à realização de uma justiça espacial, como propõe Soja (2009, 2010).

- É preciso haver uma recuperação prática da dimensão espacial da cidadania (Gomes, 2006) como meio de transformação social, já que o espaço guarda as possibilidades de mediação da mudança.

- A análise da configuração socioespacial das aglomerações curitibana e brasiliense permitiu identificar uma desigualdade incrustada na dimensão espacial que revela um tratamento histórico injusto dos citadinos, porque o privilégio de uns significou a retirada de direito de outros.

- O respeito irrestrito a uma liberdade balizada pela capacidade de consumo não pode mediar a produção do espaço urbano, que é inerentemente coletivo e potencializador das relações de alteridade. Isso nos leva à necessidade de uma justiça espacial focada no direito e no respeito à diferença, que nos permita repolitizar a discussão sobre as desigualdades, estruturalmente crônicas no Brasil, e recuperar as práticas de solidariedade, conforme defende Brawley (2009).

Chegando a este ponto, ainda algumas questões permanecem em aberto enquanto outras novas se esboçam, o que coloca a necessidade de novas superações teóricas. Em todo caso, chamo a atenção para o fato de que a discussão contida nesta tese advém (i) daquilo que as realidades urbanas de Brasília e Curitiba permitiram entrever e (ii) do que as teorias elaboradas com base noutras pesquisas e observações possibilitam avançar, tratando-se, portanto, de algumas explorações possíveis.

Entre as questões que não foram respondidas, destaco as seguintes:

- São as atuais tendências urbanas de proliferação de enclaves fortificados, de fato, irreversíveis?
- Como pensar em políticas compensatórias capazes de resgatar a cidade como lugar de direito à manifestação da diferença? Como garantir este direito sem que a diferença se torne causa de desigualdade?
- Como transformar a busca pelo direito à cidade e pela justiça espacial num meio prático de transformação socioespacial?
- Se existe uma lógica capitalista que guia a produção do espaço fragmentado e que esta lógica é impossível de ser plenamente combatida sem a superação do sistema, quais são efetivamente os "espaços abertos nos quais se pode fazer algo" (Žižek, 2013)?
- Como pensar em práticas insurgentes capazes de questionar a ampliação da "sociedade burocrática de consumo dirigido" (Lefebvre, 1991, 1999)?

Ao final desta tese, não vou iniciar uma tentativa de responder às questões que ficaram abertas e que permanecem como direcionamento para pesquisas futuras. Penso, contudo, que para começar a responder a essas questões é necessário entender que o problema da desigualdade no Brasil é de ordem política e não econômica, logo, não pode ser resolvido apenas nesta última esfera. Logo, entendo ser necessário recolocar o problema da desigualdade existente nos seguintes termos:

- Para além do julgamento posterior do que já foi feito, cabe uma prática reflexiva sobre a ação baseada na busca pela justiça. Ainda assim, não basta tentar combater a desigualdade apenas na dimensão social quando a dimensão espacial permanece injusta. Nesse caso, a inércia espacial

desempenha um papel de extrema relevância a ser desvendado teórica e politicamente.

Notas

[1] Mesmo no Brasil, onde os trabalhos de Lefebvre são mais bem aceitos, há pouca referência a essas ideias, talvez porque a tradução do livro em que elas aparecem nunca tenha sido feita para o português, com exceção da introdução da obra, traduzida para o português europeu em 1973.

[2] No sentido de produto acessório de um processo.

[3] Não me refiro neste ponto à ditadura militar, mas à maneira autoritária como o Estado levou a cabo a construção do projeto da nova capital.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. *A questão habitacional em Curitiba:* o enigma da "cidade-modelo". 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALPHAVILLE Urbanismo S.A. Página *web* institucional da empresa. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

ALVES, Glória da Anunciação. São Paulo: cidade global. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 137-149.

ASCHER, François. *Métapolis* ou l'avenir des villes. Paris : Éditions Odile Jacob, 1995. 347 p.

_____. *L'âge des métapoles*. Paris : Éditions de l'aube, 2009. 389 p.

_____. *Les nouveaux principes de l'urbanisme* [2001] suivi de Lexique de la ville plurielle [2008]. Paris : Éditions de l'aube, 2010. 276 p.

BAITZ, Ricardo. *O Estatuto da Cidade após dez anos de sua publicação:* algumas notas críticas a partir dos seus resultados no urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 16-19 nov. 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. 12 p.

BARATTUCCI, Chiara. *Urbanisations dispersées :* interprétations/actions France et Italie 1950-2000. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006 [2004]. 317 p.

BASSAND, Michel. Les six paramètres de la métropolisation. *Les cahiers de la métropolisation*, Marseille, n. 1 (Enjeux et définitions de la métropolisation), p. 33-39, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1997]. 272 p.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 [2000]. 258 p.

_____. *A sociedade individualizada:* vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [2001]. 323 p.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Géographie urbaine*. Paris : Armand Colin, 1980. 360 p.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993 [1980]. 729 p.

BENJAMIN, César. Caminhos da transformação (uma abordagem teórica). In: ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, 1., Serpa e Moura, 23-25 set. 2004. *Anais...* Portugal: resistir.info/Revista Vértice, 2004. Disponível em: <http://resistir.info/serpa/comunicacoes/comunicacoes.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

BERRY, Brian (Ed.). *Urbanisation and counter-urbanisation*. Sage: Beverley Hills, 1976. 334 p.

BERTRAND, Claude ; BERTRAND, George (Éd.). *Une géographie traversière :* l'environnement à travers territoires et temporalités. Paris : Éditions Arguments, 2002. 311 p.

BOURDIN, Alain. *La métropole des individus*. Paris : Éditions de l'aube, 2005. 251 p.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 18, p. 15-38, jul./dez., 2007.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973*. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: s/n, 1973a.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: s/n, 1979.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

_____. *Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: s/n, 1998a.

_____. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: s/n, 2001.

BRASÍLIA. Governo do Distrito Federal. *Lei nº 3.994, de 26 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal para o quadriênio 2007/2010. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2007. Disponível em: <http://www.seplan.df.gov.br/ppa/00000624.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRAWLEY, Lisa. La pratique de la justice spatiale en crise. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, Paris, n. 1, p. 9-34, sep. 2009. Disponible sur : <http://www.jssj.org>. Accédé le : 24 oct. 2011.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. A urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. IUSSP General Conference, 24., 18-24 August 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: International Union for the Scientific Study of Population, 2001. V.1. P. 168-184.

BURDETT, Ricky; RODE, Philipp. The Urban Age Project. In: BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. P. 8-31.

BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. 510 p.

_____. *Living in the endless city:* the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2011. 432 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. P. 191-197.

_____. *Espaço-tempo na metrópole:* a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 372 p.

_____. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan./dez., 2007.

CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 21-28.

CATALÃO, Igor. Reflexões acerca do centro e da centralidade urbanos em Brasília. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 56-66, jul./dez., 2008.

_____. *Brasília, metropolização e espaço vivido:* práticas espaciais e vida quotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2010. 156 p.

CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. 2. éd. Paris : Syros/La Découverte, 1998. 330 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 29 out. a 02 nov. 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007. 16 p.

COSTA, Fernando Braga da. *Garis* – um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Moisés e Nilce:* retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevista. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. *Lei Complementar n. 64 de 18 de dezembro de 2007*. Institui no âmbito da Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A. o Programa Curitiba Tecnoparque e dá outras providências. Curitiba: s/n, 2007. Dispo-

nível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000402.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. *Territórios de autossegregação e de segregação imposta:* fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 17-34.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Edição *on-line* com 13.295 verbetes. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2011.

DOMINGUES, Álvaro. Formes i escales d'urbanització difusa. Interpretació en el NO de Portugal. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona, n. 33, p. 33-55, juliol/desembre, 1998.

_____ (Coord.). *Cidade e democracia:* 30 anos de transformação urbana em Portugal/*Ciudad y democracia:* 30 años de transformación urbana en Portugal. Lisboa: Argumemtum, 2006. 399 p.

DUREAU, Françoise; DUPONT, Véronique; LELIÈVRE, Éva; LÉVY, Jean-Pierre; LULLE, Thierry (Éd.). *Métropoles en mouvement :* une comparaison internationale. Paris : IRD/Anthropos, 2000. 656 p.

FARAH, Jihad. *Différenciations sociospatiales et gouvernance municipale dans les banlieues de Beyrouth* – à travers l'exemple du Sahel AlMatn AlJanoubi et des municipalités de Chiyah, Ghobeiri et Furn AlChebbak. 2011. 561 f. Thèse (Doctorat en Art de Bâtir et Urbanisme) – Faculté de Sciences Appliquées, Université de Liège, Liège.

FERRIER, Jean-Paul. Pour une théorie géographique de la métropolisation. *Les cahiers de la métropolisation*, Marseille, n. 1 (Enjeux et définitions de la métropolisation), p. 41-51, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. *Nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 93-107, jul./dez., 2004.

_____. Internacionalização e produção de novos espaços urbanos em Curitiba (Brasil). In: THE FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHERS (FICYUrb), 1., 2007, Lisboa. *Anais...* Lisboa: ISCTE-CIES, 2007. 21 p. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=205&cf=3>. Acesso em: 19 jun. 2011.

_____. As transformações produtivo-organizacionais na Renault, sua implantação no Brasil e a emergência dos PIF's – Parque Industrial de Fornecedores. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 87-119, jul./dez., 2008.

FISHMAN, Robert. Space, time and sprawl. *Architectural Design*, London, v. 64, n. 108, p. 45-47, march/april, 1994.

FONT, Antonio. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Dispersão urbana:* diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 61-73.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global Editora, 2004 [1933]. 719 p.

GAMA, António. Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciencias Sociais*, Girona, n. 34, p. 161-172, febrer, 1992.

GARCÍA Palomares, Juan Carlos; GUTIÉRREZ Puebla, Javier. La ciudad dispersa: cambios recientes en los espacios residenciales de la Comunidad de Madrid. *Anales de Geografía*, Madrid, v. 27, n. 1, p. 45-67, enero/junio, 2007.

GARREAU, Joel. *Edge City:* life on the new frontier. New York: Doubleday, 1991. 546 p.

GARSON, Sol. *Regiões metropolitanas:* por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. 247 p.

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994 [1915]. 274 p.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983. 236 p.

GESTÃO DO USO DO SOLO e Disfunções do Crescimento Urbano. *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana:* Brasília e Rio de Janeiro. IPEA/USP/UnB/UFRJ. Brasília: IPEA, 2001. V. 3. 254 p.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Org.). *Modernização Reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1996 [1994]. 340 p.

GÓES, Eda Maria. Pela abertura de janelas nas novas e velhas muralhas. *Ousar Integrar* – Revista de Reinserção Social e Prova, Lisboa, n. 9, p. 61-70, jan./jun., 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana:* ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 304 p.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997 [1985]. 310 p.

GOTTMANN, Jean. *Megalopolis:* the urbanized north-eastern seaboard of the United States. Boston: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1961.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília:* a capital da segregação e do controle social. São Paulo: Annablume, 1995. 160 p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA,

Roberto Lobato (Org.). *Geografia:* conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 165-205.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003 [1989]. 349 p.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004 [2000]. 382 p.

HIDALGO, Rodrigo. Postsuburbia ou posturbia ? Les mégaprojets résidentiels dans la périphérie de Santiago du Chili. *Revue Géographique de l'Est (en ligne)*, Nancy, v. 45/3-4, p. 1-16, 2005. Disponible sur : <http://rge.revues.org/340>. Consulté le : 02 oct. 2011.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. P. 85-101.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 228 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 200 p.

_____. *Censo Demográfico 2010*: características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 269 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), IBGE Cidades@ e IBGE Estados@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. *Mapa de Pobreza e Desigualdade* – Municípios Brasileiros 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 9 fev. 2013.

IMF – International Monetary Fund. *World economic outlook:* a survey by the staff of the International Monetary Fund. Washington, DC: IMF, 2011. 219 p. Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/pdf/text. pdf>. Visited on: 31st Jan. 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA*, Brasília, n. 155, 25 set. 2012. 43 p.

INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Che cos'è e come si governa. *Position Paper*, Venezia, p. 124-131, 1997.

_____. Algunes consideracions sobre la « ciutat difusa ». *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona, n. 33, p. 21-32, juliol/desembre, 1998.

JAILLET, Marie-Christine. Peut-on parler de sécession urbaine à propos des villes européennes ? *Esprit*, Paris, numéro thématique : « Quand la ville se défait », p. 145-167, novembre, 1999.

JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE*, Santiago, v. 28, n. 85, 13 p., dic. 2002.

KLOOSTERMAN, Robert C.; MUSTERD, Sako. The Polycentric Urban Region: Towards a Research Agenda. *Urban Studies*, v. 38, n. 4, p. 623–633, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Le manifeste différentialiste*. Paris : Gallimard, 1970. 187 p.

_____. *La survie du capitalisme :* la re-production des rapports de production. Paris : Anthropos, 1973. 274 p.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991 [1968]. 216 p.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970]. 178 p.

_____. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris : Anthropos, 2000 [1974]. 487 p.

_____. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006 [1968]. 145 p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). *Dilemas urbanos:* novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. P. 35-44.

LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Nouvelle édition millésime 2011. Paris : Dictionnaires Le Robert, 2011. 2.837 p.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

LÉVY, Jacques (Éd.). *Le tournant géographique :* penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999. 399 p.

LUMMIS, C. Douglas. Equality. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *The development dictionary:* a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992. P. 38-52.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne :* rapport sur le savoir. Paris : Éditions de Minuit, 1979. 109 p.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. *Espaços de simulação:* aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. *Vidas em enclaves:* imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples:* cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000. 210 p.

_____. Preconceito em camadas. *O Estado de S. Paulo (on-line)*, São Paulo, 8 jan. 2012. Notícia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,preconceito-em-camadas,819985,0.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

MATHIEU, Marcia Regina de Andrade ; BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa (Éd.). *Brasilia :* la question environnementale urbaine et la préservation du patrimoine de l'Humanité. Rapport. Paris : UNESCO, 2006. 277 p.

MEURIOT, Paul. *Des agglomérations urbaines dans l'Europe contemporaine :* essai sur les causes, les conditions, les conséquences de leur développement. Paris : Belin, 1987. 475 p.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo:* estudos e sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 300 p.

MONCLÚS, Francisco Javier. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. Introducción. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 143-167.

_____. Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. *D'Humanitats*, Girona, n. 7, p. 95-110, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Modernities in the jungle:* extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. 378 p. Dissertation (Ph.D. in Urban Planning) – School of Public Affairs, University of California, Los Angeles.

_____. Urbanização extensiva e a produção do espaço social contemporâneo. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil:* estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 241-251.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Preconceito, invisibilidade e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 1-24, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 1, p. 41-58, jan./jul., 1999.

MOURA, Rosa. *Arranjos urbano-regionais no Brasil:* uma análise com foco em Curitiba. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NATIONS UNIS. *Déclaration universelle des droits de l'homme*. Disponible sur : <http://www.un.org/fr/documents/udhr/>. Accédé le : 8 fév. 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. *Regiões Metropolitanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/CNPQ/FAPERJ, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em: 6 out. 2010.

OCDE – Organisation de coopération et de développement économiques. Special

Focus: Inequality in Emerging Economies (EEs). In: *Divided We Stand:* Why Inequality Keeps Rising? Paris : OCDE, 2011. P. 47-82. Disponible sur : <http://www.oecd.org>. Consulté le : 29 janv. 2012.

OFFNER, Jean-Marc. 'Territorial deregulation': local authorities at risk from technical networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford & Malden, v. 24, n.1, p. 165-182, January/March, 2000.

ONU-HABITAT – Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012:* rumbo a una nueva transición urbana. Nairobi: ONU-Habitat, 2012. 194 p.

PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília. Coleção Brasília. Brasília: Codeplan/Editora UnB, 1987. P. 33-49.

_____. Expansão metropolitana: a modernização com desemprego. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Org.). *América Latina*: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006. P. 89-105.

_____. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. *Espaço & Geografia*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1-22, jan./jun., 2007.

PAVIANI, Aldo; BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília:* dimensões da violência urbana. Brasília: Editora UnB, 2005. 377 p.

PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília:* do espaço concebido ao espaço produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada. 2000. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Sílvia Regina. *Percursos urbanos:* mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. 2006. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. *Quem somos:* Principais Operações. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes>. Acesso em: 11 set. 2011.

PIRIE, Gordon H. On spatial justice. *Environment & Planning A*, London, v. 15, n. 4, p. 465-473, 1983.

POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa:* fronteiras da desigualdade. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORTELLA, Eduardo. Modernidade no vermelho. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil:* um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 457-471.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Amérique Latine : la ville fragmentée. *Esprit*, Paris, n. « Quand la ville se défait », p. 128-144, novembre, 1999.

_____. Segregación, fragmentación, secesión: hacia una nueva geografia social de la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*, Toluca, v. 2, n. 7, p. 405-431, enero/junio, 2000.

_____. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 19, p. 33-56, dic. 2001.

_____. Buenos Aires en los años 90: metropolización y desigualdades. *Eure*, Santiago, v. 28, n. 85, 14 p. dic. 2002.

_____. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. *Eure*, Santiago, v. 34, n. 103, p. 73-92, dic. 2008.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Org.). *Espaço e tempo:* complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. P. 181-200.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Milenio*: revista de artes y ciencias, Bayamón, v. 5/6, p. 9-61, 2001/2002. Disponible en: <http:// www.uprb.edu/milenio/milenio-VyVI.htm>. Acceso el: 29 oct. 2011.

RATOUIS, Olivier. Agglomération. In : TOPALOV, Christian ; COUDROY DE LILLE, Laurent ; DEPAULE, Jean-Charles ; MARIN, Brigitte (Dir.). *L'aventure des mots de la ville* à travers le temps, les langues, les sociétés. Paris : Éditions Robert Laffont, 2010. P. 3-9.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP/FAPESP, 2006. 201 p.

_____. Sobre a dispersão em São Paulo. In: REIS, Nestor Goular; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Dispersão urbana:* diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 35-47.

REOLON, Cleverson Alexsander. *A aglomeração urbana da soja:* Cascavel e Toledo no contexto da metropolização da mesorregião oeste paranaense. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 189-213, jul./dez., 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 1, p. 7-32, jan./jun., 1999.

_____ (Org.). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. 148 p.

RITTER, Carlos. *Os processos de periferização, desperiferização e reperiferização e as transformações socioespaciais no aglomerado metropolitano de Curitiba.*

2011. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris : Gallimard, 1997 [1990]. 285 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra*, Lisboa, v. XXXII, n. 63, p. 179-190, jan./jul., 1997.

_____. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Território*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 39-53, jan./jun., 1998.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado:* fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p.

_____. *Metrópole corporativa e fragmentada:* o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 117p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.

_____. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006 [1996]. 258 p.

_____. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2000]. 174 p.

SARAVÍ, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. *Eure*, Santigado, v. 34, n. 103, p. 93-110, dic. 2008.

SASSEN, Saskia. *The global city:* New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001 [1991].

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STOPER, Michael. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.

SEGAL, Rafi; VERBAKEL, Els (Ed.). Cities of dispersal. *Architectural Design*, London, v. 78, n. 1 (special issue), p. 1-135, January/February, 2008.

SILVA, Ana Cristina da. *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI:* o território na trama das significações imaginárias. 2010. 492 f. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual:* natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

_____. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical scale. *Social Text*, Durham, n. 33, p. 54-81, 1992a.

_____. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe; GRAHAM, Elspeth; MALEK, Mo (Ed.). *Postmodernism and the Social Science*. London: Macmillan Academic and Professional, 1992b. P. 57-79.

SMITH, Neil; LOW, Setha. Introduction: the imperative of public space. In: SMITH, Neil; LOW, Setha (Ed.). *The politics of public space*. New York & London:

Routledge, 2006. P. 1-16.

SOJA, Edward W. The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of the American Geographers*, Washington, v. 70, n. 2, p. 207-225, April/June, 1980.

_____. *Geografias pós-modernas:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989]. 324 p.

_____. *Thirdspace:* journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell Publishing, 1996. 334 p.

_____. Writing the city spatially. *City*, London, v. 7, n. 3, p. 269-280, November 2003.

_____. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago./dez., 2006.

_____. *Postmetrópolis:* estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 [2000]. 594 p.

_____. La ville et la justice spatiale. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, Paris, n. 1, p. 35-44, sep. 2009. Disponible sur : <http://ww w.jssj.org>. Accédé le : 24 oct. 2011.

_____. *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010, 257 p.

SOJA, Edward W.; KANAI, Miguel. The urbanization of the world. In: BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. P. 54-69.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez., 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez., 1997.

_____. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

_____. *Fobópole:* o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

_____. Introdução: a "nova geração" de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, p. 71-85, set./dez., 1994.

_____. Multi(poly)centralité urbaine. In: FISCHER, André; MALEZIEUX, Jacques (Dir.). *Industrie et aménagement*. Paris : L'Harmattan, 1999. P. 259-286.

_____. *O chão em pedaços:* urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Prefácio. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias:* espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 9-20.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart (Org.*). Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. P. 38-54.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano:* agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. P. 123-145.

TELLO Robira, Rosa. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 09-20.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (Dir.). *L'aventure des mots de la ville* à travers le temps, les langues, les sociétés. Paris : Éditions Robert Laffont, 2010. 1.493 p.

THE URBAN AGE PROGRAMME. *A worldwide investigation into the future of cities*. Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society & The London School of Economics and Political Sciences. Available at: <http://www.urban-age.net>. Visited on: 9th Sep. 2011.

UNDP – United Nations Development Programme. *Human Development Report 2011* – Sustainability and Equity: A Better Future for All. New York: UNDP, 2011. 178 p. Available at: <http://www.beta.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2011%20Global%20HDR/English/HDR_2011_EN_Complete.pdf>. Visited on: 30th Jan. 2012.

URBANOSE : 15-Entretien avec Henri Lefebvre. Production : Normand Cloutier. Réalisation : Michel Régnier. L'Office National du Film du Canada, 1972. 4 vidéos numériques (34min. 25s). Entretien. Disponible sur : <http://www.youtube.com/results?search_query=henri+lefebvre+1972&search_type=&aq=f>. Accédé le : 21 jan. 2013.

VIDAL, Laurent. Les mots de la ville au Brésil, un exemple : la notion de « fragmentation ». *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 18, p. 161-181, juillet/décembre, 1994.

WETTSTEIN, German. *Subdesenvolvimento e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1992 [1989]. 254 p.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência:* seis notas à margem. Lisboa: Relógio D'Água Editores,

2009. 200 p.

_____. *Slavoj Žižek: um rebelde com causa*. Entrevista a Luiz Antônio Araújo do jornal Zero Hora. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/olharglobal/2013/02/23/slavoj-zizek-um-rebelde-sem-causa/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>. Acesso em: 23 fev. 2013.

DIFFÉRENCE, DISPERSION ET FRAGMENTATION SOCIOSPATIALE :

explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba

Thèse pour l'obtention du titre de docteur en géographie - **Igor de França Catalão** - 2013

ACADÉMIE D'AIX-MARSEILLE
UNIVERSITÉ D'AVIGNON ET DES PAYS DE VAUCLUSE
École doctorale « Culture et Patrimoine » (ED 537)
UMR ESPACE 7300 CNRS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Câmpus de Presidente Prudente
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

THÈSE

pour l'obtention du titre de Docteur en Sciences Humaines et Sociales
Spécialité : Géographie

DIFFÉRENCE, DISPERSION ET FRAGMENTATION SOCIOSPATIALE : explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba

Igor DE FRANÇA CATALÃO

soutenue publiquement le 15 mai 2013 devant un jury composé de :

M. Laurent VIDAL
Professeur des universités, Université de La Rochelle, examinateur

Mme. Ester LIMONAD
Professeure associée, Universidade Federal Fluminense, examinatrice

Mme. Eda Maria GÓES
Professeure, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, examinatrice

M. François MORICONI-EBRARD
Directeur de Recherche CNRS, UMR 7300, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, examinateur

M. Loïc GRASLAND
Professeur des universités, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, directeur

Mme. Maria Encarnação SPOSITO
Professeure adjointe, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, directrice

NOTICE CATALOGRAPHIQUE

Catalão, Igor de França.
C355d Différence, dispersion et fragmentation sociospatiale : explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba. – Avignon/Presidente Prudente : [s.n], 2013
190 f. : ill.

Directeurs : Loïc Grasland, Maria Encarnação Sposito
Thèse (doctorat) – Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Bibliogr. P. 177-190.

1. Géographie. 2. Géographie urbaine. 3. Dispersion urbaine. 4. Fragmentation sociospatiale. I. Grasland, Loïc. II. Sposito, Maria Encarnação. III. Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse. IV. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. V. Titre.

UNIVERSITÉ D'AVIGNON

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE, DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR ET DE LA RECHERCHE

MAISON DE LA RECHERCHE

RECU DE DEPOT DE THESE

Je soussignée, Marilyn NICOUD, directrice du Collège des Etudes Doctorales

atteste que M. DE FRANCA CATALAO Igor

a déposé à la Bibliothèque Universitaire de l'Université sa thèse intitulée :

Différence, dispersion et fragmentation sociospatiale : explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba

Spécialité : **Géographie**

Fait à Avignon, le 22 mai 2013

UNIVERSITÉ D'AVIGNON
ET DES PAYS DE VAUCLUSE

Collège des Etudes Doctorales
case 3
74 rue Louis Pasteur
84029 Avignon cedex 1

+33 (0) 4 90 16 25 29 (tél)
+33 (0) 4 90 16 25 31 (fax)

bureau 1W69

etudes-doctorales@univ-avignon.fr

Aux éventualités de la vie.

Aux amis.

Aux découvertes.

PROLOGUE ET REMERCIEMENTS

Permettez-moi d'écrire ce prologue dans un langage qui contraste avec le reste du texte. Il ne serait pas juste ni pour moi ni pour les autres de cacher mon émotion à la fin de ce processus qui est beaucoup plus une partie de ma vie qu'une simple synthèse de recherche. Je fais ici quelques confessions importantes pour moi et pour les personnes concernées et je vous demande à l'avance d'excuser le ton peut-être trop sentimental des lignes qui suivent. Toutes les personnes mentionnées ont, chacune à sa façon, participé direct ou indirectement à la recherche et/ou à l'élaboration de la thèse.

I

La recherche doctorale et la rédaction de la thèse sont des tâches réalisées d'une manière bien solitaire, même si elles s'insèrent dans des contextes académiques dynamiques, créatifs et composés de groupes de personnes les plus variés. Certaines d'entre-elles ont contribué plus que d'autres à rendre le travail plus agréable et qualitativement meilleur. Il est donc difficile d'affirmer que je présente *ma* thèse, puisque chaque partie est marquée par la présence de la famille, d'amis et de collègues sans qui ce travail aurait eu un tout autre aspect.

Si d'un côté cette thèse synthétise les efforts de ces quatre dernières années, elle représente aussi le dénouement d'un long processus de formation qui couronne, non sans faille, les conflits de la vie quotidienne au cours de trajectoires marquées par des opportunités et des difficultés, des avancées et des reculs, des victoires et des déroutes qui font de nous des êtres humains.

Ainsi, cette thèse est, en partie, celle de ma mère que je remercie infiniment pour tous les sacrifices et son abnégation qui m'ont permis d'arriver à ce moment. Sa force, sa persévérance et, d'une façon spéciale, les géographies de sa vie quotidienne m'ont motivé et aidé à surmonter les barrières et à devenir la personne que je suis aujourd'hui.

Juliana, ma sœur, a tenu bon le coup au long de mon absence. Je remercie sa patience, son dévouement et sa compréhension (malgré les désaccords ci et là).

II

Mes dix années d'expérience à l'université sont suffisantes pour pouvoir affirmer que j'ai vraiment de la chance d'avoir eu deux directeurs de thèse aussi humains, patients et tolérants.

Ces sept dernières années ont été marquées par des projets audacieux dont la réalisation n'a été possible que grâce à l'accueil, le soutien et la patience de Carminha. En particulier, la décision d'entrer dans une cotutelle signifiait accepter d'affronter une bureaucratie qui se répétait à chaque étape (et qui ne s'arrête pas ici !), que nous ne pouvions pas imaginer et qui nous a exaspéré maintes fois. Ses paroles chaleureuses et réconfortantes m'ont aidé à faire face aux douches froides ; aux désillusions grâce à la suggestion de nouveaux projets ; à la fatigue et à la démotivation avec de nouveaux points de vue ; et aux exagérations avec des doses homéopathiques de réalité. Ceci ne signifie pas que Carminha et moi ayons toujours été d'accord sur tout. Certains « nons » n'ont pas été faciles à digérer et les attentes des deux parties n'ont pas toujours été répondues. Et pourtant j'ai du mal à croire que cette relation touche à son terme et que le titre de docteur signifiera, d'une certaine manière, la fin de cette protection théorico-méthodologique et humaine que Carminha m'a accordée.

Je dis souvent que la vie est marquée d'éventualités. Ma relation avec Loïc est le fruit de l'une d'elles. J'ai été pratiquement parachuté à l'Université d'Avignon avec une proposition de cotutelle, que Loïc a non seulement adoptée, mais il a fait son possible (et dans certains cas l'impossible) pour faciliter les choses. Du point de vue théorico-méthodologique, je n'ai connu, en France, aucune personne plus ouverte, plus compréhensive et plus respectueuse que lui. On a souvent une image stéréotypée des Français comme étant cartésiens, mais, tenant compte du rapport d'orientation qui a été établi, je ne peux pas dire que cette qualité s'applique à Loïc. Malgré nos différences et sa difficulté parfois de comprendre la trajectoire que j'ai choisie pour réaliser la recherche et rédiger la thèse, jamais il ne m'a empêché d'agir, m'a démotivé ou m'a menacé.

III

Le parcours qui m'a conduit jusqu'ici a une composante géographique importante : j'ai habité dans trois villes différentes et, dans chacune d'elles, j'ai vécu avec des personnes auxquelles je suis reconnaissant de leur aide et de leur compagnie.

Je remercie Cezar et Margarete, les coordinateurs du Programme de master et doctorat en géographie de l'UNESP à Presidente Prudente pendant cette période, pour tout leur soutien. Cezar a eu un rôle fondamental la première année, au moment de la signature de l'accord de cotutelle. C'est lui qui a fait son possible pour accélérer les procédures administratives. Margarete, après mon retour au Brésil, a été d'une patience et d'une compréhension inégalables avec les délais dépassés et toutes les spécificités de la cotutelle. Elle n'a pas épargné ses efforts pour assurer que tout se passe dans les meilleures conditions.

La direction de la Faculté de Sciences et Technologie de l'UNESP et le Secrétariat de scolarité du master et du doctorat sont également coresponsables de la mise en place de la cotutelle, la première achevée dans cette faculté. Je remercie surtout Marcia et Cinthia pour leur support et pour leur patience face à la bureaucratie ainsi qu'André, Ivonete et les autres techniciens qui ont fait en sorte que la soutenance ait lieu dans les meilleures conditions.

Ma reconnaissance va aussi aux collègues et amis du master et du doctorat de l'UNESP, en particulier : Aline Sulzbacher, Cleverson Reolon, Vitor Miyasaki, Fernando Heck, Archanjo Mota, Márcio Eduardo, Natália Alves, Wagner Amorim, Kedma Garcez, Sonia Segatti et Rodrigo Criado (que je remercie surtout de son aide pour le traitement des images satellites la première année). Certains amis méritent des remerciements encore plus spéciaux pour les discussions, les cours suivis ensemble, les rigolades et les commémorations : Oséias Martinuci, Antonio Bernardes, Márcio Catelan (et Letícia), Wagner Batella (et Tati), Andréa Porto Sales, Henrique Alves et Danilo Alcântara.

Parmi les collègues du GAsPERR, entre professeurs et étudiants, j'aimerais citer : Eliseu, Everaldo, Nécio, Gilmar, Viviane, André, Ana Cláudia et Victor (Vixuz). Eda mérite un remerciement spécial, tant pour sa contribution lors de l'examen de qualification et de la soutenance de la thèse que pour son affection et sa gentillesse au long de toutes ces années et par sa lecture généreuse du texte.

Je remercie ma famille de Presidente Prudente, dont une partie est en réalité de Brasilia. Votre existence a rendu ma vie plus heureuse : Régis (et son adorable famille), Rachell (Raquel Arruda) et Rafa (Catão). Mon départ de cette ville a signifié une rupture douloureuse dans le quotidien de nos vies, compensée seulement par votre dévouement à notre amitié et par votre support à tout moment. Il n'y a pas de mots pour remercier suffisamment tout ce que vous avez fait pour

moi. Sans l'aide de Rafa avec les cartes et le traitement des données, la recherche aurait été un véritable purgatoire.

Deux personnes que j'ai connues à Presidente Prudente occupent aujourd'hui une place d'honneur dans ma vie et je me dois de les remercier. Sans Paula et Maria (Angélica) il n'est pas exagéré de dire que cette thèse n'existerait pas. Vous avez stimulé mon intellect, discuté les points critiques de la thèse, accompagné ma trajectoire de manière très présente, même quand j'étais en France. Des quotidiens partagés dans notre petite maison jaune, coups de fil interminables, fêtes, joies, anxiété, attentes et déceptions, un mariage (de Maria) au milieu, une naissance (de Pedro, fils de Paula) à la fin et un acharnement de la vie à nous maintenir physiquement séparés, tout cela rend notre fraternité une des choses les plus précieuses que j'ai aujourd'hui. Merci n'est pas un mot qui remercie suffisamment. En particulier, je dois la cohérence de ma thèse (si elle en a...) à Maria, car elle a rempli le rôle de codirectrice en second rôle à plusieurs moments, m'alertant sur des aspects que je n'avais pas considérés.

À Leni Gaspar, dont l'amitié transcende ce qui est possible d'expliquer, je la remercie pour tellement de choses. L'éloignement géographique que la vie nous impose est sans doute responsable d'une partie de mes failles.

Je remercie Marilia pour son amitié, son affection, sa camaraderie, mais aussi pour son aide dans le traitement des données pendant la première année de la recherche. Carlos Felipe, je le remercie pour sa camaraderie, dans ce parcours ensemble depuis la licence, pour son support et ses encouragements. Des heures passées au téléphone ou par internet n'ont pas été suffisantes pour tous nos drames.

Les membres de ma famille ont, chacun à sa manière, une parcelle de contribution. Je remercie particulièrement ma tante Lela pour tout son soutien à divers moments, pour sa compagnie lors de quelques interviews réalisés à Brasilia et son intérêt à ma recherche. Je remercie aussi ma tante Ceiça et ma cousine Sayonara pour leur assistance dans les travaux de terrain à Cidade Ocidental. Elles ont été d'excellentes intermédiaires et des compagnes inestimables lors des interviews.

À Curitiba, quelques personnes m'ont aidé et sans elles j'aurais dû affronter de grandes difficultés. Les deux premiers travaux de terrain n'auraient pas eu la qualité souhaitée sans l'appui et la participation d'Olga Firkowski. Patrícia Balisky a été une excellente et importante partenaire dans les travaux de terrain à Fazenda Rio Grande. Jorge, Marina et Fer Ikuta m'ont accueilli à Curitiba et ont

supporté les perturbations que j'ai provoquées dans leur vie quotidienne à deux occasions. Je leur suis très reconnaissant.

Je remercie toutes les personnes interviewées qui ont accepté de collaborer en me recevant chez eux et me confiant un peu de leurs vies quotidiennes.

Les 15 mois passés à Avignon comptent parmi les plus heureux que j'ai déjà vécu jusqu'à présent. Tant de découvertes et de beautés qu'avec le recul cela me semble incroyable. Là-bas aussi, j'ai pu compter sur une petite famille brésilienne avec qui j'ai partagé mon quotidien et de nombreuses expériences. Tainá, Marília, Juli et Vini, merci pour votre présence qui a chassé la solitude. J'aimerais aussi mentionner : Paola, Alice, Anaïs, Sara, Kevin, Marsha, Sabrina, Colin, Mohamed et tant d'autres, en plus d'Olivier et d'Amaël.

À mes collègues du doctorat et amis, Julie Prud'homme et Maxime Forrier, je les remercie de leur accueil, leur respect et les discussions qui ont tant enrichi culturellement cette année.

Je remercie l'appui institutionnel de l'Université d'Avignon, en particulier des collègues de l'UMR ESPACE : Nathalie Brachet, Natalhie Dugnas, Michel Guerin, Laure Casanova, Johnny Douvinet, Philippe Martin, Philippe Ellerkamp, Cyrille Genre-Grandpierre, Cécile Helle, Janine Lemaire, Mounir Redjimi, Didier Josselin, Saliou Kamara et Adrien Lammoglia.

À Marseille, j'exprime ma gratitude à Jean-Yves, un ami inestimable à qui je dois mes progrès en français et la découverte de la culture française. Le territoire français vu à travers son regard a gagné de nouvelles couleurs et une autre perspective. Avec Yvonne et Guy, nous avons partagé des moments très agréables.

Les 15 derniers mois passés à Corumba on sans doute été les plus difficiles, solitaires et angoissants. Je remercie spécialement Fabiana pour sa présence, fondamentale au moment de la finalisation de la thèse. Je remercie le partage du quotidien, les petits-déjeuners le matin et les grignotages d'après-midi, accompagnés de rires, de pleurnichements, de plaintes et de rêves inscrits dans le temps que je passais à rédiger. Anamaria, Luciana, Ana Maria, Ronny, Edelir, Fabiano, Hellen, Maria Lúcia, Sílvia, Alexandre (et Leandro), Janan, Beth Bilange, Joanna, Lucilene, tous ces collègues du Campus du Pantanal, leur compagnie et leur soutien ont réussi à égayer la longue et difficile grève que nous avons soutenue. Parmi eux, je détache spécialement deux amies qui m'ont aidé à tenir le coup malgré les « rêves morts pour la vie » : Bella et Adriana. Mes amis en dehors de

l'UFMS, Luiz Capucci, Dennis Junior (qui réclamait toujours contre mes absences) et Isabela aussi ont été importants, ils ont rendu la vie plus agréable face au « Sourire du Dragon ». Chloé et Werther ont été une compagnie chaleureuse dans les moments de solitude.

IV

Je remercie la Fondation Université Fédérale de Mato Grosso du Sud (UFMS) de m'avoir libéré de mes fonctions pour le travail de rédaction de la thèse et pour les voyages à Brasilia et Curitiba, lors des travaux de terrain, et à Presidente Prudente, pour les réunions avec Carminha.

Je remercie les collègues professeurs du cours de Géographie du Campus du Pantanal, en particulier : Edgar, Aguinaldo, Aline et Wadia.

Je remercie la Fondation d'Appui à la Recherche de l'État de São Paulo (FAPESP) et la Coordination de Perfectionnement de Personnel de Niveau Supérieur (CAPES) pour la concession de bourses qui m'ont permis, au Brésil et en France, de développer ma recherche dans les meilleures conditions. Je remercie également le Gouvernement français, spécialement la Caisse d'allocations familiales (CAF), pour les avantages dont j'ai profité dans ma condition d'étudiant. On ne répétera jamais assez l'importance de ces types de programme pour le développement scientifique et technologique et pour la justice sociale d'un pays.

Je remercie les membres du jury d'avoir accepté de participer à l'évaluation de cette thèse, par leurs lectures attentives avec beaucoup de compliments, sans manquer de rigueur, ainsi que Marie-France Prévôt-Schapira pour ses contributions lors de l'examen de qualification.

Elisabeth Deliège-Vasconcelos m'a beaucoup aidé dans la préparation de la version en français et a contribué, indirectement, aux améliorations de la version en portugais. Je l'en remercie.

Finalement, mes remerciements vont à Sandra Engel qui, avec la collaboration du designer Aleto, a élaboré la couverture qui traduit de manière artistique une partie des idées exprimées dans cette thèse. Je la cite : « la thèse a servi de paramètre pour le travail de création de l'œuvre et mon intention était d'essayer de montrer en une image l'idée de l'enclave fermée. La démarcation est claire et la couleur rouge contraste avec le contour en noir, fait de lignes et de courbes de démarcation ».

RÉSUMÉ

Le passage du XX^{e} au XXI^{e} siècle a été accompagné d'intenses transformations sociospatiales, qui mettent en échec l'avenir de la ville. D'un côté, des processus d'individualisation et de segmentation sociale s'accroissent et articulément produisent ou réitèrent les inégalités. D'autre côté et de façon dialectique, la production de tissus urbains de plus en plus dispersés se confirme, caractérisée par des discontinuités territoriales et des densités variables du centre vers la périphérie. Dans ce contexte, l'urbanisation se diffuse mondialement, affecte tous les espaces et articule des différentes échelles, de façon à produire l'urbain au-delà des villes. Au Brésil, spécialement à partir des années 1970, les transformations sociospatiales mentionnées ci-dessus se sont liées à des processus de modernisation nationaux. Les métropoles de Curitiba et de Brasilia se sont développées dans cette période, chacune à sa manière, mais de façon plus accentuée à Brasilia. Toutes deux ont néanmoins été marquées par des inégalités et par la dispersion urbaine. Deux objectifs ont orienté la discussion proposée dans cette thèse : examiner la corrélation entre dispersion urbaine et fragmentation sociospatiale ; et expliquer comment ces deux processus se réalisent à Brasilia et à Curitiba. La recherche comparative a été menée à partir d'études et recherches sur les deux villes ainsi que directement dans leurs agglomérations. Des observations, des visites de terrain dans les zones résidentielles fermées et dans les villes de la périphérie métropolitaine ont été faites, mais aussi des entretiens avec des résidents. De ce fait, le cadre analytique de la thèse permet de comprendre qu'il y a, à Curitiba et surtout à Brasilia, des logiques fragmentaires qui favorisent la dissolution de l'unité morphologique tant par la dispersion des tissus urbains que par la segmentation sociale et la reproduction des inégalités. Ceci contribue à la création de limites à la mise en place du droit à la ville comme droit à la différence et amène à une nécessaire réflexion sur la notion de justice spatiale comme moyen approprier de surmonter les inégalités.

Mots-clés : dispersion urbaine, fragmentation sociospatiale, inégalités sociospatiales, droit à la ville, Brasilia, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Différence, dispersion et fragmentation sociospatiale :* explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba. 2013. 190 p. Thèse (Doctorat en Sciences Humaines et Sociales, spécialité : géographie) – Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RESUMO

A passagem do século XX para o XXI faz-se acompanhar de transformações socioespaciais intensas, as quais têm colocado em xeque o futuro da cidade. De um lado, registra-se a ampliação dos processos de individualização e segmentação social, que combinados produzem ou reiteram desigualdades. De outro, dialeticamente articulado, verifica-se a produção de tecidos urbanos cada vez mais dispersos, caracterizados por descontinuidade territorial e densidades alternantes do centro à periferia. No bojo desses processos, a urbanização torna-se mundialmente difusa, afetando todos os espaços e articulando diferentes escalas, de forma a produzir o urbano para além das cidades. No Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, as transformações socioespaciais supramencionadas também ocorreram, atreladas a processos nacionais de modernização. As metrópoles de Curitiba e de Brasília desenvolveram-se nesse período, cada uma a seu modo, marcadas por desigualdade e dispersão urbana, mais acentuadas na segunda que na primeira. Dois objetivos orientam, portanto, a discussão proposta nesta tese: examinar as correlações entre dispersão urbana e fragmentação socioespacial; e explicar como esses processos se realizam em Brasília e Curitiba. A investigação, de cunho comparativo, foi feita a partir de estudos e pesquisas sobre as duas capitais e também diretamente nas duas aglomerações por meio de observações, visitas a áreas residenciais fechadas e cidades do entorno metropolitano, onde foram entrevistados moradores. Assim, o quadro analítico da tese possibilita entender que há, em Curitiba e especialmente em Brasília, lógicas fragmentárias que favorecem a dissolução da unidade morfológica, seja pela dispersão dos tecidos urbanos, seja pela segmentação social e reprodução das desigualdades, o que se configura em limite à realização do direito à cidade como direito à diferença. Isso leva a uma necessária reflexão sobre a noção de justiça espacial como meio mais adequado para basear a busca pela superação das desigualdades.

Palavras-chave: dispersão urbana, fragmentação socioespacial, desigualdades socioespaciais, direito à cidade, Brasília, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial:* explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.

ABSTRACT

The passage from the 20th to the 21st centuries has accompanied intense socio-spatial transformations, which have questioned the future of city. On one side, processes of individualisation and social segmentation grow and combine or reiterate inequalities. On the other side and in dialectical way, the production of increasingly dispersed urban tissues is confirmed, i.e., they are characterised by territorial discontinuity and alternating densities from centre to periphery. In this context, urbanisation becomes globally diffused, affects all spaces and articulates different scales in order to produce the urban beyond the cities. In Brazil, especially from the 1970s, the mentioned socio-spatial transformations have occurred and connected to national processes of modernisation. The metropolises of Curitiba and Brasilia developed in this period by different ways. Both of them have been marked by inequalities and urban dispersion, but Brasilia experienced it overwhelmingly. Two aims guided then the discussion proposed in this Ph.D. dissertation: to examine connection between urban dispersion and socio-spatial fragmentation; and to explain how these processes take place in Brasilia and Curitiba. The comparative research has concerned studies and researches about both cities, but also has counted on a direct way, i.e., through observations, visits to gated communities and to cities in the metropolitan agglomerations' peripheries; some inhabitants were also interviewed. Therefore, the analytical framework of the dissertation helps to understand that there is, in Curitiba and especially in Brasilia, a fragmentary logics that promotes the dissolution of morphologic unit. That happens through the dispersion of urban tissues, social segmentation and reproduction of inequalities, and this is a limit to the right to city as being a right to difference. A necessary reflection about the notion of spatial justice appears then as an appropriate means to seek for overcoming inequalities.

Keywords: urban dispersion, socio-spatial fragmentation, socio-spatial inequalities, right to the city, Brasilia, Curitiba.

CATALÃO, Igor. *Difference, dispersion and socio-spatial fragmentation:* metropolitan explorations in Brasilia and Curitiba. 2013. 190 p. Dissertation (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.

SOMMAIRE

INTRODUCTION 1

Structure de la thèse 5
Notes méthodologiques 7
Notes 11

CHAPITRE 1 – Urbanisation, métropolisation et dispersion urbaine 13

1.1. Reproblématiser le couple ville-urbain 15
1.2. La mondialisation de l'urbain 22
1.3. Urbanisation et métropolisation : succession ou dérivation ? 25
1.4. Urbanisation diffuse et dispersion urbaine : conceptualisation 27
1.5. Des capitales aux métropoles 35
1.6. Concentration de population et rôles urbains 46
Notes 57

CHAPITRE 2 – Différence, inégalité et fragmentation sociospatiale 61

2.1. Revaloriser la différence 63
2.2. Différence et inégalité 66
2.3. Différences et inégalités brésiliennes 68
2.4. Différences et inégalités métropolitaines : explorations 75
2.5. Société segmentée, espace fragmenté 87
2.1. Mondialisation, fragmentation et inégalité 92
2.2. Dispersion et fragmentation : corrélations 96
Notes 107

CHAPITRE 3 – De la fragmentation sociospatiale au droit à la ville 111

3.1. Individualisation et fragmentation : articulations scalaires 113
3.2. Périphéries urbaines : fonction et dispersion 117
3.3. Les enclaves fortifiées 128
3.4. De retour au droit à la ville : ou, à mieux dire, au droit à la différence 141
3.5. Du chemin nécessaire vers une justice spatiale 146
Notes 158

CONCLUSIONS 163

Notes 173

RÉFÉRENCES 175

TABLE DES FIGURES

CARTES

CARTE 1 : Brasilia et Curitiba ; situation géographique 5

CARTE 2 : Curitiba ; agglomération métropolitaine ; 2011 41

CARTE 3 : Brasilia ; agglomération métropolitaine ; 2011 42

CARTE 4 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; densité démographique par secteur censitaire ; 2010 80

CARTE 5 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; densité démographique par secteur censitaire ; 2010 81

CARTE 6 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; proportion des secteurs de recensement comprenant des logements organisés en condominiums ; 2010 105

CARTE 7 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; proportion des secteurs de recensement comprenant des logements organisés en condominiums ; 2010 106

CARTE 8 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; logements urbains raccordés au réseau général d'approvisionnement en eau par secteur de recensement ; 2010 148

CARTE 9 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; logements urbains raccordés au réseau général d'approvisionnement en eau par secteur de recensement ; 2010 149

CARTE 10 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; logements urbains raccordés au réseau général d'égouts par secteur de recensement ; 2010 151

CARTE 11 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; logements urbains raccordés au réseau général d'égouts par secteur de recensement ; 2010 152

CARTE 5 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; revenu moyen mensuel par secteur de recensement des chefs de ménage en salaires minimaux ; 2010 155

CARTE 5 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; revenu moyen mensuel par secteur de recensement des chefs de ménage en salaires minimaux ; 2010 156

FIGURES

FIGURE 1 : Brasilia ; connexions dans le système urbain national ; 2007 53

FIGURE 2 : Curitiba ; connexions dans le système urbain national ; 2007 54

FIGURE 3 : Agglomérations métropolitaines ; indicateurs de position dans le système urbain ; 2000-2004 55

FIGURE 4 : Agglomérations métropolitaines ; niveaux de concentration des activités ; 2000-2004 56

FIGURE 5 : Brasilia ; vue partielle de l'ensemble urbanistique du Plano Piloto (à gauche) et du Palais du Planalto (à droite) 76

FIGURE 2 : Curitiba ; Castelo do Batel dans le quartier homonyme (à gauche) et Rectorat de l'Université Fédérale du Paraná à la Place Santos Andrade (à droite) 76

FIGURE 7 : Curitiba ; vue de la liaison des axes structurants est (coin inférieur gauche) et sud (en haut) 77

FIGURE 8 : Brasilia ; plan pilote de la nouvelle capitale fédérale élaboré par Lucio Costa ; 1955 79

FIGURE 5 : Amérique Latine et Caraïbes ; indice de Gini dans les villes sélectionnées ; 2005 96

FIGURE 6: Région intégrée de développement du district fédéral et son alentour ; croissance urbaine selon les formes d'occupation du territoire ; 1970-2000 98

FIGURE 7 : Région Métropolitaine de Curitiba ; croissance urbaine selon les formes d'occupation du territoire ; 1970-2000 99

FIGURE 12 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; zone urbaine de Cidade Ocidental/GO ; image satellite ; 2012 124

FIGURE 13 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; zone urbaine de Fazenda Rio Grande/PR; image satellite ; 2011 125

FIGURE 14 : Brésil ; distribution des entreprises implantées par Alphaville Urbanismo S.A. ; 2012 130

FIGURE 15 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; Alphaville Graciosa et Alphaville Pinheiros ; image satellite ; 2012 134

FIGURE 16 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; lotissements et condominiums fermées du Jardin Botanique ; image satellite ; 2012 135

FIGURE 17: Agglomération métropolitaine de Brasilia ; Alphaville Résidentiel 1 ; image satellite ; 2012 136

TABLEAUX

TABLEAU 1 : Brésil, Régions Métropolitaines, Régions Intégrées de Développement, Agglomérations Urbaines et Agglomérats Urbains ; populations en valeurs absolues et pourcentages ; 2010 47

TABLEAU 2 : District Fédéral, Goiás et Paraná, agglomérations métropolitaines de Brasilia et Curitiba et municipalités intégrantes ; populations et aires en valeurs absolues et pourcentages ; 2010 48

TABLEAU 3 : Brésil, Curitiba, agglomération métropolitaine et municipalités intégrantes ; population par situation en valeurs absolues et pourcentages ; 2010 50

TABLEAU 4 : Brésil, Brasilia, agglomération métropolitaine et municipalités intégrantes ; population par situation en valeurs absolues et pourcentages ; 2010 51

TABLEAU 5 : Agglomérations métropolitaines de Brasilia et Curitiba et municipalités intégrées ; populations absolues et pourcentages de croissance annuelle ; 1970-2010 52

TABLEAU 6 : Brésil, pays sélectionnés, Amérique latine et monde ; évolution de l'IDH ; 1980-2011 73

TABLEAU 7 : Brésil, pays sélectionnés, Amérique latine et monde ; IDH et IDH-I ; 2011 74

TABLEAU 8: Municipalités de l'agglomération de Curitiba sauf Curitiba ; déplacements pour le travail ou les études dans la capitale ; 2000 123

TABLEAU 9: Municipalités de l'agglomération de Brasilia sauf Brasilia ; déplacements pour le travail ou les études dans la capitale ; 2000 123

CADRES

CADRE 1 : Morphologies urbaines ; termes, concepts, notions et expressions représentatifs du débat 29

INTRODUCTION

Indiscutablement, on vit le début de la première ère urbaine de l'histoire de l'humanité : plus de la moitié de la population mondiale vit dans des établissements humains reconnus officiellement ou officieusement comme urbains et, par ailleurs, notre civilisation fondée sur un capitalisme moderne-colonial est guidé par des rythmes, valeurs, symboles et comportements déterminés par les villes. Dans ce contexte, les métropoles, surtout celles qui occupent les premières positions dans la hiérarchie du système urbain mondial, ont la prééminence.

Cette ère urbaine s'appuie sur trois révolutions industrielles survenues à partir du XVIII^{e} siècle. La troisième en particulier a des impacts significatifs sur les moyens d'information, de communication, et de transport. Toutes les échelles sociospatiales de la vie humaine passent par des changements et/ou restructurations, plus dans certains pays que d'autres, mais sans aucun doute il s'agit d'un processus aux dimensions planétaires.

Dans le cas du Brésil, les décennies de 1950 à 1970 dans un premier temps et les années 2000 dans un deuxième temps ont été des périodes de profondes transformations qui ont marqué le paysage urbain d'aujourd'hui. L'une des expressions spatiales de ces transformations, peut-être la plus marquante, a motivé la réalisation d'une recherche dont les résultats sont présentés ici. Il s'agit de la tendance vers une dissolution de ce que nous connaissons historiquement comme la ville. Ce processus est plus complexe et pour le moment plus imprévisible que la traditionnelle formation des villes historiques. La ville serait-elle en train de se dissoudre dans un tissu urbain régional hétérogène pour donner lieu à une autre forme d'établissement humain à caractère urbain qui ne pourra plus être appelé ville ?

On pourrait, tout d'abord, attirer l'attention sur toute une gamme de comportements et pratiques sociales qui ont souffert d'importants changements pendant les périodes mentionnées ci-dessus. Mais il est préférable d'aborder un aspect visible dont le contenu social coïncide exactement avec ces comportements et pratiques, qui ne sont pas clairement identifiables et ne peuvent pas se réaliser de façon a-spatiale. Il s'agit de la configuration spatiale des villes brésiliennes qui certainement éveille la curiosité, l'intérêt ou l'inquiétude d'une grande partie de citadins. Pourquoi sont-elles de plus en plus dispersées ? Pourquoi son unité spatiale est-elle mise en échec et se transforme en fragments urbains ? Comment la morphologie spatiale s'articule-t-elle à la structure sociale, la renforce-t-elle ou la nie-t-elle ?

Pour tenter de répondre à ces questionnements, ainsi qu'à d'autres, l'on a adopté une perspective de valorisation de la dimension spatiale pour la compréhension des processus sociétaux (Pirie, 1983 ; Smith, 1988, 1992a, 1992b ; Soja, 1980, 1993, 1996, 2003, 2008, 2009, 2010; Lefebvre, 1973, 1999, 2000, 2006 ; Souza, 1997 ; Carlos, 2001 ; Monte-Mór, 2004 ; Sposito, 2004, 2011 ; Gomes, 2006 ; Santos, 2006 ; Brawley, 2009 ; Catalão, 2010). Dans cette perspective, l'on propose d'analyser Curitiba et Brasilia, deux métropoles brésiliennes qui n'ont pas encore été comparées sous l'angle des processus de dispersion et de fragmentation. Il s'agit d'un défi analytique si l'on considère que ces processus ne s'y expriment pas sous la même forme ni avec la même intensité. Pour être plus clair : à partir d'un « regard par la fenêtre » (Soja, 2008) on s'aperçoit que la dispersion des tissus urbains dans une configuration sociospatiale fragmentée est un processus beaucoup plus évident dans la capitale fédérale que dans la capitale du Paraná. Pourquoi, alors, comparer deux agglomérations à partir de quelque chose qui, en principe, les différencie plus qu'il ne les rapproche ?

Brasilia et Curitiba, métropoles situées respectivement dans le Centre-ouest et dans le Sud du pays (Carte 1), sont des villes dont le processus de métropolisation a commencé dans les années 1970 et s'est développé pendant les décennies suivantes. Ce sont des agglomérations territorialement étendues, avec des populations dépassant les 3,3 millions d'habitants à Brasilia et 2,9 millions à Curitiba. C'est pour ces raisons et pour d'autres qui seront évoquées tout au long de cette thèse, qu'il s'agit d'espaces complexes, marqués par une grande hétérogénéité et dont l'analyse individuelle exigerait un effort et une obstination dignes de nouvelles recherches. Pourtant, leurs caractéristiques et particularités remarquables aux niveaux national et international, méritent une analyse conjointe et comparée, tant pour souligner les aspects qui leur sont singuliers que pour indiquer leurs ressemblances. Celles-ci peuvent être liées tant au processus d'urbanisation brésilienne dont elles font partie qu'aux actions locales pensées et exécutées en vue d'objectifs similaires. Cela conduit à des explorations possibles dans chacun des espaces, en considérant le thème proposé. Il ne s'agit cependant pas d'une analyse superficielle ou aléatoire, mais bien de l'acceptation que la complexité des deux métropoles ne permet que des approches partielles de la réalité. Cette thèse n'est pas non plus une analyse exclusive de Curitiba et Brasilia. La réalité urbaine contemporaine est traitée avec emphase, mais aussi avec ses contradictions et ses dynamiques dont les manifestations sociospatiales sont analysées dans ces métropoles.

Source : IBGE. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 1 : Brasilia et Curitiba ; situation géographique

Cette thèse se présente comme une manière de regarder dialectiquement une réalité. Cela permet de comprendre que si la dispersion urbaine est l'expression de processus sociaux si bien qu'elle les renforce, étant donné que l'espace n'est pas seulement occupé par des populations, mais il est aussi produit à mesure que cette occupation se réalise. Ainsi, les formes spatiales créées orientent le quotidien urbain des habitants et se présentent comme des médiations de la sociabilité ou, au contraire, la limitent.

Cette thèse de doctorat est porteuse d'une préoccupation surtout théorique et vise deux objectifs : d'un côté, examiner principalement s'il existe une corrélation entre les processus de dispersion urbaine et de fragmentation sociospatiale ; de l'autre, expliquer comment ces processus se déroulent à Brasilia et Curitiba, métropoles aux configurations spatiales significativement différentes.

Structure de la thèse

Pour atteindre ces objectifs, l'analyse bibliographique, les résultats de re-

cherche et les données et informations sont présentés dans trois chapitres complémentaires.

Le premier chapitre présente le débat autour des transformations de la ville contemporaine du point de vue de la morphologie urbaine. Il s'agit d'une tentative de reprise de la discussion sur la dispersion urbaine (*espraiamento urbano*, *extensão urbana*, *dispersión urbana*, *urban sprawl*, étalement urbain…) dans les contextes métropolitains à partir d'un positionnement par rapport aux différents auteurs qui abordent la question. Le texte consiste plus en un dialogue avec quelques auteurs importants dans le cadre de cette thématique qu'en une simple révision de littérature. Évidemment, il n'y a pas de prétention à exposer tous les travaux de recherche sur cette question, même si les analyses des principaux auteurs sont commentées.

Le thème épineux de la métropolisation dans le contexte actuel d'une mondialisation culturelle et économique accrue est également développé dans le premier chapitre. On tente d'établir une compréhension différenciée de la métropole, étant donné que celles de Curitiba et Brasilia ne sont pas des centres de décision mondiale même si elles s'articulent au réseau international de villes, surtout la deuxième qui est capitale nationale, mais aussi la première, qui est un centre industriel et d'entreprises important dans le contexte du Mercosul. Cette discussion est importante dans la mesure où la dispersion et la fragmentation ont été étudiées dans des contextes métropolitains lesquels sont loin d'être représentatifs à l'échelle mondiale et présentent presque autant de spécificités qu'il y a de métropoles existantes.

Le deuxième chapitre essaye de saisir la notion de différence comme outil d'analyse qui permet de comparer Brasilia et Curitiba. Dans ce sens, un débat sur les inégalités sociospatiales est présenté et conduit ensuite à discuter de la fragmentation sociospatiale. Les questions structurelles liées à notre formation sociospatiale sont également discutées en fonction de leur importance dans les processus inégalitaires. Les métropoles brasilienne et curitibaine sont analysées à partir de leurs ressemblances, différences et inégalités. Le Brésil est également analysé à partir de ces thèmes.

Toujours dans le deuxième chapitre, la fragmentation sociospatiale est problématisée et analysée par rapport à sa relation avec la segmentation sociale, les inégalités et la mondialisation. L'histoire récente de la transformation des mor-

phologies urbaines de Curitiba et Brasilia est étudiée à partir des types d'occupation qui ont conduit à la croissance de leurs périphéries métropolitaines.

Le troisième chapitre se développe en articulant les échelles des processus généraux d'individualisation et les spécificités locales qui, combinées, produisent, d'une part, des lotissements et condominiums fermés et, d'autre part, des périphéries précarisées. Plusieurs zones sont analysées dans les deux métropoles : dans l'agglomération de Curitiba, le complexe d'Alphaville S.A. et la ville de Fazenda Rio Grande et, dans l'agglomération de Brasilia, l'Alphaville Résidentiel 1, en construction, la région des condominiums et lotissements fermés du Jardin Botanique et la ville de Cidade Ocidental.

Ce chapitre est aussi un recommencement, une reprise des chapitres antérieurs qui offre une discussion sur les possibilités et les limites de récupération du droit à la ville, doté d'un nouveau sens : le droit à la différence. La notion de justice spatiale est discutée en parallèle.

Finalement, quelques notes en guise de conclusion tentent de fournir des perspectives pour élargir la discussion au lieu de mettre fin à la réflexion auxquelles des questions ouvertes donnent lieu.

Notes méthodologiques

Cette thèse est la synthèse d'une recherche doctorale qui a combiné des approches qualitatives et quantitatives ainsi que différentes échelles d'analyse depuis l'ordre distant des processus généraux de la société au niveau mondial jusqu'à l'ordre proche des processus locaux, centrés sur le quotidien en tant que système régulateur de comportements (Bourdin, 2005). À un niveau intermédiaire et plus important, l'analyse a été centrée sur l'échelle de l'agglomération métropolitaine parce que c'est à cette échelle que Brasilia et Curitiba ont été comparées. De plus, cette échelle intermédiaire est celle qui fait la liaison entre les ordres proche et distant.

Cette recherche doctorale n'avait pas pour objectif de comparer les villes brésiliennes et françaises. Cela serait certainement très intéressant et pertinent. Néanmoins, des comparaisons indirectes sont faites à plusieurs reprises pour tenter d'évaluer des niveaux de corrélations entre les processus et élargir le dialogue entre les géographies française et brésilienne.

À propos du choix des villes

Dans des recherches antérieures visant à comprendre le développement du processus de métropolisation de la capitale fédérale et le déroulement de la vie quotidienne des citadins dans le cadre de ce processus, la dispersion urbaine a été identifiée comme caractéristique fondamentale de la métropole de Brasilia et elle méritait donc d'être étudiée de manière plus approfondie (cf. Catalão, 2010). De plus, l'ensemble des connaissances déjà produites sur Brasilia ne pouvait pas simplement être écarté, car certaines questions étaient restées sans réponse. Une partie de celles-ci a motivé la recherche doctorale dont cette thèse est issue et l'opportunité de continuer à travailler sur Brasilia s'est donc présentée.

À partir de là, l'idée d'une recherche comparée a semblé intéressante comme démarche, car les différences peuvent expliquer quelques questions restées confuses. Cependant, comme Brasilia est une métropole très singulière, toute comparaison avec n'importe quelle autre métropole est un défi majeur. Il fallait trouver quelques similitudes pour que la comparaison soit productive. Curitiba est apparue comme la métropole la plus adéquate malgré les innombrables différences et les problèmes d'échelles inhérents. Au-delà de ces différences, les deux métropoles sont toutes deux des capitales, leurs chiffres de population sont proches, leurs processus de métropolisation coïncident dans le temps et, plus spécialement, leur histoire récente est marquée par des politiques et actions de planification spatiale importantes.

À propos des données et études utilisées

La plupart des données utilisées dans cette thèse proviennent des recensements démographiques réalisés par l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistiques (IBGE), surtout celui de 2010, le plus récent. Ces données, réunies en tableaux et cartes ont été utilisées plus pour fonder la discussion que dans un but illustratif. Le langage utilisé facilite la visualisation des informations quantitatives et spatiales. Dans le cas spécifique des cartes, les micro-données de l'échantillon ont été travaillées et distribuées par secteurs de recensement. D'autres documents de l'IBGE ont également été consultés ainsi que les résultats de recherches d'autres institutions. Tous sont référencés à la fin de la thèse.

À propos des recherches de terrain et entretiens

Trois travaux de terrain ont été réalisés dans chaque agglomération, visant, à travers l'observation, à identifier les similitudes et différences à comparer ainsi qu'analyser l'expression locale des processus étudiés. L'approche initiale des deux métropoles lors du premier séjour a permis de constater que la comparaison était possible et intéressante. Le deuxième travail de terrain a comporté une participation des directeurs de thèse et s'est concentré sur les zones périphériques. Nous avons visité les municipalités des périphéries métropolitaines et les zones occupées par les condominiums et lotissements fermés, y compris Alphaville Résidentiel 1 en construction à Brasilia. Au cours du dernier travail de terrain, le plus long, les espaces qui font l'objet de l'analyse dans le chapitre 3 ont été visités.

Pour comprendre comment se déroule la vie quotidienne polarisée entre des espaces fragmentés, le troisième travail de terrain a consisté en visites et entretiens avec les résidents qui ont permis des évaluations, opinions et éclaircissements sur les espaces vécus. L'objectif de ces visites et interviews était de comprendre un peu mieux la vie quotidienne dans ces espaces marqués par la dispersion et la fragmentation sociospatiale. Les habitants n'ont pas été sélectionnés pour composer un échantillon statistiquement significatif. Leurs profils n'ont pas été choisis non plus selon une représentativité à des fins d'analyse de discours. En effet, cette thèse ne s'appuie méthodologiquement ni sur l'analyse de données primaires obtenues sur le terrain ni sur de l'information induite du discours des sujets. L'étendue territoriale des espaces analysés et le nombre de résidents excluaient la première méthode et la seconde aurait nécessité une approche centrée sur l'imaginaire, avec des apports phénoménologiques et/ou herméneutiques qui ne coïncident pas avec la perspective théorique adoptée[1].

Les résidences des habitants de Cidade Ocidental et de Fazenda Rio Grande ont été visitées de même que les opérations Alphaville dans l'agglomération de Curitiba et des lotissements et condominiums fermés du Jardin Botanique à Brasilia[2]. Au total, 26 conversations obtenues lors d'entretiens semi-ouverts ont été enregistrées avec des habitants, des agents immobiliers, et une représentante politique[3]. Les informations obtenues au cours de ces interviews peuvent être organisées selon les thèmes suivants : résidence et voisinage ; circulation et mobilité ; travail et études ; loisirs, espaces publics et sociabilité ; consommation et services urbains.

Des fragments de réponses des personnes interviewées sont présentés dans le troisième chapitre. Cependant, les conversations ne sont pas représentatives des opinions de tous les habitants des lieux visités, ni de l'ensemble des agglomérations. Il s'agit seulement de fragments dont la finalité est d'illustrer les aspects développés dans la discussion. Afin de préserver la vie privée des participants, leurs noms ont été substitués pour éviter leur identification.

À propos des particularités de la thèse

La réalisation d'une recherche doctorale en régime de cotutelle entre des pays de contextes géographiques différents est un défi dont le résultat présente quelques particularités. Certaines d'entre elles aideront à comprendre le texte présenté.

La rédaction du texte a été guidée par une préoccupation linguistique vis-à-vis des publics destinataires. Deux versions équivalentes ont donc été élaborées, l'une en portugais, l'autre en français, ce qui signifie que la rédaction peut éventuellement présenter des constructions curieuses pour les publics francophone et lusophone. Chaque partie de la thèse a été rédigée dans sa version originale en portugais, puis traduite en français. À partir de la traduction, la version originale a été revue et les deux versions ont été comparées afin de s'assurer qu'elles présentent les mêmes contenus. Chaque concept utilisé a donc fait l'objet d'une réflexion minutieuse de ma part et de la part des directeurs. Mais je prends mes responsabilités quant aux choix qui ont été faits.

Pour faciliter la compréhension des citations d'auteurs dont les œuvres ont été publiées dans une langue différente de celle que la thèse présente, des traductions libres accompagnent le texte tout en maintenant la citation dans la langue originale en notes en fin de section. Cela a été fait pour minimiser d'éventuels problèmes de compréhension qui pourraient confondre les lecteurs. Même ainsi, quelques difficultés n'ont pu être surmontées. L'on mentionne spécialement le cas des fragments cités littéralement à partir d'œuvres consultées dans une édition traduite. Comme il n'a pas été possible de consulter tous les travaux dans leur édition originale, en particulier les ouvrages d'Henri Lefebvre, la version en français de la thèse présente quelques rares traductions faites à partir d'une édition traduite antérieurement en portugais. Je présente mes excuses à l'avance et j'espère ne pas avoir mal interprété les idées des auteurs.

Les fragments d'entretiens présentés dans le texte ont été transcrits à partir d'enregistrements et, dans la version française, ont été traduits librement et sont accompagnés de la transcription originale en note en fin de section.

Il n'y a pas de coïncidence exacte entre les notes de bas de page des deux versions, la version française ayant plus de notes. Cela se justifie parce que le nombre de fragments originaux maintenus au bas des pages varie selon la langue et parce qu'il était nécessaire d'inclure des explications complémentaires là où la rédaction du texte n'était pas suffisamment claire. Afin d'assurer que la mise en page soit identique, les notes ont été mises en fin de section.

À propos du formatage du texte et des références

Le formatage du texte et des références de cette thèse suit les normes de l'Association Brésilienne de Normes Techniques (ABNT) sans toutefois s'y limiter. Il serait en effet trop fastidieux de formater différemment la version en portugais et en français selon respectivement les normes du Brésil et de la France.

Il faut souligner cependant que le formatage de la thèse n'est pas contraire aux normes définies dans le Guide pour la rédaction et la présentation des thèses du Ministère de l'Éducation nationale, de l'enseignement supérieur et de la recherche français. Je demande donc au public français de m'excuser si le texte et la présentation des références leur semblent inhabituels.

Finalement, j'espère que cette thèse aura su répondre à des attentes de connaissance sur des processus urbains et métropolitains et surtout avoir été capable de construire un texte qui réponde clairement et avec pertinence aux objectifs proposés.

Je souhaite à tous une bonne lecture.

Notes

[1] Il faut néanmoins reconnaître la possibilité d'interconnexion entre la dialectique et l'herméneutique, comme l'a montré Ana Cristina da Silva dans sa thèse de doctorat (2010).

[2] Comme l'Alphaville Résidentiel 1 de Brasilia était encore en construction au moment des travaux de terrain, il n'a pas été possible d'interroger les habitants et les tentatives de localiser les acheteurs de terrains n'ont

pas abouti.

[3] Les conversations avec des représentants politiques n'avaient pas été prévues initialement mais, par coïncidence, l'une des habitantes de Fazenda Rio Grande contactées pour l'interview était une élue de la municipalité.

CHAPITRE 1 – Urbanisation, métropolisation et dispersion urbaine

La vie urbaine est devenue portable et, de ce fait, il s'est produit la même chose pour la « ville ».
(Gottdiener, 1997, p. 14, traduction libre)[1].

[1] A vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a "cidade".

1.1. Reproblématiser le couple ville-urbain

L'urbanisation est un fait marquant du système de peuplement contemporain non seulement du fait de la part croissante des villes dans le peuplement de la planète, mais aussi et surtout des transformations historiques qu'elle entraîne. L'urbanisation existe depuis la fondation de la première ville – Jéricho ou l'agglomération néolithique de Çatal Hüyük il y a plus de 7000 ans (Soja, 2008). Cependant, le sens que l'on donne à ce concept a subi des mutations au cours de l'histoire et aujourd'hui il ne recouvre plus exactement le même sens que lors de la première révolution urbaine, identifiée par Soja (2008) comme étant celle qui est à l'origine des villes. La caractéristique marquante du passage du XX^{e} au XXI^{e} siècle est que nous vivons, pour la première fois dans l'histoire, une période urbaine, dans les termes de Lefebvre (1999), ou une Ère urbaine, comme la dénomment Burdett et Rode (2007). Il ne s'agit pas seulement d'une augmentation du nombre et de la taille des villes sur la planète, mais d'une plus grande proportion de personnes vivant en ville par rapport à celles qui vivent à la campagne. Cette réalité à elle seule est déjà porteuse d'une grande problématique, mais de plus, elle renvoie à la constitution d'un mode de vie essentiellement urbain.

Déjà dans les années 1970, Lefebvre attirait l'attention sur ce fait quand il affirmait que la substitution d'une société industrielle à une société urbaine était inévitable. Trente ans plus tard, nous percevons plus clairement la complexité de ce qu'il évoquait. Après les révolutions industrielles et technologiques, les campagnes et les villes, le rural et l'urbain ne présentent plus les mêmes contenus qu'auparavant. Leurs rôles et contenus se sont modifiés, des traits anciens ont changé de sens et présentent de nouvelles caractéristiques. Pendant cette période-crise que nous vivons (Santos, 2000 ; Soja, 2008), la réalité apparaît parfois comme une schizophrénie d'espaces, de temps et de rapports sociaux mutants. Cela semble normal puisque nous vivons simultanément des caractéristiques de période et de crise – même si leur manifestation paraît souvent anormale –, car les concepts, catégories et théories au travers desquels nous voyons et analysons la réalité sont toujours plus lents à élaborer que le mouvement de la réalité elle-même. J'ai déjà mentionné ce fait lorsqu'en analysant Brasilia (Catalão, 2010), j'ai souligné la différence existant entre son espace métropolitain, sa compréhension théorique et les régionalisations proposées pour la formulation de politiques territoriales. Cette différence qui serait plutôt une déconnexion, résulte en inefficacité pratique et politique et une perspective de changement difficile, sinon improbable.

Dans la compréhension de ce que sont la ville et l'urbain aujourd'hui, les discordances paraissent plus nombreuses que les concordances. En effet, les analyses et approches de ce thème sont presque aussi variées que le sont les villes elles-mêmes. Dès lors, il me semble fondamental, pour commencer et développer une réflexion sur ce sujet, de comprendre et d'accepter que ville et urbain ne coïncident pas parfaitement, ni en réalité, ni comme concepts[1]. La ville persiste comme une forme d'établissement humain présentant une prédominance de concentration et de densité élevées. Elle présente une tendance à la dispersion des périphéries[2], dans les cas d'occupation antérieure du noyau central, ou à une dispersion complète dans les cas d'occupation plus récente. Quant à l'urbain, il concerne un mode de vie doté de valeurs, symboles, pensées et pratiques, un

> « tissu »[3] qui naît dans les villes et s'étend au-delà de celles-ci, sur les campagnes et les régions, une synthèse de l'ancienne dichotomie ville-campagne, un troisième élément dans l'opposition dialectique ville-campagne, une manifestation sociospatiale de l'organisation urbaine-industrielle contemporaine qui recouvre, virtuellement, tout l'espace social (Monte-Mór, 2007, p. 264, traduction libre)[4].

Dans ce sens, l'urbanisation concerne plus l'urbain que la ville, même si l'un et l'autre sont liés. Cette affirmation peut sembler catégorique, mais elle est fondamentale, à mon avis, pour faire avancer la réflexion. Il ne s'agit pas ici d'abandonner complètement les contenus conceptuels de la ville et de l'urbain développés au cours de l'histoire. Au contraire, nous procédons à une resignification de ces contenus pour prendre en compte une réalité changeante.

Je ne traiterai pas dans ce texte de toute la problématique entourant la resignification de la notion double ville-urbain, car cela supposerait aussi une discussion de la notion double campagne-rural. Il faudrait tenir compte de l'histoire de ces notions doubles ainsi que de leurs relations réciproques. Je serai plus spécifique et m'en tiendrai aux discussions qui ont eu lieu sur les changements morphologiques des villes indiquant des transformations dans la relation ville-urbain. Cette thématique est propre à la géographie, champ disciplinaire à partir duquel j'ai choisi d'observer la réalité malgré le risque d'une interprétation réductionniste et partiale que cela peut signifier, mais en comprenant que ce choix présente aussi des avantages. Le plus important d'entre eux est que l'analyse de la réalité à partir de ce prisme implique, entre autres, la compréhension de la réalité sociospatiale comme une production dialectique, c'est-à-dire que les pro-

cessus spatiaux sont produits et dynamisés par les processus sociaux et vice-versa. Il ne s'agit pas de nier l'individualité ontologique de certaines dynamiques spatiales comme celles de la nature, mais d'accepter l'explication de Soja (1980, p. 210), selon laquelle « l'espace en soi peut être essentiellement donné, mais son organisation, usage et signification sont produits de la traduction, transformation et expérience sociales » (traduction libre)[5]. Ainsi, dans l'étude des villes, ce qui m'intéresse, c'est de savoir comment les morphologies spatiales résultent de la structure sociale[6] tout en la réitérant.

Parmi l'ensemble des transformations subies par les villes au cours des cent dernières années, dont une grande partie s'est intensifiée après la Deuxième Guerre Mondiale, le processus de dispersion des tissus est peut-être la plus marquante et la plus fascinante. En effet, ce processus remet en cause une caractéristique fondamentale de la ville depuis dix mille ans, à savoir, la concentration. Jusqu'à présent, parler de la ville consistait, dans une certaine mesure, à parler de concentration de population, de constructions, de biens, de production, dans une compréhension de la ville comme lieu de forte densité d'occupation par rapport au reste du territoire non occupé par la ville. Faire alors référence à une ville dispersée (Monclús, 1998, 1999 ; Sposito, 2009) ou diffuse (Indovina, 1997) illustre bien la schizophrénie mentionnée ci-dessus.

Dans les grandes lignes, la dispersion urbaine ne peut être confondue avec la croissance urbaine même si évidemment elle ne l'exclut pas. Sa compréhension dépend de plusieurs facteurs. Je n'en citerai que quatre : la croissance du territoire et de la population avec une prépondérance du premier terme par rapport au second (Sposito, 2004a, 2011) ; la relation entre densité et compacité des constructions, ce qui suggère la relation même de centre-périphérie (Ascher, 2010) ; la rupture de la continuité territoriale urbaine (Sposito, 2004a) désignant ainsi la production de vides ; et l'intensification de la différenciation sociospatiale (Sposito, 2011). Dans tous les pays où les villes ont subi des processus de dispersion, ces facteurs sont toujours plus ou moins présents, même si les conditions, causes et résultats ne sont pas exactement identiques en fonction des différents types de villes. Dans les cas brésilien et latino-américain, la différenciation se base principalement sur une forte segmentation sociale qui conduit à une augmentation plus évidente des inégalités sociospatiales tant dans les métropoles et les villes moyennes que dans les villes plus petites. Dans le cas français par contre, la différenciation comporte une composante historique importante. La dispersion est intégrée dans des proces-

sus d'agglomération[7] de villes héritières d'anciens bourgs et paroisses, à l'exception peut-être de la région parisienne à des époques plus récentes.

Toutefois, on ne peut affirmer que toutes les villes sont en train de passer par des processus de dispersion. On peut admettre que dans les cas où l'exiguïté territoriale ne constitue pas une limitation à l'extension urbaine, comme au Japon ou en Hollande, les processus de dispersion sont apparus sous des formes très variées.

La discussion récente au sujet de la dispersion des villes semble avoir commencé de manière significative aux États-Unis lorsque le géographe français Jean Gottmann (1961) a utilisé le terme « mégalopole » pour désigner une certaine continuité entre les agglomérations du nord-est du pays centrées principalement sur Boston, New-York, Baltimore, Washington et Philadelphie. Même s'il ne s'agissait pas exactement d'une discussion sur l'*urban sprawl* (l'étalement urbain), qui deviendra plus manifeste ultérieurement, on peut déjà considérer la problématique liée à l'intense occupation urbaine du territoire entrecoupée d'aires à fonction rurale. La discussion engagée par Gottmann ne traduisait pas un questionnement sur les formes discontinues des tissus urbains comme quelque chose de nouveau, tendant à la généralisation comme l'affirmera plus tard Fishman (1994, p. 45) :

> Le fait notoire de l'urbanisme mondial du XX^e^ siècle est la création d'un nouveau type de ville décentralisée, [...] les fonctions urbaines se propagent le long des couloirs de croissance des routes, dans des implantations qui combinent des éléments urbains, suburbains et ruraux, en un collage apparemment aléatoire et sans fin. Cette ville existe dans sa forme la plus avancée aux États-Unis, mais les forces économiques, sociales et technologiques qui l'ont créée sont présentes dans le monde entier (traduction libre)[8].

Ce que Fishman identifie comme nouveau dans la ville est donc différent de ce qui existait déjà après la première Révolution industrielle : progressivement, le centre principal perd de l'importance par rapport à la périphérie, ce qui entraîne une configuration plus « suburbaine » de la « nouvelle ville américaine ». Selon Gottdiener (1997), cette innovation a été possible grâce aux développements technologiques et aux facilités politiques promues par le gouvernement étatsunien, surtout entre 1950-1975. Ces nouvelles villes qui configurent des régions « posturbaines » ou « postsuburbaines » ne se seraient cependant pas substituées aux anciennes villes. Elles sont devenues les centres réels de la société nord-américaine.

En fait, les affirmations de Fishman illustrent plutôt le cas des États-Unis et plus récemment celui des pays latino-américains que celui des villes européennes ou de l'Asie d'Extrême-Orient par exemple. Cela signifie que, en fonction de la formation sociospatiale des États-Unis, cette configuration spatiale urbaine a été possible à l'échelle nationale, mais elle ne s'est pas reproduite de la même manière dans d'autres formations sociospatiales. Une chose cependant est incontestable : ni aux États-Unis, ni dans n'importe quelle autre partie du monde, la relation ville-urbain n'est la même qu'il y a cinquante ou soixante ans.

Actuellement, le réexamen nécessaire des concepts de ville et d'urbain implique des concepts/notions liés entre eux, fréquemment employés de manière inappropriée si l'on tient compte des transformations soulignées par Fishman. Dès lors, les nouvelles régions urbaines étatsuniennes tout comme les autres régions du monde marquées par des processus de dispersion urbaine, telle celle de l'axe Santos-São Paulo-Campinas au Brésil, ne peuvent être qualifiées de suburbaines et encore moins de posturbaines. Bien que, d'une manière générale, il soit préférable de caractériser ces régions simplement comme des régions urbaines, dénommer les régions étatsuniennes de postsuburbaines n'est pas tout à fait inadéquat pour le contexte dans lequel elles ont été produites.

En effet, selon Topalov et al (2010), l'adjectif « suburbain » a été plus souvent utilisé en Angleterre, dans la deuxième moitié du XIX^{e} siècle, pour faire référence aux aires rurales périphériques situées aux limites des *cities* (villes). Celles-ci amorçaient une transition des fonctions rurale-urbaine – dans un sens proche du sens médiéval d'*extramuros*, mais sans le contenu péjoratif qui l'accompagnait alors – avec des occupations résidentielles bourgeoises saisonnières ou permanentes. C'est alors que la *conurbation* de Londres et la *banlieue* parisienne ont commencé à se structurer à partir d'une séparation plus nette entre lieu de travail et lieu de résidence. À l'époque, suburbain renvoyait à un type urbain inférieur, car seule la ville contenait un urbain plein. Plus tard, au XX^{e} siècle, les alentours des villes étatsuniennes dotés de vastes espaces verts et de quartiers à basse densité se sont constitués en *suburbs*, à occupation bourgeoise, dans une logique proche de celle de l'Angleterre victorienne. Là, ce sont les sentiers et chemins qui ont permis la suburbanisation tandis qu'aux États-Unis, l'automobile a joué un rôle plus prépondérant. Dans les deux cas, il y avait une coïncidence parfaite entre ville et urbain : les *suburbs* ou aires suburbaines étaient des espaces résidentiels de basse densité, en discontinuité territoriale par

rapport aux noyaux urbains plus denses et consolidés, marqués par la fonction résidentielle et par la présence d'éléments et usages ruraux. Bien que l'on puisse identifier dans un cas comme dans l'autre, une forme amplifiée de la vie urbaine au-delà des villes – ce qui pourrait déjà dénoter un embryon de société urbaine (Lefebvre, 1999) et d'une urbanisation diffuse (Sposito, 2009) – le processus n'est pas le même que celui signalé par Fishman (1994) ou Gottdiener (1997). Dans ce cas, les logiques de configuration des régions urbaines sont plus de nature ex-centrique que concentrique.

Selon Soja (2008), l'ère de la métropole moderne s'achève non pas par sa disparition, mais par sa restructuration, c'est-à-dire par une rupture significative et un changement d'ordre et de tendances (Soja, 1993). Ceci montre encore une fois que le processus de suburbanisation était une composante du processus de métropolisation dont la manifestation moderne se produit dans la métropole industrielle européenne et s'accentue dans la métropole fordiste européenne et nord-américaine. Soja (2008) développe ce sujet lorsqu'il traite du passage du développement métropolitain fordiste au postfordiste – en signalant l'avènement de la postmétropole –, dans un contexte de restructuration économique mondiale où la problématique métropolitaine devient plus complexe même si elle ne dépasse pas – bien que Firkowski (2005) soutienne cette idée – la problématique urbaine puisqu'elle en fait partie.

Selon Carlos (2007), les métropoles se constituent comme une médiation entre les échelles locale et mondiale et sont donc plus que des nœuds articulateurs de systèmes urbains nationaux. Dans cette logique, apparaissent les villes globales de Sassen (2001), les villes-régions globales de Scott et al (2001) et de Soja (2006), les métapoles d'Ascher (1995, 2009) ou les postmétropoles de Soja (2008) déjà évoquées, entre autres dénominations. Toutes ces villes partagent le leadership de systèmes urbains complexes et s'articulent dans un réseau mondial de villes, même si la dispersion urbaine n'y est pas toujours considérée par les auteurs comme un élément constitutif. Ceci provient, à mon avis, de trois raisons interdépendantes.

D'abord, je signale que la dispersion ne se limite pas à des contextes exclusivement postmétropolitains, où il y a une liaison directe entre les échelles locale et mondiale. Elle ne se limite même pas à des contextes métropolitains, car toutes les villes sont plus ou moins intensément concernées par la dispersion potentielle des tissus. Domingues (2006), par exemple, traite de la dispersion dans des petites

villes portugaises tandis que Sposito (2004a) analyse ce thème à partir des villes moyennes de l'état de São Paulo.

Ensuite, il faut remarquer que la problématique métropolitaine devient plus complexe avec le temps. Elle conduit à reconsidérer la constitution des métropoles et à faire des réserves quand on affirme qu'elle a une fonction de médiation entre les échelles locale et mondiale (Carlos, 2007). Ainsi, comme l'a affirmé Sposito (2007) pour les villes moyennes qu'elle appelle des « espaces en transition », les métropoles ont elles aussi connu une modification de leur rôle et nécessitent par conséquent une conceptualisation plus précise. En effet, toutes les métropoles ne sont pas des villes mondiales, elles ne présentent pas toutes les mêmes types de dispersion et n'ont pas les mêmes rapports avec les réseaux et systèmes urbains dont elles font partie.

Finalement, il faut souligner que l'urbanisation même est devenue plus complexe, donnant un nouveau sens, comme je l'ai déjà indiqué, à la notion double ville-urbain. Ceci nous amène à admettre que la vieille hiérarchie métropole-ville moyenne-petite ville n'est plus suffisante pour analyser et comprendre les relations existant entre les villes au sein des réseaux urbains, ni entre elles et la campagne. Ainsi, la référence aux rapports entre villes comme des rapports interurbains semble-t-elle aussi inadéquate que le recours à l'expression espace intraurbain pour qualifier la ville dans ses dynamiques internes ou que l'emploi du terme périurbain pour désigner les espaces transitoires situés aux abords des tissus urbains consolidés. Toutes ces expressions non seulement ne rendent pas compte de la complexité variable qui entoure la relation ville-urbain aujourd'hui, mais elles ratifient une parfaite coïncidence entre les termes, alors qu'il faut les dépasser.

Avec l'apparition de l'urbanisation diffuse (Sposito, 2009), dont la dispersion urbaine est une partie formelle et processuelle, on observe une augmentation de la différenciation sociospatiale indiquant des variations d'échelle comme une production sociale (Smith, 1992). Cette situation disloque les échelles de l'espace urbain et du réseau urbain établies théoriquement et les redéfinit. En effet, dans certaines situations, la séparation entre une chose et l'autre est impossible et/ou inefficace tout comme la tentative de reconnaître leurs contours respectifs qui sont « mutants et impondérables » (Sposito, 2011, p. 127).

Corrêa (2007) a tenté de résoudre le problème théorique de la définition, dans quelques cas, des limites entre l'espace urbain et le réseau urbain. Pour ces

situations, il a identifié une échelle intermédiaire qui concerne « les aires urbanisées dénommées génériquement mégalopole ou axe urbanisé en une dimension non métropolitaine » (p. 3, traduction libre)[9]. La proposition de Corrêa non seulement ne résout pas le problème, mais le renforce dans la mesure où, d'une part, il répète les vieilles échelles hiérarchiques de l'espace urbain et du réseau urbain – qu'il fige dans des limites cartographiques. D'autre part, il annihile la spécificité de la problématique autour de l'urbanisation, de la dispersion urbaine et de la métropolisation. Firkowski (2005) fait de même lorsqu'elle analyse le processus de l'urbanisation au Brésil en termes de complétude et identifie la métropolisation comme un processus qui lui est supérieur.

L'apparition des processus de conurbation[10] et d'agglomération a rendu plus complexe, en termes qualitatifs, la relation entre les villes du réseau urbain, car la différenciation sociospatiale a été amplifiée par la création de nouveaux types et fonctions de villes. Le processus de dispersion urbaine a encore intensifié cette différenciation, car les nouveaux types et fonctions qui sont apparus ont gagné à leur tour de nouvelles qualités. Je mettrai l'accent, dans ce chapitre, sur la spécificité de la relation entre urbanisation, dispersion urbaine et métropolisation, tout en cherchant des éléments qui permettent de résoudre le problème mentionné ci-dessus.

1.2. La mondialisation de l'urbain

Soja et Kanai (2007), analysant les transformations par lesquelles sont passées les villes et régions, surtout au cours des cent dernières années, affirment que le monde s'urbanise en même temps que l'urbain se mondialise. Ces affirmations, qui ne sont pas nouvelles et sont même banales, conservent une capacité explicative fondamentale pour comprendre la structure sociospatiale contemporaine dont nous ne savons rien du devenir puisqu'il est inédit.

En 2006, d'après tous les recensements démographiques nationaux – selon informent les auteurs –, on a enregistré pour la première fois dans l'histoire humaine une plus grande proportion de personnes vivant dans des aires urbaines que dans les aires rurales. Selon ces mêmes auteurs, si l'on établit des critères universels de classification, ce seuil aurait été atteint plus tôt. Dans le cas brésilien, cette inversion s'est produite dans les années 1960 et en 2010 le seuil d'environ 85% d'habitants en milieu urbain a été atteint. Ce cheminement discursif centré sur la

croissance urbaine est celui que parcourent Soja et Kanai pour faire comprendre pourquoi le monde s'urbanise. Je ne développerai pas ce sujet ici. Ce qu'il faut souligner est un point que ces auteurs, à mon avis, ont moins développé tout en ne l'ayant pas déconsidéré : la mondialisation de l'urbain. En d'autres termes, je considère ce que je comprends comme le fait que société et espace sont en train de se restructurer à partir d'un mode de vie essentiellement urbain, phénomène sur lequel Lefebvre (1999) avait déjà attiré l'attention. Plus qu'un plus grand nombre de personnes vivant dans des établissements – officiellement ou officieusement classés comme urbains – plus grands et plus nombreux, j'ajouterais que plus de personnes vivent selon des coutumes, des règles et des pratiques orientées par le rythme des processus et des dynamiques originelles des villes. Comme il s'agit d'une réalité dont le contenu qualitatif est très élevé, car subjectif, sa mesure n'est pas toujours aisée et efficiente. J'affirme ceci parce qu'il me semble qu'il n'est pas nécessaire de prouver cette amplification de l'urbain sur la planète pour l'opposer à une supposée annihilation du rural. En accord avec Monte-Mór (2007), je réitère ici ma compréhension de l'urbain contemporain comme un produit à venir de la relation dialectique ville-campagne/urbain-rural préexistante.

À mon avis, la discussion au sujet de la mondialisation de l'urbain porte des éléments explicatifs importants pour l'analyse du processus de dispersion urbaine et de l'urbanisation du monde telle que l'ont développée Soja et Kanai et d'autres auteurs impliqués dans l'*Urban Age Project* (Burdett e Sudjic, 2007). Lorsque l'on établit des critères de comparaison et que l'on choisit des données pour démontrer que telle région est plus urbanisée qu'elle ne l'était il y a 50 ou 100 ans ou qu'elle est plus urbanisée que telle autre, on récupère en fait des classifications formelles et des définitions au sujet de ce qui peut ou non être considéré comme ville et par conséquent urbain. Je tiens cependant à reprendre l'affirmation de Gottdiener (1997) selon laquelle la dispersion urbaine se réfère à la production d'une forme qualitativement nouvelle d'espace qui, pour cette raison, requiert une analyse également nouvelle. Bien sûr, ceci n'est pas facile car, comme je l'ai déjà mentionné, tous les acquis conceptuels et théorico-méthodologiques dont nous disposons sont adaptés en fait à une réalité qui n'est plus exactement la même que celle qui se présente à nous aujourd'hui. Dans ce sens, la proposition de Souza (2007) de dépasser la « vue de survol » qui caractérise les « professions spatiales », parmi lesquelles se trouve la géographie, me semble opportune.

L'idée d'une mondialisation de l'urbain conforte la compréhension de

l'urbanisation de la société (Lefebvre, 1999) et de l'urbanisation du monde (Soja et Kanai, 2007) dans la mesure où elle leur confère, d'une certaine manière, un caractère passif peu courant. En d'autres termes, ces transformations qui signalent la généralisation de l'urbain dans le monde trouvent leurs origines spécifiquement dans les dynamiques internes des villes et, plus généralement, au sein de la société capitaliste même, en se présentant comme un stade avancé du processus d'humanisation de la planète. Non seulement le monde devient plus urbain, dans le sens d'un accroissement de la population urbaine, mais aussi, comme l'urbain devient mondial, dans le sens de la constitution d'une société urbaine.

Cette compréhension amène inévitablement à une reconsidération de l'échelle urbaine, dissociée de l'échelle de la ville ou de l'espace urbain. Ceci implique un dépassement de l'affirmation de Smith (1992, p. 72) selon laquelle « l'étendue spatiale de l'échelle urbaine est délimitée avec beaucoup plus d'acuité par l'aire dans laquelle peut se réaliser une journée de travail » (traduction libre)[11]. Ce dépassement ne révoque pas la théorie de la production de l'échelle élaborée par l'auteur. Mieux, il la renforce, car la typologie établie est incomplète et ouverte puisque l'échelle est produite activement, comme il le reconnaît lui-même.

Dans un contexte de croissance et de dispersion urbaines, la délimitation évoquée ci-dessus est parfaitement acceptable pour identifier l'échelle de l'espace urbain. Mais elle est insuffisante pour démarquer l'échelle de l'urbain qui renvoie plus à la production des contenus urbains plus ou moins partagés par toutes les villes. Cette échelle est utilisée dans des processus aussi bien intimement locaux que largement mondiaux, sans que les spécificités de l'échelle de la ville soient supprimées. Cette échelle s'intègre formidablement[12] à un réseau composé de toutes les villes et même d'espaces non reconnus comme villes, et apparaît dès lors, comme un élément intermédiaire qui permet toutes les interrelations, quelle que soit leur nature.

Ainsi, la production de l'échelle de l'urbain surgit dans le processus de constitution de l'urbanisation dans sa double nature, sociale et spatiale (Gama, 1992), donc sociospatiale[13], qui en même temps constitue l'urbain comme un mode de vie mondial et imprègne l'espace de caractéristiques urbaines.

1.3. Urbanisation et métropolisation : succession ou dérivation ?

Nous vivons actuellement une période qui se caractérise, comme je l'ai déjà mentionné, par le fait d'être en même temps une crise (Santos, 2000 ; Soja, 2008). Il s'agit du passage d'une modernité solide, dense et lourde, vers une modernité liquide ou fluide, ou une postmodernité (Bauman, 2001). Il se produit en effet une restructuration des éléments constitutifs de la modernité antérieure. Cette postmodernité, selon Soja (1993), aurait commencé à la fin des années 1960 et implique un ensemble de transformations sociales, culturelles, économiques, politiques, technologiques et spatiales dont une grande partie doit encore être étudiée. Parmi ces transformations, je souligne la constitution virtuelle d'une société urbaine (Lefebvre, 1999) ou l'installation de l'urbain comme mode de vie généralisé indiquant le début de la première ère urbaine de l'humanité (Burdett e Rode, 2007) à laquelle j'ai déjà renvoyé. Du point de vue spatial, on observe une urbanisation diffuse (Sposito, 2009), car potentiellement ubiquiste.

Ferrier (2001) a également observé ce changement de modernité en soulignant le passage du fordisme au postfordisme et tout un ensemble de transformations spatiales, de structures productives, de services et de conditions de vie des populations. Mais l'auteur associe ce changement au début d'une période métropolitaine ou post-urbaine parce que, selon lui, la période urbaine aurait été celle de la prédominance de la production industrielle du type fordiste et des chemins de fer. L'opposition ville-campagne serait subsumée – mais pas tout à fait – dans la problématique urbaine, et la distinction entre ces deux espaces serait annihilée par l'avènement de la métropolisation comme processus qui comprend la production d'une mobilité intense et d'un vaste univers culturel pour tous les territoires.

Ces points de vue semblent, du moins partiellement, partagés par des auteurs comme Firkowski (2007) pour qui la métropolisation est un processus supérieur à celui de l'urbanisation et qui peut être envisagé comme un processus ultime, plus complet dans un processus d'intégration territoriale, comme je l'ai déjà évoqué. De même, Lencioni (2003) considère qu'il est possible de parler de métropolisation de l'espace pour se référer au processus par lequel les caractéristiques métropolitaines dépassent la métropole pour atteindre un territoire plus étendu.

Malgré les différentes conceptions des processus d'urbanisation et de métropolisation, et de leurs relations réciproques, les trois auteurs semblent

s'accorder sur l'idée que les transformations par lesquelles sont passées les métropoles et régions contemporaines dérivent de l'amplification et/ou complexification du processus de métropolisation, ce qui est indéniable. Pourtant, bien que complexe et accrue, la métropolisation n'est autre que l'aspect de l'urbanisation dans les espaces métropolitains, limitée à ces espaces et donc incapable de s'étendre vers d'autres espaces. Dans ce sens, l'urbanisation précède et produit la métropolisation et ne peut être dépassée par cette dernière.

Aujourd'hui, l'urbanisation est plus complexe qu'auparavant. En effet, elle renvoie plus à la constitution de l'urbain qu'à celle des villes au sens strict, ainsi que cela a été exposé antérieurement. Elle produit de nouvelles structures spatiales dont certaines, en raison de facteurs sociaux, économiques et technologiques, n'étaient caractéristiques que des métropoles, mais sont présentes aujourd'hui dans d'autres villes du réseau urbain sans que cela signifie que ces villes se métropolisent. Dans le cas brésilien, les lotissements fermés, les centres commerciaux et l'intensification des déplacements quotidiens qui autrefois n'existaient que dans les métropoles sont aujourd'hui de plus en plus fréquents dans les villes moyennes. Ainsi, la qualification élaborée par Reolon (2007), à la suite de Lencioni (2003), de la métropolisation de la région du Paraná qui englobe les villes de Cascavel et Toledo, pour expliquer les transformations spatiales et l'accroissement de la complexité urbaine régionale, déplace l'élément explicatif d'un processus plus grand et plus généralisé, l'urbanisation, vers un processus spécifique, la métropolisation.

Un autre fait indiscutable est que si les métropoles sont restées rares et même exceptionnelles pendant longtemps (Bassand, 2001), elles sont aujourd'hui devenues tellement nombreuses qu'elles représentent les formes spatiales les plus caractéristiques d'une nouvelle ère urbaine. Elles sont en effet étroitement liées au processus de mondialisation de l'urbain – qui renvoie à la constitution de l'échelle urbaine – plus qu'à celle de l'urbanisation du monde – qui renvoie à l'échelle de la ville ou de l'espace urbain – étant donné que toutes les villes ne sont pas des métropoles. Ceci n'est possible que parce que les métropoles sont essentiellement des villes, c'est-à-dire qu'elles ne présentent pas de variations sinon par l'intensification et la complexité de toutes les qualités singulières de la ville[14] et parce que leur morphologie spatiale dépasse l'échelle de l'espace urbain en agglomérant d'autres villes pour atteindre une échelle régionale. Les métropoles comme les villes sont, *grosso modo*, des formes d'établissement humain avec une prédo-

minance de concentration, un mode de vie cadencé par ses propres rythmes plutôt que par ceux de la nature et l'absence presque totale de postes de travail dans le secteur primaire de l'économie. L'une et l'autre sont différentes des villes du passé par l'absence de limites clairement établies puisqu'elles expriment dans leur morphologie le processus même d'urbanisation, diffus dans sa forme actuelle.

Les métropoles, en tant que villes plus complexes, sont les pôles d'une configuration sociospatiale postindustrielle et postmoderne. Certaines, celles qui revêtent un caractère mondial telles Londres, Tokyo et New-York, les villes globales de Sassen (2001) ; São Paulo, ville globale d'Alves (2005) ; Los Angeles, ville-région globale de Soja (2006) sont insérées dans un système urbain mondialisé qui n'est pas désigné par le processus de la métropolisation comme l'affirme Bassand (2001). S'il est clair que toutes les métropoles présentent différents niveaux d'articulation mondiale, elles ne sont pourtant pas toutes mondiales et leur processus de structuration sociospatiale ne peut pas coïncider avec celui qui conduirait à les intégrer dans un système de villes mondiales. De nombreuses villes moyennes ou même petites peuvent actuellement présenter un certain niveau d'insertion mondiale même si celle-ci est en général de moindre intensité. Dans des secteurs spécialisés, les niveaux d'insertion peuvent être plus élevés que dans les métropoles comme c'est le cas du pôle aérospatial de São José dos Campos dans le cas brésilien.

Toutes ces questions montrent le besoin d'interroger plus encore l'urbanisation contemporaine comme processus de diffusion de l'urbain dans l'ensemble du monde, en détaillant leurs formes et leurs dynamiques. La notion de dispersion urbaine, qui est l'un de ces sous-processus, sera abordée dans la prochaine section et permettra d'établir sa différenciation par rapport à l'urbanisation diffuse (Sposito, 2009).

1.4. Urbanisation diffuse et dispersion urbaine : conceptualisation

La schizophrénie d'espaces, de temps et de relations sociales à laquelle j'ai fait mention antérieurement cause aussi une schizophrénie de termes et d'expressions qui se présentent comme des tentatives d'avancer dans la compréhension théorico-conceptuelle. Certains de ces termes et expressions ont une prétention conceptuelle. D'autres ne sont que des notions ou métaphores, en particulier les néologismes et concepts dont on essaie de garder la signification

historique ancienne. Malgré l'abondance de termes et d'expressions dans la littérature spécialisée, ceux-ci tendent à décrire des phénomènes semblables ou même identiques, comme le fait remarquer Indovina (1998). Je comprends qu'il s'agit en réalité d'un fait, car il est permanent même s'il s'exprime par des formes transitoires. Ce fait peut être nommé dispersion urbaine ; il coïncide, mais pas complètement car il est spécifique et inférieur, avec le processus de diffusion urbaine ou urbanisation diffuse (Sposito, 2009).

J'ai dressé une liste, dans le tableau 1, de quelques termes et expressions que je considère révélateurs de l'ampleur du débat autour de la thématique. Je les ai organisés selon les auteurs, références et langues. Cette liste vise à réfléchir davantage sur l'usage que sur l'origine proprement dite des termes, raison pour laquelle les ouvrages où les termes apparaissent pour la première fois ne sont pas cités. La langue d'origine n'a pas été respectée dans tous les cas. J'ai exclu délibérément la suburbanisation et la périurbanisation, car elles sont d'une certaine manière ubiquistes dans toutes les discussions. De plus, j'ai limité les termes et les auteurs aux contextes scientifico-géographiques de l'Europe Occidentale – particulièrement de l'Angleterre, l'Italie, l'Espagne, la France et du Portugal – des États-Unis et du Brésil.

Toutes les références aux auteurs de cette liste – parmi d'autres qui n'apparaissent pas – nourrissent l'ambition commune de trouver un terme qualitatif et explicatif aux nouvelles formes d'établissement humain à caractère urbain. On ne peut les appeler des villes tout court, d'une part parce qu'elles sont sensiblement éloignées des centres urbains traditionnels et se situent dans des aires complètement isolées par rapport à ceux-ci, d'autre part parce qu'elles sont insérées dans des territoires marqués par des fonctions manifestement transitoires.

L'abondance de termes et d'expressions a pour arrière-plan les théories explicatives des réalités étudiées par les chercheurs et les usages et significations des mots dans leurs langues respectives ou dans celles avec lesquelles ils travaillent. Ainsi, la ville diffuse et la ville dispersée, par exemple, peuvent ne pas coïncider sémantiquement à cause de la différence existant entre les adjectifs diffus et dispersé. De plus, les réalités auxquelles elles se réfèrent peuvent elles aussi ne pas coïncider. L'inverse est également possible. Ceci oblige à une certaine prudence dans l'utilisation des concepts même si le choix peut être plus libre dans le cas des métaphores ou notions qui sont moins précises du point de vue théorique. De toute façon, la réalité analysée et les éléments explicatifs doi-

vent toujours baliser les choix.

CADRE 1 : Morphologies urbaines ; termes, concepts, notions et expressions représentatifs du débat

TERMES/EXPRESSIONS	AUTEURS	LANGUES
Agglomération	Meuriot (1897), Beaujeu-Garnier (1980)	français
Conurbation	Geddes (1994 [1915])	anglais
Conurbación	Soja (2008 [2000])	espagnol
Megalopolis	Gottmann (1961)	anglais
Metápolis	Ascher (1995, 2009)	français
Cidade dispersa	Sposito (2009, 2011)	portugais
Ciudad dispersa	Monclús (1998, 1999)	espagnol
Cities of dispersal	Segal e Verbakel (2008)	anglais
Città diffusa	Indovina (1997)	italien
Ciutat difusa	Indovina (1998)	catalan
Ciudad difusa, difusión reticular de la ciudad	Dematteis (1998)	espagnol
Dispersão urbana, urbanização dispersa	Reis (2006, 2007)	portugais
Urbanisations dispersées	Barattucci (2006 [2004])	français
Urbanització difusa	Domingues (1998)	catalan
Urbanização difusa	Gama (1992), Domingues (2006), Sposito (2009, 2011)	portugais
Extended urbanization	Monté-Mór (2004)	anglais
Urbanização extensiva	Monte-Mór (2007)	portugais
Urban sprawl, posturban regions, postsuburban regions	Fishman (1994)	anglais
Posturbanisation	Ferrier (2001)	français
Postmetrópolis, postsuburbia, exópolis, exurbanización	Soja (2008 [2000])	espagnol
Região metropolitana polinucleada, cidade exurbana	Gottdiener (1997 [1985])	portugais
Edge city	Garreau (1991)	anglais
Arranjo urbano-regional	Moura (2009)	portugais
Cidade-região global	Scott et al (2001)	portugais
Ciudad-región global	Soja (2006)	espagnol
Global city	Sassen (2001 [1991])	anglais
Polycentric urban region	Kloosterman e Musterd (2001)	anglais
Counter-urbanization	Berry (1976)	anglais
Sociedade urbana	Lefebvre (1999 [1970])	portugais
Urban Age, endless city	Burdett e Sudjic (2007, 2011)	anglais
Urbanization of the world, globalization of the urban	Soja e Kanai (2007)	anglais

Dans le cas brésilien, malgré une ressemblance plus récente avec les villes nord-américaines, quelques spécificités doivent être considérées pour l'analyse de l'urbanisation et de la dispersion urbaine. Celles-ci renvoient à la compréhension de la formation sociospatiale brésilienne, structurellement basée sur des relations nées de la colonisation et de l'esclavage, révolues dans des siècles passés, mais présentant un héritage récurrent dans l'imaginaire social. Je reviendrai sur cette question ultérieurement pour expliquer la relation entre structuration spatiale et structure sociale. Pour l'instant, je suivrai la provocation de Soja (2008), de « mettre les villes avant », c'est-à-dire que je commencerai l'analyse à partir de l'étude de la morphologie spatiale urbaine pour ensuite montrer que celle-ci s'explique par une structure sociale déterminée tout comme la reproduit.

Considérant la dispersion urbaine comme un fait, parce qu'elle est évidente

et pérenne, je reprendrai l'épigraphe qui ouvre ce chapitre. Il s'agit d'une métaphore très éclairante à laquelle Gottdiener (1997) a eu recours pour décrire la configuration des régions métropolitaines polynucléaires nord-américaines. Ces régions sont reconnues par l'auteur comme « *une forme qualitativement nouvelle d'espace* » qui indique un changement dans le mode d'organisation sociale (p. 18). Il existe par ailleurs un mouvement inverse simultané que Gottdiener ne prend pas en compte – comme on peut le noter dans sa critique des études qui associent les injustices urbaines et la distribution spatiale ou les « différences de localisation » (p. 23) – et qui me paraît cependant fondamental, c'est-à-dire la double détermination entre processus sociaux et processus spatiaux.

Bien qu'elle renvoie à la configuration des métropoles aux États-Unis, la discussion soulevée par Gottdiener ne traite pas exactement, à mon avis, du processus de métropolisation. Elle analyse plutôt comment, depuis un passé récent, il est virtuellement possible de construire des espaces attribués à des fonctions urbaines – commerciales, résidentielles ou d'entreprises – dans n'importe quels lieux et moments, en échappant aux logiques traditionnelles de la production de la ville. Même ainsi, sans discuter exactement du processus de métropolisation qui, dans le pays en question, a une signification plus pratique et statistique, Gottdiener étudie ce fait à partir des métropoles, là où la dispersion s'est d'abord manifestée avec plus d'évidence, et aujourd'hui de manière encore plus complexe. Pour la même raison, la plupart des études sur ce processus focalisent la réalité métropolitaine. Dans bien des cas, il est même compris comme l'une des dimensions propres du processus de métropolisation.

La dispersion urbaine est donc une facette du processus de diffusion de l'urbanisation sur la planète et marque, pour les villes, la fin des délimitations qui les ont caractérisées historiquement[15]. Cela ne signifie pas que la caractéristique de plus grande densité dans les villes que dans les campagnes soit en train de disparaître, mais que ses limites deviennent de plus en plus indéfinissables. D'après Sposito (2009, p. 39-40), ceci nous présente :

> [...] [un] défi de grande envergure, car il comprend une question de fond, celle de savoir s'il y a un consensus sur le fait que les nouvelles formes spatiales, réflexes et conditions de nouveaux processus et dynamiques de nature économique, sociale, politique et culturelle, puissent être qualifiées de formes spatiales urbaines (traduction libre)[16].

Certes, on ne peut donner une réponse définitive au questionnement de

Sposito, mais on peut reposer le problème en d'autres termes. Si l'on admet la dispersion urbaine comme un fait actuel et l'urbanisation diffuse comme la forme que prend l'urbanisation contemporaine, on peut imaginer un consensus autour des nouvelles formes spatiales nées des transformations sociales, culturelles, économiques et politiques. Elles seraient en fait des formes spatiales urbaines issues du processus de diffusion de l'urbain comme mode de vie sur la planète tout comme de l'urbanisation comme spatialité qui imprègne les lieux dotés de caractères urbains. Cependant, un consensus sur une possible qualification de ces formes de ville se révèle impossible malgré tous les efforts à ce sujet, y compris celui de l'auteure elle-même, qui récupère le concept de ville dispersée, développé principalement par Monclús (1998, 1999).

Plutôt que de discuter la validité ou non du concept de ville pour qualifier les nouvelles formes urbaines contemporaines[17], je me concentrerai sur celui de l'urbanisation, puisqu'il me semble plus approprié pour ce débat.

Le terme urbanisation est un terme ambivalent, car il exprime des choses distinctes et complémentaires. Il est simultanément social et spatial (Gama, 1992), ce qui est loin d'être une tautologie puisque social et spatial ne sont pas la même chose. En tant que processus social, l'urbanisation concerne les relations sociales responsables de la généralisation de l'urbain comme mode de vie sur la planète, ce qui va dans le sens de la constitution d'une société urbaine (Lefebvre, 1999). Je ne me réfère pas encore, dans ce cas, à la constitution des spatialités urbaines vu que la campagne est aujourd'hui de plus en plus (socialement) urbanisée, mais ne s'est pas transformée et probablement ne se transformera jamais en forme spatiale reconnue comme ville ou espace urbain, ni ne sera complètement vidée de sa population. L'urbain, dans ce sens, ne se confine pas aux espaces urbains.

Par ailleurs, ce sont justement les spatialités urbaines signalant l'urbanisation en tant que processus social que je dénomme urbanisation diffuse comme un concept géographique. Bien sûr, ces deux processus ne se produisent pas séparément, car ils sont insérés dans une dialectique sociospatiale (Soja, 1983, 1993). En tout cas, on peut parler de l'un puis de l'autre puisque, comme l'affirme Souza (2009, p. 25) :

> Cette distinction ne serait superflue que si l'on partait de la prémisse absurde que la catégorie espace social se confond ou se superpose complètement à la catégorie même de société, au lieu d'être « un sous-ensemble » (comme si l'espace social, gonflé dans son contenu au point de rendre facultatif le concept de société,

> englobe, sans des grandes subtilités, le substrat social matériel jusqu'aux propres êtres humains, en passant par les relations sociales) (traduction libre)[18].

Dès lors, un nouveau défi apparaît : celui de traiter, à la fois, les questions sociales (non directement spatiales) et les questions spatiales (en relation avec l'espace social). Ce défi fait partie de la nécessité soulignée par Souza (2007) de dépasser les analyses (seulement) de survol qui, outre les processus et dynamiques spatiaux, se centrent aussi sur l'action (politique) des agents sociaux impliqués dans la production de l'espace. Dans ce sens, il faut analyser non seulement les pratiques spatiales (Lefebvre, 2000 ; Catalão, 2010) de production et appropriation de l'espace, mais aussi les pratiques sociospatiales, de production et d'appropriation de l'espace et celles qui ne sont pas directement liées à l'espace.

L'analyse de l'urbanisation diffuse, plus précisément du point de vue des spatialités urbaines, qui constitue l'objet principal de cette thèse, et de la dispersion urbaine, sous-processus spatial en relation avec la transformation des villes dans ce type d'urbanisation, requiert un ensemble d'éléments pour guider le débat et l'analyse. Je ne discuterai pas du mode de vie urbain, car celui-ci nécessite une approche interdisciplinaire dans le cadre des sciences sociales y compris la géographie. Pour commencer, je rappelle ce que j'ai souligné au début de ce chapitre : que toute discussion sur la ville et l'urbain est en quelque sorte incomplète si l'on ne considère pas ses relations avec la campagne et le rural. Ceci est d'autant plus vrai – et je l'affirme au risque de me répéter – dans le cas des transformations profondes par lesquelles la société et l'espace contemporains sont en train de passer, annonçant l'avènement, dans le contexte d'une modernité liquide (Bauman, 2001), de la première ère urbaine de l'histoire (Burdett e Rode, 2007), par l'urbanisation (virtuellement) complète de la société (Lefebvre, 1999). Bien que partielle par rapport à une compréhension plus complète, l'analyse des morphologies urbaines concerne les dynamiques internes des espaces où il y a prévalence de spatialités urbaines. Donc, en tant que dynamique spécifique, cette partialité ne porte pas préjudice aux analyses et aux résultats.

La dispersion urbaine et l'urbanisation diffuse sont des processus qui ne coïncident pas parfaitement. Comme cela a déjà été signalé, l'urbanisation diffuse est plus englobante, car elle concerne la société et les espaces mondiaux ou l'organisation sociospatiale à l'échelle de la planète. La dispersion urbaine quant à elle est plus restreinte et concerne précisément les espaces urbains. Son usage se réfère directement au fait souligné par Sposito (2009) : que l'unité morpholo-

gique de la ville contemporaine passe actuellement par un processus de dissolution.

Afin d'attribuer un contenu conceptuel plus précis à la notion de dispersion urbaine et de l'insérer ainsi dans le débat, j'identifie trois éléments caractéristiques fondamentaux : (i) une croissance territoriale accentuée ; (ii) une diminution progressive des densités du centre vers la périphérie marquée pourtant par une alternance des aires de haute et baisse densités ; (iii) une perte de continuité territoriale urbaine. Ces caractéristiques facilitées par les nouvelles technologies de l'information, de la communication et du transport engendrent différentes pratiques spatiales et sont l'expression d'un processus plus ample de segmentation sociale. Au Brésil, celle-ci s'amplifie à cause de l'importance des inégalités sociales dans la structure de la société et, par la suite, dans la structuration spatiale. Ceci sera abordé avec plus de détails dans le prochain chapitre.

La dispersion urbaine s'exprime d'abord par une plus grande extension des tissus urbains[19] des villes, surtout à partir de la deuxième moitié du XX^{e} siècle, comparé au passé. C'est le résultat d'une inversion entre croissance de la population et croissance territoriale, c'est-à-dire que les villes actuelles sont territorialement plus étendues que jamais et qu'elles s'étalent plus que nécessaire sur le territoire si l'on prend en compte la croissance de la population. Dans le cas des métropoles, ce processus est plus évident, car l'espace urbain gagne l'échelle régionale – traduite par la dénomination d'espace métropolitain – qui rend plus complexe la relation entre les échelles de la ville et celles du réseau urbain, comme cela a déjà été indiqué. La conséquence est une diminution progressive des densités du centre caractérisé par la compacité de son occupation, très souvent verticalisée et contrastant avec la périphérie qui se différencie par une occupation plus raréfiée. Il s'agit ici de la notion d'étalement urbain[20] que la notion de dispersion urbaine englobe tout en la dépassant.

La perte de continuité territoriale urbaine apparaît comme un élément caractéristique de la dispersion urbaine, plus complexe que les deux processus cités auparavant parce qu'elle est ambivalente. D'une part, elle met en échec, plus que les autres, l'existence de la ville comme unité territoriale et, d'autre part, elle est liée au renforcement de la continuité spatiale dans un contexte urbain territorialement fractionné.

Sposito (2004a), citant Benevolo (1993), argumente que la continuité terri-

toriale urbaine, l'un des trois éléments constitutifs de la ville jusqu'à l'apparition de l'industrie, diminue progressivement, donnant lieu à des discontinuités qui s'expriment par la présence, dans l'espace urbain, de zones non construites. Dans ce sens, le territoire de la ville, pris dans ses dimensions juridique et politique, infrastructurelle et d'appropriation subjective[21] ne coïncide plus parfaitement avec ce que l'on identifie visuellement comme ville à partir de la continuité de l'environnement construit et des fonctions urbaines et pratiques spatiales des habitants qui s'y réalisent effectivement. La notion de continuité spatiale est inhibitrice de la dissolution de la vie urbaine dans un contexte où la forme urbaine traditionnelle est en train de se dissoudre. Elle se réfère plus directement aux rapports et aux mouvements amplifiés par les avancées technologiques. Selon Sposito (2004a), son existence réelle ou potentielle est ce qui permet la compréhension de la discontinuité territoriale. Cette relation fait que la morphologie de la ville devient plus complexe.

> En effet, très souvent, la discontinuité territoriale est possible parce que la continuité spatiale se renforce grâce à l'amplification des infrastructures de circulation et communication (système de voiries, système de distribution d'eau ou captation des égouts, réseaux téléphoniques, télévision et internet, etc.) et par la diffusion d'accès aux équipements qui permettent les déplacements et les contacts (véhicules automobiles, antennes, ordinateurs, etc.).
>
> Lorsque ces deux dynamiques – discontinuité territoriale et continuité spatiale – se produisent simultanément et s'articulent, on peut reconnaître sur le plan de la forme urbaine la constitution de ruptures dans le tissu urbain et sur le plan des dynamiques et processus, la réalisation de l'intégration spatiale (Sposito, 2004a, p. 204, souligné par l'auteure, traduction libre)[22].

Les notions de continuité/discontinuité territoriale et continuité/discontinuité spatiale ont été différenciées par Sposito (2004a) comme solution théorique au problème de la qualification des nouveaux processus urbains. En effet, ceux-ci n'étaient pas considérés, du moins clairement, dans d'autres concepts tels la conurbation ou l'agglomération. De plus, ces processus ont commencé à apparaître à intérieur de la ville – et non plus seulement dans le rapport entre des villes différentes –, ce qui impose des limitations aux concepts dont l'échelle régionale est évidente.

Jusqu'ici, il était possible de composer un cadre théorique pour réaliser une analyse morphologique de la ville insérée dans un processus de dispersion urbaine. Certes, il ne s'agissait pas seulement d'analyser des formes spatiales ur-

baines isolément, car « [l]a notion de *morphologie* […] ne se réduit pas à la description raisonnée des objets urbains et de leur arrangement (à tous les niveaux, agglomération, quartier, rue, îlot, maison), mais s'étend aussi à la répartition dans la ville des groupes sociaux et des fonctions » (Roncayolo, 1997, p. 90). Je me réfère, plus amplement, au rapport entre forme et contenu, le même rapport qui balise la compréhension de la dispersion urbaine, car tout comme la morphologie les formes sont une référence directe à la dispersion. Font (2007, p. 63) explique :

> Pour moi, la *dispersion*, ce paradigme auquel nous pensons tous, sur lequel nous travaillons, est un concept de nature topologique qui concerne les relations de distances entre les choses plus qu'un phénomène de densité ou de *diffusion* (souligné par l'auteur, traduction libre)[23].

Dans ce sens, il m'a paru approprié de choisir un terme qui puisse signifier à la fois étendre et séparer des objets ou personnes dans l'espace[24] en plus de présenter un caractère visuel évident. Ainsi, la simple référence à l'expression « dispersion urbaine » évoque immédiatement ce que nous traitons. Cette option est aussi une réponse à la provocation de Soja (2008) de « mettre les villes avant » à laquelle j'ai déjà fait allusion. Cela ne signifie en aucun cas que la ville soit une forme physique qui ne peut être expliquée que par la disposition des objets dans le substrat matériel. Cela ne signifie pas non plus que la simple description des objets précède les analyses qui focalisent leurs contenus sociaux. Il s'agit en fait d'un parcours méthodologique selon lequel on part des formes pour arriver aux contenus et processus. Ainsi, la compréhension de la dispersion urbaine embrasse aussi celle de la morphologie de la ville dans sa relation avec la structure sociale, c'est-à-dire la dialectique sociospatiale (Soja, 1983, 1993).

1.5. Des capitales aux métropoles

Brasilia et Curitiba sont des métropoles. Cette affirmation est loin d'avoir un sens complet et auto-explicatif, car le processus de métropolisation est devenu complexe et a été affecté par la mondialisation du capital et des entreprises, au sens strict, et de l'urbain, dans un sens plus large, comme je l'ai déjà expliqué. Cette situation a conféré à quelques métropoles le caractère de villes mondiales (ou globales). Cela a causé certains problèmes, car quelques auteurs comme Carlos (2001) ont commencé à associer cette dimension mondiale directe propre à quelques métropoles au processus de métropolisation. Cela se com-

prend puisque toutes les villes considérées comme mondiales sont aussi des métropoles. Par contre, toutes les métropoles ne sont pas des villes mondiales, comme je l'ai dit antérieurement. Une certaine prudence est donc nécessaire pour saisir le processus de structuration sociospatiale que je dénomme métropolisation en m'inspirant en partie de Bassand (2011).

L'une des solutions pour résoudre le problème de distinction entre métropole et ville mondiale consiste à utiliser des classifications qui établissent une échelle allant des métropoles, éventuellement régionales, aux métropoles globales, en passant par les métropoles nationales. Ce type de classification convient pour les études quantitatives du réseau urbain dans lesquelles on recherche les caractéristiques formelles et comptables, généralement obtenues dans des recensements, pour établir la hiérarchie urbaine. L'étude *Regiões de influência das cidades* [Régions d'influence des villes] (REGIC), réalisée par l'*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* [Institut Brésilien de Géographie et Statistique] (IBGE, 1993, 2007) ou *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* [Hiérarchisation et identification des espaces urbains] (Ribeiro, 2009), entre autres, utilisent ce type de classification[25].

Du point de vue théorico-conceptuel, d'autres éléments plus abstraits et éventuellement subjectifs doivent aussi être considérés, dans une tentative de conceptualisation de la métropolisation et de la métropole. Le mode de classification des villes cité dans le paragraphe antérieur sert de base pour une approche de la thématique, mais son caractère précis, lié à ce qui est quantifiable, doit être dépassé. Dès lors, dans une approche conceptuelle, il n'est pas approprié de parler de métropole, métropole régionale, nationale ou mondiale. Une autre nomenclature doit être utilisée. Ascher (1995, 2009) et Soja (2008), par exemple, ont trouvé une solution qui me semble très appropriée en identifiant la métapole et la postmétropole : la première, dans un effort de conceptualisation et la deuxième pensée de forme plus métaphorique ou épithétique.

À partir de là et malgré cela, je souligne que Brasilia et Curitiba, métropoles traitées dans cette thèse, sont des villes de la mondialisation, car elles possèdent des niveaux d'intégration mondiale, mais elles ne sont pas des villes mondiales (ou globales). En effet, ce ne sont pas des centres de décision à l'échelle internationale même si elles peuvent se connecter directement à un réseau de villes dans différents pays, contribuant par là à la formation de systèmes transnationaux. C'est ce même rôle qu'assume par exemple Montevideo, qui abrite une fonction politique

importante comme siège du Mercosul et se connecte directement avec Brasilia, Buenos Aires et Asunción, sans pourtant assumer un rôle protagoniste à l'échelle mondiale qui lui octroierait la dénomination de ville mondiale.

Donc, malgré les similarités entre quelques aspects des réalités métapolitaines et postmétropolitaines, je n'adopterai pas ces terminologies pour les cas de Brasilia et Curitiba, car elles ont été pensées respectivement pour Paris et Los Angeles, villes dont les spécificités sociospatiales diffèrent de celles de Brasilia et Curitiba. Par contre, je maintiendrai les termes métropole et métropolisation, respectivement forme[26] et processus, en vertu de leur pertinence, actualité et capacité d'expliquer des réalités multiples et plurielles[27]. Je m'appuie ici sur l'étude plus exhaustive, coordonnée par Dureau et al (2000) – à laquelle j'ai déjà recouru à un autre moment (cf. Catalão, 2010) – qui compare 19 métropoles de différents continents et natures. Même si je rejette le qualificatif de postmétropole pour traiter Brasilia et Curitiba, j'adopte l'idée de Soja (2008), de manière plus ample, selon laquelle nous vivons, au niveau mondial, une transition postmétropolitaine avec une re-signification des rôles des métropoles dans les réseaux ainsi qu'une restructuration spatiale interne. Il me semble approprié de traiter le présent comme une transition en fonction des incertitudes par rapport au futur des villes et de l'urbanisation étant donné les schizophrénies spatiotemporelles auxquelles je me suis déjà référé et à l'avènement d'une modernité liquide, selon les termes de Bauman (2001). Du point de vue scientifique, cette position implique une plus grande flexibilité dans le traitement des concepts et des réalités auxquelles ils renvoient.

À partir de l'étude de Dureau et al (2000), on peut comprendre la métropole comme une forme spatiale caractérisée par une grande taille, par une concentration et densité de population élevées par rapport à l'ensemble du territoire national dont elle fait partie et par les rôles importants assumés dans les réseaux de relations et dans les systèmes urbains nationaux et transnationaux. Ces deux caractéristiques sont conditionnées par la configuration spatiale métropolitaine, c'est-à-dire par l'articulation entre le noyau et les autres unités spatiales composantes des métropoles et de leurs agglomérations dans le cas où elles existent. En outre, au lieu d'être restrictives, elles présentent une grande ouverture, car elles permettent tant l'incorporation de spécificités de différentes formations sociospatiales que les singularités des métropoles étudiées.

Avant de traiter plus en détail ce qui a été exposé dans le paragraphe anté-

rieur, deux éléments doivent être expliqués en vertu de leur importance pour l'analyse métropolitaine au Brésil ou dans d'autres formations sociospatiales. Le premier élément se réfère à la dimension politique des villes, spécifiquement aux rôles des sièges du gouvernement fédéral ou de l'état, et le deuxième concerne les définitions officielles des métropoles.

Brasilia et Curitiba sont des capitales, ce qui leur confère une fonction politique importante dans le territoire, surtout en ce qui concerne Brasilia qui est siège du gouvernement de l'État-nation. La fonction politique est une composante importante des rôles joués par une ville dans un réseau urbain, mais être capitale n'est pas une condition *sine qua non* pour le processus de structuration métropolitaine. C'est pour cette raison que, dans le cas brésilien, les capitales ne sont pas toutes des métropoles – comme Florianopolis (SC), Campo Grande (MS), Palmas (TO) ou Aracaju (SE) –, ni que toutes les métropoles sont des capitales, telle Campinas dans l'état de São Paulo. Il faut aussi remarquer que les principaux pôles articulateurs des systèmes urbains ne sont pas nécessairement tous des capitales nationales comme São Paulo au Brésil, Sidney en Australie ou New York aux États-Unis. Dans le cas de Curitiba, la fonction de capitale n'est pas l'élément définissant de son rôle métropolitain, tandis que pour Brasilia le fait d'être capitale fédérale conditionne considérablement ce rôle, d'autant que la ville a été créée à cette fin.

Le deuxième élément mentionné est plus compliqué. Il s'agit de la confusion engendrée par l'institutionnalisation des régions métropolitaines initiée dans la décennie de 1970 par le gouvernement fédéral et continuée à partir de 1989 par les gouvernements des états. Le manque de critères bien définis et les motivations plutôt d'ordre politico-électoral finissent par créer des régions métropolitaines là où il n'y a même pas de métropoles. C'est le cas de toutes les régions métropolitaines de Santa Catarina, de quelques capitales du Nordeste – comme Aracaju et Maceió – et d'agglomérations à l'intérieur du pays, telles les régions métropolitaines du Vale do Rio Cuiabá, du Cariri et du Sud-ouest du Maranhão[28]. D'autres pays comme la France sont confrontés à cette banalisation de la métropole officielle. Il y a en effet un nombre beaucoup plus élevé d'agglomérations urbaines qu'au Brésil, mais moins de métropoles réelles parmi ces agglomérations – par exemple Nîmes Métropole, Amiens Métropole ou Chambéry Métropole.

Brasilia et Curitiba n'échappent pas à l'institutionnalisation des entités métropolitaines officielles. Elles centralisent des agglomérations qui englobent beau-

coup plus de villes que celles qui appartiennent effectivement à leurs dynamiques métropolitaines respectives. Ceci pose problème pour trois raisons principales. Tout d'abord, l'incorporation de villes qui ne s'intègrent pas de la même manière à la dynamique d'agglomération limite l'exécution de projets et travaux à la portée métropolitaine[29]. Deuxièmement, la concentration et la densité de population par rapport au reste du territoire, tout comme les rôles de leadership dans les réseaux urbains nationaux et transnationaux, concernent non seulement le noyau métropolitain, mais aussi l'ensemble de l'agglomération qu'il domine. Troisièmement, dans les espaces métropolitains, la dispersion urbaine ne peut être entendue que comme un processus qui pulvérise les périphéries en occupations territorialement discontinues, que ce soit à usage résidentiel, de haut ou bas niveaux socioéconomique, industriel ou commercial. Cette troisième raison est la plus importante pour la discussion en cours dans cette thèse puisque, dans le cas des métropoles, il est impossible d'établir l'individualité du noyau par rapport aux autres villes agglomérées puisqu'elles font partie du processus même de conformation du centre. Pour les métropoles de Brasilia et de Curitiba, cette affirmation est d'autant plus vraie si l'on considère l'aspect de dépendance de la périphérie par rapport au noyau, ce qui ne se produit pas avec la même intensité dans les agglomérations métropolitaines qui partagent des fonctions avec d'autres villes agglomérées. Ces relations ne sont pas exactement des relations de codépendance, car le noyau central est toujours prépondérant, comme à Paris ou à Los Angeles et à un moindre niveau à São Paulo. Même ainsi, au niveau des détails, ni Brasilia ni Curitiba ne se ressemblent : en effet, Curitiba transvase quelques fonctions vers la périphérie, ce qui n'est pas le cas de Brasilia.

Donc, lorsque je me réfère aux agglomérations métropolitaines de Curitiba et de Brasilia, je ne traite pas, respectivement, de la Région Métropolitaine de Curitiba (RMC), institutionnalisée en 1973 par la Loi complémentaire n. 14, ni de la Région Intégrée de Développement du District Fédéral et son Alentour (RIDE), officialisée par la Loi complémentaire fédérale n. 94 de 1998[30], mais bien aux agglomérations constituées en fonction des niveaux d'intégration plus élevés des villes à la dynamique métropolitaine de Curitiba et Brasilia. Je m'appuie ici principalement sur l'étude *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* (Ribeiro, 2009), sur Catalão (2010) pour le cas de Brasilia et sur Firkowski (2001) pour le cas de Curitiba.

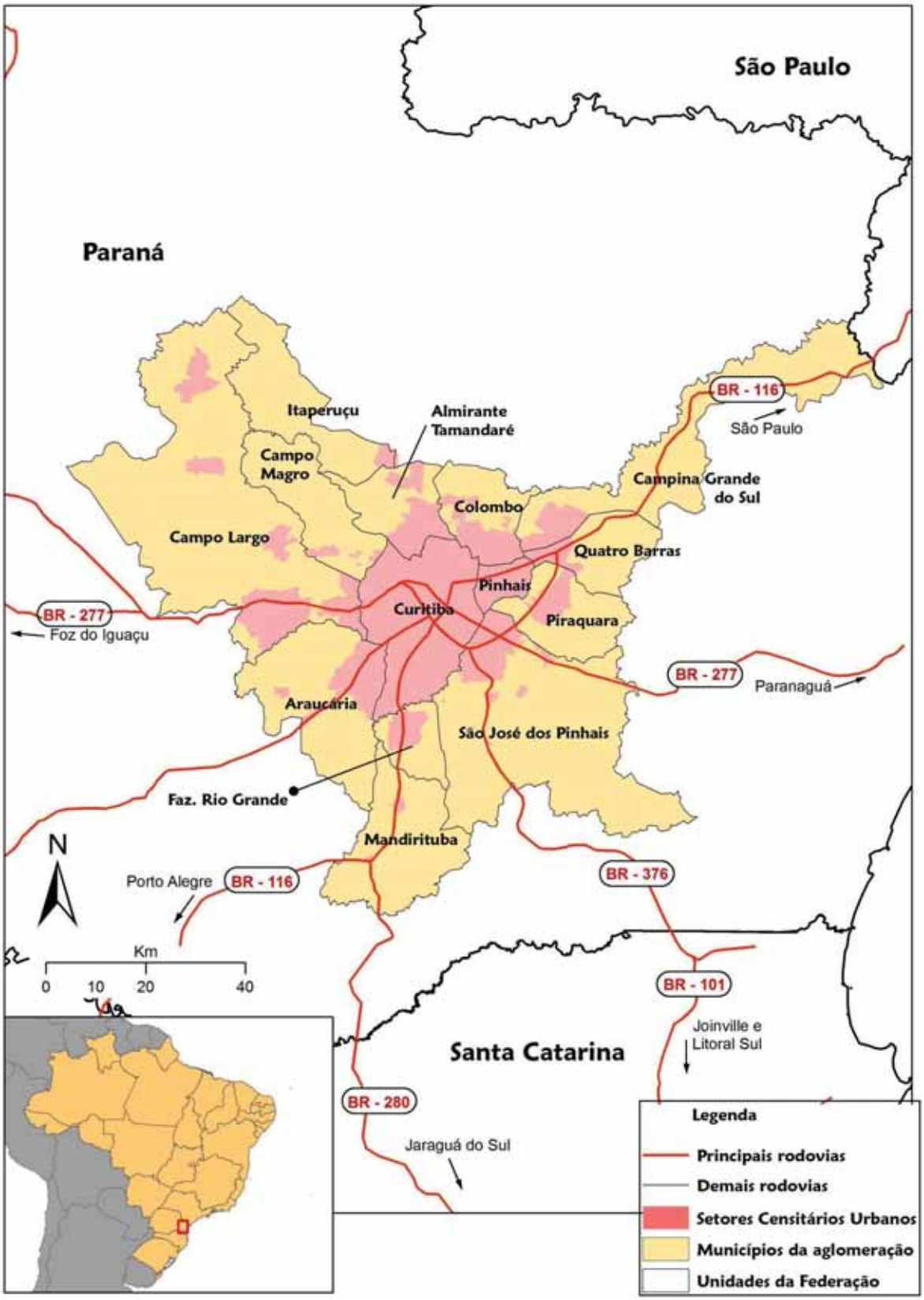
L'agglomération de Curitiba est centrée sur la métropole de Curitiba et sur

13 villes de l'état du Paraná : Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras et São José dos Pinhais (Carte 2). Quant à l'agglomération de Brasilia, elle se centre sur la métropole de Brasilia et sept villes de l'état de Goiás : Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto et Valparaíso de Goiás (Carte 3).

Les processus de structuration sociospatiale métropolitaine, ou processus de métropolisation de Brasilia et Curitiba, coïncident plus ou moins dans le temps même si leurs caractéristiques spatiales sont assez différentes. Ils ont commencé pendant la décennie de 1970, postérieurement aux métropoles de São Paulo et Rio de Janeiro, avec le développement de deux fonctions qui les conditionnent chacune individuellement : dans le cas de Curitiba, la configuration de son rôle industriel et dans le cas de Brasilia sa consolidation comme capitale fédérale. Dans les deux villes, chacune à sa manière, les politiques de planification ont traduit des fonctions sur le territoire et une structuration sociospatiale métropolitaine.

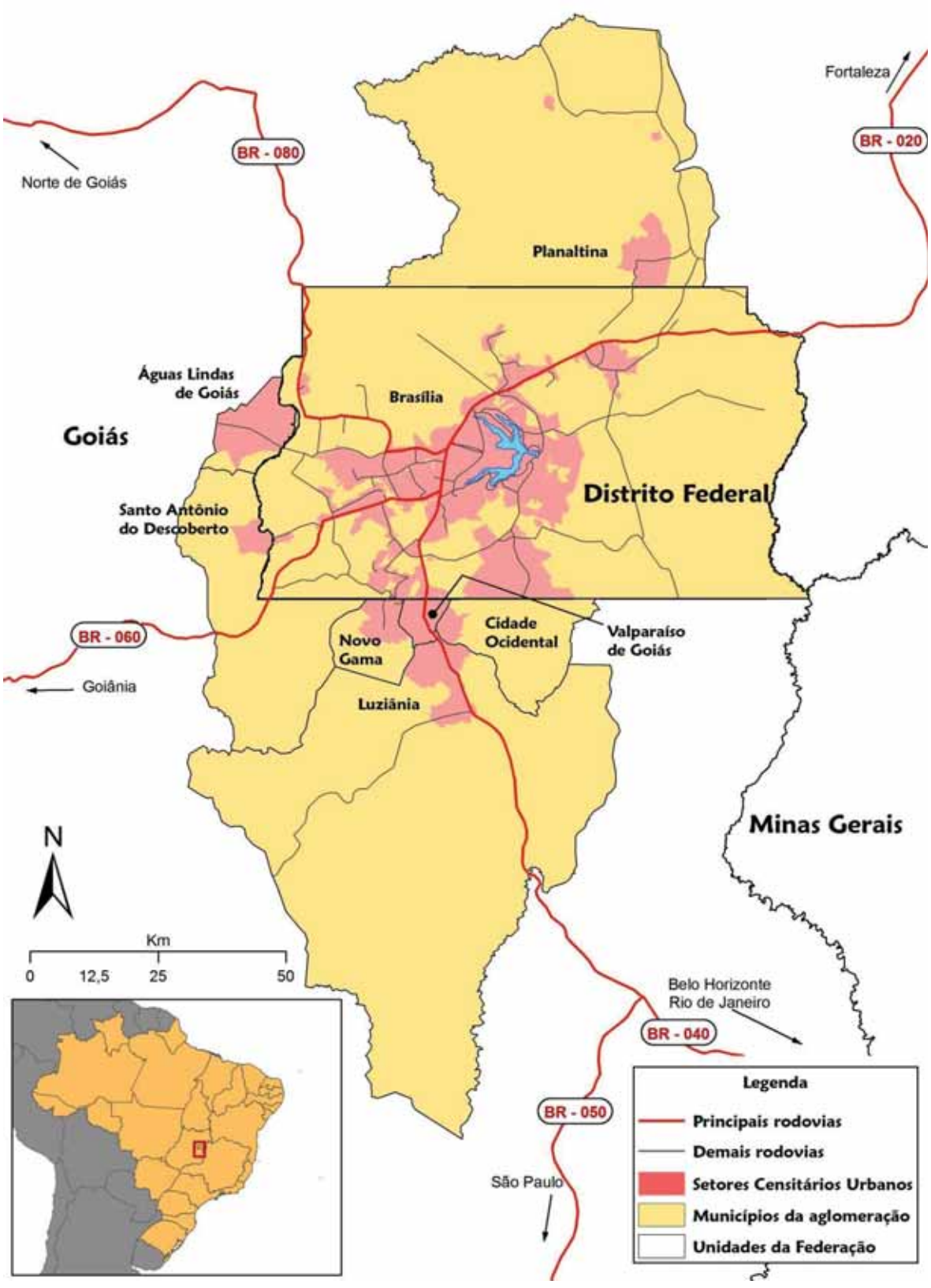
Brasilia est l'épithète de la ville moderniste. Elle a surgi à partir d'un projet de ville implanté dans une portion du territoire national où l'absence de rugosités ne constituerait pas un obstacle à son implantation, comme l'a affirmé Santos (1993). Cette recherche d'un territoire manquant de rugosités pour la réalisation d'un projet aussi ambitieux qu'osé fut tellement intense que même les rugosités surgies à la suite de la construction de la ville ont été éliminées avec pour corollaire la production de la périphérie métropolitaine.

À Curitiba, une action très différente, mais non moins osée, a été menée à une plus petite échelle lors des applications des plans d'aménagement des décennies de 1960 et 1970. Les tracés de la ville ancienne ont été modifiés pour incorporer une planification qui soumettait la circulation – en privilégiant le transport collectif – aux types d'usage des constructions dans les quartiers selon différentes zones. Dans ce sens, la production de la périphérie métropolitaine n'est pas un produit corollaire, mais a entraîné la formation de noyaux urbains situés dans des municipalités voisines, attirées par la dynamique industrielle et urbaine du noyau.



Source : IBGE, Recensement démographique 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 2 : Curitiba ; agglomération métropolitaine ; 2011



Source : IBGE, Recensement démographique 2010. Elaboration : Rafael Catão.

CARTE 3 : Brasilia ; agglomération métropolitaine ; 2011

En ce qui concerne la configuration spatiale du noyau et de la périphérie métropolitains, et de leurs articulations réciproques, Brasilia et Curitiba présentent des structures assez différentes, conditionnées en partie par la nature politico-administrative de chacune des métropoles. Dans le cas de Brasilia, le noyau métropolitain est marqué par les services – surtout au centre qui abrite l'administration de l'État –, il est aussi plus grand et plus hétérogène et il subordonne plus intensément la périphérie caractérisée par une grande précarité et dépendance. La périphérie de Curitiba est diversifiée et comprend des zones industrielles importantes, en passant par des lotissements fermés urbanistiquement notoires et des zones urbaines dépendantes. Le noyau est tourné vers des activités industrielles et tertiaires et subordonne la périphérie de manière moins péremptoire.

Contrairement à ce qui se passe à Curitiba qui est une ville plus traditionnelle[31] en termes de morphologie urbaine et qui présente un centre et des quartiers contigus, le noyau métropolitain de l'agglomération de Brasilia est morphologiquement assez hétérodoxe et présente des caractéristiques déjà très métropolitaines malgré ses quelque 51 ans d'existence[32]. Il en résulte, entre autres, une difficulté sinon une impossibilité d'établir ses limites. Brasilia n'est aucunement traditionnelle, d'une part parce que son centre urbain est assez dispersé[33] et d'autre part parce qu'elle contient, dans ses limites politico-administratives, des unités urbaines, pour la plupart territorialement discontinues et non contiguës, populairement dénommées villes-satellites[34]. Cette configuration spatiale atypique est due à l'impossibilité constitutionnelle de division du District Fédéral en municipalités, ce qui a entraîné la formation d'une structure politique et administrative *sui generis*. Celle-ci subordonne économiquement et politiquement toutes les villes-satellites et le Plano Piloto [Plan Pilote], siège du Gouvernement fédéral, à un pouvoir centralisé, le Gouvernement du District Fédéral (GDF). Dans ce sens, Brasilia est née et se développe de manière dispersée, sans jamais avoir présenté un centre ou un noyau métropolitain compact ancien. De plus, aucune des villes de sa périphérie métropolitaine dans l'état de Goiás n'est apparue par démembrement du territoire de la capitale, celle-ci étant constitutionnellement préservée de tout démembrement.

Le cas de Curitiba est à l'opposé de celui de Brasilia, d'une part parce qu'elle est plus ancienne et compte 318 ans[35] et d'autre part elle est plus traditionnelle par rapport à ce qui constitue historiquement une ville. Elle présente un

centre historique dense et compact à partir duquel ont surgi les différents quartiers. De plus, Curitiba a souffert, au cours de son histoire, de quelques démembrements municipaux qui sont à l'origine de plusieurs noyaux urbains. Ceux-ci sont aujourd'hui des composantes de son agglomération métropolitaine, tels Campo Largo, Colombo et São José dos Pinhais. Il faut noter que l'agglomération de Curitiba est intégralement contenue dans l'état du Paraná, ce qui n'est pas le cas pour l'agglomération de Brasilia, comme je l'ai déjà fait observer.

Avant d'entamer la discussion sur la concentration de population et les rôles urbains assumés par les deux métropoles, je tiens à faire une réflexion sur les raisons pour lesquelles j'ai choisi la notion d'agglomération plutôt que de région, aire ou agglomérat pour me référer à ces deux villes.

Région métropolitaine est aujourd'hui, au Brésil, une expression constitutionnelle qui désigne une délimitation politique et administrative d'un ensemble de villes nucléées par une métropole. Cette délimitation incombe aux états et ne suit pas toujours des critères cohérents en ce qui concerne l'identification de la métropole. C'est aussi la délimitation territoriale utilisée par l'IBGE pour la collecte et le traitement des données. L'usage de cette expression ici pourrait semer la confusion entre ce qui est officiellement défini comme métropole et ce qui est scientifiquement conceptualisé comme tel, comme j'en ai déjà discuté (cf. Catalão, 2010). Cet état de choses est d'une certaine manière regrettable étant donné l'importance sémantique du concept de région et l'adéquation de son usage pour référer au processus du passage, dans les pratiques quotidiennes, de l'échelle de la ville à celle de région dans des processus d'agglomération.

L'aire métropolitaine est une expression assez commune dans le débat urbain et est adoptée par Paviani (2007)[36] et par Mathieu et Barbosa Ferreira (2006) pour Brasilia et par l'Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) dans le cas français. Cependant, le terme aire renvoie immédiatement à la mesure de la taille d'une surface et à seule la dimension matérielle du territoire laissant ainsi en suspens l'idée de processus.

Firkowski (2001) adopte l'expression agglomérat métropolitain pour se référer à l'ensemble des villes qui s'intègrent effectivement à la dynamique métropolitaine de Curitiba. Cette expression apparaît aussi dans le volume consacré à Brasilia de la série *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano* [Gestion de l'usage su sol et disfonctionnements de la croissance urbaine] (2001).

Lorsque l'étude qui est à l'origine de cette série fut réalisée, la RIDE n'avait pas encore été institutionnalisée et il n'y avait aucune agglomération oficielle englobant Brasilia et les villes alentour.

À une autre échelle, Haesbaert (1995, p. 166) a utilisé l'expression « agglomérat d'exclusion » pour faire référence aux espaces précaires occupés par « des amoncellements humains » structurellement impossibilités de construire, de manière autonome, leurs « circuits de vie » par intégration dans des réseaux technologiques de tous types. L'usage que donne Haesbaert au terme « agglomérat » n'est pas absolument différent des deux sens mentionnés antérieurement : unité et ensemble épais[37]. Dans le cas analysé par Firkowski (2001), l'expression agglomérat métropolitain se réfère au fait qu'existe dans la RMC un ensemble plus restreint de villes amalgamées par la dynamique métropolitaine de Curitiba. Même si je suis d'accord avec Firkowski sur la différence entre agglomération officielle et agglomération réelle, le terme « agglomérat » apparaît trop étroit sémantiquement. En effet, il fait allusion à une réunion de choses qui ne sont pas nécessairement connectées et n'est donc pas adéquat pour désigner une réalité qui est à la fois processuelle et composée de multi(pluri)connexions. Dans ce sens, la notion d'agglomération est d'autant plus adéquate. Ses équivalents dans les autres langues sont aussi plus anciens et plus fréquemment utilisés[38] dans le même sens.

Ainsi, j'opte pour la notion d'agglomération en prenant compte que :

> Le mot a comme vecteur d'évolution principale ce qui peut apparaître comme la désignation de trois référents successifs et emboîtés : la population d'un territoire donné, puis l'espace urbain ; enfin, dans un dernier temps, le mot tendrait à désigner une entité politique ou un territoire d'appropriation – c'est-à-dire doté d'une certaine identité historique ou à construire (Ratouis, 2010, p. 3).

De plus, la notion d'agglomération s'associe à une autre, tout aussi ancienne, qui actuellement peut fonctionner comme son synonyme, celle de conurbation. Il me semble cependant opportun de suggérer la possibilité d'une différence entre les deux notions en ce début du siècle : agglomération est une formulation plus générique tandis que le terme conurbation désigne une agglomération plus marquée par la dispersion urbaine. Ceci permettrait de traiter Curitiba et Brasilia comme des agglomérations, mais Brasilia tout aussi comme une conurbation. L'usage que Soja (2008) fait de cette notion en qualifiant le grand Los Angeles de conurbation semble corroborer cette hypothèse. En effet, cette agglomération est fortement marquée par la dispersion des tissus urbains et des pratiques sociospatiales.

1.6. Concentration de population et rôles urbains

Reprenant maintenant les deux critères mentionnés antérieurement et sur lesquels se fonde la compréhension de la métropole, je soulignerai que les agglomérations métropolitaines de Brasilia et Curitiba figurent parmi les principales agglomérations du pays, tant en termes populationnels comme le montre le tableau 1, qu'en termes politico-économiques comme on le verra plus loin.

Les données du tableau 1 présentent les populations des 43 agglomérations brésiliennes officielles : Régions Métropolitaines, Régions Intégrées de Développement, Agglomérations Urbaines et Agglomérats Urbains[39], obtenus lors du recensement exécuté par l'IBGE en 2010. De ces 43 agglomérations, 22 possèdent une population supérieure à un million d'habitants. Brasilia et Curitiba ont respectivement les 8e (3.332.881 hab.) et 9e (2.985.248 hab.) populations les plus nombreuses.

Bien que les données se réfèrent aux agglomérations officielles, il n'y a pas d'écarts démographiques significatifs entre la RMC et la RIDE d'une part et ce que je dénomme comme agglomérations de Curitiba et de Brasilia d'autre part. Dans le cas de Curitiba, il n'y a même pas de perte de position tandis que Brasilia passe de la 5ème à la 8ème position, indiquant une proximité en termes de population de son agglomération avec celle de Curitiba.

La faible différence de population citée ci-dessus s'explique par le fait que ces agglomérations sont l'expression territoriale de dynamiques métropolitaines contenues à l'intérieur des aires officielles. Mais si en termes de population l'adoption d'une unité territoriale différente peut ne pas être significative, en termes de processus de dispersion et de morphologie urbaines, ce choix est fondamental, comme nous le verrons dans les chapitres suivants.

En ce qui concerne la proportion de résidents, nous observons que, si l'on exclut le District Fédéral, des 21 municipalités composant la RIDE, seulement sept abritent 66,5% de la population (732.721 hab.) contre 33,5% (384.847 hab.) résidant dans les 14 autres municipalités. Dans le cas de la RMC, ces valeurs sont encore plus élevées ; si l'on exclut Curitiba, 13 des 25 autres municipalités intégrant la RMC abritent 86,7% de la population (1.233.341 hab.) contre 13,3% de résidents dans les 12 autres municipalités (188.953 hab.). Il faut noter que dans les deux cas, le noyau métropolitain possède une population supérieure à la périphérie avec un fort avantage pour Brasilia qui présente 1.307.439 habitants en plus dans le noyau, 2,5 fois plus que Curitiba, dont l'excédent par rap-

port à la périphérie est à peine de 518.566 habitants. Néanmoins, cet avantage est relatif, car le District fédéral est considéré par l'IBGE, comme une seule municipalité malgré sa grande hétérogénéité. Une analyse séparée des données pourrait permettre de relativiser cette concentration de population excessive dans le noyau malgré une certaine difficulté de délimitation de ce qui pourrait, dans le cas de Brasilia, être considéré comme le noyau métropolitain. On pourrait faire la même observation pour Curitiba puisque ce n'est pas toute la ville qui assume la fonction de pôle, mais seulement quelques-unes de ses zones.

TABLEAU 1 : Brésil, Régions Métropolitaines, Régions Intégrées de Développement, Agglomérations Urbaines et Agglomérats Urbains ; populations en valeurs absolues et pourcentages ; 2010

Position	Unités territoriales*	Population 2010	% Total	% Brésil
1	Região Metropolitana de São Paulo (SP)	19 683 975	21,38	10,32
2	Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)	11 835 708	12,85	6,20
3	Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	5 414 701	5,88	2,84
4	Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)	3 958 985	4,30	2,08
5	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (DF/GO/MG)	3 717 728	4,04	1,95
6	Região Metropolitana de Recife (PE)	3 690 547	4,01	1,93
7	Região Metropolitana de Fortaleza (CE)	3 615 767	3,93	1,90
8	Região Metropolitana de Salvador (BA)	3 573 973	3,88	1,87
8	Aglomeração metropolitana de Brasília	3 332 881	3,62	1,75
9	Região Metropolitana de Curitiba (PR)	3 174 201	3,45	1,66
9	Aglomeração metropolitana de Curitiba	2 985 248	3,24	1,56
10	Região Metropolitana de Campinas (SP)	2 797 137	3,04	1,47
11	Região Metropolitana de Goiânia (GO)	2 173 141	2,36	1,14
12	Região Metropolitana de Manaus (AM)	2 106 322	2,29	1,10
13	Região Metropolitana de Belém (PA)	2 101 883	2,28	1,10
14	Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)	1 687 704	1,83	0,88
15	Região Metropolitana da Baixada Santista (SP)	1 664 136	1,81	0,87
16	Região Metropolitana de Natal (RN)	1 351 004	1,47	0,71
17	Região Metropolitana da Grande São Luís (MA)	1 331 181	1,45	0,70
18	Região Metropolitana de João Pessoa (PB)	1 198 576	1,30	0,63
19	Região Metropolitana de Maceió (AL)	1 156 364	1,26	0,61
20	Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (MA/PI)	1 150 959	1,25	0,60
21	Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense (SC)	1 094 412	1,19	0,57
22	Região Metropolitana de Florianópolis (SC)	1 012 233	1,10	0,53
23	Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (MT)	944 163	1,03	0,49
24	Região Metropolitana de Aracaju (SE)	835 816	0,91	0,44
25	Aglomerado Urbano Cuiabá-Várzea Grande (MT)	803 694	0,87	0,42
26	Região Metropolitana de Londrina (PR)	801 817	0,87	0,42
27	Região Metropolitana de Campina Grande (PB)	736 381	0,80	0,39
28	Aglomeração Urbana do Nordeste (RS)	716 427	0,78	0,38
29	Região Metropolitana de Maringá (PR)	690 303	0,75	0,36
30	Região Metropolitana do Vale do Itajaí (SC)	689 731	0,75	0,36
31	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina-Juazeiro (PE/BA)	686 410	0,75	0,36
32	Região Metropolitana do Vale do Aço (MG)	615 297	0,67	0,32
33	Região Metropolitana do Agreste (AL)	601 049	0,65	0,32
34	Aglomeração urbana do Sul (RS)	578 034	0,63	0,30
35	Região Metropolitana do Cariri (CE)	564 478	0,61	0,30
36	Região Metropolitana Carbonífera (SC)	550 206	0,60	0,29
37	Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí (SC)	532 771	0,58	0,28
38	Região Metropolitana de Macapá (AP)	499 466	0,54	0,26
39	Região Metropolitana de Chapecó (SC)	403 494	0,44	0,21
40	Região Metropolitana de Tubarão (SC)	356 721	0,39	0,19
41	Região Metropolitana de Lages (SC)	350 532	0,38	0,18
42	Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (MA)	345 873	0,38	0,18
43	Aglomeração Urbana do Litoral Norte (RS)	283 959	0,31	0,15
-	*Total***	*92 077 259*	*100,00*	*48,27*
-	Brésil	190 755 799	-	100,00

Notes : * Régions Intégrées de Développement (RIDs), Agglomérations Urbaines, Agglomérats Urbain et Régions Métropolitaines (RMs), sauf ceintures et aires d'expansion pour les cas où celles-ci existent. ** Les agglomérations de Brasilia et Curitiba n'ont pas été considérées dans le total puisqu'ont déjà été comptabilisées la RIDE et la RMC.
Source : IBGE, Recensement Démographique 2010. Données organisées par l'auteur.

À partir du tableau 1, on peut noter qu'au Brésil près de 50% de la population réside dans des agglomérations et représente plus de 92 millions de personnes. De ce total, 6,86% résident dans les agglomérations de Brasilia et Curitiba, c'est-à-dire 3,31% de la population du pays. Cette proportion est très significative si l'on considère la taille de la population brésilienne et les proportions des autres agglomérations, y compris São Paulo, la plus grande agglomération brésilienne et latino-américaine[40], qui regroupe une proportion de population de près de 22% par rapport à l'ensemble des agglomérations et de 11% par rapport au reste du pays.

Si l'on considère la relation entre la taille de leurs populations et les territoires dans l'ensemble de leurs états respectifs, comme dans le tableau 2, il est encore plus évident que les agglomérations brasilienne et curitibaine sont des aires de grande concentration de population. La première regroupe près de 39% de l'ensemble de la population tout en n'occupant que 4,07% de l'ensemble des territoires du District Fédéral et de l'état de Goiás. La deuxième concentre 28,58% de sa population sur 2,80% du territoire du Paraná.

TABLEAU 2 : District Fédéral, Goiás et Paraná, agglomérations métropolitaines de Brasilia et Curitiba et municipalités intégrantes ; populations et aires en valeurs absolues et pourcentages ; 2010

Unité territoriale	Population 2010	% Pop/état	Aire (km²)	% Aire/état	Densité démographique (hab/km²)
Brasilia	2 570 160	29,98	5 787,78	1,67	444,07
Águas Lindas de Goiás	159 378	1,86	188,38	0,05	846,03
Cidade Ocidental	55 915	0,65	389,92	0,11	143,40
Luziânia	174 531	2,04	3 961,12	1,15	44,06
Novo Gama	95 018	1,11	194,15	0,06	489,41
Planaltina	81 649	0,95	2 538,20	0,73	32,17
Santo Antônio do Descoberto	63 248	0,74	944,05	0,27	67,00
Valparaíso de Goiás	132 982	1,55	60,53	0,02	2 197,14
Alentour métropolitain	*762 721*	*8,90*	*8 276,34*	*2,39*	*92,16*
Agglomération métropolitaine de Brasilia	*3 332 881*	*38,87*	*14 064,12*	*4,07*	*236,98*
Goiás et District Fédéral	8 573 948	100,00	345 891,25	100,00	24,79
Curitiba	1 751 907	16,77	435,27	0,22	4 024,84
Almirante Tamandaré	103 204	0,99	194,75	0,10	529,94
Araucária	119 123	1,14	469,17	0,24	253,90
Campina Grande do Sul	38 769	0,37	538,97	0,27	71,93
Campo Largo	112 377	1,08	1 249,42	0,63	89,94
Campo Magro	24 843	0,24	275,57	0,14	90,15
Colombo	212 967	2,04	197,36	0,10	1 079,08
Fazenda Rio Grande	81 675	0,78	116,68	0,06	700,02
Itaperuçu	23 887	0,23	314,42	0,16	75,97
Mandirituba	22 220	0,21	379,18	0,19	58,60
Pinhais	117 008	1,12	60,75	0,03	1 926,09
Piraquara	93 207	0,89	227,03	0,11	410,54
Quatro Barras	19 851	0,19	181,13	0,09	109,59
São José dos Pinhais	264 210	2,53	946,44	0,47	279,16
Alentour métropolitain	*1 233 341*	*11,81*	*5 150,87*	*2,58*	*239,44*
Agglomération métropolitaine de Curitiba	*2 985 248*	*28,58*	*5 586,14*	*2,80*	*534,40*
Paraná	10 444 526	100,00	199 316,69	100,00	52,40

Source : IBGE, Recensement démographique 2010. Données organisées par l'auteur.

Dans son agglomération, Curitiba est la municipalité qui présente la plus forte densité démographique (4.024,84 hab/km²) avec un fort écart avec les deux suivantes, respectivement Pinhais (1.926,09 hab/km²) et Colombo (1.079,08 hab/km²). En ce qui concerne l'agglomération brasilienne, Brasilia occupe la quatrième position (444,07 hab/km²), derrière Valparaíso de Goiás (2.197,14 hab/km²), suivie d'Águas Lindas de Goiás (846,03 hab/km²) et de Novo Gama (489,41 hab/km²)[41]. De plus, la densité démographique totale de l'agglomération curitibaine atteint presque le double de celle de l'agglomération de Brasilia.

Ces constatations démontrent, comme je l'ai déjà souligné, la différence entre la capitale fédérale et la capitale du Paraná en ce qui concerne les formes de production et d'occupation de leurs territoires et, par conséquent, les morphologies urbaines qui en résultent. Cette différence est essentiellement associée à l'expression de l'urbanisation diffuse dans les deux agglomérations, mais avec une dispersion plus marginale dans le cas de Curitiba.

Comme il faut s'y attendre dans un contexte métropolitain, les deux agglomérations sont marquées par une population à prédominance urbaine[42] (voir les tableaux 3 et 4) avec des indices supérieurs à la moyenne nationale déjà très élevée (84,36%), et bien supérieurs à la moyenne mondiale (53%)[43] ; les agglomérations de Brasilia et de Curitiba sont essentiellement urbaines, 97% et 95% respectivement.

Au sein des agglomérations, les informations relevées dans le paragraphe précédent deviennent relatives dans la mesure où quelques détails apparaissent à partir des tableaux cités. Il faut souligner, en premier lieu, l'existence de populations à 100% urbaines à Curitiba et Pinhais dans l'agglomération curitibaine, et à Valparaíso de Goiás dans l'agglomération brasilienne. Ensuite, Mandirituba, dans l'agglomération de Curitiba, est un cas unique pour les deux agglomérations où la population urbaine est faible (33,37%) et inférieure à la population rurale (66,63%). Dans le cas de l'agglomération de Brasilia, seule Cidade Ocidental présente une proportion inférieure de résidents urbains (78,07%). En troisième lieu, il faut noter les cas où un grand contingent de résidents vit en dehors du siège municipal, ce qui indique une attraction par une autre unité urbaine et, dans quelques cas, la présence d'un processus de dispersion du tissu. Luziânia est le principal de ces cas dans l'agglomération brasilienne, comptant 64.547 habitants en zone urbaine en dehors du siège municipal (36,98%). Dans l'agglomération curitibaine, Campo Magro est un cas particulier où la majorité de

la population urbaine (59,53%) ne réside pas dans le siège municipal[44]. Elle est suivie de Campo Largo (17,06%) et de São José dos Pinhais (15,12%).

TABLEAU 3 : Brésil, Curitiba, agglomération métropolitaine et municipalités intégrantes ; population par situation en valeurs absolues et pourcentages ; 2010

Unité territoriale	Situation*	Population	%
Curitiba	Total	1 751 907	100,00
	Urbaine	1 751 907	100,00
	Urbaine dans le siège municipal	1 751 907	100,00
Almirante Tamandaré	Total	103 204	100,00
	Urbaine	98 892	95,82
	Urbaine dans le siège municipal	90 967	88,14
Araucária	Total	119 123	100,00
	Urbaine	110 205	92,51
	Urbaine dans le siège municipal	109 547	91,96
Campina Grande do Sul	Total	38 769	100,00
	Urbaine	31 961	82,44
	Urbaine dans le siège municipal	31 961	82,44
Campo Largo	Total	112 377	100,00
	Urbaine	94 171	83,80
	Urbaine dans le siège municipal	74 999	66,74
Campo Magro	Total	24 843	100,00
	Urbaine	19 547	78,68
	Urbaine dans le siège municipal	4 759	19,16
Colombo	Total	212 967	100,00
	Urbaine	203 203	95,42
	Urbaine dans le siège municipal	190 882	89,63
Fazenda Rio Grande	Total	81 675	100,00
	Urbaine	75 928	92,96
	Urbaine dans le siège municipal	75 928	92,96
Itaperuçu	Total	23 887	100,00
	Urbaine	19 956	83,54
	Urbaine dans le siège municipal	19 956	83,54
Mandirituba	Total	22 220	100,00
	Urbaine	7 414	33,37
	Urbaine dans le siège municipal	5 190	23,36
Pinhais	Total	117 008	100,00
	Urbaine	117 008	100,00
	Urbaine dans le siège municipal	117 008	100,00
Piraquara	Total	93 207	100,00
	Urbaine	45 738	49,07
	Urbaine dans le siège municipal	45 738	49,07
Quatro Barras	Total	19 851	100,00
	Urbaine	17 941	90,38
	Urbaine dans le siège municipal	12 629	63,62
São José dos Pinhais	Total	264 210	100,00
	Urbaine	236 895	89,66
	Urbaine dans le siège municipal	196 959	74,55
Agglomération métropolitaine de Curitiba	*Total*	*2 985 248*	*100,00*
	Urbaine	*2 830 766*	*94,83*
	Urbaine dans le siège municipal	*2 728 430*	*91,40*
Brésil	Total	190 755 799	100,00
	Urbaine	160 925 792	84,36
	Urbaine dans le siège municipal	143 792 645	75,38

Note : *La catégorie "urbaine dans le siège municipal" exclut la population résidant dans les aires urbaines isolées.
Source : IBGE, Recensement démographique 2010. Données organisées par l'auteur.

TABLEAU 4 : Brésil, Brasilia, agglomération métropolitaine et municipalités intégrantes ; population par situation en valeurs absolues et pourcentages ; 2010

Unité territoriale	Situation*	Population	%
Brasilia	Total	2 570 160	100,00
	Urbaine	2 482 210	96,58
	Urbaine dans le siège municipal	2 467 139	95,99
Águas Lindas de Goiás	Total	159 378	100,00
	Urbaine	159 138	99,85
	Urbaine dans le siège municipal	159 138	99,85
Cidade Ocidental	Total	55 915	100,00
	Urbaine	43 654	78,07
	Urbaine dans le siège municipal	43 654	78,07
Luziânia	Total	174 531	100,00
	Urbaine	162 807	93,28
	Urbaine dans le siège municipal	98 260	56,30
Novo Gama	Total	95 018	100,00
	Urbaine	93 971	98,90
	Urbaine dans le siège municipal	93 971	98,90
Planaltina	Total	81 649	100,00
	Urbaine	77 582	95,02
	Urbaine dans le siège municipal	76 286	93,43
Santo Antônio do Descoberto	Total	63 248	100,00
	Urbaine	56 808	89,82
	Urbaine dans le siège municipal	56 808	89,82
Valparaíso de Goiás	Total	132 982	100,00
	Urbaine	132 982	100,00
	Urbaine dans le siège municipal	132 982	100,00
Agglomération métropolitaine de Brasilia	*Total*	*3 332 881*	*100,00*
	Urbaine	*3 209 152*	*96,29*
	Urbaine dans le siège municipal	*3 128 238*	*93,86*
Brésil	Total	190 755 799	100,00
	Urbaine	160 925 792	84,36
	Urbaine dans le siège municipal	143 792 645	75,38

Note : *La catégorie "urbaine dans le siège municipal" exclut la population résidant dans les aires urbaines isolées.
Source : IBGE, Recensement démographique 2010. Données organisées par l'auteur.

En termes de croissance de la population (Tableau 5), les valeurs pour les deux agglomérations ont chuté pendant la période 1970-2010, accompagnant les rythmes de croissance des autres agglomérations brésiliennes et du pays comme un tout (Brito, Horta et Amaral, 2001). Entre les deux agglomérations, celle de Curitiba montre, pendant la période de 2000-2010, un taux de croissance inférieur à 1,4%, soit 1% de moins que l'agglomération de Brasilia. Pendant la période 1970-1980, celle-ci a connu un taux global de croissance de 8,03% et plus de 9,5% dans l'alentour métropolitain, soit 1,7% de plus que le noyau. L'agglomération curitibaine s'est quant à elle accrue pendant la même période de 5,82% avec un taux de 7,8% pour l'alentour, soit 2,58% de plus que le noyau.

TABLEAU 5 : Agglomérations métropolitaines de Brasilia et Curitiba et municipalités intégrées ; populations absolues et pourcentages de croissance annuelle ; 1970-2010

Unité territoriale	Population					Taux de croissance annuelle (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1970-2010
Curitiba	624 362	1 052 147	1 313 094	1 586 848	1 751 907	5,22	2,22	2,12	0,99	2,65
Almirante Tamandaré	15 299	34 157	66 159	88 277	103 204	8,03	6,61	3,23	1,56	4,91
Araucária	17 117	34 789	61 889	94 258	119 123	7,09	5,76	4,72	2,34	4,99
Campina Grande do Sul	7 891	9 800	19 343	34 566	38 769	2,17	6,80	6,51	1,15	4,09
Campo Largo	34 405	54 834	72 523	92 782	112 377	4,66	2,80	2,76	1,92	3,04
Campo Magro	-	-	-	20 409	24 843	-	-	-	1,97	-
Colombo	19 258	62 882	117 767	183 329	212 967	11,83	6,27	4,96	1,50	6,18
Fazenda Rio Grande	-	-	-	62 877	81 675	-	-	-	2,62	-
Itaperuçu	-	-	-	19 344	23 887	-	-	-	2,11	-
Mandirituba	11 036	15 444	38 336	17 540	22 220	3,36	9,09	-8,77	2,37	1,80
Pinhais	-	-	-	102 985	117 008	-	-	-	1,28	-
Piraquara	21 253	70 641	106 882	72 886	93 207	12,01	4,14	-4,29	2,46	3,80
Quatro Barras	4 066	5 717	10 007	16 161	19 851	3,41	5,60	5,38	2,06	4,07
São José dos Pinhais	34 124	70 643	127 455	204 316	264 210	7,28	5,90	5,29	2,57	5,26
Alentour métropolitain	*164 449*	*358 907*	*620 361*	*1 009 730*	*1 233 341*	7,80	5,47	5,46	2,00	5,18
Agglomération métropolitaine de Curitiba	*788 811*	*1 411 054*	*1 933 455*	*2 596 578*	*2 985 248*	5,82	3,15	3,31	1,39	3,42
Brasilia	546 015	1 203 333	1 598 415	2 043 169	2 570 160	7,90	2,84	2,75	2,29	3,98
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	105 746	159 378	-	-	-	4,10	-
Cidade Ocidental	-	-	-	40 377	55 915	-	-	-	3,26	-
Luziânia	32 807	92 817	207 674	141 082	174 531	10,40	8,05	-4,34	2,13	4,30
Novo Gama	-	-	-	74 380	95 018	-	-	-	2,45	-
Planaltina	8 972	16 178	40 201	73 718	81 649	5,90	9,10	6,80	1,02	5,67
Santo Antônio do Descoberto	-	-	35 509	51 897	63 248	-	-	4,26	1,98	-
Valparaíso de Goiás	-	-	-	94 856	132 982	-	-	-	3,38	-
Alentour métropolitain	*41 779*	*108 995*	*283 384*	*582 056*	*762 721*	9,59	9,56	8,07	2,70	7,46
Agglomération métropolitaine de Brasilia	*587 794*	*1 312 328*	*1 881 799*	*2 625 225*	*3 332 881*	8,03	3,60	3,73	2,39	4,46

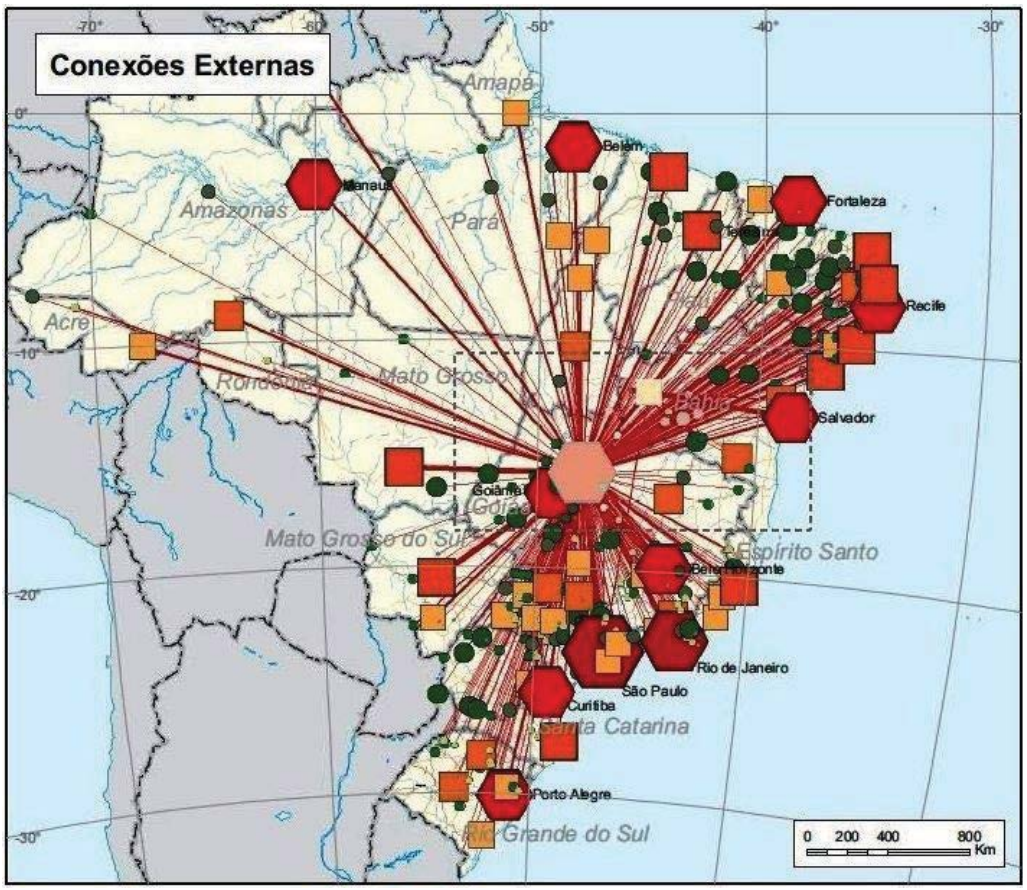
Source : IBGE, Recensements démographiques (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Calcul des taux de croissance annuelle : Marília Miranda Forte Gomes. Données organisées par l'auteur.

Pour les municipalités intégrées aux agglomérations, il faut souligner que les taux de croissance négatifs résultent de démembrements municipaux. C'est le cas à Luziânia dans l'agglomération de Brasilia[45] et à Piraquara[46] dans l'agglomération de Curitiba, qui ont subi respectivement 3 et 1 démembrements pendant la décennie de 1990.

Dans l'analyse des rôles urbains assumés par les villes dans différents réseaux, les positions de Brasilia et Curitiba dans le système urbain brésilien comme centres de gestion du territoire national sont primordiales. Elles ont été identifiées ainsi par l'IBGE dans l'étude *Regiões de influências das cidades* (2008), en considérant les niveaux de centralité des pouvoirs exécutifs et judiciaire fédéral, des entreprises, ainsi que la présence d'équipements et services de différente nature.

Selon cette étude, Brasilia et Curitiba sont des agglomérations métropolitaines de grande taille présentant des relations intenses et disposant d'une grande zone d'influence directe. La première occupe, avec Rio de Janeiro et São Paulo, le premier niveau de la hiérarchie dans la gestion du territoire, c'est-à-dire que ce sont des métropoles nationales. La deuxième, par contre, se trouve au deuxième niveau, celui des métropoles, à côté de Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife et Salvador.

Les figures suivantes montrent l'intensité des connexions externes des deux métropoles dans le système urbain national. On note que les interconnexions de Brasilia (Figure 1) couvrent tout le territoire national tandis que celles de Curitiba (Figure 2) se limitent aux régions Sud, Sud-est et Centre-ouest en plus de l'état de Rondônia dans la région Nord.

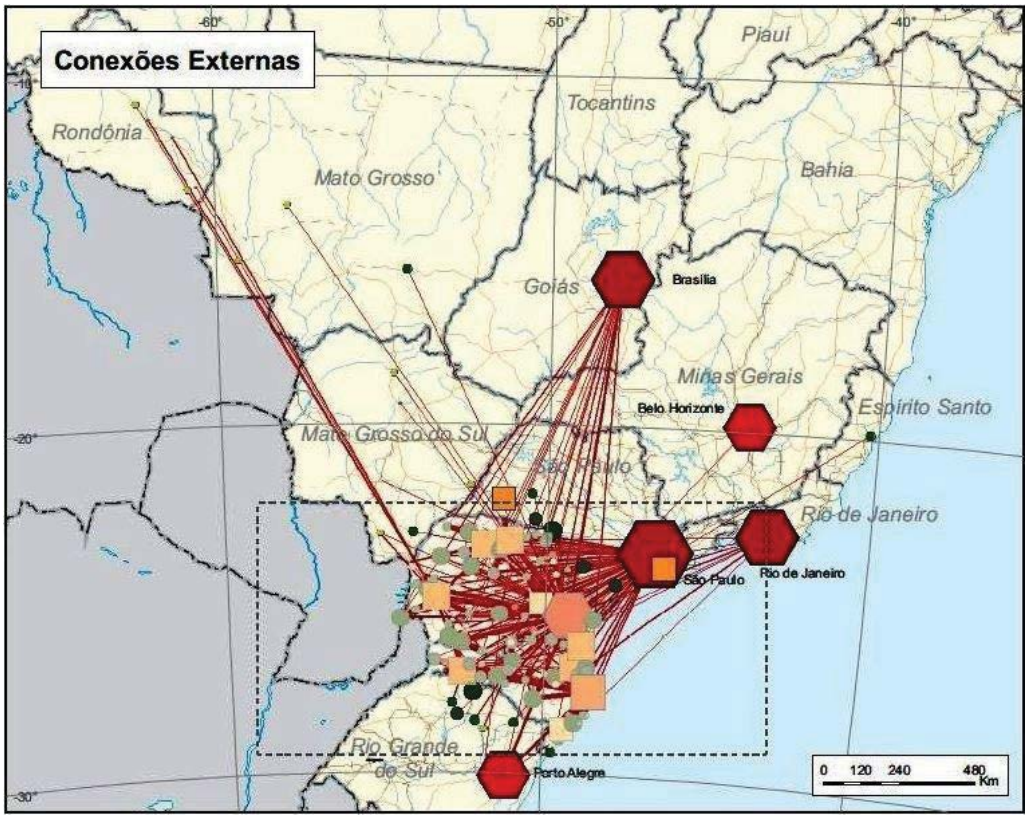


Source : IBGE (2008, p. 88).

FIGURE 1 : Brasilia ; connexions dans le système urbain national ; 2007

Dans l'étude *Regiões de influências das cidades* (IBGE, 2008), le rôle de Brasilia semble surdimensionné par la valorisation de la fonction politique liée à l'administration de l'État puisqu'il s'agit de la capitale fédérale. Cette valorisation a occasionné, dans le cas de Curitiba, une diminution relative de son rôle dans le système urbain puisque l'importance de cette métropole s'appuie plutôt sur des activités industrielles et d'entreprises. Mais dans l'étude *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos* (Ribeiro, 2009), les variables retenues montrent un écart plus faible. En effet, Brasilia occupe une position inférieure dans le système urbain national, mais toujours devant Curitiba. On peut toutefois y critiquer le peu d'importance attribuée aux indicateurs relevant de l'administration de l'État

alors que la fonction politique des villes conditionne les rôles assumés dans le réseau urbain, comme cela a déjà été mentionné. Dans cette étude, le fait que les villes sont ou non des capitales a à peine été considéré.



Source : IBGE (2008, p. 95).

FIGURE 2 : Curitiba ; connexions dans le système urbain national ; 2007

La figure 3 présente un tableau extrait de l'étude citée, qui identifie les agglomérations présentant un caractère métropolitain à partir des indicateurs utilisés. Il faut noter la similitude globale entre Brasilia et Curitiba, respectivement en cinquième et sixième positions ainsi que les différences spécifiques.

Curitiba a présenté en 2003 un total d'opérations banco-financières à peine légèrement supérieur à la moitié des opérations réalisées à Brasilia (55,41%). Pourtant, en 2002, il y avait un plus grand nombre de personnes employées dans des activités de pointe (42,85%) et la ville abritait en 2004 14 sièges des 500 plus grandes entreprises présentes dans le pays, six de plus que Brasilia.

Espaço Urbano	Indicadores						
	População Estimada 2004	Número de Agências Bancárias 2003	Total Operações Bancárias / Financeiras 2003 (R$)	Massa de Rendimento Mensal 2000 (R$)	Total Empregos Formais Atividades de Ponta 2002	Total Passageiros Tráfego Aéreo 2003	Total Sedes 500 Maiores Empresas 2004
São Paulo	19.127.370	2.211	290.370.351.319	9.088.632.439	575.693	15.892.622	178
Rio de Janeiro	11.298.480	1.104	70.874.367.409	4.902.060.829	182.045	7.885.088	60
Belo Horizonte	5.287.713	450	28.606.222.436	1.843.946.104	92.762	3.106.930	21
Porto Alegre	3.983.980	458	26.813.064.420	1.699.966.073	80.972	2.520.943	31
Brasília	3.370.265	215	44.982.681.326	1.432.134.395	40.276	5.908.893	8
Curitiba	3.110.455	288	24.926.256.461	1.267.829.534	70.746	2.339.696	14
Salvador	3.290.957	220	10.977.562.268	941.104.888	40.062	2.881.626	17
Recife	3.551.809	213	9.143.923.351	938.201.867	35.265	2.239.806	5
Fortaleza	3.283.710	158	11.757.461.218	755.310.994	21.885	1.473.812	6
Campinas	2.580.376	281	13.254.223.361	1.122.397.737	75.732	652.609	17
Manaus	1.592.555	68	2.659.250.823	368.891.104	38.810	1.083.488	18
Vitória	1.593.415	128	5.628.493.840	530.565.143	11.262	1.121.822	11
Belém	2.004.306	78	3.529.594.536	491.437.126	9.869	1.096.816	4
Goiânia	1.964.214	131	5.259.853.578	684.183.192	17.959	753.485	5
Florianópolis	912.326	118	3.345.536.189	400.368.110	12.890	1.112.112	2

Source : Ribeiro (2009, p. 06).

FIGURE 3 : Agglomérations métropolitaines ; indicateurs de position dans le système urbain ; 2000-2004[47]

En termes de concentration des activités (Figure 4), on a, pour l'agglomération de Brasilia, un modèle très concentré dans la ville-pôle, légèrement différent de ce qui s'observe dans l'agglomération curitibaine où la ville-pôle est elle aussi concentratrice, bien que moins intensément. Là, certaines activités sont plus dispersées dans l'agglomération, surtout à Araucária, qui abrite l'une des plus importantes raffineries de pétrole du pays[48], et à José dos Pinhais, important centre industriel et d'activités de pointe de l'agglomération[49]. Dans l'agglomération brasilienne, aucune activité significative ne s'est installée en dehors de la ville-pôle. Il faut remarquer, cependant, l'importante zone commerciale qui surgit à Valparaiso de Goiás, unique ville de la périphérie métropolitaine à abriter pendant longtemps un centre commercial[50].

Categoria	Aglomeração		
	Muito Concentrada	Concentrada	Menos Concentrada
1			São Paulo
2		Rio de Janeiro	
3	Brasília	Curitiba Fortaleza Salvador	Porto Alegre Recife Belo Horizonte
4	Belém Goiânia	Florianópolis	Vitória Campinas

Source : Ribeiro (2009, p. 44).

FIGURE 4 : Agglomérations métropolitaines ; niveaux de concentration des activités ; 2000-2004[51]

Cette discussion au sujet des rôles urbains assumés par Brasilia et Curitiba dans le système urbain national, associée à une analyse des niveaux d'intégration et de concentration de leurs agglomérations respectives, traite en fait de l'interconnexion entre la configuration spatiale de la métropole et la configuration territoriale des réseaux urbains qu'elles commandent ou pour lesquels elles représentent des nœuds importants. En d'autres termes, l'importance d'une ville dans le réseau urbain dépend en grande partie de l'ensemble des activités qu'elle abrite, activités qui conditionnent, parfois de manière péremptoire, sa structuration spatiale interne. L'installation d'industries automobiles dans la périphérie métropolitaine de Curitiba ou la haute concentration d'activités tertiaires supérieures, liées à l'administration de l'État dans le Plano Piloto de Brasilia sont des exemples paradigmatiques qui montrent comment l'installation et le renforcement d'activités nationales ou même importantes au plan international dans des zones spécifiques du territoire de la ville orientent les formes de la production et l'appropriation de l'espace urbain. Il s'agit donc de l'interconnexion entre trois échelles : l'échelle de l'espace urbain et celles qui renvoient aux deux types de systèmes urbains indiqués par Offner (2000, p. 173) :

> D'autres auteurs indiquent qu'il existe aussi une cohabitation entre deux types de systèmes urbains, un système de lieux centraux d'un côté (une région est formée autour d'une ville, le centre hiérarchique d'un cadre urbain) et de l'autre un système réticulaire (la ville comme *hub* d'un réseau mondial). Les historiens quant à eux insistent que de nombreuses villes, en particulier les grandes villes, s'insèrent dans les deux systèmes à la fois (traduction libre)[52].

Dans ces deux systèmes, les métropoles se présentent comme des nœuds importants. Certaines d'entre elles assument, dans le système réticulaire, une

fonction de commande qui leur assure le qualificatif de villes mondiales (ou globales) comme décrit antérieurement.

Notes

[1] Même dans le passé, il n'y avait pas de coïncidence parfaite puisque les symboles et valeurs de la campagne se superposaient à ceux de la ville.

[2] Dans cette thèse, le terme périphérie est utilisé dans son sens le plus générique, sans aucun contenu sémantique péjoratif. La périphérie représente la portion de la ville qui n'est pas constituée en centre et qui peut présenter des contenus variés et des caractéristiques sociospatiales de différentes natures. Parfois, ce terme est utilisé comme synonyme des alentours (par ex. la périphérie métropolitaine). On trouvera une bonne discussion à ce sujet dans Sposito (2004b). Pour préserver les spécificités de la formation sociospatiale brésilienne, le terme « banlieue » a été évité même s'il est assez répandu en France pour faire référence à des zones périphériques. J'utiliserai le mot « alentour » comme une traduction libre d'« *entorno* » (par ex. l'alentour métropolitain au lieu de banlieue métropolitaine), tout en assumant les risques sémantiques qui peuvent s'en suivre.

[3] Monte-Mór (2007) utilise le terme « tissu » dans le même sens métaphorique employé par Lefebvre (1999) quand celui-ci se réfère au fait que l'urbain a pris de l'ampleur et s'étend au-delà de la ville. Dans ce cas, il ne coïncide pas avec le « tissu urbain » par lequel nous désignons les portions du territoire occupées par des fonctions urbaines.

[4] 'tecido' que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões, uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, uma manifestação sócio-espacial da organização urbano-industrial contemporânea que abarca, virtualmente, todo o espaço social.

[5] Space itself may be primordially given, but the organization, use, and meaning of space is a product of social translation, transformation and experience.

[6] J'utilise ici le terme social dans une acception plus large, celle employée par Lefebvre (2000), qui englobe aussi le politique, l'économique et le culturel. Comme l'explique Soja (1996), il s'agit d'une des trois formes à partir desquelles l'être humain se constitue : le social (ou la socialité), le temporel (ou la temporalité) et le spatial (ou la spatialité).

[7] La notion d'agglomération sera traitée plus en détail à la fin de ce chapitre.

[8] The overwhelming fact of the 20th-century world urbanism has been the creation of a new kind of decentralised city; [...] urban functions spread out along highways growth corridors in low-density settlements that combine urban, suburban and rural elements in a seemingly random and endless collage. This city exists in its most advanced form in the United States but the economic, social and technological forces which have created it can be seen worldwide.

[9] [...] áreas urbanizadas denominadas genericamente de megalópole ou de eixo urbanizado em uma dimensão não-metropolitana.

[10] La notion de conurbation a été conçue par Geddes (1994 [1915]) en se référant à Londres à la fin du XIX^{e} siècle, début du XX^{e}. Aujourd'hui, cette notion est utilisée de manière équivoque, comme synonyme de « continuité territoriale urbaine » bien que cette caractéristique ne soit pas présente dans la formulation de l'auteur. Soja (2008) a repris pertinemment la notion en analysant l'agglomération de Los Angeles qui est essentiellement dispersée.

[11] The spatial extent of the urban scale is demarcated much more acutely by the field over which a daily journey to work is feasible.

[12] Formidablement dans le sens de quelque chose qui dépasse les dimensions habituelles.

[13] Je concorde avec Souza (2007) sur la nécessité de dépasser l'analyse de la différentiation spatiale (qui ne considère que l'espace social) en fonction d'une différentiation sociospatiale (qui tient compte des relations sociales et de l'espace social), même si je discorde de la traduction orthographique qu'il utilise pour expliquer sa pensée.

[14] Lorsque l'on parle du doublet ville/métropole, on ne peut négliger la paire dialectique quantité/qualité.

[15] Vérifier à ce sujet l'entrée « ville » et ses équivalents dans les autres langues présentés par Topalov et al (2010).

[16] [...] desafio de grande envergadura, porque nele está contida uma questão de fundo, qual seja haver algum consenso sobre o fato de que as novas formas espaciais, reflexo e condição de novos processos e dinâmicas de natureza econômica, social, política e cultural, possam ser qualificadas de formas espaciais urbanas.

[17] À ce sujet, regarder Carreras (2005).

[18] Uma tal distinção só seria supérflua se se partisse da absurda premissa de que a categoria espaço social se confunde ou se superpõe inteiramente com a própria categoria sociedade, em vez de dela ser um "subconjunto" (ou seja, como se o espaço social, inflacionado em seu conteúdo a ponto de tornar desnecessário o conceito de sociedade, abarcasse, sem maiores sutilezas, do substrato espacial material aos próprios seres humanos, passando pelas relações sociais).

[19] Je me réfère à l'expansion urbaine à partir d'un point de vue que Sposito (2004a, p. 60) entend comme analyse objective, c'est-à-dire « celle de l'expansion de la base territoriale sur laquelle est établie la ville et où s'instituent les usages et appropriations du type urbain » (traduction libre). L'analyse que l'auteure dénomme subjective et qui englobe l'institution de territorialités et les pratiques spatiales sera étudiée dans un chapitre postérieur.

[20] L'étalement urbain est une extension à faible densité des villes en périphérie de plus en plus lointaine (Ascher, 2010, p. 200).

[21] Ces trois dimensions du territoire de la ville sont détaillées et expliquées par Sposito (2004a. p.74-76).

[22] Com efeito, muitas vezes, a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infra-estruturas de circulação e comunicação (sistema viário, sistema de fornecimento de água ou captação de esgotos, redes de telefonia, televisão e internet etc.) e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos (veículos automotivos, antenas, microcomputadores etc.).

Quando essas duas dinâmicas – descontinuidade territorial e continuidade espacial – ocorrem simultaneamente e se articulam, pode se reconhecer, no plano da forma urbana, a constituição de rupturas no tecido urbano e, no plano das dinâmicas e processos, a realização da integração espacial.

[23] Entendo que *dispersão*, esse paradigma em que todos estamos pensando, no qual estamos trabalhando, é um conceito de natureza topológica, diz respeito às relações das distâncias entre as coisas mais do que um fenômeno de densidade, mais do que um fenômeno de *difusão*.

[24] Ce sens est partagé par les langues portugaise et française selon respectivement le *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* et *Le Petit Robert de la Langue Française*.

[25] Il faut remarquer que ces études ont aussi une petite marge pour considérer des critères moins objectifs et quantifiables, mais ils sont moins représentatifs dans l'univers des variables analysées.

[26] La référence à la forme exige que l'on comprenne que toute forme présente un contenu et s'articule pour composer une morphologie. L'idée de la métropole prise comme centre de commande n'est pas abandonnée, mais elle a peu d'importance à ce moment de la discussion.

[27] Je me réfère aux réalités multiples, parce qu'elles varient en nombre, et plurielles, car elles se différencient les unes des autres, en suivant le même sens donné par Sposito (1999) quand elle analyse les multi(poly)centralités urbaines.

[28] Reolon (2007) mène une discussion assez approfondie à ce sujet tout comme moi-même dans un autre travail (cf. Catalão, 2010). Une liste actualisée des régions métropolitaines et des régions intégrées de développement officielles est disponible sur Observatório das Metrópoles (2010).

[29] Je ne discuterai pas l'inefficacité de la gestion et de la gouvernance métropolitaines dans le cas brésilien, associée à l'impuissance des unités fédérées (états et municipalités) à réaliser des actions de portée régionale. Une discussion de ce type rendrait la question plus complexe et m'éloignerait des objectifs de cette thèse. Ce que j'affirme, c'est que la grande hétérogénéité des villes qui composent les régions métropolitaines et les régions intégrées de développement est l'un des motifs de l'inefficience. Pour plus de détails sur cette discussion, se reporter à Garson (2009) ainsi qu'à Reolon (2007) et à Catalão (2010), déjà cités.

[30] En fonction de la Constitution de 1988, les états ne peuvent pas créer légalement des régions métropolitaines englobant des municipalités d'une autre unité fédérative. Dès lors, la création de régions intégrées de développement relève du pouvoir fédéral. Les objectifs sont semblables à ceux des régions métropolitaines tout comme leur inefficacité. Pour une critique au sujet de la RIDE, voir Catalão (2010).

[31] Je me réfère précisément aux villes qui sont fruits de l'histoire, avec des caractéristiques plus spontanées des actions, des logiques et des intérêts de ceux qui l'ont produite.

[32] La date officielle de l'anniversaire de Brasilia renvoie à l'année de son inauguration comme capitale, 21 avril 1960, malgré le fait que l'occupation de son territoire ait commencé en 1955.

[33] Pour une discussion sur le centre et la centralité à Brasilia, consulter Catalão (2008).

[34] Cette dénomination n'est pas scientifiquement adéquate en plus d'être assez incommune, car une ville-satellite a besoin d'une certaine autonomie par rapport à la ville-pôle même si son existence se justifie justement par son rapport avec cette ville. Cela ne se produit pas avec les noyaux urbains dispersés sur le territoire du District Fédéral, car ils établissent avec le Plano Piloto une relation de forte dépendance, particulièrement d'ordre économique et politique. Entretemps, ce terme a fini par se transformer en une sorte de marque caractéristique de la configuration spatiale brasilienne. Des références sur la ville-satellite figurent dans l'ouvrage organisé par Topalov et al (2010) où d'autres sources sont également citées.

[35] La municipalité de Curitiba a été créée le 29 mars 1693 bien que le district date de 1654.

[36] Je cite, pour référence, l'une des plus récentes publications de Paviani, mais je reconnais l'importance et l'ampleur de son œuvre sur la géographie urbaine de Brasilia, en particulier les livres dont il est l'auteur ou l'organisateur, tous publiés par les Éditions de Université de Brasilia [Editora Universidade de Brasilia]. On trouvera une analyse plus détaillée des œuvres et idées de Paviani dans Catalão (2010).

[37] Une troisième acception est possible : un noyau urbain isolé peut être éventuellement dénommé agglomérat.

[38] Agglomération urbaine/métropolitaine présente les équivalents suivants : *aglomeração urbana/metropolitana* en portugais, *urban/metropolitan agglomeration* en anglais, *aglomeración urbana/metropolitana* en espagnol, *agglomerazione urbana/metropolitana* en italien *aglomeració urbana/metropolitana* en catalan, pour ne citer que les langues des ouvrages consultés pour la rédaction de cette thèse. Toutes les équivalences n'existent pas pour agglomérat urbain/métropolitain dans les mêmes langues.

[39] L'expression « *aglomerado urbano* » [agglomérat urbain] est utilisée dans la Constitution à côté de « *região metropolitana* » [région métropolitaine] comme une unité régionale dont la création incombe aux états.

[40] La question de savoir quelle serait la plus grande agglomération latino-américaine, São Paulo ou Mexico, est controversée. Selon Burdett et Sudjic (2011) et l'*Urban Age Programme* (2011), São Paulo occupe actuellement la première position.

[41] Les densités urbaines traitées de manière générale dans cet item sont analysées plus en détail dans un chapitre postérieur.

[42] Par population urbaine, on entend celle qui réside dans des domiciles situés dans les limites du périmètre urbain du district siège ou d'autres districts situés à l'intérieur de la municipalité. Cette classification ne prend pas en compte le mode de vie, ni les pratiques sociospatiales des habitants qui peuvent être clairement urbaines même s'ils résident en zone rurale. Cette situation est trop subjective pour pouvoir être quantifiée.

[43] Conformément à Burdett et Sudjic (2011).

[44] Au Brésil, les municipalités sont composées de districts urbains, dont souvent le plus grand et le plus important est nommé siège municipal, c'est-à-dire qu'il abrite la mairie.

[45] Santo Antônio do Descoberto provient d'un démembrement de la municipalité de Luziânia, réalisé pendant la décennie de 1980, tout comme Cidade Ocidental, Novo Gama et Valparaíso de Goiás, émancipés au début de la décennie de 1990. Águas Lindas de Goiás fut démembrée de Santo Antônio do Descoberto à la fin de la décennie de 1990, ce qui explique une croissance réduite, mais positive pendant la deuxième période de 2000-2010.

[46] Pendant la décennie de 1990, Piraquara a donné lieu à la municipalité de Pinhais, tandis que Fazenda Rio Grande a été démembré de Mandirituba. Itaperuçu est originaire de Rio Branco do Sul, municipalité en dehors de l'agglomération métropolitaine. Campo Magro s'est démembré d'Almirante Tamandaré, qui a présenté un taux de croissance assez élevé, resté positif malgré le démembrement.

[47] Comme le tableau a été repris tel qu'il apparaît dans l'étude, voici la traduction des informations : « Espace urbain » et « indicateurs : population estimée, nombre d'agences bancaires, total d'opérations bancaires/financières, masse de revenu mensuel, total d'emplois formels dans des activités de pointe, total de passagers dans le trafic aérien, total de sièges de 500 plus grandes entreprises ».

[48] Selon des informations accessibles sur le site internet de Petrobras, la raffinerie Presidente Getúlio Vargas (REPAR), inaugurée à Araucária en 1977, produit approximativement 12% des produits dérivés du pétrole du pays. De cette production, 85% sont destinés aux états du Paraná, de Santa Catarina et de Mato Grosso do Sul ainsi qu'à la partie sud de l'état de São Paulo.

[49] L'indicateur « emplois dans des activités de pointe » à Curitiba doit une partie de son importance à São José dos Pinhais (cf. Ribeiro, 2009). Cette ville, qui abrite l'aéroport international Afonso Pena, accueille aussi les parcs industriels automobiles de Renault-Nissan et d'Audi-Volkswagen. À ce sujet, consulter Firkowski (2001).

[50] Il s'agit du Shopping Sul, appartenant au groupe Terral Shopping Centers, qui possède aussi un deuxième centre commercial, Águas Lindas Shopping, tout récemment inauguré à Águas Lindas de Goiás. La ville de Luziânia a elle aussi reçu un centre commercial en 2012 : Luziânia Shopping.

[51] « Catégorie » et « agglomération : très concentrée, concentrée, moins concentrée ».

[52] Others comment that there still exists cohabitation between two types of urban systems, a system of central places on the one hand (a region is formed around a town, the hierarchical center of an urban framework), and on the other, a reticular system (the town as the hub of a world network). Historians emphasize that 'many towns, particularly large ones, find a place in both systems'.

CHAPITRE 2 – Différence, inégalité et fragmentation sociospatiale

L'identité a éliminé l'espace. La différence le ressuscite[1] (Moreira, 1999, p. 41, traduction libre).

[1] A identidade eliminou o espaço. A dife-rença o ressuscita

2.1. Revaloriser la différence

En 1970, Henri Lefebvre a lancé un manifeste qui proposait de repenser la société à partir du « concept »[1] de différence. Ce manifeste, très négligé dans les études urbaines – du moins au Brésil et en France[2] –, évoque l'évidence d'une caractéristique fondamentale de la constitution socioanthropologique et sociospatiale humaine : la production des différences.

> Pourquoi la *différence* ? Cette question déjà n'a guère de sens. Vous y êtes, nous y sommes, et chacun de nous, dans le différent. Celui qui ne veut et ne peut ni imiter de loin quelque grand Modèle, ni s'identifier à lui, celui-là n'a d'autre issue que de se vouloir *autre*. Il l'est déjà ! (Lefebvre, 1970, p. 51).

Cette approche permet d'envisager la comparaison de Brasilia et Curitiba, davantage à partir de leurs différences que de leurs ressemblances. Elle conduit tout d'abord à revaloriser la différence dans l'analyse géographique étant donné que, toujours selon Lefebvre, nous vivons dans un espace-temps différentiel qui est engendré par la société urbaine en devenir, et ensuite à surmonter « la primauté de l'inégalité sur la différence [...] qui peut se traduire en confusion, c'est-à-dire en incapacité de distinguer les relations et les distinctions entre inégalités et différences » comme l'explique Sposito (2011, p. 128)[3]. Cette tâche n'est évidemment pas facile dans une société comme celle du Brésil où l'inégalité, produite en grande partie par des formes de préjugés, stigmates et discrimination, est la base de la structure sociale et des configurations spatiales. Cependant, de mon point de vue, la revalorisation de la différence est précisément ce qui peut contribuer à surmonter les clivages sociaux et spatiaux existants, par la promotion de la tolérance[4] et de la solidarité vis-à-vis du différent. Ces clivages conditionnent en grande partie la dispersion urbaine, thème central de cette discussion.

Ainsi, dans le cadre de ce que Smith (1992b, p. 64) appelle le virage géographique, caractérisé par « la recherche de moyens pour exprimer des thèmes comme la différence, la diversité, la fragmentation et la dissociation », nous traitons justement de la différence géographique comme moyen analytique de la dispersion urbaine à Brasilia et Curitiba. En effet, cette dispersion existe comme expression de la fragmentation sociospatiale, processus qui émerge à partir du renforcement des inégalités et de l'établissement de la différence comme négativité (Carlos, 2007; Sposito, 2011).

La différence est une caractéristique consubstantielle de l'être humain,

c'est-à-dire que pour exister homme et femme produisent des différences et se manifestent grâce à elles, tant dans leur propre corps que dans leurs espaces de vie. C'est ce qu'affirme Porto-Gonçalves (2004, p. 32) :

> Ce que l'espèce humaine – *homo sapiens sapiens* – a fait tout au long de son aventure sur la planète, c'est construire différents sens culturels pour ses pratiques, à partir d'expériences dans les différents écosystèmes et les différents échanges interculturels qu'il a pu expérimenter au long de l'histoire[5] (traduction libre).

La compréhension de la différence, dans ce sens, n'est possible que par l'entendement de l'échelle géographique comme moyen de sa manifestation, et comme concept à travers lequel la différence spatiale devient cohérente, selon la proposition de Smith (1992a, 1992b). Tout comme l'échelle qui est à leur base, les différences géographiques sont en effet dynamiques, elles « sont perpétuellement reproduites, soutenues, minées et réorganisées par des processus politico-économiques et sociologiques qui se produisent au moment présent »[6] (Harvey, 2004, p. 111, traduction libre).

Néanmoins, toutes les différences ne sont pas le produit d'une option simple et/ou consciente et elles ne peuvent pas toujours être effacées/altérées. Le sexe, le groupe ethnique, la couleur de la peau et des yeux, le lieu de naissance, par exemple, ne peuvent être choisis avant la naissance. Il s'agit là d'un ensemble de caractéristiques qui fait que chaque personne est singulière ; cela interfère, par conséquent, avec la configuration de son espace vécu. Je n'admets pas, évidemment, le caractère péremptoire de ces caractéristiques ou d'autres, je souligne seulement le fait que leur origine ne dépend pas d'un choix et qu'elles peuvent, dans de nombreux cas, conditionner considérablement les trajectoires de vie, y compris les choix spatiaux que nous faisons, et les stigmates territoriaux auxquels nous sommes soumis.

Dans la société, les relations s'établissent à partir du jeu entre différences et similitudes, selon la capacité de tolérance et acceptation que les uns ont par rapport aux autres. Dans ce sens, d'une part, c'est plus la différence que la similitude qui caractérise un individu et la négation de la différence est, en soi, la négation de la nature proprement humaine. D'autre part, en termes de coexistence sociale, c'est le principe de l'égalité qui est à la base des sociétés et il n'y a là aucune contradiction, car similitude et différence ne sont pas les synonymes respectifs d'égalité et d'inégalité. En d'autres termes : nous pouvons être à la fois égaux et différents. Le problème apparaît quand la différence devient inégalité et

finit par se nier elle-même.

Bien que cette caractéristique soit inhérente à la constitution sociospatiale humaine, force est d'admettre que la différence est aussi génératrice de conflits, créant des divisions qui mènent à la marginalisation, la ségrégation, la fragmentation et, à l'extrême, à l'exclusion sociale[7] – processus qui menacent l'unicité et l'organicité des villes présentes et en devenir.

Dans ce sens, le questionnement de Farah (2011, p. 13) semble très pertinent : « les divisions sociales (culturelles et socioéconomiques) en s'inscrivant dans des géographies urbaines mènent-elles à la désintégration du système Ville qui sera remplacé par une anarchie violente menée par les logiques identitaristes et les égoïsmes individualistes ? ». Ce questionnement s'insère, selon les arguments de l'auteur, dans la discussion sur la persistance de la ville comme modèle historique de succès du « vivre ensemble ». Ce modèle des communautés agrégées[8] actuelles – *gated communities* – semble vouloir se reproduire de manière équivoque : leurs motifs résideraient plus dans la volonté de se mettre à l'écart de ceux qui sont différents – en termes sociaux, économiques, culturels, ethniques etc. qui, en fonction de ces différences, sont devenus inégaux – que dans un désir de proximité par rapport à leurs semblables. Il s'agit de ce que Lefebvre (2006) a dénommé la conscience de la ville et de la réalité urbaine estompées.

Cette discussion rappelle combien il est nécessaire de valoriser la différence comme moyen de manifestation de l'humanité – puisque le processus d'humanisation est lui-même un processus de différenciation – et de l'urbanité – comme condition d'être urbain par rapport à l'altérité conférée par la proximité dans la ville. Ainsi, la différenciation en tant que processus, étudiée depuis longtemps en géographie depuis la différentiation classique des aires hettnériennes jusqu'à l'actuelle différenciation sociospatiale traitée par Carlos (2007), Souza (2007) et Sposito (2011), entre autres, doit être comprise comme inhérente au processus de production de l'espace lui-même : « non seulement la fragilité et la fugacité des relations sociales contemporaines s'expriment 'dans' l'espace, mais la production de l'espace est de plus en plus le moyen par lequel on construit et reconstruit la différence sociale »[9] (Smith, 1992b, p. 64, traduction libre).

En ce qui concerne la ville, différence et différenciation sont des caractéristiques d'autant plus inséparables. Selon Lefebvre (2006, p. 15), « [la] vie urbaine présuppose des rencontres, confrontations des différences, connaissance et re-

connaissance réciproques (y compris dans l'affrontement idéologique et politique) des façons de vivre, des 'patterns' qui coexistent dans la Ville » (traduction libre[10]). Pour l'auteur, nier la possibilité de la différence par la mise en évidence d'une séparation tendanciellement exacerbée des classes et des groupes sociaux signifie donc la fin de l'urbanité dans un sens que l'on peut comprendre comme celui du refus de la différence à travers sa transformation en inégalité.

2.2. Différence et inégalité

Inégalité et différence sont des caractéristiques humaines indissolublement liées. Même si l'on veut se centrer plus spécialement sur la différence, il ne s'agirait que d'une analyse partielle étant donné le poids de l'inégalité dans la constitution sociospatiale brésilienne, comme cela a déjà été indiqué. En tout cas, être différent et vivre dans des conditions d'inégalité ne sont en aucun cas la même chose, même si la deuxième condition peut être la cause de la première, tout en n'étant pas nécessairement causée par elle. Mais comment cela est-il possible ?

Lefebvre (1970) s'interrogeant sur la possibilité de proposer un droit à la différence acquiesce, mais il explique :

> En un sens, le 'droit à la différence' n'a pas besoin d'être stipulé, car il fonde les autres droits concrets et il en est la source. S'il y a un droit de l'enfant et de la femme, c'est bien parce que l'enfant et la femme diffèrent de 'l'homme' en général et parce qu'ils diffèrent entre eux. [...] Il ne peut s'affirmer pleinement qu'au-delà de l'écrit et du prescrit, dans une coutume reconnue comme fondement des rapports sociaux (Lefebvre, 1970, p. 45).

On voit dès lors que l'existence même de droits (civils, politiques ou sociaux) se base sur la nécessité de reconnaître la légitimité de toutes les différences. C'est sur cette affirmation que s'appuie l'idée d'égalité des droits. En effet, dans l'hypothèse d'une société formée d'individus absolument égaux, aucune règle ne serait nécessaire puisque tous auraient les mêmes caractéristiques et les mêmes comportements. L'existence de conduites déviantes serait donc impossible tout comme, par conséquent, la nécessité de réguler ces conduites. Ici, l'idée d'équité semble plus adéquate parce qu'elle est porteuse d'une compréhension moins péremptoire que ce que l'idée d'égalité peut dénoter.

En effet, nous ne sommes pas tous égaux. Alors, n'importe quel ensemble de lois en vigueur dans une société doit se baser sur la légitimité des différences

pour établir une équité sociale – et par conséquent spatiale – dans laquelle les droits et les opportunités sont garantis universellement malgré les singularités des individus qui composent ce corps social. Dans le sens lefebvrien, ceci serait une redondance puisque la différence est partie intégrante du droit ; dans une société inégale comme celle du Brésil, cette redondance apparaît, en tout cas, comme une opportunité pour la constitution d'un véritable développement sociospatial[11].

Lorsque la différence devient le moyen par lequel les individus et/ou des groupes sont privés de leurs droits (sociaux, civils ou politiques), il s'agit en fait d'inégalité ou, en d'autres termes, de l'impossibilité de faire accepter et traiter les différences comme légitimes dans la société.

Inégalité signifie impossibilité d'existence d'égalité. Celle-ci, comme le propose Lummis (1992), doit être comprise à partir de deux perspectives distinctes : la ressemblance/homogénéité et la justice. En termes de ressemblance, l'égalité se présente comme inatteignable et même indésirable dans notre société. En effet, le respect et la tolérance vis-à-vis de la différence de l'autre sont des critères fondamentaux pour la coexistence sociale et l'élimination de préjugés et discriminations – par la couleur de la peau, la condition socioéconomique, le genre, l'ethnie, l'orientation sexuelle, l'origine, etc. En termes de justice, l'égalité se réfère à la citoyenneté, et par là, se caractérise comme souhaitable et nécessaire en concédant a tous – indépendamment de la couleur, de la condition socioéconomique, du genre, de l'ethnie, de l'orientation sexuelle, de l'origine géographique, etc. – les mêmes droits sociaux (habitation, circulation, éducation, santé…), civils (mariage, adoption, héritage, nationalité…) et politiques (voter et être élu, s'associer, se syndicaliser…).

Donc, si l'on admet que la différence doit être valorisée et ne peut être un moyen d'empêcher l'accès à certains droits, ce qui conduirait à la destruction même du droit, selon le point de vue de Lefebvre (1970) déjà cité, la perspective adoptée ici est celle de la justice. En effet, le problème de l'inégalité – qui n'est pas d'ordre économique, mais politique, car il concerne les décisions sur la répartition de la richesse produite – exige des comportements justes quand il s'agit de traiter les personnes et non la construction d'un monde dictée par l'homogénéité économico-culturelle (Lummis, 1992).

Dans le cas brésilien, en général, et des villes analysées dans cette thèse, en

particulier, où prédomine un clivage sociospatial à base socioéconomique[12], l'argumentation de Lummis (1992) est très pertinente parce qu'elle identifie la cause réelle de l'inégalité comme étant non pas la pauvreté, mais les excès et la surabondance – associés d'une certaine façon à une accentuation de l'indifférence *vis-à-vis* de l'autre[13].

L'inégalité quant à elle s'associe de manière intrinsèque au développement capitaliste qui se réalise inévitablement comme développement inégal (Smith, 1988 ; Soja, 1993 ; Harvey, 2004), tel un processus de concentration de richesses économiques produites par le travail de plusieurs sous le domaine de certains. Cela amène à questionner, avec Lummis (1992), le type de développement possible dans le capitalisme contemporain et celui produit et soutenu par l'indifférence, c'est-à-dire l'absence de distinction, entre croissance et développement (Lefebvre, 1970).

Pour Lummis (1992), l'affrontement de l'inégalité concerne plus la sphère politique que l'économique puisqu'il se réfère moins à la quantité de ce qui est produit qu'à son moyen de production et partage. Cela explique donc pourquoi le Brésil est plus remarquable à faire croître l'économie qu'à faire diminuer l'inégalité dans le partage des revenus.

2.3. Différences et inégalités brésiliennes

La formation du peuple brésilien et de son territoire national est marquée par un intense processus de différenciation lié à la diversité même des différences qui coexistent depuis l'invasion et la permanence des portugais jusqu'aujourd'hui. Même si cette caractéristique de grande diversité dans la composition sociale et la structuration territoriale est commune, d'une certaine manière, à tous les pays latino-américains voisins, au Brésil elle se présente de manière plus marquée en raison de la continentalité du territoire et de la diversité des populations autochtones ou immigrées. Ces deux raisons combinées et insérées dans les contextes colonial et postcolonial ont créé dans le passé et réitèrent dans le présent non seulement une intense différenciation sociospatiale, mais aussi de fortes inégalités sociospatiales. Dans quelques pays voisins comme la Colombie ou le Venezuela, ces processus de différenciation et de production de l'inégalité sont assez semblables. On observe les mêmes processus aux États-Unis quoique leur histoire soit d'une tout autre nature et ait d'autres spécificités et que les résultats sont diffé-

rents. Enfin, dans des pays comme l'Uruguay, l'Argentine ou le Chili, la réalité est un peu différente, surtout en fonction de la proportion des peuples qui composent les structures de population et des jeux de pouvoir entre eux.

Si cet exercice de recherche des similitudes et différences est intéressant et provocateur, il n'en est pas moins exhaustif et peu productif. Ceci amène à adopter, dans cette thèse, une perspective qui va du général – la réalité latino-américaine – au particulier – les réalités brésiliennes, de Brasilia et de Curitiba – tout en cherchant à identifier ce qui est universel et singulier aux cas étudiés en termes de société, d'espace et d'urbanisation.

En ce qui concerne la structure de la population, les différences résultent de la combinaison aléatoire entre, principalement, des groupes afros d'origine subsaharienne, européens, surtout occidentaux, amérindiens et, dans une moindre mesure, d'Extrême-Orient, surtout japonais. Cette combinaison, résultat de la « miscibilité » des Portugais dont parle Freyre (2004), a produit une population nettement métissée, que ce soit dans ses traits physiques ou dans la culture et l'identité. Par suite, la société brésilienne a développé plein d'antagonismes historiquement conditionnés, comme ceux que Freyre identifie (2004, p. 65) :

> Il s'est formé en Amérique tropicale une société agraire dans sa structure, esclavagiste dans sa technique d'exploitation économique, et hybride d'indiens et plus tard de noirs dans sa composition. Société qui se développerait, défendue moins par la conscience de race, pratiquement nulle chez le Portugais cosmopolite et malléable, que par l'exclusivisme religieux, dédoublé en système de prophylaxie sociale et politique. Moins par l'action officielle que par le bras et l'épée du particulier[14] (traduction libre).

Comme espace et société sont dialectiquement co-constitutifs, la structure territoriale brésilienne exprime et répète la structure sociétale, toutes deux fruits de cette combinaison entre latifundium, exploitation humaine et métissage bio-culturel. Les diversités de population présentées plus haut se combinent également de manière interactive ; une géodiversité[15] riche et une abondance de terres utilisables à diverses fins composent un ensemble socioterritorial hétérogène et complexe, marqué donc par des différences.

Parmi ces facteurs sociaux, culturels, économiques et politiques plus complexes et plus complets qui sont à la base de l'accentuation des processus de différenciation sociospatiale producteurs d'inégalités, Quijano (2001/2002, p. 10) en détache quatre :

> 1) la colonialité[16] du pouvoir, c'est-à-dire l'idée de « race » comme fondement du modèle universel de classification sociale basique et de domination sociale ; 2) le capitalisme comme modèle universel d'exploitation sociale ; 3) l'État comme forme centrale universelle de contrôle de l'autorité collective et l'État-nation moderne avec sa variante hégémonique ; 4) l'eurocentrisme comme forme hégémonique de contrôle de la subjectivité/intersubjectivité, en particulier du mode de production de connaissances[17] (traduction libre).

Ces quatre facteurs se combinent pour établir les modèles de pouvoir mondial, mais ils se manifestent différemment selon les lieux, car ils se conjuguent aux caractéristiques des formations sociospatiales respectives. En d'autres termes, ils peuvent être plus ou moins néfastes en fonction du lieu de leur mise en place. Ceci est évident si l'on compare l'Europe occidentale à l'Amérique latine.

Le concept de colonialité du pouvoir, de Quijano, concerne les rapports de domination établis par les colonisateurs européens à travers l'imposition de la notion de race pour établir une distinction entre dominant et dominé à partir de caractéristiques atribuées à l'un ou l'autre groupe, telle l'absence d'âme chez les noirs comme justification de l'esclavage. Dans le cas brésilien, le poids de ce facteur est particulièrement accablant en fonction de l'importance de l'esclavage dans la structuration des rapports sociaux et dont l'héritage persiste encore dans l'imaginaire et la structure de la société. Ainsi, des comportements esclavagistes peuvent encore être détectés dans certaines situations déterminées comme l'indifférence et/ou l'invisibilité de l'autre lorsqu'il occupe des fonctions socialement considérées comme inférieures et moins dignes[18]. Ceci touche indistinctement tous les groupes sociaux, même si certains en subissent plus que d'autres les conséquences.

Le capitalisme est le mode de production dans lequel la richesse est produite par le contrôle et l'exploitation du travail à des fins d'accumulation. Il est dominant dans le monde contemporain et pénètre même des pays où l'économie est différente comme la Chine. Il est apparu avec la formation de l'Europe moderne et la colonisation des Amériques et, selon Lefebvre (1973), il est devenu hégémonique en utilisant l'espace, en le produisant et en le consommant comme moyen de reproduction. Il s'agit d'un mode de production qui, simultanément, engendre et s'alimente des inégalités en dépit de l'idée inhérente de développement économique possible pour tous (Lummis, 1992). Mais ce n'est qu'une fiction – des fables comme dit Santos (2008) –, car il est impossible à tous de parti-

ciper de façon égale aux pratiques consuméristes de la « société bureaucratique de consommation dirigée » dont parle Lefebvre (1991) et qui a, en Europe occidentale et en Amérique anglo-saxonne, une grande répercussion.

Ces dernières années, une certaine stabilité économique s'est installée dans le pays grâce au Plan Réal (1994), aux politiques néolibérales du gouvernement de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) et au compromis assumé par le président Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) et par l'actuelle présidente Dilma Roussef (2011-). Face à la croissance économique centrée spécialement sur l'agro-industrie d'exportation, un grand débat a été lancé autour de l'amélioration des conditions de vie de la population et de la direction à prendre pour le développement du pays. L'appellation de pays sous-développé a été abandonnée au profit de la dénomination plus adéquate de pays en développement ou émergent. On ne peut évidemment nier les progrès socioéconomiques réalisés dans le pays surtout grâce aux politiques de lutte contre la pauvreté entreprises à partir du gouvernement Lula. Mais dans le cadre du capitalisme en pleine vigueur dans une société caractérisée par des problèmes structuraux, ces avancées ne peuvent apparaître que comme une fiction, comme on le verra plus loin.

L'État-nation comme forme d'organisation politique d'une société donnée et, pour Quijano, comme structure d'autorité et de domination collective, est une construction européenne moderne, basée théoriquement sur la citoyenneté et l'existence d'une égalité juridico-politique entre tous les membres d'un même corps social. Son contrôle par les élites dont l'objectif est l'accumulation de la richesse – ou qui parviennent presque toujours à contrôler les autres à travers la richesse (Lummis, 1992) – est ce qui a historiquement toujours causé des crises et la méfiance quant à leur persistance comme structure la plus adéquate pour, sinon promouvoir, du moins assurer la pleine concrétisation de la démocratie et de la citoyenneté[19]. Ces crises et méfiances ne sont pas infondées quand on perçoit la propre action politique de l'État, grand capitaliste monopoliste et néolibéral.

Finalement, l'eurocentrisme apparaît comme une perspective de connaissance – et donc de domination – qui survalorise la rationalité européenne apparue à partir du XVII^{e} siècle et basée principalement sur le dualisme entre la raison et le corps et entre le sujet et l'objet. Parmi les quatre facteurs indiqués par Quijano, c'est l'un des plus complexes car il concerne la constitution de la pensée et l'organisation de la connaissance qui sous-tendent la structure sociale. Comme l'affirme Benjamin (2004, p. 1), « le transbordement de l'histoire euro-

péenne en histoire mondiale a fait en sorte que le monde entier est entré dans un état de crise permanente qui dure jusqu'à présent »[20] (traduction libre). Ceci se produit d'ailleurs parce que l'idée même d'histoire européenne a été forgée à partir d'une liaison directe de l'histoire grecque ancienne avec l'histoire moderne de l'Europe occidentale, comme si cela s'était vraiment passé ainsi. Selon l'auteur, on ignore, par exemple, les plus fortes influences de la philosophie grecque sur les courants de la pensée arabe, lors des invasions maures, quand les œuvres des philosophes grecs ont été introduites dans la Péninsule ibérique.

Ainsi, la conjonction du capitalisme, de l'État néolibéral, de la colonialité et de l'eurocentrisme surgit dans un contexte favorable au développement de sociétés inégales et inégalitaires telles, en particulier, la société brésilienne et, de manière plus générale, les sociétés latino-américaines.

Les inégalités au Brésil sont en partie expliquées par la relation conflictuelle entre modernisation et modernité, relation inscrite elle-même dans les problèmes d'ordre structural décrits plus haut. À côté d'une forte croissance économique, surtout au tournant du siècle, de la modernisation des infrastructures et de l'accroissement du marché de la consommation, persiste encore un tiers-mondisme d'ordre social. Selon Portella (2001), le conflit résiderait dans la contradiction entre le cosmopolitisme et l'universalisme de la modernité et le nationalisme traditionaliste de base religieuse et intégriste du modernisme. En conséquence et comme renforcement de cela, l'auteur explique :

> On ne peut pas dire que notre pays ait développé les lieux habituels de la sociabilité – école, culture, média, politique – comme des instances émancipatrices. Ceci, en grande partie parce que, outre les défauts de fabrication, notre modernité a mal décollé[21] (Portella, 2001, p. 458, traduction libre).

Face à la grande production de richesse et à la modernisation économique sans promotion de l'éducation, on en arrive à une dépolitisation presque généralisée de la population, ce qui laisse une brèche pour la persistance des inégalités historiques. Même si les politiques sociales implantées depuis le gouvernement Lula sont efficaces pour le combat à la pauvreté et la diminution des disparités, comme l'indique le rapport de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE)[22] sur les inégalités dans les économies émergentes (2011), il faudra encore de grandes avancées pour corriger les problèmes historiques liés principalement aux déséquilibres régionaux et à la mauvaise distribution des revenus. Ce rapport montre, par exemple, que les dépenses sociales au Brésil,

pays affligé de problèmes sociaux notoires, n'atteignent que les trois quarts de ce qui est dépensé en moyenne dans les pays de l'OCDE. Pour compléter, il faut mentionner un système d'impôts marqué par une faible redistribution qui reflète l'évasion de devises et les fraudes fiscales.

Comme cela a été mentionné plus tôt, on a pu observer au début du siècle de gros progrès dans l'économie nationale et certaines avancées dans quelques domaines sociaux qui ont eu pour résultat un meilleur classement du pays dans la hiérarchie internationale. Cela s'est produit également dans d'autres pays, même si ce n'est pas la règle. Le tableau 6 montre l'évolution de l'Indice de développement humain (IDH) pour le Brésil et quelques pays sélectionnés[23]. Il faut noter que pour les trente dernières années, l'indice brésilien s'est amélioré et a dépassé la moyenne mondiale en 2005. Cependant, les avancées ne sont pas suffisantes pour dépasser la moyenne régionale qui est loin d'accompagner les progrès réalisés dans le domaine économique, puisque que le pays se classe en effet comme la 6e plus grande économie du monde en 2011, selon les données du Fonds monétaire international (FMI, 2011).

TABLEAU 6 : Brésil, pays sélectionnés, Amérique latine et monde ; évolution de l'IDH ; 1980-2011

Classement mondial	Pays/région géographique	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
1	Norvège	0.796	0.819	0.844	0.876	0.913	0.938	0.941	0.943
4	États-Unis	0.837	0.853	0.870	0.883	0.897	0.902	0.908	0.910
20	France	0.722	0.742	0.777	0.819	0.846	0.869	0.883	0.884
23	Espagne	0.691	0.717	0.749	0.801	0.839	0.857	0.876	0.878
30	Émirats Arabes Unis	0.629	0.652	0.690	0.724	0.753	0.807	0.845	0.846
41	Portugal	0.639	0.670	0.708	0.751	0.778	0.789	0.808	0.809
44	Chili	0.630	0.654	0.698	0.722	0.749	0.779	0.802	0.805
45	Argentine	0.669	0.687	0.697	0.726	0.749	0.765	0.794	0.797
48	Uruguay	0.658	0.660	0.686	0.705	0.736	0.748	0.780	0.783
57	Mexique	0.593	0.629	0.649	0.674	0.718	0.741	0.767	0.770
66	Russie	-	-	-	0.675	0.691	0.725	0.751	0.755
73	Venezuela	0.623	0.627	0.629	0.646	0.656	0.692	0.734	0.735
84	Brésil	*0.549*	0.575	0.600	0.634	0.665	0.692	0.715	*0.718*
96	Algérie	0.454	0.510	0.551	0.579	0.624	0.667	0.696	0.698
101	Chine	0.404	0.448	0.490	0.541	0.588	0.633	0.682	0.687
107	Paraguay	0.544	0.557	0.572	0.601	0.612	0.635	0.662	0.665
108	Bolivie	0.507	0.527	0.560	0.587	0.612	0.649	0.660	0.663
123	Afrique du Sud	0.564	0.576	0.615	0.644	0.616	0.599	0.615	0.619
134	Inde	0.344	0.380	0.410	0.437	0.461	0.504	0.542	0.547
148	Angola	-	-	-	-	0.384	0.445	0.482	0.486
158	Haïti	0.332	0.374	0.397	0.404	0.421	0.429	0.449	0.454
172	Afghanistan	0.198	0.234	0.246	0.238	0.230	0.340	0.394	0.398
187	République Démocratique du Congo	0.282	0.289	0.289	0.254	0.224	0.260	0.282	0.286
-	Amérique Latine et Caraïbes	*0.582*	0.604	0.708	0.715	0.720	0.722	0.728	*0.731*
-	Monde	0.558	0.576	0.664	0.670	0.674	*0.676*	0.679	0.682

Source : Human Development Report 2011 - UNDP.

Le tableau 7 présente l'IDH ajusté aux inégalités (IDH-I), c'est-à-dire qu'il montre l'influence des situations d'inégalité sociale sur l'IDH. Selon le classe-

ment, le Brésil perd 13 positions, passant d'un pays à indice élevé à un pays à indice moyen, légèrement supérieur à la limite démarquant les pays à indice faible. La même situation se produit aux États-Unis qui perdent 19 positions en fonction de l'ajustement aux inégalités. Il faut noter que la position des pays comme la Norvège, la France et le Portugal n'est pas modifiée, ce qui indique de faibles inégalités.

TABLEAU 7 : Brésil, pays sélectionnés, Amérique latine et monde ; IDH et IDH-I ; 2011

Classement mondial	Pays/région géographique	IDH	IDH-D	Changement de position
Développement humain très élevé				
1	Norvège	0,943	0,890	0
4	États-Unis	0,910	0,771	-19
20	France	0,884	0,804	0
23	Espagne	0,878	0,799	2
30	Émirats Arabes Unis	0,846	-	-
41	Portugal	0,809	0,726	0
44	Chili	0,805	0,652	-11
45	Argentine	0,797	0,641	-13
Développement humain élevé				
48	Uruguay	0,783	0,654	-7
57	Mexique	0,770	0,589	-15
66	Russie	0,755	0,670	7
73	Venezuela	0,735	0,540	-16
84	Brésil	0,718	0,519	-13
Développement humain moyen				
96	Algérie	0,698	-	-
101	Chine	0,687	0,534	-1
107	Paraguay	0,665	0,505	-4
108	Bolivie	0,663	0,437	-12
123	Afrique du Sud	0,619	-	-
134	Inde	0,547	0,392	1
Développement humain bas				
148	Angola	0,486	-	-
158	Haïti	0,454	0,271	-9
172	Afghanistan	0,398	-	-
187	République Démocratique du Cong	0,286	0,172	0
-	Amérique Latine et Caraïbes	**0,731**	**0,540**	**-**
-	Monde	**0,682**	**0,525**	**-**

Source : Human Development Report 2011 - UNDP.

Dans le cas brésilien, le développement social n'apparaît pas comme un corollaire de la croissance économique. Les problèmes liés à l'excessive concentration des revenus, à la corruption et à une administration publique peu efficiente, outre les questions d'ordre structural déjà indiquées, concourent au maintien d'un cadre inégal et inégalitaire. Le déséquilibre est notoire quand on s'aperçoit que la 6e plus grande économie mondiale est en 97e position en termes de développement humain, considérant le poids des inégalités. La situation est tout autre en Norvège qui occupe la 1e place en terme de développement humain, mais n'est que la 25e économie mondiale avec un Produit intérieur brut (PIB) correspondant seulement à 19% du PIB brésilien.

2.4. Différences et inégalités métropolitaines : explorations

Si l'on évoque l'égalité en termes de similitudes et si on reprend les précisions apportées par Lummis (1992) pour trouver des caractéristiques communes à l'urbanisation brésilienne qui puissent expliquer les processus spatiaux relatifs à diverses villes du pays, on peut dire que les capitales brésilienne et du Paraná sont des villes complètement différentes. Il faut le préciser parce que l'évocation du nom de l'une ou l'autre suscite souvent des interrogations sur ce qu'il pourrait y avoir de commun entre ces deux artefacts – pour employer le terme de Reis (2006) –, question qui se pose moins lorsque l'on considère n'importe quelle autre paire de métropoles du pays. La réponse est évidente : Brasilia est une ville unique, non seulement dans le contexte de l'urbanisation, mais aussi du point de vue mondial. Curitiba n'en est pas moins singulière. Toutes deux résultent de divers processus de production sociospatiale dans des contextes spécifiques qui vont des sites urbains où l'une a surgi et l'autre fut implantée jusqu'aux caractéristiques socio-ethniques et culturelles des populations qui s'y sont installées.

À Curitiba, il s'est produit ce qui est arrivé dans quasiment toutes les villes depuis Çatal Hüyük en Anatolie : il s'agit d'une ville qui est le fruit de l'accumulation du temps, d'un ensemble de pratiques spatiales des populations qui y sont arrivées et s'y sont fixées. Ni les politiques de planification, plus intenses à partir des années 1970, parmi lesquelles celle qui est à l'origine d'un système de transport collectif devenu référence mondiale et exporté vers des villes comme Bogota et Los Angeles[24], ni les nouvelles pratiques de production de l'espace urbain en périphérie n'ont effacé les réminiscences de la ville historiquement formée.

Brasilia s'est formée d'une manière complètement différente. C'est le fruit d'une politique d'État, pensée déjà au XIX^{e} siècle et réalisée par le président Juscelino Kubitschek dans la deuxième moitié des années 1950. Certes, on ne peut affirmer qu'elle ne soit pas elle aussi le fruit de l'histoire, mais cette histoire a une tout autre connotation. À la différence de Curitiba qui a su revaloriser l'origine des peuples étrangers qui y ont afflué à différentes époques, par des monuments et places dédiés à leur mémoire, telle la place de l'Ukraine ou celle du Japon, Brasilia surgit pour rompre et nier le passé qui explique son origine. Symbole de modernité, de progrès et de futur, elle a été conçue pour représenter le développement moderne-industriel brésilien, par opposition au modèle agro-exportateur et

sous-développé qui était alors en vigueur. Le raffinement du projet urbanistique de Lucio Costa et des constructions modernistes d'Oscar Niemeyer (Figure 5) illustre bien cette modernité. À Curitiba par contre on valorise la sophistication des immeubles anciens protégés, comme le Castelo do Batel [Château du Batel] dans le quartier du même nom et le bâtiment de l'Université Fédérale du Paraná, ancienne Université du Paraná, dans le centre historique (Figure 6).

FIGURE 5 : Brasilia ; vue partielle de l'ensemble urbanistique du Plano Piloto (à gauche) et du Palais du Planalto (à droite)

FIGURE 6 : Curitiba ; Castelo do Batel dans le quartier homonyme (à gauche) et Rectorat de l'Université Fédérale du Paraná à la Place Santos Andrade (à droite)

De plus, les processus qui expliquent la croissance des deux villes, la conformation de leurs agglomérations métropolitaines et les modes de dispersion de leurs tissus urbains sont liés aux logiques de production de l'espace urbain dans un pays d'économie périphérique/dépendante et dont la société se caractérise par une entrée anomale dans la modernité (Martins, 2000) ; cependant, l'expression spatiale de ces logiques est distincte dans les deux villes.

Tant Brasilia que Curitiba sont des villes marquées par de fortes interventions urbaines résultant de politiques de planification qui leur ont fait gagner

une notoriété mondiale. Il s'agit cependant d'actions différentes, mais pas nécessairement opposées en termes idéologiques.

À Curitiba, ces actions visaient l'adaptation de la ville à la nouvelle modernité liée à l'industrie récemment implantée et à la croissance urbaine. Ces actions suivent aujourd'hui encore les directives du même plan directeur approuvé en 1966 : le Plan Préliminaire Urbanistique. Ce plan, en réalité, récupère le Plan Directeur d'Urbanisation de Curitiba, ou Plan Agache, de 1943 dont l'auteur était l'urbaniste français Alfred Agache. L'un des objectifs de ce plan était d'encadrer la croissance de la ville en prolongeant le centre en axes structurels verticalisés mixtes, composés de commerces, de services et de résidences. La circulation serait contrôlée le long de ces axes par la séparation des voies propres aux autobus articulés et biarticulés, localisées au centre et longées par des voies de passage pour voitures et des trottoirs pour piétons (Figure 7).

http://confortotermicoemestrutural.wordpress.com/

FIGURE 7 : Curitiba ; vue de la liaison des axes structurants est (coin inférieur gauche) et sud (en haut)

Si lors de son implantation, le Plan Préliminaire Urbanistique représentait déjà une planification audacieuse et efficace, sa reprise comme modèle pour les interventions urbaines actuelles démontre « une stratégie d'affirmation de ses orientations originales » (Polli, 2006, p. 26), malgré la dynamique sociospatiale liée à la reproduction de la vie urbaine. De plus, le fait de discréditer ou de considérer comme secondaire la dynamique métropolitaine complexifiée ces dernières années indique la partialité et les limites du plan pour résoudre des problèmes réels d'agglomération qui se manifestent depuis longtemps à l'échelle métropolitaine telles l'habitation, la circulation et la mobilité.

Cette reprise idéologique du plan original comme base pour les actions et interventions urbanistiques actuelles se produit également à Brasilia principalement – mais aussi à Curitiba – en très étroite articulation avec les stratégies de valorisation foncière et immobilière de zones sous intense surveillance, cibles préférées sinon exclusives de ces actions et/ou interventions. L'inscription de l'ensemble architectural et urbanistique de Brasilia dans la liste du Patrimoine mondial de l'UNESCO en 1987 et la nécessité qui s'ensuit de protection de l'ensemble contre toute dénaturation du fait de la croissance et de la densification urbaines ont fini par renforcer les politiques ségrégationnistes. Cette situation a conduit à la formation de la périphérie comme l'expliquent Paviani (1987, 2007) et Gouvêa (1995).

Le plan de Lucio Costa (Figure 8) n'avait pas été pensé pour une population supérieure à 500.000 ou 700.000 habitants dans la meilleure des hypothèses. Ceci aide à comprendre que l'ensemble métropolitain de la capitale fédérale – qui compte au moins 2,6 millions de personnes de plus que ce seuil – est en fait le résultat d'une planification faussée, productrice non seulement de différences, mais aussi d'inégalités qui seront commentées plus loin.

Les cartes de densité démographique (Cartes 4 et 5) élaborées à la même échelle montrent, en nombre d'habitants par km^2 et par secteur de recensement, la répartition de la population sur le territoire des deux agglomérations, et permettent d'analyser en détail les types d'occupation du territoire métropolitain.

Dans le chapitre antérieur, j'avais déjà expliqué que la différence entre les populations des deux agglomérations n'atteint pas les 350.000 habitants (cf. Tableaux 1 et 2/Chapitre 1), ce qui n'est pas très significatif dans des contextes métropolitains d'une telle importance démographique. Même si la différence dans

le noyau métropolitain est plus significative, et atteint plus de 800.000 habitants (cf. Tableau 2/Chapitre 1), ce fait n'est pas très important en fonction de la forme d'occupation du territoire. Dans le cas de Brasilia, une grande partie de la population n'est pas concentrée autour du centre métropolitain comme on l'observe à Curitiba.

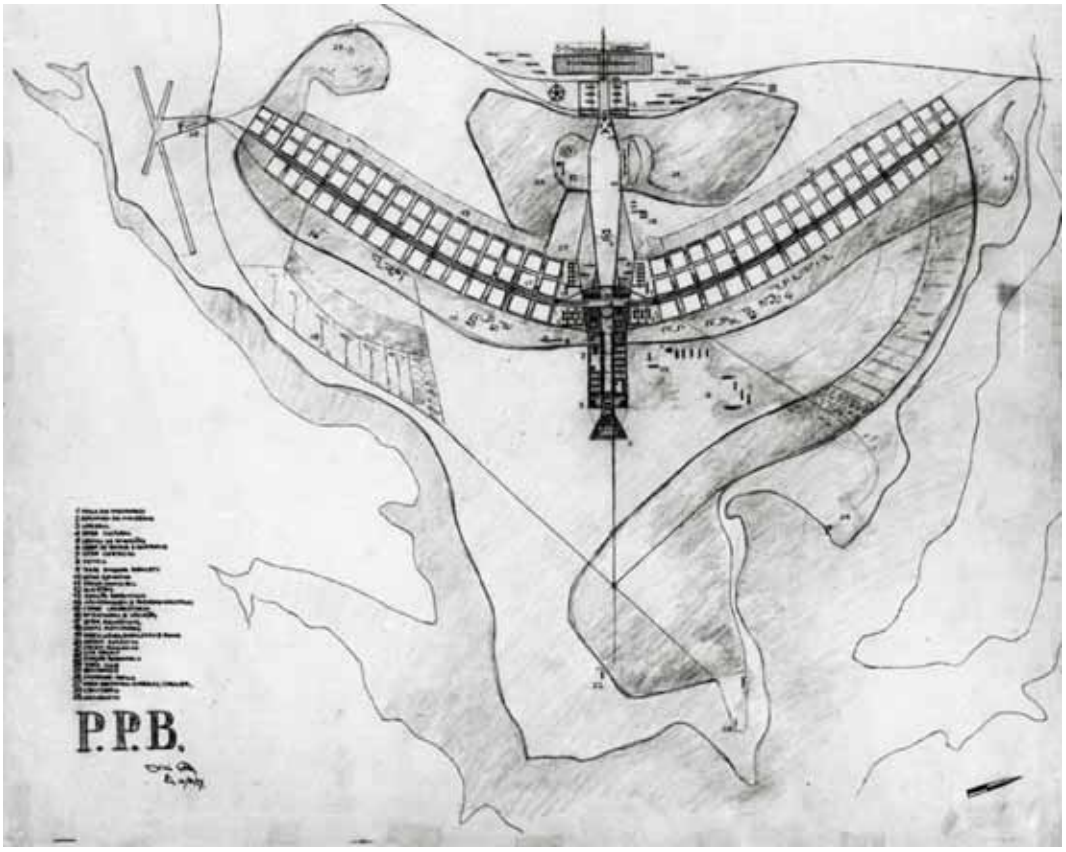
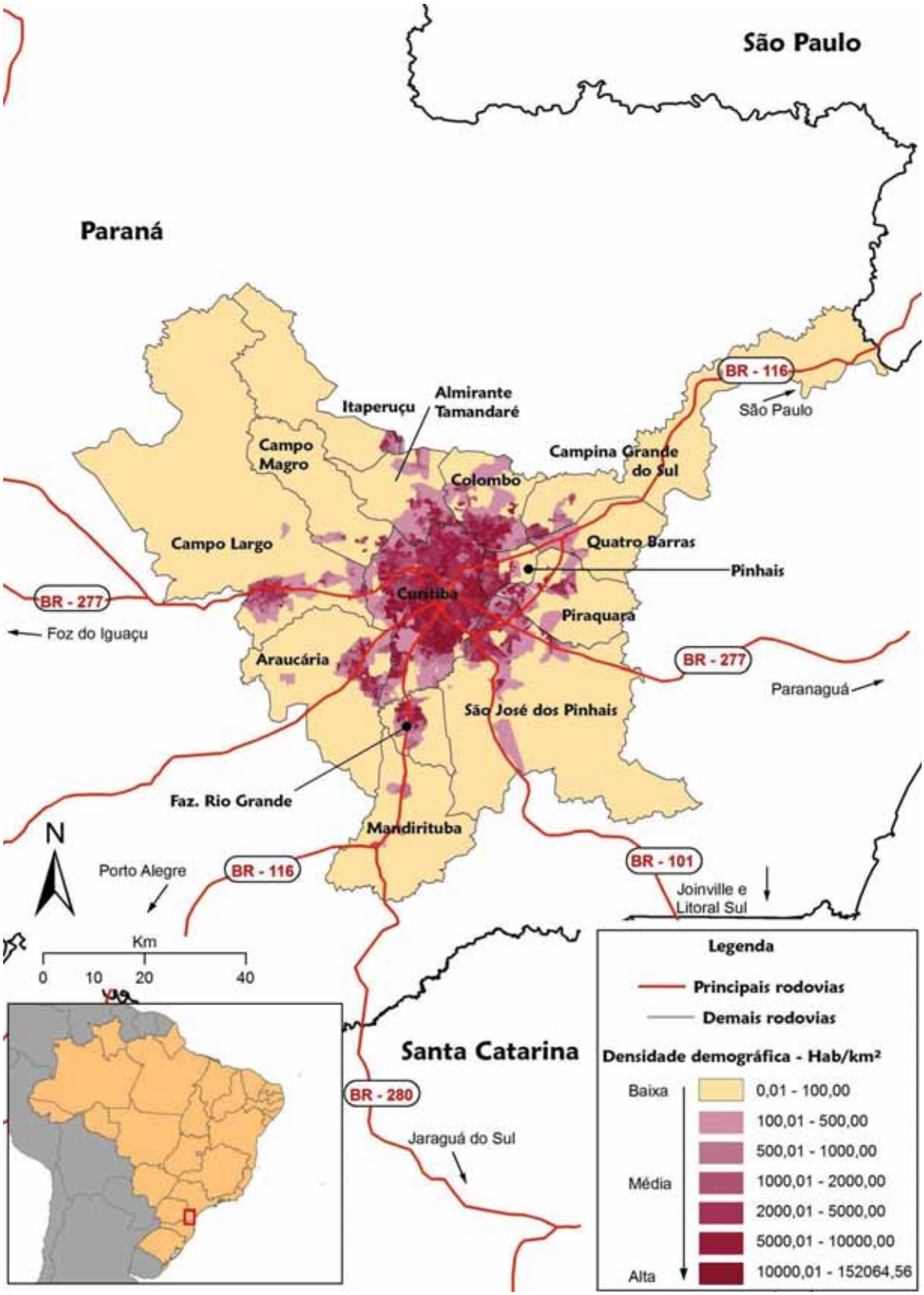


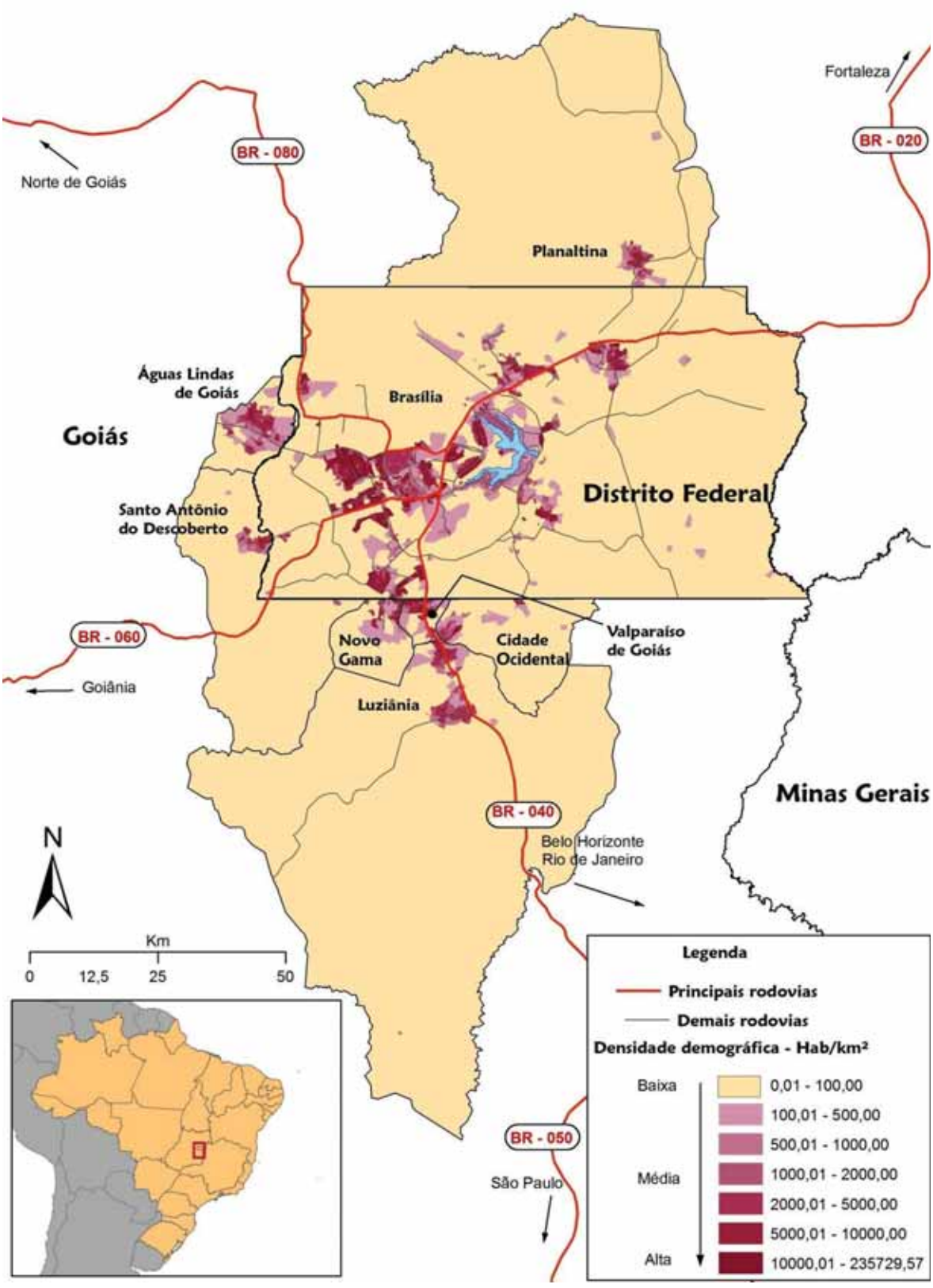
FIGURE 8 : Brasilia ; plan pilote de la nouvelle capitale fédérale élaboré par Lucio Costa ; 1955

Comme on peut le remarquer, la portion du territoire occupée par les deux agglomérations est assez différente tout comme leur morphologie. La population de l'agglomération de Curitiba se concentre majoritairement dans la municipalité de Curitiba et alentours, formant un tissu urbain en amibe : à partir de la cellule principale qui constitue l'agglomération, d'autres noyaux se développent le long des axes routiers. Du point de vue de la genèse et du développement de la structure métropolitaine, on peut affirmer qu'elle est mononucléaire. Les aires urbaines plus dispersées et territorialement discontinues débordent sur les municipes voisins puisque pratiquement tout le territoire municipal de Curitiba est occupé et que sa population est totalement urbaine selon l'IBGE (2010).



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 4 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; densité démographique par secteur de recensement ; 2010



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 5 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; densité démographique par secteur de recensement ; 2010

On peut noter sur la carte 4 une baisse de densité du centre vers la périphérie. Il y a une zone de densités élevées, représentées par des couleurs plus foncées à Curitiba et des zones d'occupation qui assurent la continuité des tissus urbains, surtout à Colombo et Pinhais. Autour de cette zone, une zone de densité plus modérée suit les axes routiers, spécialement à São José dos Pinhais (BR 376) et Campo Largo (BR 227). Les autres noyaux importants de l'agglomération, fonctionnellement intégrés à la dynamique métropolitaine, se trouvent dans des zones de rupture du tissu urbain, avec une prédominance de densités inférieures, à l'exception des aires centrales municipales. On distingue ainsi Campo Magro, Fazenda Rio Grande et Itaperuçu. À l'exception de Curitiba et éventuellement de Pinhais et Colombo, la plupart des territoires municipaux, dans lesquels se trouvent aussi des zones rurales non occupées et/ou des réserves écologiques, sont de faible densité.

D'une manière générale, la distribution des densités montre une excessive concentration de population au centre par rapport à la périphérie, avec des aires de dispersion localisées en dehors du noyau métropolitain et de ses alentours proches.

L'agglomération de Brasilia présente une occupation extraordinaire du territoire. Il s'agit d'une urbanisation réticulaire polynucléaire (Sposito, 2004), très semblable à celle décrite par Fishman (1994), exprimant une tendance du développement de l'urbanisation contemporaine. La population se disperse le long des principales voies, notamment celles qui coïncident avec les routes BR 020 et BR 040. C'est sur les bords de cette dernière, en particulier dans les communes de l'état de Goiás, que s'est développée la principale zone de concentration de population (cf. Catalão, 2010).

Il n'y a, dans l'agglomération de Brasilia, aucune prédominance de concentration de population au centre ou dans le noyau métropolitain, comme cela a déjà été mentionné pour Curitiba. Les zones de plus forte densité se situent au sud-ouest et au sud du Plano Piloto, en particulier dans l'ensemble formé par Taguatinga, Ceilândia e Samambaia[25].

L'analyse de la genèse et du développement de la structure de l'agglomération métropolitaine montre que quelques villes dites satellites sont nées pendant la construction du Plano Piloto, noyau qui concentre les fonctions les plus importantes de l'agglomération, tandis que d'autres lui sont antérieures.

Certaines villes satellites sont très populeuses comme celles citées dans le paragraphe précédant. Cette situation dénote un processus de structuration de l'espace au profil polynucléaire[26], même si l'aire du Plano Piloto a une importance centrale dans le mouvement des flux qui articulent cette structure.

La distribution des densités dénote une agglomération dont la caractéristique fondamentale est la dispersion urbaine avec les densités les plus élevées concentrées dans les périphéries. De plus, la rupture de la continuité territoriale urbaine est bien marquée dans l'ensemble de l'agglomération, du centre vers la périphérie.

Deux précisions doivent être apportées sur ce point, concernant les cartes de densité. Premièrement, les cartes expriment la concentration/dispersion de population avec pour référence le domicile et non pas l'ensemble des activités existantes dans la ville.

En ce qui concerne Curitiba, qui a surgi et s'est développée de manière plus traditionnelle comme cela a été expliqué, il n'y a pas de distorsion dans les données en fonction de la coexistence traditionnelle des différents types d'usage du sol urbain. Ainsi, les aires les plus habitées se localisent à proximité immédiate des aires commerciales et de services et même les intègrent. Ce n'est que dans les aires industrielles, surtout la Cité Industrielle de Curitiba (CIC), aux limites du municipe au sud-ouest du centre historique et dans les aires où sont localisées les industries d'assemblage de Renault-Nissan et d'Audi-Volkswagen, à São José dos Pinhais, qu'il pourrait y avoir une divergence significative entre les effectifs de population résidente et de travailleurs.

Dans le cas de Brasilia, il se produit la même situation, car le projet qui est à l'origine de la ville se basait sur un intense zonage et sur la monofonctionnalité des secteurs. Ainsi, malgré le fait que la plus grande partie de la population réside dans la périphérie, où l'on trouve les niveaux de densité démographique les plus élevés, plus de 70% des activités sont concentrées dans le Plano Piloto et les zones immédiates (Brasília, 2007), qui apparaissent sur la carte comme des aires de moyenne et faible densités.

La deuxième précision concerne la taille des secteurs censitaires cartographiés. Définis en fonction du nombre de résidents et non de la taille de l'aire prédéterminée, certains secteurs peuvent présenter des densités faibles alors que la dispersion de la population est très hétérogène. C'est le cas lorsqu'il y a dans le secteur un nombre significatif de terrains inoccupés ou une aire de préservation

écologique.

Les cartes de densité permettent simplement de constater qu'il existe une différence de distribution et de concentration de population dans les deux agglomérations. Ces différences sont liées à des logiques distinctes de production de l'espace et d'occupation du territoire. La concentration de population dans les aires centrales à Curitiba et périphériques à Brasilia ne signifie pas, si on prend cette information de manière isolée, qu'il s'agisse d'une inégalité spatialement inscrite. J'affirme ceci pour valoriser la différence comme élément positif de compréhension de la production de l'espace. Cependant, comme je l'ai affirmé antérieurement, il n'y a pas de séparation entre différence et inégalité dans la configuration spatiale des métropoles brésiliennes, ce qui confirme l'affirmation de Sposito (2011) sur la confusion dans la compréhension des deux concepts en fonction de la prévalence de la deuxième sur la première. Dans ce sens, une question devient fondamentale : comment revaloriser les différences quand celles-ci deviennent cause d'inégalités ? La distribution différente des populations dans les agglomérations de Brasilia et Curitiba tout comme la dispersion des tissus urbains s'expliquent par des facteurs historiques liés à la production d'inégalité, sévère dans les deux capitales bien que plus intense dans la capitale fédérale.

Plus récemment, à partir de la moitié des années 1990 et de façon plus intense dans les années 2000, on observe une tendance à l'occupation des zones proches du Plano Piloto. Les anciens terrains à fonction rurale, inoccupés ou situés dans des zones de préservation écologique se sont transformés en condominiums ou lotissements fermés comme ce fut le cas dans les proximités du Lago Sul et du Jardim Botânico. De même, les zones monofonctionnelles industrielles et de service ont vu leurs fonctions se modifier pour accueillir de nouveaux ensembles verticalisés dans le Setor de Oficinas Sul [Secteur des Ateliers Sud].

À Curitiba, la distribution de la population et des densités urbaines ressemble partiellement à celle de Brasilia pour l'occupation des périphéries. Là, vivent les populations qui ne parviennent pas à s'installer dans des zones centrales ou péricentrales. Lorsque ces populations ne résident pas dans des zones isolées précarisées de la municipalité, elles sont « repoussées »[27] vers les noyaux urbains des municipalités voisines, surtout Colombo, Pinhais, Piraquara et São José dos Pinhais. Cependant, un grand nombre de ces municipalités ne provient pas de démembrements récents, comme cela s'est produit dans l'agglomération de Brasilia. Seulement 4 des 13 municipalités ont surgi après 1990[28] : Fazenda

Rio Grande et Itaperuçu en 1990, Pinhais en 1992 et Campo Magro en 1995.

Albuquerque (2007) a étudié le transfert des populations de Curitiba dans les alentours et plus particulièrement la multiplication des habitations irrégulières. Ces déplacements révèlent un problème de logement caché par les images de ville modèle de la capitale du Paraná. L'auteure constate que l'occupation de la périphérie métropolitaine dans les années 1970 coïncide avec l'implantation des politiques de planification élaborées pendant la décennie antérieure par le maire de l'époque, Jaime Lerner.

Ces installations de population dans des lotissements de la périphérie ont transformé les municipalités concernées en un prolongement de Curitiba. Comme la planification urbaine de Curitiba a toujours été très orientée vers la partie centrale au détriment de l'ensemble de l'agglomération, les terres urbaines se sont valorisées comme l'ont constaté Firkowski (2001) et Polli (2006) dans leur analyse de la formation de la périphérie métropolitaine. La situation est différente pour les périphéries internes du District Fédéral. Celles-ci résultent d'actions planifiées visant à protéger le Plano Piloto des interférences avec le projet original. Pour la périphérie plus lointaine constituée par les villes de l'état de Goiás, la logique est la même qu'à Curitiba : l'absence de planification directe entraîne la formation d'une périphérie jugée indésirable, tenue pour principale responsable des problèmes urbains.

En un sens, les relations entre centre métropolitain et périphéries précaires tant à Brasilia qu'à Curitiba relèvent d'une complémentarité dialectique. Les noyaux affichent une modernisation résultant des politiques de planification – à forte composante étatique dans la capitale fédérale ; appuyées par les entreprises locales dans la capitale du Paraná. Au contraire, les zones d'habitat populaire qui abritent la masse des travailleurs qui font fonctionner les deux métropoles au quotidien apparaissent comme des espaces résiduels et non aménagés. Dans ces zones, l'absence de planification ou les tentatives infructueuses d'établir des types d'usage du sol urbain semblables à ceux des noyaux expriment dans le paysage ce qui n'a pu être réalisé au-delàs des espaces centraux de la ville-pôle.

Néanmoins, les transformations des périphéries contemporaines constatées par Sposito (2004, 2009) et Reis (2007) doivent être prises en compte dans cette analyse, car elles ont des répercussions sur les agglomérations des deux capitales.

Elles résultent de l'implantation de lotissements fermés et de zones d'entreprises en copropriété pour les classes aisées qui souhaitent s'écarter des groupes sociaux différents et se regrouper entre elles (processus que l'on peut appeler l'agrégation). Ces nouveaux espaces, récents dans le contexte historique de l'urbanisation, se caractérisent par une faible densité, des constructions de haut standing et la proximité de parcs, d'espaces verts ou d'aires de conservation écologique. Ils sont en général implantés en discontinuité territoriale par rapport au tissu urbain consolidé. Dans l'agglomération de Curitiba, les projets immobiliers de l'entreprise Alphaville Urbanismo S.A. se distinguent des autres du même genre. Ils ont été installés dans la municipalité de Pinhais, près de la Zone de protection environnementale de la rivière Iraí. Dans l'agglomération de Brasilia, les lotissements fermés et condominiums [copropriétés], surtout résidentiels, sont nombreux et apparaissent à proximité du Parc National et du Jardim Botânico. Un mégaprojet immobilier de l'entreprise Alphaville Urbanismo S.A. est en cours d'implantation dans la municipalité de Cidade Ocidental, dans une zone attenante au District Fédéral, près de la sortie vers Unaí, commune de l'état de Minas Gerais.

Selon Smith e Low (2006, p. 2), l'une des justifications de ces espaces serait que « [c]ertainement, autour des années 1990, de nombreux citoyens ont eu la sensation que la vie quotidienne s'était transformée en une *bellum omnium contra omnes* – une guerre de tous contre tous – comme Hobbes l'a sévèrement décrit »[29] (traduction libre). Dans cette logique, on peut s'interroger sur le futur des métropoles de plus en plus marquées par ce type d'implantations. Ribeiro (1999, p. 26) pose la question :

> Quelles seront les conséquences de ces mutations sociales sur la gouvernance démocratique de la métropole entendue comme capacité des forces locales à construire et suivre un modèle de développement orienté par des valeurs objectives d'intégration, de justice et de solidarité ?[30] (traduction libre).

Il faut cependant remarquer que tant les zones informelles, de pauvreté et de précarité urbaines que les nouvelles zones aisées et fermées sont toutes les deux des produits d'un type d'urbanisation que Lefebvre (2006) a qualifiée de « désurbanisée et désurbanisante », c'est-à-dire qui a perdu tous les éléments habituels de la vie urbaine : les infrastructures, le commerce de proximité, les foires et marchés, les zones de loisirs, les places, les lieux de rencontres et de discussion politique, enfin, l'espace public auquel Smith e Low (2006, p. 3-4) attribuent un sens contemporain encore plus large et complexe :

> Par « espace public », nous entendons la gamme de localisations sociales offertes par la rue, le parc, les médias, l'Internet, les centres commerciaux[31], les Nations-Unies, les gouvernements nationaux et les quartiers locaux. La notion d' « espace public » comporte une tension palpable entre le lieu expérimenté à toutes les échelles de la vie quotidienne et l'absence apparente de spatialité de l'Internet, de l'opinion populaire et des institutions et économies mondiales. Ce n'est pas seulement une arène homogène : les dimensions et la portée de sa publicité sont fortement différenciées au cas pas cas. L'espace public se distingue traditionnellement de l'espace privé par des règles d'accès, la source et la nature du contrôle sur l'entrée dans un espace donné, les comportements individuels et collectifs sanctionnés dans des espaces spécifiques et les modes d'emploi. Alors que l'espace privé est démarqué et protégé par des règles d'usage de la propriété privée édictées par l'État, l'espace public, même s'il n'est pas exempt de règlementation, est généralement conçu comme ouvert à une plus ou moins grande participation publique[32] (traduction libre).

Ainsi, l'espace public s'ouvre comme le lieu même de la manifestation du droit à la différence, à la tolérance et au respect de l'autre, et ouvert à l'exercice de l'altérité.

L'opposition et le conflit entre centre et périphérie provenant de la double acception présentée plus haut, que ce soit dans son origine ou dans une justification pratique et politique de sa permanence, finissent par empêcher la coexistence de la différence dans le même espace, traduisant ainsi une société socialement segmentée.

2.5. Société segmentée, espace fragmenté

Comme je l'ai affirmé antérieurement ainsi que dans d'autres travaux (cf. Catalão, 2010), espace et société se fondent dans une relation de co-constitution et codépendance. Cette relation est complexe bien que l'explication de sa nature soit relativement simple. L'être humain, de par son existence, est producteur d'une histoire et d'une géographie ou, pour être précis, de plusieurs histoires et géographies. Selon Soja (1996, 2008), l'existence est basée sur le triplet espace-temps-être et, par suite, sur la spatialité-temporalité-sociabilité. C'est pour cela que l'on ne peut penser l'espace géographique, ni le temps historique indépendamment de la société. De même, les conflits, intérêts et contradictions de la société se traduisent dans l'espace. Mais il ne s'agit pas seulement de l'espace-réfléchi, de l'espace-résultat, de l'espace-fin. L'espace est aussi un renouvelle-

ment dans une logique de réflexivité.

La discussion préalable sur les notions de différence et d'inégalité avait pour principal objectif d'introduire des éléments explicatifs des logiques de production des villes contemporaines, en particulier les métropoles analysées dans cette thèse, et montrer d'une part que la ville est le produit des conflits sociaux et d'autre part comprendre qu'elle conditionne ces conflits. Cette approche apparaît donc comme un moyen analytique de déchiffrer la configuration spatiale de la ville et par suite le fonctionnement des processus sociétaux.

La problématique centrale concerne spécifiquement les fondements d'une transformation probable de la ville et prolonge le débat soulevé par Farah (2011). Selon celui-ci, il s'agit d'une crise de définition de la ville et de ses limites, des droits et devoirs des citoyens dans l'univers d'une crise de la citoyenneté urbaine plus profonde qui affecte notamment les habitants des zones périphériques dépourvus des biens et des services urbains.

Ce processus ne se manifeste évidemment pas de la même manière dans toutes les villes, car il dépend de facteurs sociogéographiques. Si ce processus semble peu marqué dans les villes européennes où l'État du bien-être social, même déclinant, garantit depuis des années aux citoyens les droits universels et une meilleure égalité, il semble en revanche notoire dans les villes d'Amérique Latine, en fonction des problèmes structurels de société, liés à la colonisation et à l'esclavage déjà abordés.

La ville latino-américaine a subi un processus de perte d'organicité que l'on peut comparer à celui de la perte d'urbanité traité par Lefebvre (2006). Cette situation est due à une accentuation des disparités sociales, à une montée de l'intolérance par rapport aux différences de l'autre et à l'indifférence vis-à-vis des besoins de l'autre. En conséquence, un processus de fragmentation s'amorce, décrit par de nombreux auteurs[33] (cf. Santos, 1990 ; Vidal, 1994 ; Sposito, 1994, 2004, 2011 ; Salgueiro, 1998 ; Ribeiro, 1999 ; Prévôt-Schapira, 1999, 2000, 2001, 2002, 2008 ; Carlos, 2001 ; Janoschka, 2002 ; Hidalgo, 2005 ; García e Gutiérrez, 2007 ; Saraví, 2008 ; Farah, 2011)[34].

À ce sujet, Vidal (1994, p. 162) s'interroge :

> Dans le cadre de cette réflexion, une notion revient fréquemment dans les discours sur la ville depuis quelques années : la notion de « fragmentation ». De l'espace « fragmenté » à la « fragmentation

> du tissu urbain », en passant par des « fragments de ville », le mot issu du latin *fragmentum* est sans cesse décliné (participe passé, nom commun, adjectif : une vision « fragmentaire », substantif même : « fragmentarité ») pour qualifier la situation de crise des grandes métropoles. Il semble ainsi que l'utilisation – parfois abusive – de ce terme corresponde à une volonté de compréhension des processus d'urbanisation en cours. Or, nous possédons assez peu d'éléments théoriques sur cette notion de « fragmentation ». Quelles sont ses utilisations ? Ses implications méthodologiques et idéologiques ? Son emploi signifie-t-il une rupture dans la forme d'urbanisation issue de la révolution industrielle ? De quelle problématique procède-t-elle ? Comment se traduit-elle concrètement dans le tissu urbain ?

Les questionnements de Vidal sont très pertinents et même 19 ans après leur publication, ils restent incontestablement d'actualité. Ceci signifie que les problématiques spatiales et urbaines contemporaines sont d'une complexité telle que les outils théorico-méthodologiques d'analyse utilisés sont en fait inadéquats et/ou obsolètes. Les ouvrages d'Henri Lefebvre (1970, 1973, 1999, 2000, 2006) semblent dès alors très actuels et présentent avec clarté des pistes pour la compréhension de ces problématiques.

Par ailleurs, cela signifie aussi qu'une certaine confusion persiste encore autour de la notion de fragmentation, à cause probablement des réalités observées. En d'autres termes, il s'agit d'un processus dont la répercussion est différente, par exemple, en Europe occidentale, aux États-Unis ou en Amérique latine. Si l'on détecte une tendance à la généralisation de la fragmentation sociospatiale comme caractéristique urbaine contemporaine, on ne peut nier que dans certains lieux elle n'existe que sous forme embryonnaire, soit à cause de formations sociospatiales différentes, soit par l'absence d'études sur ce thème, comme c'est le cas des villes orientales ou arabes ou même des villes nordiques ou de l'ancienne Union soviétique[35]. Actuellement, la fragmentation est reconnue presque exclusivement dans les espaces métropolitains selon la complexité des processus et conflits sociospatiaux présents dans ces espaces. Parler de fragmentation sociospatiale pour les petites villes est discutable même si des études ont déjà été faites pour les villes moyennes brésiliennes (cf. Pereira, 2006 ; Dal Pozzo, 2011 ; Magrini, 2013).

Les débats autour de la fragmentation sociospatiale ont pour toile de fond les transformations spatiales liées aux transformations sociohistoriques survenues au début d'une nouvelle modernité[36] et l'intensification de la segmentation sociale qui a suivi. Les classes et groupes sociaux sont devenus tellement anta-

gonistes qu'ils ne supportent plus de vivre proches les uns des autres et qu'ils créent (surtout les groupes les plus aisés) des mécanismes de distinction sociale. Dans bien des cas, des comportements se manifestent, qui limitent le droit de l'autre à exprimer sa différence et qui accentuent les inégalités. Dans certains cas, l'existence même de l'autre et son droit de s'établir dans certains espaces sont remis en question[37].

Au Brésil, la segmentation sociale a une connotation surtout socioéconomique. Elle est donc liée à des logiques de valorisation foncière et immobilière particulièrement dans les métropoles (Santos, 1990). Ribeiro (1999, p. 25-26) dans son analyse de la métropole de Rio de Janeiro souligne :

> Lorsque l'on observe la vie quotidienne à Rio de Janeiro, les scènes révélatrices de pratiques séparatistes sont déjà presque imperceptibles. En effet, les complexes immobiliers, règles institutionnelles et valeurs culturelles séparent de plus en plus la population dans des « shopping centers », « *camelódromos* »[38], « condominiums fermés », « favelas », « quartiers », « basses terres », etc. Les catégories spatiales servent de plus en plus à la construction d'un langage qui, classifiant et stigmatisant les groupes sociaux, fait que les différences et pratiques discriminatoires d'appropriation des territoires de la métropole semblent naturelles. Les métaphores fréquentes dans le discours public sur la ville et ses problèmes reproduisent activement le développement de ce langage séparatiste, en particulier quand la presse discute le « risque de violence » et « le risque de pluie »[39] (traduction libre).

Il faut noter que les catégories spatiales auxquelles renvoie Ribeiro dans cette citation sont en étroite relation avec les pratiques de consommation. Dans cette base socioéconomique, s'ajoute à la diversité sociale issue de l'accroissement du marché consommateur basé sur de nouveaux modèles (Salgueiro, 1998) une morphologie urbaine caractérisée par la jonction des zones contigües, mais non continues dans ses relations, et par l'apparition de zones socialement et territorialement discontinues. Il existe ainsi un jeu conflictuel entre tendances à l'homogénéisation au sein des groupes sociaux – ou socioéconomiques pour être plus précis – et à la différenciation – peut-être davantage pour se distinguer – entre groupes différents. Selon Salgueiro (1998), il s'agit d'une logique fragmentaire de formation d'enclaves où les termes « différents » et « étranges » sont équivalents dans le cadre des relations sociales dictées par la consommation et l'uniformisation des modèles. On se trouve alors face à une tendance à la formation d'une ville fragmentée qui s'exprime spatialement sous des morphologies complexes. Celles-ci mettent en échec la nature même de la

ville et son futur comme je l'ai déjà évoqué à plusieurs reprises. À ce sujet, Prévôt-Schapira (1999, p. 129) affirme :

> [I]l est toutefois possible d'identifier l'émergence d'un nouveau modèle, plus étalé, moins hiérarchique, qui se substitue à celui de la ville organique : la ville fragmentée. La fragmentation résulte de la disparition du fonctionnement global au profit de petites unités, la dilution des liens organiques entre les morceaux de la ville, l'appauvrissement du continuum spatial et la répétition des inégalités aux différentes échelles infra-urbaines, des îlots de pauvreté jouxtant des isolats de richesse au sein des archipels urbains.

Dans le même sens, Salgueiro (1998, p. 39) explique que la fragmentation serait une organisation

> territoriale marquée par l'existence d'enclaves territoriales distinctes et sans continuité avec la structure sociospatiale qui les entoure. La fragmentation traduit une accentuation de la différenciation et l'existence de ruptures entre les différents groupes sociaux, organisations et territoires[40] (traduction libre).

Dans le cadre de ce qu'elle dénomme fragmentation des territoires, la dispersion urbaine semble en être l'expression spatiale la plus évidente. En effet, il y a une rupture du tissu urbain lui-même, au-delà de la rupture des relations entre groupes qui éventuellement résident en contiguïté, parce que même la proximité territoriale n'est plus souhaitée. Comme l'affirme Sposito (1994, p. 27),

> la discontinuité du tissu urbain est selon nous un des facteurs déterminants du processus de fragmentation de la ville, lequel est par essence une des formes contemporaines au travers desquelles la ségrégation sociospatiale apparaît ou s'accentue[41] (traduction libre).

La fragmentation qui est par nature inégalitaire est un processus fondé sur le principe d'une indifférence et d'une distinction sociale qui génèrent et reproduisent des situations d'inégalité. L'indifférence est à la base du processus de ségrégation et de marginalisation de groupes sociaux dont les caractéristiques socioéconomiques et/ou socioculturelles sont incompatibles avec les pratiques de la société bureaucratique de consommation dirigée et/ou avec les principes des élites conservatrices : pauvres et misérables, hippies et gitans, mais aussi ouvriers urbains et/ou ouvriers agricoles, noirs, indiens, femmes et homosexuels, latinos et orientaux, entre tant d'autres. Face à ces différences, la distinction se renforce comme moyen d'apartheid social et d'ostentation, généralement associés à la moderne société capitaliste dirigée par la consommation.

En ce qui concerne la distinction Lefebvre (1970, p. 67) explique :

> La *distinction* permet seulement de prendre distance par rapport à ce (à ceux) dont on se distingue. Cette distance suffit-elle à donner au distinct (au 'distingué') la réalité qu'il voudrait établir ? Non. La distinction n'est donc que vide et vanité. [...] Dans son acception la plus favorable, le mot 'distinction' définit les qualités que s'attribue la classe dominante et qu'elle n'a pas spontanément, qu'elle acquiert avec une application qui les dément. C'est une dénomination *élitiste* qui n'a rien à voir avec le différentiel et les différences (italique de l'auteur).

C'est ainsi que s'expliquent les logiques sociales qui guident le processus de production de l'espace urbain, basées sur des contradictions et polarisations sociospatiales accentuées (Prévôt-Schapira, 1999 ; Jaillet, 1999), ceci parce que le processus de fragmentation n'annule pas les autres processus en cours. Au contraire, il les renforce, car il est plus étendu et tend à s'appliquer à la ville conçue comme un tout.

2.1. Mondialisation, fragmentation et inégalité

Au début des années 1970, Henri Lefebvre a présenté une thèse très controversée selon laquelle l'espace était le pivot historique du capitalisme ou, en d'autres termes, qu'il aurait subsisté dans le temps et, plus encore, qu'il se serait amplifié et devenu hégémonique à travers la production (et la consommation) de l'espace (cf. Lefebvre, 1973). Cette expansion se serait produite sous une apparence essentiellement urbaine qui a entraîné ce que l'auteur dénommera plus tard révolution urbaine, ce processus par lequel l'urbanisation atteindra la Terre entière en implantant un mode de vie urbain généralisé (cf. Lefebvre, 1999). Dès lors, la société s'est transformée en une société presque complètement urbaine en même temps qu'elle se consolide comme essentiellement capitaliste.

Dans le chapitre précédent, j'avais souligné la tendance contemporaine de la société à s'identifier à une société urbaine (Lefebvre, 1999) et à s'inscrire dans le processus d'urbanisation du monde (Soja et Kanai, 2007). Ces processus, interdépendants, se produisent en fonction de l'installation du capitalisme comme mode de production et, plus encore, comme processus civilisateur hégémonique dans la planète (Ianni, 2001). Cela a commencé à l'époque mercantile, lors des grandes navigations et de l'invasion des Amériques et il se développe jusqu'à présent, alors que les économies mondiales deviennent interdépendantes et même

subordonnées l'une à l'autre. Dès lors, selon Ianni (2001), la mondialisation[42] n'est rien d'autre qu'un néologisme pour signifier la tendance permanente du capitalisme à s'étendre sur la planète. Cette tendance est aujourd'hui surdimensionnée grâce aux possibilités créées par la révolution technologique. Selon Hiernaux-Nicolas (1998, p. 85) :

> Les transformations actuelles de l'économie et de la technologie par rapport à la mondialisation s'accompagnent d'un nouveau mode d'articulation entre le temps et l'espace que l'on peut identifier comme la *simultanéité* de l'*espace-temps*, c'est-à-dire la possibilité que des phénomènes interconnectés se produisent à différents endroits de la surface terrestre[43] (traduction libre, souligné par l'auteur).

Cette simultanéité de l'espace-temps est, d'après l'auteur, à la base de la mondialisation actuelle et elle lui permet d'être plus qu'une internationalisation des relations. Dans le même sens, la simultanéité permet l'existence de logiques normalisatrices de la production de l'espace qui mènent à une homogénéisation des pratiques et comportements, tout en fragmentant le quotidien métropolitain en processus exogènes et endogènes. C'est pour cela qu'une partie significative des études sur la fragmentation sociospatiale dans les métropoles établit un parallèle entre ce processus et les logiques économiques sous-jacentes à la mondialisation du capital – et par conséquent des économies nationales –, néolibérales et créatrices de modèles de consommation et comportements homogènes des citadins.

Si d'un côté la mondialisation permet une meilleure connaissance de la planète et un acroissement des relations interculturelles entre les peuples, elle contribue d'un autre à une perte progressive des caractéristiques locales et à la formation de groupes socioéconomiques aux modes de consommation très semblables, qu'ils se situent à Brasilia ou Curitiba, ou bien à Barcelone, Johannesbourg ou Toronto.

> [La] *globalisation*[44] produit aussi des modèles éthiques, esthétiques, des goûts, des valeurs, des modes et se manifeste comme l'élément essentiel de la reproduction des relations sociales, un quotidien encore en formation, où toutes les relations sociales se mesurent comme une marchandise. C'est pour cela même que le processus de mondialisation de la société urbaine n'élimine pas mais au contraire intensifie le processus de fragmentation présent dans l'espace, la science, la culture, la vie de l'homme[45] (Carlos, 1998, p. 192, souligné par l'auteure).

Le processus de fragmentation se réfère donc à la construction d'un quotidien basé sur la transformation de toute chose en marchandise et sur le rôle mé-

diateur de l'argent (réel ou virtuel), ce qui élargit nécessairement la distance entre les groupes socioéconomiques différents. Les politiques de planification et de financement de logement et les décisions prises quant à la localisation des lotissements (ouverts ou fermés) et des équipements urbains, ne représentent plus un dénominateur de recherche d'égalité et de justice spatiale. Elles sont le résultat du processus capitaliste de production de l'espace dans lequel l'achat et la vente de terrains et d'immeubles vise principalement à maximiser les gains et la rente foncière. Les groupes les plus aisés trouvent facilement une habitation de leur choix grâce à leur pouvoir d'achat plus élevé tandis que les groupes plus démunis doivent s'adapter aux circonstances. Il en résulte que la disposition des quartiers dans les villes ou des villes dans les agglomérations apparaît comme une juxtaposition de fragments déconnectés.

Parallèlement, quelques nouvelles fonctions métropolitaines surgissent ou se renforcent comme de nouveaux éléments dans le jeu des meilleures localisations urbaines. Ces nouvelles fonctions, selon Firkowski (2004, p. 95),

> visent à répondre à la demande des entreprises et à la consommation d'une partie de la population qui y sont associées et qui exigent des produits et services différenciés, offerts sur le marché mondial. Pour s'adapter à cette réalité, la ville est soumise à une reformulation des activités existantes. On observe ainsi une possibilité d'expansion pour de nombreuses entreprises internationales, attirées par les nouveaux marchés potentiels[46].

L'auteure montre encore qu'à Curitiba ces nouvelles fonctions ont été identifiées plus clairement à partir des années 1990, lorsque la position de la ville dans le réseau urbain s'est modifiée suite à l'augmentation des investissements dans l'industrie, surtout automobile, dans les services et le commerce, tous liés directement ou indirectement à l'insertion de la métropole dans une économie urbaine internationalisée. On soulignera notamment l'installation de Renault et d'Audi-Volkswagen dans la périphérie métropolitaine, avec leurs parcs industriels de fournisseurs et tous les nouveaux services directs ou indirects créés (cf. Firkowski, 2008).

Par coïncidence, les années 1990 correspondent aussi, selon Paviani (2006, 2007) à la période de consolidation de Brasilia en tant que métropole tertiaire et quaternaire. Les secteurs du commerce et des services, dont certains de haut niveau, se sont fortement développés, liés d'une part à l'administration directe de l'État et d'autre part aux entreprises étatiques siégeant dans la capitale, à

l'exemple des Correios [la Poste] ou de Banco do Brasil [la Banque du Brésil] ; de nouvelles entreprises se sont aussi installées à Brasilia après la privatisation d'entreprises publiques pendant les deux mandats de Fernando Henrique Cardoso et/ou à cause de l'attraction exercée par la métropole.

Tous ces processus font partie d'un jeu que Santos (2008) décrit comme suit : d'un côté, la mondialisation est vendue comme un ensemble de possibilités d'accès et d'intégration pour tous, c'est-à-dire un ensemble de fictions qui cachent au revers de la médaille la perversité et la redistribution de la misère.

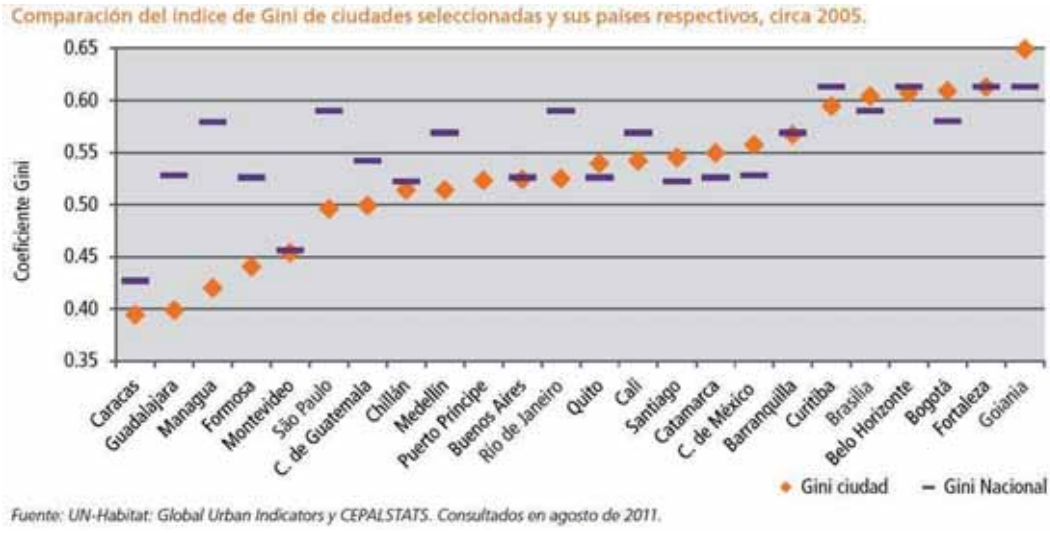
À Brasilia et Curitiba, tout comme dans d'autres métropoles brésiliennes, l'entrée du Brésil dans la mondialisation s'est produite grâce à une plus grande ouverture de l'économie internationale pendant le gouvernement de Fernando Collor de Melo, au début des années 1990, mais grâce aussi à la vague de modernisation qui a suivi, surtout au début des années 2000, période d'ascension au pouvoir du Parti des Travailleurs (PT). Santos (2008) articule le mouvement de cette vague de modernisation à la mondialisation : des objets-symboles de l'économie mondiale ont surgi et se sont multipliés sur le marché de la consommation tels les magasins et supermarchés de marque internationale (Walmart, Carrefour, Makro, Leroy Merlin, Fnac, L'Occitane, Zara, C&A...), normalement situés dans des centres commerciaux. Mais une partie significative de population qui n'a pas accès à ce type de consommation s'est elle aussi accrue. Une autre partie de population s'est transformée en consommateurs invétérés à cause du crédit facile, surtout ces dernières années. Selon les données de l'IPEA (2012), même si les inégalités sociales au Brésil ont atteint leur plus bas niveau historique pendant la décennie de 2001 à 2011, elles figurent encore parmi les 12 niveaux les plus élevés du monde.

La rapport 2012 du Programme des Nations Unies sur les établissements humains (ONU-Habitat) sur les villes latino-américaines met en évidence l'attraction des entreprises étrangères. À Curitiba, leur intérêt est surtout lié à l'installation du Technoparc[47], en 2003, et au succès reconnu de la planification du système de transport urbain et de la gestion des résidus solides basée sur des programmes d'incitation au recyclage.

> La ville offre des avantages fiscaux aux grandes entreprises en limitant l'impôt sur les services à 2% et en accordant une exemption des impôts municipaux et de l'état fédéré pour une durée de dix ans. Grâce à ce programme [Technoparc] et aux autres avantages – déploiement d'infrastructures de communications, poli-

> tiques de développement urbain durable, bas salaires et coût de la vie inférieur à celui des plus grandes villes du Brésil –, Curitiba a réussi à attirer des compagnies étrangères parmi lesquelles de grandes multinationales[48] (ONU-Habitat, 2012, p. 54, traduction libre).

Pourtant, ce même rapport indique qu'en 2005, Curitiba et Brasilia étaient respectivement, les sixième et cinquième villes les plus inégales parmi les villes étudiées, derrière des capitales comme Caracas, Montevideo, Buenos Aires, Quito, Santiago et Mexico et des villes comme Guadalajara, Rio de Janeiro, São Paulo et Barranquilla (Figure 5).



Source: extrait de ONU-Habitat (2012, p. 45).

FIGURE 9 : Amérique Latine et Caraïbes ; indice de Gini dans les villes sélectionnées ; 2005

Face à ce scénario, on peut craindre que le processus de fragmentation sociospatiale ne soit, au Brésil, ancré dans la permanence – et, dans certains cas, dans l'intensification – des inégalités et que les possibilités d'amélioration ne soient pas nécessairement liées au développement d'une économie urbaine capitaliste mondialisée comme on l'a vu jusqu'à présent. Cela est envisageable parce que les degrés d'insertion dans la mondialisation d'une partie des différents groupes socioéconomiques opèrent avec la même logique traditionnelle de privilège des groupes les mieux nantis.

2.2. Dispersion et fragmentation : corrélations

Les processus de dispersion urbaine et de fragmentation sociospatiale ne

coïncident pas nécessairement. Même si le premier finit toujours par contribuer d'une certaine manière à l'existence du deuxième, celui-ci peut aussi se produire dans des espaces qui ne sont pas marqués par la dispersion de l'environnement bâti. Suivant le raisonnement de Sposito (1994, 2009), déjà présenté antérieurement, si l'unité morphologique de la ville contemporaine est en voie de dissolution, cela est dû au fait que la dispersion est l'une des conditions de la fragmentation.

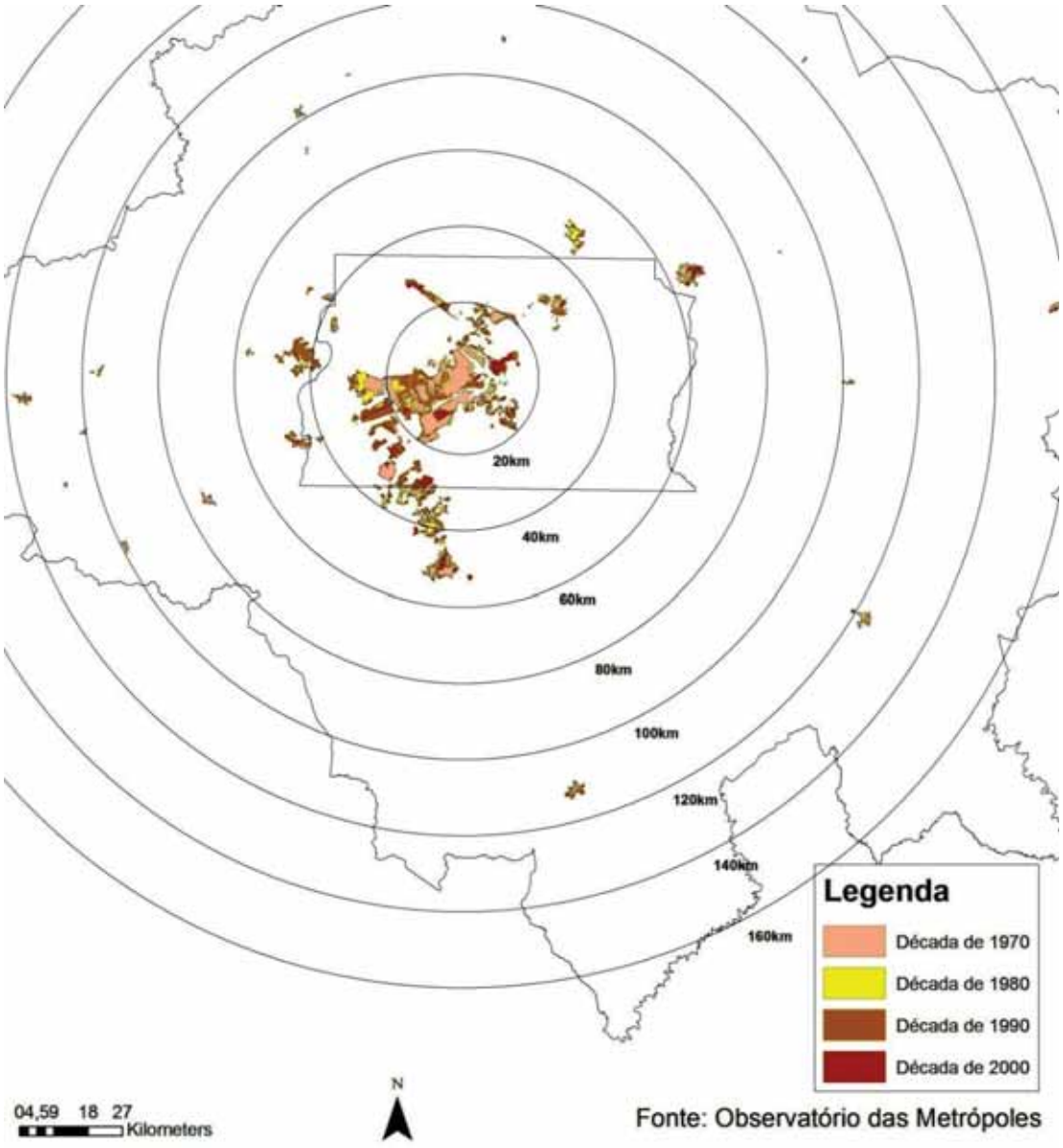
Brasilia et Curitiba sont des métropoles différemment marquées par les logiques de dispersion des tissus urbains. Alors que la capitale du Paraná a gardé une certaine unité morphologique même si elle ne s'applique pas de la même manière à toute son agglomération, la capitale fédérale n'a quant à elle jamais présenté d'unité et se caractérise par des processus de dispersions de différente nature depuis son implantation (cf. Catalão, 2010). Les figures 6 et 7 illustrent ces différences et montrent l'évolution de l'occupation urbaine entre les années 1970 et 2000 pour les agglomérations officielles de Brasilia et Curitiba, respectivement la « Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno » et « Região Metropolitana »[49]. L'échelle de ces deux figures est appropriée à l'étendue territoriale des agglomérations respectives officielles qui atteignent un rayon de 160 km pour Brasilia et 100 km pour Curitiba. Ceci montre bien la nécessité de relativiser les impressions visuelles.

Comme je l'ai déjà souligné dans le premier chapitre, même si dispersion et croissance urbaines ne sont pas des processus équivalents, ils sont forcément en corrélation parce que la ville ne peut se disperser sans la croissance de son tissu. En effet, à mesure que surgissent de nouvelles logiques de localisation dans la ville nécessitant la production d'autres localisations pour l'installation de résidences, entreprises ou institutions, le tissu urbain doit nécessairement s'étendre. Cette expansion obéit en général à des objectifs économiques et à leurs contraintes politiques et sociales et éventuellement culturelles, ce qui finit par produire, dans le cas présent, des aires de dispersion aux bords de la ville consolidée.

Dans ce sens, les figures 6 et 7 montrent l'évolution de la dispersion pendant la période considérée. La croissance des aires urbaines pendant les décennies considérées montre que la croissance des agglomérations n'a pas suivi un modèle centripète. Au contraire elle a suivi un modèle périphérique antérieur à l'occupation des interstices vides situés dans des aires plus traditionnelles. Ce processus est cependant beaucoup plus modeste à Curitiba qu'à Brasilia. En

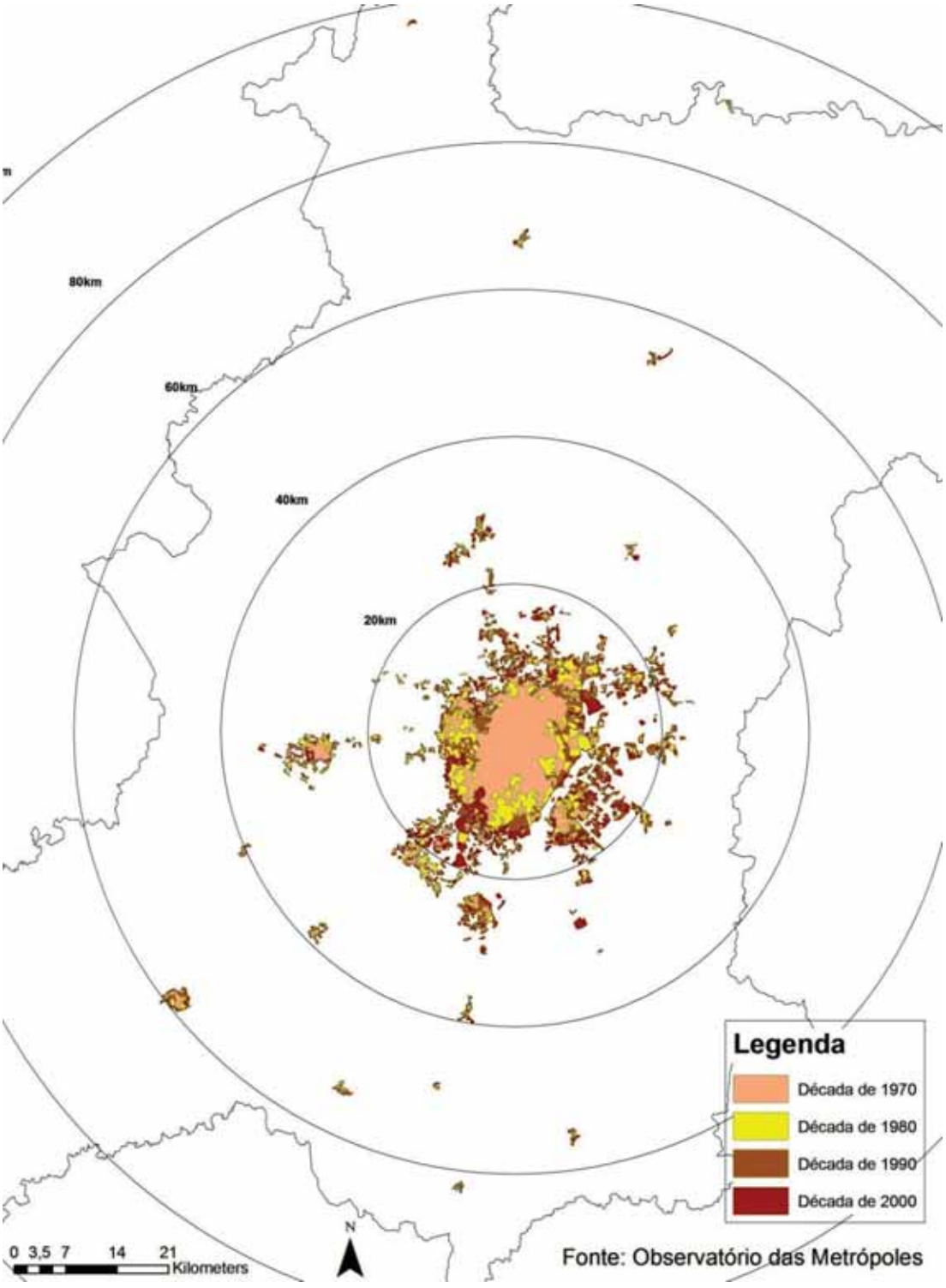
effet, le modèle de croissance urbaine à Curitiba est beaucoup plus classique que celui de Brasilia, qui, il est vrai, est assez particulier.

C'est pendant la décennie de 1970 qu'ont débuté les processus de métropolisation de Brasilia et Curitiba (voir chapitre 1). On observe alors dans les deux agglomérations, une importante occupation du territoire, particulièrement dans le cas de la ville de Curitiba et les autres sièges des municipalités de l'agglomération et dans le cas du Plan Pilote de Brasilia, pour les premiers noyaux des premières villes-satellites et pour les sièges des municipalités de la périphérie sud de Goiás.



Extrait de : <http://www.observatoriodasmetropoles.net>.

FIGURE 10: Région intégrée de développement du district fédéral et son alentour ; croissance urbaine selon les formes d'occupation du territoire ; 1970-2000



Extrait de : <http://www.observatoriodasmetropoles.net>.

FIGURE 11 : Région Métropolitaine de Curitiba ; croissance urbaine selon les formes d'occupation du territoire ; 1970-2000

Les modes d'occupation des deux agglomérations pendant la décennie de 1980 sont assez différents : une croissance significative dans la périphérie urbaine de Curitiba et les différentes villes de l'agglomération métropolitaine et une croissance localisée, dans le cas de Brasilia, dans quelques villes-satellites de sa

périphérie ouest et dans les municipalités de Goiás au sud et au nord du quadrilatère.

Pendant les années 1990, les occupations antérieures des deux agglomérations se sont densifiées et de nouvelles occupations périphériques surgissent. Cette tendance se maintient au début des années 2000, surtout par la construction de lotissements et de condominiums fermés et par l'implantation de nouvelles occupations dans les différentes villes agglomérées qui se sont dispersées.

Deux processus liés à la dispersion et à la fragmentation doivent cependant être soulignés : en effet, l'un d'eux est ancien et est à l'origine de la périphérie précaire située dans les municipalités limitrophes des capitales ; l'autre processus, plus récent, est à la base du développement d'une périphérie dotée de nouvelles qualités urbaines et de nouveaux contenus sociospatiaux (Monclús, 1999 ; Sposito, 2004). Pour le deuxième processus, il s'agit de l'implantation de lotissements fermés, qui se mélangent, se juxtaposent et disputent les meilleures localisations périphériques dans des aires résidentielles destinées auparavant seulement aux populations pauvres.

Le processus de métropolisation de Brasilia et Curitiba accompagne l'avancée de l'urbanisation dans le territoire brésilien. La décennie des année 1970 est marquée par quelques repères importants. On peut reternir les trois suivants :

- le recensement démographique de 1970 fut le premier à enregistrer pour le pays entier une population majoritairement urbaine ;
- on a connu dans les années de 1973 et 1974 l'officialisation des premières régions métropolitaines brésiliennes[50] ;
- le coup militaire de 1964, qui a favorisé la reprise des investissements étrangers et une accélération conséquente de la croissance économique, le dénommé « miracle brésilien », mais qui s'est produit basé sur l'endettement extérieur et les persécutions politiques[51].

Pendant ces années, le développement industriel des métropoles officielles, dont Curitiba, et la consolidation de Brasilia comme capitale ont provoqué un afflux massif de populations migrantes venues de l'intérieur du pays, la plupart d'origine rurale, très pauvres et sans aucune qualification professionnelle. C'est dans ce contexte que se sont formées les périphéries métropolitaines par la créa-

tion de noyaux urbains hors des villes-pôle pour abriter les migrants. Ceux-ci travaillaient dans des fonctions subalternes et mal rémunérées. L'absence de politiques de logement social les obligeait à vivre dans des lotissements précaires, distants des lieux de travail et à s'entasser dans des transports collectifs inefficients. Ces lotissements construits dans des municipalités limitrophes ont introduit la discontinuité territoriale urbaine. À Brasilia, cela permettait d'avoir l'impression de vivre en dehors de la ville tout en ayant un mode de vie urbain. Donc, déjà à cette époque, on observait que la ville, en se développant à une échelle régionale, ne se constituait plus comme une unité morphologique. Elle éveillait une conscience nébuleuse de la réalité urbaine (Lefebvre, 2006) et implantait l'embryon du processus identifié plus tard comme celui de la fragmentation sociospatiale.

Ce processus de production de la périphérie isolée et déconnectée, initié pendant les années 1970, a continué de se développer dans les décennies de 1980 et 1990 même si la densification progressive des agglomérations, tant à Brasilia qu'à Curitiba, a contribué à atténuer les difficultés majeures de la première décennie. Cependant, cette densification a contribué en quelque sorte[52] à isoler, volontairement cette fois-ci, des segments socioéconomiques de niveau plus élevé, dans des lotissements fermés de diverses natures. À Brasilia, on remarque surtout tous les condominiums horizontaux périphériques au Plan Pilote tandis qu'à Curitiba ce type d'ensembles résidentiels installés dans les municipalités voisines prend de l'ampleur de même que la formation d'innombrables *vilas*[53] au sein de la ville.

Précédemment, on a pu remarquer la tendance urbaine contemporaine des groupes socioéconomiques au pouvoir d'achat élevé à mettre en place des stratégies pour s'isoler de l'ensemble de la ville et de la société, en créant ce que j'appelle des communautés agrégées. Ces prétendues communautés, bien qu'elles ne partagent ni valeurs culturelles ou politiques communes, ni idéologies, se rapprochent en général par leurs revenus et leur pouvoir d'achat. Elles se construisent des artefacts urbains dans la ville, habituellement dans des aires périphériques avec lesquelles elles n'ont aucune relation si ce n'est pour l'embauche de domestiques. Dans le cas particulier des métropoles[54], et plus spécialement au Brésil, cette agrégation d'ensembles de logements marque significativement le paysage métropolitain. Ce sont les formes spatiales qui contribuent le plus au processus de fragmentation sociospatiale et elles présentent les

qualités et quantités les plus diverses. Selon Caldeira (1997, p. 155-156), il s'agit d'enclaves fortifiées, c'est-à-dire :

> des espaces privatisés, fermés et contrôlés, destinés au logement, à la consommation, aux loisirs ou au travail. Ces espaces trouvent dans la peur de la violence, une de leurs principales justifications. Ils attirent de plus en plus ceux qui préfèrent abandonner la traditionnelle sphère publique des rues aux pauvres, aux marginaux et aux sans-logis. Ces enclaves fortifiées génèrent des villes fragmentées où il est difficile de maintenir les principes de base de la libre circulation et de l'ouverture des espaces publics qui ont servi de fondements à la structuration des villes modernes. Par conséquent, dans ces villes, le caractère d'espace public et de la participation des citoyens à la vie publique a été drastiquement modifié[55] (traduction libre).

Donc, les enclaves fragmentent la ville car elles font obstacle à d'éventuelles rencontres ou d'autres formes de convivialité et contribuent à la formation de liens sociaux plus lâches. Lorsque ces enclaves sont implantées dans des aires urbaines construites en continuité, ces espaces d'exception semblent « étranges » car ils ne cadrent pas avec l'histoire du lieu[56]. Si au contraire ces enceintes sont construites dans les périphéries, dans des zones peu denses ou inhabités, elles élargissent les fonctions urbaines de la ville en-dehors de celle-ci et produisent des taches d'occupation urbaine discontinues par rapport au tissu historique consolidé. Ceci remet en cause la question de savoir, comme Sposito s'interroge (2011), si l'on peut continuer à appeler ces nouveaux ensembles urbains, de villes. Lefebvre lui-même avait déjà alerté (2006) sur ce problème lorsqu'il analysait les nouveaux ensembles implantés dans la périphérie des villes françaises, pendant le XX^{e} siècle. Caldeira (1997, p. 161-162) aborde également le problème des enclaves sous cette optique, mais elle met en relief les stratégies de discrimination basées sur un discours de l'insécurité urbaine :

> Les condominiums fermés sont également caractérisés par l'isolement et la distance à la ville, présentés comme si cela offrait une possibilité d'un meilleur style de vie. Cet aspect s'exprime, par exemple, par l'importance accordée à la localisation des initiatives « proches de la nature » (zones vertes, parcs, lacs) et par l'utilisation d'un langage emprunté à la rhétorique écologique. Néanmoins, il reste clair dans les annonces que l'isolement signifie une séparation de ceux qui sont considérés comme socialement inférieurs et que le facteur principal en est la sécurité[57] (traduction libre).

Comme cela a été vu au long de cette thèse, les expressions sociospatiales de ces processus sont très différentes selon qu'il s'agit de Brasilia ou Curitiba. Cela

apparaît clairement sur les cartes 6 et 7 qui présentent la distribution des domiciles urbains dans les *vilas* ou condominiums[58] par secteur de recension dans les deux agglomérations. Sur les cartes, la partie supérieure montre les secteurs où les ensembles fermés constituent plus de 80% des logements, tandis que la partie inférieure montre les secteurs comprenant au moins 15% de logements du même type. Cette représentation est cependant très approximative à cause de la complexité des définitions des lotissements fermés, *vilas* et condominiums. De plus, la mesure quantitative réalisée par l'IBGE présente une autre difficulté pour l'analyse : la situation géographique de ces unités résidentielles dans chaque secteur.

Selon l'IBGE (2011), le secteur de recensement est l'unité territoriale de la plus petite dimension utilisée pour la collecte de base des recensements. Les données disponibles sont agrégées par secteur de recensement. Il s'agit d'une zone continue, classée comme rurale ou urbaine, dont le nombre de logements sur le territoire est tel qui permet travail du recenseur. Chaque secteur de recensement est comptabilisé dans la municipalité dont la limite est définie légalement. Cette définition du secteur de recensement ne prend pas compte des caractéristiques qualitatives du lieu telle que la typologie des logements, ce qui peut causer des problèmes pour l'analyse et surtout pour la représentation des données. Selon sa densité démographique, un secteur peut se résumer aussi bien à un seul immeuble – à l'exemple du Plan Pilote de Brasilia – qu'à une agrégation d'ensembles résidentiels très différents entre eux, éventuellement une partie de quartier, même s'il s'y trouve des condominiums fermés – comme c'est le cas de nombreuses *vilas* à Curitiba et de quelques lotissements fermés des deux agglomérations.

Pour comprendre la distribution des ensembles résidentiels fermés, il faut d'abord expliquer qu'ils expriment clairement la fragmentation contemporaine de la ville. Ce processus mène à la rupture des liens de continuité antérieurs tant de la structure sociale que territoriale, car il y a des clivages entre les groupes qui se segmentent de plus en plus (Salgueiro, 1997). En ce qui concerne le territoire urbain, les unités résidentielles et de consommation se vaporisent et créent un type de ville-archipel dont les îles masquent l'articulation de l'ensemble pour mettre en avant des attributs comme la haute qualité environnementale et paysagère très prisés par les groupes socioéconomiques à hauts revenus et à grande capacité de mobilité (Domingues, 1998).

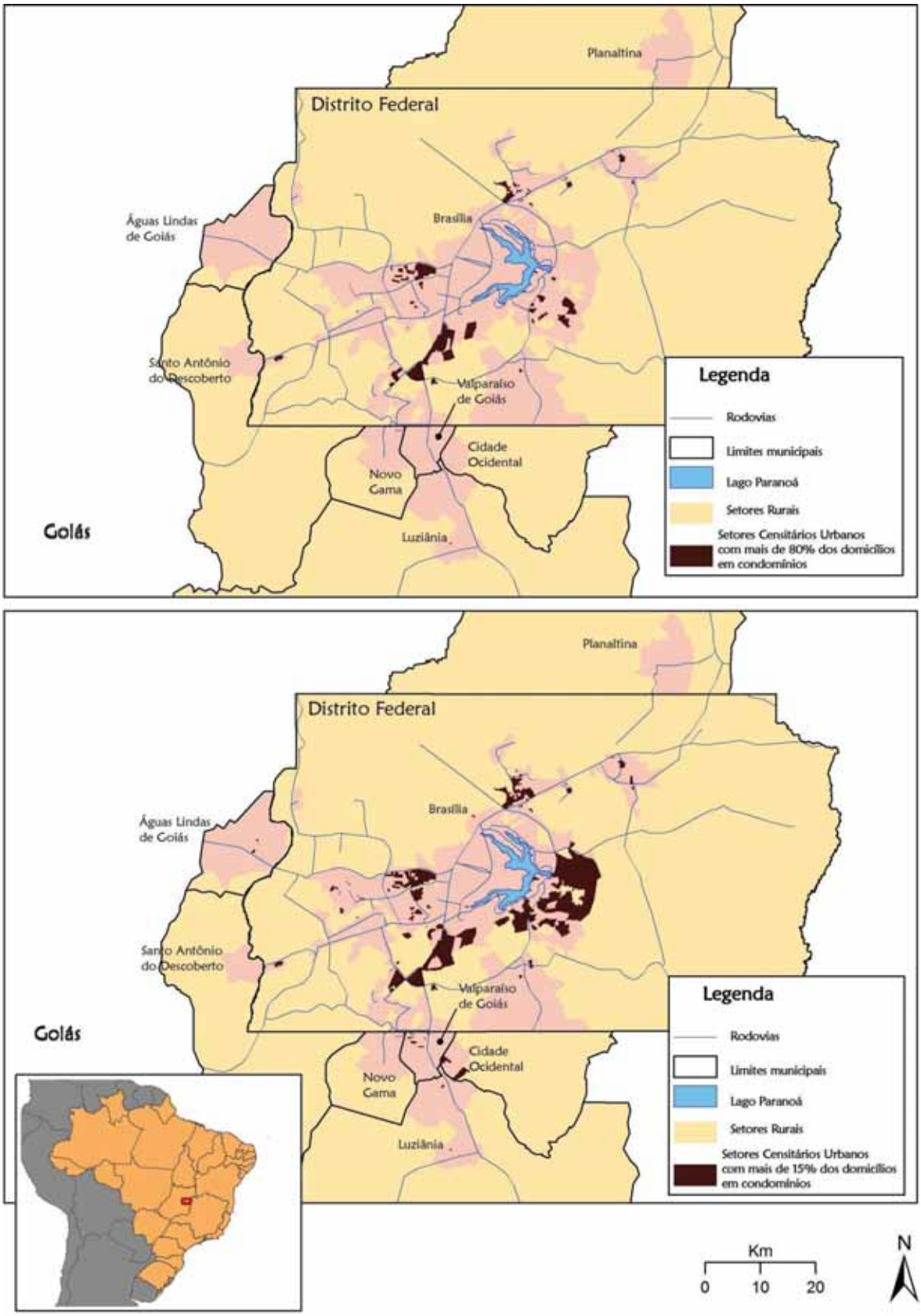
Sur les cartes 6 et 7, les taches plus foncées représentent les secteurs de recensement à forte proportion de résidences dans des condominiums fermés. Elles

ne localisent pas seulement les unités spatiales, mais traduisent l'existence de points isolés dans le tissu urbain qui imposent des séparations de groupes sociaux en même temps qu'ils altèrent l'espace organique de la ville. La grande tache rose, dans les deux agglomérations ne caractérise pas des zones urbaines continues et densément occupées, mais seulement la portion qui est officiellement reconnue comme zone urbaine dans les municipalités et dans le District fédéral. S'il peut y avoir une coïncidence entre le périmètre urbain et les zones effectivement occupées et éventuellement denses dans la ville de Curitiba et les portions territoriales d'autres villes de son agglomération, à Brasilia et dans son agglomération, cette coïncidence est quasiment inexistante. Dans ce cas, la comparaison entre les cartes 4 et 5 et les figures 6 et 7 qui représentent respectivement la densité et l'expansion urbaine des agglomérations, devient très opportune.

Si l'on analyse plus en détail les cartes et les figures, on remarque que la proportion des secteurs de recensement comprenant plus de 80% des logements dans des *vilas*/condominiums est de loin supérieure à Brasilia. Par contre, à Curitiba, la quantité d'ensembles fermés qui apparaissent lorsque l'on sépare les secteurs où il y a au moins 15% de logements dans des condominiums/*vilas* est plus significative.

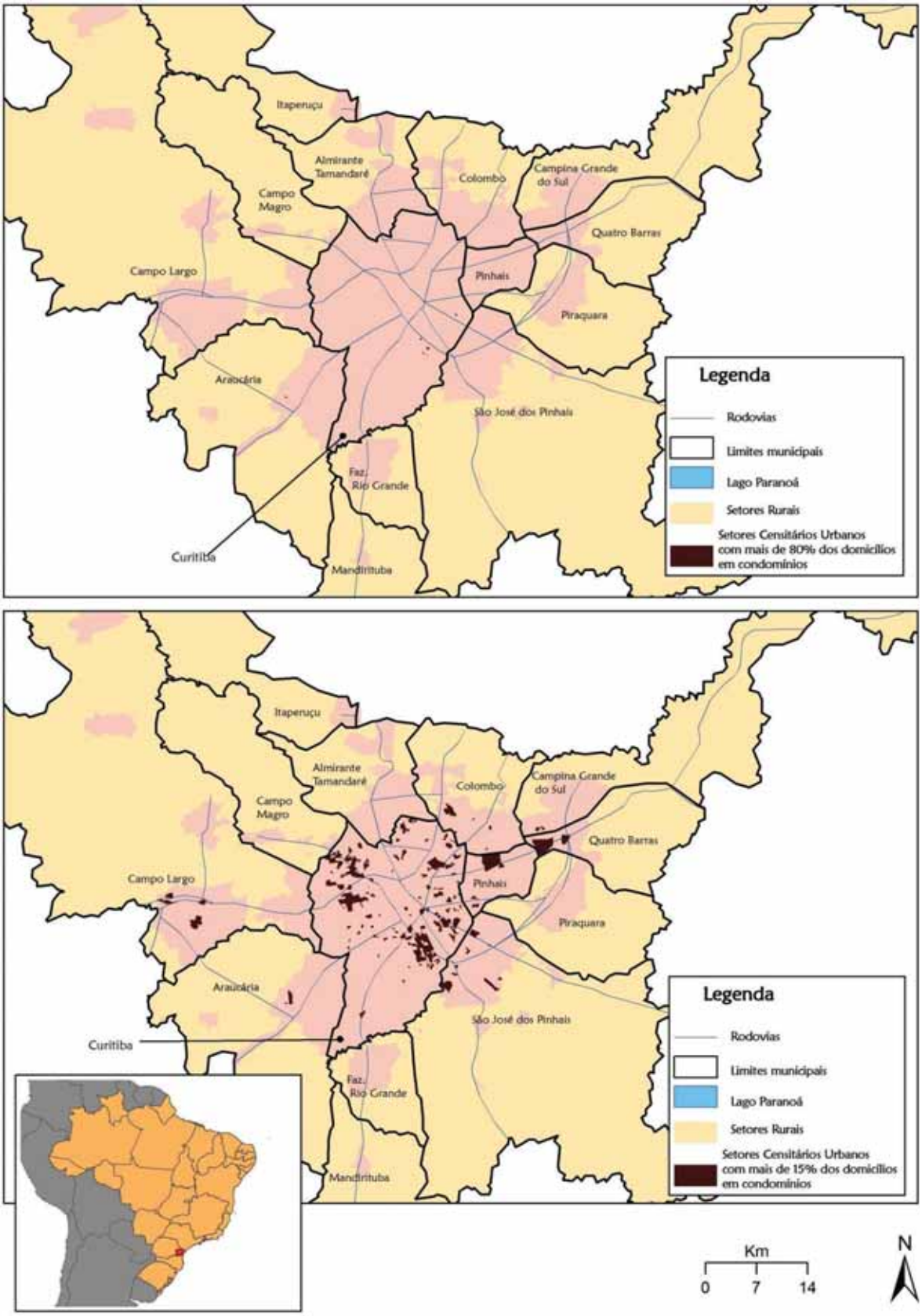
Les travaux de terrain[59] réalisés dans les deux agglomérations permettent d'affirmer qu'à Brasilia, l'occupation périphérique sous la forme de condominiums prédomine tandis qu'à Curitiba, on remarque la présence de *vilas* à l'intérieur de la ville. Il faut noter cependant que les *vilas* ne représentent pas précisément le même contenu que les condominiums/lotissements fermés – enclaves fortifiées selon Caldeira (1997). En fait, les *vilas* ne créent pas de rupture sociospatiale significative et n'imposent pas non plus aux habitants une perte de convivialité dans le quartier ou dans la ville. En effet, non seulement leur taille est réduite, mais elles ne disposent pas de services collectifs et n'interrompent pas le système de voirie, ce qui rendrait difficile l'articulation entre les îlots et quartiers de la ville.

En ce qui concerne la logique de distribution des lotissements fermés dans les deux agglomérations, on observe un modèle plus endogène à Brasilia, avec quatre zones principales d'occupations de ce type à l'intérieur du quadrilatère : Jardim Botânico, Sobradinho II, Setor de Mansões Park Way et Vicente Pires, respectivement à l'est, nord, sud-ouest et ouest du Plan Pilote. Dans le cas de Curitiba, le modèle est plus exogène, avec des lotissements implantés dans les municipalités limitrophes, particulièrement Pinhais, São José dos Pinhais et Quadro Barras.



Source: IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 6 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; proportion des secteurs de recensement comprenant des logements organisés en condominiums ; 2010



Source: IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration Rafael Catão.

CARTE 7 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; proportion des secteurs de recensement comprenant des logements organisés en condominiums ; 2010

Quant à la structuration de l'espace métropolitain, tant la production de périphéries déconnectées que l'implantation de lotissements fermés imposent des limites à l'unité morphologique urbaine, aux possibilités d'appropriation de l'espace et à l'exercice de l'altérité par le contact avec la différence. Cette ville fragmentée devient ainsi un *locus* approprié pour le renforcement des injustices qui justifie une discussion sur les possibilités de réalisation d'une justice spatiale parallèlement à la discussion sur le droit à la ville et à la différence comme on le verra dans le prochain chapitre.

Notes

[1] Lefebvre se réfère au concept de différence pour développer la pensée différencialiste qu'il soutient. Bien que ses arguments soient virulents et théoriques et même si je m'efforce de l'intégrer dans cette thèse, il n'y a pas encore en géographie de développement théorique de la *différence* de façon à ce qu'on puisse l'identifier comme un concept. Aussi j'utiliserai ainsi les guillemets, indiquant la référence à Lefebvre et un emploi métaphorique du terme, car il s'agit d'une notion transplantée à partir d'un autre champ de la connaissance comme l'explique Santos (2006).

[2] Au Brésil, cette négligence pourrait être expliquée par l'absence de traduction de l'œuvre, même si les géographes urbains sont assez familiers avec ses théories. En France, le faible écho des œuvres de Lefebvre dans la production des études urbaines d'une manière générale est notoire, principalement en géographie urbaine.

[3] Essa primazia, que pode se traduzir em confusão, ou seja, incapacidade de distinguir as relações e as distinções entre desigualdades e diferenças, tem muitos níveis de determinação.

[4] Le mot tolérance est emplyé ici au sens libéral lié au respect comme l'indique Žižek (2009, p. 116-117) : "o respeito só tem sentido como respeito por aqueles com os quais *não* concordo" [le respect n'a de sens que comme respect de ceux avec lesquels je suis en désaccord].

[5] O que a espécie humana – *homo sapiens sapiens* – fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e as variadas trocas entre culturas que ao longo da história pôde experimentar.

[6] [As diferenças geográficas] estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.

[7] L'exclusion sociale est entendue dans son sens le plus abouti, proche de celui de José de Souza Martins, c'est-à-dire celui qui se réfère à des situations où les individus sont complètement éliminés de la société et où tous leurs droits (sociaux, politiques et civils) sont niés, comme c'est le cas par exemple des réfugiés de guerre ou des exilés. C'est pour cela que j'ai utilisé l'expression « à l'extrême ». Dans les autres cas, il est préférable de parler d'inclusion précaire.

[8] J'adopte le terme « communauté » en ayant pleine conscience de sa fragilité, car il ne s'agit pas, dans ce cas, de groupes où se sont constitués de véritables liens identitaires et de sociabilité, comme l'explique Bauman (2001). De même, je considère l'adjectif « agrégé » plus adéquat qu'« autoségrégué » utilisé par certains auteurs.

[9] Not only is the fragility and transitoriness of contemporary social relations expressed 'in' space; the production of space is increasingly the means by which social difference is constructed and reconstructed.

[10] Il serait préférable d'utiliser la version originale pour les citations des auteurs français, puisque les traductions du portugais au français des textes dont la version originale est française semblent absurdes. Néanmoins, il n'est toujours pas aisé d'avoir accès à toute la bibliographie utilisée dans cette thèse en langue originale et les recherches seraient très fastidieuses. Je m'excuse donc des malentendus possibles dans cet exercice de traduction.

[11] Au-delà des conceptions contemporaines courantes qui ne concernent en général que la croissance économique ou un type de développement partiel ou incomplet, je me réfère ici à une conception intégrale du développement, proche des formulations de Wettstein (1992) et Souza (1996, 1997).

[12] L'inégalité brésilienne n'est pas uniquement socioéconomique bien qu'à mon avis ce soit le principal facteur. Son dépassement dépend d'un affrontement politique qui ne soit pas restreint à l'augmentation des revenus et à la distribution de la richesse. Martins (2012) analyse brièvement la superposition des préjugés qui sous-tendent la production de l'inégalité.

[13] Dans son analyse de la structure sociale de Rio de Janeiro entre les décennies 1980 et 1990, Ribeiro (1999) cons-

tate par exemple une désolidarisation entre les segments sociaux supérieurs et inférieurs du fonctionnement actuel et de la tendance future de la métropole carioca.

[14] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular.

[15] Dans les termes utilisés dans Bertrand et Bertrand (2002), c'est-à-dire la combinaison des aspects naturels, territoriaux et paysagers.

[16] Traduction libre du mot *colonialidad* utilisé par l'auteur.

[17] 1) la colonialidad del poder, esto es la idea de "raza" como fundamento del patrón universal de clasificación social básica y de dominación social; 2) el capitalismo, como patrón universal de explotación social; 3) el estado como forma central universal de control de la autoridad colectiva y el moderno estado-nación como su variante hegemónica; 4) el eurocentrismo como forma hegemónica de control de la subjetividad/ intersubjetividad, en particular en el modo de producir conocimiento.

[18] Costa (2002 et 2008) s'est fait passer pour un éboueur dans les rues de São Paulo. Ceci faisait partie de la méthodologie de sa recherche de master. En interviewant des éboueurs et ex-éboueurs pour sa recherche de doctorat, il a identifié l'invisibilité et l'indifférence que j'ai mentionnées par rapport à cette catégorie socioprofessionnelle, dans une discussion sur l'antagonisme de classes, la disparité sociale, la prépotence et la subalternisation de l'autre.

[19] Malgré la critique de Quijano du modèle de l'État-nation actuel dans le monde contemporain, il est possible de concrétiser une société plus démocratique, libre et solidaire par l'État, comme les États nordiques permettent de le croire.

[20] O transbordamento da história europeia em história mundial fez com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente, que dura até hoje.

[21] Não podemos dizer que o nosso país tem desenvolvido os lugares habituais da sociabilidade – escola, cultura, mídia, política – como instâncias emancipatórias. Em grande parte porque, além dos defeitos de fabricação, a nossa modernidade decolou mal.

[22] L'OCDE est une organisation formée de 29 pays, en majorité des pays européens : Allemagne, Australie, Autriche, Belgique, Canada, Chili, Corée du Sud, Danemark, Slovaquie, Slovénie, Espagne, États-Unis, Estonie, Finlande, France, Hollande, Islande, Israël, Italie, Japon, Luxembourg, Norvège, Nouvelle-Zélande, Pologne, Portugal, Royaume-Uni, République Tchèque, Suède et Suisse.

[23] La sélection a été faite de manière à ce que l'on puisse avoir une représentativité des continents, sans sauter plusieurs positions entre les pays, mais gardant les positions significatives dans le classement et/ou la proximité géographique et/ou de relations avec Brésil, sans exclure les pays impérialistes traditionnels (comme les États-Unis ou la France) ou les émergents (comme la Russie, l'Inde ou la Chine).

[24] Système de transport urbain par autobus articulés et/ou biarticulés en site propre qui s'est popularisé mondialement sous la sigle BRT (*bus rapid transit*) en anglais.

[25] Il n'y a pas de divisions municipales à l'intérieur du District fédéral conformément à ce qui a été établi par la Constitution de 1988. Il n'existe que des divisions administratives, dont les portions urbaines sont formées par des noyaux qui fonctionnent comme des grands quartiers de la capitale, parmi eux : Taguatinga, Ceilândia et Samambaia. Pour plus de détails, consulter les références sur Brasilia à la fin de cette thèse.

[26] Comme décrit également par Paviani (1987) et dans divers travaux de l'auteur publiés par les Éditions de l'Université de Brasilia (UnB) dans le cadre de la Collection Brasilia.

[27] J'emprunte le terme utilisé par Paviani (1987) pour désigner le processus au cours duquel la population a été amenée à établir sa résidence dans les municipalités de Goiás limitrophes de Brasilia.

[28] Il s'agit notamment des seuls démembrements postérieurs à 1960, quand Mandirituba s'est dissociée de São José dos Pinhais.

[29] Certainly by the 1990s, many urban citizens came to feel that daily life had become a *bellum omnium contra omnes* – a war of all against all, as Hobbes put it with such dour finality.

[30] Quais serão as conseqüências dessas mutações sociais sobre a governabilidade democrática da metrópole, entendida esta como a capacidade das forças locais de construírem e dirigirem um modelo de desenvolvimento orientado por valores e objetivos de integração, justiça e solidariedade?

[31] On peut questionner l'inclusion de centres commerciaux parmi les espaces publics au Brésil. En effet, leur accès est limité à un public détenteur d'un certain pouvoir d'achat, car les relations qui s'y établissent sont des relations basées sur la consommation.

[32] By "public space" we mean the range of social locations offered by the street, the park, the media, the Internet, the shopping mall, the United Nations, national governments, and local neighborhoods. "Public space" envelops the palpable tension between place, experienced at all scales in daily life, and the seeming spacelessness of the Internet, popular opinion, and global institutions and economy. It is not only a homogeneous arena: the dimensions and

extent of its publicness are highly differentiated from instance to instance. Public space is traditionally differentiated from private space in terms of the rules of access, the source and nature of control over entry to a space, individual and collective behavior sanctioned in specific spaces, and rules of use. Whereas private space is demarcated and protected by state-regulated rules of private property use, public space, while far from free of regulation, is generally conceived as open do greater of lesser public participation.

[33] Les adjectifs « urbaine » ou « sociospatiale » sont souvent utilisés. Le deuxième me semble plus adéquat vu que le processus de fragmentation est davantage lié à une question de société que de ville et que l'adjectif « urbaine » pourrait suggérer de façon erronée qu'il s'agit d'un produit naturel de la ville alors que ce processus nie le principe fondamental de l'existence de la ville.

[34] Même s'il n'utilise pas la notion de fragmentation comme les autres auteurs cités, Soja (2008, 2010) décrit et problématise de nombreux processus contemporains en relation avec cette discussion. D'après lui, il est nécessaire de réfléchir à la notion de justice spatiale que peu d'auteurs mentionnent. Jaillet (1999) aborde les mêmes problématiques, mais ne cite que brièvement la fragmentation, qu'elle considère comme une métaphore ; elle utilise plutôt le terme de sécession pour décrire et expliquer les processus d'auto-enfermement des segments de haut niveau socioéconomique.

[35] Jaillet (1999) affirme qu'en Europe les processus que l'on pourrait identifier comme fragmentation sociospatiale ne sont encore qu'embryonnaires. Des études plus récentes remettent en cause cette affirmation, par exemple celle de García et Gutiérrez (2007) sur l'agglomération de Madrid.

[36] Les dénominations sont variées même si les processus analysés convergent : postmodernité pour Lyotard (1979), Soja (1993) et Harvey (2003) ; modernité réflexive pour Giddens, Beck et Lash (1996) ; modernité liquide ou postmodernité pour Bauman (1998, 2001) ; troisième modernité pour Ferrier (2001) ; dernière modernité pour Ribeiro (2008), pour ne citer que quelques auteurs.

[37] Par exemple, l'expulsion de près de 7.000 habitants de la favela Pinheirinho, à São José dos Campos dans l'état de São Paulo en janvier 2011. La favela, qui fonctionnait déjà comme un quartier de la ville comprenant des habitations en dur, s'était implantée depuis 2004 sur un terrain abandonné, objet de spéculation, à proximité d'une zone de lotissements fermés de haut standing. Loin d'être un cas isolé, ce type d'expulsion se reproduit dans différentes parties du pays. Ritter (2011) a observé le même processus dans l'agglomération de Curitiba où se sont implantés des projets d'Alphaville.

[38] Commerce informel de toutes sortes d'appareils électroniques, vêtements et objets divers impliquant de nombreux employés.

[39] Na observação da vida quotidiana dos habitantes do Rio de Janeiro, já quase passam despercebidas cenas de expressivas práticas separatistas. Aparatos imobiliários, regras institucionais e valores culturais separam crescentemente a população em "shopping-centers", "camelódromos", "condomínios fechados", "favelas", "bairros", "baixadas", etc. Categorias espaciais servem cada vez mais à construção de uma linguagem que, classificando e estigmatizando os grupos sociais, produz um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropriação dos territórios da metrópole. Metáforas freqüentes no discurso público sobre a cidade e seus problemas reproduzem ativamente o desenvolvimento dessa linguagem separatista, especialmente quando a imprensa discute o "risco da violência" e "risco da chuva".

[40] [...] uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.

[41] A descontinuidade do tecido urbano constitui-se a nosso ver uma das determinantes do processo de fragmentação da cidade, que é na essência uma das formas contemporâneas através das quais se origina ou se acentua a segregação sócio-espacial.

[42] L'auteur utilise le terme globalisation.

[43] As transformações atuais da economia e da tecnologia relativas à mundialização trazem consigo a produção de um novo modo de articulação entre o tempo e o espaço que se pode identificar como *simultaneidade tempo-espacial*, isto é, a possibilidade de que em diferentes partes da superfície terrestre ocorram fenômenos interligados.

[44] Selon Chesnais (1998), la traduction la plus appropriée du terme *globalization* (en anglais), tel qu'il était utilisé dans les années 1970 aux États-Unis, serait « mondialisation du capital ». Cette traduction a néanmoins semé la confusion car le terme mondialisation a été employé dans un sens économique et financier plus restreint tandis que celui de globalisation a pris un sens plus large. Toutefois, Carlos conserve le sens économique original pour le terme globalisation, donc plus limité que celui de la mondialisation. D'après elle, la mondialisation renvoie aussi à la culture, aux pratiques, comportements, valeurs et symboles. Pour ma part, j'estime que les deux termes peuvent être utilisés indifféremment mais je préfère respecter le sens original plus large du mot monde dans les langues latines dont dérive mondialisation, plutôt que le mot globe associé à la forme de la terre.

[45] [A] globalização também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passem a ser medidas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem.

[46] [As novas funções metropolitanas] são destinadas ao atendimento da demanda das empresas e ao consumo da

parcela da população a elas associadas, que exigem produtos e serviços diferenciados, de oferta mundial. Para se adequar a essa realidade, a cidade passa por uma reformulação nas atividades existentes. Trata-se, portanto, da possibilidade de expansão para muitas empresas de atuação internacional, atraídas pela potencialidade de novos mercados.

[47] Le Technoparc de Curitiba est un programme institué par la Loi Complémentaire n. 64 de 2007, qui vise à « favoriser le développement des entreprises à forte composante technologique et les institutions de science et technologie, et à disséminer la culture de la connaissance et de l'innovation des secteurs stratégiques de haute technologie ».

[48] La ciudad ofrece incentivos a las grandes compañías, como un impuesto sobre servicios limitado al 2% y exenciones fiscales de impuestos municipales y estatales de diez años. Gracias al programa [Tecnoparque] y a otras ventajas comparativas, como una amplia infraestructura de comunicaciones, una política de desarrollo urbano sostenible, bajos salarios y un coste de vida inferior al de las mayores ciudades de Brasil, Curitiba ha logrado atraer a compañías extranjeras, incluidas grandes multinacionales.

[49] Région intégrée de développement du district fédéral et son alentour et Région métropolitaine de Curitiba.

[50] Les régions métropolitaines de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador et São Paulo furent créées en 1973, et celle de Rio de Janeiro, en 1974. Brasilia dont la population obéissait pourtant aux critères définis à l'époque est restée en dehors de cette officialisation. Cf. Reolon (2007) et Catalão (2010) pour une discussion plus complète sur le sujet.

[51] Les années 1969 à 1973 marquent l'apogée du miracle brésilien. Cette période se caractérise par une accentuation de la concentration des revenus et de la pauvreté, masquée par les stratégies ambitieuses de contrôle de la population et la création de slogans comme « Brésil pays du futur » et « Le Brésil, aime-le ou quitte-le ». Pendant cette période, une lutte sans merci a été menée contre la pensée sociale, plus spécifiquement contre la gauche et contre de nombreux intellectuels importants qui furent envoyés en exil, dont Milton Santos.

[52] En fait, ce n'est pas la densification en soi qui pousse les gens à s'isoler les unes des autres mais tout ce qui en est derrière. On parle de ce qui est connu populairement comme le « gonflement des métropoles » : trafic congestionné, manque d'espaces verts, terrains survalorisés dans les aires centrales et surtout le discours croissant sur l'augmentation de la « violence urbaine » et de la sensation d'insécurité qui s'ensuit. Consulter à ce sujet Caldeira (1997) et Souza (2008).

[53] Le mot *vila* en portugais n'a pas de rapport avec le mot villa en français. Une *vila* est un petit ensemble de résidences sans divisions entre elles, qui se partagent un patio et une entrée unique. Les *vilas* sont généralement construites dans un ou plusieurs terrains subdivisés, mais elles peuvent exister également dans des rues sans issue. Bien que d'habitude, ces *vilas* ne présentent pas la structure plus complexe de condominium, avec des salles et équipements collectifs par exemple. Elles sont fermées et leur accès est limité aux visiteurs autorisés même s'il n'y a pas de système de vigilance, de portier ou de guérite à l'entrée. Les vilas sont très nombreuses à Curitiba et presque absentes à Brasilia.

[54] Bien qu'elles trouvent leur origine dans les métropoles, ces enclaves se retrouvent aujourd'hui dans des villes petites et moyennes qu'elles ne transforment pas nécessairement en villes fragmentées.

[55] [Enclaves fortificados são] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Consequentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.

[56] Carlos (2001) analyse ce processus d'« étrangeté » dans son étude sur les effets au sein des quartiers qui sont l'objet d'opérations urbaines dans la ville de São Paulo. Bien que les processus soient différents, leur nature est la même. Elle est liée en effet à la déflation du contenu traditionnel de la ville comme unité organique, résultat d'actions multiples au cours de son histoire, en faveur de la production de l'espace suivant les logiques capitalistes. Ces logiques s'appuient fortement sur des stratégies de production planifiée de l'espace par les agents économiques.

[57] Outra característica dos condomínios fechados é o isolamento e a distância da cidade, apresentados como se isso oferecesse a possibilidade de um melhor estilo de vida. Este aspecto expressa-se, por exemplo, na ênfase à localização dos empreendimentos junto à "natureza" (áreas verdes, parques, lagos) e no uso de frases emprestadas da retórica ecológica. Entretanto, fica claro nos anúncios que isolamento significa separação daqueles considerados socialmente inferiores e que o fator central para tal é a segurança.

[58] Pour le recensement de 2010, l'IBGE a séparé les logements en cinq types : maisons, appartements, logements dans des immeubles de chambres à louer, *cortiço* ou *cabeça de porco* ; *oca* ou *maloca* ; maison faisant partie d'une *vila* ou condominium. La *vila* est composée d'un ensemble d'habitations, normalement regroupées ou jumelées à accès unique. Le condominium quant à lui est un ensemble résidentiel avec des dépendances collectives et des maisons généralement séparées les unes des autres (cf. IBGE, 2011). Il n'est cependant pas spécifié si le logement se trouve dans une *vila* ou dans un condominium.

[59] Travaux de terrain réalisés à Brasilia et Curitiba en septembre et octobre 2009, en octobre 2011 et en février 2012.

CHAPITRE 3 – De la fragmentation sociospatiale au droit à la ville

L'air de la ville rendait libre. Celui de la métropole produit la civilisation des individus
(Bourdin, 2005, p. 09).

3.1. Individualisation et fragmentation : articulations scalaires

Comme cela a été discuté dans le chapitre précédent, la métropolisation n'est pas un processus qui remplace l'urbanisation, car elle en fait partie. On ne peut cependant pas nier l'existence de spécificités dans les métropoles, qui sont des espaces marqués par une intense différenciation sociospatiale et par une complexité fonctionnelle. Ces caractéristiques permettent par défaut l'absence ou la faiblesse de tels processus et dynamiques dans les espaces urbains non métropolitains même si, à l'occasion, ils peuvent y entraîner des changements et/ou des transformations, y compris dans l'espace rural environnant. En d'autres mots, bien qu'elle soit inséparable du processus d'urbanisation, la métropolisation peut être le moteur de nouvelles dynamiques urbaines.

L'épigraphe qui ouvre ce chapitre attire l'attention sur un changement significatif survenu dans la configuration sociospatiale métropolitaine qui touche le développement et l'approfondissement de l'expérience de la liberté. En évoquant le renouveau de la ville pendant la période du capitalisme marchand, Santos (1988, p. 19) indique que la ville « apparaît comme une semence de liberté ; donne lieu à des productions historiques et sociales qui contribuent au démantèlement du féodalisme »[1] (traduction libre) et qu'elle représente « la possibilité de l'homme libre, de la liberté du choix ». Ainsi « l'air de la ville rend libre » et par conséquent « l'air de la métropole individualise » puisque l'individualisation nait de l'exercice de la liberté pratiqué à l'extrême : dans la métropole, l'ensemble des choix est tellement diversifié que l'on perd le sentiment de dépendance et d'appartenance à un groupe ou à une communauté. Il en résulte une auto-responsabilisation pour tous les évènements, comme l'explique Bauman (2008, p. 17).

> Dans notre « société d'individus », nous assumons tous les problèmes qui nous affligent comme créés par nous-mêmes et l'eau chaude qui peut nous brûler a été portée à ébullition par la maladresse des malchanceux qui s'y brûlent. Nous sommes les seuls à remercier ou culpabiliser pour ce qui se produit de bon ou de mauvais dans nos vies. La manière selon laquelle « l'histoire de toute la vie » est racontée élève cette supposition au niveau d'axiome[2] (traduction libre).

Évidemment, ce processus n'émerge pas naturellement et/ou de forme autocentrée à partir d'individus déconnectés de la société, mais du propre développement inégal de la société dans sa condition capitaliste – dont la caractéristique marquante par opposition à d'autres types de société est la compétition des indi-

vidus pour la préservation de la propriété privée (Lessa, 2012) – et de la crise des institutions de soutien, particulièrement l'État[3]. En d'autres termes, il ne s'agit pas de la fin de la société, car les processus de différenciation selon Bourdin (2005) ne détruisent pas les liens sociaux, mais créent des liens de dépendance de tous sur tous. Il s'ensuit de manière contradictoire une sensation d'indépendance universelle surtout par rapport aux plus proches. Cette interconnexion est facilement perçue lorsque l'on analyse le passage de la différenciation à l'inégalité, comme cela a été fait dans le chapitre précédent.

Bien que, selon Bauman (2008), la constitution d'une société individualisée soit caractéristique de la société mondialisée et postmoderne, Bourdin (2005) estime que son développement est plus intense dans les métropoles. Il établit ainsi une relation entre l'affaiblissement ou la rupture du lien social et la fragmentation, même sans être tout à fait convaincu de la validité du concept et des « preuves sociales et spatiales » qu'il donne lui-même : « création de frontières ou de ruptures internes aux agglomérations, isolement des groupes les uns par rapport aux autres, manifesté par la ségrégation et les résidences fermées, fortes disparités d'accès aux services urbains, absence de sentiment d'appartenance » (p. 35).

Face à cette situation, on ne peut évidemment que convenir avec Bourdin (2005, p. 84) que « l'individu est le personnage central de ce système », immergé dans une société de consommation qui mène à « l'individualisation de l'expérience, à l'accélération de la différenciation » et, l'on peut encore ajouter, à l'intensification des processus inégalitaires, toutes ces composantes qui sous-tendent la fragmentation sociospatiale.

Certes, il y a dans cette thèse une tentative d'analyse à des échelles qui varient de l'ensemble de la métropole à un niveau qui est proche de l'individu, dans un mouvement de construction de la vie quotidienne prise dans la première acception indiquée par Bourdin (2008), à savoir : un système régulateur de comportements.

Les métropoles de Brasilia et Curitiba sont marquées par les processus d'individualisation sociale et de fragmentation sociospatiale, ancrés dans la reproduction des inégalités, comme l'a montré le chapitre antérieur sur l'analyse des données à l'échelle de l'agglomération. Cette échelle finit évidemment par subsumer l'individu. En effet, l'étendue territoriale des deux agglomérations et de leur population, tout comme la complexité qui les caractérise, font privilégier

l'ensemble alors que l'objectif est de comprendre les processus et dynamiques à partir d'une comparaison entre les deux métropoles comme cas spécifiques dans l'ensemble de l'urbanisation brésilienne.

Pour avancer dans l'analyse et focaliser sur l'échelle de l'espace de vie de l'individu et de son quotidien, il faut, dans les deux agglomérations, examiner de plus près quelques espaces significatifs pour la compréhension des processus en question. Ceci contraint à faire des choix analytiques qui nécessairement excluent de nombreuses autres espaces pertinents et riches.

Dans les chapitres précédents, l'attention a porté sur deux processus en cours dans les métropoles, en présentant leurs caractéristiques et dynamiques propres : la dispersion urbaine qui fait partie du processus de diffusion de l'urbanisation et de transformation des tissus urbains des villes et métropoles ; et la fragmentation sociospatiale, résultante et moteur d'une société de plus en plus individualisée et d'un approfondissement des inégalités sociospatiales et des logiques capitalistes qui orientent la production de l'espace urbain. Comme, dans le cas brésilien, ces processus sont liés entre eux, la fragmentation produit la dispersion en même temps qu'elle en résulte. Ainsi, que ce soit à Brasilia ou à Curitiba, la combinaison de ces deux processus génère des espaces fragmentés et, pour leurs habitants, un sentiment fragile ou même inexistant d'appartenance à la ville, d'où les limites de la réalisation du droit à la ville dans le sens attribué par Lefebvre (2006). Parmi ces espaces, quatre peuvent servir de ponts entre l'échelle de l'agglomération et celle des individus, c'est-à-dire qu'ils peuvent apporter des résultats pour l'analyse qui n'ont pas encore pu être présentés. Certes, le choix de ces espaces en exclut d'autres, non moins importants ou moins caractéristiques des processus étudiés dans cette thèse.

Quatre critères principaux ont guidé le choix des espaces qui, au sein des agglomérations étudiées, pouvaient illustrer ce qui est discuté depuis le premier chapitre de cette thèse.

Le premier critère a privilégié l'échelle de l'agglomération en considérant que, dans les métropoles, les processus et dynamiques atteignent plus ou moins fort tous les espaces constitutifs, même si leur manifestation sociospatiale n'est pas nécessairement identique et parfois même opposée. Il n'était donc pas possible de traiter les villes de Curitiba ou Brasilia séparément de l'ensemble de leurs agglomérations.

Selon le deuxième critère, aucun des espaces ne pouvait être localisé dans les aires centrales des agglomérations. Sachant même que la fragmentation touche la métropole comme un tout et que même les espaces situés dans les aires plus traditionnelles et/ou consolidées du tissu urbain peuvent se présenter comme fragmentées[4], l'objectif était d'identifier des situations combinant la fragmentation et la production d'espaces marqués par la discontinuité territoriale. C'est ainsi qu'ont été privilégiés des espaces périphériques marqués par un type de discontinuité territoriale par rapport à un tissu urbain ancien et bien intégré.

Le troisième critère concernait la diversification socioéconomique et résidentielle, exprimée de deux manières : des espaces ouverts occupés par des catégories populaires ; des espaces fermés, habités par des groupes sociaux d'achat plus élevé. Cette typologie n'est pas représentative de toute la diversité des groupes sociaux existants des deux métropoles, mais elle est significative, car elle identifie deux pôles dont les habitants font l'expérience de la fragmentation sociospatiale de manière différente. D'autres types d'espaces représenteraient une gradation entre les deux pôles et mériteraient sans aucun doute d'être étudiés.

Le quatrième critère, le plus difficile, avait pour principe l'identification d'espaces semblables dans les deux agglomérations pour que la comparaison puisse être la plus proche. La difficulté provient de modalités de déroulement des processus de différenciation sociospatiale dans les deux métropoles. Même si Brasilia et Curitiba font partie d'une même formation sociospatiale, les deux villes présentent de nombreuses spécificités historico-géographiques qui conduisent à des résultats différents au travers des processus pourtant généraux. Par exemple, la prolifération de condominiums et de lotissements fermés est plus accentuée à Brasilia tandis que le secteur des entreprises, qui requiert certaines adaptations spatiales, s'est plus développé à Curitiba.

À partir de ces critères, un travail de terrain a été réalisé en octobre 2011[5], afin d'identifier les espaces qui justifiaient une analyse plus détaillée. Nous avons examiné les espaces des agglomérations de Brasilia et de Curitiba marqués par des éléments indicateurs de dispersion urbaine où l'on pouvait aussi identifier certaines caractéristiques du processus de fragmentation sociospatiale. La fonction résidentielle a été retenue pour le choix de ces espaces. En effet, il serait assez difficile de travailler simultanément les autres fonctions urbaines, car il n'y a pas d'équivalence évidente entre les deux métropoles. L'agglomération de Curitiba est nettement industrielle tandis qu'à Brasilia l'industrie est quasiment

inexistante. De plus, le fait que les tissus urbains des villes sont occupés essentiellement par des résidences montre clairement qu'il s'agit d'une fonction-clé pour l'analyse des processus urbains.

De ce fait, deux types distincts d'habitat ont été privilégiés : les enclaves fortifiées, selon la dénomination de Caldeira (1997), c'est-à-dire : des lotissements résidentiels fermés de niveau moyen et élevé généralement pourvus d'une structure de condominium et situés dans des aires périphériques – ceux-ci abritent des communautés agrégées auxquelles l'on a fait allusion précédemment ; et des unités urbaines de la périphérie externe au noyau des agglomérations, implantées en discontinuité territoriale urbaine, où résident les populations à bas revenus. Étant donné la spécificité métropolitaine de Brasilia qui comprend deux unités fédératives, cette réalité a été dénommée de « périphérie goyenne[6] » de la métropole (Catalão, 2010), même si l'on reconnaît qu'il y a, dans les limites du District Fédéral, des aires urbaines également dispersées. À Curitiba, les unités urbaines de la périphérie métropolitaine se situent toutes dans la même unité fédérative – l'état du Paraná – et une partie significative de celle-ci se trouve en continuité territoriale avec le noyau de l'agglomération.

3.2. Périphéries urbaines : fonction et dispersion

La croissance des périphéries métropolitaines au Brésil remonte à la période du développement de l'industrialisation, surtout ente les décennies de 1950 et 1960. Brasilia représentait alors un modèle paradigmatique, tant régional que national, pour le processus d'intériorisation de l'occupation du territoire. L'augmentation du nombre d'offres d'emploi dans le secteur industriel, dans le commerce et les services, tout comme l'amélioration des infrastructures dans les métropoles sont devenues des facteurs d'attraction pour les personnes issues des régions rurales ou urbaines appauvries.

La transformation du pays, passant d'une économie d'exportation de produits agricoles[7] à pays nouvellement industrialisé[8] s'est accompagnée d'un mouvement migratoire intense principalement du Nord-est vers le Sud-est dans un premier temps, renforcé ensuite par les flux du Nord-est vers le Centre-ouest. Il faut remarquer cependant que les processus d'industrialisation et de modernisation du territoire national, notamment pendant la période d'exception que fut la dictature militaire (1964-1985), n'a pas amélioré significativement les conditions

sociales de la population. Celle-ci a quitté les zones rurales ou urbaines appauvries de l'intérieur du pays pour se rendre vers les périphéries précaires des métropoles. Selon Moraes (2008), le développement brésilien s'est accompagné d'une séparation entre population et territoire, c'est-à-dire une idéologie basée sur la valorisation des richesses naturelles du pays comme moyen indispensable de progrès bien que les Brésiliens eux-mêmes, considérés comme étant ignobles de naissance, seraient coupables des échecs du développement.

Un conflit est alors apparu entre centre et périphérie à l'échelle nationale et métropolitaine. Dans ce conflit, le centre représente les élites lettrées et pseudo-modernes[9] tandis que la périphérie est caractérisée par l'ignorance, la pauvreté et les dépossessions de la population récemment arrivée. Dans cette situation de conflit, sont survenus les processus de ségrégation et de marginalisation qui sont à la base de la structuration sociospatiale contemporaine des métropoles brésiliennes.

Ainsi, tout en sauvegardant les spécificités locales, les périphéries métropolitaines de Brasilia et de Curitiba ont commencé à se former. Comme cela a été discuté dans les chapitres antérieurs, dans ces métropoles le conflit centre-périphérie est devenu plus évident du fait des politiques de planification adoptées dans les deux villes à partir des années 1960. À Brasilia, ces politiques cherchaient à préserver l'ensemble urbanistique construit à partir du projet de Lucio Costa (1957) alors qu'à Curitiba elles visaient la modernisation et l'encadrement de la croissance urbaine basé principalement sur le Plan Préliminaire Urbanistique (1966). Dans les deux métropoles, la planification s'est faite de manière assez limitée, entraînant de graves conséquences sociospatiales, car la préservation des aires centrales a été assurée appuyée sur la précarisation des périphéries. Dans l'agglomération de Curitiba, ce cadre est plus visible dans les villes qui ont surgi ou se sont développées aux limites municipales ou par émancipation des zones occupées dans la périphérie de la municipalité de Curitiba. Dans l'agglomération de Brasilia, ce sont les villes-satellites et les villes limitrophes de l'état de Goiás qui dévoilent la face injuste de la planification.

C'est surtout à partir des années 1990 et du début des années 2000 qu'un ensemble de processus locaux et globaux a commencé à modifier, au moins en partie, la traditionnelle logique conflictuelle centre-périphérie instaurée pendant la période de modernisation. Parmi ces processus, il faut souligner une tendance à la constitution d'une société individualisée (Bourdin, 2005 ; Bauman, 2008), déjà abordée, et l'intensification des logiques d'accumulation capitaliste dans la pro-

duction de l'espace urbain (Botelho, 2007), responsables de l'accroissement de l'implication des entreprises du secteur immobilier-foncier dans les prises de décisions qui concernent l'extension ou la requalification de certaines zones à fonction résidentielle ou commerciale. Dans les capitales fédérale et du Paraná, cette période est marquée par l'apparition de nouvelles entreprises destinées à répondre à ces fonctions, surtout, mais non exclusivement, la fonction résidentielle dans le cas de Brasilia et la fonction industrielle-commerciale, dans le cas de Curitiba.

Dans d'autres métropoles, la transformation du centre et de la périphérie et par conséquent de leur interrelation s'est faite de manière plus complexe qu'à Brasilia et Curitiba. São Paulo et Rio de Janeiro en sont de bons exemples, puisque ce sont des espaces où l'industrialisation est plus ancienne qu'à Curitiba et où les destins traditionnels des courants migratoires ne se sont modifiés que lors de la construction de Brasilia.

La consolidation des rôles régionaux et nationaux des capitales fédérale et du Paraná s'est produite parallèlement à la modification des rôles jusqu'alors assumés par São Paulo et Rio de Janeiro : alors que l'une endossait le leadership économique du pays et dans une certaine mesure de l'Amérique latine, l'autre perdait sa fonction de centre politique et économique du pays en tant que capitale du pays et passait par des restructurations politico-territoriales qui visaient à l'acquisition de nouveaux rôles et/ou le renforcement des rôles existants[10]. De plus, la détérioration et la popularisation des zones centrales ainsi que l'apparition de nouvelles zones destinées aux élites dans la périphérie, déjà intégrées à la dynamique de l'agglomération, dans les années 1970/1980 ont marqué les espaces métropolitains de São Paulo et de Rio de Janeiro. Ces processus ne se sont produits à Brasilia et à Curitiba ni à la même époque, ni avec la même intensité. On peut même se demander si ces métropoles ont enregistré quelques signes de détérioration des centres puisque les politiques de planification adoptées dans les deux villes visaient justement la protection des centres et qu'elles ont été efficaces jusqu'à un certain point. Par conséquent, on ne peut non plus parler de processus de gentrification/embourgeoisement dans l'une ou l'autre des deux métropoles.

Sposito (1999) qualifie très bien l'ensemble de ces processus et signale l'existence de multi(poly)centralités urbaines, c'est-à-dire une combinaison quantitative et qualitativement variée de centralités issues du centre traditionnel et des sous-centres périphériques. Cependant, qu'il s'agisse de métropoles ou de villes moyennes, on ne peut parler de la fin de la polarisation entre centre et périphérie

d'autant plus qu'à la différence du centre la périphérie est toujours très marquée par des zones ségrégées et précaires.

Dans ce sens, Sposito (2004, p. 305) indique trois caractéristiques contemporaines du rapport centre-périphérie parmi lesquelles deux s'insèrent dans le contexte de cette thèse :

> a) complexification de la structure urbaine, entraînant l'apparition de « périphéries » au centre et de « centralités » dans la périphérie ; [...]
>
> c) fragmentation sociospatiale des villes et émergence de l'anti-ville, vu que la ségrégation s'accentue et que conséquemment la possibilité de coexistence entre les différences s'amenuise[11] (traduction libre).

On peut donc affirmer que les transformations que l'urbanisation a subies pendant les dernières décennies et les caractéristiques des espaces métropolitains d'aujourd'hui avec lesquelles elles sont corrélées dénotent l'existence de logiques fragmentaires. Celles-ci non seulement n'ont pas interrompu les processus générateurs d'inégalités préalablement instaurés comme elles les ont renforcés.

Dans le cas des périphéries pauvres et dispersées, bien que l'isolement volontaire ne soit pas un élément déterminant de leur existence comme dans le cas des espaces fermés, on peut identifier les mêmes limites, c'est-à-dire que ce sont des espaces marqués par une discontinuité territoriale urbaine et par la fragmentation des pratiques sociospatiales, même si cela n'est pas volontaire ou conscient.

Pour illustrer l'analyse, je présente deux villes des périphéries métropolitaines de Brasilia et de Curitiba, respectivement Cidade Ocidental et Fazenda Rio Grande, caractérisées à la fois par des processus locaux et régionaux récents de modernisation, par une relation de dépendance vis-à-vis du centre métropolitain et par une fragmentation de la vie quotidienne de leurs habitants.

Fazenda Rio Grande et Cidade Ocidental se ressemblent dans les contextes métropolitains dans lesquels elles sont insérées. Toutes deux proviennent du débordement de population qui s'est produit dans les capitales fédérale et du Paraná, dans le cadre d'un processus de métropolisation ou, d'après Tello (2005), via « la colonisation du territoire environnant » : les logements de la main d'œuvre ont été installés en périphérie tandis que les postes de travail qui appuient les fonctions métropolitaines sont restés au centre. Le débordement de population a pu se faire grâce aux facilités d'acquisition de terrains et/ou d'immeubles basées

sur le faible coût des transactions et sur la simplification des procédures bureaucratiques, comme l'absence d'exigence de garantie de revenu et/ou de preuve formelle d'emploi. Les aires d'occupation les plus anciennes des deux villes ont été créées avant l'approbation de la loi 6.766/79 qui règlemente la division des terrains urbains et la dotation en infrastructures obligatoires, ce qui explique la précarité qui a marqué pendant longtemps les villes, principalement Fazenda Rio Grande[12].

Dans le contexte de modernisation du pays, Brasilia et Curitiba sont devenues importantes au niveau régional et/ou national, que ce soit en fonction de l'imaginaire social créé autour de Brasilia, la nouvelle capitale qui allait moderniser le pays, ou par un développement industriel marqué et la modernisation des infrastructures à Curitiba, suivie des stratégies de *city marketing* visant à supervaloriser la ville dans l'imaginaire national. Mais le manque de politiques effectives de logement combiné aux processus migratoires intenses ont causé aux administrations locales un problème plus grand que les politiques de planification ne pouvaient résoudre. En effet, comme cela a déjà été affirmé, ces politiques visaient beaucoup plus à la préservation et à la pleine exécution des projets qu'à affronter les problèmes existants.

Dans ce sens, Fazenda Rio Grande et Cidade Ocidental ont surgi pour combler un manque de politiques de planification liées à l'offre de logement – tout simplement cela ! – pour les groupes socioéconomiques à bas revenus, récemment arrivés, originaires, dans le cas de Brasilia, de divers états brésiliens, surtout de Minas Gerais et du Nord-est, et, pour Curitiba, de Santa Catarina et du Paraná en particulier.

Cidade Ocidental et Fazenda Rio Grande ont émergé toutes les deux de démembrements municipaux survenus au début des années 1990. La première ville s'est émancipée de Luziana le 16 janvier 1991 et la seconde, de Mandirituba le 26 janvier 1990. Il faut souligner que ces émancipations sont l'expression du processus de développement métropolitain de Brasilia et de Curitiba et le corollaire des actions de planification réalisées dans les deux villes.

Dans leurs contextes spatiaux respectifs, les deux villes jouent le rôle de ville-dortoir pour la main d'œuvre. En effet, elles ont été créées dans ce but et il n'y a jamais eu d'actions locales efficaces de création de postes de travail pour les résidents. Parallèlement, la relation de dépendance par rapport au centre métro-

politain causée par l'absence d'emplois locaux s'est étendue à d'autres fonctions de la vie urbaine comme les loisirs, la scolarisation des enfants et des adolescents, l'enseignement supérieur, les services médicaux, hospitaliers et la consommation de produits alimentaires et de biens ménagers. Mais cette dépendance ne se limite pas à ces deux villes. On la retrouve dans l'ensemble de la périphérie métropolitaine, bien que certains facteurs puissent la réduire dans les autres villes. L'on peut citer, par exemple, l'existence de la continuité territoriale avec Brasilia ou Curitiba, donc de la proximité d'emplois, de services et d'équipements urbains. C'est le cas des villes de Novo Gama[13] dans l'agglomération de Brasilia et de Pinhais dans l'agglomération de Curitiba. D'autres éléments atténuent la situation d'isolement et de dépendance. C'est le cas des sous-centres commerciaux et des services existants à Valparaiso de Goias aux alentours de la capitale fédérale ou des industries et commerces à São José dos Pinhais ou Araucaria aux environs de la capitale du Paraná[14]. Toutefois, comme les emplois ne sont pas réservés aux résidents locaux, ces facteurs d'atténuations, quand ils s'intègrent à la dynamique métropolitaine des deux capitales, n'interviennent pas automatiquement.

Les tableaux 8 et 9 présentent le nombre d'habitants de Fazenda Rio Grande et de Cidade Ocidental qui, en 2000[15], se déplaçait quotidiennement pour travailler ou étudier à Curitiba et à Brasilia respectivement. Les valeurs absolues de la population municipale, le nombre total de travailleurs et d'étudiants et le nombre total de ceux qui se déplacent vers les capitales sont indiqués. Le tableau donne également les pourcentages calculés de travailleurs et d'étudiants qui se déplacent par rapport au total de travailleurs et d'étudiants de la municipalité et au total de la population municipale. On remarque qu'à Fazenda Rio Grande, 29 % des étudiants ou des travailleurs se rendent à Curitiba tandis que dans le cas de Cidade Ocidental ce chiffre atteint 35%. Ces données indiquent que les deux villes sont au-dessus de la moyenne des agglomérations dont elles font partie.

En ce qui concerne la morphologie urbaine, Cidade Ocidental et Fazenda Rio Grande forment une tache relativement déconnectée du tissu métropolitain. Toutes deux sont excentriquement localisées dans la périphérie sud des métropoles et y sont reliées par des autoroutes fédérales, BR 040 dans le cas de Cidade Ocidental et BR 116 pour Fazenda Rio Grande[16]. Elles font partie de l'ensemble que l'on appelle « périphéries dispersées » parce que : (i) elles ont participé à un processus marqué de croissance territoriale par lequel sont passées les agglomé-

rations qu'elles intègrent à partir des années 1970 ; (ii) elles s'insèrent dans une zone de distribution progressive des densités du centre vers la périphérie caractérisée par l'alternance de zones de basse et de haute densité ; et (iii) elles expriment une perte de continuité territoriale urbaine.

TABLEAU 8: Municipalités de l'agglomération de Curitiba sauf Curitiba ; déplacements pour le travail ou les études dans la capitale ; 2000

Municipalité	*PM*	*T&E*	*T&E-C*	*T&E-C/T&E*	*T&E-C/PM*
Almirante Tamandaré	88 277	55 398	21 428	38,68%	24,27%
Pinhais	102 985	67 886	21 732	32,01%	21,10%
Colombo	183 329	119 212	37 056	31,08%	20,21%
Fazenda Rio Grande	62 877	38 536	11 208	29,08%	17,83%
Piraquara	72 886	44 570	11 906	26,71%	16,34%
Campo Magro	20 409	13 588	3 254	23,95%	15,94%
Itaperuçu	19 344	9 745	1 656	16,99%	8,56%
São José dos Pinhais	204 316	135 110	21 681	16,05%	10,61%
Campina Grande do Sul	34 566	21 919	3 300	15,06%	9,55%
Araucária	94 258	61 080	8 338	13,65%	8,85%
Campo Largo	92 782	60 740	7 656	12,60%	8,25%
Quatro Barras	16 161	11 005	1 366	12,41%	8,45%
Mandirituba	17 540	10 665	688	6,45%	3,92%
Total	*1 009 730*	*649 454*	*151 269*	-	-
Média	-	-	-	23,29%	14,98%

Note : PM - population municipale ; T&E - total de résidents qui travaillent ou étudient ; T&E-C - total de résidents qui travaillent ou étudient à Curitiba.
Source : IBGE - Censo Demográfico 2000, micro-données de l'échantillon.

TABLEAU 9: Municipalités de l'agglomération de Brasilia sauf Brasilia ; déplacements pour le travail ou les études dans la capitale ; 2000

Municipalité	*PM*	*T&E*	*T&E-B*	*T&E-B/T&E*	*T&E-B/PM*
Águas Lindas de Goiás	105 743	62 846	27 397	43,59%	25,91%
Novo Gama	74 380	46 488	18 724	40,28%	25,17%
Cidade Ocidental	40 378	27 638	9 617	34,80%	23,82%
Valparaíso de Goiás	94 857	63 724	20 664	32,43%	21,78%
Stº Antônio do Descoberto	51 896	30 509	9 409	30,84%	18,13%
Planaltina	73 720	44 514	13 092	29,41%	17,76%
Luziânia	141 081	86 661	16 975	19,59%	12,03%
Total	*582 055*	*362 380*	*115 878*	-	-
Média	-	-	-	*31,98%*	*19,91%*

Note : PM - population municipale ; T&E - total de résidents qui travaillent ou étudient ; T&E-B - total de résidents qui travaillent ou étudient à Brasilia.
Source : IBGE - Censo Demográfico 2000, micro-données de l'échantillon.

Les figures 12 et 13 représentent les zones urbaines de Fazenda Rio Grande et de Cidade Ocidental à partie d'images satellites. On peut noter le manque apparent de projet directeur de la croissance urbaine contrairement aux centres

métropolitains auxquels elles sont reliées, ce qui donne une impression de croissance aléatoire. On observe aussi de nombreux découpages parcellaires à des fins résidentielles, aux abords du tissu central plus continu, surtout à Cidade Ocidental, ce qui indique une intensification de l'action des promoteurs fonciers et immobiliers. Les travaux de terrain ont néanmoins montré que l'augmentation du nombre de lotissements résidentiels ne s'accompagne pas d'un développement d'autres fonctions urbaines, surtout associé à la création d'espaces publics comme lieux de rencontres et de sociabilité, d'écoles et de centres hospitaliers ou de zones commerciales pour l'approvisionnement des ménages.

Source : Google Earth (version 6.1.0.5001/17 oct. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 GeoEye. Date de l'image : 29 août 2012.

FIGURE 12 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; zone urbaine de Cidade Ocidental/GO ; image satellite ; 2012

En termes de continuité territoriale urbaine, Fazenda Rio Grande ne présente pas d'union significative avec d'autres villes de l'agglomération de Curitiba. Il y a cependant une petite zone de contact avec Curitiba où l'on trouve quelques petits établissements liés aux services de transports et d'approvisionnement. Cidade Ocidental par contre est liée territorialement à Valparaiso de Goiás par une continuité des zones urbaines dispersées dans l'ensemble des deux municipalités[17].

Fazenda Rio Grande et Cidade Ocidental ont toutes deux fait l'objet de visites lors des travaux de terrain. À ces occasions, huit habitants ont été interviewés à Fazenda Rio Grande et huit à Cidade Ocidental. Même s'il n'y avait pas de murs ni de contrôles pour empêcher l'accès aux résidences, comme dans les

condominiums et lotissements fermés, il fallait téléphoner au préalable pour qu'un entretien soit possible. Seulement trois habitants à Fazenda Rio Grande dont une élue ont refusé que l'entretien se fasse dans leur résidence.

Source : Google Earth (version 6.1.0.5001/17 oct. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Date de l'image : 30 août 2011[18].

FIGURE 13 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; zone urbaine de Fazenda Rio Grande/PR; image satellite ; 2011

Ces visites ont permis de réfléchir sur le quotidien des quartiers dans un contexte de dispersion des tissus urbains et de fragmentation des pratiques. On en arrive à s'interroger sur l'importance ou non de la continuité territoriale urbaine comme élément significatif des processus d'urbanisation et de métropolisation, compte tenu des transformations, du niveau d'intégration des unités métropolitaines, des possibilités de déplacement et, par conséquent, de la réalisation de la vie quotidienne et de l'urbanité.

Pour répondre à ce questionnement, il faut considérer que la discontinuité territoriale a engendré une nouvelle logique dans la configuration sociospatiale urbaine à partir de la fin-de-siècle. Dans les villes traditionnelles, c'est-à-dire celles qui se sont formées avant les processus d'après-guerre, le tissu urbain établi historiquement par le biais des formes spatiales connexes et interdépendantes, se caractérisait par la concrétisation des pratiques des habitants. Ceux-ci modelaient la ville en même temps que leur vie, en constituant des espaces vécus comme représentations de leur existence (Lefebvre, 2000 ; Catalão, 2010). Dans ce contexte urbain, l'espace public exerçait un rôle fondamental pour

l'intégration de la vie citadine comme espace de médiation de la sociabilité auquel s'intégraient d'autres fonctions urbaines – le travail, les loisirs, la circulation, les services (y compris les soins de santé), l'approvisionnement, etc. Bien que ce scénario ne se produisait pas dans toutes les villes traditionnelles ni dans l'intégralité de leurs espaces, cette tendance était certainement la plus courante. La spécialisation de ces espaces était moins marquée.

Dans les années 1970, Lefebvre (Urbanose, 1972) montrait déjà que la ville concentrée, compacte et dotée d'un petit nombre de spécialisations cédait peu à peu la place à une ville dispersée où proliféraient des espaces de ségrégation dans lesquels se distribuaient les populations tandis que se dissociaient les éléments et les fonctions de la vie sociale.

La discontinuité territoriale urbaine n'apparaît donc pas seulement comme une simple fracture du milieu construit, mais comme l'expression spatiale de processus sociaux de séparation. Elle marque clairement la fragmentation de l'espace métropolitain par l'abandon et/ou la suppression de l'espace public qui correspondrait au lien entre la vie quotidienne et les pratiques spatiales qui existent entre les diverses parties de la métropole.

Dans ce contexte, on peut admettre que la discontinuité territoriale caractéristique de Fazenda Rio Grande et de Cidade Ocidental disperse les périphéries et leur impose nécessairement des limites quant à l'intégration dans la métropole dans la mesure où elles se configurent comme des fragments de vie urbaine. Si comme l'affirme Bourdin (2005) la métropole contemporaine engendre une société d'individus, cela s'effectue aussi par la production d'espaces fragmentés.

Les habitants de Cidade Ocidental et de Fazenda Rio se plaignent fréquemment, d'un côté, du manque d'équipements, de services urbains et d'emplois et, de l'autre côté, de la situation d'isolement imposée par les distances à parcourir jusqu'à Brasilia ou à Curitiba respectivement, où se trouvent ces équipements et services en abondance ainsi qu'un plus grand nombre d'emplois. En effet, la plupart de ceux qui travaillent et étudient se déplacent tous les jours vers le centre métropolitain, quand ce ne sont pas tous les membres de la famille qui le font (Cadre 1).

CADRE 1

Cela vous plaît-il de vivre à Cidade Ocidental/Fazenda Rio Grande ?

Cidade Ocidental est une ville agréable à vivre, le seul problème c'est qu'elle est distante des

choses comme la santé, une urgence plus sérieuse. L'autre jour j'ai eu un malaise, ma fille a réfléchi et m'a dit : « Maman, pour la première fois, j'ai eu envie de quitter Cidade Ocidental, le jour où tu as eu un malaise ». J'ai fait un infarctus et je suis allée à Gama. Elle priait Dieu pour que j'y arrive à temps [...]. C'est ce genre de choses qui nous font penser à partir d'ici. Un problème plus sérieux et il n'y a pas de secours [...], pour arriver à Gama ou au Plano [Piloto], cela prend du temps[19] (Ana Claudia, habitante de Cidade Ocidental, traduction libre).

Et puis ici, il n'y a rien, n'est-ce pas ? Pas une banque, pas de loisirs, il n'y a pas de Caixa Econômica [...]. Il n'y a pas d'autre option. Satisfaite, vraiment, je ne le suis pas [...]. Les routes sont de mauvaise qualité. En période de pluie, vous voyez ces quartiers là-bas, Nápoles, Friburgo, ici, en ville même, c'est terrible (Gustavo). Le camion à ordures passe tous les jours, la ville devrait être plus propre, pourtant ce n'est pas le cas [...]. Les soins de santé sont mauvais aussi. Il n'y a aucun projet d'emploi pour les jeunes [...], pas d'industrie pour offrir des emplois ici, ils doivent tous partir d'ici[20] (Eliana, tous deux habitent à Cidade Ocidental, traduction libre).

Moi, je suis satisfaite [...]. J'ai tout ce qu'il me faut ici. Si je veux des loisirs, je me déplace pour avoir quelque chose de différent à Curitiba [...]. Mais ici, ce n'est pas très varié. Quand on a besoin de quelque chose, il faut aller à Curitiba. [...] J'ai grandi avec la ville et j'ai vu les transformations par lesquelles elle est passée. Alors Fazenda Rio Grande a encore beaucoup à offrir, la ville a un potentiel [...], mais il manque encore beaucoup de choses par rapport aux infrastructures, à la sécurité ; l'infrastructure est encore précaire, pour une ville qui grandit[21] (Barbara, habitante de Fazenda Rio Grande, traduction libre).

En même temps, la monotonie du quotidien est en fonction des longs trajets ralentis par des bouchons et empêche la réalisation d'activités en dehors du travail, surtout celles liées aux loisirs. Les jeunes font des efforts pour trouver des divertissements pendant les weekends, mais pas les plus âgés. Même le commerce disponible pour la satisfaction des besoins de la vie domestique ne répond pas aux attentes, particulièrement des habitants de Cidade Ocidental, car à Fazenda Rio Grande le commerce est plus diversifié.

Les habitants des deux villes ont une origine commune liée à la migration, qu'il s'agisse d'eux-mêmes ou de leurs parents. En effet, les périphéries métropolitaines de Curitiba et de Brasilia ont surgi pour abriter la main-d'œuvre qui travaillait à l'affirmation des nouvelles fonctions métropolitaines. Dans ce contexte, la résidence en périphérie a été l'unique alternative possible – et elle continue à l'être dans une grande mesure – pour ceux qui ne pouvaient plus ou n'ont jamais pu payer les loyers élevés perçus dans les deux capitales en fonction de l'augmentation du prix du foncier urbain à la suite des stratégies capitalistes de valorisation des l'espace (Cadre 2).

En ce qui concerne les transformations plus récentes, on note, à Cidade Ocidental et à Fazenda Rio Grande, l'apparition de petits lotissements fermés à bas revenus, produits sur le modèle des condominiums de niveau élevé, adaptés

au contexte sociospatial local. Ce type d'entreprises marque le paysage urbain et rend les relations encore plus complexes.

CADRE 2

Pourquoi la population a-t-elle augmenté à Fazenda Rio Grande ?

Voilà ce qui se produit. À Curitiba, c'est bien plus cher. Un loyer là coûte au moins mille réaux pour une bonne maison, elle n'a pas besoin d'être grande, mais bonne. Ici, à Fazenda, on trouve des maisons bien moins chères. C'est pour cela que les gens viennent chercher dans la région métropolitaine, pas seulement à Fazenda, mais aussi à Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara[22] (Juliano, traduction libre).

D'où vient votre famille ? Comment êtes-vous venus habiter à Fazenda Rio Grande ?

Ils sont venus de Prudentópolis, à l'intérieur du Paraná. [...] D'abord, ils sont allés à Curitiba, ils ne sont pas venus directement ici. À Curitiba, ils ont habité au [quartier] Xaxim, ils sont allés à Santa Catarina, puis ils sont revenus ici, ils sont restés encore un peu à Xaxim, puis mon père a acheté un terrain ici [...] pour des questions financières [...]. Si l'on compare à d'autres régions, ici c'est un peu moins cher, mais avant, c'était bien moins cher[23] (Juliano, traduction libre).

Je viens de Ponte Serrada, Santa Catarina. [...] Je suis allé à Curitiba, non ici. J'ai habité là-bas, dans [le quartier] Vila Hauer [...], j'ai habité dans les environs, à Sítio Cercado [...] et aussi à Araucária. [...] J'habitais à Curitiba, je suis venu ici, une fois, quand nous nous sommes fiancés [avec sa femme] [...] elle est d'ici, je me suis marié et j'ai fini par rester ici. Elle est née à Curitiba, mais ça fait plusieurs années qu'elle habite ici. [...] Vous comprenez, le problème, c'est le pouvoir d'achat, n'est-ce pas ? À l'époque, quand je payais [...], je devais payer le loyer à Curitiba et pour me libérer de ce loyer, j'ai dû investir dans un terrain [...]. Alors, un voisin vendait justement la moitié de son terrain et comme j'avais une voiture et quelques économies, j'ai pu acheter ce terrain [...], là-bas c'était beaucoup plus cher[24] (Tiago, traduction libre).

Depuis quand habitez-vous à Cidade Ocidental ? Où habitiez-vous avant ?

20 ans. J'ai habité pendant 10 ans au Guará et un an à Taguatinga [toutes deux dans la zone ouest de Brasilia]. Après je suis venue ici. [...] Je viens de Parnaíba au Piauí, mais j'habitais à Timon avant de venir à Brasilia [...]. En 1978, je suis venue pour une consultation médicale et il y a eu un concours. Alors, j'ai fait le concours et j'ai réussi [...] donc je suis venue. J'avais un frère qui habitait déjà ici [...], puis une nièce est venue[25] (Ana Elisa, traduction libre).

Ici, à Cidade Ocidental, il y a 20 ans. [...] Je suis venue du Nordeste et je suis restée 7 ans dans le Núcleo Bandeirante [zone Sud de Brasilia]. [...] Mes filles sont nées à Brasilia, mais pour y habiter... ici, c'est plus facile, j'ai ma maison et aussi éloignée soit-elle – parce que d'ici à la capitale, c'est loin, 45 minutes –, mais ici, c'est plus facile, j'ai ma propre maison[26] (Cristiana, traduction libre).

3.3. Les enclaves fortifiées

Dans la production de la métropole contemporaine, un type d'espaces d'habitation apparaît et vient modifier le paysage : les enclaves fortifiées construites pour la réclusion des communautés agrégées mentionnées dans un cha-

pitre précédent. Caldeira (1997, p. 155-156), à partir de ses recherches dans la ville de São Paulo, identifie ces enclaves comme :

> [...] des espaces privatisés, fermés et surveillés, destinés aux résidences, à la consommation, aux loisirs ou au travail. Ces espaces trouvent dans la peur de la violence une de leurs principales justifications. Ils attirent de plus en plus ceux qui préfèrent abandonner la traditionnelle sphère publique des rues aux pauvres, aux marginaux et aux sans domicile fixe. Ces enclaves fortifiées génèrent des villes fragmentées où il est difficile de maintenir les principes de base de la libre circulation et de l'ouverture des espaces publics qui ont servi de fondements à la structuration des villes modernes. Par conséquent, dans ces villes, le caractère d'espace public et de participation des citoyens à la vie publique a été drastiquement modifié[27] (traduction libre).

Les enclaves fortifiées se combinent aux formes spatiales des zones traditionnelles des agglomérations, pour former une toile urbaine complexe et hétérogène, tout en conférant à la périphérie de nouveaux contenus. Elles provoquent, de manière marquée, la disparition de l'espace public et la fragmentation des pratiques sociospatiales avec pour corollaire une tendance à la réduction des rencontres entre groupes sociaux différents. Une ville fragmentée (Prévôt-Schapira, 1999) se forme, s'exprimant spatialement à travers des morphologies diverses et complexes. Celles-ci mettent en échec la nature même de la ville et son futur, comme cela a été évoqué à plusieurs reprises.

Du point de vue des pratiques spatiales, les lotissements et condominiums fermés[28] imposent aux villes une logique qui leur enlève l'organicité historique, responsable de la réussite du projet de vivre ensemble. Chez les habitants de ces ensembles fermés, on perçoit un sentiment grandissant d'indifférence par rapport à l'autre et de désengagement vis-à-vis de ce qui est public. La métropole devient aussi un ensemble complexe de fragments parcourus par des personnes aux pratiques individualistes et fréquemment sécessionnistes (Jaillet, 1999) qui empêchent la rencontre et la convivialité avec ce qui est différent. Certains groupes se constituent en fonction d'un niveau de consommation ou d'un pouvoir d'achat similaires. Non seulement ces communautés s'affranchissent d'une proximité et d'une vie sociale avec des groupes aux niveaux de vie inférieurs, mais elles contribuent également à la production d'un espace marqué d'une grande injustice.

Au Brésil, Alphaville Urbanismo S.A. est probablement la société la plus célèbre et la plus importante dans le secteur immobilier pour la construction de lotissement de communautés fermées. Elle est intervenue la première fois dans la

municipalité de Barueri, dans la périphérie métropolitaine de São Paulo en 1973 avec l'installation du Centre Industriel Alphaville. En 1975, le projet prend de l'ampleur et incorpore le secteur du logement avec la création d'Alphaville Résidentiel. À partir de là, le projet s'est étendu à d'autres états brésiliens et la société est aujourd'hui présente dans 21 états avec 69 implantations (cf. Figure14), outre quelques unités construites aussi au Portugal, selon les informations de l'entreprise elle-même (Alphaville, 2012).

Source : capture d'image. Disponible sur le site internet : <http://www.alphaville.com.br/portal/empreendimentos>. Accès : 20 sept. 2012.

FIGURE 14 : Brésil ; distribution des entreprises implantées par Alphaville Urbanismo S.A. ; 2012[29]

À Curitiba, Alphaville Urbanismo S.A. administre deux condominiums fermés de haut de gamme, Alphaville Graciosa et Alphaville Pinheiros, situés dans la municipalité de Pinhais, au nord-est de l'agglomération métropolitaine[30] (Figure 15). À Brasilia, Alphaville possède deux projets résidentiels en construction : Alphaville Résidentiel 1 et Alphaville Résidentiel 2[31] (Figure 17), ainsi qu'une unité pour entreprises à l'état de projet.

Les unités Alphaville, comme toutes les autres communautés résidentielles du même type, se caractérisent par un contrôle d'accès et une approche urbanistique propre. Ces unités peuvent être conjuguées à des unités commerciales qui

en général abritent des bureaux appartenant aux habitants eux-mêmes[32]. Ceux-ci se trouvent dans une situation d'isolement par rapport à la ville en fonction de la situation géographique de la zone d'implantation, de la séparation imposée par les murs, du système de surveillance – opéré par des compagnies privées de vidéosurveillance et des véhicules de patrouille – et du désir des habitants d'établir le moins de relations possibles avec les quartiers voisins, quand ils existent, ou même avec d'autres quartiers de la ville et d'autres zones de l'agglomération. Ce n'est pas seulement un désir de se différencier de l'ensemble urbain ; c'est aussi une volonté d'empêcher des rapports éventuels qui pourraient se produire dans l'espace public par la rencontre avec l'autre. Il s'agit en quelque sorte de la rupture du contrat social historique qui instaure la ville comme lieu de vie collective.

Pendant les travaux sur le terrain réalisés à Curitiba, trois visites ont été faites : l'une à Alphaville Graciosa, l'autre à Alphaville Pinheiros et la troisième dans le centre d'affaires. Les visites dans les ensembles résidentiels ont été programmées par contact téléphonique avec trois habitants qui ont accepté un entretien. Un quatrième habitant a été interviewé, mais il a préféré fixer un rendez-vous sur une place publique au centre de Curitiba. Ceci montre l'existence de pratiques originales dans des groupes aux comportements similaires.

Il faut remarquer que si un contact au préalable n'avait pas été établi avec les habitants, l'entrée dans les condominiums n'aurait pas été possible à cause du système de surveillance en vigueur qui exige une confirmation du visiteur lors de son arrivée, la présentation de documents d'identité, le remplissage d'un formulaire d'indentification et éventuellement l'inspection de la voiture. Même ainsi, le contrôle ne s'arrête pas à l'entrée : une fois à l'intérieur, les visiteurs sont escortés par le vigiles jusqu'au lieu de destination.

En termes de qualité paysagère, Alphaville est très différent de ce que l'on voit de l'extérieur. Les lotissements ressemblent aux faubourgs américains des groupes au pouvoir d'achat moyen à élevé. Les maisons sont généralement grandes, à plusieurs étages, séparées les unes des autres, avec garage couvert pour plusieurs voitures, pelouses et absence de clôtures entre les lots. Le transport ne se fait que par voiture individuelle et les autobus du système collectif de transport urbain ne s'approchent que du centre d'affaires dont la distance jusqu'aux résidences est notable. Il y a en effet une zone importante aménagée entre les résidences et le centre d'affaires avec des équipements d'usage collectif, tels un terrain de golf, les terrains multisports, la piscine et la salle de gymnastique.

L'accès au centre d'affaires est libre, mais on observe tout de même la présence de caméras et un véhicule de patrouille en circulation. Il comprend des bureaux d'agences immobilières autorisées à commercialiser les immeubles et terrains d'Alphaville et des bureaux privés dont les propriétaires louent les salles en même temps qu'ils offrent des services de sécurité. On y trouve aussi quelques petits commerces et services comme les boulangeries, les salons de beauté et une école de langues étrangères.

Dans l'agglomération de Curitiba, les entreprises Alphaville sont installées dans une zone de protection environnementale proche des quartiers populaires de Colombo et de Pinhais. Mais il n'y a aucune relation avec ces espaces si ce n'est au travers de la main d'œuvre domestique, comme l'explique Caldeiras (1997, p. 161) :

> Dans ce contexte de crainte grandissante du crime où les pauvres sont très souvent associés à la criminalité, les classes moyennes et supérieures craignent le contact et la contamination, mais continuent à dépendre de leurs employés. Leur plus grand désir est de trouver des manières plus efficaces de contrôler les personnes qu'ils emploient et avec lesquelles ils maintiennent des relations ambiguës de dépendance et d'évitement, d'intimité et de méfiance[33] (traduction libre).

La peur de la violence et la sensation d'insécurité urbaine figurent parmi les principales justifications de la recherche de résidences dans des ensembles fermés au Brésil, même dans les villes où la violence (vols, agressions, homicides, vols suivis de meurtre, etc.) n'est pas aussi grave que les médias alarmistes le dénoncent[34]. La structure même des unités exprime bien cette préoccupation par rapport à la sécurité, en particulier la présence de murs qui très souvent sont de véritables murailles équipées de clôtures électriques et de systèmes de vidéosurveillance. Tout cela s'intègre dans un projet paysager élaboré pour que les habitants, une fois à l'intérieur du condominium, ne ressentent pas la présence d'une structure trop oppressive. Les travailleurs externes[35] quant à eux, passent par des routines de contrôle et d'inspection comme l'indique une habitante de Alphaville Graciosa. Tout comme son mari, elle manifeste de la méfiance vis-à-vis des habitants des autres quartiers et des autres villes de l'agglomération de Curitiba. Une habitante d'Alphaville Pinheiros, partageant la même préoccupation, a relaté que, selon les médias, Curitiba serait aujourd'hui une des capitales les plus violentes du pays, ce qui d'un côté justifie sa résidence à Alphaville, mais de l'autre contredit l'objectif de son déménagement de l'intérieur de l'état de Rio de Janeiro

vers la capitale du Paraná, c'est-à-dire pour des motifs de sécurité. D'autres habitants partagent la même opinion (Cadre 3).

CADRE 3

Pourquoi habiter un condominium fermé ?

Sécurité. Ici, j'ai vu à la télévision que Curitiba est presque aussi violente que Rio de Janeiro et São Paulo. Et c'est encore pire à la périphérie, n'est-ce pas ?[36] *(Mariana, habitante de l'Alphaville Pinheiros, traduction libre).*

Vous trouvez donc que Curitiba est une ville violente…

Je pense que oui. Parce que j'habite ici depuis cinquante ans, cinquante et quelques années [...] et Curitiba était une ville tranquille, agréable à vivre. Aujourd'hui, ce n'est plus le cas, aujourd'hui elle n'est plus agréable. Bien que [...] je n'aie jamais eu aucun problème comme être abordé, agressé... mais comme je vis en ville, le quotidien est très violent[37] *(Bernardo, habitant d'Alphaville Pinheiros, traduction libre).*

Pourquoi habiter ici ?

Parce que mon mari voyage beaucoup et comme là-bas (Pinhais) c'est un quartier où j'habitais face à la rue, finalement, mon mari a dû embaucher un vigile nocturne [...]. Notre maison a été cambriolée trois fois [...], mais je n'étais jamais à la maison. Quand on arrive, tout est vide[38] *(Edna, habitante d'Alphaville Graciosa, traduction libre).*

Dans le paysage urbain, la juxtaposition d'espaces clos et des autres espaces de la ville cause une certaine perplexité autour des polarisations créées telles : ouvert-fermé, non contrôlé-contrôlé, précaire-opulent, entre autres.

La figure 15 montre clairement la différence de modèle urbanistique entre l'Alphaville Graciosa et l'Alphaville Pinheiros, à droite, et les quartiers Jardim Cláudia à Pinhais, à gauche, et Mauá à Colombo au-dessus. On remarque aussi la séparation marquée entre le condominium et les quartiers, non seulement par les zones inoccupées, mais surtout par la présence d'un mur.

Dans la partie supérieure de la figure 15, on trouve également Vila Zumbi dos Palmares et Vila Liberdade qui sont des occupations traditionnellement abandonnées par les pouvoirs publics et nées des processus de *favelisation*. Selon Ritter (2011), l'installation d'Alphaville :

> [c]onstituait aussi un élément-clé dans le processus de changement de l'environnement, particulièrement en ce qui concerne la valorisation du sol urbain et la nouvelle perception des rapports socioéconomiques et culturels. Par conséquent, ce projet influence considérablement les actions de dépériphérisation entreprises à Vila Zumbi dos Palmares[39] (p. 226, traduction libre).

Pourtant, selon les personnes interrogées, il existe encore une certaine tension de la part des habitants d'Alphaville par rapport aux zones proches. L'habitante d'Alphaville Pinheiros dont l'entrée se situe au bord de la Route de Graciosa, donc plus près des quartiers de Colombo, était catégorique lorsqu'elle affirmait qu'il n'était pas possible d'arriver tranquillement à la propriété, surtout la nuit (Cadre 4).

Source : Google Earth (version 6.1.0.5001/17 oct. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Date de l'image : 28 févr. 2012.

FIGURE 15 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; Alphaville Graciosa et Alphaville Pinheiros ; image satellite ; 2012

CADRE 4

[...] Pour arriver à Colombo, il suffit de traverser la rue. Cette route-ci, c'est la Route de Graciosa, n'est-ce pas ? Alors, de ce côté-là, de Graciosa, on a Colombo et de ce côté-ci, c'est Pinhais. Alors, on est vraiment à la frontière, n'est-ce pas ? Et c'est très mauvais. La nuit, c'est très dangereux si bien qu'on ne sort pas[40] (Mariana, habitante d'Alphaville Pinheiros, traduction libre).

Comment la violence apparaît-elle dans votre quotidien ?

C'est plutôt à la télévision, n'est-ce pas ? Mais directement, comme cela, on n'a jamais rien su. Mais on ne prend pas de risques non plus, n'est-ce pas ? Le soir, très tard... quand le feu est rouge et qu'il ne vient personne, on ne s'arrête pas parce que rester arrêté là à certaines heures, c'est dangereux. [...] Ma fille sort à 6 heures de l'université et elle arrive à 8 heures moins le quart justement quand on évite de sortir[41] (Mariana, habitante d'Alphaville Pinheiros, traduction libre).

Vous trouvez que la violence a augmenté ?

Beaucoup. À Rio [...], c'est le calme, un calme apparent. Les personnes sont même plus tranquilles là-bas, alors qu'ici, la violence a augmenté. Avec les actions de pacification qu'ils sont en train de réaliser à Rio de Janeiro, dans les favelas, alors là-bas c'est plus tranquille qu'ici, je trouve. Bien que je n'aie jamais vraiment eu peur ici, rien[42] (Mariana).

Dans le cas de Brasilia, la situation géographique des unités Alphaville est encore plus complexe à cause du contexte sociospatial de création de lotissements et condominiums fermés[43]. Ils se trouvent dans une situation d'isolement plus marquée que les lotissements de l'agglomération de Curitiba.

Un grand ensemble de propriétés fermées à proximité du Jardin Botanique est configuré comme une Région Administrative[44] de la capitale et se caractérise par une absence presque totale d'espaces publics. Il s'agit d'une juxtaposition de murs de lotissements et condominiums fermés dont les portails d'entrée sont reliés les uns aux autres par d'étroites avenues sans trottoirs pour piétons. Dans ce cas, il n'y a vraiment aucun rapport avec l'ensemble de la ville, y compris à cause de la situation d'isolement avec le tissu urbain continu. À proximité de cet ensemble se trouve la ville-satellite de São Sebastião qui fournit de la main-d'œuvre domestique et éventuellement des produits de consommation de base – alimentation et services de nettoyage en général. Les espaces d'usage collectif sont donc beaucoup plus des zones de circulation que des espaces de sociabilité[45] (Figure 16).

Source : Google Earth (version 6.1.0.5001/17 oct. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 GeoEye, 2013 Digital Globe. Date de l'image : 5 mai. 2012.

FIGURE 16 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; lotissements et condominiums fermées du Jardin Botanique ; image satellite ; 2012

Les lotissements Alphaville ne sont pas localisées dans cette zone, car comme elles représentent la plus grande unité du pays (Alphaville, 2012), les terrains n'étaient pas suffisamment grands pour leur implantation. Ces investisse-

ments immobiliers se situent au nord de la municipalité de Cidade Ocidental dans une zone classée auparavant comme rurale, donc pratiquement dépourvue d'habitations urbaines à l'exception d'un quartier pauvre, éloigné du siège de la municipalité, le Jardin ABC, et d'autres lotissements fermés plus petits.

La figure 17 montre, dans la partie supérieure gauche, la proximité du Jardin ABC par rapport à Alphaville Résidentiel 1 en construction ainsi que la différence notable de qualité des infrastructures urbaines. Les murs qui entourent le lotissement fermé montrent bien la rupture et constituent une des premières constructions du condominium. L'accès se trouve dans les limites du District Fédéral et marque aussi la séparation. Localement, il existe en effet une image bien ancré des municipalités de Goiás limitrophes qui les stigmatisent comme des espaces de violence et de pauvreté incompatible avec la marque Alphaville.

Source : Google Earth (version 6.1.0.5001/17 oct. 2011) © Google Inc. 2011. Image © 2013 Digital Globe. Date de l'image : 6 mai 2012.

FIGURE 17: Agglomération métropolitaine de Brasilia ; Alphaville Résidentiel 1 ; image satellite[46] ; 2012

Ces espaces fermés indiquent donc un changement de qualité des périphéries contemporaines où coexistent à présent des espaces résidentiels de groupes socioéconomiques très différents même si cela ne signifie pas qu'il y ait des contacts entre eux. D'un côté, les espaces clos des communautés agrégées fonctionnent comme des limites et même comme des barrières qui éliminent toute possibilité de sociabilité et de pleine réalisation de la vie urbaine et du droit à la ville. De l'autre, des populations habitant des espaces en marge perdent la notion

d'intégration sociale plus présente dans les villes dotées de structure traditionnelle comme les villes françaises. Que ce soit à Alphaville Curitiba ou dans les condominiums du Jardin Botanique, les habitants ont reconnu au cours des entretiens qu'ils vivent comme dans un réseau, même ceux qui souhaitaient un changement dans leur quotidien. Cette vie en réseau se caractérise par l'usage intensif de la voiture individuelle – normalement, chaque membre adulte de la famille en possède une –, par la fréquence des espaces de consommation fermés, surtout les centres commerciaux, et par le manque parfois total de lieux publics.

À la différence de ce que l'on observe à Alphaville Graciosa ou Alphaville Pinheiros, ou dans les autres condominiums de l'agglomération de Curitiba qui n'ont pas été visités, il y a une caractéristique propre à l'ensemble des lotissements fermés proches du Jardin Botanique de Brasilia qu'il faut souligner : la grande hétérogénéité non seulement des infrastructures et du modèle de construction des complexes immobiliers, mais aussi des raisons qui ont justifié leur existence. On peut identifier des ensembles résidentiels fermés dont la variété est très large : d'une part, d'habitations très modestes, construites dans des lotissements aux infrastructures de base mal clôturés et peu surveillés ; d'autre part, de grandes enclaves fortifiées, notoires d'un point de vue urbanistique et bien protégées par des systèmes de surveillance gérés par des entreprises privées de sous-traitance. Il existe aussi de nombreux ensembles immobiliers standardisés, comprenant des lots de petites dimensions et des maisons identiques dont les façades ne peuvent être modifiées. Les motifs qui poussent les habitants à acquérir une résidence dans ces lotissements vont de la simple nécessité de posséder un logement (Cadre 5) – satisfaite par les politiques de logement destinées aux classes moyennes inférieures et aux fonctionnaires publics par exemple – à la recherche d'une vie plus tranquille, proche de la nature, considérant que l'aspect écologique est l'un des principaux facteurs attractifs des enclaves fortifiées avec la garantie de sécurité et de tranquillité (Cadre 6). On note aussi que des habitants qui se trouvaient déjà là avant l'implantation des ensembles fermés ont été englobés quand c'était possible ou qu'ils en manifestaient le désir, ou ont été laissés en dehors. Leurs habitations sont alors devenues des unités isolées entre les murs et les zones vertes restantes.

Pendant les travaux de terrain, nous avons réalisé quatre visites dans les lotissements fermés du Jardin Botanique et nous avons interrogé six habitants. Deux ex-habitants ont également été interrogés à une autre occasion (Cadre 7).

Aucun de ces lotissements ne correspondait à la norme urbanistique et de sécurité rencontrée dans les ensembles d'Alphaville de l'agglomération de Curitiba. Dans tous les lotissements, il y a eu une vérification de l'identité et une autorisation des habitants pour entrer, mais aucun ne disposait du système de vidéosurveillance interne ni de véhicule pour l'escorte. Les résidences n'obéissaient pas à la norme urbanistique type faubourg américain même si quelques maisons isolées reproduisaient ce modèle. Éventuellement, il y avait des murs ou des grilles autour des lots qui plaçaient les habitants dans une situation de double enceinte.

CADRE 5

Pourquoi êtes-vous allée habiter dans un condominium ?

Ah, parce que c'est là que j'ai pu acheter (rires). J'ai eu un financement de la [banque] Caixa [Econômica Federal]. J'ai donné un acompte et j'ai payé les mensualités [...], c'est du personnel de GDF [...], le condominium a été organisé par le GDF, vous comprenez ? Roriz à l'époque, a donné le terrain et le gouvernement a engagé une compagnie, l'Odebrecht[47], pour construire les maisons et la Caixa Econômica a financé la construction. Je ne sais pas ce que le gouvernement a repassé à la compagnie... Il a certainement repassé quelque chose [rires][48] (Flávia, habitante du Jardin Botanique de Brasilia, traduction libre).

CADRE 6

Pourquoi habiter dans un condominium fermé ?

Alors, j'ai trouvé très intéressant de bavarder avec vous parce que c'est un sujet qui m'intéresse beaucoup aussi, vous comprenez ? Bien, je suis venue habiter dans cet endroit pour deux raisons : parce que je voulais vivre au niveau du sol [...], avoir un jardin [...], ça pour moi, c'était vital, être en contact avec la terre ; et l'autre raison, c'était de concilier cela avec la sécurité, car j'habite avec mes deux filles et à Brasilia il n'y a pas d'option. Alors, en réalité, il ne s'agit pas d'un choix. Si je pouvais choisir, j'habiterais dans l'une de ces rues pleines de maisons, vous savez ? Une petite ville de Minas Gerais... des rues avec trottoirs ![49] (Iná, habitante du Jardin Botanique de Brasilia, traduction libre).

Quand vous parlez de sécurité, est-ce que cela a quelque chose à voir avec le fait que la ville est plus violente ?

Bien... sans doute, n'est-ce pas ? C'est l'idée. On a peur d'être agressé, que des malfaiteurs entrent chez nous, ici nous sommes trois femmes. [...] Par exemple, pour moi, le critère pour habiter en ville, c'est de pouvoir rouler avec la fenêtre de la voiture ouverte. Le jour où je ne pourrais rouler qu'avec les fenêtres fermées, je quitte la ville et je m'en vais, parce que pour moi, cela n'a pas de sens, je ne peux pas vivre comme ça. Habiter une maison [...], c'est pouvoir ouvrir la fenêtre de ma chambre le matin et ne pas avoir de grilles, rien [...]. Si je ne peux pas vivre comme cela, cela n'a pas de sens. Et à Brasilia, aujourd'hui, ce n'est pas possible[50] (Iná, traduction libre).

CADRE 7

Pourquoi avez-vous décidé d'habiter dans un condominium au Jardin Botanique ?

Dans ce condominium-là [du Jardin Botanique], nous avons trouvé une maison avec 3000 m² [de terrain] (Cristiano). C'était considéré comme une propriété rurale parce que les lots sont un peu plus grands (Manuela). Juste pour pouvoir avoir accès à une aire verte, de l'espace, un jardin avec véranda pour étendre le hamac et regarder la vue (Cristiano). J'aime cette tranquillité [...], la question de sécurité aussi était un point favorable. On voyageait pendant un mois et il y avait dans la propriété des rondes en moto, on était plus tranquilles (Manuela) [...]. On aime le calme, la maison, vivre au milieu de la nature, c'est ce que l'on a ici, en habitant dans cette maison de campagne et c'est ce que l'on a en habitant dans cette propriété[51] *(Cristiano, le couple habite une maison de campagne dans la zone nord de Brasilia, traduction libre).*

Pourquoi avez-vous quitté le Jardin Botanique pour ce lotissement ?

À cause de Pedro, notre fils [...]. La maison là-bas n'avait qu'une chambre, ici il y en a deux, il a sa chambre à lui ; à cause de la distance aussi, parce que la propriété de là-bas est plus éloignée du Plano Piloto où nous travaillons [...]. Maintenant nous avons des amis tout près, il y a une petite cascade à côté [...], pour notre style de vie, cette maison est exactement ce qu'il nous faut (Cristiano). [...] Cette question de sécurité n'est pas le facteur qui a pesé le plus pour notre choix. D'ailleurs, ici, il n'y a pas de portail et nous avons choisi de venir ici pour cette question[52] *(Manuela, traduction libre).*

La figure 17 présente cet ensemble urbain auquel on ne pourrait appliquer que difficilement le concept de ville tel que nous l'entendons historiquement. Dans la partie basse de la figure, on aperçoit une zone habitée plus dense qui représente São Sebastião, ville-satellite dont la population est composée de catégories socioéconomiques aux revenus plus bas. Plus à gauche, toujours dans la partie basse, on trouve des petits ensembles verticaux et horizontaux en construction, assez denses et de type condominium. Ils sont financés par les programmes de logements des fonctionnaires de l'État, surtout du Gouvernement du District Fédéral et par le Programme *Minha Casa, Minha Vida*[53] du Gouvernement Fédéral.

Les politiques de financement public pour le logement des fonctionnaires sont anciennes dans la capitale. Elles ont subventionné l'achat d'appartements dans le Plano Piloto et la construction de résidences dans les noyaux urbains traditionnels comme Guará ou Taguatinga[54]. Aujourd'hui, ces politiques présentent une nouveauté : les habitations sont construites dans des ensembles fermés ce qui démontre, d'une certaine manière, une préférence de la part des pouvoirs publics pour la production de nouvelles zones urbaines fondées sur les logiques capitalistes et fragmentaires de la ville. Ces logiques sont basées sur l'individualisation, l'attribution d'une seule fonction aux différentes zones,

l'absence d'espace public, l'encouragement à l'utilisation du transport automobile individuel et sur l'usage des ressources publiques pour financer les entreprises privées du secteur immobilier[55]. De plus, le choix de structures fermées a servi, au Brésil, d'échappatoire aux exigences de la législation urbaine, comme par exemple la taille minimale du terrain, le taux d'occupation et la distance à la rue, indépendamment de la présence ou non de ressources publiques pour leur financement.

Dans la partie supérieure, on distingue les lotissements et condominiums fermés du Jardin Botanique, entrecoupés par la végétation restante et par les vallées des nombreuses petites rivières dans cette région. L'édifice isolé dans la partie supérieure gauche abrite l'École d'administration fiscale (ESAF)[56]. À ses côtés, le Jardin Botanique proprement dit, dont les limites sur cette figure sont démarquées par les voies de circulation qui partent de l'immeuble, en direction sud et nord-ouest. On note une différence de densité d'occupation du territoire entre les condominiums et lotissements situés à gauche, plus anciens, et ceux de droite, d'implantation plus récente.

Du point de vue strictement morphologique, c'est-à-dire si l'on ne considère pas le contenu social que les formes abritent, la densification de la zone proche du Jardin Botanique pourrait signifier une atténuation de la dispersion urbaine caractéristique de Brasilia depuis ses origines. Cette dispersion sépare les groupes sociaux et emprisonne les habitants dans un quotidien marqué par des paysages dénués de contenus urbains en fonction des distances à parcourir entre la résidence et le travail (cf. Catalão, 2010). Cette hypothèse serait valable aussi, bien qu'à une échelle plus limitée, pour les condominiums implantés dans la partie est de l'agglomération de Curitiba, partant d'Alphaville à Pinhais, et vers d'autres condominiums qui se succèdent jusqu'à la municipalité de São José dos Pinhais.

Néanmoins, telle qu'elle est conçue dans cette thèse, la dispersion urbaine ne se limite pas à la production de zones urbaines implantées en discontinuité territoriale. En effet, elle englobe aussi des densités variables et l'apparition de zones urbaines périphériques totalement occupées, mais qui ne présentent pas de liens sociaux significatifs parce qu'issus de logiques fragmentaires ; la ville se disperse dans la mesure où elle produit des zones périphériques marquées par ces logiques.

Il s'agit dans ce sens, d'une contradiction, car la production de nouveaux espaces résidentiels dans les interstices ruraux ou sur les terrains urbains non

construits ne favorise pas l'intégration de la vie quotidienne des espaces auparavant isolés. Au contraire, elle contribue significativement à accroître leur isolement par l'augmentation du trafic de véhicules qui ralentit les déplacements et augmente subjectivement la distance au centre de l'agglomération qui abrite la plupart des emplois et des services urbains, tant à Brasilia qu'à Curitiba.

3.4. De retour au droit à la ville : ou, à mieux dire, au droit à la différence

Dans ce contexte de transformations par lesquelles sont passés les tissus urbains et la vie urbaine, il est fondamental de remettre en question les significations et possibilités de réalisation du « droit à la ville » en essayant de dépasser les abstractions détachées de la réalité et la nostalgie que cette expression évoque.

Le droit à la ville apparaît, dans la pensée de Lefebvre, à la fois comme une nécessité de valoriser la vie urbaine, en tant qu'association par le partage de l'espace et comme un avertissement de l'apparition d'une société de consommation dirigée dans laquelle les rapports se font à travers la marchandise, y compris l'espace lui-même. Malgré des avancées dans la prise de conscience des pouvoirs publics quant à la nature et à la finalité de la ville, le sens que cette notion a pris dans la législation brésilienne n'a rien à voir avec les préoccupations soulevées par Lefebvre (1991, 1999, 2000, 2006). En effet, elle ne reconnaît pas le potentiel de transformation de l'espace (Soja, 2003, 2009, 2010).

Le Statut de la Ville [Estatuto da Cidade] (Brasil, 2001), résultat de débats et de l'engagement des mouvements sociaux urbains pour la démocratisation de l'usage de la ville, présente les lignes directrices pour une politique urbaine nationale en ces termes :

> Art. 2e La politique urbaine a pour objectif d'ordonner le plein développement des fonctions sociales de la ville et de la propriété urbaine, suivant les directrices générales :
>
> I – garantie du droit à des villes durables entendu comme le droit à la terre urbaine, au logement, à l'assainissement, aux infrastructures urbaines, au transport et aux services publics, au travail, aux loisirs pour les générations présentes et futures ;
>
> II – gestion démocratique grâce à la participation de la population et des associations représentatives de divers groupes de la communauté, dans la formulation, l'exécution et l'accompagnement des plans, programmes et projets de dévelop-

pement urbain[57] (traduction libre).

Ces lignes directrices en particulier, tout comme celles dictées par le Statut, sont apparues il y a presque 12 ans, comme une victoire après une longue période de négociations entre ceux qui souhaitaient une ville plus juste et égalitaire et les gouvernements néolibéraux qui se sont succédés depuis le retour à la démocratie.

Selon Baitz (2011), malgré les efforts déployés depuis lors pour l'application des lignes directrices exprimées dans la loi, on a fini par obtenir, de manière assez contradictoire, l'inverse de ce que l'on espérait. Selon l'auteur, il faut chercher l'erreur dans la loi elle-même et non dans son application, car parmi d'autres facteurs, elle soumet la fonction sociale de la propriété à la planification urbaine envisagée d'un point de vue économique et non politique. Lummis (1992) dénonce la même erreur quand il explique que le problème pour l'humanité n'est pas la pauvreté, mais la richesse, son antagoniste qui l'engendre et qui ne peut être combattu que sur le plan politique et non économique.

L'analyse développée dans cette thèse qui montre comment les agglomérations de Brasilia et Curitiba sont marquées par des processus corrélés de dispersion urbaine et de fragmentation sociospatiale – qui expriment un accroissement des inégalités sociospatiales et de la polarisation entre les différents groupes socioéconomiques – permet de constater l'inefficacité de la loi et/ou de son application. Pendant ces dix dernières années, ces processus n'ont pas ralenti, mais se sont au contraire renforcés, même si une analyse plus générale démontre l'inverse. Ceci s'explique d'une part parce que la notion de droit à la ville exprimée dans le Statut n'a pas été intégrée dans l'administration publique et moins encore dans la conscience collective de la population et d'autre part parce que son caractère superficiel[58] ne parvient difficilement à accompagner les citadins dans les processus d'émancipation.

L'inclusion du droit à la ville dans la législation pêche parce qu'elle est associée à la notion imprécise et très souvent idéologique, de durabilité[59] et à une compréhension limitée du droit comme un simple accès à la terre et aux équipements et services urbains. De plus, cette loi ne s'attaque pas à un problème sérieux de la législation. Elle laisse aux municipalités le soin de définir les outils d'application de la loi dans un contexte urbain caractérisé par l'existence d'innombrables agglomérations, plusieurs ayant une complexité métropolitaine, dans lesquelles la vie des citadins se fragmente entre résidence dans une municipalité et activités dans d'autres espaces de l'agglomération. De plus, elle pro-

pose une participation démocratique pour l'élaboration et l'exécution des projets de développement urbain. Dans un contexte de crise de la démocratie et de faiblesse de l'engagement social général, cette proposition semble très vague pour ne pas dire prétentieuse.

Si l'inclusion du droit à la ville dans la loi et les tentatives de le faire valoir à partir des mécanismes démocratiques existants ne s'est pas traduit par une avancée, comment la recherche de ce droit peut-elle mener à une élimination des inégalités et, plus encore, au rétablissement du contrat de vie collective sur lequel se base la ville depuis ses origines ? L'intensification des processus de différenciation ne serait-elle pas un empêchement inexorable à la pleine réalisation du droit à la ville entendu comme droit équitable à la vie urbaine ?

Ces questions ouvrent la voie à un renouvellement de la ligne de pensée sur la ville et l'urbain et sur leurs articulations, ainsi qu'à une réflexion sur les raisons de l'inefficacité de l'application de la notion dans les termes du Statut de la Ville et sur les voies possibles de l'urbanisation que la réalité permet d'entrevoir. D'après Gomes (2006), on peut souligner qu'il est nécessaire de repenser la ville et, de manière plus ample, l'espace comme une composante fondamentale de la citoyenneté et par conséquent de justice, d'éthique, de solidarité et d'équité.

La citoyenneté suppose l'exercice individuel effectif des droits sociaux[60] (liberté, éducation, santé, sécurité, loisirs...), civils (reconnaissance de la naissance, du mariage, du divorce et du décès, de la nationalité, de la filiation...) et politiques (s'associer, se syndiquer, faire partie d'un parti, voter et être candidat...). Mais la mise en œuvre de ces droits dépend de l'ensemble social et de l'application des devoirs qui garantissent cet exercice à l'autre. Pour que la citoyenneté soit une condition pleine, il faut que les individualités et/ou collectivités soient traitées avec égalité et justice. Les différences exprimées à ces échelles ne peuvent pas limiter les droits et les majorités ne peuvent pas opprimer les minorités ou des groupes non minoritaires, mais historiquement marginalisés.

Selon Gomes (2006, p. 130), « il y a dans le concept même de citoyen, une matrice territoriale, c'est-à-dire qu'à la base de l'idée de citoyenneté, il y a une composante spatiale »[61] (traduction libre) qui fait d'elle une condition sociospatiale qui ne peut se réaliser que dans ces deux dimensions simultanément. Dans ce sens, l'application des droits sociaux, civils et politiques ne peut se réaliser que s'il existe une matrice spatiale adéquate pour les mettre en pratique. Cette

idée résout le problème de la notion du droit à la ville telle qu'elle est exprimée dans le Statut, c'est-à-dire l'absence de relation entre ville et citoyenneté, une relation qui est fondée sur l'espace-temps. Ceci explique pourquoi le droit à la ville est considéré à peine comme un droit d'accès à la terre et à certains services et équipements urbains et non comme moyen d'exercice de la citoyenneté. Comment celle-ci peut-elle s'exercer si sa base spatiale est inégale ? Ou encore, si l'on sort du cadre du Statut de la Ville pour envisager celui des politiques plus amples de lutte contre les inégalités et la pauvreté, comment prétendre à une justice sociale et à une promotion de l'égalité des droits sans promouvoir une justice spatiale et une redistribution plus équitable des usages de l'espace ? L'appel de Soja (2000, 2003) à « mettre les villes d'abord » prend ici tout son sens et amène à reconnaître :

> que les villes ont en elles un rapport de cause à effet sur la vie sociale, que le développement historique des sociétés humaines ne se produit pas seulement dans les villes, mais est aussi généré, de manière significative, par les villes et, plus spécifiquement, par la stimulation de l'agglomération urbaine[62] (Soja, 2003, p. 275, traduction libre, soulignage de l'auteur).

Comme discuté dans le chapitre antérieur, Lefebvre (1970) indique que le droit à la différence est à la base de tous les autres droits. Parmi eux, il faut situer le droit à la ville et le replacer comme le droit du citadin-citoyen à ce que ses différences soient socialement acceptées comme légitimes. Ceci ne signifie pas que ces différences doivent nécessairement plaire à tous, mais au moins elles doivent être reconnues et tolérées tant qu'elles n'empêchent pas les différences des autres d'exister. L'acceptation de cette clause fait partie du contrat social établi historiquement autour de la ville et marqué, selon Gomes (2006), par la contradiction entre le besoin de vivre ensemble et les conflits qui surgissent dans la vie commune.

Si l'on pense aux agglomérations métropolitaines, il est encore plus difficile de proposer le droit à la ville dans les termes du Statut cités ci-dessus. On passe en effet de l'échelle de la vie quotidienne en ville à une échelle régionale et les actions touchent généralement un nombre très significatif de personnes. Au lieu donc de vérifier si les habitants ont, objectivement, accès à l'école, à l'hôpital, au supermarché, à la pharmacie, aux installations sanitaires, aux voies goudronnés, aux transports publics, au travail etc., il faut se demander si cet accès leur garantit l'exercice de la citoyenneté, c'est-à-dire si les spatialités du quotidien re-

présentent une médiation entre l'individualité et l'altérité. En d'autres termes, il faut replacer la question en termes de justice.

Une autre distorsion du Statut de la Ville et de toutes les politiques centrées sur les transformations spatiales de la ville – parmi elles celles qui, à Brasilia et à Curitiba, visent plus la préservation des projets d'origine qu'à la résolution des problèmes réels – réside dans l'importance accordée à la fonction sociale de la propriété privée[63] et au manque de clarté sur la nature de cette fonction. Cela conduit à une interprétation générale dans un sens économique, comme le signale Baitz (2011).

Dans ce sens, la polarisation périphérique entre enclaves fermées et zones de pauvretés dispersées et le contexte de fragmentation sociospatiale dans lequel elles s'insèrent en même temps qu'elles en résultent s'expriment comme des limites à la réalisation du droit à la différence et à la vie urbaine, donc à la ville.

Dans les entretiens réalisées, tant dans les lotissements et condominiums fermés que dans les zones dispersées des groupes à faible pouvoir d'achat, les récits des habitants sur leurs quotidiens urbains montrent explicitement ou implicitement une conscience des potentialités de la ville comme « centres d'innovation et de créativité » (Soja, 2003). Cependant, dans un certain sens, leur témoignage reflète aussi un mécontentement par rapport à la vie urbaine, sans aucune solution imaginable sinon une augmentation de leurs revenus pour permettre un autre niveau de consommation. La consommation apparaît donc comme médiation de citoyenneté et de justice (Cadre 8).

Cadre 8

Qu'avez-vous à dire sur Fazenda Rio Grande/Cidade Ocidental ?

Fazenda Rio Grande... elle a encore beaucoup à offrir, un très grand potentiel, pour s'accroître ainsi mais il manque encore beaucoup de choses par rapport aux infrastructures, à la sécurité, n'est-ce pas ? Elle pourrait être beaucoup plus sûre. Les infrastructures sont encore précaires pour une ville qui grandit autant[64] (Bárbara, habitante de Fazenda Rio Grande, traduction libre).

Malgré toutes les difficultés que nous avons, je pense que c'est une ville qui a un grand potentiel, les habitants sont combatifs [...]. Notre problème [...] c'est la question politique, une politique de quartiers, qui passe de main en main, ils se disputent le pouvoir pour continuer à ne rien faire pour la ville et personne ne réclame parce que les gens s'intéressent plus à Curitiba qu'à Fazenda Rio Grande [...]. Les services de santé sont mauvais, la sécurité est précaire, c'est vraiment compliquée, il manque des policiers ici[65] (Maurício, habitant de Fazenda Rio Grande, traduction libre).

Je vais habiter à Curitiba parce que j'ai acheté un appartement là, mais je n'ai pas envie de partir d'ici. [...] Si ce n'était pas Curitiba, je n'irais dans aucune autre ville : São José, Araucária... je vais

continuer à travailler ici. [...] Ce n'est plus la ville que c'était auparavant. Aujourd'hui, si vous avez besoin de quoi que ce soit, vous le trouvez ici [...]. C'est un endroit agréable à vivre. Il faudrait seulement plus de structures, des emplois pour que les gens n'aient pas à partir d'ici pour travailler à Curitiba[66] (Bernardo, habitant de Fazenda Rio Grande, traduction libre).

Ici c'est loin de tout, mais je trouve que c'est calme [...]. Ici il n'y a pas de loisirs, je trouve qu'il manque d'hôpitaux parce que si vous vous cassez un bras, je pense qu'il n'y a même pas d'appareil de radiographie [...]. Ici, c'est une ville qui dépend de Brasilia [...], tout le monde passe la journée à Brasilia, les personnes qui passent la journée ici sont rares [...]. Même pour les écoles, je vois beaucoup de gens qui étudient là-bas [...]. Il faut que ça s'améliore, mais ce n'est pas si mauvais que ça. Je pense qu'il y a des endroits pires[67] (Beatriz, habitante de Cidade Ocidental, traduction libre).

J'aime cet endroit parce que je trouve que ce n'est pas trop violent. Ce qui manque le plus ici ce sont des loisirs pour les enfants ; un cinéma, si vous voulez, ici il n'y en a pas ; il faut plus de clubs, plus de parcs [...]. Si je devais déménager, j'irais habiter dans un condominium fermé [...]. Je pense que les condominiums ou les appartements sont plus sûrs, non ?[68] (Sabrina, habitante de Cidade Ocidental, traduction libre).

3.5. Du chemin nécessaire vers une justice spatiale

Si nous prenons la justice spatiale dans le sens premier du terme et le plus élémentaire, c'est-à-dire comme moyen d'évaluer la distribution spatiale des revenus, des biens et des services urbains[69] (Pirie, 1983), nous admettrons que les agglomérations de Curitiba et de Brasilia sont des espaces marqués par une injustice manifeste tout en étant très différents entre eux. Brasilia est plus inégale et enregistre, selon les calculs du coefficient de Gini réalisés par l'IBGE (2003), un indice d'inégalité de 52%, supérieur à la moyenne brésilienne qui est de 49%, contre 41% à Curitiba. Bien qu'il n'y ait pas de mesures disponibles pour l'ensemble des agglomérations, les caractéristiques des espaces périphériques, où se combinent des îlots de richesse avec des espaces précaires, laissent entrevoir des niveaux d'inégalité encore plus élevés.

Malgré l'intérêt évident, je ne m'attarderai pas sur une analyse approfondie de la distribution de tous les équipements et infrastructures urbains des deux agglomérations. Par contre, je dégagerai quelques éléments importants de l'analyse des cartes 8 à 11.

J'aborde en premier lieu l'eau, ce bien indispensable à la vie humaine qui doit être accessible à tous et dont la préservation et la garantie d'accès constituent une obligation de l'État. Dans les démocraties, comme au Brésil, cette tâche incombe à l'État qui est responsable de l'administration et de la protection

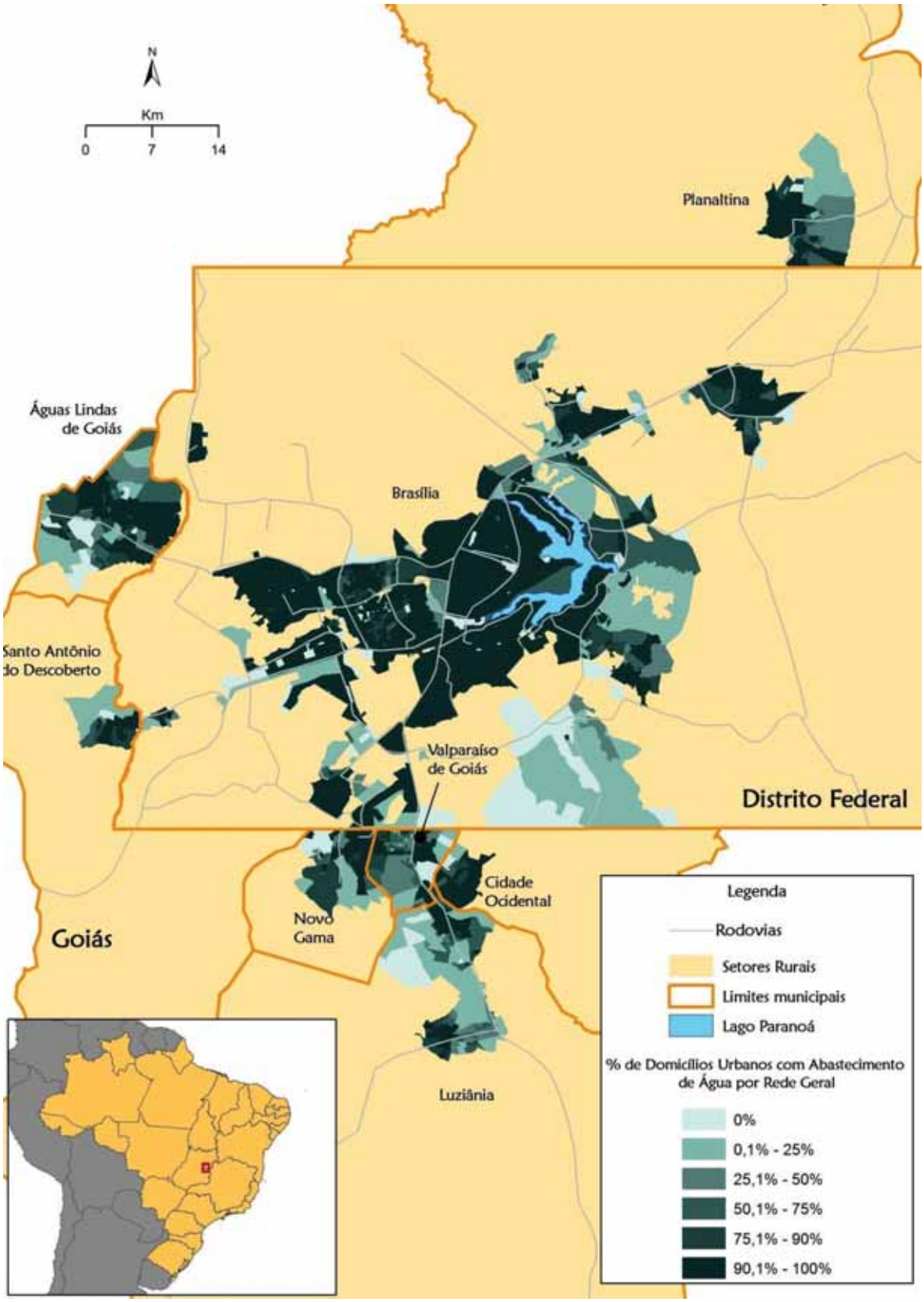
des biens publics ainsi que de la répartition équilibrée des richesses, surtout celles engendrées par l'exploitation des ressources naturelles et par le travail. Bien que l'eau ne soit pas, en principe, une ressource utilisable pour engendrer une accumulation de richesse, mais un élément indispensable à la vie, il encombre à l'État d'en garantir l'accès à tous les habitants. Dans les espaces urbains, l'accès à l'eau se fait à travers la gestion d'un réseau général d'approvisionnement qui devrait répondre aux besoins de tous les logements.

Les cartes 8 et 9 montrent le pourcentage de logements urbains raccordés au réseau général d'approvisionnement en eau dans les agglomérations respectives de Brasilia et de Curitiba.

Les taux de raccordement dans l'agglomération de Brasilia présentent un gradient de densité diminuant des zones les plus anciennes vers les zones plus récentes. La proportion de résidences non raccordées au réseau est donc plus grande dans la périphérie métropolitaine (Carte 8).

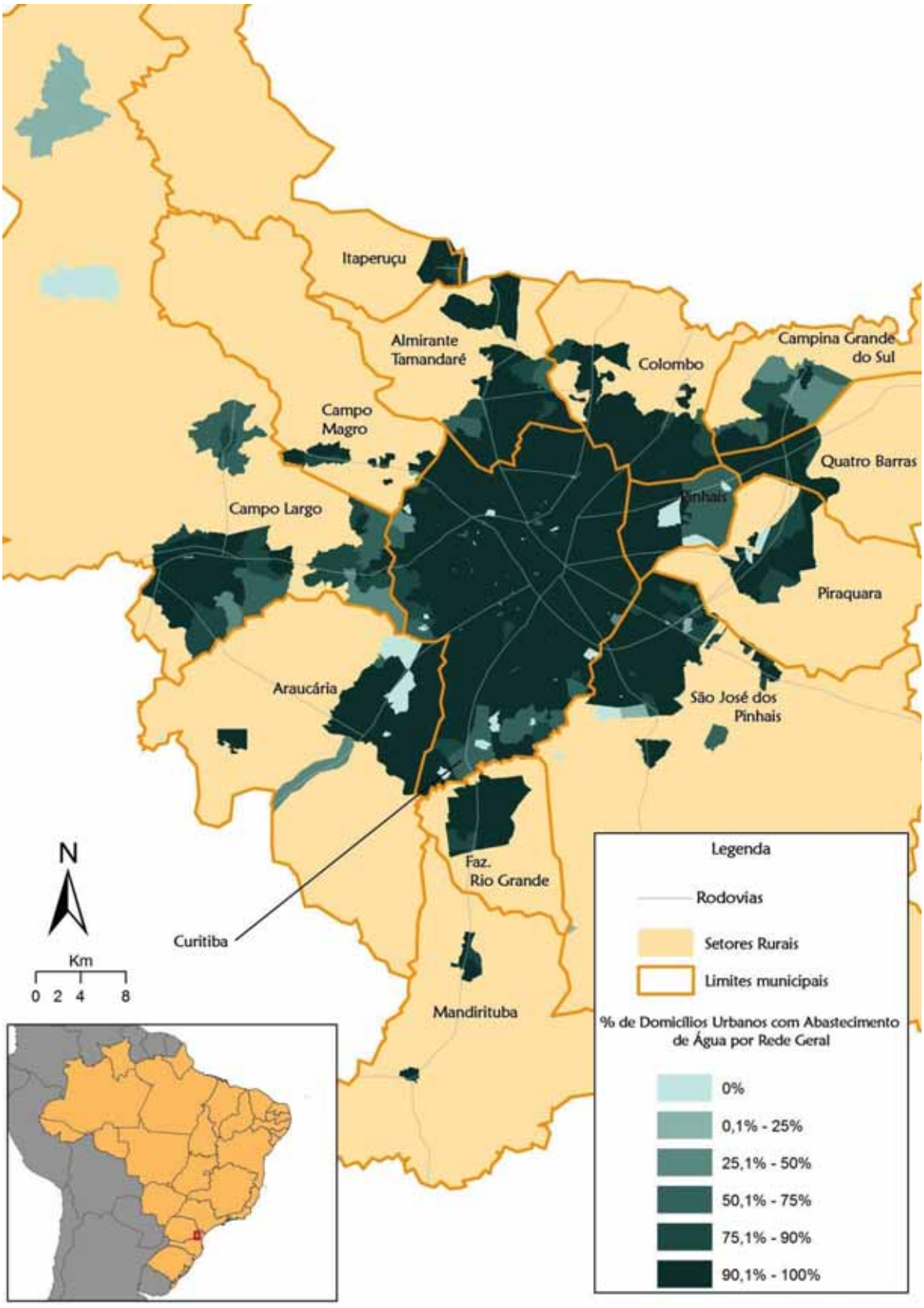
Dans l'agglomération de Curitiba, la distribution est plus universelle, aussi bien au centre qu'à la périphérie si on la compare à Brasilia. La proportion de logements non raccordés au réseau est très inférieure, présentant une concentration dans les zones périphériques (Carte 9).

Au-delà de la différence entre les deux agglomérations, il est important de noter que l'absence de raccordement des logements au réseau régulier de la ville oblige les individus ou groupes à aménager un accès à l'eau, lequel est certainement conditionné par le niveau économique, par la connaissance et l'information sur ce sujet. Ceci mène à une situation d'injustice quant à l'accès d'un bien fondamental pour le maintien de la vie puisque les populations à revenus faibles sont plus vulnérables. De plus, le fait de laisser à l'individu le soin de trouver un moyen d'amener l'eau à son logement, le dissociant ainsi du contrat social citadin dont il est signataire, peut compromettre l'approvisionnement ultérieur de l'ensemble de l'agglomération à cause de structures ou canalisations inadéquates. Comme en général, la gestion du réseau d'approvisionnement en eau relève de l'administration municipale, l'appartenance à une agglomération métropolitaine officielle ne garantit pas la répartition des responsabilités. Ceci met les municipalités périphériques en situation plus vulnérable. C'est le cas d'Águas Lindas de Goiás dans l'agglomération de Brasilia et, de manière moins marquée, de Campo Largo dans l'agglomération de Curitiba.



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 8 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; logements urbains raccordés au réseau général d'approvisionnement en eau par secteur de recensement ; 2010



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 9 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; logements urbains raccordés au réseau général d'approvisionnement en eau par secteur de recensement ; 2010

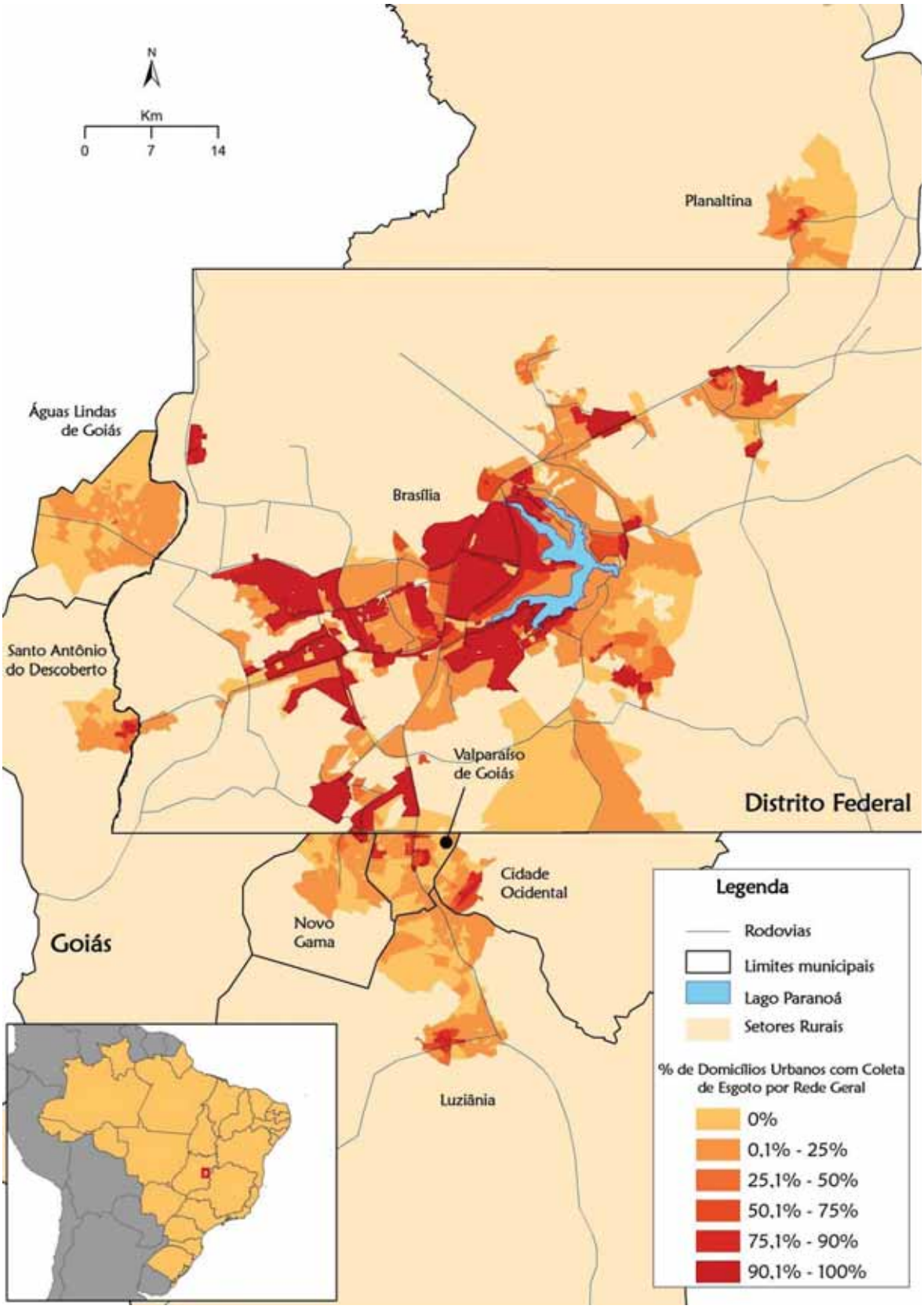
Le même problème se pose et de manière plus préoccupante encore avec les réseaux d'égoûts. Les pourcentages de raccordement domiciliaires figurent sur les cartes 10 et 11. Les deux agglomérations présentent aussi des inégalités sous cet angle et à Brasilia le problème est plus grave.

Il faut remarquer que les inégalités d'accès au réseau d'égout ne constituent pas en soi une injustice dans la distribution des infrastructures. La situation d'injustice apparaît dans la mesure où certaines actions individuelles mises en place pour résoudre l'absence du pouvoir public créent un risque pour l'accès à d'autres biens comme l'eau.

Dans le cas précis des égouts domestiques, la menace vient par exemple des fosses septiques dont la prolifération ou le manque de contrôle peuvent contaminer les ressources hydriques, en particulier la nappe phréatique. Le problème des déchets ménagers entre dans la même catégorie de problèmes selon l'existence ou non de la collecte ou de sa fréquence.

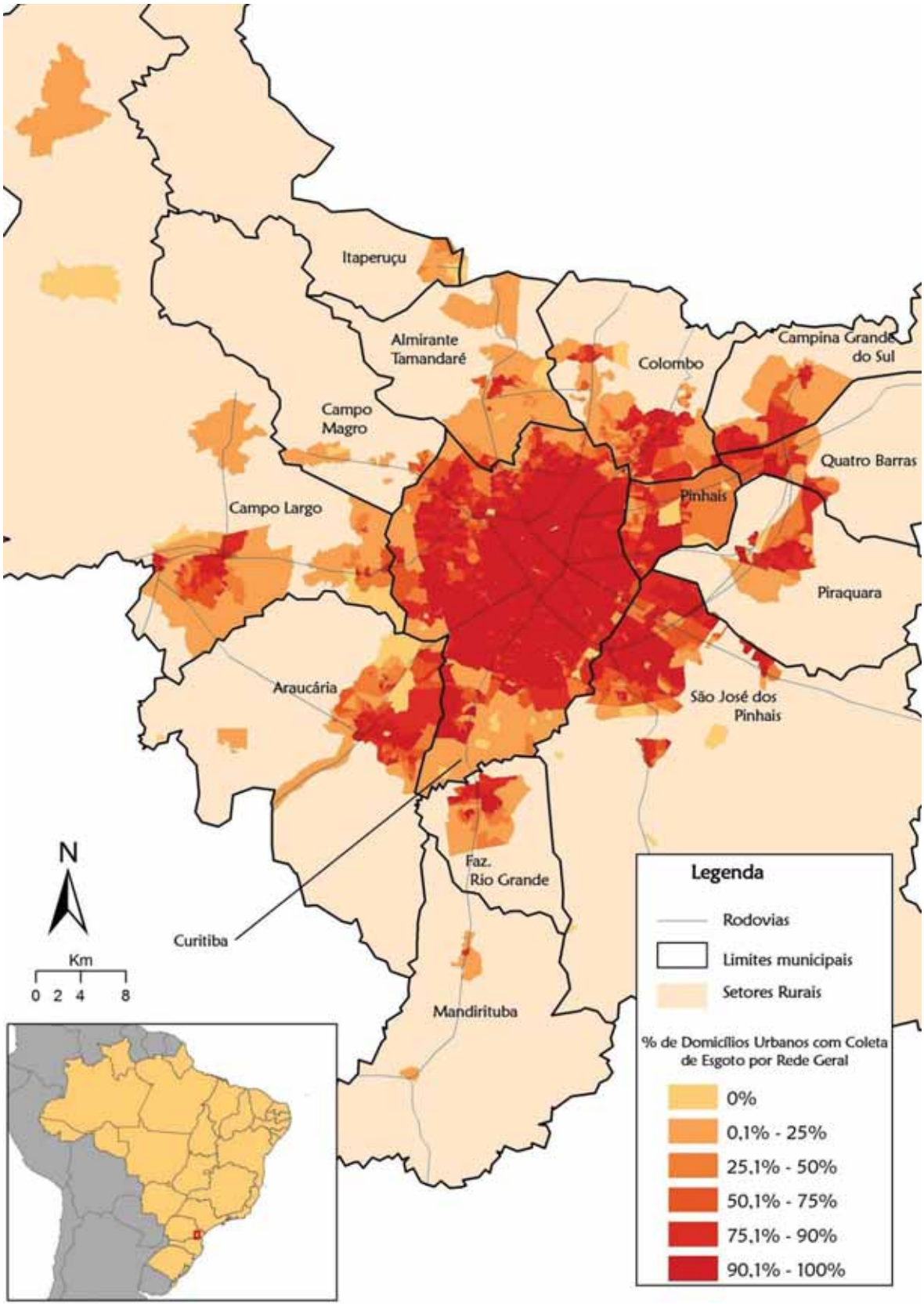
Pour l'approvisionnement en eau, en admettant que les puits artésiens constituent les principaux moyens auxquels recourent les populations les plus vulnérables pour combler le manque de raccordements domiciliaires au réseau général, la contamination des eaux souterraines par les fosses septiques peut souvent représenter une menace à l'intégrité de la santé par consommation d'eau contaminée.

Les différents types d'habitat, fonction de la diversité du pouvoir d'achat des ménages, comme les condominiums ou lotissements fermés et les zones résidentielles périphériques habitées par des populations à bas revenus, peuvent susciter des stratégies individuelles ou collectives plus solidaires à l'échelle de l'espace résidentiel, mais à la fois plus injustes à l'échelle de l'agglomération, donc de l'espace collectif. L'inexistence de réseaux généraux d'approvisionnement en eau ou d'égouts ou le manque d'accès aux réseaux existants sont plus facilement résolus quand il y a des ressources disponibles pour remédier à la situation et lorsqu'une entité se responsabilise pour l'exécution de travaux collectifs, comme dans le cas des ensembles en condominium. Des solutions propres aux habitants de ces ensembles peuvent être appropriées, mais ne signifient pas qu'elles le soient pour l'agglomération lorsque les décisions du groupe sont déconnectées des préoccupations collectives. Dans le cas des quartiers plus pauvres, il n'est pas rare que les habitants dépendent d'actions urgentes du pouvoir local comme l'approvisionnement en eau par des camions-citernes.



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 10 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; logements urbains raccordés au réseau général d'égouts par secteur de recensement ; 2010



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 11 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; logements urbains raccordés au réseau général d'égouts par secteur de recensement ; 2010

Dans tous les cas, les revenus des habitants sont d'une importance cruciale dans les stratégies à adopter pour résoudre des problèmes comme l'approvisionnement en eau ou l'élimination des ordures ménagères. Les problèmes collectifs s'insèrent ainsi dans des stratégies de résolution individuelle, qui mettent en échec les capacités des citadins à résoudre collectivement des problèmes collectifs et contribuent à une aggravation des inégalités.

Les cartes 12 et 13 montrent la distribution des revenus moyens des chefs de ménage des logements dans les deux agglomérations. Les revenus sont calculés en nombre de salaires minimaux, sur la base, en 2010, de R$ 510,00 (≈ 229,00 €)[70].

Dans l'agglomération de Brasilia, la distribution des revenus[71] (voir Carte 12) est assez particulière et montre une polarisation entre les zones périphériques à bas revenus et les zones de condominiums et lotissements fermés à hauts revenus, constituées, outre la zone centrale plus riche, du Plano Piloto et des quartiers Lago Sul et Lago Norte où les revenus des chefs de ménage dépassent les 15 salaires minimaux. Les zones plus foncées, qui sont les plus étendues, mais ne sont pas les plus denses du point de vue démographique (voir la carte 5), sont constituées presque entièrement d'ensembles fermés, particulièrement dans la zone au sud-est du Lac Paranoá, occupée par les enclaves du Jardin Botanique. À Cidade Ocidental, comme dans l'ensemble de la périphérie située dans l'état de Goiás, les revenus varient entre 1 et 3 salaires minimaux avec de petites zones de revenus compris entre 0 et 1 et entre 3 et 5 salaires minimaux.

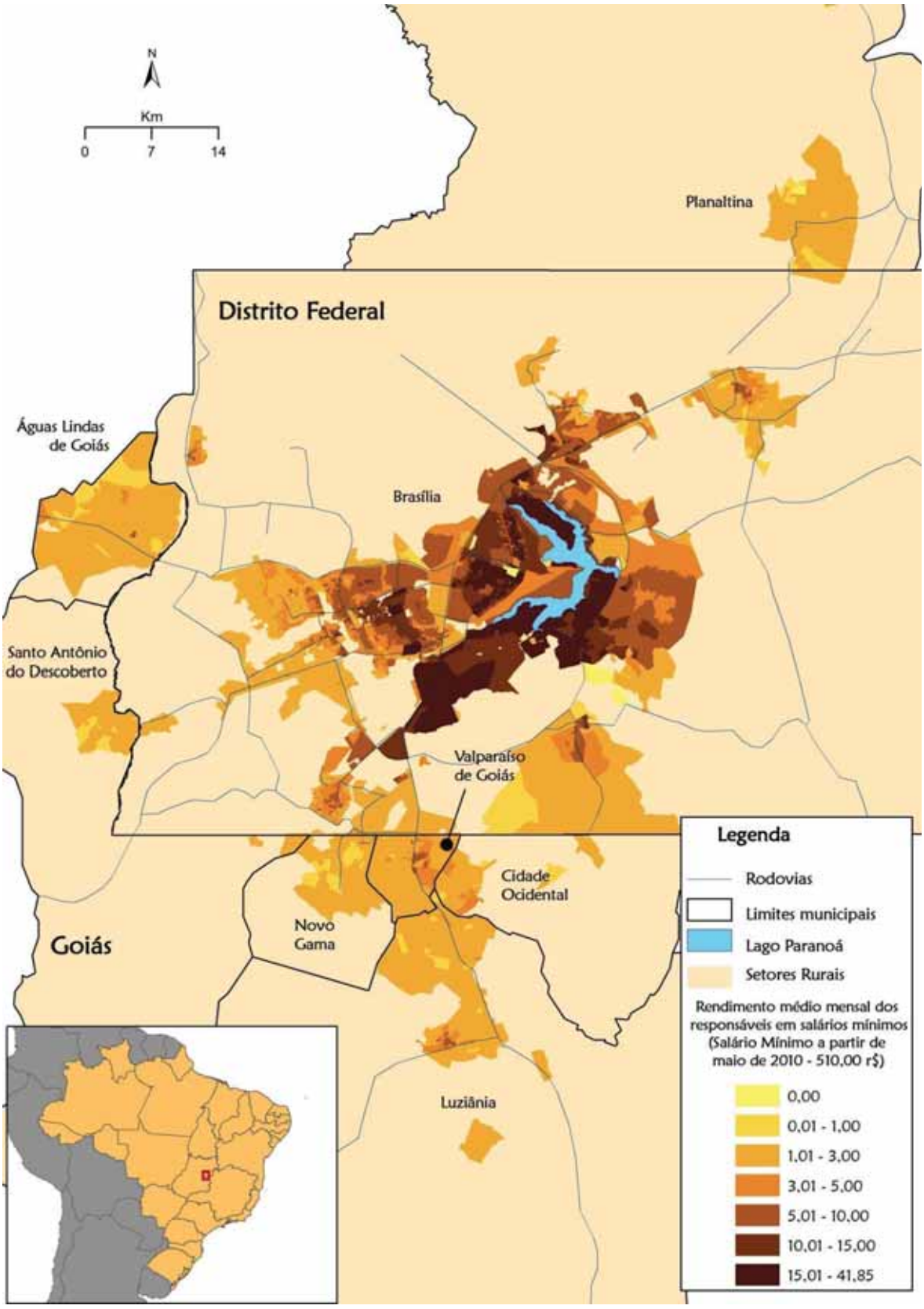
Dans l'agglomération de Curitiba (Carte 13), le revenu moyen des chefs de ménage des unités résidentielles d'Alphaville, que révèle le grand rectangle foncé de Pinhais, varie entre 15 et 27 salaires minimaux. Il s'agit de la zone de plus forte concentration de revenus, avec quelques endroits, démographiquement aussi denses, de la zone centrale de Curitiba qui sont majoritairement occupées par des résidences dont le chef de ménage perçoit entre 5 et 10 salaires minimaux. À Fazenda Rio Grande, les revenus des chefs de ménage varient presque tous entre 1 et 3 salaires minimaux, soit les mêmes valeurs que pour le reste de la périphérie métropolitaine et des zones périphériques de la municipalité de Curitiba.

La visualisation des données des cartes 12 et 13 pourrait, à tort, suggérer qu'il y a une plus grande proportion de logements avec des ménages à revenus élevés à Brasilia qu'à Curitiba. Mais la distribution des densités montrées des cartes 4 et 5 du chapitre précédent indique qu'il s'agit en réalité d'un problème de densité et de distribution de population.

Il est encore important d'expliquer à nouveau que la différence de distribution des revenus dans les agglomérations ne signifie pas nécessairement qu'il s'agit d'une injustice, d'un problème à résoudre. Cette constatation est plus importante encore que celle qui a été faite pour la distribution des infrastructures. Le problème se pose lorsque les accès aux services et aux infrastructures ainsi qu'aux possibilités d'usage et d'appropriation de la ville, c'est-à-dire, dans un sens élargi, au droit à la ville, sont conditionnés par des stratégies spatiales dont la réalisation est en rapport avec le niveau de revenu. Parmi ces stratégies, on distingue les localisations destinées à l'habitat, surtout en considérant le devoir de l'État de fournir des habitations populaires, et à la mobilité des citadins, qui dépend en grande partie de l'existence et de l'efficacité des transports publics et/ou collectifs. Ceci constitue un élément-clé de la configuration sociospatiale métropolitaine qui représente l'une des conditions de la vie urbaine.

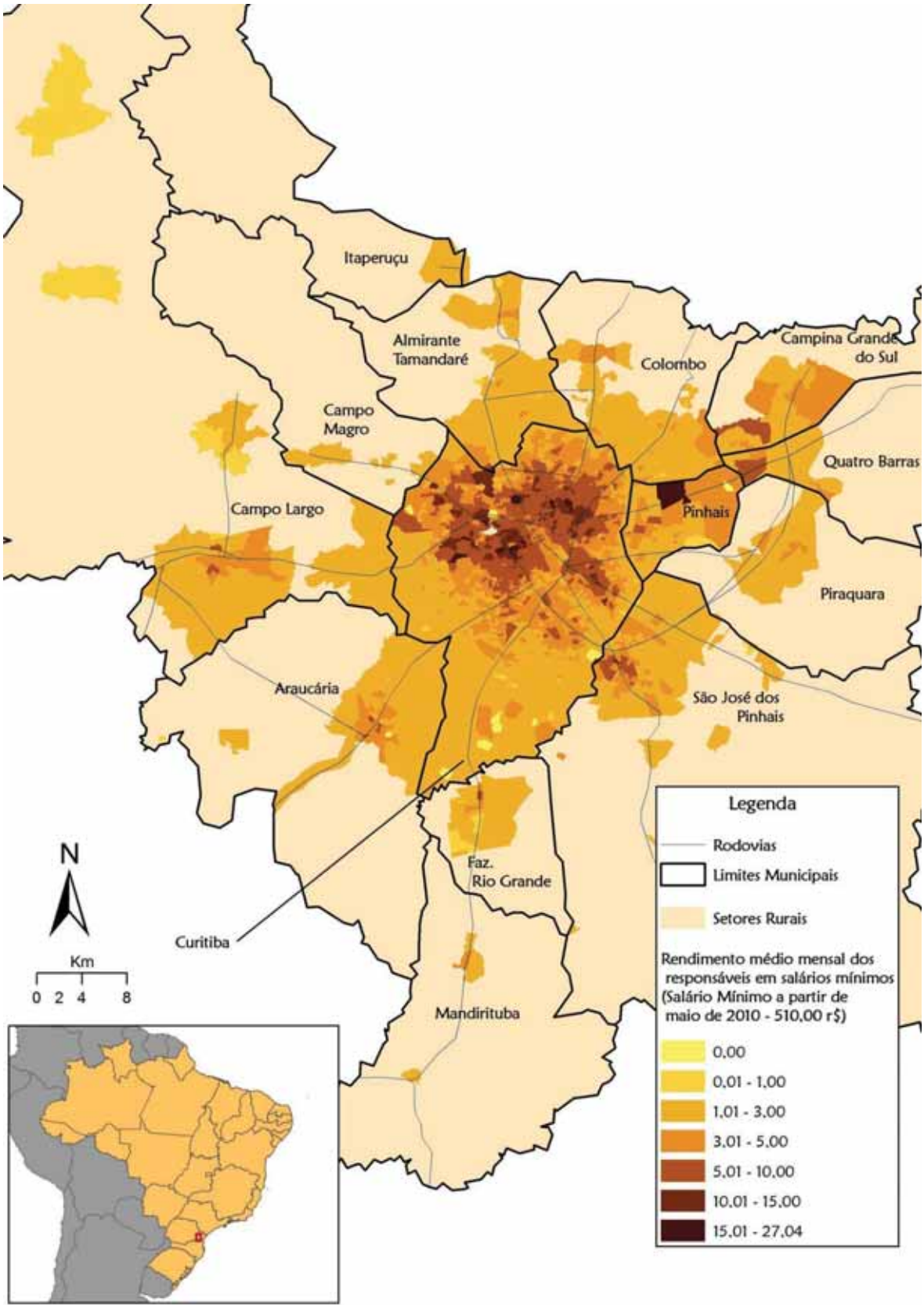
Si l'on part de l'analyse, dans cette thèse, des métropoles de Brasilia et de Curitiba, ou des villes brésiliennes de manière générale, on comprend que la nécessaire réflexion politique sur l'usage du sol urbain et sur la fonction de la ville en tant que lieu des rapports collectifs doit orienter les lois et les pratiques spatiales afin de promouvoir l'intégration des habitations aux espaces publics et empêcher la reproduction de logiques injustes dans les processus de production de l'espace.

Il est donc important de discuter des limites à la réalisation d'une justice spatiale dans le contexte de la production de la ville et de la métropole sur les modèles présentés tout au long du texte. L'analyse de la distribution des revenus et des infrastructures présentée plus tôt permet une première approche de l'idée de justice spatiale. La question qui se pose est celle de savoir si les localisations absolues ou relatives et les processus de relocalisation sont justes, comme l'indique Pirie (1983). Selon cet auteur, ces localisations doivent être pensées en termes de justice à partir de la notion de liberté, qui apparaît comme un indicateur.



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 12 : Agglomération métropolitaine de Brasilia ; revenu moyen mensuel par secteur de recensement des chefs de ménage en salaires minimaux ; 2010



Source : IBGE, Recensement démographique de 2010. Élaboration : Rafael Catão.

CARTE 13 : Agglomération métropolitaine de Curitiba ; revenu moyen mensuel par secteur de recensement des chefs de ménage en salaires minimaux ; 2010

> On peut facilement voir que l'adéquation de la résidence d'une personne à tel endroit peut être décidée selon que la personne a eu ou non le libre choix en termes de revenu ou en termes de dépendance par rapport, disons, au transport public[72] (Pirie, 1983, p. 471, traduction libre).

Cependant, un recours inconsidéré à l'idée de liberté comme élément d'application de cette notion de justice peut conduire à une compréhension erronée des lotissements et condominiums fermés. Ceux-ci seraient considérés comme des formes d'habitat justes parce qu'ils ont été choisis librement par leurs habitants, indépendamment des transports publics. Cette conception est non seulement erronée, mais dangereuse, car elle enlève à l'espace son rôle d'intermédiation des rapports sociaux et de moyen de réalisation de la justice de manière plus générale. Dans ce sens, l'idée de liberté de choix doit être relativisée dans le contexte sociospatial pour que la justice spatiale puisse être comprise comme « une pratique qui consiste à forger des sujets qui résistent à la logique d'entreprise, refusent l'autoritarisme moral et repolitisent les inégalités sociales », comme l'affirme Brawley (2009, p. 25). L'auteure insiste encore que pour que cela se produise, il faut revaloriser les fondements collectifs de la ville, centrés sur le bien-être social et sur les pratiques de solidarité tant dans la ville que dans son rapport avec la région.

Sur ce point, il serait intéressant d'examiner si les configurations spatiales métropolitaines de Brasilia et de Curitiba où l'on remarque des zones de condominiums et de résidences pour des bas revenus expriment une notion de justice. Cet examen obligerait à inverser toute la logique discursive de cette thèse surtout si, par justice spatiale, on entend une praxis plutôt qu'une notion de jugement postérieur. Deux réponses sont possibles, l'une négative et l'autre positive, ce qui ne signifie pas qu'elles soient dans une opposition manichéenne puisqu'elles sont complémentaires.

La réponse négative implique l'acceptation que la notion de justice spatiale n'a jamais été à la base d'une logique spatiale – que ce soit de production ou d'appropriation – qui se traduirait par une configuration spatialement juste des agglomérations. Des processus de ségrégation, de marginalisation et de renforcement des inégalités ont toujours été à l'origine des logiques de production de l'espace métropolitain.

La réponse positive ne peut apparaître qu'à partir de la réponse négative. Elle n'est pas un simple antagonisme, mais bien une opportunité de transforma-

tion. Accepter que la production de l'espace métropolitain n'ait jamais été fondée sur une notion de justice oblige moralement à penser la justice spatiale comme un moyen de récupérer le contrat social qui établie une vie collective dans ville. Aujourd'hui, ce contrat s'est développé comme un contrat plus complexe de vie urbaine, penché sur l'acceptation de l'altérité et donc des différences.

> Penser spatialement la justice ne permet pas seulement d'enrichir nos perspectives théoriques, cela permet d'avancer en pratique sur des voies permettant une meilleure efficacité dans notre recherche de plus de justice et de démocratie. À l'inverse, si nous nous refusons à spatialiser explicitement notre réflexion, ces voies ne nous seront pas accessibles (Soja, 2009, p. 36).

Le défi est majeur, mais il apparaît comme une alternative possible pour repenser le droit à la ville et les notions de différence et d'inégalité problématisées dans le chapitre précédent.

Les explorations envisagées dans cette thèse n'ont pas la prétention à présenter des propositions concrètes de transformation des espaces métropolitains de Brasilia et de Curitiba en espaces plus justes, parce que tous les éléments nécessaires pour que quelque chose de ce genre soit fait n'ont pas été suffisamment développés. De plus, toute proposition ne pourrait partir que de l'action conjointe de plusieurs agents, surtout ceux qui sont socialement organisés et déconnectés des intérêts capitalistes qui guident la production de l'espace métropolitain contemporain.

Dans la dernière section de cette thèse, quelques points fondamentaux pour clore la discussion seront repris. D'autres seront indiqués ainsi qu'une alternative possible, du moins théoriquement, pour repenser la fragmentation sociospatiale et la dispersion urbaine à partir de la notion de justice spatiale.

Notes

[1] [A cidade] aparece, então, como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo.

[2] Em nossa "sociedade de indivíduos", todos os problemas em que podemos nos meter são assumidos como criados por nós mesmos, e toda a água quente em que podemos cair se diz que foi fervida pelos fracassos dos desafortunados que caíram nela. Só podemos agradecer ou culpar a nós mesmos pelo que acontece de bom ou de ruim em nossas vidas. E a forma pela qual "a história de toda a vida" é contada eleva esta suposição ao nível de um axioma.

[3] La question de la crise de l'État en ce début de siècle est controversée et ne sera pas développée dans cette thèse. On peu cependant affirmer que cette crise s'agit de l'impossibilité de l'État à s'occuper de la justice sociale étant donné son compromis vis-à-vis des intérêts des élites et du développement capitaliste tout court. On perçoit cette situation par l'inexistence d'un État du bien-être social en Amérique Latine et par le déclin constant des droits et bénéfices sociaux dans une Europe affectée par la crise dont on estime qu'elle a commencé en 2008.

[4] La thèse de HDR d'Ana Fani Alessandri Carlos, par exemple, aborde le processus de fragmentation dans une aire traditionnelle de la ville de São Paulo (cf. Carlos, 2001).

[5] Les directeurs de thèse ont participé à ce travail de terrain. Le premier travail de terrain pour abordage concrètement l'objet de recherche a été réalisé en septembre et octobre 2009, sans leur participation.

[6] C'est-à-dire situées dans l'état de Goiás.

[7] Il faut noter que le Brésil, même industrialisé, continue à exporter des produits agricoles. Au contraire, ce type d'exportation s'accentue grâce à la modernisation de l'agro-industrie et des techniques avancées utilisées dans l'élevage du bétail.

[8] Les pays nouvellement industrialisés ou *Newly Industrialised Countries* (NICs), comme il est convenu de les appeler, sont ceux qui sont passés par d'importants processus d'industrialisation pendant les dernières décennies du XX^{e} siècle. Parmi eux, on souligne l'Afrique du Sud, le Brésil, la Chine et l'Inde.

[9] Le préfixe « pseudo » est utilisé pour montrer que les élites brésiliennes n'étaient et ne sont toujours pas modernes. En effet, elles ont toujours appuyé la permanence du *statu quo* né de logiques sociales rétrogrades apparues pendant la période coloniale et esclavagiste de notre histoire. On peut se demander si ce ne sont pas ces élites, plutôt que la masse appauvrie et non scolarisée, qui sont responsables des déboires du processus de modernisation. Selon Portella (2001) et Moraes (2008), la modernisation s'est produite beaucoup plus dans le domaine des infrastructures que dans les consciences, les valeurs et les pratiques.

[10] L'on cite par exemple, la disparition de l'état de Guanabara, la transformation de la ville de Rio en capitale de l'état de Rio de Janeiro nouvellement créé et le renforcement de l'imaginaire de la ville comme capitale touristique brésilienne.

[11] a) complexificação da estrutura urbana, gerando o aparecimento de "periferias" no centro e "centralidades" na periferia; [...] c) fragmentação socioespacial das cidades ou emergência da anti-cidade, já que a segregação se acentua e, conseqüentemente, a possibilidade de convivência entre as diferenças se atenua.

[12] Contrairement à Fazenda Rio Grande, le centre-ville de Cidade Oriental se différencie par sa création comme un ensemble résidentiel (type HLM en France) issu d'un projet, doté d'une infrastructure de base, même s'il n'a pas été réalisée entièrement, et financé par l'ancienne Banque Nationale d'Habitation (BNH), aujourd'hui fermée.

[13] On souligne tout de même que Novo Gama est en continuité territoriale avec Santa Maria, ville-satellite située dans le District Fédéral, mais distante du Plano Piloto qui est centre fonctionnel de l'agglomération. Comme cette ville-satellite est un espace interne de la capitale, elle présente une structure et des services urbains plus consolidés.

[14] Pour la localisation de ces villes, consulter les cartes 2 et 3 dans le chapitre 1 ou 3 et 4 dans le chapitre 2 de cette thèse.

[15] Ces données datent du recensement 2000, car les microdonnées du recensement 2010 n'ont pas été divulguées à temps pour effectuer les calculs et les inclure dans ce texte.

[16] Il existe aussi une liaison, par la zone rurale, entre le siège de la municipalité de Cidade Ocidental et le centre de Brasilia qui passe dans les environs des entreprises Alphaville, au nord de la municipalité. Dans le cas de Fazenda Rio Grande, la route en question a été élargie il y a peu et est le seul accès direct à Curitiba.

[17] Si l'on peut, grâce aux images, visualiser d'une certaine manière la structure des territoires urbains, les deux villes sont toutefois dissociées de l'ensemble métropolitain, ce qui constitue une limitation méthodologique. Par ailleurs, les images facilitent l'identification d'éléments qui échapperaient dans d'autres types de représentation graphique.

[18] Il n'y avait pas d'image satellite plus récente au moment de la rédaction de ce texte.

[19] A Cidade Ocidental é uma cidade boa pra viver, só é distante das coisas, assim, saúde, uma emer-gência mais séria. Outro dia eu passei mal, minha filha ficou pensando e ela disse: "mãe, é a pri-meira vez que deu vontade de sair da Ocidental no dia que a senhora passou mal". Eu infartei e fui infartando até no Gama. Aí ela pedindo a Deus que eu desse conta de chegar até lá [...]. Aí são essas coisas que fazem a gente pensar em sair daqui. Uma coisa mais séria você não tem o socorro [...], até que chegue no Gama ou no Plano [Piloto] demora.

[20] E aqui também não tem nada, né? Não tem um banco que presta, lazer, não tem Caixa Econômica [...]. Não tem outra opção. Satisfeito mesmo eu não estou [...]. As pistas são de má qualidade. No tempo da chuva, você vê esses bairros aí, Nápoles, Friburgo, aqui dentro da cidade mesmo, é de-mais (Gustavo). O carro do lixo passa todos os dias, deveria ser uma cidade limpa, no entanto não é [...]. A saúde é ruim também. Não tem nenhum projeto pra jovens com relação a emprego [...], não tem nenhuma fábrica pra oferecer emprego pra cá, todos têm que sair daqui.

[21] Eu estou satisfeita [...]. Tenho tudo que eu preciso aqui. Se eu quero algo de lazer, claro, eu me desloco pra algo diferente em Curitiba [...]. Mas aqui não é muito diversificado. Várias coisas que você precisa, você tem que ir pra Curitiba. [...] Eu cresci junto com a cidade, eu vi as transformações por que ela passou. Então Fazenda Rio Grande ainda tem muito a oferecer, tem um potencial [...], mas ainda falta muita coisa com relação a infraestrutura, segurança, a infraestrutura ainda é precária pra uma cidade que está crescendo assim.

[22] O que acontece. Em Curitiba, é bem mais caro. Um aluguel lá custa, no mínimo, uns mil reais por uma casa boa, não precisa ser grande, mas boa. Daí aqui na Fazenda você encontra casa bem mais em conta. Por isso o pessoal acaba vindo procurar a região metropolitana, não só a Fazenda como Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara.

[23] São de Prudentópolis, interior do Paraná. [...] Primeiramente eles foram pra Curitiba, não vieram direto pra cá. Em Curitiba moraram no Xaxim, foram pra Santa Catarina, depois voltaram pra cá, ficaram mais um tempinho ali no Xaxim, daí meu pai vez a compra de um terreno aqui [...] por questões financeiras [...]. Ainda, comparando outras regiões, aqui é um pouco mais em conta, mas antigamente era bem mais barato.

[24] Eu vim da cidade de Ponte Serrada, Santa Catarina. [...] Eu vim pra Curitiba, não pra cá. Eu morei ali na Vila Hauer [...], morei ali naquelas redondezas, morei no Sítio Cercado [...] e também morei em Araucária. [...] Eu morava em Curitiba, estive aqui uma vez, como eu namorava ela [a esposa] [...] ela é daqui, eu casei e acabei ficando por aqui. Ela é nascida em Curitiba, mas já estava morando há anos aqui. [...] Olha, o que acontece é o poder aquisitivo, né? Na época, como eu pagava [...], tinha um custo com aluguel lá pra Curitiba e a maneira que eu tinha de me livrar desse aluguel era investir num terreno [...], aí um vizinho estava vendendo a metade de um terreno e como eu tinha um carro e tinha umas economias, consegui comprar isso aqui [...] lá era bem mais caro.

[25] 20 anos. Eu morei no Guará 10 anos e em Taguatinga um ano [ambos na zona oeste de Brasilia], depois é que eu vim pra cá. [...] Eu sou de Parnaíba no Piauí, mas eu morava mesmo era em Timon antes de vir pra Brasilia [...]. Em 78, eu vim aqui fazer uma consulta médica e aconteceu o concurso, aí eu fiz o concurso e passei [...] aí eu vim. Tinha um irmão que já morava aqui [...], aí veio uma sobrinha.

[26] Aqui na Cidade Ocidental, há 20 anos. [...] Cheguei do Nordeste e fiquei no Núcleo Bandeirante [zona sul de Brasilia] sete anos. [...] Minhas filhas nasceram em Brasilia, só que pra morar, né? Aqui facilitou mais, casa própria; e por mais que fosse distante – que é, daqui pra capital é bem distante, 45 minutos –, mas aqui facilitou mais a casa própria.

[27] [...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Consequentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.

[28] Il y a au Brésil une certaine différence juridique entre lotissements et condominiums fermés. Elle n'est pas significative pour la discussion dans cette thèse, car dans la pratique, de nombreux ensembles sont légalement identifiés comme lotissements, mais fonctionnent en structure de condominium. C'est pourquoi dans ce texte les deux termes apparaissent généralement ensemble, pour montrer qu'il peut y avoir une différence. Ils font référence à la vie dans des ensembles résidentiels fermés où les équipements de sécurité, dans la plupart des cas, ainsi que les aires de loisirs ou les services collectifs sont d'usage commun.

[29] L'image affiche les informations suivantes : « Cherchez votre unité et venez y vivre. Vivre avec plus de qualité dans les condominiums horizontaux Alphaville, c'est une opportunité présente dans 21 états brésiliens. Pour avoir plus de détails sur les unités, veuillez sélectionner la région et le produit qui vous intéressent, ou encore vous pouvez naviguer sur la carte interactive ».

[30] En fait, l'Alphaville Pinheiros n'est plus sous l'administration d'Alphaville Urbanismo S.A., mais les habitants peuvent utiliser toute l'infrastructure de l'unité voisine, l'Alphaville Graciosa qui est administré par le groupe. De plus, le nom d'Alphaville figure toujours à l'entrée.

[31] Tous les terrains mis en vente dans l'Alphaville Résidentiel 1 ont déjà été vendus, l'infrastructure est déjà installée et les premières maisons sont en construction. Dans le cas du Résidentiel 2, bien que les terrains soient déjà tous vendus, du moins ceux qui ont été annoncés, la construction des infrastructures n'est pas encore terminée.

[32] À Brasilia, le projet qui vise le secteur des affaires est très ambitieux. Au contraire, dans le cas de Curitiba, la branche destinée aux entreprises n'est pas très développée.

[33] Num contexto de medo crescente do crime, em que os pobres são muitas vezes associados à criminalidade, as classes médias e altas temem contato e contaminação, mas continuam a depender de seus empregados. Anseiam por encontrar maneiras mais eficientes de controlar essas pessoas que lhes prestam serviços e com quem mantêm relações tão ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança.

[34] Le thème de la violence et de l'insécurité urbaines est très controversé et je ne le développerai pas dans cette thèse. De nombreux auteurs traitent ce sujet parmi lesquels on peut recommander : Caldeira (1997), Misse (2006), Souza (2008), Magrini (2009, 2013) et Góes (2011). Pour une étude de Brasilia sur ce thème, on suggère la lecture de Paviani, Barbosa Ferreira et Barreto (2005) ; et pour Curitiba, on peut consulter Moraes (1999).

[35] L'habitante d'Alphaville Pinheiros avait une employée domestique de longue date qui habitait chez elle et qui avait donc un traitement différent des autres travailleurs du condominium.

[36] Segurança. Aqui, até estava vendo na televisão, estava vendo que Curitiba está quase tão violenta quanto Rio de Janeiro e São Paulo. E é mais na periferia, né?

[37] Acho que é. Porque eu moro aqui já há cinquenta anos, cinquenta e poucos anos [...] e Curitiba já foi uma cidade tranquila, boa para se morar. Hoje já não é mais, hoje já não é mais. Apesar que [...] eu nunca tive nenhum problema, ser abordado, ser assaltado... mas, como eu vivo a cidade, o dia-a-dia, ela é muito violenta.

[38] Por que meu marido viaja muito e como lá [Pinhais] é um bairro e eu morava de frente pra rua, chegou uma hora em que meu marido teve de contratar um guarda noturno [...]. Nossa casa foi assaltada três vezes [...], mas eu nunca estava em casa. Quando chega, está limpo.

[39] Constituía-se, também, um elemento chave no processo de mudanças do seu entorno, principalmente no que diz respeito à valorização do solo urbano e às ressignificações das relações socioeconômicas e culturais, sendo, consequentemente, um importante influenciador das ações desperiferizantes empreendidas na Vila Zumbi dos Palmares.

[40] [...] Colombo é só atravessar a rua aqui. Essa aqui é a [estrada da] Graciosa, né? Então do lado de lá da Graciosa é Colombo; do lado de cá é Pinhais. Então, a gente está bem na divisa mesmo, né? E é muito ruim. À noite aqui é muito perigoso, tanto que à noite a gente não sai.

[41] É mais televisão, né? Mas direto assim, nunca soubemos de nada. Também não facilitamos, né? À noite, muito tarde assim... sinal quando está fechado também, a gente, quando não está vindo ninguém, fura o sinal, porque ficar parado ali certas horas é mais perigoso. [...] Minha filha sai às seis [da universidade] e chega aqui às quinze pras oito, quer dizer, num horário mesmo em que a gente evita até sair.

[42] Tem bastante. No Rio [...] está uma calmaria, uma aparente calmaria. As pessoas estão até mais tranquilas lá, enquanto que aqui aumentou. Com as histórias da pacificação lá que eles estão fazendo no Rio de Janeiro, nas favelas, então lá está até mais tranquilo que aqui, eu acho. Se bem que aqui eu nunca tive nenhum susto, nada.

[43] Penna (2001) a réalisé une analyse détaillée de ce contexte.

[44] Selon la Constitution, Brasilia ne peut pas être subdivisée en municipalités. Son administration ne peut pas non plus être subdivisée en arrondissements. Pour cette raison, le territoire de la capitale a été divisé en 30 Régions Administratives, dont une partie provient de subdivisions, administrées chacune par un administrateur régional. Ce poste est un poste de confiance, c'est-à-dire que son occupant est nommé par le gouverneur élu du District Fédéral.

[45] Une petite exception : un parcours pour piétons a été récemment construit qui permet aux habitants de faire leur marche le matin ou en fin d'après-midi.

[46] La dernière image satellite disponible n'enregistre qu'Alphaville Résidentiel 1 à la fin de l'implantation de l'infrastructure, donc avant le début de la construction des premières maisons.

[47] La personne interrogée se réfère à l'entreprise Construtora Norberto Odebrecht (CNO) qui est la plus grande compagnie d'ingénierie et de construction en Amérique Latine, intégrée au holding Organizações Odebrecht, un conglomérat qui intervient mondialement dans les secteurs de la chimie et de la pétrochimie outre celui de la construction.

[48] Ah, porque foi lá que eu consegui comprar [risos]. Foi financiamento pela Caixa [Econômica Federal]. Eu dei uma entrada e fui pagando as parcelas [...], é do pessoal do GDF [...], o condomínio foi organizado pelo GDF, né? O Roriz na época deu o terreno e o governo contratou uma firma, que é a Odebrecht , uma empresa, pra construir as casas e a Caixa Econômica financiou. Agora não sei como foi, o que o governo repassou pra empresa... lógico que ele deve ter repassado alguma coisa [risos].

[49] Então, eu fiquei muito interessada em conversar com você, porque esse é um assunto que me interessa muito também, né? Bom, eu vim morar em condomínio por dois motivos: porque eu pre-cisava estar no chão [...], ter um quintal [...], isso pra mim era vital, estar em contato com a terra; e a outra era conciliar isso com a segurança, porque moramos eu e minhas duas filhas e Brasília não tem opção. Então, na verdade, não é uma escolha. Se eu pudesse escolher, eu moraria numa daquelas ruas cheias de casa, sabe? Uma cidadezinha do interior de Minas [Gerais]... ruas com calçadas!

[50] Bom... sem dúvida, né? É por aí. A gente tem medo de ser assaltado, de entrar bandido aqui, somos três mulheres. [...] Por exemplo, ra mim, o critério pra morar em cidade é a gente andar com a janela do carro aberta. No dia em que eu tiver que andar só com a janela fechada, eu saio da cidade e vou embora, porque pra mim não faz sentido, eu não consigo conviver com isso. Morar numa casa [...] é eu poder abrir a janela do meu quarto de manhã e não ter grade, não ter nada [...]. Se eu não puder viver assim, não faze sentido. E em Brasília hoje isso não é possível.

[51] Nesse condomínio [do Jardim Botânico], a gente achou uma casa com uma área de três mil metros quadrados (Cristiano). Era considerado um condomínio rural, porque os lotes são um pouquinho maiores (Manuela). Só pra ter acesso à área verdade, espaço, quintal, uma casa com varanda pra esticar a rede e ficar olhando a vista (Cristiano). Eu gosto dessa tranquilidade [...], a questão da segurança também era um ponto favorável. A gente viajava um mês e o condomínio tinha aquelas rondas de moto, a gente ficava mais tranquilo (Manuela) [...]. A gente costa do sossego, de uma casa, viver no meio da natureza, que é o que a gente consegue aqui, morando nessa chácara e é o que a gente conseguia morando no condomínio.

[52] Por causa do Pedro, nosso filho [...]. Além de a casa lá ser de um quarto só, essa aqui tem dois, dá pra ter o quarto dele, a distância, porque o condomínio de lá é mais distante do Plano Piloto, onde a gente trabalha [...]. Daí nós temos amigos perto, aqui tem uma cachoeirinha do lado [...], pro nosso estilo de vida esse aqui atende mais (Cristiano). [...] Essa questão de segurança não é o fator de maior peso na nossa escolha, tanto é que aqui não tem uma portaria e a gente escolheu vir pra cá, por essa questão.

[53] Ma maison, Ma vie : programme de financement de logements pour familles dont le revenu brut ne dépasse pas 5000 réaux. Ce programme a débuté en 2009, sous le gouvernement de Luiz Inácio Lula da Silva et continue sous le gouvernement actuel de Dilma Rousseff.

[54] Pendant plusieurs décennies, il était d'usage, à Brasilia, d'identifier les zones résidentielles par l'institution publique où les habitants travaillaient. On parlait alors de « l'ilot de la Banque du Brésil » et des « appartements de l'Armée », entre autres.

[55] Il n'est pas étonnant, donc, que le poste de vice-gouverneur de la gestion 2007-2010 ait été occupé par Paulo Octávio, propriétaire de l'un des plus importants conglomérats des secteurs immobiliers-fonciers et hôtelier, de centres commerciaux, d'assurances, de consortiums, de radio et télévision de Brasilia. Il a occupé le poste de gouverneur intérim pendant quelques semaines, lors de la mise à l'écart du gouverneur José Roberto Arruda pour des scandales de corruption. Le vice-gouverneur, alléguant la non-gouvernabilité, a démissionné de son poste le 23 février 2010, 12 jours après l'avoir accepté.

[56] Organisme du Ministère des Finances pour la formation des fonctionnaires occupant des fonctions de gestion des finances publiques.

[57] Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da pro-

priedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

[58] Dans le sens d'un manque d'articulation avec la réalité sociospatiale.

[59] Ou de soutenabilité, comme on dit au Brésil. À ce sujet, je recommande particulièrement la lecture de Porto-Gonçalves (2004) et Prost (2009).

[60] Les droits civils et politiques pourraient, eux aussi, être entendus comme des droits sociaux si l'on conçoit le terme social au sens large. Pour que ce soit plus clair, la séparation sera néanmoins maintenue en réservant à ce stade un sens plus restreint au social.

[61] [...] no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial, isto é, a ideia de cidadania possui em sua base um componente espacial.

[62] [...] that cities in themselves have a causal impact on social life, that the historical development of human societies does not just take place in cities but is also, in significant ways, generated from cities, and more specifically from the stimulus of urban agglomeration.

[63] Le droit à la propriété, au-delà du Statut de la Ville et des actions des gouvernements locaux, n'est pas seulement un droit constitutionnel au Brésil ou dans d'autres pays, c'est un droit universel humain comme le stipule l'article 17 de la Déclaration universelle des droits de l'homme (Nations Unies, 2013). Si d'un côté, il garantit qu'il n'y aura pas d'expropriation, il justifie par contre l'accumulation. La critique marxiste de la citoyenneté et des droits humains réside dans l'amputation qu'a représenté l'inclusion de ce droit dans la Déclaration puisqu'il n'y aurait plus de citoyenneté possible limitée par la propriété privée (cf. Gomes, 2006).

[64] Fazenda Rio Grande... ela tem muito a oferecer ainda, tem um potencial muito grande pra crescer assim, mas ainda falta muita coisa com relação a infraestrutura, segurança, né? Poderia estar bem mais seguro. A infraestrutura ainda é precária para uma cidade que está crescendo tanto.

[65] Com todas as dificuldades que nós temos, acho assim que é uma cidade que tem grande potencial, o pessoal é batalhador [...]. O ponto nosso negativo [...] é a questão da política, uma política muito bairrista, que fica na mão de um e de outro, eles ficam brigando pelo poder para continuar não fazendo nada pela cidade e ninguém reclama porque o pessoal está mais preocupado com Curitiba que com Fazenda Rio Grande [...]. Saúde é ruim, questão da segurança é precária, complicada mesmo, falta um contingente de policiamento maior aqui.

[66] Eu vou morar em Curitiba, porque comprei um apartamento lá, mas eu não gostaria de sair daqui. [...] Se não fosse Curitiba, eu não iria pra outra cidade: São José, Araucária... e vou continuar trabalhando aqui. [...] Não é uma cidade mais como era antes. Hoje se você precisa comprar alguma coisa aqui você encontra [...]. É um local bom de morar. Só está precisando de mais estruturação, de emprego, para o pessoal não precisa sair tanto daqui pra trabalhar em Curitiba.

[67] Aqui é longe de tudo, mas eu acho aqui tranquilo [...]. Aqui não tem lazer, eu acho que falta mais hospital, porque se você quebrar um braço acho que nem máquina de raio X tem [...]. Aqui é uma cidade que depende de Brasília [...], todo mundo passa o dia em Brasília, são raras as pessoas que [...] passam o dia aqui. Até escolas mesmo, eu vejo muita gente que estuda lá [...]. Tem que melhorar, mas não é assim tão ruim. Eu acho que tem lugares muito piores.

[68] Eu gosto daqui porque eu não acho tão violento assim não. O que está faltando mais aqui é lazer pras crianças; um cinema, se quiser, aqui não tem; mais clubes, mais parques [...]. Se eu tivesse que mudar, eu iria morar num condomínio fechado [...]. Eu acho que condomínio ou apartamento é mais seguro, né?

[69] Pirie (1983) aborde la justice spatiale d'un point de vue urbain. Même si l'on peut admettre que la justice spatiale peut s'appliquer à d'autres échelles d'analyse que l'échelle urbaine, j'adopte cette perspective de Pirie (1983) comme d'autres auteurs (cf. Soja, 2009, 2010 et Brawley, 2009), puis je travaille sur la réalité urbaine et reconnais la prédominance de l'urbanisation dans les organisations sociospatiales contemporaines.

[70] Je précise qu'il n'y a pas de parité de pouvoir d'achat entre le réal et l'euro et qu'un salaire minimum au Brésil (R$ 678,00 [≈ 251,54 €] le 1er jan. 2013) ne correspond pas au Salaire minimum interprofessionnel de croissance (SMIC) français (1.120,43 € [≈ R$ 3.018,89] à la même date), car il ne garantit pas les nécessités minimales des individus. Selon le Département Intersyndical de Statistiques et d'Études Socioéconomiques (Dieese), le salaire minimum au Brésil devrait être de R$ 2.561,47 (≈ 950,31 €) compte tenu du pouvoir d'achat de la monnaie et de l'inflation.

[71] La distribution des revenus pourrait varier légèrement si les données utilisées étaient celles du revenu moyen par logement plutôt que celles du revenu moyen du chef de ménage. Mais le responsable étant majoritairement celui qui a le plus haut revenu parmi les travailleurs du logement, les informations présentées sur les cartes 12 et 13 ne sont pas faussées.

[72] It is easy to see that the justness of a person's living at x may be decided in relation to whether or not that person had free choice, in relation to the person's income, or in relation to the person's dependence on, say, public transport.

CONCLUSIONS

… il ne suffit pas d'essayer de combattre les inégalités sur le plan social si la dimension spatiale reste injuste.

Comme cela a été affirmé à plusieurs reprises, les fondements théoriques de cette thèse ont conduit à l'établissement de corrélations dialectiques entre les structures sociale et spatiale à partir de la réalité brésilienne, en particulier pour les métropoles de Brasilia et Curitiba. Ce parcours trouve son origine dans une série de questionnements et de réponses, encore provisoires, qui non seulement ne viennent pas à clore le débat, mais ouvrent aussi de nouvelles perspectives de réflexions et de recherches.

Le premier questionnement répond à la provocation de Soja (2003) de « mettre les villes d'abord ». Il s'agit de trouver une connexion qui expliquerait les contradictions sociales et les changements contemporains dans la spatialité urbaine et dans la configuration spatiale des métropoles qui sont les espaces les plus complexes que la vie sociale ait été capable de produire. Le risque, reconnu par l'auteur en adoptant cette perspective, est d'être accusé de fétichiser l'espace, de lui accorder plus de contenu et d'importance pour la compréhension des processus sociaux qu'il n'en a en réalité. Mais c'est aussi et surtout oser « voir toutes les complexités de l'existence humaine particulièrement celles des villes sous l'optique de l'espace » (p. 272), en admettant « le pouvoir critique de l'imagination spatiale ou géographique » (p. 271).

Certes, ces affirmations peuvent paraître exagérées pour une grande partie des lecteurs brésiliens et surtout français, car historiquement, l'espace n'a jamais été analysé aussi exhaustivement. Il a été vu plutôt comme un support passif de l'existence que comme un moyen de réalisation des processus sociaux, comme l'explique Soja (1993). De plus, la thèse de Lefebvre (1973) n'a été diffusée que des décennies après sa publication[1], ce qui ne signifie pas qu'elle ait été largement acceptée. D'après lui, le capitalisme n'a pu persister et se développer qu'à travers la production de l'espace, c'est-à-dire en reconfigurant les spatialités urbano-industrielles des XVIII^{e} et XIX^{e} siècles par l'amplification du développement inégal et combiné et par le renforcement d'une polarisation mondiale dans le jeu des relations centre-périphérie (Soja, 1993).

La perspective adoptée dans cette thèse s'insère donc dans une période de grande effervescence théorique et pratique reconnue comme le tournant spatial (Soja, 2003) ou géographique (Smith, 1992b ; Lévy, 1999), qui a pour point de référence la réalité exprimée dans les espaces, territoires, lieux et paysages mutants, une sorte de schizophrénie – comme cela a été nommée antérieurement – d'« espaces-temps différentiels » (Lefebvre, 1973). C'est sur cette base que surgit

le questionnement à propos des transformations de la ville, de l'urbain et de l'urbanisation – la dispersion étant son épiphénomène[2] – et qui a fait l'objet du premier chapitre.

Les configurations spatiales urbaines ont constitué le premier niveau de l'analyse du premier chapitre dont l'objectif était d'aborder les processus en cours qui s'expriment par une reconfiguration de la ville en quelque chose de neuf, encore incomplètement formé et peu étudié. La recherche était centrée principalement sur la dispersion urbaine et la métropolisation qui font toutes deux partie du processus d'urbanisation diffuse à Brasilia et Curitiba, les métropoles choisies pour l'analyse dans cette thèse.

Un premier ensemble de conclusions peut être présenté comme suit :

- Les transformations technologiques survenues dans les années 1960 et 1970 et concentrées sur le développement des moyens d'information, de communication et de transport ont permis la mondialisation des relations sociospatiales exprimées dans les caractéristiques urbaines. Ceci a renforcé les processus d'urbanisation et par conséquent de métropolisation et a transformé les caractéristiques traditionnelles des villes et métropoles : rupture dans les densités et/ou dans la continuité de l'environnement construit, dispersion du tissu urbain en territoires discontinus, passage de l'échelle de la vie urbaine à celle de l'espace régional, redéfinition des hiérarchies entre les villes et nouveaux rapports des villes à la campagne à travers les réseaux urbains.

- Ces transformations n'ont pas manqué d'inquiéter les chercheurs, surtout parce que l'expression locale de ces transformations, même si elles ont des caractéristiques communes, ne coïncide pas tellement avec les autres. Les chercheurs s'appliquent alors à expliquer l'évolution de l'urbanisation et de la ville, en recourant à des comparaisons et des conceptualisations les plus variées.

- Brasilia et Curitiba sont apparues comme des métropoles à cette période et ont développé des configurations sociospatiales assez différentes entre elles, tant à l'échelle de leurs agglomérations qu'à celle de leurs réseaux urbains et du système urbain national.

- Les fonctions de Brasilia sont fondées sur la gestion du territoire national à partir de sa prépondérance politique comme capitale. À l'échelle locale,

cela signifie un plus grand développement des secteurs tertiaire et quaternaire en rapport avec l'administration de l'État. Du point de vue de la configuration spatiale, cette métropole est née d'un projet moderniste audacieux, construit sous la tutelle autoritaire de l'État[3] pendant une période de développement des technologies de l'information, de la communication et des transports. Cette combinaison a créé une morphologie urbaine particulière, marquée par la dispersion, ce qui inclut des discontinuités territoriales et des densités variables du centre vers la périphérie.

- La deuxième métropole, Curitiba, assume des rôles aux caractéristiques plutôt capitalistes tournées vers le développement des parcs industriels, accompagnés d'une intensification des fonctions de services aux entreprises. Sa configuration spatiale est très marquée par les stratégies de *city marketing* qui découlent, dans une certaine mesure, des projets d'aménagement urbain visant la modernisation de la ville et basés sur des potentiels technologiques émergents.
- À Curitiba et plus encore à Brasilia, ainsi que dans d'autres métropoles, il y a des tendances à la dissolution de l'unité morphologique et à la transposition de la vie urbaine à une échelle régionale qui remet en question la validité même du concept de ville pour qualifier cette nouvelle réalité urbaine.

Tous ces éléments combinés mènent à comprendre que la dispersion urbaine, telle qu'elle a été définie, est en réalité l'expression spatiale et le renforcement d'un autre processus d'importance scalaire équivalente, bien que plus caractéristique des métropoles : la fragmentation sociospatiale.

L'objectif du deuxième chapitre était surtout de chercher les fondements du processus de fragmentation à partir du développement des processus sociaux et de leurs expressions dans l'espace, en particulier dans le cas brésilien. En effet, selon Vidal (1994), c'est au Brésil que les termes de fragmentation et de ses dérivés sont les plus utilisés par la communauté scientifique dans sa tentative d'explication théorique des caractéristiques et contradictions de l'urbanisation brésilienne.

La discussion a consisté à trouver des connexions entre fragmentation, différences et inégalités ainsi qu'à répondre aux questions suivantes : dispersion et fragmentation sont-ils des processus liés de façon quelconque et sont-ils interdépendants ? Est-il possible de penser à l'avenir la ville comme un modèle de con-

vivialité sociale ? Sur quoi se base cette tendance à la production de la ville en fragments urbains ?

La différence entre les deux métropoles a été utilisée comme moyen d'explication des processus de production des inégalités et de fragmentation sociospatiale. Elle a également permis une comparaison entre Brasilia et Curitiba, métropoles qui semblent plus se différencier que se rapprocher. Une approximation du concept lefebvrien de « différence » (Lefebvre, 1973) a été tentée pour souligner et revaloriser la différence comme caractéristique inhérente à la constitution socioculturelle et spatiale humaine.

Différence et inégalité sont alors présentées dans un jeu de conflits d'où surgissent la discrimination, la marginalisation, la ségrégation et la fragmentation sociospatiale, la plus complexe. Ceci conduit à un deuxième groupe de conclusions :

- La prépondérance de l'inégalité sur la différence dans les études urbaines à laquelle se réfère Sposito (2011) est due au poids de la première dans la formation sociospatiale brésilienne dont les racines plongent dans l'héritage colonial et esclavagiste du pays. Il y a cependant une déformation dans l'entendement de la différence comme quelque chose de mauvais alors qu'elle est en réalité une qualité. Cette déformation s'explique par le fait que la différence présente un contenu qui questionne la standardisation et l'homogénéisation de la société de consommation et favorise une plus grande intégration entre les groupes socioéconomiques.
- La dispersion urbaine au Brésil se manifeste notamment dans la rupture de la continuité territoriale urbaine (Sposito, 2004), exprime et conditionne le processus de fragmentation sociospatiale. Ce processus articule, dialectiquement, la segmentation sociale et la fragmentation des tissus urbains et des pratiques spatiales, dans un contexte d'inégalités sociospatiales croissantes, de persistance de l'indifférence et de l'intolérance vis-à-vis de l'autre et de déclin de la solidarité urbaine et de la citoyenneté. Cet état de choses a pour conséquence une perte d'organicité de la ville (Prévôt-Schapira, 1999).
- Le Brésil est un pays marqué par de grandes inégalités régionales. Elles sont surtout liées à une mauvaise distribution des richesses produites entre les unités de la fédération et à l'usage des différences sociospatiales comme moyen de limiter des droits. En effet, la recherche d'égalité n'a jamais été considérée sous l'angle de la justice, ni dans le domaine des poli-

tiques dites de redistribution des revenus des gouvernements de Lula da Silva et de Dilma Rousseff.

- La confusion créée entre différences sociospatiales et inégalités régionales est le produit du conflit renouvelé entre modernisation et modernité des périodes développementalistes du gouvernement militaire et néodéveloppementalistes du gouvernement du Partie des Travailleurs (PT).

- L'urbanisation brésilienne est historiquement marquée par le poids des inégalités sociospatiales. Les métropoles, en vertu de leur taille et de leur complexité, sont les espaces qui expriment le plus clairement les processus inégalitaires en particulier la polarisation centre-périphérie. Brasilia et Curitiba, aussi différentes et singulières soient-elles, tant entre elles-mêmes que par rapport aux autres métropoles, n'ont pas échappé à l'héritage de la formation sociospatiale brésilienne et aux traits caractéristiques de l'urbanisation inégale.

- L'on aspirait à ce que Brasilia soit réellement différente à l'échelle mondiale avec son projet moderniste. Sa construction et les actions adoptées pour sa sauvegarde, combinées à l'objectif idéologique de construire une ville sans périphérie (Penna, 2001) ont abouti à une morphologie urbaine discontinue caractérisée par un centre avec des fonctions urbaines et des infrastructures très sophistiquées en opposition à une périphérie distante et précaire. Le processus de métropolisation a fini par étendre cette logique à l'ensemble de l'agglomération, transformant les villes limitrophes de Goiás en poches de pauvreté.

- Curitiba suit une logique similaire dans la mesure où les inégalités entre le noyau et la périphérie métropolitains sont également élevées. Elles sont cependant moindres si on les compare à celles de l'agglomération de Brasilia. Pour la différencier des autres métropoles brésiliennes, le pouvoir public a soumis la ville à un projet de requalification urbaine tout aussi audacieux. Ce projet liait le transport public à la logique fonctionnelle des quartiers, provoquant un dédoublement du centre principal et limitant, du moins pour quelque temps, l'apparition des centralités périphériques. Ceci a fini par renforcer la morphologie urbaine traditionnelle dans laquelle la croissance urbaine et la distribution des densités se font dans le sens centre-quartiers. Cette logique n'est rompue que partiellement avec l'annexion des

municipalités périphériques à la dynamique de l'agglomération.

- Dans les deux métropoles, les périphéries sont devenues hétérogènes et complexes surtout en fonction de l'apparition, d'une part, de lotissements et condominiums fermés et, d'autre part, de zones d'entreprises et commerces proches de quartiers précarisés dans des municipalités marquées par une grande dépendance vis-à-vis de la métropole. Ces nouveaux projets pourtant ne se sont pas accompagnés d'une perspective d'intégration, de justice et de solidarité, car elles suivent les mêmes logiques fragmentaires du modèle capitaliste.

- Dans les deux métropoles, mais à Brasilia en particulier, on observe une diffusion croissante du mode de vie en enclaves fermées, ce qui mène à questionner si dans l'avenir la ville organique pourra subsister.

Ces affirmations, si elles éclairent quelques aspects, conduisent à d'autres questionnements. En effet, au-delà des spécificités de Brasilia et Curitiba et, d'un point de vue plus large, brésilienne et latino-américaine, nées du passé colonial-esclavagiste commun, il y a aussi des questions sociétaires plus universelles derrière le processus de fragmentation sociospatiale qui doivent être identifiées, même si leur force ne permet pas d'entrevoir beaucoup de possibilités de changements.

Dans le troisième chapitre, l'analyse a été divisée entre deux échelles, l'une large, tournée vers des processus généraux, et l'autre locale, centrée sur quelques particularités des agglomérations de Curitiba et Brasilia. À partir de ces échelles, on en arrive à un dernier groupe de conclusions :

- La fragmentation sociospatiale est ancrée dans des processus sociétaux d'individualisation plus amples (Bauman, 2008) et c'est dans les métropoles qu'elle se réalise le plus (Bourdin, 2005), même si au Brésil les héritages colonial et esclavagiste qui sous-tendent des inégalités chroniques sont des éléments qui la potentialisent.

- À l'échelle métropolitaine, les formes par lesquelles la fragmentation se manifeste sont variées. La dispersion discontinue du tissu est l'une des formes les plus évidentes, non seulement parce que la fragmentation devient spatialement visible, mais aussi parce que l'espace conditionne les processus sociaux. La dispersion pose donc des limites à la réalisation du droit à la ville et à la justice spatiale.

- Les périphéries métropolitaines de Brasilia et de Curitiba se configurent comme des espaces de fragmentation de la vie quotidienne. Ils ont été produits presque uniquement pour répondre à la fonction d'habitation pour les travailleurs appauvris et se caractérisent par des manques structurels de nature diverse et par une dépendance importante aux équipements et services des centres métropolitains, comme on peut l'observer à Cidade Ocidental dans la périphérie de Brasilia située dans l'État de Goiás et à Fazenda Rio Grande dans la périphérie de Curitiba.

- L'implantation d'enclaves fermées montre encore mieux la fragmentation des tissus, tant par la rupture imposée par les murs et par le raffinement des réalisations que par la segmentation sociale croissante. Si, d'un côté, les dix dernières années ont été marquées par une augmentation du pouvoir d'achat de l'ensemble des brésiliens (IPEA, 2012), ceci n'a pourtant pas diminué les inégalités sociospatiales, comme en témoigne la tendance à la production des ensembles fermés.

- L'on se trouve donc devant un cadre de la réalité métropolitaine qui n'est pas exclusif à Curitiba ou à Brasilia et qui est marqué par des défis majeurs qui permettent de continuer à parler du droit à la ville et à la vie urbaine dans les termes proposés par Lefebvre (2006) et dans une perspective de justice sociale, comme le suggère Soja (2009, 2010).

- Il faut récupérer pratiquement la dimension spatiale de la citoyenneté (Gomes, 2006) comme moyen de transformation sociale, puisque l'espace porte les possibilités de médiation du changement.

- L'analyse de la configuration sociospatiale des agglomérations de Curitiba et de Brasilia a permis d'identifier une inégalité incrustée dans la dimension spatiale qui révèle un traitement historique injuste des citadins, car les privilèges des uns signifient la suppression des droits des autres.

- Le respect illimité d'une liberté limitée par le pouvoir d'achat ne peut pas conduire à la production de l'espace urbain, puisque ceci est intrinsèquement collectif et potentialise les rapports d'altérité. Cela conduit à la nécessité d'une justice spatiale focalisée sur le droit et le respect de la différence qui permet de repolitiser la discussion sur les inégalités, structurellement chroniques au Brésil et de ranimer des pratiques de solidarité, comme le défend Brawley (2009).

À ce stade, quelques questions restent encore en suspens tandis que d'autres s'ébauchent et mettent en avant la nécessité de nouveaux dépassements théoriques. Je signale en tout cas que la discussion présentée dans cette thèse est le fruit (i) de ce que les réalités de Curitiba et Brasilia ont permis d'entrevoir et (ii) de ce que les théories élaborées à partir d'autres recherches et observations ont permis d'avancer. Il s'agit donc de quelques explorations possibles.

Parmi les questions qui n'ont pas eu de réponses, quelques-unes peuvent être mentionnées :

- Les tendances actuelles de prolifération d'enclaves fermées sont-elles en fait irréversibles ?
- Comment penser à des politiques de compensations capables de récupérer la ville comme lieu du droit à la manifestation de la différence ? Comment assurer ce droit sans que la différence ne devienne cause d'inégalité ?
- Comment transformer la recherche du droit à la ville et à la justice spatiale en un moyen pratique de transformation sociospatiale ?
- S'il existe une logique capitaliste qui guide la production de l'espace fragmenté et s'il est impossible de combattre cette logique sans surpasser le système, quels sont effectivement les « espaces ouverts où l'on peut faire quelque chose » (Žižek, 2013) ?
- Comment penser à des pratiques révolutionnaires capables de remettre en question le renforcement de la « société bureaucratique de consommation dirigée » (Lefebvre, 1991, 1999) ?

En fin de la thèse, des tentatives de répondre à ces questions restées sans réponse n'ont pas réussi complètement. Elles guideront des recherches futures. Je pense cependant que, pour commencer à y répondre, il est nécessaire de comprendre que le problème des inégalités au Brésil est d'ordre politique et non économique et qu'il ne peut donc pas être résolu uniquement par la sphère économique. Je comprends donc qu'il est nécessaire de replacer le problème des inégalités existantes dans les termes suivants :

- Au-delà du jugement postérieur de ce qui a déjà été fait, il est nécessaire d'engager une réflexion sur l'action fondée sur la recherche de justice. Il ne suffit pas d'essayer de combattre les inégalités sur le plan social si la dimension spatiale reste injuste. Dans ce cas, l'inertie spatiale joue un

rôle d'une extrême importance qu'il faut révéler théoriquement et politiquement.

Notes

[1] Même au Brésil où les travaux de Lefebvre sont mieux acceptés, on trouve peu de références à ces idées. Cela s'explique peut-être parce que le livre dans lequel ces idées apparaissent n'a jamais été traduit en portugais en dehors de l'introduction de l'ouvrage traduite en portugais européen en 1973.

[2] Dans le sens de produit accessoire d'un processus.

[3] Il s'agit ici de la manière autoritaire avec laquelle l'État a exécuté ce projet de nouvelle capitale et non pas de dictature militaire.

RÉFÉRENCES

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. *A questão habitacional em Curitiba:* o enigma da "cidade-modelo". 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALPHAVILLE Urbanismo S.A. Página *web* institucional da empresa. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

ALVES, Glória da Anunciação. São Paulo: cidade global. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 137-149.

ASCHER, François. *Métapolis* ou l'avenir des villes. Paris : Éditions Odile Jacob, 1995. 347 p.

_____. *L'âge des métapoles*. Paris : Éditions de l'aube, 2009. 389 p.

_____. *Les nouveaux principes de l'urbanisme* [2001] suivi de Lexique de la ville plurielle [2008]. Paris : Éditions de l'aube, 2010. 276 p.

BAITZ, Ricardo. *O Estatuto da Cidade após dez anos de sua publicação:* algumas notas críticas a partir dos seus resultados no urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 16-19 nov. 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. 12 p.

BARATTUCCI, Chiara. *Urbanisations dispersées :* interprétations/actions France et Italie 1950-2000. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006 [2004]. 317 p.

BASSAND, Michel. Les six paramètres de la métropolisation. *Les cahiers de la métropolisation*, Marseille, n. 1 (Enjeux et définitions de la métropolisation), p. 33-39, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1997]. 272 p.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 [2000]. 258 p.

_____. *A sociedade individualizada:* vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [2001]. 323 p.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Géographie urbaine*. Paris : Armand Colin, 1980. 360 p.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993 [1980]. 729 p.

BENJAMIN, César. Caminhos da transformação (uma abordagem teórica). In: ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, 1., Serpa e Moura, 23-25 set. 2004. *Anais...* Portugal: resistir.info/Revista Vértice, 2004. Disponível em: <http://resistir.info/serpa/comunicacoes/comunicacoes.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

BERRY, Brian (Ed.). *Urbanisation and counter-urbanisation*. Sage: Beverley Hills, 1976. 334 p.

BERTRAND, Claude ; BERTRAND, George (Éd.). *Une géographie traversière :* l'environnement à travers territoires et temporalités. Paris : Éditions Arguments, 2002. 311 p.

BOURDIN, Alain. *La métropole des individus*. Paris : Éditions de l'aube, 2005. 251 p.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 18, p. 15-38, jul./dez., 2007.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973*. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: s/n, 1973a.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: s/n, 1979.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

_____. *Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: s/n, 1998a.

_____. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: s/n, 2001.

BRASÍLIA. Governo do Distrito Federal. *Lei nº 3.994, de 26 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal para o quadriênio 2007/2010. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2007. Disponível em: <http://www.seplan.df.gov.br/ppa/00000624.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRAWLEY, Lisa. La pratique de la justice spatiale en crise. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, Paris, n. 1, p. 9-34, sep. 2009. Disponible sur : <http://www.jssj.org>. Accédé le : 24 oct. 2011.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. A urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. IUSSP General Conference, 24., 18-24 August 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: International Union for the Scientific Study of Population, 2001. V.1. P. 168-184.

BURDETT, Ricky; RODE, Philipp. The Urban Age Project. In: BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. P. 8-31.

BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. 510 p.

_____. *Living in the endless city:* the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2011. 432 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. P. 191-197.

_____. *Espaço-tempo na metrópole:* a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 372 p.

_____. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan./dez., 2007.

CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 21-28.

CATALÃO, Igor. Reflexões acerca do centro e da centralidade urbanos em Brasília. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 56-66, jul./dez., 2008.

_____. *Brasília, metropolização e espaço vivido:* práticas espaciais e vida quotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2010. 156 p.

CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. 2. éd. Paris : Syros/La Découverte, 1998. 330 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 29 out. a 02 nov. 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007. 16 p.

COSTA, Fernando Braga da. *Garis* – um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Moisés e Nilce:* retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevista. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. *Lei Complementar n. 64 de 18 de dezembro de 2007*. Institui no âmbito da Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A. o Programa Curitiba Tecnoparque e dá outras providências. Curitiba: s/n, 2007. Dispo-

nível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000402.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. *Territórios de autossegregação e de segregação imposta:* fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 17-34.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Edição *on-line* com 13.295 verbetes. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2011.

DOMINGUES, Álvaro. Formes i escales d'urbanització difusa. Interpretació en el NO de Portugal. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona, n. 33, p. 33-55, juliol/desembre, 1998.

_____ (Coord.). *Cidade e democracia:* 30 anos de transformação urbana em Portugal/*Ciudad y democracia:* 30 años de transformación urbana en Portugal. Lisboa: Argumemtum, 2006. 399 p.

DUREAU, Françoise; DUPONT, Véronique; LELIÈVRE, Éva; LÉVY, Jean-Pierre; LULLE, Thierry (Éd.). *Métropoles en mouvement :* une comparaison internationale. Paris : IRD/Anthropos, 2000. 656 p.

FARAH, Jihad. *Différenciations sociospatiales et gouvernance municipale dans les banlieues de Beyrouth* – à travers l'exemple du Sahel AlMatn AlJanoubi et des municipalités de Chiyah, Ghobeiri et Furn AlChebbak. 2011. 561 f. Thèse (Doctorat en Art de Bâtir et Urbanisme) – Faculté de Sciences Appliquées, Université de Liège, Liège.

FERRIER, Jean-Paul. Pour une théorie géographique de la métropolisation. *Les cahiers de la métropolisation*, Marseille, n. 1 (Enjeux et définitions de la métropolisation), p. 41-51, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. *Nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 93-107, jul./dez., 2004.

_____. Internacionalização e produção de novos espaços urbanos em Curitiba (Brasil). In: THE FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHERS (FICYUrb), 1., 2007, Lisboa. *Anais...* Lisboa: ISCTE-CIES, 2007. 21 p. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=205&cf=3>. Acesso em: 19 jun. 2011.

_____. As transformações produtivo-organizacionais na Renault, sua implantação no Brasil e a emergência dos PIF's – Parque Industrial de Fornecedores. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 87-119, jul./dez., 2008.

FISHMAN, Robert. Space, time and sprawl. *Architectural Design*, London, v. 64, n. 108, p. 45-47, march/april, 1994.

FONT, Antonio. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Dispersão urbana:* diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 61-73.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global Editora, 2004 [1933]. 719 p.

GAMA, António. Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciencias Sociais*, Girona, n. 34, p. 161-172, febrer, 1992.

GARCÍA Palomares, Juan Carlos; GUTIÉRREZ Puebla, Javier. La ciudad dispersa: cambios recientes en los espacios residenciales de la Comunidad de Madrid. *Anales de Geografía*, Madrid, v. 27, n. 1, p. 45-67, enero/junio, 2007.

GARREAU, Joel. *Edge City:* life on the new frontier. New York: Doubleday, 1991. 546 p.

GARSON, Sol. *Regiões metropolitanas:* por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. 247 p.

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994 [1915]. 274 p.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983. 236 p.

GESTÃO DO USO DO SOLO e Disfunções do Crescimento Urbano. *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana:* Brasília e Rio de Janeiro. IPEA/USP/UnB/UFRJ. Brasília: IPEA, 2001. V. 3. 254 p.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Org.). *Modernização Reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1996 [1994]. 340 p.

GÓES, Eda Maria. Pela abertura de janelas nas novas e velhas muralhas. *Ousar Integrar* – Revista de Reinserção Social e Prova, Lisboa, n. 9, p. 61-70, jan./jun., 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana:* ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 304 p.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997 [1985]. 310 p.

GOTTMANN, Jean. *Megalopolis:* the urbanized north-eastern seaboard of the United States. Boston: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1961.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília:* a capital da segregação e do controle social. São Paulo: Annablume, 1995. 160 p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA,

Roberto Lobato (Org.). *Geografia:* conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 165-205.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003 [1989]. 349 p.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004 [2000]. 382 p.

HIDALGO, Rodrigo. Postsuburbia ou posturbia ? Les mégaprojets résidentiels dans la périphérie de Santiago du Chili. *Revue Géographique de l'Est (en ligne)*, Nancy, v. 45/3-4, p. 1-16, 2005. Disponible sur : <http://rge.revues.org/340>. Consulté le : 02 oct. 2011.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. P. 85-101.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 228 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 200 p.

_____. *Censo Demográfico 2010*: características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 269 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), IBGE Cidades@ e IBGE Estados@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. *Mapa de Pobreza e Desigualdade* – Municípios Brasileiros 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 9 fev. 2013.

IMF – International Monetary Fund. *World economic outlook:* a survey by the staff of the International Monetary Fund. Washington, DC: IMF, 2011. 219 p. Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/pdf/text.pdf>. Visited on: 31st Jan. 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA*, Brasília, n. 155, 25 set. 2012. 43 p.

INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Che cos'è e come si governa. *Position Paper*, Venezia, p. 124-131, 1997.

_____. Algunes consideracions sobre la « ciutat difusa ». *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona, n. 33, p. 21-32, juliol/desembre, 1998.

JAILLET, Marie-Christine. Peut-on parler de sécession urbaine à propos des villes européennes ? *Esprit*, Paris, numéro thématique : « Quand la ville se défait », p. 145-167, novembre, 1999.

JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE*, Santiago, v. 28, n. 85, 13 p., dic. 2002.

KLOOSTERMAN, Robert C.; MUSTERD, Sako. The Polycentric Urban Region: Towards a Research Agenda. *Urban Studies*, v. 38, n. 4, p. 623–633, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Le manifeste différentialiste*. Paris : Gallimard, 1970. 187 p.

_____. *La survie du capitalisme :* la re-production des rapports de production. Paris : Anthropos, 1973. 274 p.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991 [1968]. 216 p.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970]. 178 p.

_____. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris : Anthropos, 2000 [1974]. 487 p.

_____. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006 [1968]. 145 p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). *Dilemas urbanos:* novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. P. 35-44.

LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Nouvelle édition millésime 2011. Paris : Dictionnaires Le Robert, 2011. 2.837 p.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

LÉVY, Jacques (Éd.). *Le tournant géographique :* penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999. 399 p.

LUMMIS, C. Douglas. Equality. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *The development dictionary:* a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992. P. 38-52.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne :* rapport sur le savoir. Paris : Éditions de Minuit, 1979. 109 p.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. *Espaços de simulação:* aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. *Vidas em enclaves:* imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples:* cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000. 210 p.

_____. Preconceito em camadas. *O Estado de S. Paulo (on-line)*, São Paulo, 8 jan. 2012. Notícia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,preconceito-em-camadas,819985,0.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

MATHIEU, Marcia Regina de Andrade ; BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa (Éd.). *Brasilia :* la question environnementale urbaine et la préservation du patrimoine de l'Humanité. Rapport. Paris : UNESCO, 2006. 277 p.

MEURIOT, Paul. *Des agglomérations urbaines dans l'Europe contemporaine :* essai sur les causes, les conditions, les conséquences de leur développement. Paris : Belin, 1987. 475 p.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo:* estudos e sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 300 p.

MONCLÚS, Francisco Javier. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. Introducción. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 143-167.

_____. Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. *D'Humanitats*, Girona, n. 7, p. 95-110, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Modernities in the jungle:* extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. 378 p. Dissertation (Ph.D. in Urban Planning) – School of Public Affairs, University of California, Los Angeles.

_____. Urbanização extensiva e a produção do espaço social contemporâneo. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil:* estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 241-251.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Preconceito, invisibilidade e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 1-24, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 1, p. 41-58, jan./jul., 1999.

MOURA, Rosa. *Arranjos urbano-regionais no Brasil:* uma análise com foco em Curitiba. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NATIONS UNIS. *Déclaration universelle des droits de l'homme*. Disponible sur : <http://www.un.org/fr/documents/udhr/>. Accédé le : 8 fév. 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. *Regiões Metropolitanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/CNPQ/FAPERJ, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em: 6 out. 2010.

OCDE – Organisation de coopération et de développement économiques. Special

Focus: Inequality in Emerging Economies (EEs). In: *Divided We Stand:* Why Inequality Keeps Rising? Paris : OCDE, 2011. P. 47-82. Disponible sur : <http://www.oecd.org>. Consulté le : 29 janv. 2012.

OFFNER, Jean-Marc. 'Territorial deregulation': local authorities at risk from technical networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford & Malden, v. 24, n.1, p. 165-182, January/March, 2000.

ONU-HABITAT – Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012:* rumbo a una nueva transición urbana. Nairobi: ONU-Habitat, 2012. 194 p.

PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília. Coleção Brasília. Brasília: Codeplan/Editora UnB, 1987. P. 33-49.

_____. Expansão metropolitana: a modernização com desemprego. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Org.). *América Latina*: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006. P. 89-105.

_____. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. *Espaço & Geografia*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1-22, jan./jun., 2007.

PAVIANI, Aldo; BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília:* dimensões da violência urbana. Brasília: Editora UnB, 2005. 377 p.

PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília:* do espaço concebido ao espaço produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada. 2000. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Sílvia Regina. *Percursos urbanos:* mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. 2006. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. *Quem somos:* Principais Operações. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes>. Acesso em: 11 set. 2011.

PIRIE, Gordon H. On spatial justice. *Environment & Planning A*, London, v. 15, n. 4, p. 465-473, 1983.

POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa:* fronteiras da desigualdade. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORTELLA, Eduardo. Modernidade no vermelho. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil:* um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 457-471.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Amérique Latine : la ville fragmentée. *Esprit*, Paris, n. « Quand la ville se défait », p. 128-144, novembre, 1999.

_____. Segregación, fragmentación, secesión: hacia una nueva geografia social de la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad y Territorio*, Toluca, v. 2, n. 7, p. 405-431, enero/junio, 2000.

_____. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 19, p. 33-56, dic. 2001.

_____. Buenos Aires en los años 90: metropolización y desigualdades. *Eure*, Santiago, v. 28, n. 85, 14 p. dic. 2002.

_____. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. *Eure*, Santiago, v. 34, n. 103, p. 73-92, dic. 2008.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Org.). *Espaço e tempo:* complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. P. 181-200.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Milenio*: revista de artes y ciencias, Bayamón, v. 5/6, p. 9-61, 2001/2002. Disponible en: <http:// www.uprb.edu/milenio/milenio-VyVI.htm>. Acceso el: 29 oct. 2011.

RATOUIS, Olivier. Agglomération. In : TOPALOV, Christian ; COUDROY DE LILLE, Laurent ; DEPAULE, Jean-Charles ; MARIN, Brigitte (Dir.). *L'aventure des mots de la ville* à travers le temps, les langues, les sociétés. Paris : Éditions Robert Laffont, 2010. P. 3-9.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP/FAPESP, 2006. 201 p.

_____. Sobre a dispersão em São Paulo. In: REIS, Nestor Goular; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Dispersão urbana:* diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007. P. 35-47.

REOLON, Cleverson Alexsander. *A aglomeração urbana da soja:* Cascavel e Toledo no contexto da metropolização da mesorregião oeste paranaense. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 5, n. 8, p. 189-213, jul./dez., 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 1, p. 7-32, jan./jun., 1999.

_____ (Org.). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. 148 p.

RITTER, Carlos. *Os processos de periferização, desperiferização e reperiferização e as transformações socioespaciais no aglomerado metropolitano de Curitiba.*

2011. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris : Gallimard, 1997 [1990]. 285 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra*, Lisboa, v. XXXII, n. 63, p. 179-190, jan./jul., 1997.

_____. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Território*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 39-53, jan./jun., 1998.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado:* fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p.

_____. *Metrópole corporativa e fragmentada:* o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 117p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.

_____. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006 [1996]. 258 p.

_____. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2000]. 174 p.

SARAVÍ, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. *Eure*, Santigado, v. 34, n. 103, p. 93-110, dic. 2008.

SASSEN, Saskia. *The global city:* New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001 [1991].

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STOPER, Michael. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.

SEGAL, Rafi; VERBAKEL, Els (Ed.). Cities of dispersal. *Architectural Design*, London, v. 78, n. 1 (special issue), p. 1-135, January/February, 2008.

SILVA, Ana Cristina da. *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI:* o território na trama das significações imaginárias. 2010. 492 f. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual:* natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

_____. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical scale. *Social Text*, Durham, n. 33, p. 54-81, 1992a.

_____. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe; GRAHAM, Elspeth; MALEK, Mo (Ed.). *Postmodernism and the Social Science*. London: Macmillan Academic and Professional, 1992b. P. 57-79.

SMITH, Neil; LOW, Setha. Introduction: the imperative of public space. In: SMITH, Neil; LOW, Setha (Ed.). *The politics of public space*. New York & London:

Routledge, 2006. P. 1-16.

SOJA, Edward W. The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of the American Geographers*, Washington, v. 70, n. 2, p. 207-225, April/June, 1980.

_____. *Geografias pós-modernas:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989]. 324 p.

_____. *Thirdspace:* journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell Publishing, 1996. 334 p.

_____. Writing the city spatially. *City*, London, v. 7, n. 3, p. 269-280, November 2003.

_____. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago./dez., 2006.

_____. *Postmetrópolis:* estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 [2000]. 594 p.

_____. La ville et la justice spatiale. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, Paris, n. 1, p. 35-44, sep. 2009. Disponible sur : <http://ww w.jssj.org>. Accédé le : 24 oct. 2011.

_____. *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010, 257 p.

SOJA, Edward W.; KANAI, Miguel. The urbanization of the world. In: BURDETT, Ricky; SUDJIC, Deyan (Ed.). *The endless city*: the Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society. London/New York: Phaidon Press, 2007. P. 54-69.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez., 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez., 1997.

_____. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

_____. *Fobópole:* o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

_____. Introdução: a "nova geração" de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, p. 71-85, set./dez., 1994.

_____. Multi(poly)centralité urbaine. In: FISCHER, André; MALEZIEUX, Jacques (Dir.). *Industrie et aménagement*. Paris : L'Harmattan, 1999. P. 259-286.

_____. *O chão em pedaços:* urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Prefácio. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias:* espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 9-20.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart (Org.*). Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. P. 38-54.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano:* agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. P. 123-145.

TELLO Robira, Rosa. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 09-20.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (Dir.). *L'aventure des mots de la ville* à travers le temps, les langues, les sociétés. Paris : Éditions Robert Laffont, 2010. 1.493 p.

THE URBAN AGE PROGRAMME. *A worldwide investigation into the future of cities*. Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society & The London School of Economics and Political Sciences. Available at: <http://www.urban-age.net>. Visited on: 9th Sep. 2011.

UNDP – United Nations Development Programme. *Human Development Report 2011* – Sustainability and Equity: A Better Future for All. New York: UNDP, 2011. 178 p. Available at: <http://www.beta.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2011%20Global%20HDR/English/HDR_2011_EN_Complete.pdf>. Visited on: 30th Jan. 2012.

URBANOSE : 15-Entretien avec Henri Lefebvre. Production : Normand Cloutier. Réalisation : Michel Régnier. L'Office National du Film du Canada, 1972. 4 vidéos numériques (34min. 25s). Entretien. Disponible sur : <http://www.youtube.com/results?search_query=henri+lefebvre+1972&search_type=&aq=f>. Accédé le : 21 jan. 2013.

VIDAL, Laurent. Les mots de la ville au Brésil, un exemple : la notion de « fragmentation ». *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 18, p. 161-181, juillet/décembre, 1994.

WETTSTEIN, German. *Subdesenvolvimento e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1992 [1989]. 254 p.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência:* seis notas à margem. Lisboa: Relógio D'Água Editores,

2009. 200 p.

_____. *Slavoj Žižek: um rebelde com causa*. Entrevista a Luiz Antônio Araújo do jornal Zero Hora. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/olharglobal/2013/02/23/slavoj-zizek-um-rebelde-sem-causa/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C%2C13>. Acesso em: 23 fev. 2013.